John P. Cann

AS CAMPANHAS PORTUGUESAS
EM ÁGUAS INTERIORES DE 1961 A 1974

A MARINHA em ÁFRICA

Academia de Marinha

John P. Cann

Capitão-de-Mar-e-Guerra Aviador da Marinha dos Estados Unidos da América, na situação de reforma, e actual professor de Assuntos de Segurança Nacional no Instituto Superior de Comando e Estado-Maior do Corpo de Fuzileiros dos EUA, John P. Cann acumulou ao longo da sua carreira operacional mais de três mil horas de voo, mantendo em simultâneo uma actividade académica de grande relevo no estudo de Operações Especiais. Responsável por mais de trinta projectos de investigação naquela área e sobre conflitos de baixa intensidade, é considerado um especialista em Guerra Assimétrica.

O seu interesse pelo estudo da guerra que Portugal manteve no então Ultramar levou-o a doutorar-se no *King's College de Londres*, em 1996, com a tese *Counterinsurgency in Africa, The Portuguese Way of War, 1961-1974*, hoje já com duas edições em português, tendo a segunda sido apresentada na Academia de Marinha em Maio de 2005.

Além de numerosos artigos e conferências sobre esta temática, publicou um novo trabalho, intitulado *Brown Waters of Africa, Portuguese Riverine Warfare, 1961-1974*, cuja segunda edição, revista e melhorada, e agora traduzida neste livro, é considerada a mais completa e bem elaborada obra sobre a acção da Marinha naquele período da guerra colonial.

Foi agraciado com as medalhas da Cruz Naval e de D. Afonso Henriques pelos seus trabalhos sobre o conflito na África Lusófona.

É membro associado da Classe de História Marítima da Academia de Marinha desde Novembro de 2005.

AUTOR
John P. Cann

TRADUÇÃO
J. Teixeira de Aguilar

AS CAMPANHAS PORTUGUESAS
EM ÁGUAS INTERIORES DE 1961 A 1974

A MARINHA em ÁFRICA

Academia de Marinha

TÍTULO
A MARINHA EM ÁFRICA
As campanhas portuguesas em águas interiores de 1961 a 1974

AUTOR
John P. Cann

TRADUÇÃO
J. Teixeira de Aguilar

EDITOR
Academia de Marinha

CAPA
A fragata *Pacheco Pereira* a desembarcar fuzileiros.
Fotografia da *Revista da Armada*

CONTRACAPA
A LFG *Hidra* (P 376) no rio Cacheu, na Guiné. Fotografia da *Revista da Armada*

TEXTO EM LÍNGUA PORTUGUESA E MAPAS
© Academia de Marinha 2014

FOTOGRAFIAS
© conforme indicado na lista de ilustrações

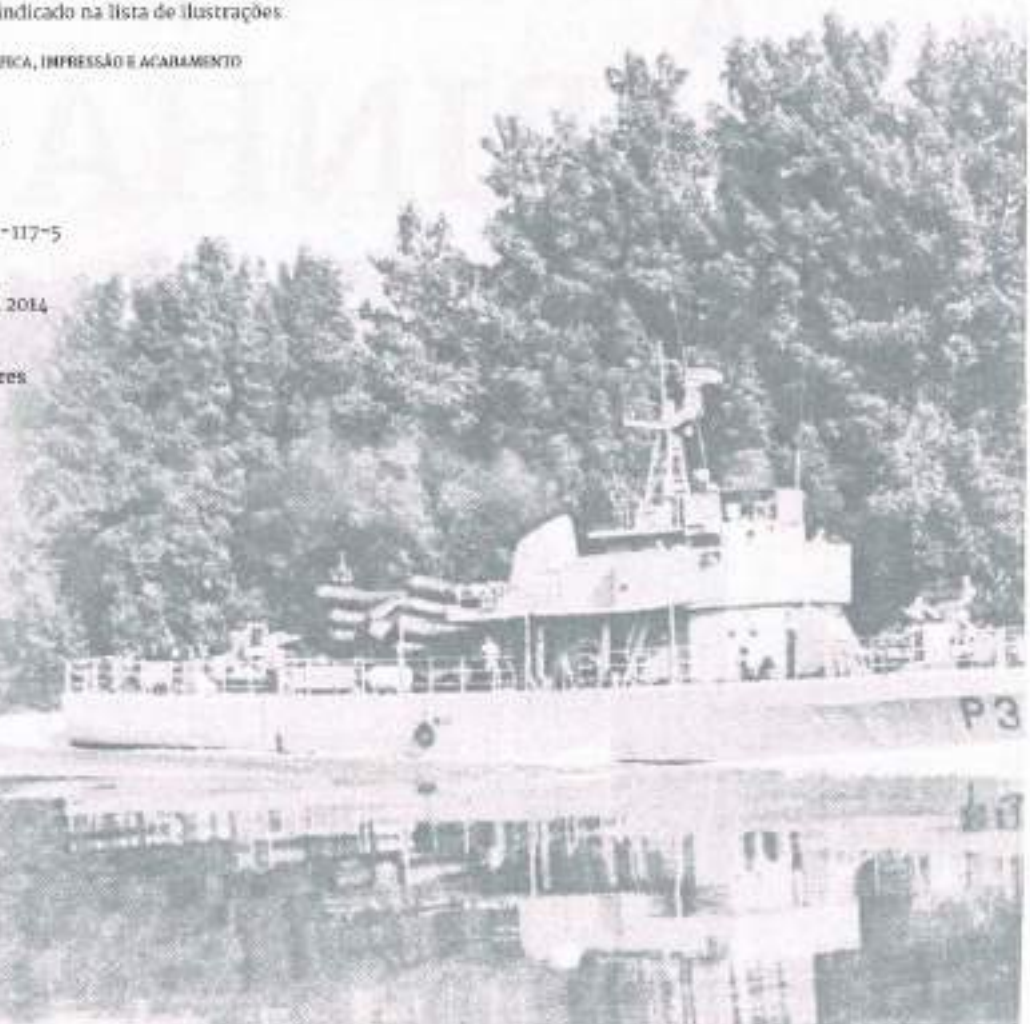
CONCEPÇÃO GRÁFICA, IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Clássica

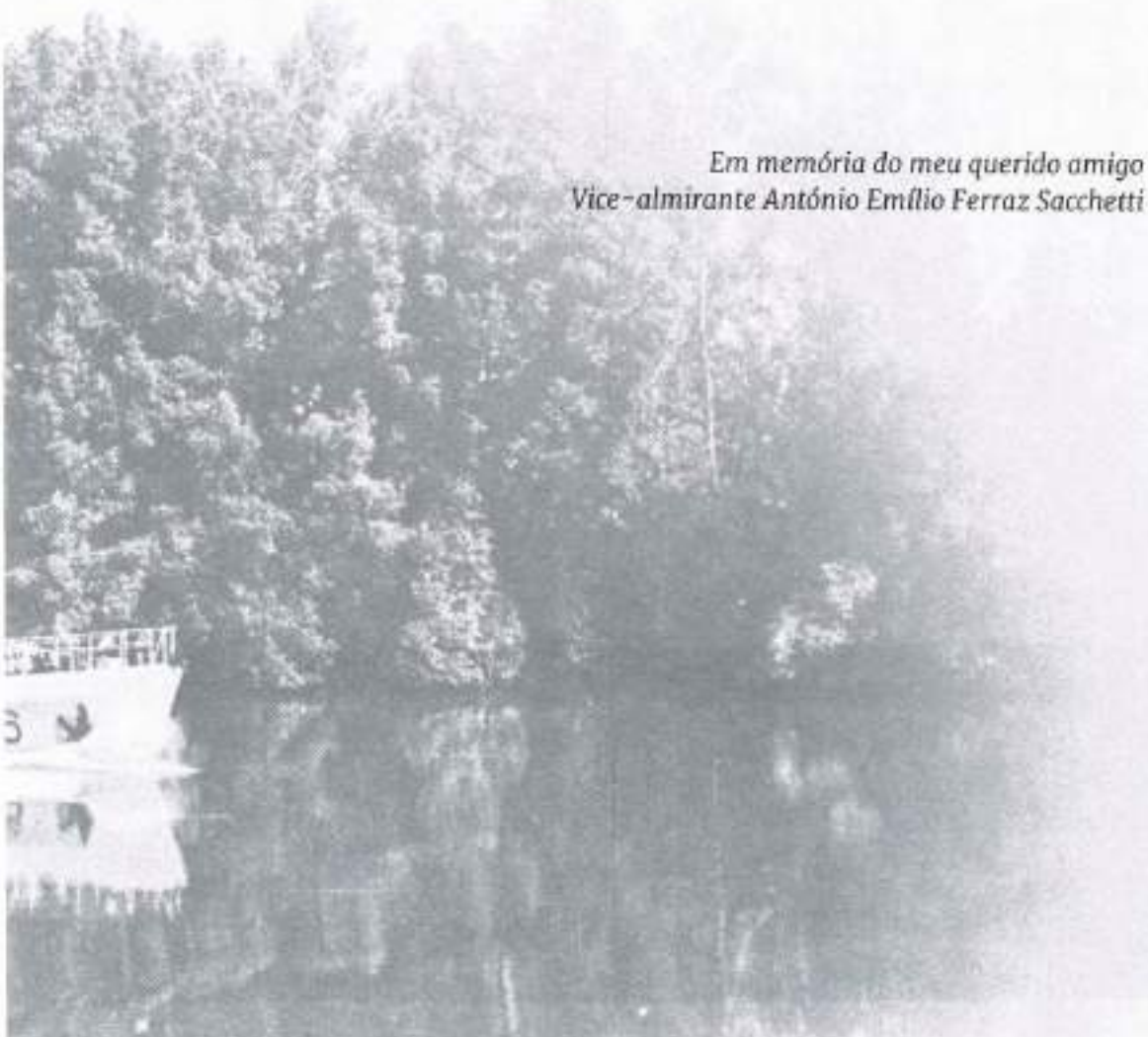
DEPÓSITO LEGAL
374341/14

ISBN
978-972-781-117-5

EDIÇÃO
Lisboa - Abril 2014

TIRAGEM
600 exemplares





Em memória do meu querido amigo
Vice-almirante António Emílio Ferraz Sacchetti

Nota prévia

A obra que temos em presença é o resultado de um profundo, competente, inteligente e isento trabalho de investigação levado a cabo pelo Prof. John P. Cann ao longo de duas décadas, sobre o papel da Marinha Portuguesa, no contexto das campanhas das Forças Armadas portuguesas em África, de 1961 a 1974. Por isso, constitui um documento de invulgar valor para a historiografia dessa época.

Conheci o Autor, o Professor John P. Cann, em 1994, mesmo no final de uma deslocação que fez a Lisboa, destinada à pesquisa de elementos para o que viria a ser a sua tese de doutoramento no King´s College de Londres, sobre as últimas campanhas portuguesas em África. Esgotámos as escassas horas que lhe faltavam para partir de Portugal a falar da acção da Marinha, navios e fuzileiros, no âmbito das operações de contra-subversão na Guiné, em Angola e em Moçambique e comprometi-me a enviar-lhe mais alguns elementos, mesmo em Português, língua que também domina.

Três anos mais tarde, fui surpreendido pelo livro que me mandou *Counterinsurgency In Africa – The Portuguese Way of War 1961-1974*, da Greenwood Press e que havia resultado da bem sucedida tese apresentada naquela universidade londrina. Curiosamente, a dedicatória que amavelmente me dirigiu, termina "*...in the hope that our paths will cross again, and often.*"

E, de facto, assim foi. Continuámos, felizmente, a cruzarmo-nos com frequência, começando logo em 1998, por altura do lançamento em Lisboa, de *Contra-Insurreição em África – o modo português de fazer guerra -1961-1974* (Atena).

Nessa altura, encontrando-me a chefiar a Marinha, desafiei-o a continuar o trabalho, que até aí tinha visado sobretudo as acções em terra, desenvolvendo mais a investigação sobre a acção da Marinha nas três frentes africanas. Para isso, poderia passar a contar com os arquivos e as pessoas da Marinha adequados, que quisesse consultar.

Em boa hora John Cann aceitou a exigente e trabalhosa sugestão, coroada em 2007 com a edição do livro *Brown Waters of Africa: Portuguese Riverine Warfare 1961-1974*, publicado nos EUA pela Hailer Publishing e traduzido, em 2009, pela Prefácio, com o título *A Marinha em África - Angola, Guiné e Moçambique: Campanhas Fluviais 1961-1974*. Foi um livro muito procurado pelos que serviram em África, sobretudo marinheiros e que suscitou vasto interesse.

Por isso, a Academia de Marinha resolveu estimular a sua análise, visando a obtenção de mais alguns relatos testemunhais e de sugestões complementares. E, nova e eficientemente, o Autor trabalhou os dados coligidos com os quais enriqueceu a obra e promoveu outra edição publicada pela Helion & Company Ltd, em Londres. Esta detém todos os direitos em

língua inglesa e, em língua portuguesa, é a Academia de Marinha a titular dessa regalia, cedida pelo autor, por um Euro...

Em todo este longo e intelectualmente activo contacto com o Autor, apercebi-me do seu vasto conhecimento de conflitos contra-insurrecionais, das suas qualidades de investigador e académico e do interesse genuíno que tinha em conhecer com rigor as últimas campanhas militares dos Portugueses em África. Ficou claro, também, que, com o desenvolvimento das pesquisas, aumentava a sua admiração pelo nosso País e pela forma como, com tão reduzidos recursos, veio a sustentar durante 13 anos, em três longínquas frentes, uma guerra contra-insurrecional, lutando com inimigos treinados e bem armados no exterior.

No caso da Marinha, o Autor apercebera-se da sua visão inovadora, ao gizar uma estratégia marítima de grande flexibilidade de processos e de amplo espectro de utilização previsível, no mar, nos rios e em terra. E entendeu mesmo que "as debilidades da sua utilização podem atribuir-se à primazia do Exército e *à falta de percepção por parte dos respectivos chefes do modo como uma Marinha de águas interiores pode ser mais eficientemente usada* em apoio de uma campanha terrestre de contra-subversão" (como escreve no seu Prefácio). Pode dizer-se mesmo que John P. Cann construiu um excelente documento histórico sobre a acção da *Marinha Portuguesa em Africa (1961-1974)*, baseado em documentos autênticos e em testemunhos directos, usados de forma profissional, inteligente e muito isenta.

Não tenho, por isso, dúvidas em afirmar que o modo como perpassa por todo o livro a sua admiração pela Marinha Portuguesa deve ser motivo de orgulho para todos os Portugueses Marinheiros. E se dúvidas houvesse, bastava ler o último parágrafo do Prefácio, onde o Autor elogia a "perspicácia e a ponderação" da nossa Marinha, a qual no âmbito da utilização feita "...constitui ainda hoje um modelo relevante, que continua a influenciar a configuração de Marinhas actuais e futuras..."

A Academia de Marinha felicita o seu Académico, Professor John P. Cann, pelo excelente trabalho produzido e agradece-lhe, pela verdade da Obra, a homenagem que presta aos Marinheiros Portugueses que se sacrificaram em África, "...e bem serviram sem cuidar recompensa"[1].

Nuno Vieira Matias
Presidente da Academia de Marinha
Abril 2014

[1] Lema da Associação dos Oficiais da Reserva Naval

Índice geral

Nota prévia 5
Lista de fotografias 9
Lista de mapas 11
Lista de quadros 13
Prefácio 15
Agradecimentos 17
Mapas 19

1.
Uma nova fase da Guerra Fria 23

2.
A dimensão naval 47

3.
Um *salto no desconhecido* 75

4.
O rio que traga todos os rios 111

5.
Uma sinistra e tórrida extensão de pântanos e selva 145

6.
Sob o sol abrasador do Tungue 193

7.
Terras do Fim do Mundo 225

8.
Operação *Mar Verde*, o ataque a Conacri 245

9.
O legado da presença em águas interiores 269

Bibliografia seleccionada 275
Índice remissivo 281

Lista de fotografias

A lancha de fiscalização *Regulus* (P 369), da classe *Antares*, navegando a velocidade elevada no rio Zaire. Fotografia da *Revista da Armada*. 83

A lancha de fiscalização *Fomalhaut* (P 367), da classe *Bellatrix*, navegando a velocidade elevada no rio Zaire com os respectivos botes de borracha atracados. Fotografia cedida por José Augusto Pires de Lima, da sua colecção particular. 86

A LDM 307 a navegar na Guiné. Fotografia da *Revista da Armada*. 88

A LDG 102 *Aríete*, a desembarcar viaturas na baixa-mar, Agosto de 1974, Guiné. Fotografia de Alexandre da Fonseca cedida pela *Revista da Amada*. 89

A LDP 108 a desembarcar fuzileiros para os botes de borracha. Fotografia da *Revista da Armada*. 90

Um bote Zebro III a navegar com fuzileiros embarcados no rio Cuito, no sul de Angola. Fotografia da *Revista da Armada*. 93

A fragata *Pacheco Pereira* a desembarcar fuzileiros. Fotografia da *Revista da Armada*. 119

Posto Naval de Quissanga, vendo-se a torre de vigia ao centro. Fotografia da *Revista da Armada*. 133

Canoa a ser inspeccionada no rio Zaire, Setembro de 1961. Fotografia da *Revista da Armada*. 134

Fuzileiros no decurso de uma operação a partir de Quissanga, Abril de 1967. Fotografia da *Revista da Armada*. 135

Fuzileiros no decurso de uma operação a partir de Quissanga, Abril de 1967. Fotografia da *Revista da Armada*. 137

Fuzileiros no decurso de uma operação a partir de Quissanga, Abril de 1967. Fotografia da *Revista da Armada*. 138

Fuzileiros a caçar no rio Zaire. Fotografia de José Augusto Pires de Lima, da sua colecção particular. 141

Vista aérea da foz do rio Corubal na baixa-mar. Fotografia da *Revista da Armada*. 148

A LDP 304 encalhada na baixa-mar na Guiné. Fotografia da *Revista da Armada*. 150

Fuzileiros do DFE 1 em patrulha na Guiné, 1965. Fotografia cedida pelo capitão-de-fragata Abel Melo e Sousa, da sua colecção particular. 155

A LFG *Hidra* (P 376) no rio Cacheu, na Guiné. Fotografia da *Revista da Armada*. 159

A LDG *Alfange* atracada em Teixeira Pinto, na Guiné, 1971. Fotografia da *Revista da Armada*. 162

Fuzileiros do DFE 1 a desembarcarem de uma LD na Guiné, 1965. Fotografia cedida pelo capitão-de-fragata Abel Melo e Sousa, da sua colecção particular. 170

O comandante Alpoim Calvão (à direita, em primeiro plano) a comandar os fuzileiros durante a operação *Chicuelina*, na margem esquerda do rio Cacheu, no norte da Guiné, 1963. Fotografia da *Revista da Armada*. 171

Desembarque de forças na ilha de Como, Operação *Tridente*, Janeiro de 1964. Fotografia da *Revista da Armada*. 173

Helicóptero a aterrar numa plataforma improvisada na fragata *Nuno Tristão*. Operação *Tridente*. Fotografia da *Revista da Armada*. 176

Final da Operação *Tridente* – Reembarque do equipamento. Fotografia da *Revista da Armada*. 177

Os comandantes Alpoim Calvão, Costa Santos e Lopes Carvalheira, Operação *Hitler*. Fotografia da *Revista da Armada*. 182

Fuzileiros no rio Cacheu. Fotografia da *Revista da Armada*. 184

Fuzileiros embarcados na LFG *Sagitário* (P 1131) no rio Cacheu. Fotografia cedida pelo almirante Vieira Matias, da sua colecção particular. 187

Fuzileiros do DFE 13 num desembarque típico na *bolanha* do rio Cacheu. Fotografia cedida pelo almirante Vieira Matias, da sua colecção particular. 188

A LFP *Arcturus* (P 1151), a LFG *Sagitário* (P 1131) e a LFG *Cassiopeia* (P 373) atracadas na Base de Patrulhas de Ganturé, margem direita do rio Cacheu, Guiné, 1968. Fotografia cedida pelo almirante Vieira Matias, da sua colecção particular. 190

Troço de linha férrea lançada sobre a praia, no Lumbo. Fotografia da *Revista da Armada*. 207

A *Mercúrio* alada para passar uma ponte. Fotografia da *Revista da Armada*. 208

Ponte fracturada sobre o rio Machele. Fotografia da *Revista da Armada*. 209

Veículo de transporte com a *Mercúrio* na travessia do "vau". Fotografia da *Revista da Armada*. 213

A LDM 408 e uma LDP a serem transportadas para o lago Niassa em Maio de 1966. Fotografia da *Revista da Armada*. 215

Lista de mapas

Mapa de Angola ... 19

Mapa da Guiné ... 20

Mapa de Moçambique ... 21

Mapa da África Portuguesa ... 22

Ataques no norte de Angola no seu auge, em princípios de Junho de 1961. Mapa retirado de Hélio Felgas, *Guerra em Angola* (Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1961). ... 41

Áreas Oceânicas Operacionais Portuguesas. Retirado de Antônio Emílio Sacchetti, "A Armada nas Campanhas de África", *Revista da Armada* (Maio de 1997). ... 52

Rede de Comunicações da Marinha – Estações Radionavais Principais. Fonte: José Luís Leiria Pinto, "As Comunicações da Marinha: dos Primórdios a 1975", comunicação à Academia de Marinha, Lisboa, 1 de Junho de 2010. ... 54

Fronteira do rio Zaire com o Congo Belga (carta em duas partes). Cópias das cartas belgas do rio Zaire utilizadas pela Marinha portuguesa a partir de 1961 e anotadas pelo utilizador para mostrar os postos navais criados durante os primeiros anos do conflito. ... 116

Enclave de Cabinda. Fonte: *Nem a Pátria Sabe, A Marinha na Guerra de Angola 1961-1963*, de José Mexia Salema. ... 122

O rio Cuanza, da barra até à barragem de Cambambe. Fonte: *Nem a Pátria Sabe, A Marinha na Guerra de Angola 1961-1963*, de José Mexia Salema. ... 125

Áreas de Operações do Norte de Angola. Desenho do autor. ... 129

Fronteira sul da Guiné Portuguesa. Adaptado da carta hidrográfica n.º 220 (1965) do Instituto Hidrográfico. ... 154

Área da Operação *Tridente*. Adaptado da carta hidrográfica n.º 220 (1965) do Instituto Hidrográfico. ... 175

Península do Quitafine. Adaptado da carta hidrográfica n.º 220 (1965) do Instituto Hidrográfico. ... 180

Mapa da Guiné mostrando as bases do PAIGC e as rotas de infiltração pelo Norte. Mapa desenhado pelo autor. ... 185

Península do Sambuiá e Operação *Grande Colheita*, Janeiro de 1969. Mapa cedido pelo almirante Nuno Vieira Matias 189

Moçambique, com indicação das bases da FRELIMO. Modificado pelo autor a partir de um mapa de *briefings* do CNM. 198

Litoral do Oceano Índico, Norte de Moçambique. Modificado pelo autor a partir de um mapa de *briefings* do CNM. 201

O Lago Niassa e o Niassa Ocidental. Modificado pelo autor a partir de um mapa de *briefings* do CNM. 203

Operação *Atum*. Mapa elaborado pelo autor. 205

Distrito do Cuito Cuando, Angola, Terras do Fim do Mundo. Mapa elaborado por Sousa Machado para a *Revista da Armada*. 226

Zona de Operações, Leste de Angola, 1968. Retirado de António Pires Nunes, *Angola 1966-1974, Vitória Militar no Leste* (Lisboa: Prefácio, 2002), contracapa. 227

A África Austral, mostrando a posição central da Zâmbia e a direcção e amplitude das investidas de guerrilheiros nos países vizinhos em 1968. Retirado de António Pires Nunes, *Angola 1966-1974, Vitória Militar no Leste* (Lisboa: Prefácio, 2002), p. 11. 230

Rota de infiltração dos guerrilheiros através da Tanzânia e da Zâmbia, facultando acesso ao leste de Angola, à Rodésia e ao distrito moçambicano de Tete, a partir de 1968. Mapa dos arquivos da PIDE, retirado de Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974* (Lisboa: Terramar, 2004). 232

Trajecto da LDP 208. Mapa retirado de António Emílio Ferraz Sacchetti, "A Armada nas Campanhas de África", *Revista da Armada* (Junho de 1997). 240

Trajectos das LDPs 210 e 105. Mapas retirados de António Emílio Ferraz Sacchetti, "A Armada nas Campanhas de África", *Revista da Armada* (Junho de 1997). 241

O rio Inxanche, mostrando os ataques ao *Bandim* e ao *Patrice Lumumba*. Mapa retirado de Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Volume VIII, 1808-1975 (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1997). 250

Operação *Mar Verde*. Eixos de aproximação a partir do Ponto de Dispersão. Retirado de Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Volume VIII, 1808-1975 (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1997). 258

Operação *Mar Verde*. Rota da Equipa Victor a partir da *Orion*. Retirado de Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Volume VIII, 1808-1975 (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1997). 262

Lista de quadros

Quadro 2.1: Estações e Postos Radionavais do Ultramar 53

Quadro 2.2: Comparação entre forças navais empenhadas em águas interiores 65

Quadro 3.1 a: Lanchas de Fiscalização Pequenas, 1961-1974 84

Quadro 3.1 b: Lanchas de Fiscalização Grandes, 1961-1974 84

Quadro 3.1 c: Lanchas de Desembarque, 1961-1974 87

Quadro 3.2: Dispositivo Naval (Unidades de Fuzileiros), 1961-1974. DFEs (Destacamentos de Fuzileiros Especiais) e CFs (Companhias de Fuzileiros) 98

Quadro 3.3: Dispositivo Naval (Unidades de Fuzileiros), 1961-1974. Unidades de Fuzileiros atribuídas ao Comando Naval de Angola 99

Quadro 3.4: Dispositivo (Unidades de Fuzileiros), 1961-1974. Unidades de Fuzileiros atribuídas ao Comando da Defesa Marítima da Guiné 100

Quadro 3.5: Dispositivo (Unidades de Fuzileiros), 1961-1974. Unidades de Fuzileiros atribuídas ao Comando Naval de Moçambique. 101

Quadro 3.6: Oficiais dos Quadros Permanentes e da Reserva formados pela Escola Naval 1958-1965 106

Quadro 3.7: Análise das necessidades de pessoal 108

Quadro 3.8: Carências nos quadros de oficiais, 1961 109

Quadro 3.9: Carências de sargentos e praças da marinhagem 109

Quadro 3.10: Carências de sargentos e praças da taifa 110

Quadro 4.1: Calendário das operações anuais no Zaire e forças empenhadas 139

Quadro 5.1: Forças Navais na Guiné no final do ano de 1964 156

Quadro 5.2: Resumo da estatística operacional da ELFG/ELG, 1963-1971 168

Quadro 6.1: Reforço de Meios Navais em Moçambique, 1961-1971 214

Quadro 6.2: LFs permanentemente atribuídas a Porto Amélia por ano 220

Quadro 6.3: FFs e FCs atribuídas a Moçambique por ano 221

Quadro 8.1: Objectivos das equipas da Operação *Mar Verde* 260

P376

Prefácio

A origem do meu interesse pelas campanhas portuguesas em África remonta ao período decorrido entre 1987 e 1992. Foi nessa época que, como oficial de Marinha, fui colocado como reforço ocasional do quadro de pessoal do comando da NATO, o Comando-chefe da Área Ibero-Atlântica, em Oeiras, para os seus diversos exercícios marítimos. Todos os oficiais portugueses com quem trabalhei tinham combatido em África durante as campanhas portuguesas para manutenção do seu Império entre 1961 e 1974. Fascinaram-me as histórias das suas experiências durante esta prolongada guerra de treze anos, que ainda hoje continua a ser um conflito mal conhecido ou deficientemente compreendido fora de Portugal e do qual pouco se tem escrito em língua inglesa. As minhas comissões subsequentes suscitaram-me o interesse pela subversão e, consequentemente, quando tive ocasião de o fazer regressei naturalmente às campanhas portuguesas em África.

O meu primeiro livro, *Contra-insurreição em África: O Modo Português de Fazer a Guerra, 1961-1974*, foi publicado inicialmente em 1997 e fornecia uma perspectiva geral da guerra. Incidia em grande parte nas campanhas terrestres, visto que as pessoas vivem em terra e aquele tipo de guerra é travado para conquistar a adesão das populações. Há, porém, dois outros importantes meios no conflito: as dimensões naval e aérea. Cada uma delas tem a sua própria perspectiva e é merecedora de registo.

Este volume aborda a componente naval da contra-subversão e trata especificamente do modo como a Marinha portuguesa previu o conflito, se preparou para ele e combateu nos rios em África. Explora a fecunda reflexão que esteve na base da criação de uma Marinha portuguesa de águas interiores e mostra como essa conceptualização levou à elaboração bem-sucedida de um plano devidamente ponderado. Este plano requeria a integração de um quadro adestrado e capaz de marinheiros e fuzileiros com um misto de equipamentos para executar a estratégia nacional e de teatro de operações em apoio do esforço terrestre visando neutralizar a ameaça dos guerrilheiros. Um importante ingrediente era a elasticidade do plano, uma flexibilidade capaz de conciliar as necessárias adaptações na construção e emprego das lanchas fluviais, bem como as indispensáveis alterações a introduzir na formação e movimentação do pessoal para se adaptar ao inimigo, ao meio em que se combatia e à escassez de recursos. Em última análise, a Marinha conseguiu concretizar os objectivos que inicialmente se propusera. As debilidades na sua utilização podem atribuir-se à primazia do Exército e à falta de percepção por parte dos respectivos chefes do modo como uma Marinha de águas interiores pode ser mais eficientemente usada em apoio de uma campanha terrestre de contra-subversão. Nos dois teatros de operações onde se verificaram variantes desta descoordenação, a Guiné e Moçambique, registaram-se dificuldades na contenção do avanço dos guerrilheiros. No caso de Angola, onde as operações navais foram um bom

complemento da campanha terrestre, o êxito foi manifesto e os movimentos nacionalistas foram completamente imobilizados. A perspicácia e a ponderação da perspectiva da Marinha portuguesa manifestadas na concepção e emprego de uma capacidade fluvial importante nos adversos confins de um continente distante constitui ainda hoje um modelo relevante, que continua a influenciar a configuração de Marinhas actuais e futuras que pretendam actuar em zonas costeiras e águas interiores onde se acoitem novos inimigos e aproveitar a oportunidade para influir nos acontecimentos.

Agradecimentos

Este livro não seria possível sem o incondicional apoio do almirante Nuno Gonçalo Vieira Matias, ex-Chefe do Estado-Maior da Armada portuguesa, e do seu sucessor no cargo, o almirante Francisco Torres Vidal Abreu, pelo qual aqui lhes expresso a minha profunda gratidão. Um e outro facultaram-me praticamente todos os recursos à sua disposição, o que muito agradeço. O contra-almirante José Luís Ferreira Leiria Pinto e o seu antecessor, o contra-almirante Luís Joel de Azevedo Pascoal, ambos presidentes da Comissão Cultural de Marinha e directores da Biblioteca Central da Marinha, prestaram-me o seu apoio pessoal e empenharam-se activamente no projecto. Manifesto o meu reconhecimento, pelo seu profissionalismo, ao pessoal do Arquivo e da Biblioteca, muito especialmente ao comandante José António Rodrigues Pereira, à Dr.ª Isabel Beato e ao comandante Ferreira Pinto, que passaram várias horas a ajudar-me na minha investigação e dispuseram generosamente do seu tempo. Agradeço ainda ao contra-almirante Luís Augusto Roque Martins, director da *Revista da Armada*, os seus conselhos e apoio, e ao comandante Jorge Rodrigues Semedo de Matos a sua ajuda no tocante à história dos fuzileiros.

Estou profundamente grato ao vice-almirante António Emílio Ferraz Sacchetti, ex-presidente da Academia de Marinha, que se empenhou pessoalmente no êxito deste livro desde o seu início até à sua prematura morte. A sua hospitalidade e apoio revelaram-se indispensáveis.

O vice-almirante António Carlos Rebelo Duarte, director do Instituto Superior Naval de Guerra, e o seu antecessor, o vice-almirante Carlos Magalhães Queiroz, foram extremamente prestáveis na disponibilização dos recursos do Instituto.

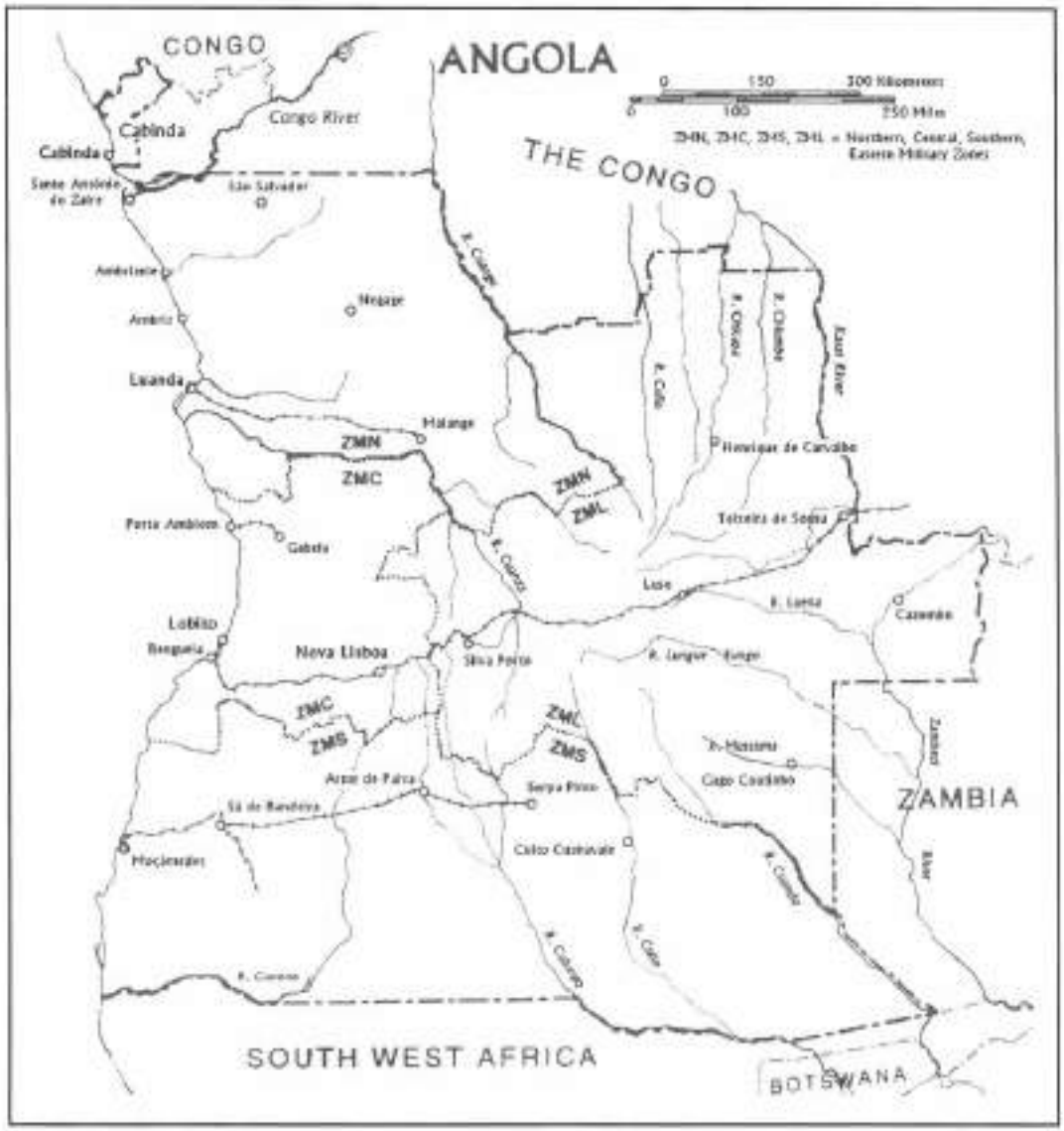
Esta é uma história que não poderia ser contada sem o auxílio e empenhamento dos muitos "marinheiros de águas interiores" veteranos que encontraram tempo na sua sobrecarregada agenda para partilharem experiências vividas. Agradeço ao vice-almirante José Deolindo Torres Sobral e ao comandante Patrício Leitão, seu amigo de há muito, que não regatearam tempo para descrever as operações no lago Niassa. O contra-almirante Joaquim Manuel Barreiros Espadinha Galo e o ex-governador do Niassa, Carlos Augusto Pereira da Costa Matos, facultaram-me também uma inestimável análise da vida naquele lago. No que concerne à Guiné, muito devo ao contra-almirante Luiz Casimiro de Mesquita Dias pelas suas reflexões sobre os estaleiros navais ali existentes, ao vice-almirante José Alberto Lopes Carvalheira e aos comandantes Guilherme Almor de Alpoim Calvão, José Manuel Malhão Pereira, Eurico Nelson de Campos Marques Pinto e Carlos Encarnação Gomes pela sua avaliação das operações.

A Reserva Naval desempenhou um papel vital no conflito e, no dizer de um almirante, a guerra não poderia ter sido travada sem ela. Os seus veteranos recordam hoje vividamente

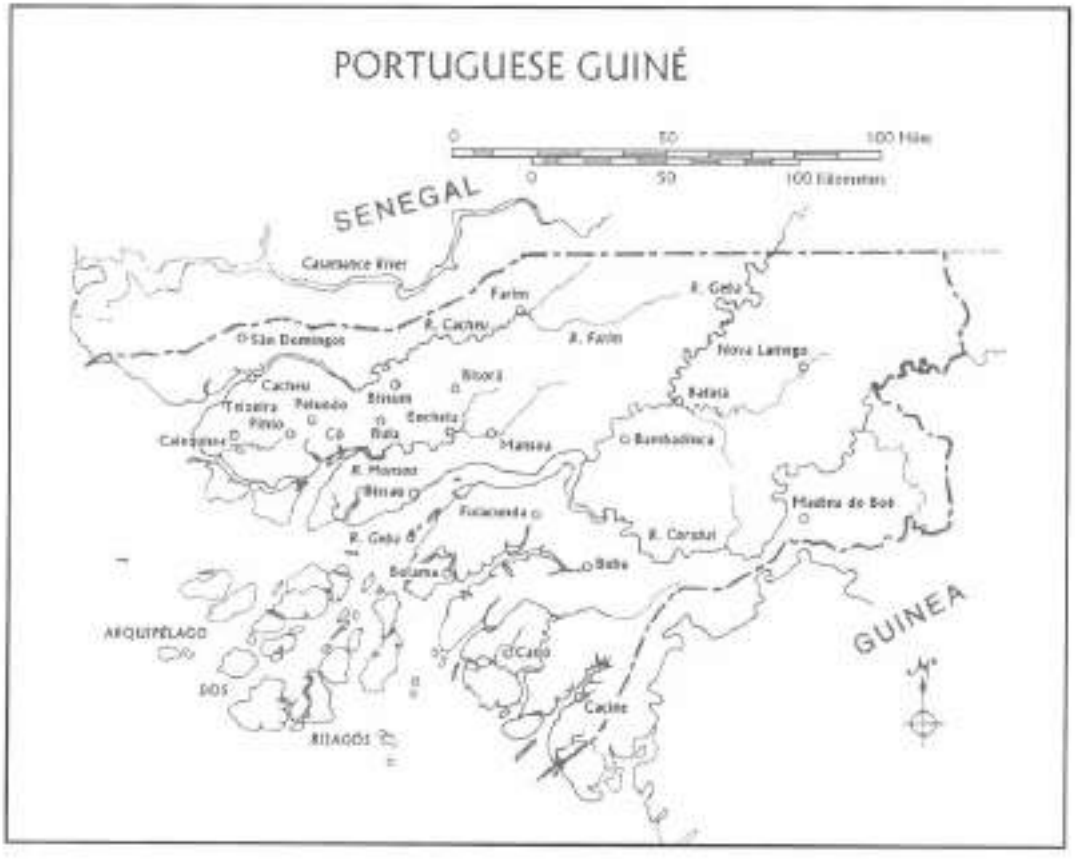
as suas experiências e devo expressar a minha profunda gratidão por se disponibilizarem a partilhá-las comigo. Fico particularmente agradecido a António de Castro Moreira, Manuel Lema Santos, José Diogo Pires Branco, José Augusto Pires de Lima, António Luís Marinho de Castro, Ricardo Manuel Migães de Campos, Paulo Lowndes Marques e Vasco Quevedo Pessanha, todos eles membros da Associação dos Oficiais da Reserva Naval.

O financiamento da investigação inicial para esta obra foi da Fundação da Universidade do Corpo de Fuzileiros dos EUA, conjugado com uma licença sabática concedida pela Universidade do Corpo de Fuzileiros dos EUA, que muito agradeço.

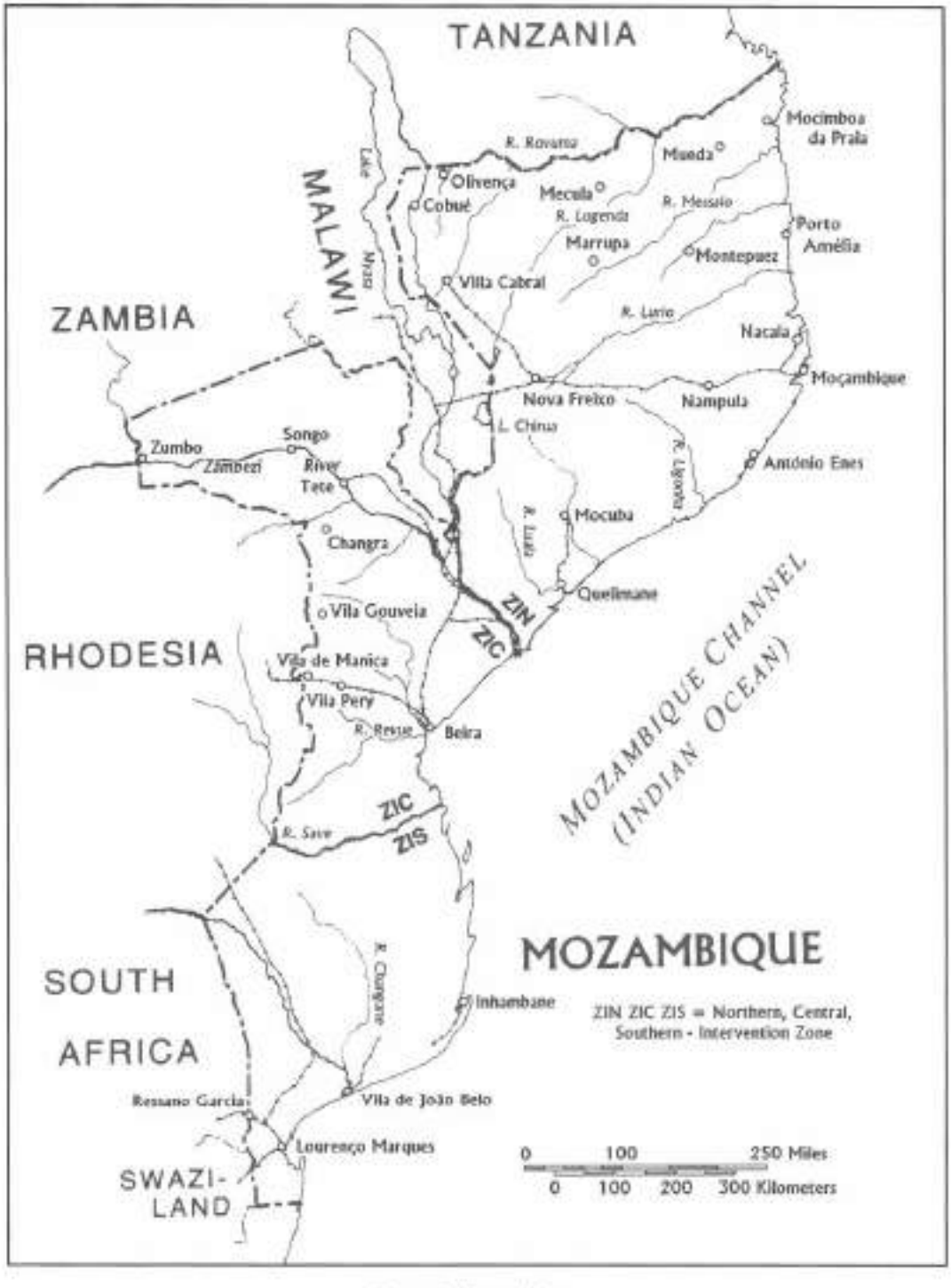
Finalmente, tenho uma especial dívida de gratidão para com a minha mulher, Anne, que viveu pacientemente com a desordem doméstica criada por esta obra.



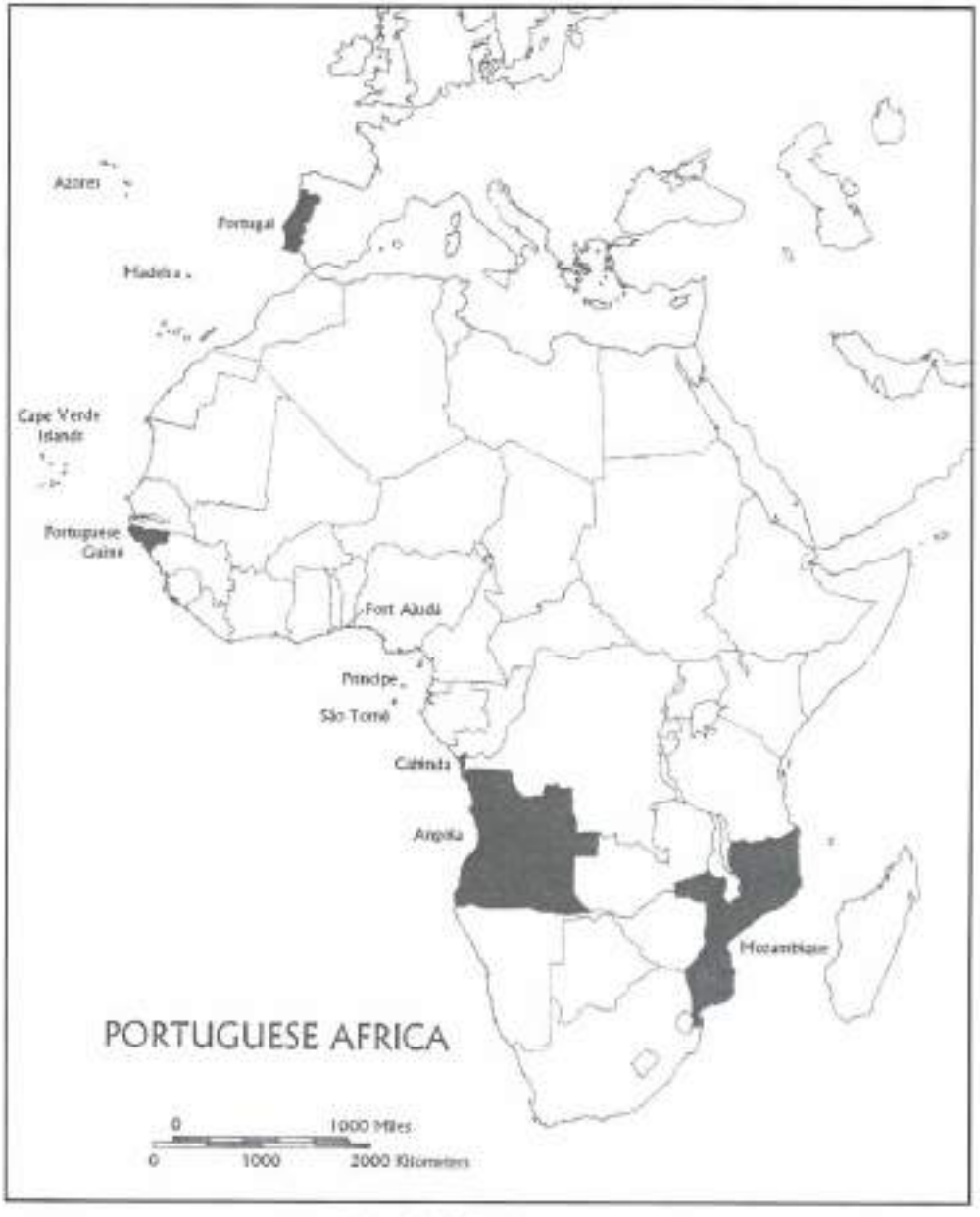
Mapa de Angola



Mapa da Guiné



Mapa de Moçambique



Mapa da África Portuguesa

1.
Uma nova fase da Guerra Fria

Desde a época dos Descobrimentos, Portugal olhou invariavelmente para o mar, razão pela qual a Marinha desempenhou sempre um papel fulcral nos seus êxitos marítimos. Desde a inovadora invenção da caravela pelo Infante D. Henrique à criação de uma Marinha de águas interiores nas campanhas de África de 1961-1974, a Marinha portuguesa caracteriza-se por uma história ilustre. Estas campanhas foram moldadas por acontecimentos simultaneamente geopolíticos e locais, tendo a Marinha portuguesa sido chamada a enfrentar as inerentes missões em ambos os extremos do espectro. Em África a sua função era muito diferente da que desempenhava no Atlântico Norte; é essa história africana que aqui se explorará.

"Ventos de Mudança" e a Guerra Fria

Na década de 1950, os "ventos de mudança" sopravam por toda a África. A maior potência colonial, a Grã-Bretanha, ia libertando as suas colónias a um ritmo regular, em conformidade com a relutante promessa feita aos Estados Unidos durante a 2ª Guerra Mundial. No seguimento da independência da Índia Britânica, em Agosto de 1947, o seu império foi-se restringindo gradualmente e em meados dos anos 60 todas as suas possessões africanas eram, para todos os efeitos práticos, países independentes. A França, apesar da sua situação debilitada, permanecia inflexível quanto à manutenção das suas colónias e travou duas guerras perdidas, na Indochina entre 1946 e 1954 e na Argélia entre 1954 e 1963. Durante o conflito da Argélia, a França, exausta, começou a outorgar a independência às restantes colónias a um ritmo acelerado. Com o colapso do Congo Belga em 1956 e a independência do território no ano seguinte, Portugal passou a ser detentor do último império colonial intacto.

Na sequência da 2ª Guerra Mundial, as tropas coloniais da Grã-Bretanha e de França que tinham ajudado os seus chefes a derrotar os dois regimes imperiais das Potências do Eixo regressaram ao papel de cidadãos menores nos impérios coloniais dos seus países natais. Travava-se no espírito desses combatentes um conflito entre os ideais pelos quais haviam combatido e a sua persistente condição de "nativos" desfavorecidos. Sendo-lhes difícil reconciliarem-se com essa discrepância, desenvolveram a noção de que talvez o seu berço colonial devesse ser um país independente, dispondo das liberdades políticas que agora lhes eram negadas. A resposta a esta procura de um estatuto de igualdade face a regimes intransigentes foi a constituição de movimentos de resistência. À medida que as colónias britânicas, francesas e belgas conquistavam a independência, os movimentos indígenas

convertiam-se em partidos políticos nas democracias nominais que lhes haviam sido legadas. Conquanto fossem geralmente de curta duração e rapidamente se transformassem em oligarquias ou ditaduras com menos liberdades económicas ou políticas do que antes, eram agora estados independentes e cobriam uma grande parte de África. A sua política nacional e estrangeira reflectia a herança de resistência ao colonialismo. Portugal viu-se assim rodeado em África por países ideologicamente hostis que rapidamente serviriam de santuários à guerrilha e proporcionariam outras modalidades de apoio prático aos movimentos de resistência dentro das suas colónias. Angola começou por se confrontar com regimes desses no Congo, a norte, e mais tarde na Zâmbia, a leste. A Guiné estava entalada, digamos mesmo cercada, entre a Guiné ex-francesa, a sul, e o complacente Senegal, a norte. Moçambique tinha a Tanzânia a norte e o ambivalente Malawi a noroeste. Todos estes vizinhos eram fontes ou vias de incursões armadas.

No contexto da Guerra Fria, a União Soviética, a República Popular da China e os seus diversos satélites aprestavam-se a conceder importantes apoios aos movimentos da guerrilha hostis a Portugal e a outras potências coloniais, sob a forma directa de formação militar, assessoria e armamento e indirectamente na dimensão moral. O seu incentivo aos opositores coloniais a Portugal abrangia um amplo espectro, que ia do conflito armado no terreno ao apoio nas esferas diplomáticas das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Africanos (OEA) e de vários outros fóruns internacionais. Este ambiente hostil ia-se desenhando claramente em paralelo com a solidariedade que as ex-colónias de recente independência, agora em grande parte regimes despóticos, sentiam entre si e com o tirânico e acrítico bloco comunista. Portugal, um dos mais antigos membros da NATO, era fortemente anticomunista, razão pela qual existia agora mais uma dimensão na divergência filosófica com os seus vizinhos africanos.

Esta evolução reflectia as forças rivais da Guerra Fria, que durou cerca de quarenta e quatro anos, do fim da 2ª Guerra Mundial, em 1945, à queda do Muro de Berlim, em 1989, e opôs a maioria dos antigos Aliados ocidentais à União Soviética, à China comunista e aos seus estados satélites. Das diversas fases desta situação, a inicial perdurou até 1960 e caracterizou-se pela criação dos blocos Ocidental e de Leste, num sistema internacional bipolar simples e totalmente contrastante, no qual diversos estados se associaram em grande parte por meio de alianças às principais potências, uns ao "mundo livre", outros aos "comunistas". O Bloco Ocidental, chefiado pelos Estados Unidos, seguiu uma política de "contenção" de longo prazo face aos seus homólogos de Leste e conseguiu neste contexto expandir e consolidar o sistema ocidental. Tal consolidação foi levada a cabo através de veículos como o Plano Marshall, a Aliança Atlântica, o Pacto do Rio, a Aliança Nipo-americana e a criação da República Federal da Alemanha. Num curto espaço de tempo os Estados Unidos conseguiram congregar as forças do mundo desenvolvido contra os seus inimigos do bloco comunista no apoio a esta política de contenção.[1] Reagindo a este crescente envolvimento, a União Soviética, com o intuito de reforçar a sua hegemonia, desencadeou duas crises no decurso do referido período: o bloqueio de Berlim de 1948-1949 e a Guerra da Coreia de 1950-1953.

No primeiro caso os Estados Unidos organizaram a Ponte Aérea de Berlim como resposta ao bloqueio rodoviário e ferroviário da cidade. Esta reacção evitou uma óbvia confrontação

[1] António José Telo, *História da Marinha Portuguesa: Doutrinas e Organização, 1824-1974* (Lisboa: Academia de Marinha, 1999), 515.

terrestre dos Aliados, que poderia vir a redundar num complicado embate de tropas que deixasse por resolver o problema da manutenção da presença dos Aliados. Perante a evidência do êxito da ponte aérea, e demonstrada a determinação dos Aliados de permanecerem, os soviéticos levantaram o bloqueio.

No segundo caso, a União Soviética experimentou o método menos directo de usar uma interposta força para conquistar a hegemonia comunista na península da Coreia. A seguir à guerra os Aliados tinham desmobilizado substancialmente as forças e achavam-se manifestamente vulneráveis em zonas periféricas como a Coreia. A União Soviética e a China incentivaram e apoiaram a Coreia do Norte na sua pretensão de unificar a península coreana sob um regime comunista e num ataque de surpresa no sul visando alcançar este objectivo. Os Aliados apressaram-se uma vez mais a dar réplica a esta agressão e, no âmbito de uma resolução da ONU, reuniram uma força que acabou por repor o governo legítimo da Coreia do Sul. A ingénua noção albergada por muitos sectores no pós-guerra de que os comunistas eram "gente simples amante da paz" foi ali para sempre abandonada.[2] O efeito desta constatação foi um forte rearmamento do Ocidente, um acontecimento infausto e depauperantemente dispendioso para os soviéticos.

A segunda fase do "rearmamento" abrangeu o período de 1960 a 1973 e correspondeu ao período das guerras de Portugal em África, que foram directamente afectadas pela confrontação entre as duas superpotências, os EUA e a União Soviética. Seguindo um padrão estabelecido, a União Soviética desencadeou duas crises durante este período: a Crise de Berlim de 1961 e a Crise dos Mísseis de Cuba de 1962. Estas crises seguiram-se imediatamente ao fiasco da Baía dos Porcos, sendo que a segunda foi sua consequência directa. Este desastre teve origem num malogrado plano que fora gizado pela CIA durante os últimos meses da administração Eisenhower e as primeiras semanas da administração Kennedy para invadir Cuba com cerca de um milhar de exilados cubanos e derrubar o ditador Fidel Castro, um persistente espinho para os Estados Unidos. Baseava-se na optimista premissa de que a descontente população cubana aderiria aos invasores, treinados e armados pelos Estados Unidos, e ajudaria a derrotar Castro e a sua milícia de 200 000 homens. Quando a força organizada pela CIA desembarcou em Abril de 1961, foi rechaçada pela milícia.[3] No final do Verão, Berlim viu-se mergulhada numa crise com a construção do Muro de Berlim pelo seu sector Leste, comunista, a fim de o isolar, no âmbito dos persistentes esforços de Nikita Kruschev para intimidar os Aliados, levando-os a abandonarem a cidade. Os ventos não corriam de feição para a nova administração Kennedy.

Kruschev comprometera-se por duas vezes em 1960 a defender Cuba da agressão dos EUA; depois da ameaça da Baía dos Porcos levou este compromisso a peito. Em lugar de se limitar a instalar armamento defensivo na ilha, decidiu servir-se de Cuba como uma oportunidade para colocar grande parte dos Estados Unidos ao alcance nuclear fiável de um ataque soviético, deslocando para lá mísseis de médio alcance, de 1.000 milhas, e de alcance intermédio, de 2.200 milhas, e bombardeiros de jacto Ilyushin-28 (IL-28) *Beagle*, de 1.170 milhas de raio de combate. Embora do ponto de vista estratégico pouco importasse se os Estados Unidos eram atingidos por um ataque de Cuba ou por um míssil balístico intercontinental disparado a partir da própria União Soviética, a administração

[2] George F. Kennan, "'Long Telegram from Moscow', Fevereiro de 1946", *Foreign Relations of the United States, 1946 IV* (Washington, D.C.: U. S. Government Printing Office, 1969), 666-709.

[3] Russel, F. Weigley, *The American Way of War* (Nova Iorque: Macmillan, 1973; Indiana University Press, 1977), 450.

Kennedy, já abalada, não podia aceitar as consequências quer domésticas, quer ao nível da política internacional, de um robustecimento sovieto-cubano. Consequentemente, Kennedy impôs um bloqueio naval a Cuba para impedir qualquer reforço soviético, depois de revelar publicamente a existência dos mísseis e de concitar apoio diplomático para a sua retirada. Ameaçou directamente a ilha com uma invasão norte-americana, opção a que os soviéticos, tão longe da pátria, não podiam responder com êxito. Kruschev jogara a sua cartada e perdera. As tropas e o equipamento soviético foram retirados e dois anos mais tarde Kruschev pagou o preço com a perda do poder. Esta humilhação militar e a compensação que as forças armadas soviéticas por ela exigiram marcaram o início do acelerado aumento registado durante a década seguinte do poderio naval soviético, que viria a constituir uma força suficientemente temível para desafiar a autoridade ilimitada que os EUA e as marinhas aliadas anteriormente exerciam. Nos anos 70 as frotas soviéticas eram uma presença significativa em todos os oceanos do mundo. Para Portugal esta presença acrescida significava que a influência comunista podia estender-se a áreas periféricas distantes e que agora o apoio externo aos movimentos subversivos de resistência antiocidental e aos seus guerrilheiros podia ser prestado com maior rapidez.

Um segundo acontecimento que decorreu do fortalecimento do poderio soviético foi uma dispersão no seio da Aliança Atlântica. Nesta era do pós-guerra os Estados Unidos tinham imperado nos assuntos mundiais de uma maneira que nunca estivera ao alcance de nenhuma outra nação. Possuindo apenas uma parte relativamente pequena da população e dos recursos naturais do globo, tinham não obstante acabado por deter o predomínio do poder militar e comercial com uma ampla margem de superioridade relativamente quer aos amigos, quer aos inimigos. Com a relativa recuperação económica da Europa a seguir à guerra e o surgimento da Comunidade Económica Europeia (CEE), muitas nações europeias principiavam a agastar-se com o domínio dos EUA e procuravam agora uma maior autonomia. Os dirigentes dos EUA tinham como adquirida a concordância de interesses entre os membros da Aliança e, com o ascendente de que gozavam, pareciam esquecer a longa história europeia de dinamismo, filosofia política e estilo de diplomacia. Era natural que este património se reafirmasse, e ninguém sentiu mais essa necessidade do que Charles de Gaulle, o presidente francês. Numa tentativa de conferir uma nova estatura ao seu país, que era vítima de um profundo sentimento de fracasso e vulnerabilidade na sequência da sua devastação em ambas as guerras mundiais e da derrota na Indochina e na Argélia, levou a França a seguir o seu próprio rumo. Na impossibilidade de superar o fosso psicológico que havia entre o seu país e os Estados Unidos, começou por ordenar a remoção de todas as armas nucleares de território francês, após o que retirou a esquadra francesa do comando integrado da NATO e finalmente, em 1966, desvinculou completamente a França da estrutura militar da NATO. Numa reviravolta, a França começou a procurar uma colaboração mais intensa com a República Federal da Alemanha. De Gaulle pretendia que a França fosse vista pela Alemanha como um aliado mais fiável do que os Estados Unidos e, com o tempo, substituir a liderança norte-americana pela francesa. O afastamento destes dois países da influência dos EUA viria a proporcionar a Portugal dois aliados decisivos na condução das suas guerras em África.

Esta quebra da solidariedade bipolar não se restringiu ao Ocidente. A China abriu uma brecha muito mais profunda com o seu vizinho soviético, tanto assim, de facto, que a partir de 1969 quatro divisões soviéticas se confrontaram com o exército chinês ao longo das cerca de 4.000 milhas da fronteira sino-soviética, até que, em 1988, a União Soviética,

economicamente exaurida, abandonou unilateralmente a corrida aos armamentos. A natureza potencialmente violenta e confrontacional desta brecha favoreceu os interesses dos Aliados e foi explorada a fundo pelos EUA na prossecução da sua política de contenção. Os Estados Unidos tentaram imediatamente estabelecer contactos com a China e em Fevereiro de 1972 assinaram o Comunicado de Xangai, que formalizava as relações com aquele estado anteriormente hostil.

Havia outras divergências e contracorrentes no conceito bipolar, cuja manifestação mais evidente foi o comportamento dos países não alinhados. Em 1955 um grupo de países não alinhados e comunistas asiáticos, africanos e europeus reuniu-se na Indonésia, na Conferência de Bandung, e aprovou uma resolução em que condenava o colonialismo "em todas as suas manifestações" e declarava que "a sujeição de povos ao jugo, à dominação e à exploração estrangeiros constitui uma violação dos direitos fundamentais do homem, contraria a Carta das Nações Unidas e é um obstáculo à promoção da paz mundial e da cooperação."[4] Esta declaração assinalou uma nova ofensiva contras as potências ocidentais e foi fortemente encorajada pela retirada da Grã-Bretanha e da França do Suez em 1956. Para além de destruir o estatuto de Grande Potência daqueles dois países e pressagiar o completo abandono das suas colónias, esta retirada deixou os Estados Unidos isolados fora da Europa a guarnecer os baluartes da Guerra Fria. O dirigente egípcio Gamal Abdel Nasser, que obrigara os britânicos e os franceses a entregarem o Canal de Suez ao Egipto, passou a jogar com as propostas norte-americanas e soviéticas em seu proveito. Este padrão de subir a parada a cada abertura e procurar extrair benefícios acrescidos de ambos os lados viria a tornar-se familiar no mundo não alinhado até onde era possível manipular as superpotências, como veremos no caso de Ahmed Sékou Touré e da República da Guiné.

Este ímpeto anticolonial reflectiu-se numa maior pressão sobre Portugal, visto que o país assumia cada vez mais o papel de única potência colonial. A Organização da Unidade Africana (OUA), constituída em 1963, teve a sua génese na Conferência de Bandung e reuniu-se pela primeira vez em Adis Abeba, tendo aprovado uma resolução que autorizava a violência armada para liquidar os regimes coloniais existentes. No ano seguinte advogou especificamente a expulsão de Portugal de África pela força e em 1968, reunida na Argélia, sancionou apoios militares concretos a todos os movimentos de libertação.[5] Esta retórica do Terceiro Mundo obteve legitimidade acrescida graças à sua discussão nas Nações Unidas.

Portugal aderira à Organização das Nações Unidas em 1955, na sequência de uma série de vetos da União Soviética e, como se estas rejeições soviéticas não bastassem, foi imediatamente relegado pela comunidade internacional para uma posição de isolamento devido às suas colónias. Tinha havido clamorosas pressões por parte de um contingente de membros da ONU para que Portugal concedesse a autodeterminação às colónias. Esta agitação fora ateada pelos novos estados independentes que passaram a integrar a ONU e pelos escritos de uma série de autores que expunham as violações dos direitos humanos da política colonial de Lisboa, muito em especial o relatório de Huíla, de Galvão. Henrique Galvão, capitão do Exército, era inspector da administração colonial e redigira em 1947 um relatório no qual descrevia a situação da mão-de-obra em Angola e fazia prevenções contra

[4] David M. Abshire e Michael A. Samuels, *Portuguese Africa, A Handbook* (Nova Iorque: Praeger Publishers, 1969), 375.

[5] Sérgio Augusto Margarido Lima Bacelar, *A Guerra em África 1961-1974: Estratégias Aplicadas pelas Forças Armadas* (Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto e Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2000, 41.

a sua manutenção.[6] Numa decisão bastante obtusa, tendo em conta o clima internacional que se estava a criar, António de Oliveira Salazar, o chefe do governo português, proibiu a divulgação do relatório e em 1952 mandou prender Galvão, sob a acusação de traição. Com esta reacção, o incidente conquistou notoriedade internacional e deu argumentos aos opositores. Adicionalmente, Portugal recusava-se a apresentar os relatórios técnicos periódicos sobre as colónias pedidos pela ONU para os territórios sem governo autónomo. Embora desagradadas com este pedido, outras potências coloniais satisfaziam-no. Ao recusá-lo, Portugal conseguiu tornar-se, indesejavelmente, alvo de redobrada atenção. Com estas mal avisadas decisões, dir-se-ia que o país, no combate contra o lóbi anticolonialista, lhe dava armas contra si próprio.

Em 1955 um grupo de membros da ONU que advogavam a independência das colónias conseguiu também, com a ajuda da União Soviética, aprovar uma resolução condenando o colonialismo como uma violação dos direitos humanos e da Carta das Nações Unidas. Em resposta, Portugal alegou que não possuía colónias e que todas as suas províncias ultramarinas faziam parte de um só estado com uma única constituição. Argumentou ainda que a ONU não tinha jurisdição nem competência nesta matéria, visto tratar-se de um assunto interno. A questão permaneceu em discussão latente durante quatro anos, até que finalmente, em Dezembro de 1960, a Assembleia Geral das Nações Unidas, instigada por este grupo e pela União Soviética, votou contra Portugal. Muito embora o país fosse em certa medida vítima da sua própria intransigência, considerou-se discriminado e recusou-se a aceitar a resolução. Os seus aliados da NATO congregaram-se para evitar uma catástrofe, mas em 1961 esse apoio começou a esboroar-se.[7] Para conseguir conservar a sua posição de potência colonial, Portugal teria de passar a ser mais flexível e imaginativo na abordagem do problema, tanto no plano doméstico como na esfera internacional.

Em 1961, as colónias portuguesas, o chamado Ultramar, tinham-se tornado uma importante parte constituinte do bem-estar económico do país em geral. Nessa época a economia do país passara de uma autarcia parcial, de práticas económicas ortodoxas, a uma economia industrializada incipiente mas em rápido desenvolvimento. O afastamento de uma economia assente na agricultura, quer na Metrópole, como se designava Portugal continental, quer no Ultramar, significava uma menor dependência da mão-de-obra rural e das concomitantes políticas. Ao mesmo tempo que a Metrópole evoluía nessa direcção, davam-se os primeiros passos para encorajar uma evolução complementar nas colónias. Em 1961 a extracção mineira, a exploração e refinação do petróleo, a indústria têxtil e a transformação do caju estavam já em curso e havia outras indústrias básicas em fase de planeamento. Estas actividades reflectiam um corte com o passado e uma nova política de Salazar suscitada pelas expectativas que havia em relação às colónias. Dada a crescente procura de operários especializados com habilitações, a educação mereceu renovada e alargada atenção. A relutância ao investimento estrangeiro atenuou-se e a participação francesa, alemã, norte-americana, rodesiana e sul-africana na economia era agora bem-vinda. O crescente ímpeto das economias coloniais continuou em aceleração muito para além de 1961 e veio a constituir um grato sustentáculo para o elemento político nas campanhas de contra-subversão. As colónias estavam, assim, a transformar-se em robustos

[6] Capitão Henrique Galvão, *Relatório sobre os Problemas Nativos nas Colónias Portuguesas* (Lisboa: Ministério das Colónias, 1947).

[7] Joaquim Moreira da Silva Cunha, *O Ultramar, a Nação e o "25 de Abril"* (Coimbra: Atlântida Editora, 1977), 13-14.

motores económicos por direito próprio e não só os seus cidadãos começavam a beneficiar individualmente, como o próprio Portugal colhia importantes benefícios desta crescente prosperidade. As potencialidades históricas das colónias estavam a materializar-se, facto que consolidava a importância que Portugal há muito lhes atribuía e o compromisso nacional para com a sua defesa determinado por Salazar.

A resistência colonial

Ao mesmo tempo que o compromisso colonial de Portugal se fortalecia, recrudescia a resistência local no seio da sua população africana. No período em causa as potências europeias democratizadas, acompanhando a tendência do pós-guerra, libertavam as suas possessões coloniais em África. Este facto constituía uma pressão adicional sobre Salazar no sentido de emparelhar com as formas de governo da Europa ocidental e permitir outro tanto às colónias. As revoltas e a guerra permitiram a Salazar explorar uma maré de fervor nacionalista português preservando o *satus quo* e o seu regime pessoal, o Estado Novo. Consequentemente, a resistência nacionalista e a contestação à sua visão colonial tiveram o efeito de robustecer o empenhamento de Portugal, em lugar do inverso. Se bem que a economia se considerasse importante, a posição pessoal de autoridade de Salazar era primordial.[8] Além disso, o ódio e a desconfiança que votava ao comunismo desempenharam um papel importante. Ele estava ciente da incapacidade das potências ocidentais de conterem o comunismo, economicamente falido mas politicamente em ascensão.[9] Num discurso proferido a um grupo de oficiais do Exército e da Marinha a 6 de Julho de 1937, Salazar definiu o comunismo como "um sistema de ideias que é um sistema de crimes" e estava tão convicto da ameaça desta ideologia que considerava que "está em jogo a civilização ocidental."[10] Os seus piores receios confirmaram-se quando em 1960 Daniel Semenovich Solod, o "brilhante organizador e perito em tácticas de infiltração e insurreição" foi colocado na vizinha ex-colónia francesa, a República da Guiné.[11] O embaixador Solod granjeara uma reputação notável pelo incremento da influência soviética no Médio Oriente e no norte de África e nessa altura principiou a trabalhar nas colónias portuguesas e a estimular a sua já antiga tendência de nacionalismo dissidente.

Os movimentos nacionalistas e as suas alas militares que contestavam a Portugal a propriedade das colónias tiveram origem nos anos 30. O aparecimento da moderna oposição negra ao domínio português deu-se com o exercício da repressão pelo Estado Novo de Salazar de qualquer forma de dissensão, particularmente política. Esta atitude alastrou da Metrópole às colónias. A resistência iniciou-se lentamente, visto que a fragmentação ética e social da comunidade ultramarina não branca constituía uma barreira prática a qualquer oposição. Sem uma liderança forte, não haveria movimento nacionalista capaz de ganhar o

---

8 W. Gervase Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire 1825-1975: A Study in Economic Imperialism* (Manchester: Manchester University Press, 1985). As pressões internas e externas para democratizar Portugal e fazê-lo acertar o passo com a Europa Ocidental tinham aumentado desde a 2ª Guerra Mundial e no final dos anos 50 o poder de Salazar estava fragilizado.

9 Hugh Kay, *Salazar and Modern Portugal* (Londres: Eyre and Spottiswoode, 1970), 69 e 133. O autor sustenta que até em Inglaterra o comunismo se tornara "a palavra de ordem dos instintos revolucionários da nossa época" e isso acontecera "pelo poder da palavra, por mera fanfarronice, talvez pela volúpia do contraste." Era em grande parte o êxito da "evangelização" comunista que levava Salazar a desconfiar tanto dele.

10 Salazar citado em Ibid., 133.

11 Ibid., 238.

ímpeto necessário para conciliar estes pontos de vista divergentes e dar forma à resistência ao regime de Salazar. As reclamações dos locais africanos eram antigas e tinham vindo à tona no princípio do século XX com o influxo de colonos brancos e as violações dos direitos dos trabalhadores. Este ressentimento indígena ganhou evidência pública em 1931, quando um jornal independente de Moçambique, *O Brado Africano*, conseguiu romper as malhas da censura salazarista e publicou um incisivo editorial intitulado "Basta". Daí em diante este sentimento nunca deixaria de estar próximo da superfície e a calma aparente era ilusória.

Após a 2ª Guerra Mundial brotaram sentimentos nacionalistas no seio dos mestiços e *assimilados* (na sua maioria mestiços legalmente assimilados pela cultura portuguesa). Estes grupos, porém, eram sobretudo urbanos e como tal não representavam a população em geral. Como estavam localizados nas cidades, encontravam-se por duas razões num ambiente hostil: a maioria dos seus opositores, a população branca, vivia em cidades, e era também nelas que a polícia política nacional, a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) funcionava com maior eficácia. Consequentemente, ou eram de curta duração ou existiam em estado latente.[12] Em 1956, os jovens marxistas do Partido Comunista Angolano contribuíram para a formação do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). O MPLA enraizou-se no seio dos intelectuais urbanos de Luanda, na sua maioria radicais, entre os moradores dos bairros pobres e, em menor escala, a leste da capital, no meio dos ambundos, o segundo maior grupo etnolinguístico de Angola, e dos chokwe. Estas raízes urbanas eram constituídas sobretudo por mestiços, que controlavam o partido. O movimento tinha pouco em comum com a população rural do leste e do norte de Angola e não se esforçou grandemente por conquistar o seu verdadeira afecto. Em Dezembro de 1956 o manifesto inicial do MPLA foi objecto de ampla difusão, num ataque frontal e directo ao governo. Como era de prever, a PIDE reagiu adversamente e houve uma série de líderes do MPLA que foram obrigados a exilar-se. A partir de 1957 a acção da PIDE registou um êxito tal "que os nacionalistas se limitavam a manter uma organização extremamente rudimentar e não conseguiam comunicar com as células que ainda existiam".[13] Os partidos viam-se obrigados a tratar dos seus assuntos a partir de estados vizinhos e eram profundamente influenciados pelas suas ligações estrangeiras.

As eleições presidenciais de Maio de 1958 deram a todo o Portugal alguma oportunidade de exprimir a sua insatisfação com o *status quo*. No regime de Salazar as eleições não passavam, por via de regra, de uma formalidade, de uma deslavada operação de cosmética, de resultados previsíveis. Em 1958, porém, a candidatura do general Humberto Delgado, muito publicitada e fortemente emocional, contra o candidato de Salazar, o almirante Américo Tomás, entusiasmou Portugal inteiro. Esta amostra de sufrágio parcial despertou a insatisfação entre os mestiços e assimilados e em Julho constituiu-se em Angola uma série de pequenos partidos, que no fim acabaram desmantelados por vagas de prisões ocorridas em Março, Maio e Julho de 1959. Com a sua organização sistematicamente destruída pela PIDE, o MPLA viu-se progressivamente enfraquecido e isolado da sua liderança, agora localizada no estrangeiro. Nesta situação de deterioração, apoiou uma sublevação em Fevereiro de 1961 que não tinha quaisquer possibilidades de êxito duradouro; estava condenada a ser

[12] John A. Marcum, *The Angolan Revolution: Volume I, The Anatomy of an Explosion (1950-1962)* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1969), 347-351. Marcum enumera, só em Angola, cinquenta e nove grupos surgidos em 1940 e que em 1962 se haviam fundido entre si ou tinham desaparecido.

[13] Malyn Newit, *Portugal in Africa: The Last Hundred Years* (Londres: C. Hurst & Co., 1981), 190.

efémera, pois ocorreu em Luanda, o centro da polícia e da força militar portuguesas, e fora da cidade, no seio da população rural, o MPLA não tinha apoiantes nem bases.

O MPLA no exílio estabeleceu-se inicialmente em Léopoldville e alinhou não apenas com outras nações independentes africanas e com a sua filosofia socialista, mas também com o bloco comunista, incluindo os partidos comunistas italiano e francês. A liderança estava, pois, familiarizada com a teoria comunista sobre guerras de libertação nacional, organizando-se em conformidade. O MPLA verificou que tinha a rivalidade de outro importante grupo nacionalista angolano da época, a UPA (União das Populações de Angola) na aceitação como principal representante do povo angolano. Em 1962 o MPLA criou o seu braço militar, o EPLA (Exército Popular de Libertação de Angola) a fim de projectar a sua influência em Angola. Esta força incipiente compunha-se de 250 a 300 jovens que tinham recebido formação militar no Gana e em Marrocos. O EPLA procurou com a sua força alargar o conflito à fronteira norte de Angola e obter a penetração em todo o país, divulgando o manifesto do MPLA. O recrutamento revelou-se difícil devido às rivalidades étnicas, e a acção militar era frustrada pela UPA, sua concorrente. Em 1963, graças à sua influência junto da liderança do Congo, a UPA obrigou o MPLA a abandonar Léopoldville e a restabelecer-se em Brazzaville, a partir de onde era difícil levar a efeito uma campanha que, passando por um país terceiro pouco entusiástico, chegasse à agora distante Angola. Consequentemente, o norte de Angola revelou-se terreno estéril para o MPLA e só em 1966, com a abertura da sua segunda frente a partir da Zâmbia, se registaria algum êxito. O resultado mais significativo, sob a perspectiva portuguesa, foi a captura em Julho de 1963 de diversas películas de 35 mm onde se enunciava a doutrina militar de guerra revolucionária. Verificava-se um paralelismo com o credo maoista, na reafirmação de que o movimento era uma guerra popular e que a luta seria prolongada.[14] A primeira prioridade seria a doutrinação e a organização das massas, a que se seguiria o estabelecimento de bases rurais e áreas de resistência.[15] Existia uma falha nesta doutrina pseudo-nacionalista, na medida em que o MPLA pouco tinha em comum com a maioria da população de Angola. Não obstante, ela serviria ao MPLA até 1974 e, como veremos em ulteriores capítulos, os portugueses previram acertadamente a debilidade desta via.

A UPA foi criada em meados dos anos 50, a partir de uma série de pequenos grupos de objectivos contraditórios, por Barros Nekaka, que em 1958 passou a liderança ao seu sobrinho Holden Roberto. A força da UPA residia nas populações rurais da região etnolinguística angolana dos bacongos. Este povo ocupava a fronteira entre o Congo Belga e Angola e estendia-se até Cabinda e ao Congo Francês, os limites do antigo reino do Kongo. Holden Roberto defendia inequivocamente que não era só o reino bacongo ou qualquer outra entidade que tinha de ser libertada, mas Angola inteira. Fervoroso anticolonialista, Holden Roberto nascera em Angola mas em adulto vivera no Congo Belga. Educado por missionários da Igreja Baptista, entre 1941 e 1949 trabalhara como contabilista na administração colonial belga. O norte de Angola era uma área onde se adquirira maior consciência política nos

[14] Willem S. van der Waals, *Portugal's War in Angola 1961-1974* (Rivonia: Ashanti Publishing, 1993), 103. Cita-se Agostinho Neto: "Se presentemente o inimigo possuir mais forças do que nós, e parece que assim é, então é correcto prepararmo-nos para uma guerra prolongada. O conceito errado de que devíamos ser capazes de executar uma guerra de decisões rápidas deve ser afastado de uma vez por todas." Ver também Alpoim Calvão, "Guerra Revolucionária e Guerra Subversiva", *Anais do Clube Militar Naval* (Outubro-Dezembro de 1967): 713-720.

[15] Região Militar de Angola, *SUPINTREP Nº 19: Guerra Revolucionária*, Julho de 1963, Luanda, citado em Van der Waals, 103.

anos 50, mercê dos colonos brancos, da influência dos missionários baptistas e do fácil acesso à crescente actividade política do Congo Belga. Holden Roberto sentia, assim, uma grande afinidade com os povos mais próximos do outro lado da fronteira. Devido ao facto de a fronteira ser relativamente aberta, a UPA conseguiu criar ali adeptos, os quais viriam a constituir os quadros leais que foram a base da insurreição de Março de 1961. A presença portuguesa nesta área revestiu a forma de chefes de posto e administradores, em lugar da PIDE, e aqueles funcionários estavam tão dispersos que lhes era fisicamente impossível irem além do exercício de um controlo extremamente fortuito sobre as suas circunscrições.[16]

Embora fosse relativamente instruído, Holden Roberto pertencia ao grupo etnolinguístico dos bacongos, não era mestiço e, consequentemente, não partilhava a sua perspectiva cultural, mais europeia. Assim, a personalidade e a filosofia de liderança da UPA estavam em flagrante contraste com o MPLA e a sua sofisticada liderança de mestiços, que era de esquerda, intelectual e aculturadamente portuguesa. Também no financiamento e apoio se verificavam contrastes, uma vez que o MPLA estava na realidade ligado ao bloco Leste. A UPA recebia apoio financeiro da Comissão Americana para a África e de vários governos africanos, preponderantemente do de Léopoldville.[17] Assim sendo, os dois movimentos nunca conseguiram resolver as suas divergências e juntar forças de maneira eficaz.

Quando a 30 de Junho de 1960 o Congo Belga se tornou independente, o novo governo começou a prestar apoio de ordem prática a Holden Roberto, incluindo autorização para montar uma estação de rádio e um campo de treino dentro das suas fronteiras. Este santuário foi uma importante faceta das operações da UPA nos seus primeiros anos de vida. Holden Roberto presenciara a longa série de crises congolesas que se iniciara com os violentos distúrbios políticos de 4 de Janeiro de 1959 e levara ao acelerado ímpeto belga para a concessão da autodeterminação e independência do Congo em dezoito meses. Em Dezembro de 1960 pensava que, tal como os belgas se haviam cansado rapidamente do conflito armado, outro tanto se passaria com os portugueses, uma vez iniciado este. Nessa conformidade usou o seu santuário no Congo e a permeável fronteira comum a fim de criar condições para pôr termo à relativa tranquilidade colonial de Portugal.

A UPA criou o seu braço militar, o ELNA (Exército de Libertação Nacional de Angola) em Junho de 1961, depois de os ataques de Março não conseguirem a retirada de Portugal. O seu comandante-chefe era Holden Roberto e os outros líderes eram desertores do Exército português: Marcos Xavier Kassanga, o chefe de estado-maior em Léopoldville, e João Baptista, o comandante operacional em Angola, que tinha o seu quartel-general em Bembe. Esta chefia era ineficaz. Holden Roberto era tão autocrático que pouco mais aceitava além de dinheiro e armas. Sem treino, o ELNA "dava um desmoralizador exemplo de incompetência político-militar e indisciplina."[18] O vice-cônsul da Força de Defesa Sul-africana comentava que o ELNA "se envolvia em actividades militares no sentido mais restrito...

[16] Douglas L. Wheeler e René Pélissier, *Angola* (Londres: Pall Mall Press, 1971), 167. Os autores citam como exemplo o distrito do Congo em 1960. Para os seus quase 96.000 quilómetros quadrados tinha catorze concelhos (a unidade administrativa urbana ou semiurbana básica) ou circunscrições (divisão administrativa rural básica) e trinta e sete postos, para uma média de cerca de 1.900 quilómetros quadrados por divisão administrativa. Esta presença dificilmente podia ser eficaz para controlar uma fronteira, uma vez que a distância entre os postos seria de várias dezenas de quilómetros. Muita gente podia atravessar a fronteira e fazia-o efectivamente sem ser referenciada.

[17] Hélio Felgas, "Angola e a Evolução Política dos Territórios Vizinhos", *Revista Militar* (Dezembro de 1965): 700.

[18] Van der Waals, 96.

mas evitava tanto quanto possível o contacto com as forças de segurança portuguesas."[19] O treino era tão deficiente que, apesar do aumento do ELNA para cerca de 6.200 homens, o seu comportamento em campos como o de Kinkuzu, no Congo, era motivo de alarme.[20] Andreas Shipango, representante da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), fez a seguinte avaliação durante uma visita em 1963:

> *Juntamente com representantes de uma série de outros movimentos de libertação, visitei os campos de treino de Holden Roberto próximos da fronteira angolana, com vista a enviar os nossos jovens para lá. Porém, o clima dos campos de treino de Roberto era muito mau e não me foi possível recomendar essa linha de acção.*[21]

Esta falta de liderança deu origem a grandes desavenças nas chefias da UPA. Apesar da reorganização da UPA ocorrida em Março de 1962, que consistiu em incluir mais grupos, mudar o nome para FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e formar um governo no exílio chamado GRAE (Governo da República de Angola no Exílio), pouco de substancial se efectivou. Frustrado, Jonas Savimbi, "ministro dos Negócios Estrangeiros" de Holden Roberto, rompeu formalmente com a UPA/FNLA em Julho de 1964 e veio a formar o terceiro movimento nacionalista de Angola, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). No ano seguinte, depois de enfrentar Holden Roberto num golpe mal sucedido, Alexandre Taty, "ministro do armamento", desertou para o lado português em Cabinda, acompanhado de um número substancial de adeptos. John Marcum descreveu a situação existente em 1963: "Fosse por inacção, fosse pela inabilidade de uma liderança tacanha, perderam-se oportunidades a seguir umas às outras e alienaram-se sucessivamente potenciais fontes de apoio."[22] Dois anos após ter-se iniciado o conflito, as tendências políticas no interior da UPA/FNLA, a falta de formação de quadros do ELNA e a grande concorrência da actividade do MPLA e da UNITA reduziram o UPA/FNLA a uma organização sem grande significado.

Holden Roberto não obedecia a nenhum minucioso credo guerrilheiro, limitando-se a desencadear a violência na esperança de que os portugueses se cansassem dela e capitulassem. Havia tão-somente um tibio programa militar, sem o sustentáculo da doutrinação política. Não se falava em conquistar a população para o ideário da UPA/FNLA, que consistia simplesmente em que Angola devia ser um país independente, com Holden Roberto na chefia do estado. Comparada com a do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) e com o trabalho do seu fundador, Amílcar Cabral, esta abordagem caracterizava-se pelo amadorismo e pela falta de eficácia.

Além de Angola, antes dos acontecimentos de 1961 havia movimentos nacionalistas ligados à Guiné e a Moçambique que tinham a esperança de negociar concessões com

---

[19] Ibid., 97. O autor sustenta que a propaganda e a acção social dos portugueses entre os refugiados de Angola persuadia a maioria destes deslocados a mudarem-se para aldeamentos controlados. Esta circunstância privou o ELNA de apoio popular. O ELNA tinha-se concentrado na acção militar num deserto humano e em impedir a infiltração do MPLA. Descurara a doutrinação, a organização e a angariação de recrutas no seio dos refugiados que regressavam a Angola, perdendo assim a oportunidade de minar a autoridade portuguesa. Consequentemente não se estabeleceu nenhuma infra-estrutura política interna em Angola. Portugal levou a melhor e manteve uma dinâmica superior até 1974.

[20] Neil Bruce, "Portugal's African Wars". *Conflict Studies* 34 (March 1973): 22.

[21] Sue Armstrong, *In Search of Freedom* (Gibraltar: Ashanti Publishing, 1989), 71.

[22] John A. Marcum, *The Angolan Revolution: Volume II, Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1978), 113.

os portugueses no sentido da autodeterminação. Na Guiné os esforços dos nacionalistas locais para se organizarem começaram em princípios dos anos 50. O PAIGC foi fundado em 1956 por assimilados locais e cabo-verdianos instruídos. A sua organização política inicial desencadeou no dia 3 de Agosto de 1959 uma greve de estivadores descontentes que, ao ser reprimida por uma força militar excessiva, teve um desfecho desastroso. Morreram cinquenta trabalhadores e o incidente ficou conhecido como o "massacre do Pidjiguiti". A liderança do PAIGC não tardou a compreender que o protesto pacífico não alcançaria o seu objectivo de autonomia e independência. Nessa conformidade, alterou a sua estratégia, passando a organizar clandestinamente a população rural para a insurreição.[23] O PAIGC aprendera duras lições em 1959, muito antes das experiências do MPLA e da UPA/FNLA de 1961, e alterara a sua abordagem. Só em Janeiro de 1963, uma vez presentes todos os elementos para obter êxito, incluindo santuários firmes em países adjacentes, se achou em condições para travar uma guerra de guerrilhas na Guiné.

A força motriz por detrás do PAIGC era Amílcar Cabral, que nascera na Guiné, filho de pais cabo-verdianos. Cabral era um engenheiro agrónomo, formado em Lisboa, fora funcionário da administração portuguesa na Guiné (1952-1955) e trabalhara em diversos organismos agrícolas da Metrópole (1955-1959), deslocando-se por diversas vezes a Angola em trabalho de investigação. Desde muito novo adquirira consciência política, que amadureceu durante a vida académica em Lisboa. Embora influenciado pela ideologia marxista-leninista da época, Cabral era sobretudo um nacionalista e criou a sua própria variante quer da mensagem política do PAIGC, quer da dimensão militar a ela associada. Segundo palavras suas:

> *Vale a pena lembrar [a todos os movimentos nacionalistas]... que por maior que seja a similitude dos casos em presença e a identificação dos nossos inimigos, a libertação nacional e a revolução social não são mercadorias de exportação. São... um produto da elaboração local nacional – mais ou menos influenciável pela acção de factores exteriores (favoráveis e desfavoráveis), mas determinado e condicionado essencialmente pela realidade histórica de cada povo.*[24]

Foi neste contexto que Cabral começou a preparar o enquadramento político para a guerra de guerrilhas.

No seguimento da sua experiência da manifestação dos estivadores do Pidjiguiti, Cabral percebeu que os portugueses não iriam negociar e que a luta armada era a única forma de atingir os objectivos do PAIGC. Cabral não possuía treino militar, que se saiba, e anteriormente a 1959 não tinha grande interesse por esses assuntos. É possível que tivesse tido algum contacto com eles durante a sua visita à China em 1960, e o certo é que era visível a influência chinesa no treino dos seus guerrilheiros. Sabia-se que alguns elementos do PAIGC frequentavam cursos de guerrilha e subversão na Argélia, na União Soviética e na Checoslováquia.[25] A despeito desta falta de experiência militar, o papel de incontestado comandante e táctico assentava-lhe bem e a sua imaginação e flexibilidade tornaram-se evidentes na condução da campanha.

Cabral veio a aperceber-se da indispensabilidade da doutrinação da população e a adquirir plena consciência da necessidade de diminuir o fosso entre os intelectuais urbanos e os

[23] Patrick Chabal, *Amilcar Cabral* (Cambridge: Cambridge University Press, 1983), 56-57.

[24] Amílcar Cabral, *Guiné-Bissau – Nação Africana Forjada na Luta* (Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974), 39.

[25] Hélio Felgas, *Os Movimentos Terroristas* (Lisboa: edição do autor, 1966), 57.

guinéus tradicionais. A preparação do campo de batalha político que ao longo de dois anos promoveu foi clássica no que se refere ao esforço para unir a população sob uma ideologia comum que ultrapassasse as divisões tribais e étnicas. A sua investigação das reclamações locais foi a mais completa de todos os movimentos nacionalistas. Não era fácil a Cabral convencer a população de que estava a ser oprimida. A terra, por exemplo, já pertencia aos camponeses e de uma maneira geral era propriedade das aldeias. A Guiné não tinha uma concentração de colonos estrangeiros que aparentemente explorassem a população. Nas palavras de Cabral:

> *Não podíamos mobilizar as pessoas dizendo-lhes "A terra deve pertencer a quem trabalha". Porque aqui a terra não falta... Nunca mobilizámos pessoas na base da luta contra o colonialismo. Isso não dava nada. Falar da luta contra o imperialismo não dava nada entre nós... Isto prova a necessidade de fazer com que cada camponês encontre o seu próprio caminho para se mobilizar para a luta.*[26]

Procurou, assim, exprimir a sua mensagem revolucionária em termos que se adequassem às preocupações quotidianas da população rural:

> *Lembrem-se sempre de que as pessoas não lutam por ideias, por coisas que só existem na cabeça de indivíduos. As pessoas lutam e aceitam os sacrifícios necessários. Mas fazem-no para conseguirem proveitos materiais, para viverem em paz e melhorarem os seus modos de vida, para conhecerem o progresso e poderem garantir um futuro aos seus filhos.*[27]

Esta abordagem era muito mais fecunda do que as actividades comparáveis em Angola.

Cabral conheceu e trabalhou de perto com líderes do MPLA e estabeleceu o seu quartel-general no exílio em Conacri, a capital da República da Guiné, a antiga Guiné Francesa. Foi dali que conduziu a sua campanha de confrontação com os portugueses. O outro movimento nacionalista importante na Guiné era a FLING (Frente de Luta pela Independência da Guiné). Chefiada por Benjamim Pinto Bull, Jonas Fernandes e Henry Labery, tratava-se de uma amálgama de diversos movimentos mais pequenos e moderados, a que foi concedido santuário no Senegal pelo respectivo dirigente, Léopold Sédar Senghor, a fim de operar na fronteira norte da Guiné. Senghor, ele próprio um moderado, estava em desacordo com Cabral e o PAIGC. Embora não quisesse que este movimento se servisse do Senegal como santuário para desencadear ataques a território português, pouco podia fazer a esse respeito, dadas a natureza do terreno e a sua falta de força para impedir a presença do PAIGC. Mais uma vez, tal como em Angola, as filosofias dos líderes do PAIGC e da FLING eram tão díspares que havia pouco em comum que possibilitasse acordos e cooperação, se bem que Cabral tentasse conciliar e se mantivesse em contacto com Senghor.

Na sequência do malogrado emprego de grupos de guerrilha autónomos durante o primeiro ano do conflito, Cabral convocou em Fevereiro de 1964 o Congresso de Cassacá a fim de reorganizar o esforço de guerra e formar um exército nacional, as FARP (Forças Armadas Revolucionárias do Povo). Uma vez que os portugueses tinham mostrado que não iriam negociar, a única alternativa de Cabral era vencer no terreno. Ponderadamente, reuniu e instituiu os adequados elementos da guerra de guerrilhas, em particular o da doutrinação política, para alcançar os objectivos do PAIGC.

---

[26] Amílcar Cabral, *Textos Políticos* (Porto: Edições Afrontamento, 1974), 19-20.

[27] Amílcar Cabral, *Palavras de Ordem Gerais* (Bissau: PAIGC/Secretariado Geral, 1976), 34.

Em Moçambique havia antes de 1961 uma série de organizações nacionalistas no exílio. O governo português desenvolveu todos os esforços para enfraquecer o espírito de nacionalismo na sua fase embrionária, mas havia permanentemente talvez meio milhão de moçambicanos, isto é, cerca de 10% da população, a trabalhar nos países vizinhos. Estes exilados estavam expostos a novas ideias políticas e no período 1958-1960 principiaram a organizar-se em associações que visavam os contactos sociais, a auto-ajuda e em última análise a política nacional. A primeira organização nacionalista propriamente dita foi a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), criada na Rodésia do Sul em Outubro de 1960, transferida em Fevereiro de 1961 para Dar-es-Salam. Apareceram na altura mais dois grupos dignos de nota, a MANU ou UNAM (União Nacional Africana de Moçambique), consoante a denominação em inglês ou em português, fundada no seio de emigrantes macondes no Quénia e na Tanzânia, e a UNAMI (União Nacional de Moçambique Independente), estabelecida no Malawi. Tanto a MANU como a UDENAMO puseram de lado as suas divergências e participaram na conferência de 1961 em Casablanca, onde os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas consolidaram a sua frente, transformando-se numa coligação. Subsequentemente, em Setembro de 1962, elementos da MANU, da UNAM e da UDENAMO fundiram-se na FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), a instâncias de Julius Nyerere, o líder do Tanganica, tornando esta o movimento mais forte e mais importante.

Eduardo Mondlane assumiu a sua liderança. Também ele interiorizara as lições de 1961 e só cerca de três anos mais tarde, em Setembro de 1964, uma vez treinado o seu pequeno exército, se achou em condições de desencadear uma guerra de guerrilhas. Mondlane, tardiamente chegado aos movimentos nacionalistas contra Portugal, foi muito influenciado pela tendência de Angola e da Guiné. Inicialmente a sua organização desenvolveu-se de maneira semelhante ao PAIGC e confrontou-se com o mesmo tipo de problemas para subordinar as operações militares à liderança política. A sua doutrina tinha paralelismos com a do MPLA e particularmente com a do PAIGC, com a sua tónica na doutrinação política, e foi segundo essas directrizes que procurou conduzir as suas operações militares. Os moçambicanos pertencentes ao MANU tinham já ensaiado manifestações pacíficas, com as mesmas consequências que se haviam registado em Angola e na Guiné. No dia 16 de Junho de 1960, em Mueda, tentou entregar uma petição ao administrador português local, que respondeu com o emprego de tropas contra camponeses desarmados. Supostamente foram mortos dezassete africanos nesta manifestação[29]. Este "massacre" de Mueda politizou os macondes e afectou a evolução da FRELIMO e da sua campanha. A FRELIMO considerava agora que a luta armada era a única resposta, uma vez que Portugal se recusava a conceder a autodeterminação e aniquilaria quem se manifestasse a favor da liberdade política.[30]

A expressão política era proibida tanto no Ultramar como na Metrópole, excepto no restrito contexto das eleições portuguesas montadas de quatro em quatro anos. A exteriorização de queixas ou de opiniões políticas liberais suscitava uma resposta brutal por parte das autoridades. No caso da greve dos estivadores do cais do Pidjiguiti em 1959, o PAIGC contara que ela levasse a negociações com as autoridades e à correcção das injustiças. Quando este processo tradicional se malogrou, Cabral não teve outro remédio senão procurar uma alternativa na guerra de guerrilhas, com o objectivo de encetar negociações ou em última

[29] Carlos Fontes, "Moçambique: A Guerra de Libertação (1964-1974)", *Imigrantes Somos Todos* http://imigrantes.no.sapo.pt/page2moc0Libert.html (página visitada em 11 de Novembro de 2011).

[30] Eduardo Mondlane, *The Struggle for Mozambique* (Londres: Zed Press, 1969), 125.

análise conseguir o controlo do país. Outro tanto se pode dizer do MPLA e do seu inicial êxodo de Angola em 1956 e 1957.

As populações rurais não são normalmente uma força revolucionária, e assim sucedeu na África portuguesa.[10] São por natureza conservadoras e encontram segurança e conforto na rotina das suas vidas e nas instituições socioeconómicas que as governam. Resistem à mudança e olham os forasteiros com desconfiança. As guerrilhas dos diversos movimentos nacionalistas representavam uma mudança que as populações não estavam preparadas para aceitar com rapidez. Assim, a despeito das suas justificadas reclamações, os cidadãos africanos negros das colónias pareciam ser leais a Portugal e em termos gerais encarar com desconfiança as actividades dos nacionalistas. Este aparente apoio reforçou o empenhamento de Portugal em relação às colónias e ao seu povo. Ao iniciar-se o ano de 1961, a confiança interna de Portugal na sua posição era mais forte do que nunca. Deu-se, além disso, uma série de acontecimentos que tiveram o efeito cumulativo não só de reforçar esta atitude, como de endurecê-la, levando à irreversível via da guerra. Esta série iniciou-se, por ordem, com a humilhante tomada do navio português *Santa Maria* por intermédio da reaparição do activista Henrique Galvão, a afronta dos ataques no norte de Angola e uma tentativa de golpe contra Salazar tendente a moderar a posição política do país no sentido das exigências dos movimentos nacionalistas. Este malogro da moderação conforme com a mensagem das Nações Unidas serviu para silenciar as vozes da razão. O golpe final foi a queda de Goa, que tornou qualquer outra perda impensável. Examinaremos seguidamente estes acontecimentos e o papel que desempenharam na opção de Portugal pela guerra.

O incidente do *Santa Maria*

Em Janeiro de 1961 o navio português *Santa Maria* foi tomado de assalto por um grupo de vinte e quatro homens pertencentes ao DRIL (Directório Revolucionário Ibérico de Libertação), chefiado pelo conhecido activista Henrique Galvão. Galvão encontrava-se então exilado na Venezuela, depois de ter fugido da prisão em 1959 e de ter passado pela Argentina e pelo Brasil. O *Santa Maria* era um paquete que transportava cerca de 612 passageiros com uma tripulação de 350 homens e operava nas Caraíbas. Galvão, o seu grupo e as suas intenções tinham desde Outubro de 1960 suscitado a renovada atenção das autoridades. Embora os seus planos para uma manifestação não se houvessem concretizado na altura, registava-se um apoio significativo às suas actividades por parte da comunidade oposicionista exilada e particularmente de Humberto Delgado, então a residir no Brasil. No dia 20 de Janeiro alguns operacionais do DRIL embarcaram no *Santa Maria* no porto de La Guaira e um dia depois Galvão e os restantes clandestinos entraram no navio em Curaçau. Uma vez no mar, o navio foi facilmente tomado na noite de 22 de Janeiro, causando a morte de um tripulante e ferimentos noutro.

O objectivo bastante fantasista da operação era conduzir o navio para a costa ocidental de África e lançar ali um ataque de surpresa à ilha de Fernando Pó, na Guiné Espanhola, imediatamente a norte das possessões portuguesas de São Tomé e Príncipe. Uma vez tomada, a ilha serviria de base para um ataque a Luanda apoiado por forças rebeldes locais indefinidas. A seguir Galvão empreenderia uma campanha para libertar uma parte do território português, estabelecer nela um governo de oposição e, a partir daí, desencadear uma guerra contra o regime de Salazar. Depois de Angola, libertaria Moçambique e a seguir

[10] Gerald J. Bender, "The Limits of Counterinsurgency: An African Case", *Comparative Politics* 4 (April 1972): 357.

a Metrópole, presumivelmente instaurando o seu próprio regime.[31] A contradição entre os vários elementos deste plano é imediatamente óbvia se atentarmos bem na tomada de um grande navio em alto mar, num espalhafatoso e publicitado acto de pirataria, para seguidamente, atravessando todo o oceano, tentar desencadear um ataque de surpresa, operação cujo êxito dependia vitalmente do seu carácter clandestino. A despeito deste ridículo plano, o objectivo mais realista de Galvão parecia ser mostrar ao mundo, com uma manobra amplamente noticiada, que havia uma oposição activa ao regime de Salazar. É indubitável que concretizou este propósito.

Quando em Lisboa se recebeu a notícia do *Santa Maria*, o governo português decidiu a 23 de Janeiro obter a ajuda dos governos norte-americano e britânico e nessa conformidade abordou ambos, obtendo reacções inicialmente favoráveis. Os Estados Unidos consideraram o incidente um acto de pirataria e procederam à localização e seguimento do navio errante, com a intenção de o abordarem e fazerem-no regressar ao porto norte-americano mais próximo, recorrendo ao uso da força. O objectivo era proteger os passageiros e o navio e devolver este aos seus legítimos proprietários. Ambas as Marinhas destacaram imediatamente contratorpedeiros e aviões de reconhecimento marítimo para determinar a posição do *Santa Maria*.

A nova administração Kennedy, que tomara posse no dia 17 de Janeiro, reconsiderou a sua reacção inicial. A 24 de Janeiro Galvão fizera uma proclamação em diversos noticiários nacionais segundo a qual o DRIL era a favor da democracia e contra o totalitarismo e se opunha a todas as formas de governo arbitrário. Simultaneamente, no Brasil, Delgado interveio para afirmar o seu apoio ao DRIL e declarar que dera pessoalmente ordens a Galvão para tomar o navio de assalto.[32] Esta posição era simpática aos elementos liberais do partido político de Kennedy e levou a sua administração a fazer algum trabalho de casa sobre Delgado e Galvão. Passados três dias, a administração Kennedy não estava segura de que se pudesse alegar tratar-se de um caso de pirataria. Entretanto a Marinha dos EUA seguia o *Santa Maria*, com autorização para o interceptar e abordar a fim de proteger cidadãos norte-americanos e velar pelos interesses humanitários dos outros passageiros e tripulantes. Em resposta a esta mudança de atitude política, a Marinha dos EUA recebeu repentinamente ordens de se limitar a seguir o navio e comunicar os seus movimentos. A Marinha britânica abrandou também a sua atitude.

Kennedy teve então de se confrontar com um elemento do seu partido que o acusou de pactuar com o "ditador" Salazar. Na ânsia de agradar ao seu eleitorado e de resolver o problema da "pirataria política", Kennedy deu novas instruções à Marinha no sentido de negociar o regresso do navio e a libertação dos passageiros e da tripulação.[33] A partir de 25 de Janeiro houve diversas comunicações entre o navio e os aviões de reconhecimento marítimo em que Galvão foi persuadido a libertar os passageiros norte-americanos antes de prosseguir a viagem para África. Acabou por se chegar a um entendimento segundo o qual um emissário dos EUA abordaria o navio no mar e negociaria um plano para o desembarque dos passageiros no porto brasileiro mais próximo. Na sequência destas negociações, a 27 de Janeiro Galvão aceitou levar o *Santa Maria* até Recife para ali deixar os passageiros. Depois de um febril trabalho diplomático para conseguir garantias quanto ao cumprimento

[31] Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: A Crise de uma Aliança* (Lisboa: Editorial Notícias, 2002), 35-36.

[32] Ibid., 39.

[33] António José Malheiro Garcia, "A Operação *Santa Maria*", na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, dact. [policopiado]. (Lisboa: Ministério da Marinha, 1972), 1.

das obrigações estabelecidas nos tratados vigentes, o *Santa Maria* entrou no Recife. Ainda assim, manteve-se uma certa confusão quanto às condições da partida e Galvão continuou a reter os reféns a bordo. Este impasse foi curto e terminou quando o almirante Dias Fernandes, comandante do 3º Distrito Naval, e 60 dos seus fuzileiros entraram em acção para o ultrapassar. Galvão e os seus compatriotas do DRIL passaram mais um dia sozinhos a bordo a ponderar a sua situação antes de pedirem asilo político no Brasil. De novo com grande aparato, desembarcaram rodeados por uma multidão de jornalistas, repórteres e companheiros oposicionistas chefiados por Delgado. Uns dias mais tarde o *Santa Maria* foi devolvido ao governo português.

Este episódio serviu para realçar a luta política contra o regime de Salazar. Galvão tinha alcançado o seu objectivo principal de dar visibilidade internacional à sua cruzada e criar ao mesmo tempo uma divisão política nos mais altos escalões do governo português relativamente a esta afronta ao regime e este insulto ao seu líder. Como adiante se verá, tanto esta divisão no interior do governo de Salazar como a evolução da posição da administração Kennedy quanto à política colonial portuguesa iriam aflorar de novo.

As rebeliões de Angola em 1961

As rebeliões de Angola e os acontecimentos que imediatamente se lhes seguiram funcionaram como um alerta para o que estava em vias de acontecer e levaram Portugal a pensar com mais nitidez na defesa das suas colónias. Haviam-se registado casos esporádicos de agitação e descontentamento durante todo o ano de 1960, quando Portugal começou a aperceber-se do imenso potencial económico de Angola e Moçambique. Não obstante, em princípios de 1958 o contingente militar de europeus em Angola não chegava a um milhar de homens e só em meados da década de 60 foi reforçado para cerca de 3.000.[14] O contingente global era de 8.000 homens, dos quais pelo menos 5.000 eram militares africanos.[15] Embora disperso por Angola, estava confinado a quartéis situados nas cidades mais importantes e unicamente habituado a administrar um poder subjectivo.[16] Esta modesta ordem de batalha não dispunha de organização, treino ou comando apropriados e a sua dimensão era inadequada para enfrentar as rebeliões dos princípios de 1961.

O desafio inicial, instigado pelo MPLA, verificou-se em Luanda no dia 4 de Fevereiro de 1961, por parte de um grupo genuinamente indignado, armado apenas de paus e catanas, movido pela injustiça do tratamento de que era objecto. O grupo entrou na capital e atacou algumas instalações policiais, uma prisão e a estação de rádio, com o objectivo de libertar 52 presos políticos. Morreram sete polícias e 40 elementos do grupo. Durante o funeral dos polícias registaram-se disparos sobre o cortejo fúnebre e houve brancos a atacar negros, numa demonstração que inflamou Portugal. A prisão foi novamente objecto de um ataque suicida no dia 10 de Fevereiro. Devido ao intenso clima emocional que se fora criando em Luanda, as forças governamentais cometeram excessos na sua repressão. Várias centenas de africanos foram indiscriminadamente mortos, tendo os seus corpos sido deixados a apodrecer nas ruas, como aviso aos aspirantes a revolucionários. Estes acontecimentos

[14] Douglas L. Wheeler, "The Portuguese Army in Angola". *Modern African Studies* 7 (October 1969): 430.

[15] Douglas L. Wheeler, "African Elements in Portugal's Armies in Africa (1961-1974)", *Armed Forces and Society* 2 (February 1976): 237.

[16] Estado-Maior do Exército, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, Vol. II. Dispositivo das Nossas Forças — Angola* (Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1989), 63-65.

despertaram a atenção internacional e puseram decisivamente Portugal na ordem do dia da ONU. Em Luanda as relações raciais mantiveram-se polarizadas e demorariam anos a restabelecer-se. O MPLA instigou a acção da multidão sem grande planeamento e sem atender às consequências. A escolha da capital, com a sua concentração de tropas e polícia nacional, não fora feliz; dentro de Angola o MPLA foi rapidamente neutralizado.

Estes acontecimentos foram simultaneamente um prelúdio e um aviso de ulteriores problemas. Em 15 de Março de 1961, pouco depois do episódio do MPLA, a UPA aproveitou a confusão e lançou um ataque em várias frentes no norte de Angola, com uma tumultuosa invasão de 4.000 a 5.000 homens armados numa faixa de terreno de 300 quilómetros. Julga-se que este número tenha chegado a atingir os 25.000 graças ao recrutamento forçado.[37] Foram destroçadas cerca de 700 fazendas de europeus, e bem assim estabelecimentos comerciais e postos administrativos.[38] A turba destruiu tudo o que encontrou no caminho e matou homens, mulheres, negros, brancos, jovens e velhos. Tratou-se de um acto de violência gratuita, tão-somente com um objectivo político despropositado, e não de uma campanha militar com uma finalidade política. Holden Roberto não entendia a diferença entre uma coisa e outra. Portugal inteiro ficou chocado com aquele horror e a convicção de Roberto de que Portugal agiria como a Bélgica revelou-se infundada.

Esta bárbara incursão ocorreu numa área delimitada pela fronteira congolesa, pelo rio Cuango, pela linha férrea Malange-Luanda e pelo Oceano Atlântico. Os atacantes avançaram até perto de Luanda. Os chefes militares deparavam-se com uma situação em que mais de 100 postos administrativos e vilas dos três distritos do norte de Angola, desde a fronteira do Congo até cerca de 50 quilómetros de Luanda, a capital, tinham sido varridos do mapa, tomados ou paralisados por grupos nacionalistas africanos. Calculava-se terem morrido mais de 1.000 europeus e um número indeterminado de africanos. A economia do norte de Angola ficou desmembrada. As comunicações achavam-se quase todas cortadas ou avariadas. Finalmente, milhares de refugiados portugueses estavam acampados em Luanda ou de regresso a Portugal. Durante muitos meses subsequentes a caótica situação interna de Angola foi rápida e sensacionalmente catapultada para a audiência internacional.[39]

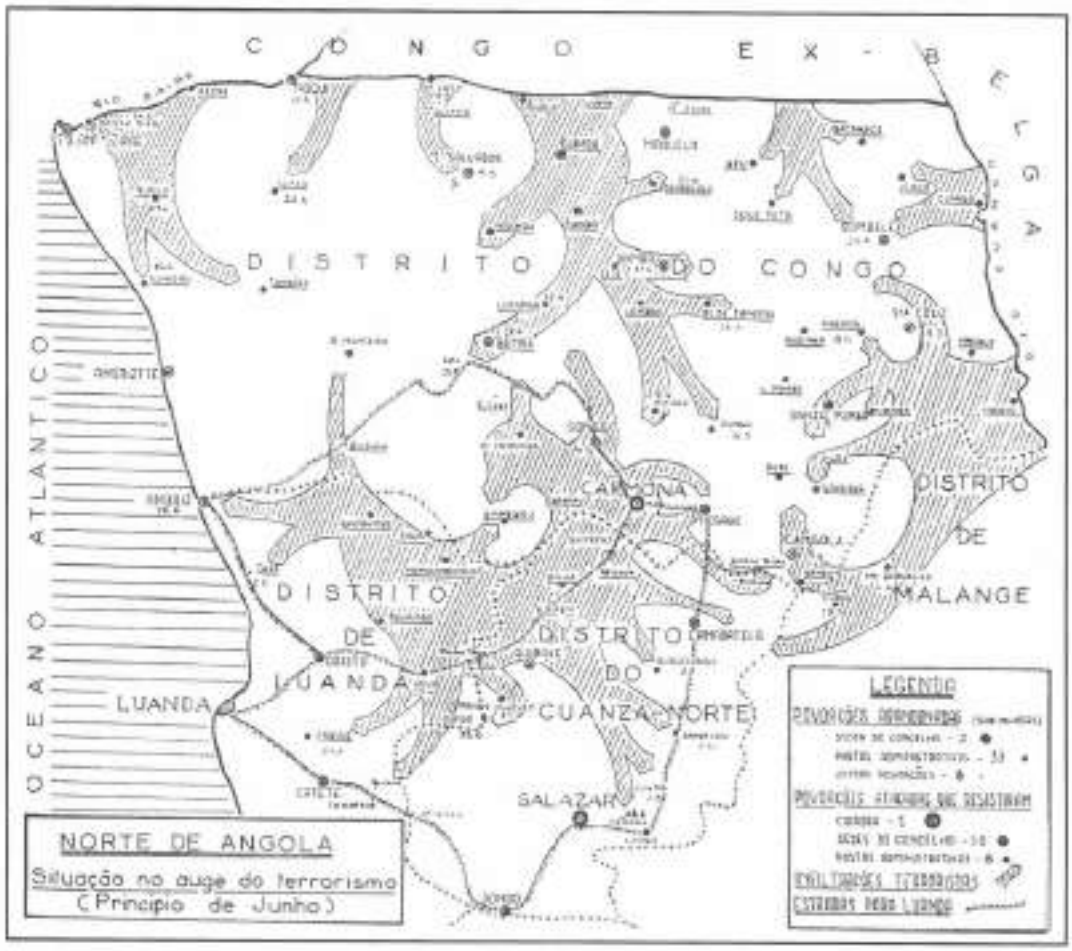
Durante um mês Portugal e Angola dir-se-iam paralisados e sem capacidade de agir. Os guerrilheiros mostravam-se também incapazes de travar um confronto militar persistente. Formaram-se milícias civis e armaram-se africanos leais. Foi esta manta de retalhos de defesa civil-militar e a sua frenética actividade que susteram o ímpeto da UPA. A reocupação militar formal iniciou-se a 13 de Maio e intensificou-se à medida que iam chegando tropas da Metrópole. Durante o período de Julho-Agosto desembarcaram em Angola aproximadamente 20.000 reforços. Estas tropas comportaram-se de maneira emocional, bombardeando e metralhando áreas que não tinham sido afectadas pela rebelião. Este terror indiscriminado causou enormes danos à credibilidade dos portugueses e às relações raciais e levou mais de 150.000 pessoas a refugiarem-se no Congo nos nove meses que se seguiram.[40] Em 7 de Outubro o governador-geral, general Venâncio Deslandes, anunciou que a reocupação estava terminada e que se iniciaria a limpeza policial. Estima-se que nesta

[37] Van der Waals, 64.

[38] René Pélissier, *Le Naufrage des Corvettes: Etudes sur la Fin de l'Empire Portugais (1961-1975)* (Orgeval: Editions Pélissier, 1979), 147.

[39] Douglas L. Wheeler, "The Portuguese Army in Angola", *Modern African Studies* 7 (October 1969), 431.

[40] René Pélissier, *La Colonie du Minotaure, Nationalismes et Révoltes en Angola (1926-1961)* (Orgeval: Editions Pélissier, 1978), 658.



Ataques no norte de Angola no seu auge, em princípios de Junho de 1961.

jacquerie tenham morrido 500 europeus e cerca de 20.000 elementos da população local.[41] Isto causou um profundo choque em Portugal inteiro e endureceu o seu empenhamento colonial na reposição da ordem em Angola. Para os portugueses era inconcebível que se tolerasse tal desrespeito pela lei, tendo-se registado um amplo apoio a uma reacção forte e intransigente ao comportamento dos nacionalistas. Estes acontecimentos e o horror por eles suscitado também desviaram as atenções domésticas da crescente vulnerabilidade política de Salazar.

A "Abrilada" de 1961

A fractura que se abrira no interior do governo de Salazar devido ao incidente do *Santa Maria* revelou-se com toda a clareza quando, a 17 de Fevereiro, o embaixador dos EUA em Portugal, Charles Burke Elbrick, almoçou com o general Botelho Moniz, o ministro da Defesa Nacional português. O embaixador registou que o general foi muito franco na sua

[41] Ibid., 657-660; Van der Waals, 58-61.

crítica ao regime de Salazar e quanto à impraticabilidade e indesejabilidade da manutenção do *status quo* na África Portuguesa. Referiu que era preciso tomar medidas para acelerar as reformas, quer no Ultramar, quer na Metrópole, e "afrouxar a mão de ferro das poucas famílias dominantes" sobre os assuntos portugueses.[42] Moniz afirmou nesse encontro que auscultara os principais colaboradores quanto a esta posição, tendo todos manifestado a sua concordância, e que pelo menos 90% das forças armadas portuguesas secundavam a sua opinião. Referiu com "surpreendente franqueza" a crescente incapacidade de Salazar de exercer uma verdadeira liderança e atribuiu essa deficiência à sua avançada idade.[43] A observação final de Elbrick sobre o encontro foi de que Moniz era um homem a vigiar.

A vulnerabilidade de Salazar revelara-se quando do afrontamento de Delgado em 1958 e da sua vigorosa mensagem de que era tempo de Portugal caminhar para a democracia. As colónias eram por muitos consideradas um risco, na medida em que a sua propriedade, na configuração actual, representava um obstáculo de monta à adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e ao comércio com países do Terceiro Mundo, uma direcção muito promissora.[44] A força desta perspectiva manifestou-se na tentativa de golpe de Estado de 13 de Abril de 1961, que foi provavelmente a ocasião em que Salazar esteve mais perto de ser apeado. A derrocada do Congo Belga originou uma acalorada discussão no Conselho Superior de Defesa Nacional de Portugal sobre a segurança dos seus territórios ultramarinos. O coronel Kaúlza de Arriaga teve uma intervenção notoriamente clamorosa, expressando que as forças do Ultramar tinham de ser reforçadas, particularmente em Angola.[45] Opuseram-se-lhe Moniz e os seus camaradas coronéis Almeida Fernandes e Costa Gomes, que advogaram alguma dose de "ventos de mudança" relativamente à situação colonial.[46] Nessa conformidade, Moniz redigiu uma longa e formal carta a Salazar enunciando as preocupações que ele e muitos dos seus camaradas das chefias político-militares do Conselho partilhavam quanto a uma solução militar para o problema colonial. Consideravam eles que o êxito era incerto e que a persistência na mesma via levaria Portugal a uma posição insustentável, em que poderia ficar à mercê de um ataque frontal, com as forças dispersas por quatro continentes. Definia a linha de acção militar como uma missão suicida, devido à falta de recursos e à inviabilidade quer de uma vitória no campo de batalha, quer de se obter uma solução política favorável para a questão da soberania nas colónias.[47] A prossecução desse rumo geraria considerável hostilidade, particularmente no Reino Unido, nos Estados Unidos e agora no Brasil, onde tanto Delgado como Galvão tinham recebido asilo político. Um e outro continuavam, daquele país, a proferir um rosário de invectivas que focava as atenções internacionais sobre a corrupção do regime de Salazar e a sua exploração da população africana indígena, que era vítima de graves injustiças e obrigada a trabalhar a troco de "salários de miséria".[48] Era precisa uma mudança, argumentavam, para corrigir as injustiças morais no Ultramar e

---

[42] Charles Burke Elbrick, embaixador dos EUA em Portugal, Lisboa, Telegrama 508 para o Secretário de Estado, Washington, 18 de Fevereiro de 1961, dact. [policopiado].

[43] Ibid.

[44] Clarence-Smith, 193. O autor sustenta que em 1968 a economia portuguesa estava a reorientar-se decisivamente das colónias para a Europa. No decurso dos anos 60 e princípios dos anos 70 Portugal tornou-se um florescente e agressivo "país recém-industrializado" e era referido como "a Taiwan da Europa do Sul".

[45] António de Spínola, *País sem Rumo* (Lisboa: Editorial SCIRE, 1978), 83.

[46] Douglas Porch, *The Portuguese Armed Forces and the Revolution* (Stanford: The Hoover Institution Press, 1977), 38.

[47] Lima Bacelar, 39.

[48] João José Brandão Ferreira, *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português* (Lisboa: Hugin Editores, 2002), 377.

na Metrópole e recuperar o prestígio internacional, coisa que a actual linha de diplomacia parecia incapaz de fazer. Havia que sacudir os grilhões políticos a fim de Portugal poder desenvolver-se social e economicamente no mundo ocidental.

As próprias insurreições tiveram o efeito de trazer as diferentes opiniões à ribalta. Depois de considerável debate, praticamente todas as altas patentes da Defesa decidiram que na próxima reunião do Conselho, no dia 8 de Abril, fosse apresentada uma moção de desconfiança em Salazar. Este, informado do plano por Kaúlza de Arriaga, não compareceu à reunião. Em alternativa, os conjurados tinham pedido ao presidente Tomás para demitir Salazar. Tomás afirmou que não demitiria "o maior estadista do século a seguir a Churchill". Por esta altura Salazar já identificara os culpados e a 13 de Abril os participantes de maior vulto foram substituídos. Seguiu-se a inevitável remodelação governamental, em que Salazar assumiu a pasta da Defesa, não tolerando qualquer mudança de política.

Ao longo dos anos do seu governo Salazar tinha conseguido controlar e manipular os militares por meio de uma estratégia de cooptação e de "dividir para reinar".[89] Os vencimentos dos militares eram baixos e, para auferirem mais e verem a sua promoção acelerada, os oficiais ambiciosos afastavam-se do ambiente militar imediato, sendo colocados em lucrativas e prestigiosas situações especiais. Normalmente tratava-se de altos postos do governo, quer na Metrópole, quer no Ultramar, e era a estas colocações, promoções e remunerações que Salazar superintendia. As fidelidades eram ambivalentes. Esta corrosão dos laços militares tradicionais permitia a Salazar criar desconfianças e receios dentro das Forças Armadas em seu proveito. Até à revolução de 1974, altura em que os participantes no golpe já tinham conseguido um apoio amplo e determinado, o regime de Salazar estaria a salvo de um golpe militar e, apesar das suas enormes reservas e da indignação moral latente, as Forças Armadas seriam obrigadas a honrar o seu compromisso com as colónias e a travar a sua guerra em África.[90] Perante o sucedido, tornou-se evidente que o objectivo da política colonial era agora preservar o regime de Salazar. Os defensores de quaisquer opções coloniais alternativas tinham sido neutralizados e o empenhamento na guerra foi reforçado por meio da neutralização do golpe. Estes acontecimentos acentuaram o crescente isolamento internacional de Portugal.

Reviravolta na ONU

Na sequência das insurreições e do incidente do *Santa Maria*, o Conselho de Segurança da ONU reuniu-se em Maio e Junho para analisar, entre outros pontos da agenda, os acontecimentos de Angola. No dia 19 de Maio, a Comissão de Informação sobre os Territórios não Autónomos das Nações Unidas adoptou uma resolução que denunciava Portugal por falta de colaboração ao não prestar informações sobre as colónias e tentou forçar a cooperação do país em futuras informações. Os Estados Unidos apoiaram esta acção. Muito embora não vissem com bons olhos a submissão das informações solicitadas por esta comissão da ONU, as outras potências coloniais acederam. No mês seguinte o Conselho de Segurança aprovou nova resolução em que deplorava os massacres e a repressão da população angolana,

[89] Douglas L. Wheeler, "The Military and the Portuguese Dictatorship, 1926–1974: The Honor of the Army", em *Contemporary Portugal*, ed. Lawrence S. Graham and Harry M. Makler (Austin: University of Texas Press, 1979), 199.

[90] Porch, 26.

dizendo que "comprometiam a manutenção da paz e segurança internacionais."[31] Os Estados Unidos, na vigência da nova administração Kennedy, inverteram o seu apoio neste fórum e alinharam com a União Soviética na condenação da política africana de Portugal.[32] Após a mudança de atitude no incidente do *Santa Maria*, na Primavera de 1961 a administração Kennedy dividiu-se entre os "africanistas" e os "europeístas" quanto à política a assumir relativamente a Portugal. Os africanistas mais liberais levaram a melhor e advogaram que as Nações Unidas, sob a forma de uma comissão de conciliação, desse imediatamente início a negociações entre Portugal e os movimentos nacionalistas. O pretenso objectivo era obter um cessar-fogo e instituir reformas visando a autodeterminação das colónias. Este acontecimento constituiu um rude golpe para Salazar, que criticou as Nações Unidas por votarem ao lado da União Soviética apesar da sua oposição histórica à actividade diplomática e militar dos soviéticos. Isto punha também em causa a relação no seio da NATO. A posição dos EUA viria a ser mitigada no Verão, quando houve necessidade de renegociar a cedência da base dos Açores, estrategicamente importante. Contudo, os estragos nas relações entre dois velhos amigos estavam feitos. Portugal viu-se remetido à condição de estado quase pária, politicamente isolado, de momento, a par dos seus vizinhos coloniais, a África do Sul e a Rodésia do Sul, e foi obrigado a travar a guerra que se seguiu tolhido por este isolamento. Sentiu-se cercado e traído pelo seu aliado de longa data, os Estados Unidos, e considerou que a sua posição não era compreendida nem apreciada. Este ostracismo teve o efeito de reforçar o seu empenhamento nas colónias. Portugal julgava estar a agir correctamente e não ter nada de que se envergonhar. Nesta conformidade, tratou de defender o seu território soberano e os seus interesses.

A perda de Goa

Esta posição de acantonamento colonial foi reforçada pela perda das colónias indianas, naquilo que constituiu um acto de guerra que Portugal foi impotente para impedir. O que se passou relativamente a Goa em 1961 endureceu mais uma vez a posição portuguesa, proporcionando a Salazar um acontecimento doloroso a nível nacional a fim de ganhar a adesão da população para o conflito africano que se avizinhava. Conquanto o território da Índia Portuguesa fosse relativamente pequeno, ocupando 4.194 quilómetros quadrados, a sua anexação pelo governo da Índia foi um flagrante acto de agressão contra outro estado. Portugal possuía ali três enclaves: Goa, Damão e Diu. O inexperiente governo indiano ameaçara tomar essas possessões no final da década de 1940, imediatamente após a independência, por considerá-las uma afronta. O primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, juntamente com os Estados Unidos, interveio vigorosamente para moderar as ambições indianas. Mais tarde o primeiro-ministro indiano, Jawaharlal Nehru, encorajado pela eclosão da revolta armada em Angola, fez algumas exigências muito peremptórias aos portugueses.[33] Quando se tornou claro que Salazar não tencionava ceder o território e se recusava a negociar, a Índia concentrou nas fronteiras dos três territórios 30.000 homens, apoiados por carros de combate, aviões e navios de guerra. O governador-geral Vassalo

[31] Rodrigues, 92.

[32] Ibid., 92-95.

[33] Richard Robinson, *Contemporary Portugal* (Londres: George Allen & Unwin, 1979), 103. Nehru anunciou que a Índia "não estava disposta a tolerar a presença dos portugueses em Goa, mesmo que os goeses quisessem que eles aí estivessem."

e Silva dispunha apenas, para a defesa do seu território, de cerca de 3.000 homens mal equipados, sem cobertura nem defesa aéreas, 900 polícias goeses e uma velha fragata. No dia 11 de Dezembro Salazar tentou sem êxito invocar o Tratado Anglo-Português. Desde 1954 que a Grã-Bretanha se recusava a ajudar, alegando que a aliança firmada havia 600 anos possuía claras limitações, particularmente estando envolvido um membro da Comunidade Britânica. A Grã-Bretanha já não precisava dos portos portugueses para o trânsito até às suas colónias e Portugal já não precisava da protecção da diminuída Marinha britânica. Havia novas estruturas de aliança, tais como a NATO, que claramente substituíam o Tratado Anglo-Português, tanto nos desígnios como na prática.

Salazar deu instruções no sentido de a resistência durar pelo menos oito dias a fim de mobilizar apoios internacionais. Caso tal não se concretizasse, deveria ser feito o "sacrifício total" para salvar a honra portuguesa. As forças indianas invadiram na manhã de 17 de Dezembro e Vassalo e Silva capitulou na inútil contenda no dia 19 de Dezembro, muito aquém dos oito dias e do sacrifício total. Vassalo e Silva e os outros oficiais envolvidos foram demitidos do Exército em 1963, no que parecia uma tentativa de transferir as culpas pela perda da Índia Portuguesa para os militares e estabelecer um exemplo para os oficiais em futuras situações semelhantes, tais como as guerras coloniais que se perfilavam. Os militares em geral ficaram ressentidos com o injusto castigo e com a transformação dos militares em bodes expiatórios dos erros dos civis. As Forças Armadas levaram para as campanhas de África esta "ameaçadora mensagem de que o governo estava disposto a manipulá-los e sacrificá-los em missões desesperadas e a levar a conselho de guerra virtualmente todos os sobreviventes."[14] O general António de Spínola, que viria a ser comandante-chefe das forças militares portuguesas na Guiné (1968-1972), vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (1972-1974) e o primeiro presidente do novo regime saído da revolução de 1974, descreveu no seu controverso livro *Portugal e o Futuro* a ansiedade que percorria todos os militares nas vésperas das guerras de África:

> *O exemplo da Índia é um precedente bem vivo do porvir que receamos. Nunca se acreditou que sucedesse o que, afinal, era inevitável; no entanto, a tragédia deu-se; e logo foi desviada a atenção da Nação para o campo circunstancial da conduta militar, acusando-se as Forças Armadas de não se terem batido heroicamente; quando, na realidade, qualquer que fosse a eficácia da defesa, o colapso seria sempre questão de dias.*[15]

A punição dos comandantes da guarnição militar da Índia transmitiu a mensagem genérica de que não haveria inversão da decisão do governo de defender as colónias. O empenhamento de Salazar na preservação do regime era inabalável no propósito e os acontecimentos de Goa tiveram o efeito de impelir Portugal mais ainda para a via da guerra.

O empenhamento de Portugal na defesa do Ultramar tinha as suas origens na procura da renovada grandeza de uma era anterior, uma visão de império que enformava o governo de Salazar. As modernas colónias africanas tinham sido em grande parte um irregular fardo económico e político até às vésperas das guerras e até terminar a 2ª Guerra Mundial não passavam de uma esperança em termos de benefícios económicos. A oposição política a Salazar não era tolerada na Metrópole nem no Ultramar. As injustiças a que há muito eram submetidas as populações da África Portuguesa tinham criado uma insatisfação generalizada

[14] Porch, 36.

[15] António de Spínola, *Portugal e o Futuro* (Lisboa, Editora Arcádia, 1974), 235.

para a qual não havia escape. Entre o intransigente Salazar e uma população africana sujeita a injustiças era inevitável que ocorresse uma explosão. Quando esta se deu, em 1961, os acontecimentos em Angola, aliados ao incidente do *Santa Maria*, a "Abrilada", o isolamento na ONU e a tomada de Goa levaram Salazar a consolidar o empenhamento do povo português na defesa das colónias e na preservação do regime. Este empenhamento nacional era um reflexo do seu próprio empenhamento e do seu pendor para não tolerar qualquer oposição, particularmente por parte de movimentos nacionalistas aparentemente vindos do nada e de elementos das Forças Armadas. Tão forte era esse sentimento que desafiava qualquer voz da razão e inviabilizava todo o recuo ou cedência quanto aos assuntos africanos. As Forças Armadas e as finanças portuguesas estavam, pois, comprometidas a fundo como a manifestação última desta esperança de fazer o sistema colonial funcionar segundo o conceito salazarista de império.[50]

[50] Manuel Limpo Serra, "Imperativo da Continuação de Portugal em África", *Anais do Clube Militar Naval* (Julho-Setembro de 1961): 455.

2.
A dimensão naval

Quando nos primeiros meses de 1961 se iniciaram os distúrbios em Angola, a Marinha portuguesa dispunha apenas de uma modesta representação que lhe permitia contribuir para o restabelecimento da ordem e para defender a integridade das suas fronteiras.[1] Embora estes acontecimentos tivessem principiado com os cultivadores de algodão da Baixa do Cassange a 4 de Janeiro, o assalto à esquadra de polícia de Luanda ocorrido a 4 de Fevereiro e o ataque da UPA no norte a 15 de Março, a agitação remonta a 30 de Junho de 1960, o dia da independência do Congo. Nessa época as únicas unidades navais presentes naquele teatro de operações eram uma fragata e dois navios-patrulha, além de uma estação radionaval inacabada. A fragata *Pacheco Pereira* e os navios-patrulha *Sal* e *São Vicente* operavam no rio Zaire e proximidades.[2] Pouco tempo depois, a 11 de Julho, juntou-se-lhes o navio hidrográfico *Carvalho Araújo* e, como a agitação local recrudescesse nos meses subsequentes, chegaram mais um navio-patrulha, o *São Tomé*, a 28 de Janeiro de 1961, e outras duas fragatas, a *Nuno Tristão* e a *Diogo Gomes*, respectivamente a 14 de Fevereiro e 1 de Abril.[3] A presença desta pequena força e o seu demorado reforço desmentiam uma estratégia naval mais ampla, criteriosamente pensada, a consequente elaboração de uma doutrina naval a ela associada e a constituição de uma força naval adequada. Antes de prosseguirmos esta história, porém, impõem-se algumas palavras sobre as actividades que se registavam do outro lado da fronteira, na nova República Democrática do Congo, nas quais bastará determo-nos brevemente.

A anarquia do Congo

A partir da sua transferência em 1908 da propriedade do rei Leopoldo II para o governo da Bélgica, o Congo Belga tinha prosperado. Passara a ser gerido por um ministério colonial que respondia perante um parlamento democraticamente eleito, que abrira os prévios domínios da coroa à iniciativa privada e pusera termo ao monopólio do comércio. Fora restituído aos congoleses o direito de possuírem e trabalharem as suas terras. O sistema de trabalho forçado fora abolido. Em resultado destas novas liberalizações abriam-se

---

[1] Francisco Camacho, "Baixa do Cassange", *Grande Reportagem* 137 (Agosto de 2002): 62-77. Ver também John P. Cann, "Baixa do Cassange: Catalyst for Righting a Wrong", *Revista Militar* 2508 (Janeiro de 2011): 17-32.

[2] José Alberto Lopes Carvalheira, "Acção da Marinha em Águas Interiores (1961-1971), na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, dact. [policopiado], 1972, 1.

[3] Ibid., 2.

novas oportunidades. A população europeia acorrera a tirar partido das potencialidades do Congo e o seu quantitativo, de cerca de 3.000 em 1908, aumentara para mais de 100.000 em 1960.[6] Neste período registou-se um grande surto de desenvolvimento na agricultura, na actividade bancária, na exploração mineira e nas infra-estruturas. Apesar de todo este aparente progresso e dos concomitantes benefícios sociais, persistia uma intensa tendência de ressentimento no seio da população local. Os direitos civis não eram tidos como necessários para os congoleses e a segregação racial constituía prática comum. A categoria mais elevada a que um congolês podia ter acesso na administração colonial era a de funcionário menor da administração pública ou sargento do exército congolês, a chamada *Force Publique*. Até 1955 os congoleses não podiam frequentar o ensino universitário e mesmo após essa data só lhes era permitido estudar em determinados estabelecimentos, para não serem "corrompidos". Aquando da independência, em 1960, havia menos de 30 africanos com licenciaturas. Dos 5.000 cargos ao nível de direcção, só três eram ocupados por africanos.[7]

A despeito do governo democrático da Bélgica, até 1908 o Congo fora governado por decreto a partir de Bruxelas, por interposto governador-geral com assento na capital, Léopoldville. Na colónia não eram permitidos o exercício da política, os partidos ou eleições.[8] Nem os congoleses nem os belgas ali residentes tinham voto em matéria alguma. Após a 2ª Guerra Mundial e a subsequente evolução política das colónias francesas e britânicas vizinhas, a Bélgica viu-se obrigada em 1956 a permitir as mesmas liberdades políticas no Congo. Antes disso existiam clubes sociais, religiosos e culturais formados com base em afinidades regionais e tribais. Nesses ambientes havia discussões quanto à maneira como os congoleses poderiam melhorar a sua situação e em última análise conquistar a independência. Foram esses clubes que vieram a transformar-se nos partidos políticos do Congo. Em finais de 1959 as actividades destes diversos movimentos políticos tinham já adquirido maturidade suficiente para exigirem a independência. O MNC (*Mouvement National Congolais*), fundado em Outubro de 1958 pelo carismático funcionário dos correios Patrice Lumumba, nascera de um clube de funcionários do governo com sede em Stanleyville. A ABAKO (*Alliance des Ba-Kongo*), a poderosa associação político-cultural do povo bacongo, era chefiada por Joseph Kasabuvu, um entroncado funcionário público que em 1955 assumira a sua presidência. A CONAKAT (*Confédération des Associations Tribales du Katanga*) era um antigo clube de elementos da tribo luba-lunda fundado por Moïse Tshombé. O dirigente de um clube de soldados do contingente da *Force Publique* de Thysville era um jovem sargento-mor, Joseph Désiré Mobutu.

A partir de Janeiro de 1959 a estas reivindicações de independência imediata vieram somar-se comícios e greves, em muitos casos brutais e sangrentos. A desordem fez com que o governo belga se capacitasse da premência da questão e levou-o a repensar a sua política colonial, que previa uma transição de cinco anos que culminaria em 1964. Esta reavaliação ocorreu na Conferência da "Mesa Redonda" de Bruxelas em 1960, na qual se decidiu conceder a independência ao Congo em Junho, daí a uns escassos quatro meses.

Nesse curto período o governo belga tentou vencer os enormes obstáculos que se colocavam à aceleração do processo de formação de um novo governo congolês, tarefa manifestamente impossível. Os congoleses dispunham de pouco tempo para se organizarem politicamente, levar a cabo uma ampla série de eleições e substituir a administração colonial dos belgas

[6] Peter Forbath, *The River Congo* (Nova Iorque: Harper & Row, 1977), 584.
[7] Adam Hochschild, *King Leopold's Ghost* (Nova Iorque: Houghton Mifflin, 1998), 301.
[8] Mike Hoar, *Congo Warriors* (Londres: Robert Halle, 1991), 10.

por elementos da população local, maioritariamente impreparada e pouco instruída. As sementes para os imediatos distúrbios começaram a ser lançadas na campanha eleitoral, durante a qual os candidatos fizeram promessas mirabolantes, aproveitaram a oportunidade para dar largas à tão longamente reprimida hostilidade aos europeus e fomentaram antigas animosidades tribais. Peter Forbath descreve o cenário que culminou no Dia da Independência como de excitação nervosa, com as multidões a percorrerem as ruas das principais cidades, "impacientes pelo começo dos milagres da independência, alimentando rancores tribais, ávidas de se tornarem senhores acima dos brancos e de se desforrarem das injustiças do passado."[7] Nas eleições de 23 de Junho o partido de Lumumba obteve mais votos que o de Kasavubu; no entanto, nenhum dos lados conseguiu constituir uma coligação parlamentar. Consequentemente, como medida de compromisso, formaram uma complicada parceria, com Kasavubu como presidente e Lumumba como primeiro-ministro. Num ambiente benigno este frágil governo poderia ter sobrevivido, mas com a herança que Bruxelas lhe deixara tinha poucas hipóteses. O ambiente degenerou rapidamente e durante a primeira semana de independência assumiu contornos inquietantes. Com a debandada geral dos funcionários públicos belgas e a falta de congoleses habilitados para os substituírem, os serviços públicos deterioraram-se. Quando falhou o pagamento dos vencimentos aos novos funcionários, desencadearam-se greves que descambaram em tumultos, durante os quais a *Force Publique* tentou intervir. Toda e qualquer ilusão de ordem se desfez, porém, quando a própria *Force Publique* se amotinou.

Apesar do desejo de substituir os belgas por congoleses em todo o lado, Lumumba não o fizera numa esfera importante. Como seguro de vida contra os tempos difíceis que se avizinhavam, tinha optado por manter os 1.000 oficiais que chefiavam os 24.000 homens da *Force Publique*. No entender dos sargentos e praças negros, esta política soava a discriminação, e no dia 1 de Julho o contingente de Léopoldville organizou uma manifestação contra ela. Quando os manifestantes se recusaram a regressar aos aquartelamentos, o general comandante mandou o contingente de Thysville intervir. Numa situação destas seria irrealista esperar que irmãos solidários interviessem contra irmãos e, assim sendo, o contingente de Thysville amotinou-se também. Numa rápida reacção em cadeia, a maioria dos contingentes do país seguiu-lhes o exemplo, daí resultando que os soldados se enfureceram e se viraram contra os seus oficiais, violando as suas mulheres e entregando-se à pilhagem. Em 6 de Julho, procurando apaziguar o descontentamento que grassava na *Force Publique*, Lumumba substituiu os oficiais belgas por congoleses. Esta medida não logrou deter o curso dos acontecimentos e os motins deram origem a uma onda de violência generalizada, em que os negros atacavam brancos e se atacavam uns aos outros, dando livre curso aos seus ódios antieuropeus e às rivalidades intertribais.

No meio desta crise, Lumumba, numa declaração irresponsável, acusou os oficiais belgas de instigarem à desordem no âmbito de uma conspiração para reanexarem o Congo. Este pandemónio crescente desencadeou o êxodo em massa de cerca de 40.000 europeus. Os serviços essenciais acabaram por ficar paralisados, os alimentos começaram a escassear e pairou a ameaça de epidemias. A propagação dos tumultos levou Tshombé, o recém-eleito primeiro-ministro da província do Katanga, a diligenciar junto de Lumumba para que este pedisse à Bélgica o envio de tropas a fim de restabelecer a ordem. Temendo o regresso do domínio belga, este recusou-se. Nesta conformidade Tshombé, procurando assumir as

[7] Forbath, 388.

suas responsabilidades executivas e preservar a sua província, declarou a independência do estado do Katanga, região rica em minério, e no dia 11 de Julho separou-se do Congo. A continuação dos tumultos levou a Bélgica a enviar pára-quedistas a fim de proteger os seus cidadãos, e ao que parece estes aterraram principalmente no Katanga, onde ajudaram a manter o estado secessionista, capturando e irradiando da *Force Publique* os elementos amotinados.

A 12 de Julho Lumumba pediu às Nações Unidas que expulsassem as "forças de agressão" belgas e compelissem o Katanga a pôr fim à secessão.[8] Três dias depois chegaram os primeiros 25.000 homens da ONU. Os soldados belgas começaram a deixar o país e Lumumba decretou a lei marcial. Nessa altura a situação política degenerou completamente. As populações do baixo Congo, que eram representadas pela ABAKO, seguiram o exemplo de Tshombé e exigiram a abolição do governo central em favor de um sistema de governos provinciais independentes. A esta exigência seguiu-se a declaração de independência da província do Kasai. Perante a desagregação do país, com fundadas razões, e sem dispor de meios fiáveis para fazer valer a sua vontade, Lumumba recorreu às Nações Unidas, solicitando o emprego das suas forças de manutenção da paz para unificar o Congo à força. Como esta Organização o recusasse, reagiu apelando à União Soviética. Esta acedeu, com o envio de 19 aviões de transporte Ilyushin, fornecendo armas e meios de transporte suficientes para permitir a Lumumba avançar sobre o Kasai e deitar as tradicionais achas na fogueira numa situação já incendiária. Naquilo que Mike Hoar descreve como uma batalha unilateral, as forças de Lumumba massacraram às centenas elementos das tribos do Kasai.[9] A seguir Lumumba direccionou a sua força contra o Katanga, onde foi travada na fronteira. Frustrados por este impasse, os elementos da *Force Publique* passaram a brutalizar a população.

Nesta altura, nenhuma tentativa de unificação política do Congo passava já por Lumumba. Conquanto fosse um orador convincente, revelou-se um diplomata instável e um chefe de Estado incompetente. A 5 de Setembro Kasavubu demitiu o primeiro-ministro. Lumumba, por seu turno, demitiu o presidente. Kasavubu levou a melhor colocando Lumumba em prisão domiciliária, com o apoio de Mobutu, agora coronel e comandante do Exército. Afigurava-se que deixara de existir qualquer simulacro de governo em funções. Ao saber da prisão de Lumumba e da confusão subsequente, Antoine Gizenga declarou a secessão da Província Oriental, a base do poder de Lumumba, com capital em Stanleyville. As forças de Gizenga atacaram os aquartelamentos de Mobutu e um novo surto da mais brutal barbárie assolou as florestas tropicais, envolvendo a pior espécie de guerra tribal, caracterizada por massacres e actos de canibalismo generalizados.[10] No meio da anarquia, Mobutu formou no dia 4 de Setembro um "Colégio de Comissários" e assumiu a gestão quotidiana do governo, "neutralizando" todos os políticos. Uma das suas primeiras atitudes foi encerrar as embaixadas da União Soviética e da Checoslováquia e banir a sua presença no Congo.[11] Durante algum tempo a situação estabilizou; em Novembro, porém, Lumumba deixou Léopoldville, onde tinha contado com a protecção da ONU, para se deslocar a Stanleyville, controlada pelos seus apoiantes. No trajecto foi detido pelas tropas de Mobutu no dia 2 de Dezembro e a 17 de Janeiro de 1961 seria expedido por via aérea para o Katanga, onde foi

[8] Hoar, 11.
[9] Ibid., 12.
[10] Forbath, 390.
[11] Hoar, 12.

relutantemente recebido, aparentemente semimorto, por Tshombé.[12] Ainda nesse mês foi morto a tiro por tropas congolesas ou catanguesas quando alegadamente tentava fugir de uma cabana de adobe onde estava preso.[13] A morte de Lumumba suscitou o repúdio internacional e alcandorou o homem à condição de herói e mártir. Ao ser conhecida a sua suspeita participação na morte de Lumumba, Mobutu devolveu o governo a Kasavubu e este, por sua vez, nomeou-o comandante-chefe das Forças Armadas. A agonia do Congo manteve-se até Mobutu, em 1965, já mais preparado, voltar a assumir o poder, que manteve, para o melhor e para o pior, até à sua queda e morte em 1997. Calcula-se que mais de 200.000 congoleses tenham morrido nos cinco anos que mediaram entre a independência e o estabelecimento do seu segundo e derradeiro regime.[14] Muito embora estes acontecimentos tenham aqui sido objecto de uma breve resumo, é na periferia desta desordem que se verifica a inserção da presença naval em Angola e particularmente ao longo do rio Zaire.

Uma segunda Marinha

Com o evoluir desta infausta situação no Congo Belga a partir de 1956, registou-se uma profunda mudança no pensamento estratégico ao mais alto nível do Estado-Maior da Armada. Os chefes militares portugueses tinham previsto perturbações nas colónias de África e haviam tentado tomar medidas tendentes a prepararem os ramos para o conflito que se avizinhava.[15] Neste contexto a Marinha identificara uma série de tarefas decisivas. Primeiro, havia que reorganizar e institucionalizar adequadamente os Comandos Navais para exercerem o necessário comando e controlo das actividades que se prefiguravam em África. Antes da reorganização administrativa de 1955 e da subsequente autorização, em 1957, para a criação de Comandos Navais no Ultramar, a Marinha conhecera "mais de quarenta anos de afastamento."[16] Não existiam praticamente infra-estruturas no Ultramar antes desta autorização, que representou o primeiro passo sério no estabelecimento de uma presença permanente nesses territórios.[17] Ao abrigo desta autorização, foram criados os Comandos Navais de Angola e de Moçambique e no ano seguinte os de Goa, de Cabo Verde e Guiné, a par de uma série de Comandos de Defesa Marítima subordinados ao Comando Naval de Angola (S. Tomé, Santo António do Zaire, Luanda, Lobito e Moçâmedes) e de Moçambique (Lourenço Marques, Inhambane, Beira, Quelimane, Chinde, Ilha de Moçambique e Porto Amélia), e ainda os Comandos de Defesa Marítima de Macau e de Timor. Foi esta organização de comandos que dirigiu a criação de infra-estruturas navais e o regresso da Marinha ao Ultramar. As novas Áreas de Operações Oceânicas portuguesas correspondentes a estes Comandos Navais, bem como as da Metrópole, encontram-se representadas no mapa elaborado pelo vice-almirante António Emílio Sacchetti quando oficial imediato do navio-patrulha *Santiago* durante uma viagem a Luanda em 1959. Essas áreas formam uma zona contígua de responsabilidade dos diversos comandos compreendida entre as latitudes 43°

[12] Ibid., 23.

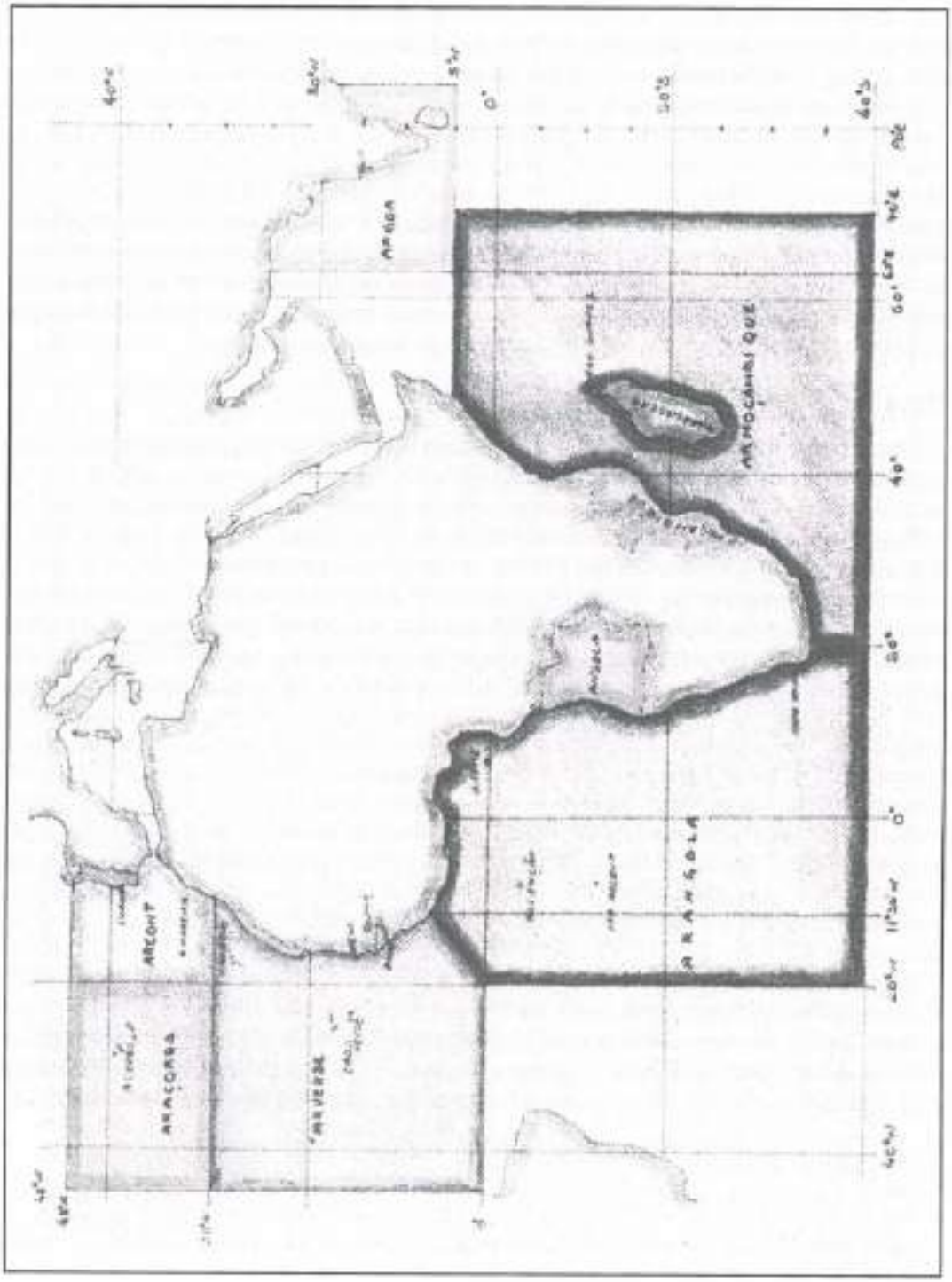
[13] Ibid.

[14] Forbath, 393.

[15] Kaúlza de Arriaga, *Sínteses* (Lisboa: edição do autor, 1992), 190.

[16] Decreto-Lei nº 41057, de 8 de Abril de 1957, preâmbulo.

[17] Abílio Freire da Cruz Júnior, "Evolução das Infra-estruturas da Armada no Ultramar", na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, dact. [policopiado]. Lisboa: Ministério da Marinha, 1972, 1.



Áreas Oceânicas Operacionais Portuguesas

Norte e 40º Sul e abrangendo grande parte do Oceano Índico, do Cabo da Boa Esperança até à longitude 85º Leste.

Além da ampliação das instalações e funcionalidades da Base Naval de Lisboa, agora digna desse nome, foram criadas bases de apoio em Ponta Delgada (Açores), S. Vicente (Cabo Verde), Luanda, Lourenço Marques, Goa e Macau. Estas infra-estruturas constituiriam centros de apoio para as quatro regiões navais: Atlântico Norte (Lisboa e Ponta Delgada), Atlântico Sul (Luanda e S. Vicente), Oceano Índico (Lourenço Marques e Goa) e Extremo Oriente (Macau).[18] Como inicialmente não existissem infra-estruturas navais, durante a construção das instalações houve necessidade de cada um dos comandos recorrer a soluções de improviso.

O exercício do comando, porém, pressupunha a existência de ligações rádio modernas e fiáveis. Neste caso o improviso não era praticável, pelo que houve que estudar, planear e construir um sistema de comunicações navais à escala global. O projecto teve início em 1957 e viu o seu âmbito alargado, porquanto a partir de Abril de 1958 o ministério da Defesa Nacional atribuiu à Marinha a responsabilidade pelas comunicações entre a Metrópole e o Ultramar dos três ramos das Forças Armadas e dos governos ultramarinos. Esta nova responsabilidade implicou a atribuição da maior prioridade ao projecto em termos de suporte financeiro. Em 1960 e 1961 foram criadas as três primeiras estações radionavais de Luanda, Lourenço Marques e S. Vicente, apoiadas por cinco estações secundárias visando a obtenção de uma cobertura total (Macau, Santo António do Zaire, Beira, Nacala e Bissau.)[19] O sistema foi posteriormente alargado e a Marinha acabou por operar 14 estações radionavais a nível global, 12 delas em África, e 60 postos radionavais, todos naquele continente. Este amplo sistema de estações rádio primárias e postos secundários garantia a fiabilidade das comunicações em todo o Império. A estrutura do sistema está sistematizada no Quadro 2.1.[20]

QUADRO 2.1: ESTAÇÕES E POSTOS RADIONAVAIS DO ULTRAMAR

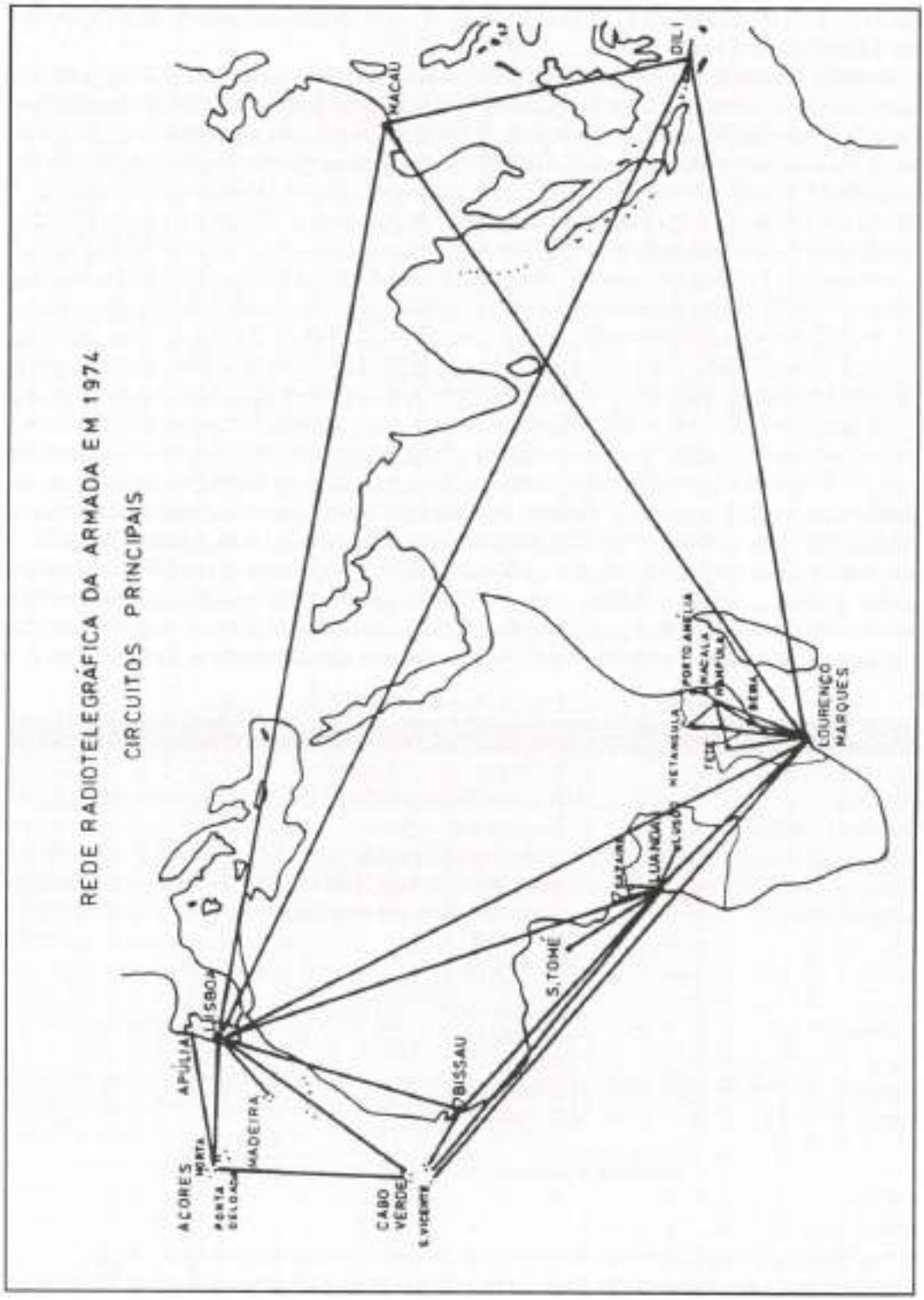
Território Ultramarino	Estações, com a data da respectiva criação, e postos
Cabo Verde	São Vicente (1961) + 8 postos
Guiné	Bissau (1961) + 3 postos
S. Tomé e Príncipe	S. Tomé (1962) + 2 postos
Angola	Luanda (1960) + 22 postos Santo António do Zaire (1960)
Moçambique	Lourenço Marques (1960) + 25 postos Beira (1960) Nacala (1960) Porto Amélia (1962) Metangula (1968) Nampula (1968) Tete (1973)
Macau	Macau (1960)
Timor	Dili (1962)

Fonte: José Luís Leiria Pinto, "As Comunicações na Marinha: dos Primórdios a 1975", comunicação à Academia de Marinha, Lisboa, 1 de Junho de 2010

[18] Telo, 530.

[19] Cruz Júnior, p. 2; Portarias nº 17997, de 12 de Outubro de 1960, e nº 18705, de 28 de Agosto de 1961.

[20] David do Nascimento Francisco, "Respigos da Guerra Colonial em Angola", *Revista de Marinha* 5, Nº 12 (Janeiro/Fevereiro/Março de 2008). http://www.mga.gv.ao/revistamarinha/edicao12/memoria.htm (página visitada em 31 de Julho de 2011).



Rede de Comunicações da Marinha – Estações Radionavais Principais.

Esta rede representava na realidade um esforço técnico e logístico de proporções gigantescas, porquanto garantia de forma fiável a manutenção de um canal de comunicações vital entre todos os distantes confins do Império, 24 horas por dia, sem interrupção. O núcleo do sistema foi estabelecido num período curto, entre 1960 e 1962, e o seu êxito reflecte um planeamento exemplar e uma impecável execução do projecto. A construção das instalações, muitas delas em climas inóspitos que degradam os equipamentos de comunicações, o treino do pessoal para as guarnecer e manter e o seu funcionamento fiável durante uma década e meia foram indispensáveis para proteger o Império. Tratou-se, efectivamente, de uma das mais notáveis realizações da Marinha.[11]

Juntamente com a planeada atribuição de unidades aos novos comandos navais, era necessário alargar a concomitante estrutura de bases e completar o apoio logístico requerido para as suas projectadas necessidades. Inicialmente a Marinha possuía pouca experiência quanto à força de pequenas unidades prevista, aos destacamentos de infantaria a ela associados e aos seus requisitos específicos.[12] Não obstante, meteu ombros a um ambicioso programa de construções a fim de corresponder ao que entendia ser a necessidade de reforçar a presença naval no Ultramar contra a ameaça da guerra subversiva. Adquiriu a capacidade de uma força de águas interiores e fluviais conjuntamente com o pessoal especializado para projectar poder em terra. Estas iniciativas criavam uma trajectória muito diferente para a Marinha e representavam um corte com as suas tradições, carregado de novos e incertos riscos nacionais devido ao seu ineditismo e aos custos inerentes.[13]

Esta mudança de mares representava efectivamente um corte radical com a tradição, uma vez que desde o Plano Naval de 1933 se definira o rumo para uma Marinha de configuração predominantemente oceânica. Previa-se nele um cruzador ligeiro, contratorpedeiros, fragatas, submarinos, caça-minas, draga-minas e alguns navios-patrulha costeiros e lanchas fluviais.[14] Conquanto se houvesse avançado alguma coisa na construção desta frota e no recrutamento e formação do respectivo pessoal, a falta de recursos nacionais à época e mais tarde a neutralidade de Portugal durante a 2ª Guerra Mundial frustraram o seu completamento. Portugal saíra da 2ª Guerra Mundial com uma Marinha modesta, totalizando cerca de 40.000 toneladas. Na sequência da guerra e do relativo isolamento da sua neutralidade, Portugal aderiu em 1949 à Aliança Atlântica como membro fundador e começou a dedicar-se com todo o entusiasmo à restruturação da sua Marinha. A tecnologia e as inerentes tácticas criadas pelos Aliados durante a guerra eram agora partilhadas com o seu novo parceiro da NATO. Ao longo da década de 1950 a Marinha foi fortemente influenciada pela Guerra Fria e pela ameaça submarina dos soviéticos às linhas de comunicação marítima entre a Europa e os Estados Unidos. Encontrou uma nova orientação no sentido da guerra anti-submarina e de minas e este importante nicho no seio da NATO. Estas recém-adquiridas valências estavam de acordo com a tendência de minimização da importância

[11] José Luís Leiria Pinto, "As Comunicações na Marinha: dos Primórdios a 1975", comunicação à Academia de Marinha, Lisboa, 1 de Junho de 2010, http://www.marinha.pt/PT/amarinha/actividade/areacultural/academiademarinha/Documentos/textos_conferencias/1JUN10.pdf (página visitada em 31 de Julho de 2011).

[12] Turibio Abreu, "Infra-estruturas Navais no Ultramar", *Anais do Clube Militar Naval* (Abril-Junho de 1967): 427.

[13] A. Alves Lopes, "Revista das Revistas", *Anais do Clube Militar Naval* (Julho-Setembro de 1962): 878.

[14] António José Malheiro Garcia, "Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas, Actividade Oceânica, Breve Retrospectiva da Actividade Naval na Década de 50", na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, dact. [policopiado], Lisboa, Ministério da Marinha, 1972, 1; e António José Telo, *História da Marinha Portuguesa: Doutrinas e Organização, 1924-1974* (Lisboa, Academia de Marinha, 1999), 336-346.

da artilharia naval e das outras tradicionais capacidades navais em favor de tecnologias e armas mais modernas. Os velhos contratorpedeiros e as velhas fragatas foram equipados com as novas armas e equipamentos especializados, aumentando de valor na missão naval da NATO. Procedeu-se a uma reorganização do pessoal segundo os moldes da NATO, sendo a instrução e treino rapidamente adaptados aos novos procedimentos e doutrina táctica da Aliança. Esta situação manteve-se até aos anos 60 e foi durante esta época que o apoio da Aliança se revelou fulcral no melhoramento do nível de formação técnica através da partilha de experiências e conhecimentos. Em 1966 a tonelagem da Marinha aumentara para mais do dobro.[25] A natureza da Marinha mudara também. A de 1946 consistia em seis fragatas, cinco contratorpedeiros fortemente artilhados, três submersíveis e uma série de navios auxiliares. A partir de 1960 os efeitos da adesão de Portugal à NATO e da sua orientação oceânica começam a ser bem visíveis. O número de fragatas duplicará para doze e irão ser acrescentadas treze novas corvetas. Dezassete navios-patrulha e uma dúzia de draga-minas reflectiam esta nova postura. Este apoio ajudara a Marinha, no princípio da década, a alcançar um nível de proficiência em operações oceânicas que até então não fora ultrapassado por outras Marinhas emergentes.[26]

A contrapartida desta situação foi que, a troco do material e formação fornecidos pelos Aliados, Portugal comprometia-se a integrar esta força na ordem de batalha da NATO. Este compromisso exigira que o grosso da frota estivesse durante quase duas décadas baseado na Metrópole. As obrigações da NATO tinham também dificultado progressivamente a manutenção de uma presença naval no Oriente para a segurança de Timor, de Macau e da Índia Portuguesa. A missão no Oceano Índico e no Pacífico foi, por isso, relegada para velhos e desactualizados avisos, pequenas canhoneiras oceânicas de 1.000 a 2.000 toneladas (avisos de 1ª e de 2ª classe, respectivamente), que não estavam sujeitos aos compromissos da NATO.[27] Acresce que também no Ultramar, durante a maior parte da década de 1950, o ambiente de segurança, sob a perspectiva naval, era tão benigno que pouco mais justificava do que a rotineira atribuição de um navio hidrográfico que ia executando os seus normais levantamentos.[28]

Apesar da euforia operacional da NATO, a Marinha reconhecia a necessidade de salvaguardar os interesses nacionais portugueses e consequentemente principiou a rever a "política da canhoneira" do século anterior que tão bem servira na pacificação do Ultramar[29], mas que dificilmente seria adequada à luz da situação que se criava em África. Assim, em Janeiro de 1957 propôs-se um novo programa naval que seria tão revolucionário para Portugal como a passagem dos navios de madeira aos de aço e que contemplava o núcleo de uma força especialmente concebida para operar no Ultramar como embrião para futura expansão, consoante a situação de segurança ditasse, e que evitaria que se violassem as obrigações no âmbito da NATO.[30] A composição desta força esteve dois anos em discussão. A primeira escola de pensamento perspectivava uma Marinha centrada numa força de fuzileiros embarcada em pequenos porta-aviões, equipados para apoiar

[25] Ministério da Marinha, *A Marinha nos Últimos 40 Anos, 1926-1966* (Lisboa: Ministério da Marinha, 1966), mapa anexo, 136.

[26] Garcia, 2.

[27] Ibid., 2.

[28] Cruz Júnior, 1.

[29] Garcia, 3.

[30] Telo, 536.

operações terrestres e dotados de grande mobilidade e flexibilidade, muito à maneira dos fuzileiros navais britânicos ou norte-americanos embarcados nos seus navios de assalto anfíbio especificamente configurados para esse efeito. A segunda escola advogava uma opção mais clássica e menos dispendiosa, que consistia numa força de fuzileiros e em concomitantes navios de águas interiores adaptados ao ambiente africano.[11] Registou-se uma enorme e previsível oposição à primeira opção, quer por parte da Força Aérea, quer do lado do do Exército, pela óbvia razão corporativa de que uma esquadra de porta-aviões absorveria a parte de leão do orçamento da Defesa e pouco deixaria para os outros ramos. Existia a probabilidade de que a componente aeronaval, que em 1952 fora integrada na Força Aérea, ressuscitasse e viesse a competir para a obtenção dos escassos recursos canalizados para a aviação. Embora estes dois argumentos negativos fossem importantes, o decisivo foi que o conflito em perspectiva era uma guerra subversiva e não requeria projecção de força a partir do mar. Portugal era já detentor das colónias, razão pela qual desembarcar homens num ambiente fluvial não exigia uma força dispendiosa e sofisticada. Não havia necessidade de porta-aviões, argumentava-se, porque a Força Aérea dispunha de uma ampla infra-estrutura de aeródromos em África e podia proporcionar serviços e apoio de aviação com muito maior flexibilidade e rapidez e uma melhor relação custo-eficácia do que um ou dois pequenos porta-aviões. A experiência dos franceses no delta do Mekong da Indochina era um testemunho contemporâneo da eficácia de uma força especializada reduzida e relativamente pouco onerosa apoiada por aviação baseada em terra.

Enquanto a discussão sobre a construção naval se prolongava e a situação de segurança no Congo Belga se deteriorava, a Marinha portuguesa tomou as primeiras medidas significativas em muitos anos para reforçar a sua presença em África. Esta iniciativa trazia reminiscências das antigas Estações Navais, que tinham deixado de existir na década de 1920, e as aparições periódicas da velha Divisão Naval Colonial, que não se registavam desde os anos 30.[12] A 28 de Abril de 1959 foi criado o Grupo Nº 1 de Navios-patrulha, constituído pelos patrulhas oceânicos *Santiago* e *Madeira*, e destacado para Angola. Ambos os navios fariam uma comissão de um ano antes de serem rendidos pelo *Sal* e o *S. Vicente*. Mais tarde, entre 22 de Agosto e 23 de Dezembro, surgiu o Grupo Nº 2 de Escoltas Oceânicos, composto pelas fragatas *Nuno Tristão* e *Diogo Gomes*, igualmente enviadas para Angola. Também em Agosto, com a greve dos estivadores em protesto e a subsequente reacção desmesurada no "massacre do Pidjiguiti", em Bissau, a fragata *Pero Escobar* e o navio-patrulha *Boavista* foram deslocados para reforçar a segurança costeira e fluvial na Guiné. Estas medidas tiveram uma influência substantiva na discussão dentro da Marinha sobre os diversos tipos de navios a construir. A 22 de Dezembro de 1959, tendo-se chegado a consenso quanto à segunda opção, o Estado-Maior da Armada apresentava ao ministro da Marinha o seu Plano de Construção Naval, definindo duas Marinhas distintas e independentes. A primeira era europeia e seria utilizada para apoiar os compromissos da NATO. Compunha-se de:

- 6 fragatas modernas da classe americana *Dealey*,
- 9 corvetas do tipo italiano *Airone* (classe *Albatros*),
- 3 submarinos da classe francesa *Daphnée*,
- 8 navios-patrulha,
- 18 draga-minas já operacionais, e diversos navios auxiliares.

[11] Ibid., 536.

[12] António Emílio Sacchetti, "A Armada nas Campanha de África", *Revista da Armada* (Maio de 1997): 6.

A segunda era a Marinha africana e seria construída de raiz. Compor-se-ia de:
- 6 fragatas da classe francesa *Commandant Rivière*,
- 6 corvetas do tipo italiano *Airone*, e
- 29 navios-patrulha de vários tipos e tonelagens.

Apesar do aparente acordo relativamente a este plano, manteve-se a discussão no tocante ao navio ideal no escalão intermédio entre as fragatas e os navios-patrulha. Com cerca de 900 toneladas, as *Airone* eram pequenas, mas o seu custo era comportável. Como tinham sido projectadas para constituírem uma classe de 15 unidades (designada *Albatros*), pensava-se que era possível construir duas versões, uma para a NATO e outra para África. Na realidade muito do reequipamento em meios oceânicos foi protelado ou modificado devido a dissensões políticas entre Portugal, os Estados Unidos e o Reino Unido quanto à defesa de África. Em 1964 o plano acabou por contemplar, de modo mais realista, 7 fragatas, 6 submarinos e 15 corvetas, sendo que numa primeira fase se concretizariam 4 fragatas, 4 submarinos e 6 corvetas. Em Setembro desse ano foram assinados contratos para a construção em França de quatro fragatas da classe *Commandant Rivière* e quatro submarinos da classe *Daphnée*.[13] Os Estados Unidos subscreveram a construção em Portugal de três fragatas da classe *Dealey*, com a restrição de serem empregadas apenas em missões no âmbito da NATO.[14] Este programa viria a satisfazer essencialmente os requisitos em fragatas e submarinos, uma vez que a estratégia naval começou a concentrar-se cada vez mais em África.

A definição das seis corvetas da primeira fase foi mais difícil, uma vez que não existia nenhum navio disponível que se adequasse às necessidades da Marinha. Em 1961 tomou-se a decisão de iniciar um programa nacional para as corvetas e encetaram-se negociações com um estaleiro alemão. Em finais do ano de 1963 tinham sido introduzidas tantas alterações que no ano de 1965 o projecto teve de voltar à fase de definição do conceito. Em Fevereiro de 1966 a corveta foi apresentada como um navio equipado com sistemas modulares de armas e sensores que podiam ser rapidamente modificados para permitir ao navio desempenhar missões de escolta no âmbito da NATO ou assumir uma configuração mais simples, mais rudimentar, para África. À data tratava-se de um conceito revolucionário, embora hoje em dia seja amplamente aceite.[15] Havia também a preocupação de obter um navio que fosse simples, pouco dispendioso, de fácil manutenção e capaz de se adaptar a praticamente todos os tipos de missões. O compromisso era, obviamente, que, tratando-se de uma unidade que servisse para tudo, não podia ter um desempenho excelente em nenhuma das missões. A fim de reduzir os custos, a proposta incluía muitos componentes que a Marinha já tinha adquirido, como por exemplo a peça de 100 milímetros francesa. Este projecto das corvetas veio a ser um dos mais notáveis sucessos técnicos da engenharia naval portuguesa e serviu de exemplo a outras Marinhas, em especial a francesa, a alemã e a espanhola.[16]

---

[13] As quatro fragatas seriam a *Comandante João Belo* (F480) (que deu o nome à classe), a *Comandante Hermenegildo Capelo* (F481), a *Comandante Roberto Ivens* (F482) e a *Comandante Sacadura Cabral* (F483), construídas entre 1967 e 1968 e deslocando 2,230 toneladas. Os quatro submarinos seriam o *Albacora* (S163) (que deu o nome à classe), o *Barracuda* (S164), o *Cachalote* (S165) e o *Delfim* (S166), construídos entre 1967 e 1968 e com um deslocamento à superfície de 868 toneladas.

[14] As três fragatas seriam a *Almirante Pereira da Silva* (F472) (que deu o nome à classe), a *Almirante Gago Coutinho* (F473) e a *Almirante Magalhães Correia*" (F474), construídas entre 1966 e 1968 e deslocando 1.914 toneladas.

[15] Telo, 561.

[16] Ibid., 562.

As primeiras seis corvetas, que passaram a ser conhecidas como a nova classe *João Coutinho*, de 1.200 toneladas, foram construídas na Alemanha e em Espanha entre 1970 e 1971 e gozaram de grande popularidade em África devido à sua adaptabilidade e fácil manutenção. Cada uma das unidades dispunha de uma plataforma de helicóptero e alojamentos para 34 fuzileiros e respectivo equipamento. A corveta estava, porém, limitada no seu tradicional papel oceânico, uma vez que as restrições orçamentais não permitiam a instalação de sistemas muito evoluídos. O atraso que se verificou no aumento da classe *João Coutinho* à esquadra foi tal que, quando da entrega das primeiras unidades, os planos navais já se tinham alterado e apenas foram construídas em Espanha mais quatro, com armamento reduzido, entre 1974 e 1976. Por esta altura a guerra em África já terminara e Portugal debatia-se com a agitação interna que se verificou no seu rescaldo.

Deste modo, todo o plano naval foi perturbado ao longo da sua vigência por ajustamentos políticos, alterações de atribuição de verbas ditadas pela "guerra real" em África e refinamentos na condução da campanha anti-subversiva. Com este ritmo de construção e entrega, era provável que a guerra em África terminasse antes de a Marinha poder efectivamente defrontar o inimigo. De facto, os navios destacados para África não correspondiam por inteiro ao requisito de combater nos rios. Em consequência, houve um esforço concertado no sentido de criar uma muito necessária e alargada frota de navios próprios para operar nos rios que pudesse ser mais prontamente colocada nos teatros de operações. A criação desta Marinha africana e a sua evolução constituíram o acontecimento de maior vulto que ocorreu neste período.

Aquilo que o torna ainda mais fora do comum é o facto de os oficiais que propunham esta linha de acção poderem definir-se como parte da "geração da NATO", na medida em que as suas carreiras tinham sido feitas em grande parte a consolidar a posição do país na NATO desde a sua adesão. Para a Marinha, a NATO implicara a reorientação no sentido de uma estratégia eurocêntrica, novas infra-estruturas num continente em recuperação económica e navios de guerra modernos que eram compatíveis com os dos seus parceiros da Aliança e os complementavam. A Europa era o rumo lógico de Portugal, com a sua economia em expansão e os claros problemas de segurança que se levantavam a leste, no mar e em terra. No fim de contas, Portugal era uma nação europeia, e não africana.

Como, porém, a partir de 1957 era cada vez mais visível que Portugal se devia preparar para uma guerra subversiva nas suas colónias africanas, na perspectivação do futuro tornou-se vital a questão da orientação nacional para a Europa ou para África. Durante o golpe falhado que foi a *Abrilada* de 1961, a hierarquia militar julgara estar a agir no interesse do país colocando o problema de África a Salazar, particularmente à luz daquilo que os seus elementos percepcionavam como a direcção que mais convinha a Portugal. Apesar da sua divergência de opiniões com Salazar e da sua subsequente demissão, Botelho Moniz apenas reflectira a divisão de opiniões no seio das chefias militares relativamente a África que até essa altura existira e se manteria ao longo de todo o conflito. O general chefiara competentemente o ministério da Defesa Nacional e preparara bem os militares portugueses para o conflito que se travaria em África.

Foi Botelho Moniz que em 1959 teve um encontro com o Secretário da Defesa americano e lhe explicou que Portugal estava muito preocupado com a defesa do Ultramar.[37] Salientou a vulnerabilidade da Índia Portuguesa, da Guiné e de Angola decorrentes da

[37] Teio, 522.

independência da Índia britânica e da Guiné Francesa (Guiné-Conacri ou República da Guiné) e dos problemas que fermentavam no Congo Belga. Os Estados Unidos responderam com uma esquadra de aviões de transporte C-118 *Skymaster*, três escoltas oceânicos e três navios-patrulha costeiros; porém, quando pediu aviões C-130 *Hercules* e helicópteros UH-1 *Iroquois*, que estavam a provar excelentemente no Vietname, lanchas de desembarque, botes de borracha, motores fora de borda e outro material, Portugal recebeu uma resposta ambígua e mais tarde uma negativa. Esta mudança de atitude não só dos Estados Unidos, mas também da Grã-Bretanha, obrigou Portugal a procurar fornecimentos alternativos em França e na República Federal da Alemanha, a chamada Alemanha Ocidental. Existiam razões interessantes para os novos alinhamentos.

No caso de França, a sua proximidade física de Portugal e o facto de estar ao tempo a combater uma insurreição na Argélia dava aos dois países uma pedra de toque comum. Acresce que França, chefiada por de Gaulle, seguia na época uma linha independente quanto à NATO e à sua própria defesa. Consequentemente, prestou-se de bom grado a alinhar com os países europeus que estavam também em desacordo com a liderança dos EUA e da NATO. Desta ligação resultaram a circunstância de a França passar a ser um importante fornecedor de material de guerra em condições de crédito generosas e um incremento generalizado dos laços comerciais entre os dois países. Para a Marinha isto significou que as futuras fragatas e os futuros submarinos seriam, respectivamente, unidades das classes francesas *Commandant Rivière* e *Daphnée*, em lugar de manter o recurso a meios de origem americana e britânica. Esta mudança saiu cara à Marinha, uma vez que a ruptura com os antigos padrões de aquisição deu azo a substanciais problemas técnicos.

A ligação à Alemanha Ocidental deu-se por razões inteiramente diversas. Em qualquer conflito com os soviéticos era óbvio que a Alemanha Ocidental iria ser o campo de batalha principal. Consequentemente, nos finais da década de 1950, reagindo a esse facto, o país desenvolveu capacidades de fabrico de armas convencionais e criou infra-estruturas e centros de formação para apoiar as suas forças. A única condicionante a esta evolução era o território, pelo que se colocava a necessidade de tomar medidas tendentes à criação uma zona de retaguarda para estas actividades em caso de guerra. Face à retirada de França da estrutura militar da NATO, as nações próximas que poderiam satisfazer este objectivo eram Portugal e a Itália. Portugal afigurava-se a escolha ideal, face à exposição ao Atlântico, aos portos naturais e ao clima relativamente ameno. Em conformidade, encetaram-se negociações e em 1959 assinou-se um acordo de defesa. Entre 1960 e 1962 houve mais de vinte acordos entre os dois países para início da construção das infra-estruturas, fornecimento de armamento tecnicamente avançado e modernização das indústrias de defesa em termos favoráveis a Portugal.[18]

Para a Marinha esta evolução foi muito significativa. As primeiras lanchas de fiscalização especialmente concebidas para África, da classe *Bellatrix*, foram construídas em estaleiros alemães. Os motores Diesel Maybach, projectados para terem uma manutenção fácil no agreste ambiente africano, vieram a constituir a principal instalação propulsora das lanchas de desembarque e das lanchas de fiscalização. A metralhadora MG-42 e a espingarda automática Walther G-3, de origem alemã, passaram a ser de uso generalizado na Marinha.

[18] Telo, 524.

Além disso, sempre que havia falta de munições nas campanhas africanas, a Alemanha fornecia-as rapidamente e sem qualquer problema a Portugal.[39]

Aconteceu, assim, que durante o período de 1960 a 1974 viriam a existir duas Marinhas diferentes, muito distantes uma da outra. Haveria uma em África, financiada por Portugal e apoiada pelos seus recursos nacionais e pelos de França e da Alemanha. A outra operaria com a NATO no Atlântico Norte e seria financiada pelos EUA, com apoio técnico britânico e norte-americano.[40]

As necessidades das fases avançadas do conflito colonial não só expandiram a Marinha, como a levaram a assumir uma orientação anfíbia a fim de corresponder ao ambiente litoral e fluvial africano. A Marinha de águas interiores africana aumentou de 15 navios-patrulha, 10 lanchas de fiscalização e uma canhoneira em 1960 para 17 navios-patrulha, 43 lanchas de fiscalização e nada menos que 83 lanchas de desembarque de diversos tipos e tonelagens em 1970, um aumento de 26 para 143 unidades sem qualquer plano rígido.[41] Os navios abrangiam desde pequenas lanchas de fiscalização de 30 toneladas até unidades dotadas de capacidades consideravelmente maiores, de 200 toneladas.[42] A sua força anfíbia de lanchas de desembarque divididas por três diferentes tonelagens de crescentes capacidades foi literalmente criada a partir do zero.[43] Esta evolução sem grandes directrizes seguiu acima de tudo as fundamentadas necessidades da cada um dos comandantes dos teatros de operações. Infelizmente houve por parte de todos eles contínuos pedidos de mais navios que redundaram numa quase inexorável expansão em toda a África. Este constante crescimento levou o ministro da Marinha, em Setembro de 1970, a determinar que não haveria mais navios sem "total justificação". Consequentemente a marinha africana estabilizou e no final de 1973 constava de 137 unidades, com as quais tinha de garantir a segurança de aproximadamente 920 milhas de rios navegáveis e 120 milhas da costa do lago Niassa.[44] Embora tivesse também de garantir a segurança costeira, este factor não era substancial em Angola (Oceano Atlântico) nem em Moçambique (Oceano Índico), devido à falta de capacidade marítima dos guerrilheiros e à distância dessas costas a que os combates se travavam. Isto era um facto positivo, uma vez que os estrategas tinham previsto um esforço da subversão semelhante ao enfrentado pela Marinha francesa na Argélia e na Indochina e pela Marinha dos EUA no Vietname, onde os guerrilheiros procuravam abastecer as suas forças por mar disfarçados de comerciantes ou pescadores. Esta tentativa de cadeia logística carecia de um severo e dispendioso esforço de inspecção costeira por parte das marinhas francesa, sul-vietnamita e norte-americana.

---

[39] Telo, 525. Dada a política da época, nenhuma delas ostentava marcas de origem alemã, a fim de ocultar a sua proveniência, evitando consequentes acusações pelas organizações subversivas de que a Alemanha estava a tomar partido.

[40] Ibid, 526.

[41] Ibid., 543.

[42] Armando de Roboredo, "Marinha de Guerra Portuguesa na Actual Conjuntura", *Anais do Clube Militar Naval* (Julho-Setembro de 1965): 480.

[43] Ibid.

[44] Estado-Maior do Exército (EME), *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)* (Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1989), Vol. II, 19-20, e A. Teixeira da Mota, *Guiné Portuguesa* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954), 128. Nos cálculos utilizam-se apenas as distâncias dos rios navegáveis. É certo que os guerrilheiros tinham e concretizavam a possibilidade de atravessar trechos não navegáveis, que existiam em número substancial em Angola, na Guiné e em Moçambique, mas não era praticável estabelecer patrulhas fluviais embarcadas nesses cursos, devido aos fundos baixos, à reduzida largura ou aos rápidos.

A expansão da frota incluiu também um aumento do quantitativo e alterações do tipo de pessoal. Em 1946 havia 179 oficiais e 5.550 sargentos e praças.[45] Em 1960 havia 887 oficiais e 8.583 sargentos e praças, um acréscimo de 50%.[46] Em 1974 o quantitativo de pessoal mais que duplicara, para 19.500 oficiais, sargentos e praças, dos quais 3.400 eram fuzileiros.[47] Os fuzileiros tinham a sua origem na criação do Terço da Armada Real pela coroa portuguesa em 1618. Desactivados em 1890, assim se mantiveram até 1961, exceptuando um breve período entre 1924 e 1926. Responsáveis pela segurança marítima e fluvial, os fuzileiros desempenharam papéis fulcrais e diversificados em todos os teatros de operações africanos, de que mais adiante se tratará.

Na década de 1960 Portugal confrontava-se com opositores que se ciftavam no conjunto em 27.000 homens. A UPA possuía um contingente activo de cerca de 6.200 homens baseado no ex-Congo Belga. O MPLA não era tanto uma força militar até 1966, ano em que abrira a sua frente leste a partir da Zâmbia, com um total estimado de 4.700 homens. A UNITA, que operava a partir de uma área do sueste de Angola em termos que tinham sido negociados com os portugueses, reunia cerca de 500 homens que estavam limitados a combater o MPLA.[48] O PAIGC principiou por possuir uma pequena força em 1962 e em 1973 contava 5.000 elementos regulares e 1.500 milícias.[49] As diversas unidades de guerrilheiros estavam espalhadas pelos três teatros de operações e possuíam diferentes graus de competência. Em Angola, após a *jacquerie* de 15 de Março de 1961, as forças da UPA e do MPLA junto à fronteira norte representavam mais um problema de policiamento do que uma ameaça de ataque importante, devido a problemas de política interna, de treino, de disciplina e de logística. No leste, contudo, numa fase posterior, o MPLA tornou-se um difícil e engenhoso adversário a partir do santuário zambiano de que passara recentemente a dispor. Na Guiné, o PAIGC foi sempre um inimigo altamente motivado e temível, auxiliado pelo terreno e pelos santuários vizinhos que contribuíam para reduzir a colónia a um enclave cercado. Em Moçambique, a FRELIMO estava isolada no norte do teatro de operações e tinha de vencer longas distâncias em terreno muitas vezes aberto e escassamente povoado para estabelecer contacto com aglomerados populacionais ou formações militares. Com algumas excepções, os guerrilheiros operavam em todos os teatros de operações em pequenos grupos e percorriam extensos trajectos para montar emboscadas, arrecadar impostos, obter comida e recrutar tropas. Raramente se fixavam no terreno a combater. A missão militar da Marinha portuguesa era controlar as águas em zonas inimigas, impedir os movimentos dos guerrilheiros e fazer frente a esses pequenos grupos por meio de emboscadas nas áreas ribeirinhas, projectar poder em terra e abastecer as aldeias e os militares. Paralelamente a estas havia as tarefas políticas de tranquilizar a população com a presença naval recorrente e apoio psicológico e a recolha de informações. Como veremos adiante, desempenhou-as obedecendo a uma estratégia bem concebida, que foi devidamente concretizada com meios adequados.

A abordagem aparentemente *ad hoc* e "de emergência" quanto aos meios de águas interiores foi característica de outros conflitos semelhantes, particularmente da experiência francesa na Indochina e dos Estados Unidos no Vietname. A Marinha francesa encontrou-se perante a necessidade de policiar tanto o delta do rio Mekong, na Cochinchina, como o delta do rio

[45] *Jane's Fighting Ships*, 1946-47 (Londres: Sampson, Low, Marston & Co., 1947), 252-258.
[46] *Jane's Fighting Ships*, 1960-61 (Londres: Jane's Fighting Ships Publishing Co., 1961), 251-256.
[47] *Jane's Fighting Ships*, 1974-75 (Londres: Jane's Yearbooks, 1975), 267-274.
[48] L. H. Gann, "Portugal, Africa and the Future", *Journal of Modern African Studies* (March 1975): 2-3.
[49] John P. Cann, *Counterinsurgency in Africa* (Westport, Conn.: Greenwood Publishing, 1997), 6-7.

Vermelho, em Tonquim, uma vez que estas águas eram as principias vias de comunicação e possuíam grande importância económica naquele país subdesenvolvido. O delta do Mekong tem 1.500 milhas de cursos de água naturais e outras 2.500 milhas de canais.[50] O rio Vermelho, no seu curso inferior, comunica com outras vias aquáticas, formando uma rede que se estende por cerca de 2.000 milhas, formando o delta do rio Vermelho.[51] Em 1946 os franceses confrontavam-se com uma força de 30.000 Viet Minh que operavam no delta do rio Vermelho e proximidades. No sul opunham-se-lhes mais 12.000 inimigos.[52] Tratava-se de tropas que lutavam na sua terra natal e por ela, onde o conhecimento do terreno, do povo e da língua lhes conferia uma nítida vantagem, contrariamente ao que se passava na África portuguesa, multiétnica e plurilinguística. A fim de combater esta força e negar-lhe o uso das águas, os franceses atribuíram ao delta do Mekong uma inadequada flotilha de cerca de 60 navios de vários tipos e mais 30 navios ao delta do rio Vermelho, padecendo sempre de falta de meios adicionais para enfrentar o inimigo.[53] Foram notavelmente bem-sucedidos na adaptação do material disponível, geralmente dos excedentes dos EUA, aos imperativos da guerra em águas interiores ou fluviais. A maioria dos navios e lanchas fora primitivamente projectada e construída para operações anfíbias na 2ª Guerra Mundial e por conseguinte tinha pouca ou nenhuma protecção balística. Foi-lhes acrescentada a necessária protecção para suportarem o embate de ataques de surpresa a curta distância. Foram também armados a fim de terem o volume de fogo necessário para responder a uma emboscada e baterem todo o tipo de alvos ao longo das águas. Os franceses nunca conseguiram controlar nenhum dos deltas. Tão-pouco dispuseram alguma vez de meios para alargarem as suas operações de águas interiores e assim projectarem o seu poder para lá dos dois deltas, mas efectivamente eram estas as áreas que mais importava controlar. Se bem que a força desempenhasse bem o seu papel, até onde lhe era possível, estava limitada em poder de combate e autonomia. Consoante os Viet Minh se foram tornando mais capazes, a marinha fluvial francesa foi ficando progressivamente circunscrita nas suas capacidades.

Em 1965 os Estados Unidos e o Vietname do Sul defrontavam-se com 80.000 vietcongues e seus simpatizantes no delta do Mekong. Destes, calculava-se que 30.000 pertencessem ao exército regular e 50.000 fossem guerrilheiros ocasionais capazes de operar em unidades da ordem do batalhão.[54] Uma força desta dimensão tinha consideráveis necessidades logísticas, e quando lhe foi negada a linha de comunicações marítima, viu-se forçada a depender exclusivamente dos canais do Mekong a partir do Camboja e da "rota de Ho Chi Minh" através do Camboja e do Laos. Ao contrário da pequena força francesa, a Marinha dos EUA criou e operou uma frota diversificada de cerca de 619 navios de águas interiores só para assumir o controlo do delta do Mekong.[55] Esta frota somava-se aos cerca de 600

[50] Robert H. Clegg, ed., *Riverine Warfare* (Quantico: Marine Corps Command and Staff College, 1997), 6-7.

[51] Victor Croizat, *The Brown Water Navy: The River and Coastal War in Indo-China and Vietnam, 1948-1972* (Poole: Blanford Press, 1984), 21.

[52] Ibid., 36.

[53] Ibid., 59.

[54] John Forbes e Robert Williams, *Riverine Force* (Nova Iorque: Bantam, 1987), 51.

[55] Croizat, 150. O número refere-se à força fluvial norte-americana, que foi empregada apenas no delta. A frota oceânica era independente e usada para missões de segurança costeira. Havia alguma sobreposição, mas as fracas qualidades náuticas da força fluvial restringiam-na a missões em águas interiores.

juncos marítimos armados da marinha vietnamita e às adicionais forças oceânicas da Sétima Esquadra que operavam ao largo da costa e interditavam o seu uso.

Em meados da década de 1960 a marinha dos Estados Unidos estava mal preparada para a guerra fluvial e para as operações de pequenos navios que ela exigia. Uma vez iniciada, porém, bastaram três anos, da Primavera de 1965 até ao Outono de 1968, para que a marinha se inserisse e dominasse nos mais remotos confins do emaranhado de vias fluviais que constituíam o delta do Mekong. A expansão foi um processo apressado que precisou de ampla improvisação em matéria de equipamentos, organização e táctica; constitui, contudo, um dos êxitos estratégicos e tácticos do envolvimento norte-americano no Vietname.[19] A encomenda inicial de 120 lanchas de fiscalização, por exemplo, baseou-se numa embarcação desportiva comercial modificada e recebeu a designação de *River Patrol Boat* (PBR) Mark I. Tinha sete toneladas de peso, uma velocidade máxima de 25 nós e 10 metros de comprimento e estava armada com uma metralhadora de calibre .50 a vante e três metralhadoras M-60 (7,62 mm) ou lança-granadas MK-18 aos bordos e a ré. Para uma pequena lancha *ad hoc*, era muito poderosa. O segundo grupo de 80 foi encomendado em Março de 1967 com algumas modificações e recebeu a designação de Mark II. O quantitativo de PBRs chegou a atingir as 250 unidades em finais de 1968. Os *Landing Ship Tank* (LST) — navios de desembarque de carros de combate — da esquadra de reserva foram reactivados e convertidos consoante as necessidades em navios-mãe, navios-depósito e navios-oficina. As lanchas de desembarque médias (*Landing Craft Medium*, LCM), que existiam já nos depósitos, foram modificadas para transportes de tropas blindados, navios de comando e controlo, navios de apoio de assalto e reabastecedores. As tácticas foram copiadas de operações francesas anteriores e ajustadas de acordo com as necessidades. O apoio de aviação foi reunido à pressa e criaram-se várias esquadrilhas especializadas para apoiar as operações fluviais. Com esta esquadra *ad hoc* praticamente criada à última hora, a marinha norte-americana assumiu o controlo do Mekong e negou efectiva e assinalavelmente o seu uso ao inimigo.

A resenha muito geral que acaba de se fazer está resumida no Quadro 2.2, a fim de facilitar a comparação entre as três campanhas fluviais. Exceptuando as revoltas de Angola de 1961, os portugueses nunca enfrentaram um exército rebelde, como na Indochina e no Vietname, que arregimentasse tropas e as empregasse de maneira convencional. Os portugueses tiveram de lidar sobretudo com pequenos agrupamentos, como os corporizados pelos *bigrupos* de vinte e seis homens do PAIGC. Uma força de guerrilheiros de 200 homens era rara. Como os territórios eram de baixa densidade populacional, o terreno difícil e, no caso de Angola e Moçambique, extenso, localizar guerrilheiros era um desafio considerável. Nos locais onde efectivamente se detectavam, os combates eram breves, uma vez que a sua capacidade de permanência no terreno era relativamente limitada. Daí que a marinha africana fosse mais especificamente concebida para este tipo de inimigo e para a ameaça que ele representava. Em contrapartida, os Viet Minh e norte-vietnamitas tendiam a operar com maiores concentrações de tropas, deslocando-se clandestinamente através de zonas rurais remotas com comitivas logísticas relativamente grandes e sofisticadas para entrarem em combate. Consequentemente, quando a marinha francesa ou a dos Estados Unidos estabeleciam contacto com eles, tratava-se de forças mais robustas e geralmente com intenções diferentes das que animavam os guerrilheiros africanos. Os franceses defrontavam-se com falta de recursos e, embora fossem bem-sucedidos na medida em

[19] Forbes e Williams, 27.

que estes o permitiam, estavam limitados nas suas capacidades e nunca puderam destruir totalmente o inimigo ou negar-lhe o acesso ao meio aquático. A disponibilidade de apoio aéreo e de artilharia para os desembarques nos rios e subsequente contacto com o inimigo era irregular. Em contrapartida, os Estados Unidos, embora defrontassem um inimigo mais poderoso em contingente e sofisticação, conseguiram responder eficazmente com a aplicação bem orquestrada do poder aéreo, do armamento embarcado e dos desembarques de infantaria. Os recursos dos portugueses, se bem que relativamente modestos no contexto do envolvimento dos EUA no Vietname, foram sempre adequados para o cumprimento da missão de negar o uso das águas ao inimigo. Em Janeiro de 1969, a Marinha dos EUA era literalmente senhora do delta do Mekong e os flancos meridionais de Saigão estavam seguros. A conclusão a retirar do Quadro 2.2, porém, ainda que aproximada, é que as marinhas portuguesa e norte-americana desenharam adequadamente as suas forças quer para os inimigos que enfrentavam, quer para as águas a fiscalizar. Em contrapartida, os franceses precisariam porventura de mais 800 navios para exercerem o controlo efectivo dos deltas do Mekong e do rio Vermelho, face à determinação dos Viet Minh e à complexidade dos dois sistemas fluviais.

QUADRO 2.2: COMPARAÇÃO ENTRE FORÇAS NAVAIS EMPENHADAS EM ÁGUAS INTERIORES

	Marinha portuguesa	Marinha francesa	Marinha dos EUA
Extensão dos principais cursos de água (milhas náuticas)	1.040	6.000	4.000
Unidades navais	137	90	619
Milhas de cursos de água por unidade	7,59	66,67	6,46
Efectivos do inimigo	27.000	42.000	80.000

Estratégia emergente

Em termos lógicos, seria de pensar que os diversos planos navais fossem um reflexo da política e da estratégia nacionais e que a política e a estratégia navais delas tivessem decorrido naturalmente. Não foi esse o caso, uma vez que não houve nenhum documento formal a definir qualquer das duas.[57] Sem tais directrizes, a composição da frota proposta ficou sujeita a uma série de variáveis. Como Sacchetti justamente refere, a definição de uma dada estratégia e a sua evolução são muitas vezes resultado de uma análise subsequente que visa explicar o que aconteceu e por que razão assim aconteceu, e não um processo definido visando orientar a actividade futura.[58]

Este problema não é exclusivamente português, visto que a história da Marinha dos Estados Unidos, por exemplo, está repleta de casos em que esta se viu mal preparada para combater em áreas restritas e desprovida de estratégia, escrita ou não. Embora a Marinha norte-americana tenha operado rotineiramente em águas circunscritas, não prestou a devida atenção ao combate nesse ambiente nem se dignou prevenir e estudar os aspectos estratégicos e operacionais das missões em águas interiores. Viu-se em ambas as guerras mundiais na contingência de construir um grande número de pequenos navios de combate e de treinar as suas guarnições obedecendo a um programa acelerado. Em ambos os casos,

[57] Sacchetti, 6.
[58] Ibid.

uma vez terminado o conflito, as forças foram dissolvidas e as lições esquecidas.[79] Este processo repetiu-se na Coreia e no Vietname, e as actuais operações no Golfo Pérsico reflectem uma total ausência de estratégia, de uma composição de forças apropriada e de treino para o combate em águas restritas. Historicamente falando, não é, pois, de estranhar a inexistência de um documento formal a definir a estratégia nacional ou naval quando ocorreu a crise do Ultramar.[80] Este vazio deixou o Estado-Maior da Armada em grande medida a apalpar terreno na busca de soluções para a segurança das suas águas em África.

A bem da imparcialidade, diga-se que esta ambivalência e indecisão foram causadas por uma alteração da política nacional, antes virada para a Europa e os Estados Unidos no âmbito da inclusão na Aliança Atlântica e agora de renovada preocupação com o Ultramar. A política nacional é uma afirmação do interesse nacional e para a sua consecução ditará e conduzirá a guerra, se houver que travá-la para realizar os objectivos nacionais. A estratégia nacional é a actividade que procura directamente alcançar os objectivos da política e consiste no método de aplicação e coordenação de todos os factores do poder nacional — militar, diplomático, económico e ideológico — para o desenvolvimento de um esforço coerente na concretização da política. A componente militar da estratégia nacional, aquela que aqui nos importa, é a utilização ou ameaça de utilização da força militar para impor a política.[81] Subordina-se à estratégia nacional e deve ser coordenada com o emprego de outros factores do poder nacional. A política e a estratégia navais são mais uma componente da estratégia militar. Estabelecidos estes conceitos e as relações entre eles, é importante pôr a política e a estratégia nacionais portuguesas em contexto como prelúdio para o exame do subconjunto naval resultante.

A política nacional de Portugal e a fundamentação para a mobilização e emprego das Forças Armadas portuguesas em África foi sempre alcançar o objectivo político de manter a integridade do Império. Esta política reflectia a filosofia político-estratégica portuguesa de manter os seus territórios muito dispersos como um indissolúvel império tradicional num ambiente geopolítico geralmente hostil a tal ideia.[82] O Império era oficialmente visto como um património e uma promessa de um futuro mais rico. Esta noção foi apreendida num editorial do Prof. Marcelo Caetano em *O Mundo Português* publicado em 1935: "África é para nós uma justificação moral e uma razão de ser como potência. Sem ela seríamos uma pequena nação; com ela somos um grande país."[83] Nesta perspectiva qualquer fragmentação, para além de trair o passado, reduziria o Império a um modesto país europeu. Esta suposta catástrofe tinha de ser evitada a todo o custo. Salazar era particularmente sensível à vulnerabilidade da África portuguesa aos movimentos nacionalistas que haviam ganho ascendente a seguir à 2ª Guerra Mundial, e em especial à resistência local no seio da população africana. Durante este período, as potências europeias democratizadas estavam a libertar as suas colónias de África, em consonância com a tendência do pós-guerra. Registava-se, pois, uma pressão crescente para que Portugal acompanhasse os governos da Europa ocidental e outorgasse a independência às suas colónias. A sensibilidade a esta pressão era também reforçada por uma profunda e arraigada postura anticomunista, no

---

[79] Milan N. Vego, *Naval Strategy and Operations in Narrow Seas* (Londres: Frank Cass, 1999), xvi.

[80] Sacchetti, 6.

[81] U.S. Marine Corps, *Campaigning* (Washington: U.S. Marine Corps, 1990), 3.

[82] Estado-Maior do Exército, *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)* (Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1990), 30.

[83] Marcelo Caetano, "Editorial", *O Mundo Português*, 2 (1935): 218.

âmbito da Guerra Fria, por parte de Portugal. O ódio e desconfiança que Salazar votava ao comunismo desempenhou um papel importante, na medida em que ele estava bem ciente da impotência do Ocidente para conter o comunismo, "economicamente falido mas politicamente em ascensão".[64] Salazar partilhava a convicção generalizada no pós-guerra de que, desmantelado o baluarte alemão, a União Soviética, liberta de quem a reprimisse, subjugaria a Europa. Poucos, na sua opinião, compreendiam a natureza aquisitiva e imperialista da liderança soviética, apesar do facto de Estaline, no rescaldo da 2ª Guerra Mundial, ter anexado mais de 600.000 quilómetros quadrados da Europa de Leste e ter submetido ao seu domínio mais 87 milhões de não russos. O lugar de Portugal era ao lado das nações democráticas que tinham ganho a guerra, e o dispositivo de segurança colectiva da NATO era a única maneira lógica de conter a ameaça. A política nacional levara Portugal e as suas Forças Armadas a orientar-se para a NATO em prejuízo do policiamento das colónias.

Quando a União Soviética viu o seu passo tolhido na Europa, procurou outras vias de expansão para concretizar a sua política nacional de criação de uma ordem mundial comunista dirigida a partir do Kremlin. Os soviéticos encaravam a África como um terreno fértil para a subversão, apesar do revés do Congo, e a África portuguesa era um dos alvos que valorizavam.[65] Foi sintomática desta política em relação a África a perturbante sequência da reunião de 6 de Dezembro de 1960 em Moscovo do "Congresso dos 81" países comunistas. A princípio o Ocidente não prestou grande atenção ao Congresso, uma vez que na sua anterior reunião, em 1957, ele congregara apenas treze países. Contudo, nas actas deste último encontro, amplamente noticiado, Portugal era especificamente apontado como alvo para actividades subversivas.[66] Afirmava-se nelas que a via para derrubar o governo de Salazar, que se recusara mesmo a estabelecer relações diplomáticas com a União Soviética, e para o substituir por alguém favorável à esfera comunista, passava pela vulnerabilidade das suas colónias. Segundo a lógica soviética, era possível separar Portugal das suas colónias numa guerra debilitante e miná-lo politicamente na Metrópole, após o que Salazar, enfraquecido, cairia. Nikita Kruschev pareceu confirmar a primeira componente desta dupla estratégia no seu famoso e inquietante discurso sobre as "guerras de libertação nacional" proferido naquele retumbante e ameaçador fórum. Este desafio directo era uma clara ameaça à África portuguesa.

Para responder a esta ameaça, a estratégia nacional portuguesa decorria da política de manutenção do Império, com tudo o que ele potencialmente representava, e assentava na mobilização do poder nacional em obediência às seguintes linhas:

1. A acção militar manteria a ordem nas colónias e expulsaria ou derrotaria os guerrilheiros em combate;
2. Os esforços diplomáticos sustentariam a acção militar procurando neutralizar as actividades dos adversários de Portugal, reforçar os laços com os seus aliados e forjar novas alianças e, embora não aceitando a legitimidade das organizações terroristas, procurando encetar um diálogo com elas com vista a uma solução pacífica que não comprometesse a soberania portuguesa;

---

[64] Hugh Kay, *Salazar and Modern Portugal* (Londres: Eyre and Spottswoode, 1970), 69 e 133. O autor sustenta que até em Inglaterra o comunismo se tornara a palavra de ordem dos instintos revolucionários de afronta da nossa época" e o fizera "pelo poder da palavra, por mera fanfarronice, talvez pela volúpia do contraste". Era em grande parte o êxito da "evangelização" comunista que fazia Salazar desconfiar tanto dele.

[65] Ibid., 238; e Edgar O'Balance, *Tracks of the Bear* (Novato, Calif.: Presidio Press, 1982), 103-112.

[66] Jean Vallury, "Au Sujet du Manifeste des 81", *Revue Militaire Générale* (Outubro de 1961): 282.

3. O desenvolvimento socioeconómico das colónias melhoraria a sorte da população colonial e fá-la-ia sentir-se ideologicamente parte do Portugal maior.[57]

Esta argumentação deverá ter parecido evidente ao Estado-Maior naval que se esforçava arduamente por decidir quanto à afectação de recursos e à natureza da frota a construir, e é provável que os seus elementos se sentissem divididos entre cuidar do futuro de Portugal na Europa e no Ultramar.

Havia uma escola de pensamento não oficial desenvolvida pelo almirante Armando Júlio de Roboredo e Silva, que durante a década de 1950 assinava regularmente uma rubrica intitulada "Crónicas do Ultramar" na velha revista *Anais de Marinha*. No ano de 1956, o então capitão-de-fragata publicara um estimulante artigo em que pretendia esboçar os contornos de uma nova política naval em relação ao Ultramar e, conquanto se tratasse unicamente de uma expressão da sua opinião, foi o início de uma análise aprofundada e coerente da política naval em relação à África.[58] Quando, no início da guerra, o então contra-almirante Roboredo foi designado Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada e mais tarde, entre 1963 e 1970, ocupou o lugar de Chefe do Estado-Maior, a política naval foi-se sedimentando, firmada por ele, até constituir um plano operacional sólido, dotado dos meios para a sua execução.

Num artigo posterior, um protegido de Roboredo, o comandante Manuel Pereira Crespo, enunciava a política nacional e a fundamentação da mobilização das Forças Armadas, e particularmente da Marinha, para a consecução do objectivo político de manter a integridade do Império. Começava por uma análise do papel da Marinha baseado na experiência de outras forças armadas ocidentais que tinham enfrentado guerras subversivas.[59] Salientava a existência de uma série de erros comuns inicialmente cometidos ao lidar com o tipo de insurreição que Portugal iria combater e que outras nações ocidentais tinham enfrentado nas suas possessões ultramarinas, e procurava identificá-los no contexto português.

Em primeiro lugar, os meios locais disponíveis eram de uma maneira geral insuficientes para fazer face aos problemas quando eles surgissem. Era certamente assim em Angola, e o autor foi presciente ao escrevê-lo quase seis meses antes dos ataques de Março de 1961, quando a Marinha procurava reforçar a sua segurança no Ultramar.

Em segundo lugar, as unidades militares estavam geralmente mal estruturadas e inadequadamente armadas para executarem as operações específicas de uma guerra subversiva. Normalmente as unidades estavam estruturadas para a guerra convencional, num cenário de confronto entre forças, e não para o paciente trabalho de localizar guerrilheiros em terreno difícil e isolá-los da fonte do seu poder, a população. Esta premissa era igualmente válida para as forças navais, que estavam direccionadas para operações oceânicas e precisavam de ser reorientadas para os rios e águas interiores.

Em terceiro lugar, o emprego táctico de tais forças tendia a ser orientado de maneira convencional, e portanto podia criar mais problemas do que resolvê-los. Este emprego incompatível jogava muitas vezes a favor dos guerrilheiros, alienando a população, quer

[57] Joaquim Moreira da Silva Cunha, *O Ultramar, a Nação e o "25 de Abril"* (Coimbra: Atlântida Editora, 1977), 31-32.

[58] Armando de Roboredo, "Subsídios para definir uma Política Naval Portuguesa", *Anais de Marinha* (Setembro-Dezembro de 1956): 5-10.

[59] Manuel Pereira Crespo, "As Missões das Forças Navais na Guerra Revolucionária", *Anais do Clube Militar Naval* (Julho-Setembro de 1960): 537-550.

devido à reacção exagerada a uma provocação, quer em consequência da deficiente compreensão da natureza política de uma guerra subversiva.

Em quarto lugar, o pessoal estava muitas vezes física, moral e militarmente mal preparado para as missões que devia desempenhar. A contra-subversão exigia um treino tão específico como a guerra convencional. Os soldados, os marinheiros e os fuzileiros precisavam de conhecer o inimigo, fosse ele um submarino soviético nas profundezas do oceano ou uma patrulha de guerrilheiros nos confins do mato.

Estes ensinamentos e lições despertaram apenas um fugaz interesse junto dos chefes militares e respectivos estados-maiores, muito mais fascinados com os grandes exercícios e operações multinacionais na Europa e no Atlântico Norte.[70] Nos institutos superiores militares portugueses o estudo da guerra subversiva fora tratado sobretudo como uma curiosidade e uma simples forma de revolta popular que era esporádica e isolada, mas não fazia parte dos temas essenciais abordados. Começou a ser objecto de maior atenção com o envolvimento militar francês na Argélia (1954-1962), principiando em 1959 com a missão de oficiais do Exército Português no Centre d'Instruction à la Pacification et à la Contre-Guerrilla (CIPCG) em Arzew, na província de Orão. Tratava-se de uma escola de contra-subversão fundada em 1956 que ministrava uma série de exigentes cursos destinados a comandantes de sector (tenentes-coronéis e coronéis), comandantes de distrito e subdistrito (tenentes e majores) e oficiais subalternos e cadetes e que visava prepará-los para as suas missões na Argélia e para a guerra revolucionária.[71] Também em Fevereiro de 1959, Roboredo desencadeou o pedido de frequência de um curso de especialização nos Royal Marines por um oficial e três praças que seria o primeiro passo para a reactivação dos fuzileiros portugueses.[72] À medida que esta consciencialização e o interesse aumentavam nos círculos do ramo, começou a esboçar-se uma estratégia naval para a contra-subversão em África.

Na luta contra a guerra subversiva, as marinhas alargam o âmbito das suas missões tradicionais — garantir o uso do mar às forças amigas e negá-lo aos inimigos — para abranger os mares restritos, lagos e rios dos territórios ameaçados. As movimentações e o tráfico por via aquática foram sempre mais baratos e mais fáceis do que por via terrestre; por conseguinte nas áreas rurais, menos desenvolvidas, particularmente em África, os cursos de água contíguos de uma colónia constituem artérias vitais para o comércio e a guerra. Os mares restritos, os lagos e os rios em particular revestem-se de grande significado para operações militares, visto que representam um obstáculo natural a transpor e proporcionam um terreno defensivo ideal. Funcionam como limites naturais do campo de batalha. São ajudas à navegação e proporcionam orientação. São vias de aproximação para o combate e linhas de comunicação para operações logísticas. O inimigo reconhecerá igualmente o seu significado e valor e procurará controlar a população, o comércio e o combate nessas águas. Em qualquer luta subversiva o verdadeiro campo de batalha é a população e a luta trava-se pela adesão do povo. Assim, uma Marinha, numa guerra subversiva, tem

[70] Ibid., 543.

[71] Frédéric Guelton, "The French Army Center for Training and Pacification in Counter-Guerrilla Warfare (CIPCG) at Arzew", trad. Martin S. Alexander, em *France and the Algerian War, 1954-62: Strategy, Operations and Diplomacy*, ed. Martin S. Alexander e J. F. V. Keiger (Londres: Frank Cass, 2002), 43-44.

[72] A. de Roboredo (capitão-de-mar-e-guerra), Estado-Maior da Armada, para Jaime Lopes (capitão de fragata), Adido Naval, Embaixada de Portugal em Londres, 3 de Fevereiro de 1959, memorando "instrução de 'comandos'", COLOREDO, Processo 224/2082, Arquivo Central da Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa, 1.

de combater pelo efeito que possa garantir em terra, onde as pessoas vivem. Dada esta orientação terrestre, as suas operações serão quase sempre uma empresa conjunta com elementos terrestres e aéreos.

O papel da Marinha na contra-subversão pouco difere, em termos gerais, do que cabe ao Exército, na medida em que a subversão é primordialmente um problema político que diz respeito à população. Esta terá reclamações que têm de ser atendidas em contraposição às promessas e reivindicações dos guerrilheiros. Uma vez feito isto, deverá iniciar-se a lenta e paciente tarefa da "reconquista da população revoltada ou neutral e a protecção e auxílio da que se mantém fiel".[73] Esta tarefa é o objectivo de uma ampla ofensiva psicossocial que exigirá o contacto regular com a população através de visitas médicas às aldeias, projectos de obras públicas e protecção física contra as iniciativas de intimidação do inimigo.

Trata-se de missões que os militares podem executar adequadamente e, ao mesmo tempo, manter um valioso contacto positivo com a população. O corpo médico dos vários ramos pode beneficiar a saúde geral da população e instruí-la sobre preceitos de higiene a fim de melhor poder cuidar de si própria. Os engenheiros militares podem incrementar o comércio e a saúde locais ampliando as infra-estruturas tradicionais das aldeias. A construção de escolas e mercados, a abertura de poços e a instalação de bebedouros para o gado e balneários comunitários são projectos clássicos levados a cabo com êxito no decurso deste tipo de guerra. A última tarefa, de segurança física, cabe às forças combatentes e exige geralmente a organização de uma milícia local com uma força regular de reacção rápida preparada para a apoiar em épocas de crise. Com o restabelecimento da confiança da população, seria igualmente restabelecida a fé no governo português e nas suas instituições e garantido o fluxo de informações vitais necessárias para combater os guerrilheiros. A população vulnerável tende a pender para lado da força que percepciona como a vencedora final do conflito, o que determina que se tenha em conta o impacto psicológico de todas as acções. Não basta destruir os elementos militares da subversão; mais importante ainda é o desmembramento e enfraquecimento da sua organização política, e a melhor maneira de o conseguir é uma ampla ofensiva tanto na frente militar como na civil. Neste contexto, o terreno físico, a sofisticação das infra-estruturas, a força e a eficácia do inimigo e a disposição e o estado de preparação da população civil contam-se entre as variáveis mais importantes a que é preciso atender. Como a preocupação dominante é o bem-estar da população, e esta vive em terra, a força principal será o Exército, com apoio aéreo e naval. Este último, segundo a perspectiva portuguesa, seria concretizado por uma estratégia naval incorporada em meia dúzia de missões navais primordiais.[74]

Em primeiro lugar, como os rios, os lagos e o mar formam a maior parte das fronteiras da África portuguesa, o controlo destas fronteiras fluviais e marítimas era crucial para limitar o fluxo de armamento, a infiltração de guerrilheiros e as linhas de comunicação logística do inimigo e constituía uma missão naval primordial. Esta missão exigia uma gama completa de meios navais, desde pequenas lanchas ou vedetas de dimensão modesta até meios maiores e dotados de maiores capacidades para a fiscalização de mares restritos ou zonas de mar aberto. Equipada com uma sólida rede de comunicações e apoio de aviação, uma frota destas podia representar uma temível barreira à penetração pelas fronteiras e complicar o

[73] Ministério da Marinha, *Manual do Fuzileiro — Operações Terrestres Especiais* (Vale do Zebro: Escola de Fuzileiros, 1962), OT01-107.

[74] Crespo, 543-550.

problema da infiltração dos guerrilheiros. Na realidade, embora isto fosse conceptualmente acertado, os recursos necessários para vedar qualquer das fronteiras coloniais não estavam disponíveis nem eram comportáveis para nenhuma nação, nem sequer as mais ricas da época. As fronteiras fluviais de Angola, por exemplo, consistiam primordialmente no rio Zaire (66 milhas náuticas), no rio Cuango (146 milhas náuticas), no rio Cassai (253 milhas náuticas), no rio Cuando (121 milhas náuticas), no rio Cunene (152 milhas náuticas), no rio Cubango (182 milhas náuticas) e em numerosos rios mais pequenos, totalizando cerca de 121 milhas náuticas. O conjunto destas fronteiras fluviais somava aproximadamente 1.040 milhas náuticas, ou seja, 40% das 2.643 milhas de fronteiras terrestres de Angola. A maior parte das fronteiras fluviais localizava-se em áreas remotas e pouco povoadas. Uma fronteira tão extensa e isolada era difícil de fiscalizar, mesmo com uma presença naval robusta. De facto, as forças navais podiam ser mais eficazmente organizadas e utilizadas no confronto com o inimigo nas suas áreas de ocupação conhecidas ou no apoio à população do que em qualquer série de patrulhas fronteiriças locais estáticas ou móveis dispersas pelos distantes braços desses rios e que consequentemente absorveriam grande quantidade de recursos sem ganhos proporcionais. Este raciocínio baseava-se no facto de a infiltração inimiga ao longo desses longínquas cursos de água ser muito limitada devido à dificuldade e ao isolamento do terreno. Quando as fronteiras eram violadas, os guerrilheiros confrontavam-se com muitos mais dias de viagem através de regiões inacessíveis e inóspitas, na longa busca de uma oportunidade para terem contacto com tropas do governo, converter a população ou destruir infra-estruturas. Consequentemente, as forças navais concentravam-se nas zonas fluviais mais acessíveis, onde as travessias dos guerrilheiros eram mais prováveis dada a existência de alvos potencialmente lucrativos, quer no que respeita a população, quer no tocante a infra-estruturas.

Em segundo lugar, o transporte e reabastecimento das forças terrestres no ambiente aquático era uma tarefa crucial. A África portuguesa, em larga medida, e a Guiné em particular dependiam para quase todos os fins dos rios, dos lagos e da orla costeira como principais vias de comunicação. Em Angola, há 750 milhas náuticas de litoral e a vasta colónia é atravessada por uma miríade de rios, seis dos quais já atrás identificámos. Em Moçambique, o litoral do Oceano Índico, que cobre 1.400 milhas náuticas, constituía a principal artéria norte-sul, pois não existiam vias férreas ou estradas principais comparáveis. Além do oceano e de muitas pequenas vias navegáveis, havia também cinco rios importantes — o Rovuma, o Lúrio, o Zambeze, o Save e o Limpopo —, que funcionavam como as principais vias de comunicação leste-oeste, penetrando muito no interior da colónia e frequentemente para lá da fronteira oeste, pelos países vizinhos adentro. Na Guiné, a parte de leão de todo o comércio processava-se por via aquática, nos seus rios e mares restritos. Estas águas eram fulcrais em muitos casos, especialmente na Guiné, para a rápida deslocação de forças a fim de enfrentarem o inimigo e ganharem a vantagem da superioridade estratégica.

Em terceiro lugar, o apoio de fogo às forças terrestres foi sempre um papel fundamental da Marinha, e as guerras de contra-subversão não constituem excepção. A artilharia é pesada, quer devido ao armamento em si, quer às munições. Em ambiente litoral e fluvial, as unidades navais podem facilmente deslocar essas armas até ao local do combate e garantir o respectivo apoio. A movimentação de artilharia rebocada em terreno sulcado por cursos de água e atravessado por pouco mais que trilhos ou picadas não é tarefa simples, nem é possível concentrá-la sobre o inimigo em tempo útil e, consequentemente, com alguma esperança de sucesso. Assim, as lanchas de fiscalização desempenhavam um papel

indispensável, na medida em que podiam reforçar rapidamente os locais do combate com peças de calibre relativamente grande.

Outro tanto se pode dizer da aviação. Os helicópteros e aviões ligeiros, operando em conjunto com lanchas de fiscalização, podiam flagelar rapidamente o inimigo. Os helicópteros, na configuração de assalto, na de transporte de tropas ou num misto das duas modalidades, podiam fazer fogo de metralhadora pesada ou de helicanhão em apoio das forças terrestres e tornar essas forças muito mais poderosas do que as unidades de guerrilheiros. Ao contrário de um aeródromo distante, a base móvel constituída por uma unidade naval, devido à sua proximidade, podia reabastecer, rearmar e devolver rapidamente o helicóptero ao local do combate. Os meios aéreos dependentes de uma base distante são potencialmente retardados na sua chegada e têm constrangimentos relativos ao tempo que podem estar sobre o alvo devido à longa duração dos trânsitos.

Em quarto lugar, tal como apoiava forças terrestres, a Marinha também apoiava a polícia e outras autoridades governamentais, cuja acção era crucial para proteger a população e proceder à recolha de informações em todo o território ameaçado. Por ter como alvo a população, a subversão implicava um profundo envolvimento das autoridades policiais, alfandegárias e de imigração, na medida que as vias litorais e fluviais exigiam a sua presença, a Marinha facilitava-lhes o trabalho.

Em quinto lugar, a manutenção de vias de comunicação fluviais e marítimas era importante não só para alargar a autoridade do governo a todo o território, como para manter as ligações comerciais e pessoais no seio da população. Enquanto as vias terrestres eram susceptíveis de ser cortadas, as águas eram-no muito menos e, desde que adequadamente protegidas e fiscalizadas, constituíam uma valiosa alternativa. Este objectivo era alcançado com uma pequena força de Marinha, que revisitava regularmente as áreas povoadas, patrulhava rotas seleccionadas e se familiarizava com o ambiente local a fim de que qualquer alteração fosse rapidamente detectada, tomando-se as medidas adequadas. A manutenção da segurança das águas incluía não só o trânsito de navios armados, mas também, o que assumia igual importância, patrulhamentos terrestres dos locais onde a população vivia.

Em sexto lugar, como era em terra que a população residia e o inimigo normente operava, tornava-se importante projectar poder em terra. A maneira mais eficiente de alcançar este objectivo consistia numa combinação de forças aéreas, navais e terrestres. Neste contexto, as forças navais planeavam e coordenavam operações com unidades do Exército e da Força Aérea a fim de concentrarem a máxima força sobre o inimigo para garantir a sua destruição. As operações mais eficazes eram as que envolviam forças pequenas, bem treinadas e ágeis, as que contavam com a eficácia acrescida que se obtinha pela surpresa, pela mobilidade e pela acção coordenada que só pequenas unidades podiam garantir. As forças de grande dimensão, fosse qual fosse a sua natureza, facultavam ao inimigo o conhecimento da sua presença com uma antecedência significativa, dada a impossibilidade de passarem despercebidas ou de a sua movimentação se fazer às ocultas. As operações destas forças de maior envergadura consumiam muito mais tempo, talento e pessoal na fase de organização e, uma vez desencadeadas, não eram passíveis de encobrimento. Os guerrilheiros tanto podiam evitar o contacto como optar pelo combate. Assim, os resultados para as forças governamentais eram geralmente decepcionantes. Reciprocamente, se os guerrilheiros actuassem em grandes quantitativos, também eles dariam nas vistas e ficariam vulneráveis a ataques convencionais, colocando as forças governamentais, mais poderosas, em situação de vantagem. A pressão constante das unidades pequenas, com a sua movimentação

discreta e económica, era muito mais eficaz. Estas unidades de homens bem treinados, capazes de penetrar em terreno acidentado para obter informações, eliminar guerrilheiros, perturbar a recolha de alimentos e o tráfego de mensageiros, pedir apoio de artilharia naval ou ataques aéreos onde tal se justificasse e, acima de tudo, manter o crucial contacto com as populações, eram as de maior eficácia. Os fuzileiros navais, os pára-quedistas da Força Aérea e os comandos do Exército constituíam precisamente esse tipo de forças especiais que operavam eficazmente com apoio naval e aéreo. Esta abordagem sistemática e coordenada foi bem- sucedida, na medida em que logrou negar a iniciativa aos guerrilheiros.

Por fim, um dos factores mais importantes para o êxito da guerra subversiva era a existência de um santuário a partir do qual os guerrilheiros pudessem desencadear ataques contra as tropas governamentais. Os santuários permitem aos guerrilheiros planear, treinarem-se, armarem-se, equiparem-se e lançar ataques e, uma vez executados estes, recuperar e descansar das suas operações numa zona relativamente livre de qualquer ameaça por parte das forças governamentais. Dentro do santuário, que era geralmente um país soberano de fronteira comum, os guerrilheiros estavam normalmente confinados pelo país anfitrião a uma ou mais bases fronteiriças. Por mais controverso que isso fosse do ponto de vista político, as operações transfronteiriças eram importantes para eliminar estas bases e as consequentes capacidades dos guerrilheiros por elas apoiadas. A criação de insegurança nas suas hostes, mantendo-os na defensiva, limitava as suas possibilidades de levarem a cabo operações eficazes contra as forças governamentais.

Entre 1961 e 1974, a Marinha portuguesa executou ou contribuiu para a execução de todas estas missões. Este ramo das Forças Armadas alargou a presença portuguesa activa desde a costa até ao interior ao longo das rotas fluviais e, no caso de mares restritos, transportou navios por terra para serem ali utilizados. A partir de depósitos e bases judiciosamente localizados, estabeleceu e manteve linhas de comunicação de apoio a populações próximas ou longínquas e a operações militares. Contribuiu com um importante poder de fogo de apoio e, em operações combinadas com os outros ramos, multiplicou o seu efeito. Levou a cabo eficazes ataques transfronteiriços para neutralizar a presença de guerrilheiros em santuários. A Marinha portuguesa adaptou-se bem à guerra que teve de travar e tornou-se uma eficiente Marinha de águas interiores. Aprendeu bem com a prática e refinou continuamente a sua abordagem, como ressalta do seu estudo de novos conceitos doutrinários e operacionais e da sua adaptação a eles. O que torna esta evolução ainda mais notável é o facto de a Marinha portuguesa não só ter aprendido a travar com êxito uma nova guerra, como tê-lo feito ao mesmo tempo que assumia compromissos adicionais no seio da NATO, ocasionados pela retirada de França, e novas responsabilidades. Para uma Marinha em vias de desenvolvimento cujo âmbito se estendia do empenhamento no Atlântico Norte às operações em zonas muito dispersas de África, foi uma proeza verdadeiramente assinalável.

P376

3.
Um *salto no desconhecido*

O impulso concertado para criar e empregar uma Marinha africana, ou de águas interiores, isto é, uma Marinha de configuração predominantemente litoral e ribeirinha, representou para os portugueses algo como um salto no desconhecido. Não existia experiência prévia da criação e operação de uma frota de pequenos meios navais nem tão-pouco de projecção de força nas regiões fluviais, lacustres e litorais do Ultramar com o grau de intensidade que agora se exigia. Consequentemente, a construção desses meios e a sua gestão em situação de combate abria horizontes absolutamente novos. A Marinha meteu ombros à aquisição dessa frota, ao recrutamento e formação dos oficiais, sargentos e praças para a guarnecerem e à recriação dos fuzileiros para a projecção de força em terra, bem como ao estabelecimento de uma rede de comunicações estratégicas. Todas estas eram empresas sem precedentes e todas elas foram levadas a cabo por criteriosas e ponderadas etapas, dentro das limitações financeiras e temporais impostas pela situação de segurança que se ia criando em África, a fim de se obterem as sinergias de uma combinação de meios navais. Como adiante se verá, a Marinha geriu bem esta mudança e adaptou-se hábil e entusiasticamente à nova forma de guerra, resolvendo todos os problemas com imaginação e em conformidade com os meios disponíveis.

A Marinha Africana

A partir de 1956, a Marinha cortou com as convenções e empenhou-se energicamente na definição e aquisição de meios especialmente concebidos para a missões em África, visto ser convicção geral que o ramo não dispunha da força necessária capaz de operar no ambiente fluvial e ribeirinho ali existente. Durante a fase de concepção da estrutura dessa Marinha africana analisou diversas outras forças e as suas experiências em situações semelhantes e inspirou-se nessas vivências. O modelo britânico foi útil, e de facto a ideia inicial foi a adopção de elementos aplicáveis da experiência da Royal Navy e dos Royal Marines, revestindo-se de especial interesse as brigadas de comandos e os destacamentos especiais britânicos embarcados. A experiência francesa na Indochina e na Argélia, contudo, parecia bem mais relevante. A organização francesa era mais pequena do que a britânica, tinha uma orientação menos convencional e fora objecto de uma série de aperfeiçoamentos ao longo de cerca de nove anos (1945-1954) para fazer frente à ameaça do Viet Minh na Indochina. Consequentemente, representava um vasto mosaico de experiências de guerra não convencional passível de constituir uma boa fonte de inspiração.

As forças armadas francesas tinham procurado soluções para as suas dificuldades de projecção de força desde o princípio da sua campanha contra o Viet Minh visando recuperar o controlo da Indochina na sequência da 2ª Guerra Mundial. A Indochina representava o terreno mais difícil e caracterizava-se por uma insidiosa combinação de clima tropical, montanhas escarpadas, selvas impenetráveis e extensas redes hidrográficas. Tonquim, Aname e a Cochinchina, as três províncias costeiras que formavam aquilo que viria a ser o Vietname, eram essencialmente regiões desprovidas de estradas, sulcadas por numerosos rios, e como tal apresentavam obstáculos substanciais para a movimentação de forças convencionais por terra. O clima é de monções e ao longo dos anos as chuvas torrenciais esculpiram cristas aguçadas e ravinas no leito de rocha do intrincado sistema montanhoso. As gargantas destas cordilheiras são muitas vezes tão alcantiladas que as curvas de nível do mapa se cavalgam umas às outras. Na província central de Aname há extensos depósitos de calcário que continuam a dissolver-se sob os aguaceiros tropicais formando pináculos em forma de agulha, poços naturais e trilhos sem saída. A maior parte do país é revestida por espessas e obscuras selvas, cobertas como que por múltiplos dosséis e atapetadas de denso matagal. Nas altitudes mais baixas, as trepadeiras entrelaçadas recobrem as florestas à maneira de grinaldas. Outro traço intimidatório são os enormes irrupções de bambus com troncos de quinze centímetros de grossura, a formar densos aglomerados, praticamente impenetráveis.[1]

A deslocação de tropas neste tipo de terreno, historicamente muito difícil, colocou graves problemas aos franceses. Inicialmente recorreu-se a tropas aerotransportadas para superar aqueles obstáculos; em 1954 a força de pára-quedistas atingira o nível de catorze batalhões. Infelizmente, devido aos recursos relativamente limitados dos franceses, nunca existiu capacidade de transporte suficiente para deslocar mais de dois batalhões em simultâneo. Não tardou a tornar-se evidente que as operações aerotransportadas não eram a única resposta e que se impunha uma abordagem diferente. Com tão poucas estradas, as linhas de comunicação primárias eram naturalmente as rotas costeiras e as redes hidrográficas. Na província setentrional de Tonquim, o rio Vermelho e o seu delta constituíam a via natural. Na província setentrional da Cochinchina, o delta do Mekong desempenhava uma função semelhante. A província central de Aname, porém, não era bafejada de igual modo e possuía muitos cursos de água fragmentados, pouco profundos e estreitos, ligados apenas pelo mar aberto. Aname estava, pois, relativamente isolada, circunstância que retardara o seu desenvolvimento económico e era também útil ao inimigo. Assim sendo, os franceses passaram rapidamente a explorar a rede hidrográfica e a organizar uma frota de unidades fluviais a fim de responder às suas necessidades de transporte, abastecimento, escolta e combate. Esta frota de águas costeiras era essencialmente constituída por lanchas de desembarque ex-norte-americanas e britânicas, ideais para o ambiente fluvial do sueste asiático, mercê do seu pequeno calado. Estas lanchas foram objecto de transformações tendentes a adaptá-las a meios de combate e transporte diversos e apoiaram operações do Exército e da Marinha ao longo dos nove anos que durou o conflito. Há quatro tipos dessas unidades que se revestem de particular interesse para a nossa história.

O principal meio de transporte de tropas, veículos e carga da força de transporte fluvial francesa foi o *Landing Craft Tank* (Navio de Desembarque de Carros de Combate), ou LCT Mk 4, ex-britânico, cuja utilização foi contínua, principalmente em Tonquim. Em 1946

[1] John M. Collins, *Military Geography* (Washington: National Defense University Press, 1998), 371-372.

havia quatro destas unidades disponíveis, sendo que em 1954 o seu número aumentara já para treze.[2] Chamava-se-lhes frequentemente "LCT compridos", para os distinguir dos Landing Craft Tank norte-americanos Mark 6, ou LCT (6), mais conhecidos por "LCT curtos". Se os LCT compridos excediam em cerca de 15 metros de comprimento os seus irmãos mais curtos, a diferença da respectiva capacidade de transporte era espectacular: 350 toneladas contra 150 toneladas. O LCT comprido adaptava-se bem às condições da Indochina, circunstância que o tornava um navio de carga interessante para as empresas de navegação comercial locais. Como tal, a seguir à 2ª Guerra Mundial o mercado destas embarcações em segunda mão esgotou-se rapidamente e, inevitavelmente, começou a haver escassez destes meios. Aqueles que operavam no circuito comercial da Indochina eram muitas vezes requisitados pelas forças armadas francesas para as suas operações de maior vulto. A versatilidade e consequente popularidade dos LCT compridos no sudoeste asiático chamaram a atenção dos projectistas portugueses, vindo a ser concebida uma variante sua, as Lanchas de Desembarque Grandes (LDGs) das séries 100 e 200 da Marinha Portuguesa em África.

O verdadeiro burro de carga da Marinha francesa era a *Landing Craft Medium* (LCM) Mark 3 americana e a sua versão maior, a Mark 6. Utilizava-se sobretudo para transporte e patrulhamento, embora desempenhasse igualmente muitas outras missões. As condições de habitabilidade da LCM eram extremamente difíceis, muito em especial em patrulhamentos de longa duração. Os franceses introduziram alterações tanto na Mark 3 como na "comprida" Mark 6, dotando-as de chapa balística, e converteram a versátil Mark 6 numa série de variantes a fim de corresponder aos requisitos locais. Muitas destas variantes foram também construídas de raiz no Arsenal de Saigão, cuja doca seca e instalações oficinais se situavam nos arredores de Phu My. Existiam também estaleiros de menor dimensão para apoio da esquadra em Can Tho (Cantô) e My Tho (Mytho), o primeiro aproximadamente 120 milhas a sudoeste e o segundo cerca de 60 milhas a oeste de Saigão. Na sua ordem de batalha, os franceses não estabeleciam distinção entre a versão maior e a mais reduzida. Consequentemente, o total de 28 lanchas disponível em 1946 incluía ambos os tipos, sendo que em 1954 atingia as 91 unidades, o que atesta bem da sua utilidade.[3] As LCM curtas e compridas constituíram a base das Lanchas de Desembarque Médias (LDM) das séries 200 e 300 que viriam a ser compradas nos Estados Unidos e modificadas em Lisboa. Similarmente, a LCM comprida serviria de modelo para as Lanchas de Desembarque Médias (LDM) das séries 100 e 400, que seriam construídas em Lisboa.

Inicialmente os franceses compraram vinte e seis *Landing Craft Assault* (LCA) britânicas dos depósitos da Royal Navy em Singapura. Com 9 toneladas de deslocamento, eram um pouco maiores que a *Landing Craft Vehicle Personnel* (LCVP) americana, de 7 toneladas. As LCA foram destronadas pelas LCVP, aparentemente mais populares, uma popularidade que se devia porventura ao facto de serem de mais fácil obtenção na corrente de abastecimento norte-americana, e em 1952 as LCA tinham desaparecido dos rios. A LCVP tornou-se uma das lanchas mais vulgares, a despeito do facto de ser relativamente lenta, ter fraca capacidade de manobra e ser demasiado ruidosa para desempenhar eficientemente missões de patrulhamento. Também as condições de habitabilidade eram particularmente difíceis

[2] Nowfel Leulliot e Danny O'Hara, *The Boats: French Riverine Craft*, http://members.lycos.co.uk/Indochine/cefeo/boats.html (página visitada em 11 de Novembro de 2011).

[3] Ibid.

nestas lanchas, dada a exiguidade dos alojamentos. Apesar destes inconvenientes, a utilidade das LCVP levou a Marinha francesa a construir no Arsenal de Saigão, em 1950, a sua própria versão de aço, a que deu o nome de *Engin d'Assault* (EA). Em 1946 existiam 46 LCVP disponíveis e em 1954 o total de LCVPs e EAs ascendia já a 88.[4] Esta experiência francesa veio a constituir para os portugueses a génese da série de Lanchas de Desembarque Pequenas (LDP) construídas em Lisboa.

Por último, os franceses utilizaram abundantemente a *Harbour Defense Motor Launch* (HDML) britânica, uma lancha de casco de madeira de que foram construídos 480 exemplares durante a 2ª Guerra Mundial. Primitivamente equipada com sonar, bombas de profundidade e armamento ligeiro, foi concebida para proteger estuários e portos contra submarinos inimigos. Os franceses modificaram-na para o ambiente fluvial da Indochina e rebaptizaram-na *Vedette de Port* (VP). Ao contrário das lanchas de desembarque, as VP dispunham de uma robusta combinação de poder de fogo, protecção, comunicações e condições de habitabilidade que a tornavam uma lancha de fiscalização fluvial eficiente e popular. Em 1946 havia oito ao serviço, número que em 1954 aumentara para dezanove. A experiência veio a constituir uma inestimável linha de orientação para Portugal na concepção das lanchas de fiscalização das classes *Antares*, *Bellatrix* e *Júpiter*.

Contudo, uma Marinha combate apenas para garantir a segurança em terra, onde as pessoas vivem. O poder marítimo e o poder terrestre são, por conseguinte, uma empresa conjunta e, para ser decisiva, uma potência naval tem de possuir a capacidade de se inserir em terra. A transição do conflito naval para o conflito terrestre não é fácil e exige forças organizadas e treinadas para esse fim. Na Marinha francesa esta força tinha o nome de *fusiliers marins*, fuzileiros navais. Primitivamente constituída através do recrutamento de pessoal de infantaria ligeira dentro da Marinha, ao quais era dada a adequada formação em escolas do Exército, esta organização tinha uma longa e briosa história que remontava às mais antigas frotas francesas, nas quais existiam formações especiais de mosqueteiros atribuídas aos navios de maior porte. A primeira organização séria foi obra do cardeal Richelieu, que em 1627 criou o *Régiment de la Marine*. Os navios passaram a ser guarnecidos por militares capazes de combater tanto em terra como no mar e que eram comandados por oficiais adstritos ao navio. Estes militares não eram simplesmente passageiros, porquanto além das suas missões militares estavam integrados na guarnição do navio, participavam nas manobras de velas e compartilhavam outras responsabilidades da vida de bordo.

Estas formações existiram com diversas designações ao longo dos séculos e, em Dezembro de 1945, parte da força guarnecia duas flotilhas fluviais da Indochina conhecidas como *Flotilles Fluviales de Fusiliers Marins* (FFFM). A 1.ère FFFM estava adstrita a Tonquim e contava com cerca de trinta lanchas diversas, e a 2.ème FFFM, atribuída ao Mekong, contava com cerca de sessenta lanchas. A 1 de Janeiro de 1947 as duas flotilhas foram reorganizadas, passando a constituir a *Force Amphibie de la Marine en Indochine* (FAMIC), sob as ordens do almirante comandante das forças navais francesas no Extremo Oriente. Este comando foi subdividido em dois grupos, o grupo norte ou *Force Amphibie du Nord* (FAN), e o grupo sul, ou *Force Amphibie du Sud* (FAS). Na Primavera de 1947 houve uma divisão formal entre as unidades fluviais do Exército e da Marinha e as unidades navais passaram em meados de Junho a ser os *Groupes de Combat Amphibies*. Em Agosto estes foram de novo reorganizados em divisões navais de assalto, conhecidas pela alcunha *dinassauts*, inspirada na sua designação

[4] Ibid.

formal *Division Navale d'Assaut* (DNA), cuja constituição representava um natural processo evolutivo no apoio a unidades terrestres ao longo dos muitos rios da Indochina.

À medida que os franceses iam experimentando uma frustração cada vez maior na movimentação de tropas e armas pesadas através do sistema rodoviário da Indochina, as formações terrestres de veículos rodados e de lagartas, tão vulneráveis a minas e a emboscadas, foram substituídas no meio aquático por DNAs. Estas DNAs eram constituídas por um conjunto de diferentes tipos de lanchas que visavam responder a aspectos específicos do ambiente da ameaça — apoio de comando e de fogo, transporte e patrulha e dragagem de minas —, todos eles baseadas nas *Landing Craft Medium* (LCM) norte-americanas dos excedentes da 2.ª Guerra Mundial às quais foram introduzidas modificações locais. Consoante a missão atribuída, a DNA combinaria estes diversos recursos para corresponder aos requisitos operacionais. A força tinha a possibilidade de ser ampliada ou reduzida, consoante as necessidades, podendo chegar a duas companhias de *fusiliers marins* ou forças terrestres e um *comando* de 80 homens ou ter uma dimensão menor. As DNAs podiam penetrar bem dentro das vias navegáveis intercomunicantes da Cochinchina e de Tonquim. As águas interiores de Aname, contudo, eram pouco profundas e a passagem de uma via navegável para outra exigia a saída para o mar. Devido à chapa balística, as DNAs tinham uma concentração de peso nas superstruturas que as tornava instáveis no mar. Consequentemente, em Aname foram empregadas outras lanchas que não as DNAs. Consoante Victor Croizat observou, "Isto pressupunha um conceito operacional extremamente flexível e explica a razão pela qual as *dinassaults* operaram com poucas alterações durante a guerra da Indochina, se mantiveram mais tarde como grupos de assalto fluviais na Marinha vietnamita e acabaram por se transformar nas esquadrilhas de assalto fluviais utilizadas pelos americanos no Vietname."[5] Não é de estranhar que esta experiência francesa comportasse úteis lições para a Marinha portuguesa na gestão das suas forças no meio fluvial.

A missão primordial da Marinha francesa na Argélia consistia em impedir o apoio do exterior aos guerrilheiros por meio de um rigoroso bloqueio costeiro.[6] Consequentemente a experiência naval francesa naquela região foi menos útil aos portugueses, na medida em que o volume de tráfego costeiro na África austral era bem diferente do que se processava no Mediterrâneo. Havia uma importante rota de navegação que passava muito próximo das 800 milhas náuticas de costa da Argélia, e a tarefa atribuída à Marinha francesa requeria o controlo da navegação comercial e de pesca nessa rota, que historicamente sempre fora um refúgio para o tráfico ilícito. Este fértil ambiente de contrabando proporcionava uma cómoda oportunidade para potencial apoio do exterior à organização rebelde, o *Front de Libération Nationale*, ou FLN.

Tal como a Marinha portuguesa, a Marinha francesa estava a refazer-se dos efeitos da 2ª Guerra Mundial quando a guerra da Argélia eclodiu, a 1 de Novembro de 1954. Fora certamente com grande alívio que terminara a guerra da Indochina, onde durante nove anos mantivera uma força de 10.000 homens, ou seja, cerca de 18% dos seus efectivos totais, de 55.000. A expectativa que a animava era reconstituir a esquadra e a participação na NATO, e não a fiscalização costeira na Argélia.

---

5 Victor Croizat, The Brown Water Navy (Poole: Blanford Press, 1984), 59.

6 Bernard Estival, "The French Navy and the Algerian War", trad. de Paul Leahy, em *France and the Algerian War, 1954-62: Strategy, Operations and Diplomacy*, ed. Martin S. Alexander e J. F. V. Keiger (Londres: Frank Cass, 2002), 79.

Durante este primeiro mês, a Marinha francesa na Argélia foi reforçada e a vigilância marítima, ou *Sumar*, foi organizada e executada utilizando as fundamentadas e provadas técnicas desenvolvidas na Indochina. A *Sumar* assentava em três princípios: informações para dirigir a pesquisa, reconhecimento aéreo para identificar e seguir suspeitos e unidades combatentes de superfície para inspeccionar e repelir o alvo.

As informações sobre potenciais traficantes de armas eram recolhidas por uma série de fontes que exigiam uma estreita coordenação e cooperação entre os serviços de informações militares e civis. As actividades de navios suspeitos em países simpatizantes da FLN eram acompanhadas e reportadas e, nos casos em que transportavam material de guerra, os seus nomes eram acrescentados a uma "lista vermelha" ou a uma "lista negra", consoante a sua origem e o grau de confiança da informação. As armas provinham sobretudo da Checoslováquia, da Jugoslávia, da Polónia e da Alemanha de Leste, por vezes directamente, mas com mais frequência através de transbordos. Embora o bloqueio fosse muito eficaz, era relativamente dispendioso, tanto em termos financeiros como em pessoal, visto que na parte final exigia aproximadamente 18.000 dias de navegação dos navios franceses e cerca de 25.000 horas de voo para os aviões de vigilância.[7]

Muito eficaz mas dispendioso, este controlo francês da costa mediterrânica, numa área de intenso tráfego mercante e de pesca, não se tornava necessário em igual grau na África portuguesa, onde as rotas de navegação eram mais afastadas da costa e menos concorridas. Se bem que houvesse um tráfego substancial entre a Guiné e as ilhas de Cabo Verde, não se registava um esforço comparável visando o tráfico de armas directamente por essa via. Similarmente, a principal rota de navegação em Angola passava muito ao largo da costa e qualquer desvio da rota de um navio tendente a ajudar os guerrilheiros tornar-se-ia de imediato evidente. Acresce que a luta em Angola se processava longe da costa, de forma que seria difícil auxiliar os guerrilheiros a partir dali. Não obstante, a partir de 1960 e particularmente de Março de 1961 em diante, as autoridades portuguesas em Angola consideravam todos os navios que transitavam pela costa como alvo potencial para a introdução de material ou pessoal em terra. Inicialmente a segurança costeira era uma responsabilidade naval; contudo, os diversos navios à data disponíveis eram duas fragatas e três lanchas de fiscalização, meios inadequados para fiscalizar a costa de Angola. Estes navios não eram rápidos e a respectiva manutenção e reparação limitavam-lhes a operacionalidade com demasiada frequência para que fosse possível uma cobertura total da costa. Em 1964 chegou-se à conclusão de que o emprego mais eficaz dos recursos seria a colaboração com a Força Aérea num sistema de reconhecimento aeronaval do litoral, via pela qual se enveredou.[8] Em Moçambique, embora a rota de navegação passasse perto da costa, também a luta era no interior e por conseguinte seria difícil ajudar os guerrilheiros a partir do mar. A rebuscada e dispendiosa solução francesa não era pura e simplesmente necessária nem comportável e consequentemente não oferecia grandes atractivos às autoridades portuguesas, que procuravam soluções relativamente modestas, baratas e com uma boa relação custo-eficácia para a segurança em África.

---

7 Matthew Connelly, *A Diplomatic Revolution: Algeria's Fight for Independence and the Origins of the Post-Cold War Era* (Nova Iorque: Oxford University Press, 2002), 144.

8 Mário Esteves Brinca (capitão-de-fragata), Estado-Maior, Comando Naval de Angola, Estudo da "Directiva I/64 – Para a Actividade Operacional das Forças Armadas em Angola" na Parte que Interessa ao Comando Naval de Angola, Luanda, 18 de Agosto de 1964, COLOREDO, Processo Angola/176, Arquivo Central da Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa.

Os requisitos portugueses estavam corporizados em três tipos de navios: lanchas de fiscalização (ou simplesmente LF), lanchas de desembarque, (ou simplesmente LD) de várias classes e dimensões, e botes de borracha, representando no seu conjunto uma miscelânea das experiências francesa e britânica adaptada às condições da África portuguesa. As LF seriam as sucessoras directas das antigas canhoneiras e lanchas-canhoneiras, que variavam entre as 38 e as 492 toneladas de deslocamento. A sua missão seria patrulhar as águas territoriais portuguesas, inspeccionando navios suspeitos de apoiar os movimentos guerrilheiros e transportar pequenas unidades de fuzileiros para as inserir em terra a bordo de botes de borracha. Uma vez em terra, os fuzileiros recolheriam informações, eliminariam guerrilheiros, dificultariam a recolha de alimentos e o tráfego de mensageiros e estabeleceriam contacto com a população. Dado que o conflito era de baixa intensidade, não se previa que essas lanchas enfrentassem uma força terrestre convencional com armas guarnecidas por um número relativamente elevado de pessoal, como os franceses haviam encontrado na Indochina. Ao invés deparar-se-iam com pequenos grupos de guerrilheiros armados com aquilo que cada um podia transportar, o que incluía espingardas, metralhadoras, lança-granadas-foguetes (RPGs), morteiros e minas, armas só por si suficientemente perigosas mas que aparentemente não requeriam a forte protecção balística ou o amplo armamento das suas antepassadas. Com estes constrangimentos afastados, a Marinha ficou livre para abandonar os tradicionais materiais de construção de antigamente — a madeira e o aço — e explorar cascos leves, de fibra de vidro e contraplacado, para o novo conceito de LFs. Nesta época a maior parte dos estaleiros subscreveram a ideia de que "a fibra de vidro era para banheiras, e não para barcos".[9] Muito embora os barcos de fibra de vidro não fossem já novidade, embarcações de mais de seis metros construídas com esse material eram raras. Contudo, isso não impediu a Marinha de avançar. Ao contrário das lanchas fluviais da Marinha dos Estados Unidos no delta do Mekong, estes meios não teriam de basear-se na elevada velocidade e no armamento pesado para a defesa, uma vez que se confrontariam com um tipo de inimigo muito diferente. Precisariam, sim, de grande autonomia, facilidade de manutenção, pequeno calado, manobrabilidade e capacidade de transportar pequenas unidades de fuzileiros com o respectivo equipamento para inserção em terra.

Outro tanto se pode dizer do armamento. Considerou-se não serem necessárias peças de grande calibre e armas automáticas, que apenas complicariam o projecto da lancha, uma vez que tanto elas como os respectivos paióis de munições elevariam o centro de gravidade. Estavam disponíveis armas mais simples, mais leves e de grande poder de fogo, que tinham provado na Indochina. Os novos cascos, mais ligeiros, e a aplicação selectiva de chapa balística tornariam a manutenção mais fácil, diminuiriam o calado, aumentariam a autonomia e a manobrabilidade e confeririam velocidade acrescida às novas lanchas. A fibra de vidro é de reparação fácil e o casco construído desse material proporcionava uma espécie de protecção indirecta, porquanto o principal armamento pesado dos guerrilheiros era o Lança-granadas-foguetes (RPG), que perfuraria a fibra de vidro sem que a sua ogiva de penetração detonasse. O rombo feito era simples de tapar. Identicamente, a chapa balística elevaria o centro de gravidade e complicaria o projecto. Um problema de difícil ponderação era sempre quais das muitas vulnerabilidades (motores, depósitos de combustível, leme e paióis de munições de grande calibre) deviam ser protegidas e em que grau. Acresce que a

[9] Thomas J. Cutler, *Brown Water, Black Berets* (Annapolis: Naval Institute Press, 1988), 153.

simplicidade do projecto e a fiabilidade de motores Diesel já testados e eficazes permitiam a realização de longas patrulhas em águas remotas sob condições climatéricas rigorosas com um apreciável grau de confiança.

Com estas noções presentes, a Marinha portuguesa começou a identificar os estaleiros capazes de executar o projecto em termos experimentais, uma vez que não adquirira competências próprias para trabalhar em fibra de vidro. Acabou por escolher um estaleiro britânico para produzir uma pequena série de protótipos que aliavam a simplicidade à experiência em África e encomendou as primeiras três de uma classe de lanchas de fiscalização de 18 toneladas. A *Antares* (P 360) foi a primeira, dando o nome à classe, tendo as três lanchas iniciais sido construídas no Reino Unido em 1959. Possuíam um inovador casco de fibra de vidro moldada de 17 metros de comprimento e o aparelho propulsor eram dois provados e fiáveis motores Diesel Cummins de 250 cavalos acoplados a hélices convencionais. Além de ser leve, a fibra de vidro possuía a vantagem de ser imune ao teredo, um flagelo das lanchas de madeira nos trópicos e particularmente das VP anglo-francesas.[10] Com uma velocidade máxima de 18 nós, a *Antares* tinha uma autonomia de 600 milhas à máxima potência. A velocidade era também satisfatória para vencer a máxima corrente do rio Zaire, de oito nós, e cobrir as 80 milhas da fronteira fluvial do Congo em oito horas de patrulha. Não tinha chapa balística e o armamento era relativamente leve, consistindo numa única peça antiaérea Oerlikon de 20 mm à proa. Estava equipada com um radar de superfície de pequeno alcance que servia como ajuda à navegação nos sinuosos cursos de água durante a noite e para a detecção de embarcações inimigas. Os alojamentos do pessoal eram espartanos, obedecendo às limitações orçamentais e de peso. Esta lancha e as suas gémeas *Sirius* (P 361) e *Vega* (P 362) foram inicialmente colocadas na Índia Portuguesa. A *Antares* foi transferida para Moçambique, mas as outras duas perderam-se quando da invasão da Índia em 1961. A última da classe, a *Regulus* (P 369), recebeu acabamentos em Portugal em Janeiro de 1962, num casco importado do Reino Unido, e inicialmente prestou serviço no rio Zaire, em Angola. Mais tarde foi transferida para o lago Niassa, onde desempenhou importantes e melindrosas missões.

O êxito da fibra de vidro como material de casco, aliado à fiável instalação propulsora de motores Diesel, encorajou a procura de outra classe de lanchas com maiores capacidades. Em conformidade, foram encomendadas à Bayerische Schiffbaugesellshaft GmbH, de Erlenbach am Main, na Alemanha Ocidental, outras novas lanchas, mais robustas, de 27,6 toneladas, pertencentes à classe *Bellatrix* (P 363), que foram entregues entre 1961 e 1962.[11] Esta classe continuaria a receber motores Cummins especialmente modificados para o rigoroso ambiente tropical. A primeira delas foi atribuída à Esquadrilha de Lanchas da Guiné e as cinco restantes à Esquadrilha de Lanchas do Zaire. Com as acrescidas capacidades e aperfeiçoamentos introduzidos no seguimento da experiência colhida com a *Antares*, o projecto das *Bellatrix* conheceu também grande êxito e esta evolução positiva alicerçou a confiança para se construírem mais unidades no país. Em 1968 as cinco restantes foram

[10] O teredo é um molusco bivalve geralmente conhecido pelos manifestos estragos que pode provocar no tabuado dos cascos de madeira. Abrindo um comprido orifício cilíndrico na madeira que infesta, ataca muitas vezes em tal quantidade que apenas uma fina camada de madeira subsiste entre os orifícios. Em casos extremos consta que estes vermes chegam a atingir dois centímetros de diâmetro e um metro de comprimento.

[11] As primeiras unidades da classe foram: *Bellatrix* (P 363), *Canopus* (P 364), *Deneb* (P 365), *Espiga* (P 366), *Fomalhaut* (P 367), *Pollux* (P 368), *Altair* (P 377) e *Rigel* (P 378). As últimas foram *Arcturus* (P 1151), *Aldebaran* (P 1152), *Procion* (P 1153), *Sirius* (P 1154) e *Vega* (P 1155).

A lancha de fiscalização *Regulus* (P 369), da classe *Antares*, navegando a velocidade elevada no rio Zaire.

construídas no Arsenal do Alfeite. Destas, as três primeiras foram atribuídas à Guiné e as restantes a Porto Amélia, em Moçambique. Adicionalmente, as atribuídas à Guiné foram equipadas com lança-foguetes de 37 mm.

Neste período houve dois projectos singulares. A *Algol* (P 1138) foi construída e atribuída a Angola em 1964, e a *Castor* (P 580) foi construída nos Estaleiros Navais do Mondego, na Figueira da Foz e atribuída em 1964 ao lago Niassa. Anos mais tarde, em 1968, foi transferida para a Marinha do Malawi. Finalmente, em 1974, a velha embarcação de rodas de pás *Chire*, propriedade da Empresa Sena Sugar, de Moçambique, foi convertida em lancha a fim de operar no rio Zambeze e rebaptizada *Sabre* (P 1138).[12] Foi uma das modernizações de lanchas do rio Zambeze, sendo a outra a LFP *Tete* (P 371).

Os restantes meios de fiscalização utilizados em África foram construídos em Portugal segundo projecto português, uns no Arsenal do Alfeite e outros nos Estaleiros Navais do Mondego. Especificamente as lanchas das classes *Alvor* (35,7 toneladas), *Júpiter* (43,5 toneladas), *Argos* (210 toneladas) e *Cacine* (310 toneladas) eram de concepção portuguesa, baseada na interpretação pragmática de uma série de factores, tais como o ambiente em que iriam operar, a ordem de batalha dos movimentos guerrilheiros, a natureza da contra-subversão e a falta de tempo para estudos morosos ou experiência operacional.[13] O aperfeiçoamento

[12] Adelino Rodrigues da Costa, *Dicionário de Navios e Efemérides* (Lisboa: Edições Culturais de Marinha, 2006; e *Setenta e Cinco Anos no Mar, 16º volume* (Lisboa: Comissão Cultural de Marinha, 2005), http://reservanaval.blogspot.com/2009_03_01_archive.html (página visitada em 22 de Julho de 2011).

[13] As três unidades da classe *Alvor* eram *Alvor* (P 1156), *Albufeira* (P 1157) e *Aljezur* (P 1158). As seis unidades da classe *Júpiter* eram *Júpiter* (P 1132), *Marte* (P 1134), *Mercúrio* (P 1135), *Saturno* (P 1136) e *Urano* (P 1137). As três unidades da classe *Argos* eram *Argos* (P 372), *Cassiopeia* (P 373), *Dragão* (P 374), *Escorpião* (P 375), *Hidra* (P 376), *Lira* (P 361), *Orion* (P 362), *Centauro* (P 1130) e *Sagitário* (P 1131). As dez unidades da classe *Cacine* eram *Cacine* (P 1140), *Cunene* (P 1141), *Mandovi* (P 1142), *Rovuma* (P 1143), *Cuanza* (P 1144), *Geba* (P 1145), *Zaire* (P 1146), *Zambeze* (P 1147), *Limpopo* (P 1160) e *Save* (P 1161).

final introduzido na pequena série de LFs ocorreu em 1973 com a construção de seis unidades da classe *Albatroz* (48,6 toneladas).[14]

QUADRO 3.1 a: LANCHAS DE FISCALIZAÇÃO PEQUENAS, 1961-1974

Classe	Número de unidades	Deslocamento máximo (ton)	Dimensões (metros)	Velocidade (máxima)	Guarnição
Antares	3+1	18	17,0 × 4,6 × 1,2	18,0 nós	7
Bellatrix	8+5	27,6/35,7	20,7 × 5,1 × 1,2	15,1 nós	7
Castor	1	22	17,7 × 4,0 × 1,0	18,2 nós	7
Júpiter	6	43,5	21,0 × 5,0 × 1,4	20,3 nós	8
Alvor	3	35,7	20,7 × 5,1 × 1,6	12,3 nós	7
D. Aleixo	2	67,7	25,0 × 5,2 × 1,7	16,0 nós	10
Albatroz	6	48,6	21,9 × 5,3 × 1,9	14,0 nós	8

QUADRO 3.1 b: LANCHAS DE FISCALIZAÇÃO GRANDES, 1961-1974

Classe	Número de unidades	Deslocamento máximo (ton)	Dimensões (metros)	Velocidade (máxima)	Guarnição
Argos	10	210	41,7 × 6,7 × 2,1	17,3 nós	24
Cacine	10	310	48,1 × 7,6 × 2,1	20,4 nós	33

As Lanchas de Fiscalização Grandes desempenharam um papel de relevo em todos os teatros de operações, mas particularmente na Guiné, onde eram as unidades navais mais significativas. Tratava-se de navios de casco de aço, armados com duas peças Bofors de 40 mm, duas metralhadoras MG 42 de 7.62 mm e muitas vezes equipadas com lança-granadas-foguetes múltiplos de 37 mm, armados com 32 foguetes. As LFGs contribuíam com maior poder de fogo e outras capacidades para o combate ao longo dos rios, a somar à capacidade de operarem em meio oceânico. Devido ao seu tamanho, eram menos furtivas que as lanchas mais pequenas e tinham menor capacidade de operar em águas pouco profundas. Eram, contudo, as rainhas dos rios. Tanto as LFPs como as LFGs executavam missões de patrulha e fiscalização, desempenhavam tarefas de escolta a lanchas de desembarque e actuavam em escala limitada como navios de transporte. Havia outras atribuições e deslocações aos teatros de operações de navios de guerra maiores, particularmente à Guiné, mas eram fortuitas e menos significativas. Os Quadros 3.1a e 3.1b apresentam uma súmula das diversas classes de lanchas de fiscalização.

Esta enxurrada de construções não foi isenta dos seus inconvenientes. As duas lanchas de fiscalização da classe *Dom Aleixo* (67,7 toneladas), por exemplo, foram inicialmente concebidas para operar em Timor. Só depois de se chegar à conclusão de que a sua deslocação

[14] As seis unidades da classe *Albatroz* eram *Albatroz* (P 1162), *Açor* (P 1163), *Andorinha* (P 1164), *Águia* (P 1165), *Condor* (P 1166) e *Cisne* (P 1167).

até à área do Pacífico se revestiria de problemas práticos quase intransponíveis se repensou a afectação das duas unidades, que viriam a prestar serviço na Metrópole e em Cabo Verde.[13]

Além da necessidade de lanchas de fiscalização, havia uma exigência de ordem muito prática de lanchas de desembarque de diversos tamanhos, não apenas para movimentar tropas à maneira tradicional da guerra anfíbia, como também para deslocar cargas e manter linhas de comunicação com a população numa área que dependia mais dos rios que do primitivo sistema de estradas. Infelizmente, o Reino Unido e os Estados Unidos, os dois países onde se haviam realizado mais progressos no campo das lanchas de desembarque, advogavam a descolonização e tinham relutância em vender essas lanchas directamente a Portugal para travar uma guerra "colonial" em África. Servindo-se de um processo indirecto para resolver parcialmente o problema, em princípios da década de 1960 Portugal utilizou uma empresa privada para contratar com uma firma americana similar a compra de uma série de LCMs excedentes da 2ª Guerra Mundial.[14] Todas as lanchas compradas tinham conhecido uma vida dura e algumas encontravam-se em mau estado. Foram expedidas para Lisboa, onde se procedeu à sua renovação e, em certos casos, praticamente à sua reconstrução nos estaleiros da CUF em Lisboa. Ao serem entregues à Marinha em 1963, receberam a designação de Lanchas de Desembarque Médias (LDM). Torna-se hoje difícil saber ao certo quantas lanchas americanas do tipo LCM foram adquiridas por este processo, mas é provavelmente seguro dizer que cerca de um terço do total de LDs era de origem americana.[17] O comandante (engenheiro construtor naval) Bernardino Cadete, um dos dois oficiais encarregados do projecto das LDs, recorda que a compra inicial de 25 lanchas de desembarque aos Estados Unidos se processou em dois lotes de 15 e 10, respectivamente.[18] Refere também que, apesar do mau estado de conservação em que se encontravam, os motores Gray Marine estavam em condições de utilização, uma vez que tinham sido reconstruídos nos Estados Unidos através de um contrato com a Fairbanks Morse antes da entrega.[19] Deve ter havido consideráveis reduções relativamente à compra inicial, visto que em Dezembro de 1969 os registos indicam que estavam operacionais 18 LDMs construídas nos EUA e 17 de construção local.[20]

As lanchas de desembarque pequenas e grandes (LDPs e LDGs, respectivamente), eram adaptadas a partir de uma concepção britânica, tal como as LDMs tinham sido adaptadas com base numa concepção americana. Os projectos destas lanchas eram primitivamente oriundos do Almirantado britânico e datavam de 1962, constituindo versões modificadas dos projectos dos *Landing Craft Assault* (LCAs) e *Landing Craft Tank* (LCTs) da era da 2ª Guerra Mundial.[21] As modificações introduzidas em Lisboa destinavam-se a tornar as

[13] António José Telo, *História da Marinha Portuguesa: Homens, Doutrinas e Organização, 1824-1974 (Tomo I)* (Lisboa: Academia de Marinha, 1999), 558.

[14] Telo, 558. Uma das empresas comerciais que fizeram compras aos Estados Unidos em nome da Marinha portuguesa foi a Progresso, Lda.

[17] Telo, 558.

[18] Comandante é a designação que se dá a todos os oficiais que exercem funções de comando, independentemente do posto, e a todos os oficiais superiores, isto é, de capitão-tenente em diante, inclusive, como é o presente caso. Não existe equivalente em língua inglesa.

[19] Telo, nota de rodapé 70, 559.

[20] Estado-Maior da Armada, IV Divisão, *Características Principais das Novas Unidades Navais e do Material das Unidades de Fuzileiros* (Lisboa: Estado-Maior da Armada, Dezembro de 1969), 5-6.

[21] A. de Roboredo (almirante), Chefe do Estado-Maior da Armada, para o ministro da Marinha, Lisboa, 14 de Dezembro de 1964, memorando "Lanchas de Desembarque", COLOREDO, Processo 224/601, Arquivo Central

A lancha de fiscalização *Fomalhaut* (P 367), da classe *Bellatrix*, navegando a velocidade elevada no rio Zaire com os respectivos botes de borracha atracados.

lanchas versáteis, embora simples e consequentemente baratas. Estas unidades foram construídas em Portugal nos Estaleiros do Mondego ao longo da década seguinte, sendo a última entregue em Agosto de 1973.[21] No caso das LDGs, por exemplo, foi introduzida uma importante alteração no desenho da rampa. Inicialmente concebida para o desembarque de veículos blindados de grande porte, em face da alteração de requisitos para operações em África foi aligeirada para comportar apenas pessoal e veículos leves.[22] Os blindados eram de pouca utilidade numa guerra de contra-subversão e em particular no terreno da África Portuguesa. No final do conflito, em 1974, tinham sido construídas em Portugal ou adquiridas aos Estados Unidos um total de 89 unidades: 26 LDPs, 6 LDGs e 57 LDMs.[23] Setenta e três delas foram utilizadas em África: 51 na Guiné, 15 em Angola e 7 em Moçambique. O Quadro 3.1c apresenta um resumo destas classes de lanchas.

da Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa.

[21] Houve quatro LDGs da série 100: *Alfange* (LDG 101), *Ariete* (LDG 102), *Cimitarra* (LDG 103) e *Montante* (LDG 104). Houve duas LDGs da série 200: *Bombarda* (LDG 105), posteriormente renumerada como LDG 201, e *Alabarda* (LDG 202).

[22] Telo, nota de rodapé 71, 559.

[23] A. B. Rodrigues da Costa, "As Lanchas de Desembarque da Classe *Alfange* (1965-1975)", *Revista da Armada* (Novembro de 1996): 10; João Falcão de Campos, "Armada Portuguesa: Lanchas e Navios", em *Guerra Colonial*, eds. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Lisboa, Editorial Notícias, 2000), 389.

QUADRO 3.1 c: LANCHAS DE DESEMBARQUE, 1961–1974

Classe	Número de unidades	Deslocamento máximo (ton)	Dimensões (metros)	Velocidade (máxima)	Guarnição
LDP 100	5	18	14,0 × 3,4 × 0,7	9,5 nós	4
LDP 200	17	18	14,0 × 3,4 × 0,7	9,0 nós	4
LDP 300	4	18	14,0 × 3,4 × 0,7	9,5 nós	6
LDM 100	19	65	17,8 × 5,0 × 1,6	9,5 nós	6
LDM 200	5	50	15,3 × 4,3 × 1,2	8,5 nós	6
LDM 300	13	56	17,1 × 4,3 × 1,2	8,5 nós	6
LDM400	26	58	17,8 × 5,0 × 1,1	9,2 nós	4
LDG 100 (*Alfange*)	4	480	56,5 × 11,8 × 1,3	10,3 nós	20
LDG 200 (*Bombarda*)	2	652	56,2 × 11,8 × 1,9	9,5 nós	20

A operação destas unidades era diferente da de outras tradicionais, na medida em que, devido ao seu fundo chato, ao pequeno calado e à instalação propulsora anémica, eram difíceis de manobrar e exigiam boas qualidades marinheiras e uma substancial experiência.[35] As missões das LDs foram extraordinariamente importantes durante a guerra, não só para operações militares específicas, mas também na cooperação com as autoridades civis para a movimentação de pessoal, géneros do mercado local e outros tipos de carga. Estas missões eram muitas vezes cumpridas em condições climatéricas e hidrográficas particularmente difíceis de canais muito restritos, rios apertados, correntes fortes, mar grosso e clima de monção.[36] As LDPs e LDMs eram guarnecidas por cabos e marinheiros que assumiam grandes responsabilidades pela sua manobra e suportavam longas comissões em condições espartanas. Os alojamentos eram precários e não havia ventilação nem ar condicionado. A guarnição estava exposta ao brutal sol dos trópicos no exterior e a uma atmosfera semelhante à de uma fornalha no interior. A privacidade era uma contingência da guerra e os sanitários não passavam muitas vezes de uma simples caixa de madeira ou de aço que abrigava uma latrina saliente na popa. Está por fazer a história do contributo do desempenho das guarnições das LDs em algumas das mais difíceis condições de operação imagináveis não só para os sucessos militares, como para o apoio humanitário prestado pela Marinha.

Primitivamente as lanchas de desembarque tinham pouco ou nenhum armamento e não estavam dotadas de chapa balística. A sua defesa dependia da cobertura da aviação de combate ou das peças de grande calibre dos grandes cruzadores e couraçados durante o trajecto dos navios de transporte até à costa hostil a fim de desembarcarem tropas e estabelecerem uma testa de praia. As novas utilizações deste tipo de unidades no transporte de pessoal e carga em áreas onde as principais vias de comunicação eram os rios deixavam as armas de grande calibre bem distantes. Nas condições restritas dos rios, onde as margens podem ser tão apertadas que ambos os costados da lancha roçavam a folhagem e a ameaça de emboscadas era elevada, verificava-se um constante e mortífero jogo de escondidas entre as guarnições e os guerrilheiros. Apesar de terem essa capacidade, era impossível

[35] Costa, 11.

[36] Ibid, 13.

A LDM 307 a navegar na Guiné.

às LDs fazer uso da velocidade, não só porque os canais eram frequentemente sinuosos, como pelo risco de encalhe, particularmente no baixa-mar. Embora estes meios lentos pudessem confiar na cobertura aérea, na blindagem cerâmica especial ou de grade e em armamento tradicional de calibre relativamente elevado ou outras armas concebidas para aquele ambiente operacional, o rio neutralizava muitas vezes estas medidas dentro dos seus limites. A inventividade e a imaginação eram factores essenciais na situação local, obrigando habitualmente as guarnições a ponderarem alternativas tácticas num cenário de vida ou de morte. Por exemplo, um elemento a ter especialmente em conta era a progressiva perda de velocidade decorrente do aumento do peso das munições, do pessoal ou de outra carga. A alteração dos factores físicos do rio no decurso da operação era outro. Os ambientes culturais, físicos e económicos ao longo do rio representavam ainda um terceiro. Inicialmente existia escassa documentação e poucos conhecimentos institucionais que estes homens pudessem utilizar como directrizes. Consequentemente, a margem de erro podia ser fatalmente diminuta.

Havia uma série de deficiências que vinham à tona na prova do combate relativamente ao armamento das LFs e LDs. As Oerlikons e as Bofors de 40 mm dos navios de maior porte, por exemplo, não estavam equipadas com munições para utilização contra alvos terrestres, e por isso houve que proceder a algumas adaptações, com uma consequente perda substancial de ritmo de fogo. Tratava-se de um aspecto importante, uma vez que um elevado ritmo de fogo cíclico se revestia de uma importância crítica para se obter o efeito destruidor e aniquilar o inimigo. A sua concepção remontava à 2ª Guerra Mundial e em 1974 houve planos para as substituir por versões mais modernas.[11] Devido a estas limitações, eram em grande parte ineficazes contra alvos terrestres e o seu ritmo de fogo ficava perigosamente abaixo do desejável e necessário para responder às emboscadas. Um problema particularmente grave era a falta de uma granada propulsionada por foguete ou

[11] Telo, 506.

A LDG 102 *Ariete*, a desembarcar viaturas na baixa-mar, Agosto de 1974, Guiné.

de uma arma tipo lança-granadas-foguete leve e portátil com munições diversas e de uma metralhadora pesada com elevado ritmo de fogo, tal como a metralhadora pesada Browning de calibre .50 Mark 2, que era o esteio dos PBRs do delta do Mekong. Também não havia armas montadas aos bordos. Esta deficiência foi parcialmente resolvida pela instalação de morteiros de infantaria no poço da embarcação, bem como pelo uso de lançadores de foguetes múltiplos, não obstante, a falta de poder de fogo dirigido e avassalador constituía um problema crescente. A instalação de morteiros de fogo directo e de metralhadoras de tiro rápido aos bordos, como nos PBRs, teria sido uma solução mais eficaz. Estas deficiências eram particularmente graves na Guiné, onde a partir de meados da década de 1960 o PAIGC passou a usar armas mais modernas que os portugueses, com os seus lança-granadas-foguetes de 122 mm e o míssil antiaéreo portátil SA-7 *Strela* (NATO: *Grail*), criando problemas cada vez mais graves à Marinha.

O lança-granadas-foguete RPG-7 era uma ameaça constante em emboscadas ao longo das margens.[18] Na Guiné, os portugueses concluíram que era necessário dotar as LFs de chapa balística para defesa contra o carácter repentino de uma emboscada, particularmente com

[18] O RPG-7 é um lança-granadas-foguete anti-carro sem recuo recarregável, disparado ao ombro. As iniciais RPG correspondem tanto em inglês a *Rocket-Propelled Grenade* como em russo a *Rushnoy Protivotankoviy Granatomyot*, "lança-granadas-foguete anti-carro portátil". Dispara uma série de granadas foguete de 85 mm de um tubo lançador de alma lisa de 40 mm ø, com o peso de 10,15 kg, é suficientemente leve para ser transportado e disparado por uma pessoa; contudo, normalmente há um ajudante que se posiciona à esquerda do apontador para o proteger do fogo de armas portáteis. O RPG-7 precisa de um apontador bem treinado para estimar os alcances e ângulos de avanço de alvos em movimento, uma vez que ventos laterais superiores a 12 quilómetros por hora podem complicar o cálculo do apontador e reduzir a probabilidade de impacto a 50% a distâncias superiores a 180 metros. Uma protecção contra projécteis de RPG de rede de arame pode neutralizar completamente 50% dos disparos e degradar a capacidade de penetração dos disparos restantes. Para além do seu papel anti-carro, pode ser usado contra pessoal, para penetração de blindagens e como sistema de minas de ataque lateral. A remuniciação e o reapontamento do RPG-7 exigem um mínimo de 14 segundos e os disparos deixam assinaturas perceptíveis sob a forma de chama à boca, fumo e ruído. O apontador desprotegido fica extremamente vulnerável ao fogo de supressão.

A LDP 108 a desembarcar fuzileiros para os botes de borracha.

RPGs. De igual modo, os navios de maior porte que podiam comportar um peso acrescido trocaram a Oerlikon de 20 mm por uma Bofors de 40 mm. À medida que o PAIGC se ia tornando mais agressivo, o comandante Guilherme Almor de Alpoim Calvão, o imaginativo comandante do Destacamento de Fuzileiros Especiais nº 8 (DFE 8) solicitou que algumas LDMs fossem transformadas em navios monitores, a exemplo do que os franceses haviam feito na Indochina e os americanos estavam a fazer no delta do Mekong para se defenderem das omnipresentes emboscadas.[29] A versão americana destes navios tinha protecção de grade e chapa balística, uma peça de 40 mm, metralhadoras múltiplas de calibre .50 e 7.62 e morteiros de 81 mm montados aos bordos, que os tornavam literalmente os "couraçados" dos rios. Quando esta solicitação foi negada, talvez devido à sua complexidade e custo, as modificações e adaptações continuaram e a iluminação por morteiros e disparos convencionais constituíram sempre um apreciado acrescento. Os Estados Unidos, por exemplo, utilizaram uma peça de lança-chamas montada em LCMs para queimar a folhagem das margens no delta do Mekong a fim de exporem e desencorajarem as emboscadas. Utilizaram também canhões de água adaptados das embarcações de combate a incêndios montados em LCMs para inundar e fazer ruir cavernas utilizadas para emboscadas. Os Viet Cong ou norte-vietnamitas em fuga seriam posteriormente eliminados por metralhadoras pesadas ou morteiros. Contudo, estas intensas e persistentes emboscadas não eram normalmente o caso na África portuguesa, e consequentemente Portugal procurou manter o custo das LDs reduzido mercê da simplicidade da sua concepção e operação.[30] Em resumo, era preciso ser inventivo com o que estava facilmente disponível para resolver ou atenuar o problema dos ataques dos guerrilheiros.

[29] Telo, 560.

[30] Roboredo para o ministro da Marinha.

O terceiro pilar da Marinha africana era o bote de borracha, que podia ser arriado de bordo das corvetas da classe *João Coutinho* ou de qualquer das LFs ou LDs e facilitar a perseguição de rebeldes pelos fuzileiros ao longo das margens e do litoral. O bote de borracha insuflável, uma invenção de 1934 de Pierre Debroutelle, engenheiro da firma francesa Zodiac, manteve-se em fase de concepção até terminada a 2ª Guerra Mundial, altura em que o interesse militar determinou o seu desenvolvimento mais amadurecido. Em 1952 Alain Bombard atravessou o Oceano Atlântico num Zodiac Mark III de Las Palmas, nas ilhas Canárias, a Barbados, atestando desse modo a sua viabilidade. Adquirida em grandes quantidades pela Marinha à Zodiac, esta pequena embarcação de três metros podia ser facilmente transportada numa LF ou LP ou num navio de maior porte e ser largada com a respectiva tripulação para executar diversas missões. Podia ser propulsionada por um motor fora de borda ou a remos.[11] Tratava-se de uma embarcação fiável, com os seus múltiplos compartimentos de ar, e prestou grandes serviços à Marinha.

As utilizações deste bote, que veio a receber a designação de Zebro III, eram muitas e variadas. Era de certo modo o jipe ou o helicóptero das águas, na medida em que executava uma série de missões, de patrulhamentos e emboscadas até trabalhos hidrográficos, beneficiação do costado e toda a gama de tarefas intermédias. As suas utilizações eram limitadas apenas pela imaginação. Revelou-se extremamente útil no patrulhamento de canais restritos e outros braços estreitos de rios aos quais não havia outro meio de acesso. A sua estabilidade e robustez evidenciaram-se sobremaneira no rio Zaire, onde os troncos de árvores e outros detritos eram perigos habituais, dada a sua capacidade de perfurar os compartimentos de ar, e onde as grandes esteiras dos navios mercantes ameaçavam virá-los.

A experiência do Ultramar exigiu a introdução de algumas modificações nos botes. A principal foi a instalação de uma pequena protecção de metal à volta do hélice e do veio para proteger os mergulhadores de sofrerem ferimentos ao serem recolhidos. A protecção evitava também avarias dos motores causadas por obstáculos submersos, sem prejudicar significativamente a velocidade. A manutenção diária dos botes e motores era crucial, apesar da simplicidade e robustez da sua construção. Mais importante para a nossa história, contudo, era o seu emprego para garantir a segurança das redes hidrográficas do Ultramar.

A principal missão da Marinha numa guerra subversiva ou numa insurreição era impedir o inimigo de usar as águas navegáveis para atingir qualquer dos seus objectivos. Isto envolvia geralmente a realização de patrulhamentos costeiros e do litoral tendentes a negar ao inimigo o uso dos acessos por mar para apoio de actividades subversivas em terra e a condução de patrulhas fluviais mais complicadas, igualmente para evitar os seus diversos usos por parte do inimigo. Nas áreas costeiras e do litoral a fatigante e monótona rotina de identificação e inspecção do tráfego de pequenas embarcações era entediante. A busca de alvos escassos e a repetição dos resultados negativos punha as guarnições fortemente à prova. Se a vigilância abrandasse, porém, o inimigo não tardaria a aperceber-se disso.

Ao contrário do que sucedia no litoral, a actividade operacional nos rios era muito intensa e colocava problemas adicionais devido à existência de uma multiplicidade de canais limitativa da flexibilidade militar. As operações fluviais comportam, portanto, um risco mais elevado do que as operações terrestres. Para controlar o rio são necessárias operações defensivas e ofensivas. Em termos defensivos, ocupam-se posições e tomam-se medidas de precaução

[11] Turíbio Abreu, "O Bote de Borracha", *Anais do Clube Militar Naval* (Julho-Setembro de 1967): 603. Embora os botes pudessem receber motores fora de borda de potência superior a 35 cavalos, foi imposto este limite a fim de reduzir os custos, com um sacrifício aceitável da velocidade.

em pontos chaves ao longo das águas, particularmente nos locais de travessia e nas zonas apertadas. Na esfera ofensiva, têm de ser levados continuamente a cabo patrulhamentos sectoriais algures ao longo do rio, uma vez que o patrulhamento activo mantém o inimigo limitado à reacção, ao passo que as forças governamentais detêm a iniciativa.

Havia duas acções genéricas utilizadas para dissuadir a actividade do inimigo e obrigá-lo a alterar o seu comportamento. A primeira era simplesmente o estabelecimento da presença nos rios, nas suas curvas, nas suas entrelaçadas ramificações, nos canais e nos lagos meândricos. A segunda era adicionar um elemento de surpresa a essa presença. O estabelecimento da presença era a mais dispendiosa das duas, uma vez que, para surtir efeito, carecia de grande número de homens, em terra, ao longo da margem ou embarcados em botes, a fim de se alcançar um elevado ritmo de repetição de passagens e transmitir assim a impressão de presença constante das forças governamentais. Como é impossível às tropas estarem em todo o lado, há inevitáveis hiatos nessa presença através dos quais o inimigo se pode movimentar. Observando a deslocação das tropas, ele anota o seu padrão de comportamento. A partir desta análise da actividade identifica as falhas existentes na cobertura e passa a explorar essas lacunas. A alternativa à mobilização de um elevado número de homens para este género de cobertura é introduzir o elemento de surpresa. A rotina assumirá então um aspecto imprevisível e o inimigo vacilará. Face a esta incerteza, os guerrilheiros terão de alterar o seu comportamento. Serão dissuadidos de usar o rio, agora mais perigoso, e utilizar outras rotas mais longas, ou, na melhor das hipóteses, abandonar por inteiro o seu projecto.

Nos rios do Ultramar um dos elementos fulcrais da surpresa era o uso imaginativo do bote de borracha. Com a sua flexibilidade e capacidade de transportar uma pequena força de desembarque clandestino para montar uma emboscada ou simplesmente para executar uma patrulha de reconhecimento, ele representava uma grande economia de meios. Regra geral, os botes de borracha operavam no mínimo aos pares, para apoio mútuo, e transportavam três ou quatro homens cada. Normalmente largavam de uma base fixa na margem do rio ou do lago ou a partir de bases móveis constituídas por um navio ou lancha. Estas últimas eram menos dispendiosas e menos vulneráveis do que uma base em terra e conferiam a vantagem acrescida da flexibilidade operacional, que se traduzia num padrão variado e irregular de patrulhas, quer quanto à hora do dia, quer quanto ao modo de operação.

Um dos métodos mais comuns de conduzir qualquer operação com botes de borracha era levá-los a reboque de uma LF, como mostra a fotografia 3.2. Esta configuração específica permitia aos fuzileiros embarcar nos botes e largar rapidamente de uma LF, quer esta navegasse a grande velocidade, quer abrandasse a marcha para investigar um contacto não identificado. Esta postura permitia também uma flexibilidade substancial das operações. Por exemplo, era frequente uma LF passar de noite por uma zona do rio seleccionada como alvo e largar os seus dois botes com os fuzileiros embarcados sem diminuir a velocidade. Os botes manobravam então deixando-se levar pela corrente e esperando que o inimigo se expusesse, ou deslocavam-se silenciosamente a remos até um local adequado a fim de montarem uma emboscada. Isto era particularmente difícil, porquanto os fuzileiros, remando em silêncio na escuridão total das margens do rio, não podiam acender luzes nem emitir qualquer ruído, não fossem perder o elemento de surpresa e alertar o inimigo. À noite a margem do rio, com o negrume de breu da sua cobertura vegetal, era um ambiente operacional complicado.

Um bote Zebro III a navegar com fuzileiros embarcados no rio Cuito, no sul de Angola.

As incursões, as patrulhas de reconhecimento ou as emboscadas podiam por conseguinte ser executadas desembarcando fuzileiros por meio de botes de borracha. Esta manobra era geralmente efectuada de noite, porquanto isso permitia à força deslocar-se em silêncio a coberto da escuridão a partir da água, desembarcar e progredir no terreno a fim de lançar o seu ataque de madrugada, antes do alvorecer, quando o inimigo estava mais profundamente adormecido e contava menos com a presença dos fuzileiros. Na aproximação a um alvo, os fuzileiros avançavam a corta-mato e evitavam os caminhos e picadas devido às minas, particularmente na Guiné. A extensão normal destas patrulhas estava limitada a cerca de 30 quilómetros devido ao acidentado do terreno e particularmente à acção das marés na Guiné, e a sua duração podia atingir os dois dias. Após a operação, os fuzileiros regressavam ao ponto de embarque e eram subsequentemente recuperados por botes de borracha de uma LP ou LD. O objectivo destas operações era manter o inimigo na incerteza e nunca lhe permitir qualquer sensação de segurança.

Se uma LF parava de noite para investigar um contacto suspeito, largava os seus botes e dirigia-os na escuridão através de rádio segundo azimutes baseados nos ecos do radar. Este processo só era habitualmente utilizado para pequenas distâncias, inferiores a quatro milhas. Por via de regra, os fuzileiros levavam um reflector de radar no bote para ajudar a corrigir o rumo em direcção ao alvo; caso, porém, este se perdesse, um capacete erguido na ponta de uma vara constituía uma alternativa de recurso.[19]

Também era comum a LF largar os botes durante o dia antes de atingir a zona do alvo, deixando-os para trás a fim de a seguirem após um intervalo adequado. Esta táctica era seguida na esperança de que o inimigo julgasse a zona segura a seguir à passagem da LF,

[19] Ibid.

expondo a sua actividade, para ser surpreendido pela segunda patrulha, efectuada pelos botes. Muitas vezes eram recolhidos apenas alguns elementos das patrulhas de fuzileiros da zona alvo, como engodo, deixando-se outros homens emboscados. As variantes tácticas tinham como único limite a imaginação, mas o bote de borracha desempenhava invariavelmente um importante papel, na medida em que conferia maior flexibilidade às operações navais em África, tendo dado boas provas no conflito.

Fuzileiros

Ao conceber a estrutura de forças para a Marinha africana, Roboredo idealizou uma série de classes de navios, das corvetas *João Coutinho*, de 1.200 toneladas, às lanchas *Antares*, de 18 toneladas, para patrulharem o litoral e os rios do Ultramar. Cada um desses navios embarcaria um destacamento de fuzileiros, porque parte do controlo das águas restritas e dos rios residia no controlo das costas e das margens. Isto significava que a Marinha devia ter uma força preparada para projectar poder em terra a partir dos navios. Roboredo apercebeu-se, assim, da imediata necessidade potencial de um pequeno núcleo de militares treinados para operarem no litoral, cujo número pudesse ser rapidamente aumentado em caso de emergência.[31] Esta necessidade tornar-se-ia tanto mais evidente com a expulsão dos portugueses do anacrónico forte de S. João Baptista de Ajudá, no Daomé (actual Benim), o assalto ao *Santa Maria* e os acontecimentos do norte de Angola, todos eles ocorridos em 1960 e nos primeiros meses de 1961. Datam de 1959 as suas primeiras medidas tendentes à reactivação do Corpo de Fuzileiros.

Desde os mais remotos tempos que a Marinha portuguesa embarcava pequenas forças de militares do Exército nos navios do rei a fim de responder à necessidade de estes disporem de infantaria ligeira. Só em 1586, porém, se deu a especialização dentro da Marinha, com a entrada em vigor de instrução específica sobre o uso de artilharia e armas de fogo para certos elementos da guarnição dos navios da Carreira da Índia. Esta instrução visava conferir uma protecção mais robusta aos navios propriamente ditos e bem assim aos portos daquele teatro de operações. Mais formalmente, o Corpo de Fuzileiros encontra a sua origem no Terço da Armada da Coroa de Portugal, criado em Abril de 1621 para fornecer militares da Marinha destinados a embarcar nesses navios. Cabe-lhe a distinção de ser a primeira unidade militar permanentemente organizada de Portugal. Esta posição conferiu-lhe o singular privilégio de se situar sempre à direita em todas as cerimónias militares e de desfilar à frente dos outros ramos. Os infantes embarcados executavam tarefas de marinheiros, de artilheiros, de elementos das forças de abordagem e de desembarque e de defensores contra abordagens hostis, consoante as necessidades do momento. Distinguiram-se particularmente por contribuírem para a diminuição da ameaça de pirataria ao longo das rotas comerciais portuguesas.[34] Estes militares serviram a bordo de todos os navios que percorriam a costa de África, que atravessavam o Oceano Índico, chegando mesmo ao Japão, e que cruzavam o Atlântico, até à América do Sul. Vieram a constituir a guarda pessoal dos reis de Portugal e integraram as forças expedicionárias para pacificação dos territórios africanos. Guarneceram as numerosas fortalezas que protegiam as feitorias disseminadas pelas costas que integraram os Descobrimentos portugueses. Ao longo dos anos receberam várias designações, tais como Infantaria da Marinha, Brigada Real

[31] A. de Roboredo (capitão-de-mar-e-guerra), Estado-Maior da Armada, 5 de Maio de 1959, apontamento "*Fuzileiros*", COLOREDO, Processo 224/2082, Arquivo Central de Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa.

[34] Jorge Semedo de Matos, "O Terço da Armada da Coroa de Portugal", *Revista da Armada* (Junho de 1999): 10-11.

de Marinha, Regimento da Armada, Batalhão Naval, Corpo de Marinheiros Militares e Brigada da Guarda Naval.

O termo *fuzileiro*, contudo, surgiu pela primeira vez na Marinha em 1797, com a formação da Brigada Real de Marinha e sua divisão em três grupos consoante a principal especialização dos seus elementos. O primeiro era formado por dez companhias de Artilheiros-Marinheiros, responsáveis pela artilharia de bordo, pelos fortes e paióis de munições, bem como por outras tarefas específicas da artilharia.[35] O segundo era constituído por doze companhias de Fuzileiros-Marinheiros, que tinham a seu cargo as operações de desembarque, a defesa do navio contra abordagens e a segurança do Arsenal Naval.[36] O terceiro era integrado por dez companhias de Artífices e Lastradores-Marinheiros, que exerciam as suas competências nos navios do rei e nos seus estaleiros[37]. A Brigada possuía no seu conjunto 5.222 homens.

Foi um contingente de fuzileiros que acompanhou o rei D. João VI e a corte portuguesa quando, devido às invasões francesas, esta se retirou em Novembro de 1807 para o Brasil, onde chegou em Março de 1808. Mais tarde, em 1822, quando o seu filho mais velho, D. Pedro IV, se declarou Imperador Pedro I do Reino do Brasil, separando-se de Portugal, este contingente viria a constituir a base dos Fuzileiros Navais brasileiros.[38]

A Brigada foi reorganizada em 1807 e novamente em 1808, do que resultou uma diminuição do seu contingente total para 2.992 homens. Em 1823 foi de novo reduzida a dois batalhões de oito companhias cada, totalizando 1.647 homens. Em Outubro de 1836 foi objecto de uma reforma, passando a constituir o Regimento da Armada, com quatro batalhões de quatro companhias cada, totalizando 1.815 homens.[39] Em Janeiro de 1837, no âmbito de mais uma reorganização, foi criado o Batalhão Naval, constituído por oito companhias, contando um total de 681 homens. A estrutura do Batalhão assemelhava-se à do Regimento, com ligeiras excepções.[40] Em 1840 o Batalhão foi aumentado para 1.200 homens. Em 1851 tinha apenas 835 homens e foi substituído pelo Corpo de Marinheiros Militares, com um total de vinte e duas companhias. Historicamente os fuzileiros tinham constituído sempre uma infantaria ligeira, mas com esta alteração criou-se uma força mais numerosa e robusta. Os seus componentes recebiam instrução de marinharia, tácticas de infantaria, armamento portátil e operações de desembarque. Cada companhia embarcada tinha uma esquadra de grumetes- artilheiros que possuíam experiência de artilharia, de apontadores e de participação nos trabalhos de bordo. Em 1875 o Corpo foi organizado em três divisões, cada uma delas com uma secção de fuzileiros e artilheiros. Estes militares assumiam as funções de marinheiros e de tropa de âmbito geral. Outra reorganização, operada em 1884, criou no Corpo seis companhias de fuzileiros, bem como companhias de vigias, artilheiros, fogueiros e chegadores e paioleiros. Com tantas reorganizações num período relativamente curto, poder-se-ia perguntar se não se trataria de uma força à procura de uma missão claramente definida. O Corpo foi consequentemente dissolvido em 1890, no reinado de D. Carlos, e as suas missões foram atribuídas a outras

[35] 1.770 homens no total.

[36] 3.124 homens no total. Uma companhia de fuzileiros era constituída por 1 capitão-tenente, 1 primeiro-tenente, 1 segundo-tenente, 4 sargentos, 1 furriel, 2 cabos de esquadra, 1 tambor e 160 fuzileiros.

[37] Totalizavam 1.328 homens. Havia nove companhias de Artífices, de 132 homens cada, e uma companhia de Lastreiros, de 148 homens.

[38] Carlos Lorch, ed., *Fuzileiros Navais, Brazil's Amphibious Warriors* (Rio de Janeiro: Action Editora, 1997), 34-36.

[39] Cada companhia era formada por 1 capitão, 1 tenente, 1 alferes, 1 primeiro-sargento, 4 segundos-sargentos, 2 tambores, 8 cabos e 92 soldados.

[40] Cada companhia era formada por 1 capitão, 1 tenente, 1 alferes, 1 primeiro- sargento, 1 furriel, 5 cabos, 5 anspeçadas, 64 soldados e 1 corneteiro.

entidades. Foi episodicamente reactivado entre 1924 e 1926 como Brigada da Guarda Naval, destinada a garantir a segurança das bases navais e dos navios, precursora das Companhias de Fuzileiros, mas também esta veio a ser dissolvida.

A premência de nova reactivação tornou-se evidente bem antes dos acontecimentos do Congo Belga ocorridos em 1960. Roboredo previu que o iminente conflito em África seria prolongado e meteu ombros aos necessários preparativos. A ideia de uma força embarcada capaz de projectar poder em terra deparou com resistências por parte de numerosos sectores. Os argumentos contra o desenvolvimento dessa capacidade residiam na perspectiva de que a Marinha não estava preparada para uma guerra terrestre, na noção de que na guerra que se avizinhava não haveria necessidade de forças anfíbias e de que a criação deste tipo de força diluiria mais ainda o já reduzido orçamento da Marinha. Roboredo e Crespo não aceitaram estes argumentos e enviaram pessoal para o Centro de Forças Especiais do Exército de Lamego, para Espanha, para a Argélia e para o Reino Unido a fim de analisarem as diversas abordagens visando a criação de uma força como a proposta.[41] Conquanto esta análise fosse inicialmente favorável ao modelo britânico, com a sua estrutura e o emprego de botes de borracha, o modelo francês, com os aperfeiçoamentos introduzidos na sequência da guerra da Indochina, encerrava valiosos ensinamentos e seria cada vez mais utilizado à medida que o programa amadurecia.

O processo sofreu uma aceleração devido à antevisão dos acontecimentos em Angola e particularmente em consequência de um pedido do respectivo Comando Naval, datado de 11 de Abril de 1960, que exprimia preocupação quanto à situação de segurança geral no Ultramar e em Angola em particular.[42] O Comandante Naval de Angola recomendava a criação de uma força de desembarque especializada para operar a partir de lanchas de fiscalização e sugeria que a mesma tivesse formação em tácticas e procedimentos de infantaria. Solicitava também imediata autorização para formar e treinar uma companhia de infantaria naval no âmbito do seu próprio comando. Em resposta, Roboredo, agora com o posto do comodoro, pediu a aprovação do Chefe do Estado-Maior da Armada não só para a força de Angola, mas também para a criação formal de uma força permanente e de maior dimensão destinada a ser empregada de forma mais generalizada em todo o Ultramar. Sugeria também que se procurasse inicialmente formação no estrangeiro a fim de se criar um pequeno quadro de oficiais e sargentos que viriam a ser os instrutores de uma escola de formação de infantaria naval.

Na realidade, Roboredo recorrera inicialmente aos franceses em princípios de 1959, propondo a formação de um pequeno contingente de oficiais e sargentos portugueses na École des Fusiliers do Centre Siroco, em Cap Matifou, perto de Argel. Uma vez habilitado com o curso, este pequeno grupo contribuiria para o lançamento das directrizes de um serviço próprio, passando a formar o corpo de instrutores em Portugal. Os franceses corresponderam positivamente ao pedido; contudo, a dificuldade do seu programa residia no facto de a formação básica dos oficiais ter a duração de oito meses, a que acresciam mais dois de instrução especializada de "comandos". Para as praças os períodos eram de cinco e três meses, respectivamente.[43] Os

---

[41] Telo, 550.

[42] Comando Naval de Angola para o Estado-Maior da Armada, Luanda, 11 de Abril de 1960, Nota nº 28, "Segurança das Províncias Ultramarinas", COLOREDO, Processo Angola/176, Arquivo Central da Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa.

[43] Jorge Alexandre da Fonseca (tenente-coronel), Adido Militar e Aeronáutico, Embaixada de Portugal em Paris, para A. de Roboredo (capitão-de-mar-e-guerra), Estado-Maior da Armada, Paris, 3 de Fevereiro de 1959, memorando "Comunicação da aprovação para a formação de 1 *lieutenant de vaisseau*, 1 *sous-officier* e 5 *marins* na Ecole des Fusiliers, Centre Siroco, Algérie", COLOREDO, Processo 224/2082, Arquivo Central da Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa.

britânicos responderam com um curso mais intensivo de nove semanas de puro treino de "comandos", contrariamente aos franceses, que haviam insistido na necessidade de formação básica prévia ao curso de "comandos".[44] Embora a primeira opção de Roboredo tivesse sido a formação em França, esta era francamente mais longa comparada com a proposta britânica, e consequentemente foi tomada a decisão de utilizar a formação nos Royal Marines, mais especializada e mais curta.[45] Em conformidade, três segundos-tenentes e três praças foram nomeados para a frequência do curso de "comandos" dos Royal Marines em Lympstone, South Devon.[46] O segundo-tenente Alberto Manuel Barreto Pascoal Rodrigues e três praças, Ludgero dos Santos Silva, João dos Santos Cândido Santinhos e Mário José Baptista Claudino, terminaram efectivamente o curso a 30 de Setembro de 1960, regressando prontamente a Lisboa.

Em Fevereiro de 1961 foram dados os primeiros passos organizacionais, com a criação de um programa de instrução destinado aos futuros sargentos e praças fuzileiros a fim de os preparar para serem colocados no Ultramar.[47] Os sargentos seriam posteriormente recrutados entre os cabos fuzileiros, que seriam promovidos após a frequência com aproveitamento do curso de sargentos. O curso inicial viria a abranger 35 a 40 homens recrutados dentro da Marinha e destinava-se a formar militares habilitados a executar desembarques anfíbios, garantir a segurança das instalações e actuar como forças de segurança em regiões costeiras. Realizou-se no âmbito do Corpo de Marinheiros, que era uma dependência do Grupo nº 2 de Escolas da Armada, no Alfeite. O terreno para os treinos estava localizado na margem sul do Tejo, fronteira a Lisboa, área que tinha as condições ideais, na medida em que englobava a zona da mata do Alfeite e a Quinta do Antelmo, a zona pantanosa e alagada do sul dessa zona e as montanhas recortadas da serra da Arrábida. Foram ministrados dois cursos nestas áreas antes da criação do estabelecimento formal e especializado para a formação de fuzileiros, em Vale de Zebro, no mês de Junho.[48] A importância de ter uma escola própria residia no facto de a subsequente experiência do Ultramar permitir à Marinha introduzir alterações no plano do curso para responder à evolução específica nos diversos teatros de operações e às mudanças nos métodos de combate dos guerrilheiros. Foi deste contingente inicial de pessoal especializado que saíram os elementos que em Outubro de 1961 formaram o primeiro destacamento de fuzileiros, o Destacamento de Fuzileiros Especiais nº 1, ou DFE 1, que no mês seguinte foi destacado para Angola.[49] Esta e as mobilizações subsequentes figuram nos Quadros 3.2 a 3.5 que seguem.

---

[44] A. de Roboredo (capitão-de-mar-e-guerra), Estado-Maior da Armada, para o Adido Naval, Embaixada de Portugal em Londres, 3 de Fevereiro de 1959, memorando "Pedido de formação para um grupo em princípio", COLOREDO, Processo 224/2082, Arquivo Central da Marinha, Antiga Fábrica nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa; e Jaime Lopes (capitão de fragata), Adido Naval, Embaixada de Portugal em Londres, para o Estado-Maior da Armada, Londres, 3 de Abril de 1959, memorando "Instrução de 'Comandos'", COLOREDO, Processo 224/2082, Arquivo Central da Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa.

[45] António Alves Leite (contra-almirante), Subchefe do Estado-Maior da Armada, para o Chefe do Estado-Maior da Armada, Lisboa, 1 de Maio de 1959, memorando Instrução de Comandos", COLOREDO, Processo 224/601, Arquivo Central da Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa.

[46] Luís Celestino da Silva (contra-almirante), Superintendência dos Serviços da Armada, para o Estado-Maior da Armada, memorando "Instrução de Comandos", COLOREDO, Processo 224/601, Arquivo Central da Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa.

[47] Decreto-Lei nº 43315, de 24 de Fevereiro de 1961.

[48] Escola de Fuzileiros. Portaria nº 18509, de 3 de Junho de 1961.

[49] Portaria nº 18774, de 13 de Outubro de 1961.

QUADRO 3.2: DISPOSITIVO NAVAL (UNIDADES DE FUZILEIROS), 1961–1974.
DFEs (DESTACAMENTOS DE FUZILEIROS ESPECIAIS) E CFs (COMPANHIAS DE FUZILEIROS)

Datas		Guiné		Angola		Moçambique		Total	
Ano	Mês	DFE	CF	DFE	CF	DFE	CF	DFE	CF
1961	Novembro			1				1	
1962	Maio			1	1			1	1
	Junho	1		1	1			2	1
	Agosto	1		2	1			3	1
	Outubro	1		2	1		1	3	2
1963	Fevereiro	1		3	1		1	4	2
	Junho	1	1	3	1		1	4	3
	Setembro	1	1	4	1		1	5	3
	Outubro	2	1	4	1		1	6	3
	Novembro	3	1	4	1		1	7	3
1964	Fevereiro	4	1	4	1		1	8	3
	Novembro	4	1	4	2	1	1	9	4
1965	Março	4	1	3	2	1	1	8	4
	Junho	4	1	3	2	2	1	9	4
	Novembro	4	1	3	2	3	2	10	5
1966	Agosto	4	2	3	3	3	2	10	7
	Dezembro	4	2	2	3	3	2	9	7
1967	Fevereiro	4	2	2	3	4	2	10	7
1968	Agosto	4	2	2	4	4	2	10	8
1969		4	2	2	4	4	2	10	8
1970	Junho	5	2	2	4	4	2	11	8
1971		5	2	2	4	4	2	11	8
1972		5	2	2	4	4	2	11	8
1973	Abril	5	2	2	4	3	3	10	9
1974	Fevereiro	6	2	2	4	3	3	11	9
	Abril	5	2	2	4	3	3	10	9
	Maio	6	2	2	4	3	3	11	9

Fonte: Corpo de Fuzileiros, história inédita do Corpo de Fuzileiros, 2ª Parte: *Fuzileiros Especiais*, dact. (policopiado) (Lisboa: Ministério da Marinha, 1987), 17; e Luís Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Facas e Feitos na Guerra de África, 1961/1974*, Volume I (Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2006), 101–107.

QUADRO 3.3: DISPOSITIVO NAVAL (UNIDADES DE FUZILEIROS), 1961-1974. UNIDADES DE FUZILEIROS ATRIBUÍDAS AO COMANDO NAVAL DE ANGOLA

Unidades		Datas		Observações
Tipo	Designação	Atribuição	Desatribuição	
Destacamentos de Fuzileiros Especiais	DFE 1	10NOV61	14JUL63	
	DFE 3	29AGO62	23NOV64	
	DFE 4	26FEV63	19MAR65	
	DFE 5	21JUN63	15JUL65	
	DFE 6	30SET63	23OUT65	
	DFE 11	14NOV64	06DEZ66	
	DFE 2	10JUL65	24JUN67	
	DFE 13	23OUT65	15SET67	
	DFE 11	21JUN67	26JUN69	
	DFE 2	21AGO67	05NOV69	
	DFE 10	14MAI69	25MAR71	
	DFE 1	27JUL69	06OUT71	
	DFE 6	14MAR71	07MAR73	
	DFE 10	04OUT71	06NOV73	
	DFE 2	16MAR73	15FEV75	
	DFE 6	09OUT73	27MAR75	
	DFE 1	17JUL75	10NOV75	
Companhias de Fuzileiros	CF 1	31MAI62	06JUN64	
	CF 4	01JUN64	09JUN66	
	CF 5	10NOV64	29DEZ66	
	CF 10	08JUN66	05AGO68	
	CF 1	02DEZ66	19JAN69	
	CF 11	17DEZ66	24JAN69	
	CF 7	04AGO68	24JUL70	
	CF 5	05AGO68	06SET70	
	CF 8	31DEZ68	08DEZ70	
	CF 9	17JAN69	08FEV71	
	CF 4	19JUL70	10JUL72	
	CF 6	31AGO70	06AGO72	
	CF 7	07DEZ70	28NOV72	
	CF 5	30JAN71	23JAN73	
	CF 1	10JUL72	06JUN74	
	CF 3	06AGO72	13SET74	
	CF 4	28NOV72	17DEZ74	

Unidades		Datas		Observações
Tipo	Designação	Atribuição	Desatribuição	
Companhias de Fuzileiros	CF 6	09JAN73	21JAN75	
	CF 8	29JUN74	21ABR75	
	CF 12	04DEZ74	10NOV75	
	CF 5	21JAN75	10NOV75	
	CF 9	09SET75	10NOV75	

Fonte: Corpo de Fuzileiros, história inédita do Corpo de Fuzileiros, 2ª Parte: Fuzileiros Especiais, dact. [policopiado] (Lisboa: Ministério da Marinha, 1983), 37; Luís Sanches de Baêna, Fuzileiros: Factos e Feitos na Guerra de África, 1961/1974, Volume I (Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2006), 101-107.

QUADRO 3.4: DISPOSITIVO (UNIDADES DE FUZILEIROS), 1961-1974. UNIDADES DE FUZILEIROS ATRIBUÍDAS AO COMANDO DA DEFESA MARÍTIMA DA GUINÉ

Unidades		Datas		Observações
Tipo	Designação	Atribuição	Desatribuição	
Destacamentos de Fuzileiros Especiais	DFE 2	06JUN62	25JUN64	
	DFE 7	10OUT63	23AGO65	
	DFE 8	04NOV63	23OUT65	
	DFE 9	27FEV64	09FEV66	
	DFE 10	23JUN64	14JUN66	
	DFE 3	23AGO65	11MAI67	
	DFE 4	21OUT65	28JUL67	
	DFE 6	05FEV66	05NOV67	
	DFE 7	11JUN66	23ABR68	
	DFE 10	10MAI67	09MAR69	
	DFE 3	25JUL67	19ABR69	
	DFE 12	01NOV67	15OUT69	
	DFE 13	21ABR68	25JAN70	
	DFE 7	20FEV69	16SET70	
	DFE 8	19ABR69	16FEV71	
	DFE 3	13OUT69	12JUL71	
	DFE 12	31JAN70	02DEZ71	Rendido pelo DFE 22
	DFE 21*	21ABR70		Desactivado 25AGO74
	DFE 4	14SET70	24JUN72	
	DFE 13	22JAN71	20OUT72	
	DFE 8	09JUL71	12ABR73	
	DFE 22*	16NOV71		Desactivado 25AGO74
	DFE 12	07JUN72	05ABR74	

Unidades		Datas		Observações
Tipo	Designação	Atribuição	Desatribuição	
Destacamentos de Fuzileiros Especiais	DFE 1	06OUT72	28JUL74	
	DFE 4	07ABR73	15OUT74	
	DFE 5	09FEV74	30OUT74	
	DFE 23*	01JUL74		Desactivado 25AGO74
Companhias de Fuzileiros	PF 1	09ABR63	14JUN63	
	CF 3	14JUN63	12JUL65	PF 1 foi integrado na CF 3
	CF 7	08JUL65	11MAI67	
	CF 9	02AGO66	09MAI68	
	CF 3	10MAI67	21FEV69	
	CF 6	06MAI68	01FEV70	
	CF 10	20FEV69	12JAN71	
	CF 3	31JAN70	02DEZ71	
	CF 11	09JAN71	06OUT72	
	CF 8	24NOV71	23AGO73	
	CF 2	06OUT72	11JUL74	
	CF 5	23AGO73	03OUT74	

Fonte: Corpo de Fuzileiros, *História inédita do Corpo de Fuzileiros*, 2ª Parte: *Fuzileiros Especiais*, dact. (policopiado) (Lisboa: Ministério da Marinha, 1987), 17; Luís Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e Feitos na Guerra de África, 1961/1974*, Volume I (Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2006), 101-107. * Destacamentos de fuzileiros especiais africanos.

QUADRO 3.5: DISPOSITIVO (UNIDADES DE FUZILEIROS), 1961-1974. UNIDADES DE FUZILEIROS ATRIBUÍDAS AO COMANDO NAVAL DE MOÇAMBIQUE.

Unidades		Datas		Observações
Tipo	Designação	Atribuição	Desatribuição	
Destacamentos de Fuzileiros Especiais	DFE 1	20NOV64	01DEZ66	
	DFE 12	20JUN65	30JUN67	
	DFE 5	27NOV65	09NOV67	
	DFE 8	26NOV66	24NOV68	
	DFE 9	24FEV67	28MAR69	
	DFE 1	22JUN67	30JUN69	
	DFE 4	05NOV67	29NOV69	
	DFE6	05NOV68	06SET70	
	DFE 5	01MAR69	10FEV71	
	DFE9	17JUN69	24JUL71	

Unidades		Datas		Observações
Tipo	Designação	Atribuição	Desatribuição	
Destacamentos de Fuzileiros Especiais	DFE 11	16NOV69	18JAN72	
	DFE 2	24AGO70	10MAI72	
	DFE 7	08FEV71	06NOV72	
	DFE 5	18JUL71	13ABR73	
	DFE 9	22DEZ71	03DEZ73	
	DFE 3	03MAI72	20MAI74	
	DFE 11	01NOV72	01NOV74	
	DFE 8	03DEZ73	03DEZ74	
	DFE 10	13MAI74	24JUN75	
Companhias de Fuzileiros	CF 2	29OUT62	25MAR65	
	CF 6	19MAR65	18MAI67	
	CF 8	27NOV65	28FEV68	
	CF 2	02MAI67	15JUN69	
	CF 4	16FEV68	06MAR70	
	CF 1	13JUN69	01JUN71	
	CF 2	21FEV70	18JAN72	
	CF 10	01JUN71	07MAI73	
	CF 9	18JAN72	14JAN74	
	CF 11	06ABR73	08NOV74	
	CF 7	07MAI73	22NOV74	
	CF 10	14JAN74	05JUN 75	

Fonte: Corpo de Fuzileiros, História inédita do Corpo de Fuzileiros, 2ª Parte: Fuzileiros Especiais, dact. [policopiado] (Lisboa: Ministério da Marinha, 1987), 17; Luís Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e Feitos na Guerra de África, 1961/1974*, Volume I (Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2006), 101-107.

A fim de formar mais unidades de fuzileiros, a Marinha continuou a recrutar candidatos nas suas próprias fileiras. Inicialmente este processo foi encarado como um programa de reconversão para marinheiros, sendo portanto designado como "curso de reconversão". Uma vez que o recrutamento interno não tardou a esgotar-se, tornou-se necessário levar a cabo um esforço mais abrangente direccionado para a população civil como uma segunda fonte. Durante a guerra estas duas fontes conseguiram suprir as necessidades da Escola de Fuzileiros e do seu curso de Fuzileiros Especiais apelando ao desejo dos candidatos de fazerem parte de uma força de elite de fama crescente em África, embora, como adiante veremos, esta não fosse uma tarefa fácil nem isenta de obstáculos. Por seu turno, os oficiais fuzileiros eram designados de entre os primeiros e segundos-tenentes do curso de Marinha da Escola Naval e mais tarde os das classes de Engenheiros Maquinistas Navais e Administração Naval. Este contingente era completado com cadetes da classe de fuzileiros que frequentavam o Curso de Formação de Oficiais da Reserva Naval na mesma instituição de ensino.

O curso de formação ministrado na Escola de Fuzileiros compreendia duas fases para as praças. Primeiro havia uma Instrução Técnica Básica que abordava assuntos militares gerais e os aspectos específicos dos fuzileiros. Esta fase era complementada por uma segunda, após a qual os formandos seleccionados para serem Fuzileiros Especiais (FZE) eram integrados em Destacamentos de Fuzileiros Especiais (DFEs), enquanto os outros candidatos eram integrados em Companhias de Fuzileiros (CFs).[50]

Os Destacamentos de Fuzileiros Especiais (DFEs) eram considerados unidades de elite e constituíam efectivamente as forças especiais da Marinha. Eram formados por homens dotados de capacidades especiais, enorme autoconfiança, grande coragem e espírito de sacrifício, que se orgulhavam de envergar a boina que os distinguia. Além disso, eram geralmente comandados de forma imaginativa e distinguiam-se pela flexibilidade e mobilidade das unidades que integravam. Estas características conferiam-lhes uma vantagem ímpar na eficiente localização e enfrentamento dos guerrilheiros nas condições operacionais mais adversas e na exploração do pantanoso ambiente tropical que habitualmente se encontrava nas margens dos lagos e rios do Ultramar. No início, em 1962, os DFEs compreendiam 75 homens (2 oficiais, 7 sargentos, 8 cabos, 14 marinheiros e 44 grumetes); mais tarde, em 1967, a lotação foi aumentada para 80 homens (4 oficiais, 6 sargentos, 14 cabos, 32 marinheiros e 24 grumetes).[51] A organização foi também modificada em cada um dos teatros de operações a fim de corresponder ao respectivo ambiente operacional, e na realidade cada destacamento acabava por se especializar numa área geográfica específica e consequentemente tendia a ser novamente atribuído a essa zona para explorar essa superioridade. Inicialmente os DFEs eram constituídos por 4 secções de infantaria e uma secção de apoio, secções estas designadas por grupos de assalto (GA) ou grupos de combate, consoante o teatro de operações. Em 1967 o número de oficiais foi aumentado para 4, a fim de permitir ao comandante dispor de um oficial para comandar cada um dos grupos de assalto. O DFE podia ser organizado em 2 grupos de assalto, cada um com duas secções de atiradores transportando bazucas, metralhadoras MG-42, morteiros, lança-granadas-foguetes (RPGs), além de apoio logístico, consoante as necessidades.[52] Aliás, para conferir maior flexibilidade à unidade, as secções eram por sua vez divididas em dois subgrupos ou equipas de 4 ou 5 homens em Angola e Moçambique ou uma esquadra de 3 homens na Guiné, cada uma delas com uma tarefa específica de assalto ou apoio a fim de alcançar maior flexibilidade na exploração do terreno e da disposição do inimigo e na obtenção do efeito de surpresa e de força avassaladora sobre um inimigo que de nada suspeitava. Subsequentemente houve DFEs com 3 oficiais e 75 homens e até com 2 oficiais e 70 homens.[53]

Nos finais da década de 1960 a Marinha principiou a recrutar oficiais fuzileiros no seio da comunidade de fuzileiros e surgiu o primeiro de uma longa lista de oficiais que provinham de sargentos e praças a comandar uma série de DFEs e CFs.[54] Além dos seus 4 oficiais, os DFEs tinham normalmente seis sargentos, incluindo um quartel-mestre e um enfermeiro. Os sargentos integravam os grupos de assalto e tinham a seu cargo a manutenção dos botes de borracha, dos motores, dos rádios e do armamento. Com a continuação da guerra, os

[50] *Corpo de Fuzileiros, 2.ª parte*, história inédita (Lisboa: Ministério da Marinha, 1987), 14.

[51] Luís Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e Feitos na Guerra de África 1961/1974*, Volume 1 (Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2006), 46.

[52] Sanches de Baêna, 48.

[53] Capitão-de-fragata Jorge Semedo de Matos, entrevista com o autor, 10 de Fevereiro de 2003, Belém.

[54] "Fuzileiros", esboço de artigo, dact. [fotocópia], *Diário de Notícias*, 1995, 3.

fuzileiros que integravam os DFEs passaram a ser cada vez mais veteranos que haviam optado por fazer carreira na Marinha a seguir ao seu período de seis anos de prestação de serviço no regime de voluntariado ou de quatro anos como recrutas do Serviço Militar Obrigatório.[55] Esta tendência traduziu-se num elevado nível de experiência e coesão das unidades, uma vez que os veteranos eram militares calejados e com motivação. Estas características eram particularmente visíveis quando as unidades eram vítimas do stresse de guerra e se viam obrigadas a actuar com eficiência no proverbial "nevoeiro da guerra" de que falava Clausewitz. Durante a guerra os DFEs eram destacados para o Ultramar em comissões de cerca de dois anos (normalmente 23 meses, mas um pouco menos na Guiné), no final dos quais regressavam à Metrópole para reequipamento e descanso. Passado um período de um ano destinado ao recompletamento e a treinos de refrescamento, a unidade seria de novo destacada para o Ultramar. Os DFEs eram identificados com a numeração de 1 a 13, número que se revelou adequado para manter um ciclo de atribuições de 10 ao Ultramar e 3 à Metrópole. Adicionalmente, houve 3 DFEs africanos destacados na Guiné (DFEs 21, 22 e 23) em princípios da década de 1970 e desactivados em Agosto de 1974. Eram formados no Centro de Preparação de Fuzileiros Africanos localizado em Bolama, chefiado por oficiais e sargentos que tinham feito o curso na Escola de Fuzileiros de Vale de Zebro. Esta unidade foi criada em Fevereiro de 1970 e desactivada em Agosto de 1974.

As Companhias de Fuzileiros (CFs) compunham-se de 120 homens e eram adestradas para garantirem a integridade e a defesa imediata das instalações navais e a segurança das águas do Ultramar. Frequentemente colaboravam com unidades do Exército em operações específicas ou forneciam apoio a contingentes do Exército movimentados por via aquática. As CFs tiveram durante a guerra designações numéricas de 1 a 11, embora tivesse havido uma 12.ª no final da guerra, e este número revelou-se adequado para um ciclo de mobilizações que mantinha 9 CFs (2 CFs na Guiné, 4 em Angola e 3 em Moçambique) no Ultramar e 2 na Metrópole em descanso e tarefas de reequipamento. O seu ciclo de rotação era semelhante ao dos DFEs. Além disso, como as minas de superfície e submersas constituíam uma ameaça em todos os teatros de operações e particularmente na Guiné, a Marinha criou um pequeno número de Destacamentos de Mergulhadores Sapadores especialmente treinados. Os elementos destes destacamentos eram periodicamente atribuídos aos Comandos Navais e Comandos de Defesa Marítima, operando nos rios com as unidades da Marinha.

Oficiais da Reserva Naval

Quando o conflito eclodiu em 1961, a Marinha debatia-se com falta de pessoal e já em 1958 expressara essa preocupação.[56] Visando satisfazer não apenas este défice de pessoal da altura como também as necessidades associadas ao recrudescimento da guerra já em curso, a Marinha intentou criar um quadro de oficiais subalternos competentes mas temporários que pudessem corresponder aos requisitos de integrar as guarnições e exercer funções de comando na Marinha africana. Conquanto tivesse havido um fluxo regular de oficiais subalternos dos quadros permanentes oriundos da Escola Naval desde a sua fundação em 1845, esta fonte cifrara-se em média em apenas 23 oficiais por ano entre 1926 e 1957, e por

[55] Ibid.

[56] Guerreiro de Brito (vice-almirante), Chefe do Estado-Maior da Armada, para o ministro da Marinha, Lisboa, 2 de Janeiro de 1960, memorando "Programa de Preenchimento dos Novos Quadros", COLOREDO, Processo 224/2082, Arquivo Central da Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa.

conseguinte, a manter-se a situação actual, não daria resposta às acrescidas necessidades da Marinha em tempo de guerra.[57] Tornava-se necessário um programa supletivo para ampliar esta alimentação.

Este problema não era novo, visto que desde Maio de 1944 houvera conversações no interior da Marinha sobre a criação de um programa de oficiais da Reserva que complementasse o contingente regular, particularmente em especialidades como a Mecânica, a Química e a Engenharia Electrotécnica.[58] Passado algum tempo o conceito adquiriu mais relevância, particularmente no que se refere ao campo da Medicina, e em Agosto de 1957 foi elaborado um amplo estudo sobre a estrutura e emprego de oficiais reservistas na Marinha francesa visando a criação de um programa idêntico.[59] A organização e emprego da *Naval Volunteer Reserve* do Reino Unido foram também analisados como modelo possível.[60] Estas ideias exerceram a sua influência no estabelecimento do conceito de um contingente de Reserva Naval dentro da Marinha portuguesa, e em 26 de Novembro de 1957 a Reserva Naval foi criada pelo Decreto-Lei nº 41399. Este instrumento legal tinha um âmbito alargado no que se refere à reorganização das reservas de pessoal e material da Marinha. Em Janeiro do ano seguinte o incipiente programa de oficiais reservistas encontrava-se já numa fase de concepção amadurecida e parecia preparado para desempenhar um papel de relevo no aumento dos quadros de oficiais subalternos a fim de corresponder às necessidades de pessoal da Marinha. Em Maio o curso especial para oficiais da Reserva Naval estava ultimado e em condições de formar e aumentar aos efectivos o primeiro curso de 20 oficiais, que terminaria ainda esse ano. O Exército levantou imediatamente objecções a este programa, alegando que o recrutamento de oficiais reservistas seria feito à sua custa e em detrimento de um programa similar levado a cabo no Exército. A posição da Marinha, que levou a melhor, foi de que 20 oficiais de um curso ministrado porventura duas vezes por ano dificilmente teria repercussões negativas no recrutamento dos quantitativos comparativamente elevados de que o Exército carecia.[61] A criação da Reserva Naval revelou-se uma decisão judiciosa e frutífera. Como é visível no Quadro 3.6, o número de oficiais dos quadros permanentes e da Reserva Naval formados na Escola Naval foi crescendo até 1965 e a partir de 1963 o número de oficiais da Reserva Naval formados passou a exceder o de oficiais dos quadros permanentes. Esta tendência manteve-se durante toda a guerra.

---

[57] Ministério da Marinha, *A Marinha nos Últimos 40 Anos, 1926-1966* (Lisboa: Ministério da Marinha, 1967), 194.

[58] Manuel Ortins de Bettencourt (capitão-tenente), ministro da Marinha, Lisboa, 31 de Maio de 1944, apontamento manuscrito "Reserva Naval", COLOREDO, Processo 224/2082, Arquivo Central da Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa.

[59] Roberto Ivens Ferraz de Carvalho (capitão-tenente), Paris, 31 de Agosto de 1957, estudo manuscrito "Preparação e utilização de reservas na Marinha Francesa", COLOREDO, Processo 224/2082, Arquivo Central da Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa.

[60] J. Ramalho Rosa (capitão-de-fragata), para o Estado-Maior da Armada, Londres, 7 de Dezembro de 1957, carta "Royal Navy Volunteer Reserves", COLOREDO, Processo 224/2082, Arquivo Central da Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa.

[61] António Alves Leite (contra-almirante), Subchefe do Estado-Maior da Armada, para o Superintendente dos Serviços de Marinha, Lisboa, 5 de Maio de 1958, memorando "Cursos Especiais de Oficiais da Reserva Naval", COLOREDO, Processo 224/2082, Arquivo Central da Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa.

QUADRO 3.6: OFICIAIS DOS QUADROS PERMANENTES E DA RESERVA FORMADOS PELA ESCOLA NAVAL 1958-1965[53]

Ano	Oficiais dos QP	Oficiais da RN	Total
1958	77	20	97
1959	47	37	84
1960	57	36	93
1961	80	44	124
1962	57	46	103
1963	62	66	128
1964	50	64	114
1965	51	68	119

No âmbito deste programa a Marinha procurou inicialmente recrutar quatro classes específicas de oficiais: Marinha, Saúde Naval (Médicos Navais), Engenheiros Maquinistas Navais e Administração Naval.[53] Os candidatos eram recrutados no seio dos licenciados em todos os campos das ciências, em todos os ramos da engenharia, nas esferas da farmácia e da medicina e nas áreas das finanças e da economia. Era dada preferência aos que fossem voluntários e particularmente aos que já possuíssem habilitações náuticas documentadas dentro daquelas disciplinas pretendidas. Uma vez aceites, os cadetes tinham de frequentar dois ciclos de instrução. O primeiro era essencialmente básico, na medida em que aliava a preparação física a matérias de introdução à guerra naval. O segundo, alicerçado no primeiro, era mais sofisticado e visava desenvolver e adaptar os conhecimentos práticos dos cadetes de cada especialidade naval. O ciclo básico era fundamentalmente idêntico para todos os cadetes, sendo o ciclo avançado desenhado para os requisitos específicos de cada classe. Completados os dois ciclos com aproveitamento, os cadetes eram promovidos a oficiais (aspirantes), com a obrigatoriedade de permanecerem pelo menos dois anos ao serviço. Tinham a opção de renovar o contrato por períodos adicionais de um ano até um máximo de cinco. Caso fossem mobilizados para o Ultramar, seriam promovidos ao posto de segundo-tenente à data da partida da Metrópole. A promoção a primeiro-tenente dava-se geralmente após cinco anos de prestação de serviço no regime de contrato, sujeita à obtenção de boas informações no posto de segundo-tenente. Este era o posto máximo que os oficiais da Reserva Naval podiam atingir.[54] Com este programa limitado a Marinha evitava o risco de ferir a sacrossanta antiguidade dos oficiais dos quadros permanentes e conseguia aumentar o número de oficiais subalternos com pessoal bem habilitado, de que muito carecia. A maior parte dos oficiais da Reserva Naval encaravam esta experiência como a fase inicial da sua vida adulta e recordariam as suas aventuras navais com grande

[53] A. de Roboredo (contra-almirante), Subchefe do Estado-Maior da Armada, para Fernando de Quintanilha (contra-almirante), ministro da Marinha, Lisboa, 5 de Dezembro de 1961, memorando "Reajustamento dos Quadros Permanentes do Pessoal da Armada", COLOREDO, Processo 224/2082, Arquivo Central da Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa, 7.

[54] A. B. Rodrigues da Costa e Manuel Pinto Machado, *Anuário da Reserva Naval 1958-1975* (Lisboa: Associação dos Oficiais da Reserva Naval, 1992), 31.

[55] Portaria nº 16714, de 27 de Maio de 1958.

carinho e dedicação quando eram licenciados para prosseguirem as suas carreiras familiares e profissionais.[65]

A 1 de Agosto de 1958 teve início na Escola Naval o primeiro curso de cadetes, com a duração de 26 semanas. A experiência foi um êxito. Em Outubro de 1959 iniciou-se o segundo curso e em Outubro de 1960 o terceiro. No meio destes cursos iniciais a Marinha alargou o programa da Reserva Naval para abranger outras fontes de recrutamento e mais classes de oficiais, cujo total passou a ser de sete:

1. Marinha (M)
2. Engenheiros Construtores Navais (ECN)
3. Médicos Navais (MN)
4. Farmacêuticos Navais (FN)
5. Engenheiros Maquinistas Navais (EMQ)
6. Administração Naval (AN)
7. Fuzileiros Navais (FZ).[66]

Estas medidas constituíam uma resposta aos acontecimentos adversos em Angola, na Guiné e em Moçambique e à ocupação da Índia portuguesa. Com a guerra no Ultramar no horizonte, tornava-se claramente necessário um acréscimo quer do material, quer do pessoal da Marinha. Reflectindo este acréscimo de classes, o quarto curso, que principiou a 6 de Outubro de 1961, formou 44 cadetes, 9 dos quais foram os primeiros fuzileiros da Reserva Naval. Em Maio de 1966 foi criada uma oitava classe, a de Técnicos e Especialistas (TE), que incluía arquitectos, advogados e engenheiros civis e químicos. O nono curso começou a 3 de Setembro de 1966, com 69 cadetes, e formou 8 desta nova classe. A partir de 1967 os cursos foram acelerados, passando a realizar-se dois por ano, ritmo que se manteve até ao final da guerra. Em 1973 a classe de TE foi dividida em duas, uma de especialistas e outra de técnicos. Foram realizados mais de 25 cursos, tendo sido admitidos ao todo 1.712 cadetes da Reserva Naval. Muitos dos oficiais saídos destes cursos foram escolhidos para comandar unidades navais no Ultramar, enquanto outros deram boas provas na liderança de fuzileiros nas mais adversas condições físicas contra guerrilheiros experientes e bem armados. Estes oficiais estiveram à altura das melhores tradições da Marinha e deixaram verdadeiramente uma fasquia bem alta para os que se lhes seguiram.

Apesar da importância crescente conferida ao recrutamento e à criação de programas imaginativos, tais como os cursos especiais para os oficiais da Reserva Naval, em fins de 1961, passado menos de um ano sobre o início da guerra, havia substanciais preocupações em matéria de pessoal. Uma subversão pode consumir grande número de homens em operações defensivas, uma vez que a imposição do ritmo do combate pertence aos guerrilheiros. Uma pequena força de guerrilheiros pode ameaçar grande número de alvos, mesmo que não possa atingi-los todos. Estes alvos têm de ser protegidos por razões militares ou políticas. Acresce que, se a própria população não for protegida, não é possível alcançar a pacificação. Consequentemente, a dimensão das forças governamentais é determinada pelos alvos vulneráveis que têm de ser salvaguardados. No Ultramar havia uma numerosa população espalhada pelas vastas áreas de Angola e Moçambique e no difícil terreno da Guiné. A natureza dos guerrilheiros e o seu modo de combater ditavam nestas circunstâncias

[65] Rodrigues da Costa e Pinto Machado, 27.

[66] Ibid., 23.

que a Marinha desempenhasse um papel cada vez mais importante na protecção das infra-estruturas e das águas e na projecção de força em terra.

Uma segunda exigência em termos de pessoal decorre do facto de a guerra que se trava só ocasionalmente ser a guerra que se espera travar. A disparidade entre os planos e a realidade explica-se pela circunstância de o inimigo não fazer aquilo que se antecipa. Para se adaptar a estas imprevisíveis variáveis a que Clausewitz chamou o "nevoeiro da guerra", os níveis de pessoal têm de ser substancialmente aumentados. Nunca nenhum comandante foi punido por ganhar uma guerra com demasiados homens. Consequentemente, a Marinha cuidava amplamente de ter suficiente pessoal disponível em preparação para responder tanto a acontecimentos previstos como aos imprevistos. Esta preocupação era maior ainda devido ao facto de precisar de que os seus recrutados tivessem um nível de competência técnica e de empenhamento que normalmente não se encontram em pessoal recrutado.

QUADRO 3.7: ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE PESSOAL[47]

	Oficiais	Sargentos e praças
Quadros autorizados em 1961	976	8.869
Quadros necessários em 1961	1.281	11.198
Quadros projectados para 1972	1.384	12.600
Quadros reais em 1961	845	6.572
Défice relativamente aos quadros autorizados	131	2.297
Défice relativamente aos quadros necessários	436	4.626
Défice relativamente aos quadros projectados	539	6.034

A Marinha entrara na guerra com homens a menos, apesar dos esforços que envidara no sentido de prever as necessidades de pessoal. O problema era em grande parte de recursos, uma vez que, para além de ter carências em matéria de pessoal, a Marinha se debatia com o problema conjunto dos atrasos nas acções de manutenção e da idade avançada dos navios.[48] O Quadro 3.7 resume as necessidades de pessoal tal como eram sentidas em finais de 1961. Os dados do quadro revelam que a Marinha contava apenas com 87% da lotação autorizada e dispunha apenas de 66% do pessoal considerado necessário tendo em conta os seus compromissos. Considerava-se também que o pessoal de que dispunha correspondia a uns meros 61% tendo em conta os compromissos previstos daí a uma década. Como sabemos, as necessidades previstas em 1972 não se concretizaram por completo, uma vez que as entregas de navios oceânicos foram por diversas razões adiadas ou canceladas e as suas guarnições só foram necessárias mais tarde ou não chegaram a sê-lo. Não obstante, os números relativos a 1961 traduzem cabalmente o problema. A Marinha estava em vias de guarnecer o Corpo de Fuzileiros e os novos navios da esquadra africana, e uma carência imediata na casa dos 436 oficiais e 4.626 sargentos e praças era uma estimativa realista e constituía uma preocupação substancial. Frustrado, Roboredo comentava que os números pedidos pareciam modestos e razoáveis face a outras Marinhas de capacidades equivalentes que conseguiam assegurar níveis de pessoal da ordem dos 15.000 homens.[49]

[47] Ibid.

[48] A. de Roboredo para Fernando Quintanilha, p. 6.

[49] Ibid., 7.

QUADRO 3.8: CARÊNCIAS NOS QUADROS DE OFICIAIS, 1961[70]

Posto	Necessidades	Autorizados	Défice
Vice-almirante	1	1	
Contra-almirantes	7	6	1
Comodoro	10	10	
Capitão-de-mar-e-guerra	41	35	6
Capitão-de-fragata	98	73	25
Capitão-tenente	172	139	33
Primeiro-tenente	428	295	133
Segundo-tenente e guarda-marinha ou subtenente	524	417	107
Total	1.281	976	305

Roboredo expressou por escrito que para colmatar esta lacuna a Marinha precisaria nos cinco anos seguintes de um aumento líquido anual de 90 oficiais e 950 sargentos e praças para além dos quadros actuais. Uma reposição mais rápida das carências exigiria medidas agressivas.[71] Para alcançar este objectivo, a Marinha precisaria de formar um mínimo de 90 cadetes e 1.680 praças por ano a fim de satisfazer as necessidades acrescidas e compensar as naturais perdas.[72] As diferenças específicas em oficiais, sargentos e praças entre os quadros autorizados e os necessários estão apresentadas nos Quadros 3.8 a 3.10. Roboredo acrescentava à guisa de observação que, embora não constasse da sua análise, o número de segundos grumetes devia também ser aumentado para 1.878.[73] Este importante patamar, imediatamente acima de recruta, era a fonte tradicional de futuros marinheiros experimentados e competentes, tradicionalmente precisos para guarnecer os navios e desempenhar as funções que, embora básicas, eram vitais a bordo. A análise relativa a sargentos e praças está dividida entre pessoal da marinhagem e da taifa, e os números totais conferem com os do Quadro 3.7. Note-se que, em relação à carência de 305 oficiais, 79% corresponde a subalternos. Era a esta falta que a Reserva Naval visava dar resposta.

QUADRO 3.9: CARÊNCIAS DE SARGENTOS E PRAÇAS DA MARINHAGEM[74]

Posto	Necessidades	Autorizados	Défice
Sargento-ajudante	73	69	4
Primeiro-sargento	695	501	194
Segundo-sargento	936	853	83
Cabo	1.422	1.154	268
Marinheiro	4.300	3.290	1.010
Primeiro-grumete	3.130	2.545	585
Total	10.556	8.412	2.144

[70] Ibid., 9.
[71] Ibid., 8.
[72] Ibid., 10.
[73] Ibid.
[74] Ibid., 10.

QUADRO 3.10: CARÊNCIAS DE SARGENTOS E PRAÇAS DA TAIFA[75]

Posto	Necessidades	Autorizados	Défice
Primeiro-despenseiro	41	30	11
Segundo-despenseiro	40	40	–
Primeiro-cozinheiro	85	66	19
Segundo-cozinheiro	186	136	50
Primeiro-criado	130	76	54
Segundo-criado	130	89	41
Padeiro	30	20	10
Total	642	457	185

Como mostra o Quadro 3.6, a Marinha atingia o seu objectivo de 90 cadetes por ano e aliás ultrapassava-o fundamentalmente através do enorme êxito do programa da Reserva Naval e do consequente aumento dos quadros de oficiais subalternos. Em 1966 estes objectivos tinham sido amplamente alcançados, uma vez que havia 1.235 oficiais e um total de 13.145 militares envergando o uniforme naval.[76] A Marinha estava a formar uma frota africana muito mais nutrida do que previra e a fazê-lo em detrimento dos seus compromissos oceânicos. A entrega das corvetas da classe *João Coutinho* seria adiada e o esforço naval primário seria dirigido para as águas interiores de África e o combate contra os guerrilheiros numa guerra subversiva. As exigências iniciais surgiram repentinamente em Angola em Março de 1961 e encontraram a Marinha a tentar tirar o máximo partido dos magros recursos de que dispunha no terreno; como veremos, saiu-se bem da empresa.

[75] Ibid.

[76] Ministério da Marinha, *A Marinha nos Últimos 40 Anos 1926-1966*, 146.

4.
O rio que traga todos os rios

Em 1482 o rei D. João II recuperou o antigo interesse pela descoberta de um caminho marítimo para a Índia bordejando a costa de África e a primeira das ambiciosas viagens que ordenou foi a expedição de Diogo Cão. Este era um experiente comandante que ganhara fama no combate aos corsários na costa ocidental africana. Largou de Lisboa, ao que se julga, em Maio ou Junho de 1482 e seguiu a costa ocidental de África até à fortaleza de S. Jorge da Mina, no actual Gana, que à data tinha a designação de Costa de Ouro. Ali chegado, reabasteceu e continuou pela costa da África Central, passando as angras do Benim e do Biafra e cruzando o Equador até ao cabo de Santa Catarina, onde chegou provavelmente em princípios de Agosto, fundeando na baía de Loango. Dali em diante as qualidades de marinheiro de Diogo Cão seriam postas à prova, visto que nenhum europeu se aventurara a sulcar águas inexploradas tão a sul. Navegava contra as correntes e os ventos, de modo que foi fazendo lentos bordos ao longo da plataforma continental, tirando partido das brisas de convecção. Em finais de Agosto, Diogo Cão descobriu aquilo que parecia ser uma baía ou enseada com duas pontas de terra separadas 12 a 15 milhas uma da outra e descrevendo um arco no Atlântico. Contudo, o mar tinha adquirido uma densa tonalidade avermelhada semelhante à lama e o seu sabor, que não era salgado, parecia indicar uma fonte de água doce. A rebentação nas costas circundantes era de um amarelo acastanhado. Ao navegar pela aparente baía adentro, deparou-se com uma corrente cada vez mais intensa e impetuosa, que chegava aos sete nós. Ao aproximar-se mais de terra viu ilhas flutuantes a deslocarem-se em direcção ao mar sob o efeito da corrente. Estava manifestamente a entrar na foz de um rio lamacento. Atestando a intensidade do seu caudal, os modernos oceanógrafos fizeram o levantamento de "um canhão de cem milhas de comprimento, chegando a atingir em alguns pontos uma profundidade de quatro mil pés, que escavou no leito marinho."[1] Paulo Lowndes Marques, oficial subalterno fuzileiro no Zaire em 1966, referia em carta a um amigo que, vista do ar, a foz do rio parecia um grande soco castanho no estômago do Atlântico Sul.[2] De modo idêntico, o vice-almirante António Emílio Ferraz Sacchetti recordaria mais tarde a sua experiência, numa viagem de guardas-marinhas à África do Sul, de ver subitamente o oceano azul tornar-se castanho quando o navio entrou na zona

[1] Adam Hochschild, *King Leopold's Ghost* (Nova Iorque: Houghton Mifflin, 1998), 8.

[2] Paulo Lowndes Marques, "Cartas Trocadas", *AORN* (Dezembro de 2000), 7.

onde o Zaire desaguava, a umas 50 milhas da costa.[3] Diogo Cão tinha de facto descoberto um rio maior e mais imponente do que qualquer europeu vira até à data.

Diogo Cão fundeou uma milha a montante, numa pequena enseada da margem esquerda próxima do local onde hoje se ergue a cidade de Soio, antiga Santo António do Zaire, tendo desembarcado e colocado um padrão de pedra a assinalar o seu descobrimento em nome do rei D. João II.[4] Nesse lugar encontrou e travou amizade com elementos da população bacongo local, perguntando-lhes o nome do poderoso rio. Chamavam-lhe eles *nzere* ou *nzadi*, que na sua língua significava "o rio que traga todos os rios".[5] Aparentemente incapaz de pronunciar a palavra como os nativos, Diogo Cão disse *zaire*, e foi esse o nome pelo qual passou a ser conhecido pelos ocidentais. Quase cinco séculos mais tarde esta importante via fluvial que agora constituía em parte a linha divisória entre o belo, rico e portuguesíssimo distrito angolano do Congo e o seu homólogo belga passava a constituir uma grave preocupação em termos de segurança.[6] Para a Marinha esta fronteira fluvial de 80 milhas foi o centro de actividade em Angola durante os primeiros anos do conflito. Tendo iniciado a sua acção na costa com uma força modesta, a Marinha não tardou a ocupar o grandioso rio, mal os recursos chegaram, e ganhou experiência na projecção de força e na defesa da fronteira contra infiltrações. Como adiante veremos, recorreu ao improviso quando do primeiro contacto, mas a seguir ao choque inicial elaborou uma comedida e ponderada forma de actuação, associando-se aos outros ramos na defesa da fronteira norte de Angola.

Uma terra espantosa

Angola é um vasto território de 1.243.314 quilómetros quadrados, uma área quase catorze vezes maior que a de Portugal, ou correspondente à soma das áreas de Espanha, França e Itália. A sua fronteira terrestre com os vizinhos ex-Congo Belga (Zaire), Rodésia do Norte (Zâmbia) e Sudoeste Africano (Namíbia) cobre 4.837 quilómetros e é tão extensa e remota que se torna praticamente impossível de controlar. O rio Zaire, que forma uma parte relativamente pequena da fronteira a noroeste, está repleto de ilhas densamente arborizadas que proporcionavam aos guerrilheiros uma excelente camuflagem. Em quase todos os pontos eram possíveis e efectivamente praticadas as travessias. O terreno a sul da fronteira está identicamente revestido pela cerrada floresta tropical que tem origem nas margens do rio Zaire, a qual dá lugar a denso capim de dois metros e meio a três metros de altura, pântanos e montanhas. A região abriga uma fauna diversificada que compreende crocodilos, elefantes, veados e pacaças, os búfalos angolanos. As poucas estradas que atravessam a área, de terra batida, pouco mais são que picadas.

Angola é também uma terra de contrastes geográficos. Topograficamente é banhada pelo Oceano Atlântico a oeste, com uma faixa costeira que se estende ao longo dos 1.650 quilómetros de litoral, a qual se eleva entre os 50 e os 200 quilómetros para o interior, formando um planalto central que cobre cerca de 60% do país. Este planalto varia em altitude entre os 1.000 e os 2.619 metros, no ponto mais alto, o morro do Moco, situado no distrito do Huambo. Mais para o interior, o terreno desce, formando um planalto oriental cuja altitude atinge os 1.600 metros.

---

[3] António Emílio Ferraz Sacchetti, entrevista com o autor, 18 de Maio de 2006, Lisboa.

[4] Robert Davezies, *Les Angolais* (Paris: Éditions de Minuit, 1965), 83.

[5] Peter Forbath, *The River Congo* (Nova Iorque: Harper & Row, 1977), 74.

[6] Hélio A. Esteves Felgas, *O Clima do Congo Português* (Carmona: Imprensa Angolana, 1959), 5.

A diversidade do relevo e a extensão territorial de Angola dão origem a um clima variado, que abrange o tropical húmido na região dos Dembos, o temperado húmido nas planícies costeiras do norte, o tropical seco nas terras altas do sul e o semidesértico no sueste. A estação das chuvas ocorre entre Novembro e Maio e segue-se-lhe uma espécie de Inverno, conhecido localmente pelo nome de *cacimbo*, uma estação de chuviscos que se prolonga até Novembro.

Uma tal vastidão e diversidade de terreno tornaram sempre difíceis as comunicações em Angola. Esta dificuldade afectava tanto os guerrilheiros como as forças governamentais, e uns e outras encontrariam as suas soluções de modos muito diferentes. A partir de santuários externos, os guerrilheiros avançavam penosamente por longas e difíceis passagens para contactarem as populações locais susceptíveis de serem aliciadas para a sua causa ou de fornecerem alimentos, abrigo, recrutas e informações. Por seu turno, os portugueses protegiam essas populações isolando os guerrilheiros na vastidão do país e eliminando-o pela força militar. Para apoiar esta estratégia, a Marinha iniciou as suas operações ao longo da costa com um contingente muito reduzido e ampliou-o vindo a formar uma grande e muito eficiente frota de águas interiores.

A Patrulha de Angola

Em Angola a Marinha partiu de um dispositivo constituído por três navios, a fragata *Pacheco Pereira* (F 327), os navios-patrulha *Sal* (P 584) e *S. Vicente* (P 586), todos eles deslocados para Angola no princípio de 1960 no intuito de evitar que os tumultos do Congo Belga alastrassem ao norte do território. Quando em meados de Julho as forças de segurança belgas abandonaram o Congo, deu-se uma série de incidentes fronteiriços e um movimento de refugiados ao longo e através do rio Zaire. Um desses incidentes consistiu em disparos feitos contra o navio hidrográfico *Carvalho Araújo* (A 524) no porto de Nóqui. A força naval controlava os movimentos do tráfego fluvial, que ia de pirogas a navios mercantes de 20.000 toneladas com destino ao porto congolês de Matadi, onde havia um terminal da linha de caminho-de-ferro para Léopoldville. Além disso ajudava a deslocação de refugiados e constituía também uma presença tranquilizadora ao longo da fronteira fluvial.[7] Tudo isto era bastante rotineiro e feito em conformidade com a Convenção de Saint Germain-en-Laye de 10 de Setembro de 1919, que permitia a inteira liberdade da navegação fluvial, excepto em casos de segurança normal e ordem pública. Esta tensão de baixo nível manteve-se durante todo o ano e no decurso dos primeiros meses de 1961 e por esse motivo foram aumentados à força o navio-patrulha *S. Tomé* (P 585) e mais duas fragatas, a *Nuno Tristão* (F 332) e a *Diogo Gomes* (F 331).

A 4 de Março, em frente da cidade congolesa de Boma, umas 45 a 50 milhas a montante de Santo António do Zaire e imediatamente a leste da Pedra do Feitiço, a fragata *Nuno Tristão* foi atingida por tiros de metralhadora e de armas pesadas.[8] Sensatamente, o comandante não respondeu ao fogo, uma vez que não havia a intenção de provocar incidentes com o Congo, já em situação volátil. Em retrospectiva, esta acção fazia parte dos preparativos da UPA para o abominável e bárbaro ataque que viria a desencadear. Este assalto quase

[7] Camões Godinho, "Algumas Notas Sobre uma Comissão em Angola nos Anos de 1960 e 1961", *Anais do Clube Militar Naval* (Janeiro-Março de 1966): 14-27.

[8] José Alberto Lopes Carvalheira, "Acção da Marinha em Águas Interiores (1961-1974)", na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, dact. [policopiado], 1972, 2.

indescritivelmente primitivo ocorreu a 15 de Março junto à fronteira noroeste de Angola e na região dos Dembos, uma zona de terreno acidentado e de fazendeiros e cafezais relativamente isolados. O ataque concentrado de um número estimado de 5.000 homens da UPA e outros prováveis 25.000 recrutados à força subjugou por completo as autoridades locais e deixou a zona paralisada.[9] Durante as semanas que se seguiram foram brutal e absurdamente assassinados, de maneira inimaginável, vários milhares de brancos, negros e mestiços. Foram arrasadas aldeias, vilas, postos avançados e fazendas e o saque e a destruição de bens tornaram-se a marca distintiva da violência. Conquanto a UPA tivesse alcançado rapidamente o seu ponto culminante, continuou a haver milhares de atacantes que vagueavam pelo norte de Angola em busca de alimentos e cometendo atrocidades perante pouquíssimos recursos portugueses disponíveis para os capturar e restabelecer a ordem.

À data, o Exército contava em Angola com o modesto quantitativo de 8.000 homens atrás referido. As tropas estavam disseminadas por Angola em diversas funções de treino e completamente impreparadas para repelir uma invasão em larga escala. Identicamente, as modestas infra-estruturas que serviam Angola dificultavam quaisquer esforços no sentido de levar auxílio à zona afectada. Numa perspectiva mais geral, as Forças Armadas portuguesas estavam igualmente mal apetrechadas e, na sequência dos ataques de 15 de Março, só a partir de 1 de Maio conseguiram deslocar tropas para a região em número apreciável. Apenas a 13 de Junho, quase três meses decorridos, foi possível reocupar o primeiro local, o pequeno posto administrativo de Lucunga.[10]

Com este ataque e o caos que se lhe seguiu, o simples facto é que não havia pessoal bastante, habilitado ou não, para reagir à sublevação. Foi formada à pressa uma amálgama de defesa civil e militar para deter o avanço da UPA, eliminar ou capturar os criminosos e responder à grave e constrangedora situação civil. A Marinha foi chamada a preencher este vazio e a importância da sua pequena contribuição, que se cifrou em pouco mais de 450 homens, excedeu largamente as expectativas, apesar das muitas missões que não se enquadravam no âmbito das que tradicionalmente lhe competiam. Esta circunstância deveu-se à disciplina, à formação, à competente liderança e particularmente à sua garantida mobilidade no meio aquático, que logrou contornar as rudimentares e vulneráveis infra-estruturas.[11] Embora a mobilização de destacamentos da guarnição dos navios os deixasse reduzidos a 25 a 30% da lotação normal, todos eles continuaram a desempenhar a sua missão, graças ao sacrifício pessoal dos elementos da guarnição que permaneceram a bordo e aos dias de trabalho mais longos e tarefas adicionais que isso implicava.[12] Foi, portanto, esta brecha temporária que a reduzida mas intrépida presença naval imediatamente colmatou, distinguindo-se nas acções em que se empenhou.

A força naval concentrou inicialmente os seus esforços na fiscalização das 80 milhas de fronteira do rio Zaire desde Nóqui, onde o rio cruza a linha fronteiriça Angola-Congo, até ao Oceano Atlântico. Era também responsável pela segurança marítima da costa angolana desde o lago Massábi, no enclave de Cabinda, até ao rio Cunene, na fronteira

---

[9] Willem S. van der Waals, *Portugal's War in Angola 1961-1974* (Rivonia: Ashanti Publishing, 1993), 64.

[10] Estado-Maior do Exército (EME), *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)* (Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1988), Vol. II, 27.

[11] Leonel Alexandre Gomes Cardoso, "A Acção da Marinha em Angola (1961-1964)", *Revista de Marinha* (30 de Setembro de 1964): 13. V. também Leonel Alexandre Gomes Cardoso, "A Marinha em Angola 1961-1964", *Anais do Clube Militar Naval* (Abril-Junho de 1964): 265.

[12] Lopes Carvalheira, 6.

com o Sudoeste Africano. As tarefas variavam entre o desembarque de destacamentos de marinheiros para actuarem como tropas de infantaria, a execução de operações de auxílio, o transporte de tropas e o patrulhamento das águas como presença tranquilizadora, tudo isto em coordenação com os outros ramos.

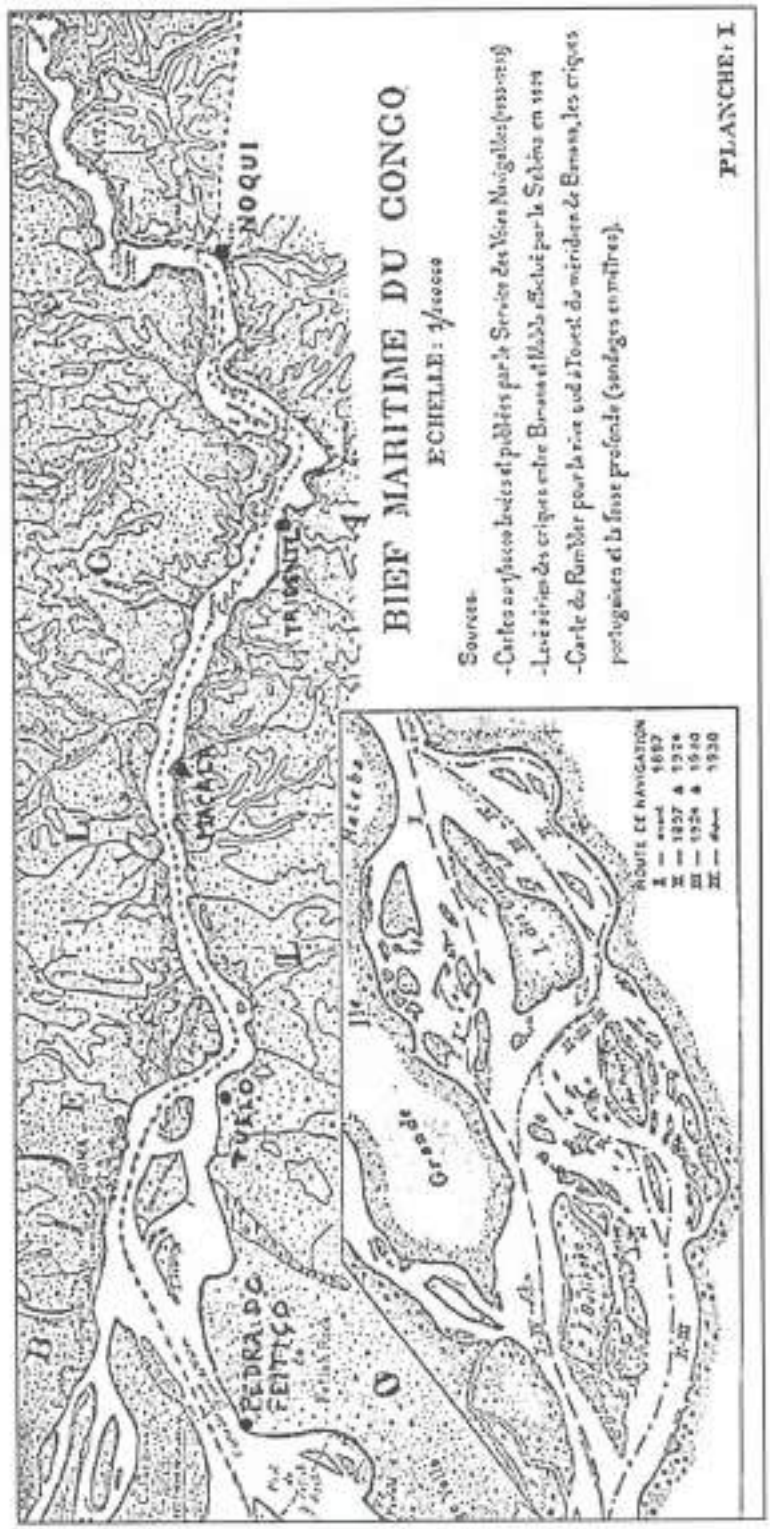
Conquanto a Marinha se tenha distinguido de muitas formas e em muitos locais, a primeira e mais significativa deu-se com a chegada a 18 de Março do navio-patrulha *S. Vicente* a Ambriz, uma vila costeira situada cerca de 60 milhas a norte de Luanda. Ao aproximar-se da vila, o navio deparou-se com uma quantidade de pequenas embarcações que descaíam para terra ao sabor da maré e das correntes. As embarcações transportavam mulheres e crianças europeias que fugiam da UPA e cuja aflitiva situação era emblemática da angústia generalizada que se apoderara da população.

Depois de desembarcar e avaliar a situação, o comandante do navio decidiu desembarcar o maior número possível de elementos da guarnição que podia dispensar. Estes militares iriam juntar-se a um pelotão do Exército ali destacado e a elementos auxiliares da população civil, comandados por um tenente de Artilharia, a fim de garantir a segurança da vila. Encontrava-se também presente um tenente-coronel da Força Aérea, que estivera a voar nesse dia e, avistando uma grande concentração de elementos da população local, executara uma série de manobras intimidatórias com a aeronave, na tentativa bem-sucedida de os persuadir a manterem-se afastados da vila. Após ter aterrado, procurava dar o seu contributo para a defesa terrestre. Três dias mais tarde chegou a fragata *Pacheco Pereira*, para apoiar o *S. Vicente*. Os dois comandantes, o aviador e o tenente reuniram-se então a fim de decidirem como empregar mais eficazmente as forças disponíveis. Por modestas e inexperientes que essas tropas fossem, a sua presença e acção determinada foram importantes, não apenas enquanto percepção, mas como uma realidade. Para além de protegerem a vila de potenciais saqueadores, elevaram o moral dos amedrontados cidadãos. Depois de fortificarem algumas zonas da vila com sacos de areia e estabelecerem um reduto com sentinelas, iniciaram um simples circuito de reconhecimento da área com o duplo objectivo de familiarização e segurança. Embora a maior parte do pessoal da Marinha tivesse apenas vaguíssimas noções de operações em terra, seria ele a formar o grosso da força, limitando-se a aprender estas tarefas novas à medida que as executava. A força foi dividida em quatro pelotões, dois da fragata, um do patrulha e outro de pessoal do Exército, e deu início à sua acelerada aclimatação, na expectativa de executar operações terrestres.

A atmosfera de instabilidade que reinava na zona rural circunvizinha era perturbante. A população civil estava já completamente armada. As armas tinham, aliás, passado a ser praticamente um elemento vulgar nas mesas dos cafés locais, a par do café e da comida. A polarização da população, com brancos e negros a suspeitarem extremadamente uns dos outros, representava um perigo, naquele cenário próximo das milícias populares. No intuito de apaziguar esta situação, o comandante da fragata falou aos cidadãos reunidos e explicou a necessidade da cooperação, referindo a inutilidade da sua postura hostil e provocadora. Tal atitude, salientou, originaria ainda mais atritos injustificados e comportaria o risco de ferir inocentes.[13]

Um incidente ocorrido uma noite, pouco antes do alvorecer, reflecte bem a tensão reinante. Ouviram-se de súbito dentro do reduto berros e gritos lancinantes, como os de alguém que estivesse a ser esquartejado. Toda a gente acordou em pânico, pegou nas armas

[13] Ibid., 4.



Fronteira do rio Zaire com o Congo Belga (carta em duas partes).

QUISSANGA
BANANA
S.H. ZAIRE
OCÉAN ATLANTIQUE

e correu para o seu posto, na expectativa de assistir a uma chacina por parte do inimigo. Na confusão e no meio das trevas, pressupôs-se que o inimigo conseguira penetrar o perímetro defensivo e que um ou mais homens tinham encontrado a morte às mãos dos guerrilheiros. Felizmente, aos primeiros alvores verificou-se que não acontecera nada que se parecesse. O alarme fora aparentemente desencadeado pelos gritos soltados durante o sono por um homem assolado por um tremendo pesadelo. A reacção exagerada mostra bem a enorme tensão em que todos se encontravam.[14]

A 24 de Março, após seis dias de muito elementar treino de infantaria, um pelotão do Exército e outro da Marinha patrulharam a zona circundante da vila e descobriram vários estrangeiros que foram detidos para posterior identificação. Acontece que na sua maioria foram reconhecidos e postos em liberdade sem mais preocupações. Os poucos que eram efectivamente intrusos e constituíam ameaças potenciais foram mantidos sob detenção. Nesse mesmo dia a *Pacheco Pereira* largou para Ambrizete, mais a norte, deixando duas secções de marinheiros comandadas por um oficial e equipadas com um rádio a fim de se manterem em comunicação com a fragata. No dia seguinte os presos restantes foram levados para Luanda a bordo do navio-patrulha *S. Tomé* e as duas secções regressaram ao navio. Na altura, o pelotão do Exército e alguma milícia popular passaram a constituir a única defesa de Ambriz.

À medida que a gravidade da situação no norte de Angola se tornava mais clara para as autoridades, tornou-se evidente que seria necessária uma força mais robusta em Ambriz. Devido à escassez de recursos, a resposta óbvia foi dar sequência à presença naval em coordenação com o pelotão do Exército que já ali se encontrava. Consequentemente, dois dias mais tarde, a 26 de Março, foram desembarcadas duas secções da fragata *Nuno Tristão*, uma comandada por um segundo-tenente e outra por um subtenente da Reserva Naval que fazia a sua viagem de fim de curso. O quartel-general desta pequena força foi montado no cinema local, na medida em que ocupava uma posição estratégica e central na vila. O pessoal da fragata, embora treinado em matérias navais, não estava familiarizado com manobras em terra. Esta debilidade seria ultrapassada nas semanas seguintes pela sua aprendizagem com a experiência do pelotão do Exército e adaptação a força terrestre. Além de adquirirem noções de patrulhamento, muitos marinheiros nunca tinham conduzido uma viatura na vida e tiveram assim a empolgante experiência de aprender a conduzir um jipe em más estradas. Tratava-se, com efeito, de uma competência importante, porque o jipe facultava a necessária mobilidade em patrulhas extensas. Com a continuação do treino, a força ganhou confiança e conseguiu aperfeiçoar um sistema de reconhecimento activo e de patrulhamentos de segurança que garantia um alerta bastante antecipado e protecção contra possíveis ataques. Efectivamente, os dois ramos aprenderam a operar bem conjuntamente, um bom presságio para o que viria a acontecer.

No desempenho destas actividades, a força verificou que os contactos com a população local eram contraditórios. Nada mais natural, pois toda a gente estava extremamente preocupada com as notícias alarmantes que lhe chegavam do interior. Quando os marinheiros chegaram, parte da população local tinha fugido para o interior, com medo dos militares, naquela inabitual e confusa situação. A pouco e pouco os indivíduos começaram a regressar à vila, à medida que a confiança na benevolência da recém-chegada força ia aumentando e

[14] G. Conceição Silva, "Destacamentos da Marinha em Terras de Angola", *Anais do Clube Militar Naval* (Outubro-Dezembro de 1961): 646.

A fragata *Pacheco Pereira* a desembarcar fuzileiros.

se tornava manifesta a sua capacidade de os proteger. Além disso, o pessoal médico da força ministrava assistência e cuidados de saúde aos civis. Ainda assim, era difícil criar grande confiança no seio da população local, branca ou negra, na medida em que uma guarnição permanente em constante alerta dizia muito sobre a gravidade da situação. Em suma, a vila era um acampamento armado e bastava esta situação para gerar enorme ansiedade.

A situação de insegurança persistiu em todo o norte de Angola e suscitou a necessidade de um estado permanente de elevada prontidão militar. A população em geral continuava a ser vulnerável à UPA e esta ameaça exigia mais pessoal. Nesta conformidade, uma vez estabilizada a situação em Ambriz, a fragata *Nuno Tristão* recolheu uma das suas duas secções e deslocou-se para Ambrizete, mais a norte. Os soldados e marinheiros remanescentes continuaram os seus patrulhamentos no mês seguinte sem incidentes. Uma vez que a vila parecia suficientemente segura, tomaram-se providências para retirar os marinheiros e a 21 de Abril a força de desembarque restante foi recolhida pela fragata *Diogo Gomes*.

Enquanto ocorriam os acontecimentos referidos em Ambriz, registava-se outro drama em Ambrizete, um pequeno porto situado 100 milhas a norte de Luanda e porta de entrada para uma área isolada por forças da UPA, que representava uma das poucas vias através das quais era possível levar auxílio à população local, que vivia numa situação de isolamento e de terror. A 22 de Março chegava o navio-patrulha *S. Tomé*, e o respectivo comandante tomou a iniciativa de organizar a defesa da cidade. Dois dias depois chegaria a fragata *Pacheco Pereira*, que forneceu um destacamento armado de elementos da guarnição. Mais tarde, a 7 de Abril, a fragata *Nuno Tristão* contribuiu com duas secções reforçadas, ambas comandadas por oficiais subalternos, um primeiro-tenente e um segundo-tenente.[15] Contrariamente às notícias que corriam por todo o lado, segundo as quais tudo se desmoronava, a atmosfera

[15] Conceição Silva, 648.

em Ambrizete era de disciplina e determinação e as pessoas pareciam decididas a repelir a turba da UPA. Estavam organizadas e preparadas para uma ofensiva do inimigo e tinham inclusivamente transformado o centro da cidade numa fortaleza de sacos de areia. À medida que nos dias seguintes foram chegando novos refugiados, a linha de fortificações foi sendo ampliada. Este afluxo gerou também os típicos problemas sanitários originados pela grande aglomeração de pessoas dentro da pequena fortaleza. A 14 de Abril, por volta das 22.00 horas, um dos pelotões navais avistou um grupo de homens suspeito e abriu fogo. Um segundo pelotão naval apoiou o primeiro com vários disparos de metralhadora. Aparentemente o inimigo sofrera baixas, uma vez que à luz dos projectores se viu tombarem diversos homens. Como fosse difícil fazer essa avaliação no escuro, todos esperaram pelo alvorecer.[16]

Ao raiar do dia os militares não encontraram grandes vestígios dos atacantes. Não obstante, ficara provado que o seu sistema de patrulhamentos e defesas tinha funcionado e isso fez disparar o nível de confiança. Pressupondo-se que o incidente fora uma acção exploratória da UPA a anteceder um ataque de maior envergadura, a cidade entrou em estado de alerta máximo e manteve essa postura durante vários dias e várias noites. Durante este período de "cerco", aqueles que tinham conhecimentos de engenharia e construção ocuparam o tempo a melhorar as capacidades do pequeno porto. No espaço recorde de cinco dias, uma equipa de trabalho construiu um cais de 25 metros que se prolongava mar adentro a partir da praia, capaz de receber navios de calado até 2 metros.[17] Esta nova infra-estrutura facilitaria o apoio por mar através do embarque directo de pessoal e mantimentos, ao invés do seu transbordo em lanchas até à praia.

Passaram-se três semanas até à chegada da fragata *Diogo Gomes*, com a sua força, para render o destacamento da *Nuno Tristão*. Durante mais dois meses manteve-se a rotina de protecção da cidade. A 12 de Junho a *Nuno Tristão* fez a sua última aparição. O pessoal seria rendido por um contingente do Batalhão de Caçadores 109, que para lá seguiria por terra a partir de Santo António do Zaire.

Enquanto se esperava a chegada do Exército, o governador do distrito do Zaire pediu à força de Marinha que investigasse duas aldeias, Tomboco e Quinzau, dado que se desconhecia a sua sorte. Não fora possível organizar a sua defesa por carência de pessoal e falta de comunicações, mas, agora que um batalhão do Exército vinha a caminho pela estrada costeira, a força de Ambrizete sentia-se suficientemente confiante para levar a cabo um patrulhamento mais extenso. Na madrugada de 13 de Junho uma força constituída por pessoal de Marinha e civis partiu de Ambrizete para Tomboco em sete viaturas, algumas em muito mau estado. Após vários meses de abandono, a picada para o interior tinha sido invadida pela vegetação e foram precisas sete horas para percorrer os 100 quilómetros. A viagem decorreu sem incidentes de maior e a força encontrou a bandeira portuguesa ainda içada, a aldeia intacta e um grupo de cerca de cem mulheres a capinar a pista de aviação.[18]

Novamente ao alvorecer, no dia seguinte, uma segunda coluna partiu de Ambrizete para Quinzau, uma pequena aldeia costeira que ficava uns 57 quilómetros a norte. Depois de percorrer 10 quilómetros, encontrou-se com a Companhia 114 do batalhão, que vinha

[16] Ibid., 650.
[17] Ibid., 652.
[18] Lopes Carvalheira, 8.

rendê-los. A 19 de Junho a força de Marinha partiu no *S. Vicente*, pondo termo a três meses de presença naval.

A Marinha levou a cabo uma série de operações de apoio similares no rio Chiloango, no enclave de Cabinda, e particularmente ao longo do Zaire. Do ponto de vista naval, não se considerava provável que Cabinda estivesse ameaçada. Apesar disso, a psicose decorrente dos ataques atingiu extremos e houve até uma directiva no sentido de se procurarem submarinos no lago Massábi, que tem apenas 2,5 metros de profundidade e fica muitas vezes isolado, quando as águas recuam, no baixa-mar.[18] Na verdade, a Marinha funcionou mais como um serviço de transporte entre margens à volta do lago, com a sua pequena lancha, e esta presença, aliada às regulares patrulhas costeiras por navios de maior porte a partir de Luanda, teve um efeito apaziguador nos habitantes.

O Zaire, porém, era bem diferente. A partir dos primeiros dias de Março houve uma presença naval em Nóqui. A fragata *Pacheco Pereira* chegou a 26 de Março para apoiar a defesa da cidade e evacuar os seus habitantes, caso fosse necessário. Muito embora Nóqui fosse a sede de uma companhia de 180 militares indígenas comandados por um capitão, encontrava-se numa situação particularmente difícil, visto haver a convicção de que cerca de 10.000 terroristas da UPA tinham estado a ser treinados em campos próximos da aldeia congolesa de Soio e supor-se que atacariam Nóqui entre 25 de Março e 3 de Abril.[19] Embora viesse a revelar-se que o perigo fora sobreavaliado, a ameaça foi levada a sério.

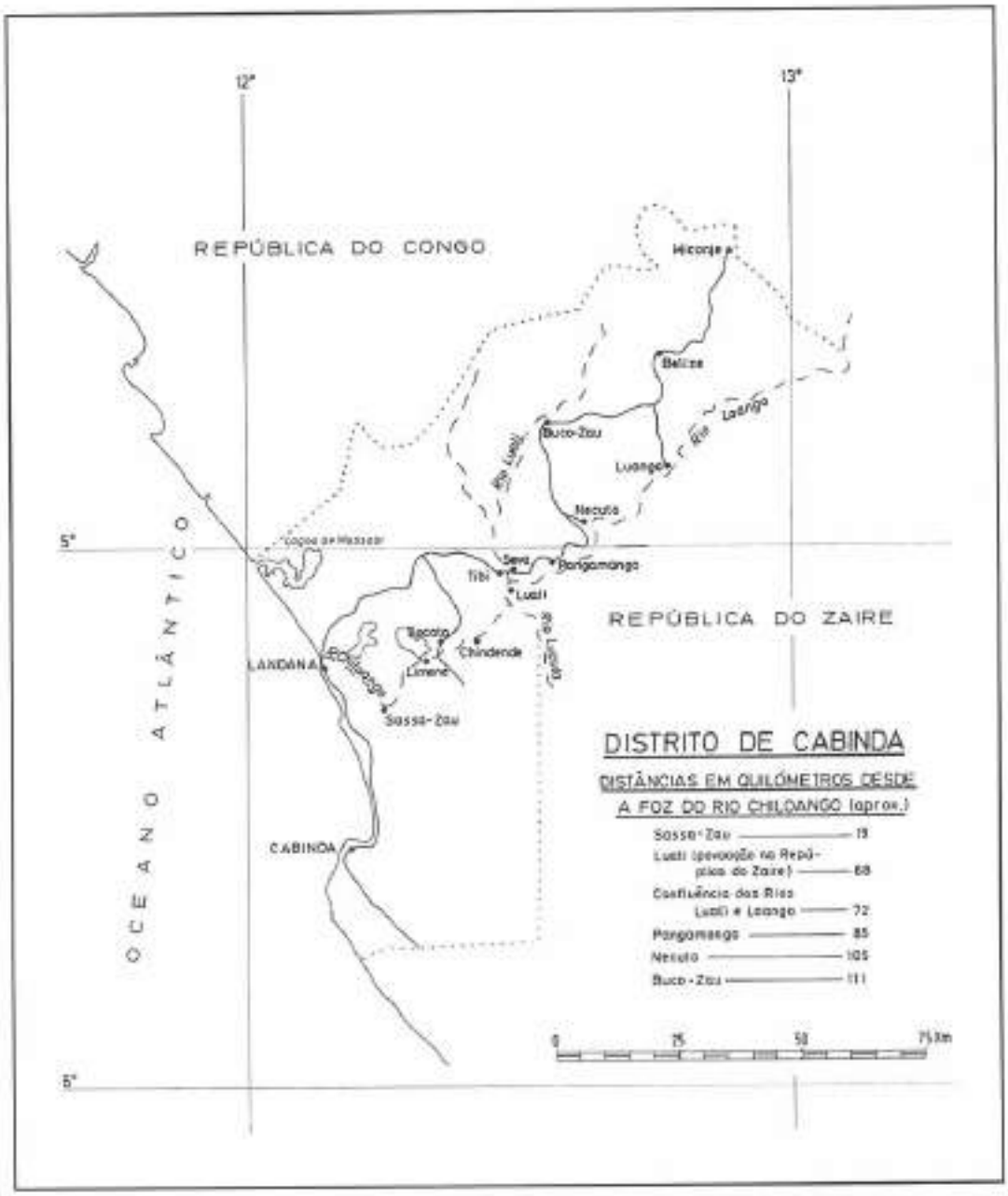
A Pedra do Feitiço era mais uma pequena aldeia vulnerável na margem do Zaire que a partir de princípios de Março fora visitada semanalmente por um navio de guerra. Os seus habitantes recusaram-se a abandoná-la. Santo António do Zaire, na foz do rio, registava uma presença naval quase constante. As aldeias vizinhas de Porto Rico e Sumba tinham sido objecto de ataques da UPA no decurso desse período e haviam recebido protecção e apoio navais. Em Janeiro de 1962 chegaria uma força de fuzileiros mais permanente, da qual se falará mais adiante. As patrulhas no mar alargaram-se para sul até ao rio Cunene e houve destacamentos de pessoal de Marinha a exercer funções de pelotões de infantaria ligeira em Sá da Bandeira e vizinhanças e em Luanda, fazendo a segurança de diversas instalações e desempenhando um papel activo na sua defesa. O pessoal de Marinha desempenhou-se bem em todos os casos. O elevado grau de eficiência manifestado tinha na sua base o intenso treino a que fora sujeito a bordo em situações operacionais. Este disciplinado trabalho de equipa adaptou-se rapidamente a outra tarefas, tais como as temporárias missões de infantaria que tão bem foram executadas.

A partir de Junho, com a mobilização de unidades do Exército na Metrópole e o começo da sua chegada por navio a Luanda, intensificaram-se as operações de limpeza. Uma vez percepcionado pela autoridades que o restabelecimento da ordem pública no noroeste de Angola iria sempre ser uma operação terrestre que careceria do empenhamento de muito pessoal, a Marinha reorientou os seus esforços para Nóqui, Santo António do Zaire e Landana, no enclave de Cabinda. A Marinha desempenharia a sua tradicional missão de apoio nesta empresa e nessa conformidade identificou modos de optimização dos seus meios a favor das operações terrestres.

Em primeiro lugar, a sua missão primordial era impedir o inimigo de usar as águas em seu benefício. Teria de negar os acessos marítimos e os rios ao inimigo e impedi-lo de receber

[18] Vasco Quevedo Pessanha, entrevista com o autor, 5 de Fevereiro de 2003, Lisboa.

[19] Lopes Carvalheira, 14. V. também Godinho, 14.



Enclave de Cabinda

apoio para a actividade terrestre por essas vias. Isto seria conseguido através de operações defensivas e ofensivas. Na esfera defensiva, a Marinha estabeleceria postos estáticos como pontos chave ao longo dos rios e da costa marítima a partir dos quais pudesse projectar força. No campo ofensivo, executaria continuamente patrulhas ao longo dessas fronteiras fluviais e oceânicas. Este óbvio requisito de uma presença dinâmica e substancialmente acrescida nas águas exigiria a criação de uma extensa rede de bases, com as respectivas infra-estruturas, e de uma frota de lanchas de fiscalização específica, com guarnições especialmente treinadas.

Em segundo lugar, a Marinha forneceria o necessário transporte por via aquática a fim de conferir ao Exército a mobilidade de que precisava para manobrar com êxito contra o inimigo. Isto implicaria o transporte de tropas e o seu imprescindível apoio logístico. A Marinha concretizá-lo-ia através da utilização da sua recém-adquirida frota de lanchas de desembarque.

Em terceiro lugar, a Marinha forneceria artilharia embarcada para dotar as forças terrestres de poder de fogo em campos de batalha recônditos e acessíveis pelos rios, onde a alternativa de deslocar peças de artilharia em terreno acidentado desprovido das mais elementares infra-estruturas seria provavelmente impossível ou, na melhor das hipóteses, muito difícil. As peças de artilharia naval de 4 polegadas e de 40 mm da classe Álvares Cabral e mais tarde as unidades mais ligeiras das classes *Cacine* e *Argos*, especificamente projectadas para aquele meio, com as suas peças de 40 mm, eram as mais poderosas que havia possibilidade de deslocar até aos confins dos rios de África para essa missão.

Em quarto lugar, a Marinha apoiaria as instituições policiais e de controlo de fronteiras através da sua capacidade de projectar força ao longo de toda a rede hidrográfica. Em situações de contra-subversão a polícia é a força que tem maior ligação e proximidade com a população por cuja adesão se trava a batalha.

A segunda fase

A par do Exército, continuavam a chegar recursos navais a Angola. Havia principalmente as recém-construídas lanchas de fiscalização da classe *Bellatrix*, as LFPs *Espiga* (P 366), *Fomalhaut* (P 367) e *Pollux* (P 368), recebidas a 23 de Setembro de 1961 pelo Comando Naval de Angola numa cerimónia solene de armamento. Estas unidades tinham um deslocamento máximo de 24/28 toneladas, sendo por isso vulgarmente chamadas "de 30 toneladas". Foram integradas na Esquadrilha de Lanchas de Fiscalização do Zaire e eram geralmente comandadas por jovens oficiais da Reserva Naval. Completavam a guarnição um sargento e um misto variável de cinco cabos e marinheiros.[21]

A Esquadrilha de Lanchas de Fiscalização do Zaire foi criada em 1961 e principiou a operar quando da entrega das LFs que teve lugar ainda nesse ano. Fazia parte do Comando da Defesa Marítima de Santo António do Zaire, um comando subordinado ao Comando Naval de Angola. O comandante da Esquadrilha era um primeiro-tenente, responsável pelas funções operacionais e administrativas das suas lanchas e muito particularmente pela sua prontidão para combate. Ocupava-se em grande parte do sem-número de tarefas que visavam esse objectivo e preocupava-se com as funções de navegação, comunicações,

[21] José Mexia Salema, *Nem a Pátria Sabe. A Marinha de Guerra em Angola 1961-1963* (Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 1985), 139.

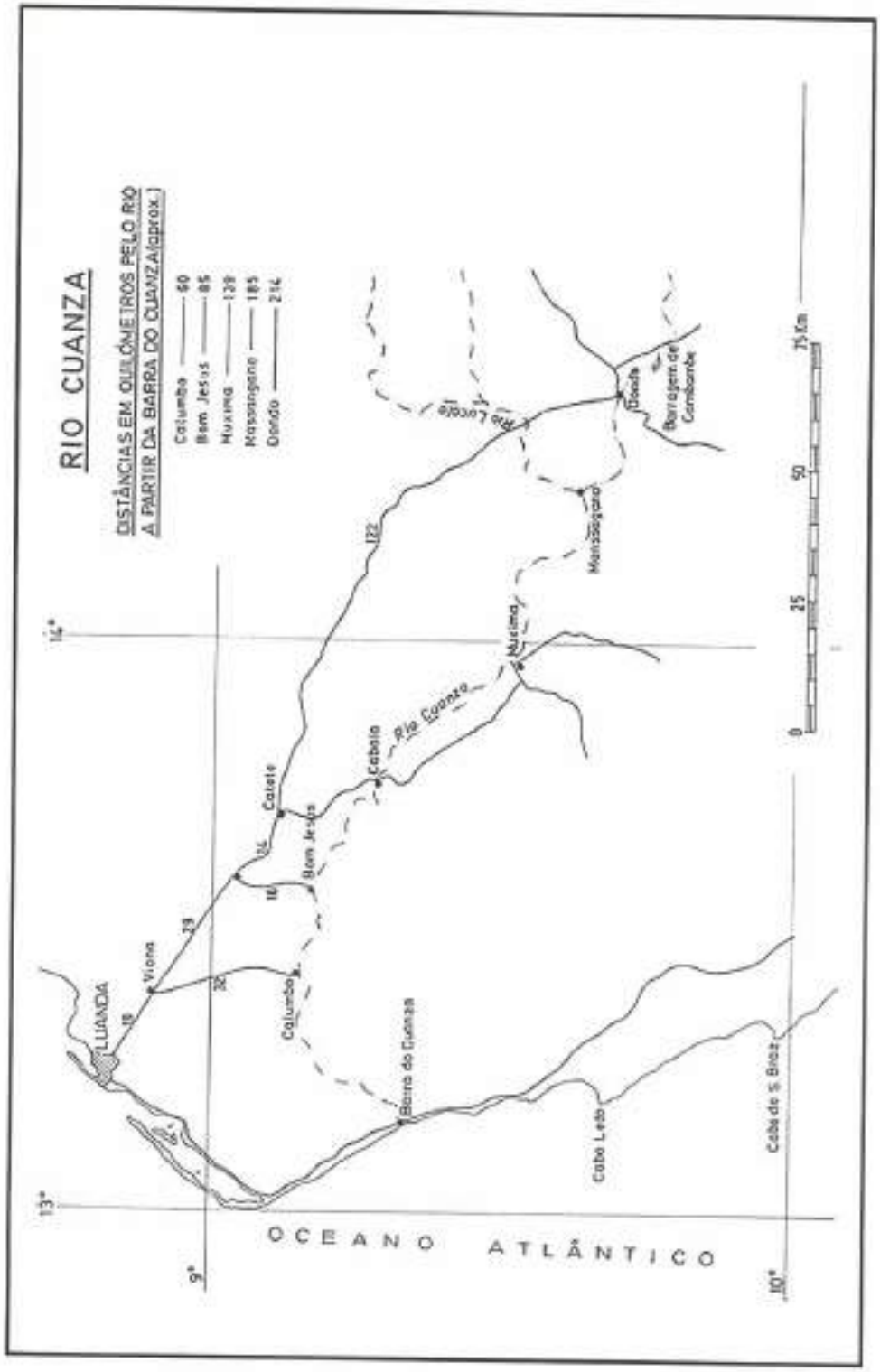
armamento, forças de desembarque, desembarques anfíbios, demolições, emboscadas e os muitos outros pormenores do treino das guarnições dos navios de guerra para combaterem eficientemente. Ao planear as missões analisava a situação táctica e estratégica, as informações disponíveis, as motivações do inimigo e as suas prováveis linhas de acção. Depois fazia o seu planeamento em conformidade, procedendo à apreciação da missão em causa e dos requisitos para o seu êxito. A sua mais importante responsabilidade, porém, era o bem-estar dos seus oficiais, sargentos e praças, a sua compreensão da missão da Esquadrilha e preparação para ela e a sua motivação e entusiasmo para a cumprirem como equipa. Todas estas tarefas representavam uma enorme responsabilidade para o jovem primeiro-tenente e para a sua Esquadrilha, mas a verdade é que ao longo de toda a história naval missões fulcrais como esta foram sempre desempenhadas por jovens comandantes competentes.

Quanto às lanchas de fiscalização, a Marinha procurou empregar estes seus novos meios de maneira construtiva e o mais rapidamente possível, assumindo um maior papel na defesa de Angola. Existia uma oportunidade imediata imediatamente a sul de Luanda, onde havia uma larga zona de extensas fazendas de cana de açúcar e de algodão relativamente isoladas. Esta fértil zona cultivada estendia-se desde a costa, pelo acidentado maciço montanhoso, até ao planalto. Vivia ali uma população considerável cujo sustento dependia da preservação das fazendas e das respectivas colheitas. A maior parte da área era naturalmente isolada, visto que as aldeias e povoações estavam ligadas entre si e à estrada principal para Luanda por estreitas picadas. O rio Cuanza cortava a meio esta produtiva zona e funcionava como via de comunicação natural que facultaria um acesso bem mais fácil para indagar da situação da população do que um caminho por terra. O rio em si é um dos maiores cursos de água angolanos, com um comprimento de cerca de 900 quilómetros e, com os seus afluentes, forma a maior bacia hidrográfica do país. Infelizmente, a sua navegabilidade é quando muito marginal, uma vez que a profundidade é muito irregular e geralmente baixa e o curso é regularmente interrompido por quedas de água. Durante a estação das chuvas, de Janeiro a Julho, com bom tempo e na preia-mar, navios pequenos com um calado de 2,5 a 3,0 metros podem, com alguma precaução, entrar no rio e navegar uns 214 quilómetros para montante, até ao Dondo. Esta aldeia fica imediatamente a jusante da barragem de Cambambe, onde o rio termina a descida do planalto e inicia o seu curso através da faixa costeira até ao Atlântico. Na estação seca as profundidades em alguns locais não ultrapassam meio metro e o rio só é praticável pela pirogas locais, graciosas canoas cavadas em troncos de árvores.[12]

A população da região tinha sido ameaçada pelos ataques próximos da UPA e na realidade parte da violência tinha atingido algumas porções da zona. Em consequência as pessoas estavam de um modo geral abaladas e muitas tinham fugido para Luanda em busca de segurança. Em finais de Agosto, o *Carvalho Araújo*, com o seu calado de 4,5 metros, tentara efectuar o trânsito para montante a fim de se assegurar do bem-estar dos cidadãos e oferecer apoio, mas tal não fora simplesmente possível devido à escassa profundidade do rio.

Quando em fins de Setembro as lanchas "de 30 toneladas" ficaram operacionais, a *Pollux* e a *Fomalhaut* apresentaram-se em Santo António do Zaire e coube à *Espiga* a tarefa de patrulhar o Cuanza. Entrou no rio a 26 de Setembro e, com os seus 1,2 metros de calado, teve melhor sorte. Chegou à aldeia de Bom Jesus, cerca de 85 quilómetros a montante,

[12] Mexia Salema, 142.



O rio Cuanza, da barra até à barragem de Cambambe.

e estabeleceu ali uma base. Mais tarde, a 13 de Novembro, deslocou-se para a histórica povoação de Muxima, a cerca de 139 quilómetros da foz, onde se situava a velha fortaleza e a capela de Nossa Senhora da Conceição, ambas com mais de 300 anos. A 14 de Dezembro chegou finalmente à aldeia do Dondo. Ao passar por esta área de escassas infra-estruturas, durante o trajecto para montante, estabeleceu uma estreita coordenação com o Exército e conseguiu contribuir significativamente para a mobilidade das tropas e segurança da zona. A 22 de Dezembro foi mandada regressar para colaborar na segurança de Luanda e a presença naval ficou então confiada ao *Mussulo*, uma pequena lancha cujo patrão era um sargento. Nessa altura a área considerava-se relativamente segura e a presença naval de maior vulto passou a ser um fenómeno ocasional. À guisa de cerimónia de despedida, a 29 de Março de 1962, a *Espiga*, à qual por essa altura se haviam juntado a *Fomalhaut* e a *Pollux*, fizeram uma "exibição de poder naval" em Muxima, onde as três novas lanchas e os pescadores locais, nas suas elegantes pirogas, fizeram um "desfile naval". A partir da sua base em Bom Jesus, a *Mussulo* continuou a fazer patrulhas entre a barra do Cuanza, na foz, e Muxima. De quando em quando as LFs entravam no rio com as suas secções de fuzileiros, mas só em 12 de Novembro de 1968, quando a LDP 108 foi destacada para Bom Jesus, passou a haver uma presença mais robusta e permanente. Durante a estação em que o rio levava menos água, os fuzileiros alargavam o raio da patrulha com os seus botes de borracha e esta presença era acolhida com satisfação pela população local.[13]

O rio Cuanza, que fica um pouco a sul do eixo leste-oeste do caminho-de-ferro Luanda-Malange, era muito mais que uma via para a possível movimentação de agentes inimigos ou guerrilheiros. Podia considerar-se uma extensa trincheira que dividia Angola ao meio e separava o norte do sul. Aliado à vastidão de Angola, às suas deficientes estradas e às poucas travessias, o Cuanza funciona como barreira às comunicações. Havia uma ponte rodoviária umas milhas a leste da barragem de Cambambe, numa estrada principal asfaltada, e outra a sul de Malange, numa má estrada de terra batida que levava a terrenos baldios. Havia também jangadas de atravessamento em diversas estradas de má qualidade que eram inutilizáveis na época das chuvas. Após a imensa destruição de infra-estruturas do norte, onde partes da zona ficaram isoladas devido ao corte de pontes, era importante que este género de acontecimentos não se repetisse no sul. A rede de estradas irradiava a partir de Luanda e a sua infra-estrutura precisava de ser protegida a fim de manter as linhas de comunicação críticas dentro da província. As poucas pontes que atravessavam o Cuanza representavam elos estratégicos vitais do sistema, facto de que tanto o inimigo como as autoridades portuguesas tinham plena consciência. A integridade do sistema rodoviário seria um factor chave na guerra para ambos os lados, e contudo nem os guerrilheiros exploraram alguma vez atempadamente essa vulnerabilidade, nem as autoridades viram a necessidade de o proteger. Como observava o contra-almirante José Mexia Salema, havia "talvez da parte inimiga insuficiência de explosivos, e da nossa, excesso de confiança."[14]

Chegada dos Fuzileiros

Além da chegada das lanchas "de 30 toneladas", o Comando Naval de Angola esperava o seu primeiro Destacamento de Fuzileiros Especiais na segunda quinzena de Outubro de 1961 para ajudar a aliviar a sobrecarga das guarnições dos navios na actuação como tropa

[13] Lopes Carvalheira, 36.
[14] Mexia Salema, 145.

de infantaria em terra.[25] Segundo Mexia Salema, os fuzileiros substituiriam também potencialmente o pessoal do Exército em Ambriz (154 homens), Ambrizete (481), Santo António do Zaire (562) e Nóqui (228), num total de 1 425 elementos.[26] Os 75 homens do destacamento que chegaria eram sem dúvida extremamente competentes, mas não era realista acreditar que um fuzileiro equivalesse a 20 militares do Exército. Além disso os fuzileiros eram tropa de infantaria ligeira e careciam de apoio. A visão mais optimista era de que eles complementariam as forças terrestres numa ofensiva fluvial menos estática e dotada de maior mobilidade.

A ideia inicial era que o esperado destacamento se instalasse numa base próxima da área de operações prevista, de modo a familiarizar-se com o seu ambiente operacional. No fim de contas, a unidade chegaria logo a seguir ao termo do seu treino na Metrópole. Embora os fuzileiros estivessem bem habilitados relativamente às técnicas, tácticas e procedimentos tradicionais da sua especialidade, não teriam adquirido a familiaridade com o terreno nem com a situação operacional locais que lhes conferisse uma vantagem sobre o inimigo ou pelo menos os pusessem em pé de igualdade com ele nas zonas circunvizinhas do Zaire. Este período de adaptação a África era uma parte importante do processo de aclimatação dos fuzileiros. Em conformidade, pensava-se que o seu emprego no rio Cuanza entre Bom Jesus e Muxima, num enquadramento relativamente propício, serviria para esse processo e facultaria a necessária experiência operacional de funcionamento em conjunto com o Exército antes de se deslocarem para o Zaire, com o seu ritmo operacional mais elevado.[27] As coisas não se processaram exactamente assim.

O Destacamento de Fuzileiros Especiais nº 1 (DFE 1) chegou finalmente por via aérea nos dias 10 e 15 de Novembro e na semana seguinte embarcou nas fragatas *Diogo Gomes* e *Pero Escobar* a fim de realizar exercícios no sul, ao longo do litoral e longe da zona em que era mais necessário. Antes de embarcarem nos navios, o primeiro-tenente que comandava o destacamento fez uma alocução patriótica e estimulante aos seus homens e, quando estes subiram a prancha ao som de *Angola É Nossa*, não havia na multidão de espectadores quem não tivesse lágrimas nos olhos.

No decurso dos primeiros dias de Dezembro os fuzileiros fizeram desembarques em Moçâmedes, Benguela e Novo Redondo, que eram tanto uma demonstração da nova força de Marinha como um exercício para manter a operacionalidade. Num golpe publicitário que nada ficava a dever ao Corpo de Fuzileiros dos EUA, os jornais locais foram convidados a assistir à actividade. Acontecimentos como um "ataque" à Praia Morena e a "ocupação" do caminho-de-ferro de Benguela foram noticiados com comedidos elogios e profusas fotografias.[28] Muito embora esta excursão possa ter parecido quase frívola à luz das condições que continuavam a verificar-se no norte e efectivamente tenham feito com que a força tardasse a entrar imediatamente em acção no local, o efeito no moral dos civis foi animador e importante numa altura de enorme preocupação, sublinhando o facto de o governo estar a tratar da situação e a desempenhar o seu dever de proteger a população.

Concluídas as várias semanas de exibições, o destacamento foi deslocado por dois meses para São Salvador, onde participou em operações com outras forças terrestres na região

[25] Ibid., 145.
[26] Ibid., 146-147.
[27] Ibid., 148.
[28] Ibid., 150-151.

próxima de Buela e na área delimitada por São Salvador, Tomboco e o rio M'Pozo, que passa entre as duas vilas. Foi posteriormente utilizado para inspecção do tráfego e patrulhamento da costa a norte de Luanda, ao longo das linhas de infiltração através do rio Zaire e nas margens do rio Chiloango e do lago Massábi, no enclave de Cabinda. O destacamento actuava também por vezes com elementos do Exército apoiando vários comandantes de sector como força de reserva ou montando emboscadas e executando ataques de surpresa integrados em diversos planos coordenados. Estes verificaram-se em grande parte no eixo Ambriz-Ambrizete e à volta das pequenas sanzalas de Caluca e Avé Maria, próximas da ponte Mebridege (também chamada M'Bridge ou MeBridge), a sul de São Salvador, no difícil terreno da região dos Dembos. Estes locais estão assinalados no mapa junto. Após a chegada da Companhia de Fuzileiros nº 1 (CF 1), em Maio, e do Destacamento de Fuzileiros Especiais nº 3 (DFE 3), em Agosto de 1962, os fuzileiros haviam de empreender acções mais ambiciosas. Antes que isto pudesse acontecer, porém, tinha de haver um plano mais abrangente para a segurança do Zaire.

Postos ao longo do Zaire

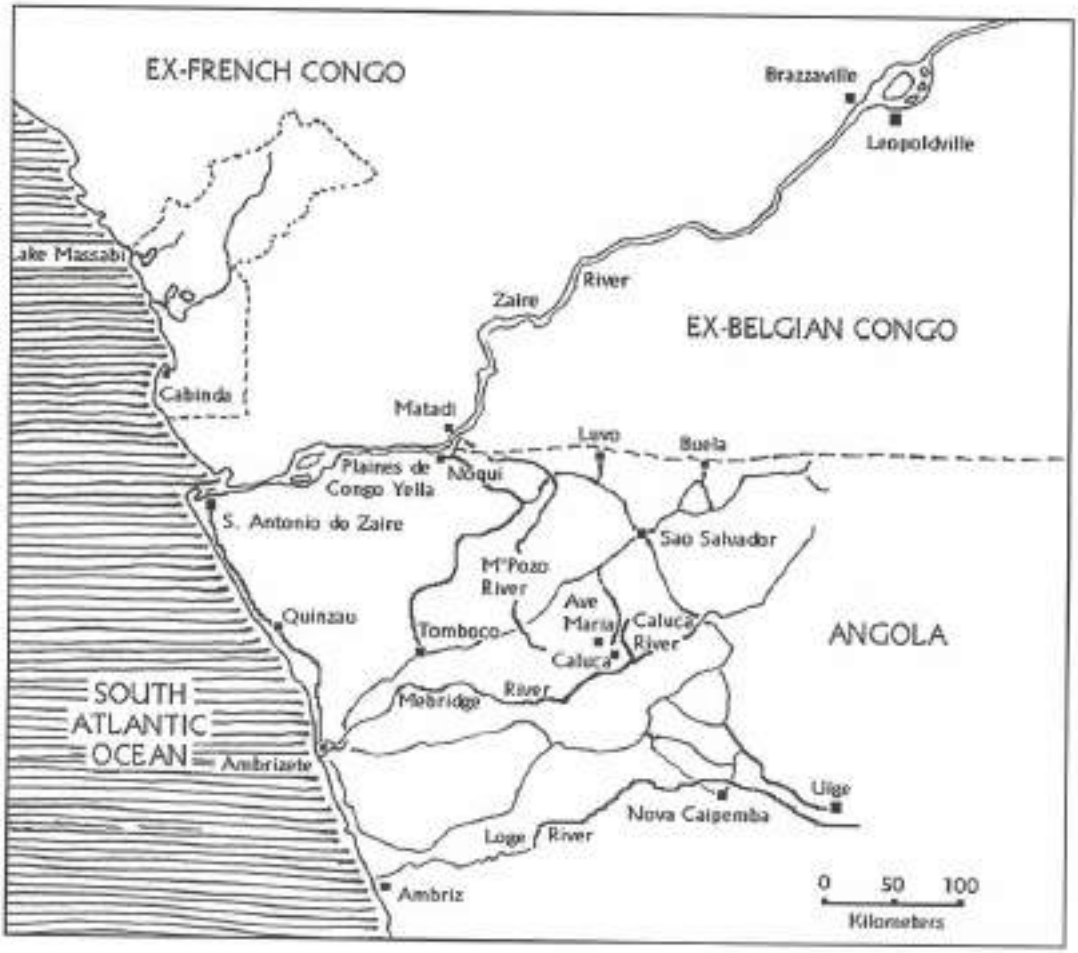
Ao iniciar-se o segundo ano da guerra, tornou-se evidente que enquanto a situação política no Congo se mantinha agitada e fluida, o inimigo tirara bom partido do seu santuário e estava agora mais bem armado, mais agressivo e cada vez melhor organizado. Reaparecia em força em áreas que se julgavam pacificadas e fazia um esforço concertado para expandir a sua presença, não só nas zonas fronteiriças, como também no interior da província. As suas principais linhas de infiltração, na perspectiva da Marinha, eram através do rio Zaire, primeiro em Ponta Puelo, quase em frente da cidade congolesa de Boma, e mais tarde, em Maio, perto da ilha de Bulicoco, mais isolada, e dos seus ilhéus mais a jusante.[29] Ambas as áreas se caracterizavam por uma miríade de ilhotas e densa vegetação que constituíam uma excelente cobertura para os guerrilheiros que procuravam atravessar o rio sem serem detectados. Durante os acontecimentos de Março de 1961 calcula-se que 200.000 angolanos tenham fugido para norte, refugiando-se no Congo a fim de escaparem à combinação do terrorismo da UPA com a vingança dos portugueses.[30] Esta migração deixara o nordeste praticamente despovoado e, com o advento de uma relativa paz, os deslocados começaram também a regressar a conta-gotas. Estes retornados tinham em muitos casos sido recrutados pela UPA e frequentemente acompanhavam os guerrilheiros para os ajudarem a encontrar o caminho e conferir-lhes credibilidade junto da população local. O certo era, contudo, que havia pouca população no norte para lhes fornecer o importantíssimo apoio de que precisavam e, por conseguinte, estes esforços não surtiram grande efeito no imediato. Não obstante, à medida que a situação se fosse estabilizando e se tornasse mais atraente para os refugiados no Congo, e do mesmo passo que estes cidadãos começassem a regressar em quantidade significativa, haveria um problema de segurança acrescido.

A partir do princípio do novo ano o DFE 1 operara quase constantemente em cooperação, primeiro com os pára-quedistas à volta da devastada aldeia de Nova Caipemba, cerca de 150 quilómetros a sul de São Salvador, no rio Loge, e posteriormente com unidades do Exército no Congo-Iala, a sudoeste da Pedra do Feitiço, no Zaire.[31] Mais tarde o DFE

[29] Ibid., 160.

[30] Willem van der Waals, *Portugal's War in Angola 1961-1974* (Rivonia: Ashanti Publishing, 1993), 64.

[31] René Pélissier, "Militares, políticos e outros mágicos", *Análise Social* (Dezembro de 2002): 3.



Áreas de Operações do Norte de Angola.

começou a patrulhar regularmente o Zaire em zonas com os obscuros nomes de ilha de Bulicoco, Quissanga, Lucala, Quibembe, Chichianga, Ponta Puelo e o afluente do Zaire, o Lué Pequeno, próximo de Nóqui, em colaboração com as operações das "30 toneladas". Não tardou a evidenciar-se que a pequena força ali destacada, por excelente que fosse, não podia controlar adequadamente a fronteira fluvial de forma a evitar a infiltração do inimigo quase a seu bel-prazer.

No princípio do novo ano começaram a chegar mais recursos e estava planeado que assim continuasse a acontecer durante todo o ano de 1962. As novas "30 toneladas", *Altair*, *Rigel* e *Regulus*, foram recebidas a 30 de Fevereiro. Estava previsto a CF 1 chegar em Maio. O DFE 3 juntar-se-ia em Agosto ao DFE 1. Consequentemente, para o final da Primavera havia na Marinha a noção da urgência da elaboração de um plano estratégico visando a eficaz segurança do Zaire para complementar as fronteiras terrestres e a disposição das agora dilatadas forças para atingir esse objectivo.

O conceito inicial requeria uma maior vigilância ao longo do rio, apoiada por uma série de pequenos fortes, ou fortins, judiciosamente espaçados entre si com o fim de estabelecer uma forte barreira à infiltração de guerrilheiros. Em meados do mês tinha sido proposto o plano *Dispositivo Detentor da Frente Fluvial do Zaire* para a fronteira fluvial leste com o Congo, a área de maior infiltração pelo rio, que exigia o estabelecimento de postos fixos em locais estratégicos entre Nóqui e a Pedra do Feitiço. A lógica que presidiu à escolha destas posições iniciais foi de que dividiriam o rio em quatro partes aproximadamente iguais, com uma média de 7,5 milhas entre si. Esta divisão facilitaria a formação de zonas de patrulha à volta de cada posto e repartiria por igual o potencial esforço de vigilância. Mais tarde viria a ser proposto e estabelecido um terceiro posto na ilha de Quissanga, a partir do qual os fuzileiros estavam já a operar com os seus botes de borracha, instalados numa serração abandonada que de tempos a tempos era inundada pelo rio. Os postos foram concebidos como o esqueleto logístico estático que serviria de suporte ao poder dinâmico dos fuzileiros e das "30 toneladas". O plano era suficientemente flexível para permitir o alargamento do esquema e baseava-se na suposição de que se viria a dispor de mais homens, mais LFPs e navios de maior porte para reforçar a segurança fronteiriça.[32] Inicialmente cada posto teria duas secções de fuzileiros, ou seja, cerca de 24 praças, 2 sargentos e um oficial; este quantitativo seria, porém, alterado consoante as condições se modificassem.[33] Em Setembro de 1963 o número de DFEs em Angola era já de quatro e, à medida que a situação no Zaire ia melhorando, os destacamentos foram sendo transferidos para outra zonas onde a sua acção podia ser mais eficaz. Em Março de 1965 o seu número baixou para três e para dois em Dezembro de 1966, nível que se manteve até ao final do conflito. Em 1970 Angola estava praticamente pacificada e os DFEs iniciais foram rendidos em todo o teatro de operações por CFs.

O trabalho de planeamento iniciou-se em Junho nas bases com apoio do Exército e em Julho estavam já em curso as escavações e a construção. A tarefa de fazer nascer quatro bases de apoio no meio da floresta virgem das margens do rio revestia-se de uma dificuldade desalentadora, particularmente com a limitada mão-de-obra disponível. No processo de regularização do terreno havia que desmatar a zona e remover grandes pedras à mão.

---

[32] Mexia Salema, 106.

[33] A. de Roboredo (vice-almirante), "Unidades de Fuzileiros em Angola", despacho, Lisboa, 16 de Dezembro de 1965, COLOREDO, Processo 224/2093, Arquivo Central da Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa.

Depois era preciso em cada um dos casos desembarcar o material na margem e transportá-lo até ao local de implantação. Cada posto constava de um pequeno edifício prefabricado de madeira. Com a forma de barracão, este continha um posto de comando, uma messe, um posto de comunicações, alojamentos para os oficiais e cobertas para as praças. Fora desse edifício, havia também em cada posto uma cozinha, instalações sanitárias, um pequeno paiol e escotaria, uma torre de vigia, um cais e um abrigo para os botes e motores. Tradicionalmente faziam-se hortas e localizavam-se fontes de água potável. Tudo isto era cercado de rolos de arame farpado, a fim de garantir a segurança.[34] O fuzileiro ali era tudo: combatente, carpinteiro, pedreiro e agricultor. Fazia de tudo um pouco.[35]

Desta actividade febril resultou que o primeiro posto, o de Puelo, ficou pronto em meados de Agosto. A instalação do de Macala terminou em finais de Setembro e Tridente, o último posto, foi completado três dias antes do Natal. O sistema entre a Pedra do Feitiço e Nóqui tinha agora a possibilidade de apertar a malha da fronteira fluvial. O mapa junto mostra a localização destes postos.

Ao mesmo tempo tomavam-se providências para o apoio logístico a esta estrutura de bases. A fonte de energia eléctrica disponível nas Estações Radionavais de Luanda e Santo António do Zaire traduzia-se em boas condições de refrigeração em ambos os locais, mas o transporte dos frescos refrigerados até aos postos constituía um problema. Infelizmente havia muito poucos recursos disponíveis. A situação representava um constrangimento para todas as unidades navais, mas particularmente para as poucas LDs que tão solicitadas eram para movimentar tropas e o respectivo equipamento a fim de executarem operações militares. Apresentava também outros problemas, uma vez que a capacidade frigorífica a bordo tanto das LDs como das LFs era limitada ou nula. Isto implicava que fosse preciso ajustar os horários para transportar os abastecimentos perecíveis durante o fresco da noite, a fim de evitar que se deteriorassem. A primeira LD (a LDP 105) só chegou em Março de 1963. Antes dessa data as LFs debatiam-se para transportar os géneros e frescos requeridos além da sua carga normal de fuzileiros, botes de borracha, sacos de correspondência, motores fora de borda, combustíveis, sobressalentes e tudo o mais que era necessário aos postos isolados. Esta solução inicial, embora temporária, era muito pouco prática.[36] Com o tempo, as condições dos postos foram melhorando e a sua natureza rudimentar deu lugar a uma situação mais civilizada e aprazível. A sua guarnição foi aumentada com um cozinheiro indígena, benefício gratamente recebido quer pelo pessoal dos postos, quer pelas guarnições das lanchas.[37]

Em Outubro de 1962, a meio da construção dos postos, quando a mão-de-obra fazia mais falta, as operações militares recrudesceram. Elementos da acrescida força de fuzileiros, em conjunto com homens do Batalhão de Cavalaria 45 e do Batalhão de Pára-quedistas 21, levaram a cabo os primeiros assaltos de helicóptero da guerra, na Operação *Parafuso Grande*. Dezasseis pára-quedistas foram lançados por quatro helicópteros *Alouette III* numa

[34] Turíbio Abreu, "Infraestruturas Navais no Ultramar", *Anais do Clube Militar Naval* (Abril-Junho de 1967): 427-436.

[35] A. Pimentel Saraiva, "Postais do Ultramar: Angola — Postal Nº 2, *Anais do Clube Militar Naval* (Abril-Junho de 1968): 310.

[36] Lopes Carvalheira, 22.

[37] João Carlos da F. Pereira Bastos, "Dois Anos de Comissão no Zaire", *Anais do Clube Militar Naval* (Janeiro-Março de 1965): 56.

bem-sucedida operação tipo "martelo e bigorna" que culminou com a destruição da base da UPA de Caluca, que ficava no meio da área afectada pelos ataques da UPA.[38]

Em Dezembro do mesmo ano iniciou-se a Operação *Ferrolho*, na qual os fuzileiros apoiados pelas "30 toneladas" passaram o Zaire a pente fino entre os pontos estratégicos de Quissanga, Pedra do Feitiço, Ponta Puelo, Macala e Tridente, até Nóqui.[39] Esta capacidade não fora de aquisição fácil nem rápida e tinha sido assegurada graças apenas a um enorme esforço por parte do pessoal da Marinha. Para além dos obstáculos a vencer para a construção dos Postos Navais, os fuzileiros, nos seus frágeis botes de borracha, e as guarnições das "30 toneladas" tinham de superar um ambiente operacional adverso e confrontar-se não só com o inimigo humano, mas também com o inimigo natural. O próprio Zaire estava repleto de turbilhões, particularmente diante do posto Tridente, de gigantescos troncos e ramagens de árvores, ilhas flutuantes de lodo e capim e pedras de arestas cortantes. Devido ao curso e às consequentes alterações do rio, as cartas raramente eram rigorosas. As noites no rio eram de uma escuridão impenetrável e havia inesperadas e violentas chuvadas que reduziam drasticamente a eficácia das patrulhas.[40] O radar ajudava, mas os vigias atentos eram mais úteis para avistar obstáculos flutuantes e orientar os navios durante as operações junto da costa. Além disso, o rio continha uma ampla região de canais que se estendiam ao longo de um trecho de onze milhas entre a ilha de Bulicoco, imediatamente a leste de Quissanga, e a Pedra do Feitiço, a parte mais perigosa do seu curso. Os canais, cuja extensão total se estimava em 800 milhas, passavam pelas numerosas ilhas e pequenos afluentes e constituíam expeditos esconderijos para o inimigo que se tornava difícil fiscalizar.[41] As outras ilhas, com os seus interessantes nomes de hipopótamo, garça, pato, peixe, falcão, tartaruga, colibri, iguana, tsé-tsé, etc., ocultavam também o inimigo na sua densa vegetação. Não obstante, estas dificuldades foram vencidas e a operação e os procedimentos que ela instaurou estabeleceram o rumo a seguir para a segurança fluvial durante todo o conflito e serviram de modelo para futuros teatros de operações.

Paradigmática das operações realizadas no final de 1962 foi a limpeza, feita em Outubro, das muitas ilhas e canais que constituem o arquipélago de Bulicoco. Este conjunto abrange uma área de cerca de 6.000 metros quadrados; não sendo particularmente extenso, é um dos mais complicados do Zaire.[42] Muito naturalmente, suscitou o interesse do inimigo, porquanto proporcionava um excelente encobrimento e constituía uma localização ideal de largada nocturna das canoas para fazerem a travessia até Angola. O seu interior era um labirinto de estreitos canais, cujos meandros, voltas, ramificações e bancos de areia eram também tão pouco profundos e apertados que só os botes de borracha dos fuzileiros neles podiam penetrar e enfrentar a espessa vegetação que cobria as suas margens, a folhagem que pendia sobre as águas e as lianas suspensas daquele tecto verdejante. Mesmo de dia, acontecia estes canais serem escuros e darem muitas vezes a impressão de serem túneis ou o interior de catedrais em ruínas com o alto tecto da selva.

---

[38] John P. Cann, *Contra-subversão em África, 1961-1974: O Modo Português de Fazer a Guerra*, 2.ª ed., rev. Major-general Renato F. Marques Pinto (Lisboa: Prefácio, 2005), 149.

[39] *Corpo de Fuzileiros, Parte II: Fuzileiros Especiais*, história inédita (Lisboa: Ministério da Marinha, 1987), 30.

[40] Abílio Freire da Cruz Júnior, "Evolução das Infra-estruturas da Armada no Ultramar", na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, dact. [policopiado], 1972, 13.

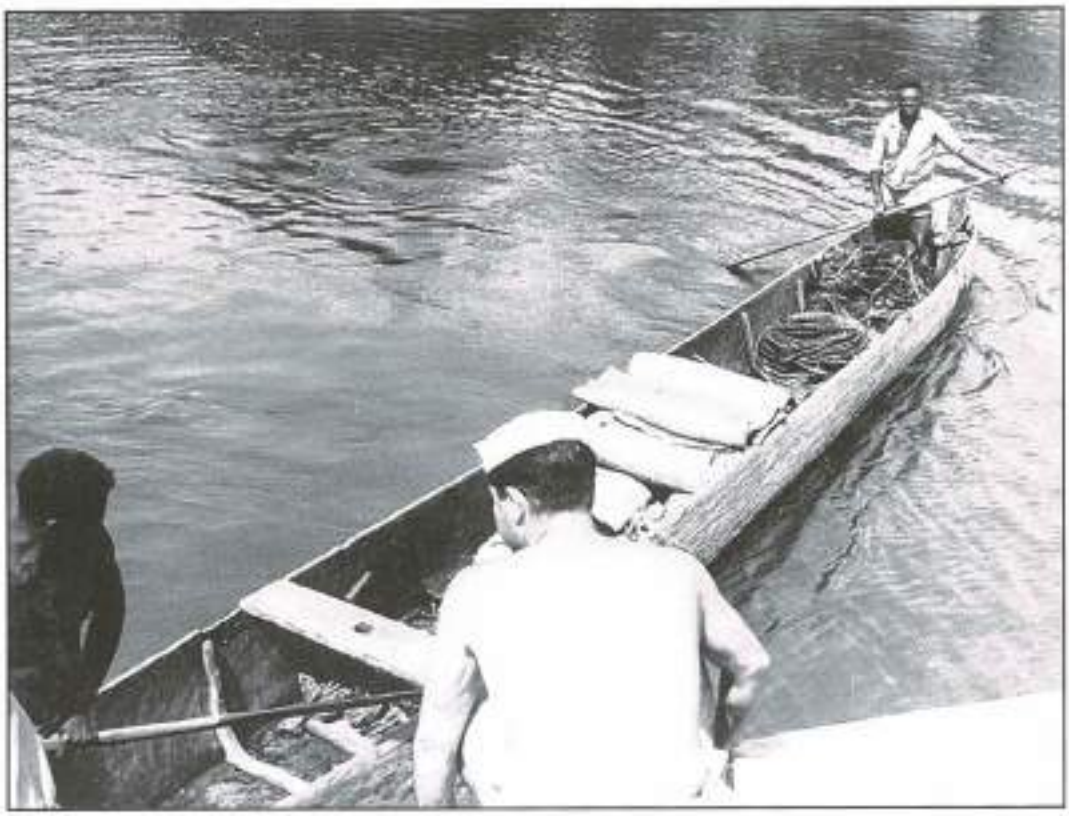
[41] Pereira Bastos, 51.

[42] Ibid., 68.

Posto Naval de Quissanga, vendo-se a torre de vigia ao centro.

Os preparativos para a operação foram prolongados e pela primeira vez o reconhecimento aéreo foi integrado no plano para ajudar a orientar a força de superfície no dédalo das águas, concretizado por um Auster D-5/160 da 2ª Região Aérea. O experiente DFE 1 e o DFE 3 acabado de chegar foram as forças terrestres designadas. O contraste entre as gastas e sujas fardas da unidade veterana e os limpos e esmerados uniformes da que agora vinha era evidente, mas desmentia as capacidades dos recém-chegados. Estas tropas foram às primeiras horas da manhã transportadas pelas LFs de Santo António do Zaire até à zona e largadas nos seus botes de borracha em frente a Bulicoco, antes do alvorecer de um baixa-mar extremo. Os fuzileiros começaram a explorar palmo a palmo o sistema de canais, guiados pela aeronave de orientação. Foi descoberta, revistada e posteriormente destruída uma série de acampamentos. Um bote dos fuzileiros deparou abruptamente com dois guerrilheiros numa canoa à curta distância de 30 metros, tendo ambos aberto fogo. Os fuzileiros abandonaram imediatamente o bote, cumprindo os procedimentos para evitar baixas, e responderam ao fogo, destruindo a canoa e matando um guerrilheiro. A operação prosseguiu durante três dias. Neste intervalo de tempo foram destruídos 10 acampamentos e três pirogas, mas não se encontraram mais guerrilheiros.[41] Embora estas operações de limpeza e controlo constituam uma parte importante da eliminação dos guerrilheiros, a sua preparação não passa despercebida e o alerta espalha-se. Consequentemente, os guerrilheiros têm geralmente tempo suficiente para se deslocarem e há poucos com importância que sejam capturados ou mortos. Não obstante, a partir de Outubro de 1962 o arquipélago de Bulicoco tornou-se inseguro para os guerrilheiros e assim se manteve até os fuzileiros e as "30 toneladas" partirem, uma década mais tarde.

[41] Ibid., 71-72.



Canoa a ser inspeccionada no rio Zaire, Setembro de 1961.

A despeito da febril actividade de construção dos postos e da melhoria da presença naval no Zaire, só em Março de 1963 a fronteira fluvial ficou efectivamente segura, praticamente um ano a seguir à decisão nesse sentido. Uma série de factores contribuiu para este atraso. Em primeiro lugar, a densa vegetação das margens e os numerosos canais e as suas ainda mais pequenas ramificações constituíam a camuflagem perfeita para os guerrilheiros que procuravam infiltrar-se em Angola.[44] Acresce que era preciso tempo para conhecer o rio e os padrões prováveis de evasão eficaz dos guerrilheiros. Isto exigia cansativas e inglórias patrulhas nocturnas da rede fluvial e dos canais, a recolha de informações e a acumulação colectiva de conhecimentos e experiência do ambiente do Zaire e da sua população.

Em segundo lugar, as LFs e os fuzileiros levavam tempo a desenvolver as suas tácticas e a aperfeiçoar a sua destreza no trabalho de equipa. Melhoramentos como o reconhecimento aéreo, por exemplo, só foram introduzidos na operação do arquipélago de Bulicoco. Este recurso era indispensável para conhecer as complexidades do rio e para a identificação dos potenciais trilhos e acampamentos do inimigo.[45]

Em terceiro lugar, era preciso tempo para conquistar o crédito da população local na sequência do seu enorme desmembramento e consequente migração. Gradualmente as relações foram-se reforçando e restabeleceu-se a confiança, mas tratou-se de um trabalho

[44] Mexia Salema, 167.
[45] Pereira Bastos, 56.

Fuzileiros no decurso de uma operação a partir de Quissanga, Abril de 1967.

moroso e paciente. Esta relação positiva contribuiu para o fluxo de informações cruciais, dado que, afora essa, poucas fontes existiam. Em 1961 a Marinha tinha apenas um oficial de Informações, um capitão-de-fragata, que estava colocado em Luanda, responsável pela recolha, organização, interpretação, avaliação e disseminação das informações navais. Com o desenrolar dos acontecimentos, esta situação revelou-se calamitosamente desajustada. O resultado foi um ineficaz e insatisfatório fluxo de informações utilizáveis quer pelas forças no terreno, quer pelos comandantes. A Marinha estava organizada para reagir a movimentos de tráfego oceânico e aos acontecimentos com ele relacionados. Estes eram pouco expressivos e razoavelmente benignos, com umas quantas infracções de pesca, porventura uma ou outra ocorrência de contrabando e o trânsito de navios de superfície do bloco soviético. A sua ligação com a polícia nacional portuguesa e com o serviço de informações, designado por PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), os chefes de posto e os restantes elementos do interior da rede de informações fazia-se por interposta entidade, daí decorrendo que as informações imediatas sobre questões não marítimas dependiam de fontes que estavam fora do seu controlo. A maior parte dos dados de que os oficiais de informações dispunham sobre Angola provinha do Exército ou da PIDE. Os principais documentos que produzia, as *Informações Operacionais Quinzenais Angola* e a *Informação Operacional Mensal Angola*, pouco mais eram do que relatórios estatísticos sobre

a actividade terrorista e não forneciam análises prospectivas nem informação dinâmica.[46] Assim sendo, as informações tácticas e a sua exploração acabavam por ser efectivamente uma tarefa das forças locais.

Em quarto lugar, o estabelecimento do apoio logístico necessário para manter os postos e os navios e o pessoal que operava a partir deles era um processo demorado. A decisão de construir os postos e a concretização da sua edificação foi muito mais rápida do que a criação do apoio requerido em termos de transportes e infra-estruturas. Tratou-se de uma manta de retalhos que se foi aperfeiçoando com o tempo, à medida que os recursos iam sendo disponíveis em Angola, mas nas primeiras fases obrigou os militares a viver e trabalhar em condições árduas e frugais e, assim, limitou a sua capacidade inicial.

Na Primavera de 1962 o dispositivo ficou completo e a força complementar de lanchas e fuzileiros já conhecia bem a rede hidrográfica e os seus acessos por terra. As lanchas operavam em média 22 dias por mês e as missões tinham uma duração de três a cinco dias. Este ritmo operacional garantia uma presença constante. Uma vez aperfeiçoado este dispositivo de contenção, o domínio português ao longo do Zaire obrigou os guerrilheiros a deslocarem-se 1.000 quilómetros para leste. Esta transferência foi necessária para contornar a presença naval e as patrulhas do Exército a fim de chegar aos Dembos, o difícil terreno em que se ocultavam e a partir do qual operavam. Nem os postos nem as forças que operavam a partir deles foram alguma vez seriamente ameaçados. É certo que houve ocasionais elementos que se infiltraram através da fronteira fluvial, mas a constante presença naval portuguesa acabou por fazer com que a rota terrestre fosse a preferida. Mexia Salema relata que um tripulante do cargueiro norueguês *Irma*, que tinha cruzado recentemente o rio, terá observado que nenhum navio conseguia descarregar material sem ser detectado pelas constantes patrulhas ou pelos postos de vigia.[47] Esta segurança não só garantia a integridade da fronteira fluvial, como assegurava que as águas não eram objecto de ataques dos guerrilheiros à navegação comercial e aos transportes militares.

A experiência colhida durante a Operação *Ferrolho* inspirou uma nova maneira de encarar a segurança do Zaire. A manutenção de sete bases ao longo de 80 milhas era relativamente dispendiosa, na medida em que absorvia uma parte desproporcionada dos escassos recursos navais de que Angola dispunha. Além disso, o inimigo podia observar um posto e anotar a calendarização das respectivas patrulhas, com a decorrente possibilidade de evitar a detecção e o contacto. Com a entrada das LDPs na equação, a partir de Março de 1963, nasceu um novo conceito. Muito embora tivessem sido concebidas para movimentar carga e pessoal, as LDPs revelaram-se imensamente versáteis noutros campos. Na sequência da Operação *Ferrolho* a Marinha principiou a usar os navios como bases móveis para largada e recolha de fuzileiros nos seus botes de borracha. A LDP padrão foi modificada de forma a permitir que 12 a 15 homens vivessem a bordo durante curtos períodos de tempo, acrescentando uma cobertura ao poço e equipando-o com beliches, instalando arcas frigoríficas para os mantimentos, dotando-a de um posto de TSF e montando uma metralhadora Oerlikon de 20 mm para defesa.

A partir de 1968 verificou-se também uma alteração no armamento das LFs, com a substituição das ultrapassadas metralhadoras ligeiras Von Dreyse, da 1ª Guerra Mundial,

---

[46] Paulo Lowndes Marques e Vasco Quevedo Pessanha, entrevista com o autor, 5 de Fevereiro de 2003, Lisboa. Os segundos-tenentes Pessanha e Marques pertenceram respectivamente ao 7º e 8º Cursos de Formação de Oficiais da Reserva Naval (7º e 8º CEORN) e fizeram uma comissão em Angola entre 1965 e 1967.

[47] Mexia Salema, 168.

Fuzileiros no decurso de uma operação a partir de Quissanga, Abril de 1967

pelas mais modernas MG-42, de origem alemã. Para a guarnição, a espingarda Hockler and Koch G-3, mais recente, veio ocupar o lugar da pistola-metralhadora FBP (Fábrica de Braço de Prata) de 9 mm m/947. Embora as Oerlikons se tivessem mantido sem reduto, foi-lhes acrescentado um escudo de chapa balística para protecção do apontador.[48] À medida que cada lancha "adoptava" uma ilhota deserta e ali colocava o seu nome sob a forma de um grande alvo, os elementos da guarnição iam-se tornando atiradores exímios com estas novas armas. Os alvos eram quadrados de cerca de 60 centímetros de lado, que iam sendo rotineiramente destruídos pelos apontadores das lanchas a cerca de 600 metros de distância, com o navio em movimento.[49] A amistosa competição entre as guarnições elevava o moral e gerava grande orgulho no seio da comunidade das LFs do Zaire, que humoristicamente adoptou o lema de "homens de aço em navios de plástico".[50] Tratava-se, evidentemente, de um arremedo da tradicional frase "homens de aço em navios de madeira", empregada para definir os valorosos homens que afrontavam os rigores dos mares tempestuosos e outras dificuldades e perigos do serviço naval na época da navegação à vela. Marques, por exemplo, viu inicialmente a sua colocação na Pedra do Feitiço, algo ilogicamente, como uma continuação da epopeia de descoberta e pacificação do Zaire por Diogo Cão.

[48] Lopes Carvalheira, 30.
[49] Pereira Bastos, 56-57.
[50] Ibid.

Fuzileiros no decurso de uma operação a partir de Quissanga, Abril de 1967

Mais tarde soube, para seu grande espanto, que a grande Pedra do Feitiço só fora final e definitivamente ocupada pelos portugueses em Agosto de 1915 e toda a margem esquerda até Nóqui em Janeiro de 1916.[11]

Para além de acrescentarem flexibilidade, mobilidade e surpresa às operações fluviais, estes novos meios navais revelaram-se muito menos dispendiosos do que o sistema de postos navais. Enfrentando o problema da segurança do rio com acrescida intensidade e aplicando as lições e experiências até à data colhidas, a equipa de LDPs, LFs e fuzileiros cobriu toda a extensão da fronteira do rio Zaire, penetrando com êxito no sistema de canais e negando o seu uso ao inimigo. Consequentemente, foram elaborados planos para se consolidar a presença fixa no Zaire e desactivar vários dos postos na sequência da Operação *Ferrolho*.

Em 1966 o inimigo tinha-se deslocado para leste e o rio passara a ser relativamente tranquilo. Marques observa que as patrulhas eram algo rotineiras. Havia incidentes com pescadores furtivos, mas nada mais. Os crocodilos eram "bem mais perigosos, mas tinham mais medo de nós do que nós deles".[12]

Seguiu-se a Operação *Mastro do Traquete*, e durante este período os postos de Tridente, Puelo e Macala foram desactivados em Março de 1967, Maio de 1967 e Dezembro de 1969, respectivamente. As operações em Macala, o posto a meia distância entre a Pedra do Feitiço

[11] Paulo Lowndes Marques, "Meditações Acerca da Pedra do Feitiço", *AORN* (Abril-Junho de 1997): 8.

[12] Marques, "Cartas Trocadas", 7.

e Nóqui, foram efectivamente decrescendo a partir de Maio de 1967 e o local passou a ser cada vez mais uma infra-estrutura de apoio intermédia a montante da Pedra do Feitiço, até à sua desactivação total, trinta e um meses depois. A Operação *Mastro do Traquete* foi substituída em 1968 pela *Mastro de Mezena*. Em princípios de 1970 só Quissanga e a Pedra do Feitiço subsistiam efectivamente entre Santo António do Zaire e Nóqui. Tratava-se de infra-estruturas importantes, porquanto marcavam os limites do trecho mais difícil da fronteira fluvial. Devido à sua posição, foram objecto de melhorias para substituírem as capacidades dos postos desactivados e para apoiarem as operações das LDPs como bases móveis. O Quadro 4.1 apresenta uma súmula destas operações.

QUADRO 4.1: CALENDÁRIO DAS OPERAÇÕES ANUAIS NO ZAIRE E FORÇAS EMPENHADAS

Ano	Operações	Unidades da Esquadrilha Empenhadas				Observações
		LF	LDM 400	LDP 100	LDP 200	
1961		2/3 Variável				2 atribuídas 30 SET 1 atribuída 22 DEZ
1962	Ferrolho e Ferrolho Alfa	2/3/4 Variável				1 atribuída 6 MAR
1963	Ferrolho Bravo	2/3/4 Variável		1 (a)		(a) LDP 105 atribuída 27 MAR
1964	Ferrolho Bravo	2/3/4 Variável	2 (b)	2 (c)		(b) LDM 401 & 402 atribuídas 28 SET (c) LDP 108 atribuída 24 MAR
1965	Ferrolho Charlie	2/3/4 Variável	2	2	2 (d)	(d) LDP 201 & 202 atribuídas 11 MAI
1966	Ferrolho Charlie	4	2	2	4 (e)	(e) LDP 207 & 208 atribuídas 3 JUN LDP 208 reatribuída OUT
1967	Mastro do Traquete	2/3/4 Variável	2	2	4 (f)	(f) LDP 209 atribuída 28 ABR
1968	Mastro de Mezena	3/4 Variável	4 (g)	2/0 (h)	5 (i)	(g) LDM 403 & 409 atribuídas 5 MAR e 25 SET, respectivamente (h) Reatribuída 16 JUL e 13 OUT (i) LDP 213 atribuída 17 OUT
1969	Mastro de Mezena	2/3 Variável	4		4 (j)	(j) Danos LDP 202
1970	Mastro de Mezena	3	4		6 (l)	(l) LDP 214 & 215 atribuídas MAR
1971	Mastro de Mezena	3	4		6	

A vida nos espartanos postos processava-se com o ritmo de uma micro-sociedade criada pela autonomia prática do semi-isolamento. As rotinas dos postos eram reguladas pelos horários de largada e recolha dos botes que cada um deles apoiava. A monotonia das missões, as noites insones em contínuo alerta, as precárias condições de vida, quer a bordo das lanchas, quer nos postos, e os rigores do clima punham toda a gente à prova.

A despeito de todas as vicissitudes e dificuldades, os marinheiros mostravam enorme coragem e patriotismo na execução das suas perigosas missões. De facto, em praticamente todos os casos, esta experiência compartilhada de oficiais, sargentos e praças criou laços de fraternidade entre todos os que prestaram serviço no Zaire.

Os tempos livres abundavam e os homens arranjavam muitas ocupações construtivas. Liam muito. Marques refere que leu finalmente *Guerra e Paz* de capa a capa.[53] A pesca era um desporto popular, visto que havia excelentes peixes no rio e a sua captura proporcionava uma bem-vinda melhoria do rancho, constituído por rações de combate. As caçadas eram também uma actividade predilecta e a caça era frequentemente acrescentada à ementa. Também se encontravam por vezes elefantes e hipopótamos. A vida no rio em geral, apesar do isolamento e do perigo, não era exageradamente penosa. Os homens adaptavam-se à rotina ditada pela proximidade social que um pequeno posto daquela natureza implica. O ritmo era quebrado apenas pelo alívio trazido pela rendição mensal de pessoal e pelo contacto com o inimigo.

Os Destacamentos de Fuzileiros Especiais eram empregados tanto no rio como no litoral, muitas vezes em coordenação com as forças do Exército em Santo António do Zaire e Nóqui, a fim de desempenharem a missão complementar da Marinha de controlar os acessos ao rio. Devido à efectiva presença no rio, os guerrilheiros preferiam cruzar a fronteira terrestre para Angola, uma zona infinitamente mais difícil de fiscalizar. Era-lhes fácil atravessar silenciosamente em lugares e ocasiões em que não houvesse tropas portuguesas. O terreno ao longo da zona fronteiriça era de capim alto e denso arvoredo e quase desprovido de povoações ou pessoas, pois quase todas haviam fugido em 1961. Numa região tão extensa e praticamente deserta verificava-se a tendência para facilitar.

Os fuzileiros dos postos a jusante visitavam frequentemente a cidade fronteiriça de Nóqui para tomarem uma cerveja com os seus compatriotas da companhia do Exército ali colocada. Era um lugar muitíssimo deprimente, encaixado entre uma nua barroca, de um lado, e o rio, do outro. A cidade tinha um aspecto esquálido e poucos edifícios atingiam a dignidade de dois andares. No dizer de Vasco Quevedo Pessanha, oficial subalterno fuzileiro ali em serviço em 1965, que relatou este incidente, havia apenas calor, muito calor o tempo todo.[54] As patrulhas e jogos de cartas do aquartelamento do Exército eram interrompidas apenas pela chegada do avião que trazia o correio, duas vezes por semana. Embora muito se tenha escrito sobre o horror da guerra subversiva, pouco se fala do tédio puro e simples, particularmente quando os homens dispunham de tempo livre, com poucas diversões. Nóqui era um desses lugares. Era completamente seguro, sobretudo pelo facto de tanto os militares como os guerrilheiros terem o cuidado de se evitar mutuamente e não haver incentivo para proceder de outro modo. Nestas circunstâncias era difícil manter a disciplina militar e a atitude e o moral iam-se degradando profundamente. Nóqui assemelhava-se a uma colónia de férias forçadas e o inimigo haveria de explorar essa fraqueza.

No início a coluna do Exército que percorria os 10 quilómetros para ir à pista fortificada receber o avião constava de num camião GMC de 2,5 toneladas, 2 Unimogs Mercedes-Benz e 2 ou 3 jipes Willis. O pessoal ia de camuflado e armado com uma bazuca, uma MG-42 e espingardas G-3. À medida que o tempo ia passando, com as patrulhas rotineiras, os intermináveis jogos de cartas e muita cerveja, a disciplina e a prontidão para combate

[53] Ibid.

[54] Vasco Quevedo Pessanha, "Histórias do DFE 13, Angola 65/67 – III", *AORN* (Janeiro-Março de 1999): 17.

Fuzileiros a caçar no rio Zaire.

deslaçaram completamente. Os guerrilheiros aperceberam-se disso. Estudaram as deslocações bissemanais à pista para recepção e expedição do correio e notaram que agora os homens iam descalços e vestiam apenas *T-shirt* e calção. Já não havia coluna de 40 soldados armados: agora a viagem era feita apenas com os jipes e um Unimog, que transportavam doze homens armados com uma ou outra G-3. Durante meses os guerrilheiros planearam uma emboscada para tirar partido desta total ausência de segurança, e um dia, na viagem de regresso, os militares caíram na bem urdida cilada. Dos 12 homens da coluna, 11 foram mortos e o décimo segundo conseguiu esconder-se no capim até os guerrilheiros abandonarem o local. Muitas horas depois o sobrevivente regressou a Nóqui para dar a triste notícia. Num cenário modorrento, como era o caso de Nóqui, a tendência é para facilitar, e o facilitismo mata.

Pessanha narra outro incidente com os guerrilheiros que reflecte bem as dimensões psicológicas da guerra fluvial. Passou-se quando se deslocou a Nóqui, bem próximo da base Tridente onde se encontrava, uma vez mais para tomar uma cerveja e visitar os seus homólogos do Exército, na expectativa de uma diversão civilizada. Regra geral, o médico do Exército atribuído à Companhia juntava-se aos visitantes durante estas ocasiões sociais, mas nesse dia não o fez, porque estava a dormir. Era um facto estranho, às 16.00, e ao inquirir da respectiva razão de ser foi informado de que tinha regressado precisamente nessa manhã de uma aventura espantosa e estava ainda a recuperar. Tudo principiara vários dias antes, a altas horas da noite, quando duas viaturas civis, cheias de negros, alguns deles armados,

se apresentaram no posto fronteiriço querendo falar urgentemente com o agente da PIDE. Aparentemente acontecera uma desgraça e só o agente da PIDE poderia resolvê-la.

Como Nóqui era o último porto do lado português do Zaire antes de o rio inflectir para norte, em direcção ao Congo, não só tinha uma presença militar como funcionários das normais autoridades aduaneiras e de imigração e da PIDE. Esta última procedia diligentemente à recolha de informações sobre o inimigo e neste ambiente africano assumia uma postura mais adequada e mais subtil do que na Metrópole. Os seus inspectores trocavam o intimidatório traje da norma pelo vestuário local. Consequentemente os agentes da PIDE, com a sua indumentária quotidiana, podiam ser tomados por pacatos civis, simples comerciantes ou cantineiros locais, pelo que, com esta postura que nada tinha de ameaçador, se deslocavam facilmente entre a população. Muitas vezes cruzavam a fronteira com o Congo para tentarem obter fontes de informação sobre as capacidades, intenções e actividades do inimigo, visto que a recolha de informações não se restringia às conversas com informadores ou à compra de informações aos viajantes. Para se obter alguma coisa de mais sério e substancial do que o mero diz-que-diz-que, era necessário penetrar nos círculos do inimigo. Assim, os agentes da PIDE eram bem conhecidos no Congo e no seio dos guerrilheiros, razão pela qual os visitantes nocturnos procuravam o funcionário daquela polícia.

Aparentemente, no dia em que as viaturas tinham chegado do Congo um grupo de guerrilheiros da FNLA caíra numa emboscada montada por militares portugueses a partir de uma base um pouco a leste de Nóqui. Já era suficientemente mau ter havido várias baixas do lado dos guerrilheiros, mas o pior era que o 2º comandante da base dos guerrilheiros de Kinkusu integrava o grupo e estava gravemente ferido. Esta base era um dos campos militares mais importantes da FNLA, pois funcionava como principal local de treino e infra-estrutura de apoio logístico de todas as forças rebeldes da FNLA que operavam no norte de Angola. Como é óbvio, essa base tinha o beneplácito e apoio do governo do Congo. Era, pois, lógico admitir que o 2º comandante, que fora ferido pelos portugueses, fosse evacuado para um hospital de Léopoldville, hoje chamada Kinshasa, onde receberia a melhor assistência por parte de médicos da FNLA e congoleses. Surpreendentemente o homem só admitia ser tratado por um médico português. Os companheiros conheciam o médico de Nóqui e por isso tinham vindo solicitar a sua ajuda através do único contacto que conheciam, o agente da PIDE. Haviam chegado à fronteira de Nóqui depois de terem transitado muitas horas por estreitas picadas a fim de implorar ao agente que mandasse o médico com eles a fim de salvar o camarada. Depois de muitas súplicas e muita conversa, o agente de PIDE falou com o comandante da Companhia, o qual, depois de avaliar a situação, decidiu pôr o problema ao médico. Estaria ele disposto a ir à secreta base inimiga do Congo para tratar um importante oficial da FNLA que fora ferido pelos portugueses? As condições eram mais que precárias, uma vez que o regresso não era garantido e a sua segurança pessoal pura e simplesmente não existiria. Em contrapartida, se o homem fosse salvo, toda a gente da região ficaria ao corrente da boa vontade dos portugueses. Valeria a pena correr o risco?

O médico acabou por aceitar o desafio, fez uma trouxa com a sua roupa, preparou os instrumentos e mezinhas e lá partiu com os guerrilheiros rumo a Kinkusu. Depois de algumas horas de solavancos pelas deficientes estradas, chegou a uma extensa base razoavelmente organizada e guarnecida, para deparar com o 2º comandante, ferido, deitado simplesmente na relva. Ultrapassando todas as dificuldades que se possa imaginar, conseguiu extrair a

bala e durante alguns dias e noites tratou do ferido, até este ficar livre de perigo. Após a sua vigília regressara finalmente a Nóqui, física e psicologicamente exausto.[38]

Depois de vários dias em Nóqui, o grupo de combate de fuzileiros de Pessanha regressou a Tridente. Aquele incidente fizera-os interrogarem-se sobre até que ponto as futuras operações de combate no norte de Angola mudariam em consequência do sucedido. As pessoas directamente envolvidas de ambos os lados, essas certamente mudariam. Houve muitos episódios semelhantes de benevolência para com o inimigo e os fuzileiros perguntavam a si mesmos se o horror da guerra geraria uma emoção que a paz não suscitava.

Até meados de 1960 nem o MPLA nem a FNLA haviam tido êxitos substanciais no tocante à clássica subversão da população do norte, nem tão-pouco na tentativa de desalojar os portugueses das posições que ocupavam na zona. Esta ausência de progressos dos guerrilheiros verificava-se por diversas razões. Embora o Exército padecesse de falta de pessoal e de mobilidade para interditar completamente a fronteira terrestre numa zona de más estradas, as dissensões entre o MPLA e a FNLA, o favoritismo de Léopoldville para com a FNLA e a falta de liderança de Holden Roberto contribuíam para limitar qualquer ofensiva por parte dos guerrilheiros. Os atritos entre os dois movimentos tinham a sua origem no reconhecimento externo e na escolha de qual deles viria a ser o governo representativo numa Angola independente. Como era maioritariamente formada por bacongos, um povo que predominava no norte de Angola e na área do Congo imediatamente a norte da fronteira comum, a FNLA sentia que representava mais fielmente a população de Angola em geral, e esta opinião era secundada por Léopoldville. O MPLA, por seu turno, constituído em grande parte por uma elite de mestiços, era visto como tendo menos em comum com o país anfitrião e com o povo de Angola. Consequentemente, havia rivalidade e fricções manifestas entre os dois e esta energia mal dirigida distraía as atenções de ambos da condução da insurreição.

O favoritismo que Léopoldville concedia ao FNLA era descarado e funcionava no sentido de conferir todas as vantagens ao movimento da sua predilecção. A título de exemplo, devido aos seus próprios problemas de segurança, Léopoldville não autorizava os guerrilheiros a andarem armados dentro das suas fronteiras. Tanto os guerrilheiros do MPLA como os da FNLA eram transportados por soldados congoleses até à fronteira angolana, onde lhes eram distribuídas as armas, guardadas em armazéns. Ao regressarem das operações, as armas eram recolhidas e as tropas regressavam à base de treino sob escolta congolesa.[39] Léopoldville empregava esta medida de controlo para discriminar o MPLA. Em 1962 este movimento foi muitas vezes impedido de chegar à fronteira e as suas armas foram confiscadas, enquanto à FNLA era concedido acesso privilegiado sem restrições. Roberto, cujos olhos pareciam estar permanentemente ocultos atrás de uns óculos escuros, era incapaz de liderar com eficácia, tanto na esfera política como na militar, apesar das vantagens de que dispunha, e o patrocínio de Léopoldville não lograva inverter esta tendência.

Desde o início que o MPLA não fora benquisto em Léopoldville e, na sequência do reconhecimento em Junho de 1963 do GRAE como o governo *de jure* de Angola, transferiu o seu quartel-general para Brazzaville. A sua capacidade de se projectar militarmente em Angola ficou quase totalmente circunscrita em Novembro e o movimento parecia cada vez mais isolado. Em Janeiro de 1964, na sua Conferência de Quadros em Brazzaville,

[38] Vasco Quevedo Pessanha, "Histórias do DFE 13, Angola 65/67 – IV", *AORN* (Outubro de 1999): 23.

[39] John A. Marcum, *The Angolan Revolution, Volume II, Exile Politics and Insurgent Warfare (1962-1976)* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1978), 42.

decidiu-se reconstruí-lo como uma verdadeira força revolucionária. Parte deste plano incluía a abertura de uma frente no leste de Angola através da Zâmbia. Em 1964 o MPLA tinha estabelecido contactos com Kenneth Kaunda, o primeiro presidente da Zâmbia após a independência do país da Grã-Bretanha e travara também amizade com Julius Nyerere, o primeiro presidente da Tanzânia igualmente após a independência daquela ex-colónia da Grã-Bretanha, em 1962. Estas relações revelar-se-iam propícias. A partir de 1965, a Tanzânia e a Zâmbia passaram a permitir o trânsito de armamento chinês e soviético e de quadros do MPLA através dos seus territórios até à fronteira com Angola. Devido a este acesso, o MPLA conseguiu encetar uma ofensiva de vulto e conduzir uma campanha de insurreição intensiva nos distritos do leste angolano do Moxico e do Cuando Cubango. Nesta conformidade, iniciaram-se os preparativos e nos primeiros meses de 1966 era já evidente o esforço de conquista da população do leste. As primeiras incursões armadas ocorreram em Abril e a guerra transferiu-se claramente para o leste de Angola. Como resposta à nova ameaça os recursos portugueses foram redireccionados para o leste e sudoeste do território. As operações navais tornar-se-iam uma importante componente da frente leste e, como adiante veremos, esta poderosa projecção de uma presença naval no interior seguiu a configuração que se instituíra no Zaire e que estava a ser implantada em Moçambique. Antes, porém, de passarmos ao leste, há que examinar o que se passava na Guiné e em Moçambique.

5.
Uma sinistra e tórrida extensão de pântanos e selva

Dos três teatros de operações, a Guiné era o mais complicado e o mais difícil. Era também o mais importante para a Marinha, porque aqui a sua actividade foi vital não apenas ao nível táctico, mas também ao nível estratégico. A razão era muito simples. Cerca de 80% de toda a carga e pessoal do teatro de operações era movimentada por mar ou pela rede hidrográfica. Apenas 18% eram transportados por via terrestre e uns meros 2% por via aérea.[1] Nos últimos anos da guerra, em que o trânsito por estrada se tornou difícil, o transporte por via aquática atingiu os 85%. Esta via de transporte era igualmente importante para o PAIGC, pelo que o papel da Marinha na fiscalização do tráfego fluvial era tão importante como o que desempenhava em termos de transporte. A força que levaria a melhor na Guiné seria a que conseguisse usar as águas para apoiar as suas operações terrestres ao mesmo tempo que impedia a outra de o fazer.[2] Tal como em Angola, a missão da Marinha era dominar as linhas de comunicação marítimas, costeiras e fluviais e negar o seu uso ao inimigo, apoiar o Exército e a população com a sua capacidade de transporte por via aquática e projectar força em terra.[3] Estes objectivos seriam alcançados pela poderosa combinação de LFs, LDs e fuzileiros para constranger o PAIGC e impedir a entrada dos seus homens e respectivos abastecimentos no território. Como veremos, a Marinha mostrou-se à altura do desafio, mas viu-se em parte coarctada devido a divergências insanáveis com o Exército quanto à abordagem do problema. Sem que essas divergências fossem sanadas e sem uma abordagem inteiramente coordenada, é duvidoso que, no ambiente da Guiné, qualquer força dividida pudesse ser inteiramente bem-sucedida na defesa da colónia frente a um inimigo externo determinado.

Um teatro de operações complicado

A Guiné era o resquício daquilo que inicialmente fora uma opulenta e vasta empresa levada a cabo pelos Portugueses nos séculos XV e XVI. A Guiné desses tempos ia da fronteira norte do Rio do Ouro, no que é hoje o Sara Ocidental, até à fronteira sul do cabo de Santa

---

1 António José Telo, *História da Marinha Portuguesa: Homens, Doutrinas e Organização, 1824-1974* (Tomo I) (Lisboa: Academia de Marinha, 1999), 575.

2 Ibid.

3 José Alberto Lopes Carvalheira, "Guiné: Esquadrilha de Lanchas e Outros Navios", na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, dact. [policopiado] (Lisboa: Ministério da Marinha, 1972), 5.

Catarina, imediatamente a norte do rio Zaire. O tráfico ao longo dessa costa que bordejava sobretudo o golfo da Guiné incidia na pimenta, no marfim, no ouro e nos escravos, tendo a dimensão do comércio destas mercadorias dado origem aos nomes de regiões específicas do continente. Durante séculos chamar-se-iam a Costa da Malagueta, a Costa do Marfim, a Costa do Ouro e a Costa dos Escravos. Com o tempo, a concorrência, personificada pelos espanhóis, pelos dinamarqueses, pelos holandeses, pelos franceses, pelos britânicos, pelos belgas e finalmente pelos alemães, reduziu a tal ponto as possessões portuguesas que em 1886 se achavam limitadas à Guiné de hoje.[4]

Na Guiné nada há que seja simples, desde a época do seu descobrimento pelos portugueses até à da condução da campanha de contra-subversão entre Janeiro de 1963 e Abril de 1974. No primeiro caso, não há efectivamente nada mais misterioso e complexo, do ponto de vista histórico, do que o descobrimento da Guiné, uma vez que pouco se sabe dos feitos específicos dessas primeiras viagens para além dos nomes de uns quantos que as chefiaram. Devido ao carácter nebuloso e controverso de que se reveste, o tema tornou-se uma "indústria nacional" para os historiadores portugueses e assim se manteve durante quase 150 anos.[5] O "tradicional" descobridor da Guiné é Nuno Tristão, referindo-se o ano de 1446 como data da descoberta; no entanto, nessa data Nuno Tristão não passara na costa da África Ocidental para sul da Gâmbia, na melhor da hipóteses. Dinis Dias dobrou o Cabo Verde, a ponta mais ocidental de África, em 1444 ou 1445, depois de passar a estéril zona desértica da costa atlântica do Magrebe.[6] É provável que em 1446 Álvaro Fernandes tenha atingido a fronteira norte da costa da actual Guiné no Cabo Roxo, entre os rios Casamance e Cacheu. Tenha Nuno Tristão descoberto a Guiné em 1446 ou não, é incontestavelmente um dos descobridores da Guiné mais extensa dominada pelos portugueses dos séculos XV e XVI e como tal é referido como o descobridor da Guiné mais reduzida dos tempos modernos.[7] O facto histórico pode ser diferente, mas ninguém pode afirmá-lo com segurança, a testemunhar que os mitos têm mais força que os factos.

A história africana da Guiné é de ter sido um refúgio para muitos povos dos estados vizinhos expulsos das suas pátrias por múltiplas invasões ao longo de vários séculos. Esta migração deu origem a uma população encurralada numa região costeira definida pelos pântanos e pelo mar. O resultado foi um complicado mosaico étnico, uma verdadeira Babel negra. Quando os portugueses chegaram, os seus contactos naturais foram com as populações ribeirinhas. Consequentemente, tendo em vista estabelecer o seu domínio sobre a Guiné com os limitados recursos de que dispunham, procuraram inicialmente exercer uma autoridade organizada apenas sobre os chefes tribais da costa e seus súbditos. Afora alguns aventureiros brancos e comerciantes mestiços, houve pouca penetração no interior. Nesta conformidade, chamou-se ao território *Rios da Guiné do Cabo Verde*, sem referência ao interior. A sede do governo foi estabelecida no exterior, nas ilhas de Cabo Verde, mais salubres, e a principal actividade económica passou a ser o comércio de escravos. Em 1630 foi estabelecida a primeira autoridade continental, no Cacheu, assumindo a forma de uma capitania-mor. Em 1692 foi fundada Bissau e durante os séculos seguintes o país não mostrou

---

4 Convention de Délimitation, 12 de Maio de 1886, Paris.

5 René Pélissier, *Naissance de la Guinée, Portugais et Africains en Sénégambie (1841-1936)* (Orgeval: Editions Pélissier, 1989), 26 ss.

6 Avelino Teixeira da Mota, *Guiné Portuguesa*, II Volume (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972), 9.

7 Avelino Teixeira da Mota, *Mar, Além Mar, Estudos e Ensaios de História e Geografia* (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972), 76-77.

grandes potencialidades económicas para além do comércio de escravos, que persistiu até ao final do século XIX. Portugal aboliu a escravatura em 1869, tendo sido a última nação europeia a fazê-lo, e em todo o seu Império apenas formalmente em 1875.[8] No virar do século a Guiné regressara ao seu estatuto de verdadeira região economicamente atrasada.

Em 1835 a Guiné foi elevada à categoria de distrito na esfera das dependências de Cabo Verde, e dois anos mais tarde foi nomeado o seu governador mais famoso, Honório Pereira Barreto. O governador recebeu praticamente carta branca para preservar a possessão colonial e em 1837, no âmbito desse mandato, negociou acordos com os chefes locais. A partir de então passou a maior parte do tempo a lutar para rechaçar as ambições dos franceses e dos britânicos. Teve também o seu lado negro, dirigindo um negócio familiar de escravos com a mãe, Rosa de Carvalho de Alvarenga, a imponente Rosa de Cacheu, e é acusado de ter prolongado o tráfico na Guiné.

As complicações dos portugueses iniciaram-se quando tentaram assumir o controlo do interior da colónia. Efectivamente, a Guiné era uma terra de violência, visto que entre 1841 e 1936 houve nada menos que 81 campanhas, expedições e operações por parte dos portugueses, que empenharam um mínimo de 8.444 elementos da tropa regular e 42.555 auxiliares contra praticamente todos os grupos étnicos da população, número invulgarmente elevado no espaço de pouco menos de um século para um território tão reduzido e destituído de valor.[9] A paz relativa só chegou ao país depois da 1ª Guerra Mundial e manteve-se florescente até ao desencadear da luta armada pelo PAIGC em Janeiro de 1963. René Pélissier observa que não é difícil especular que os guerrilheiros do PAIGC estavam simplesmente a retomar o conflito dos seus pais.[10]

Tal como sucede com as incertezas relativas ao seu descobrimento e a dificuldade da subsequente pacificação dos seus povos, a Guiné é também uma terra complicada no que se refere à projecção de força. Não é, portanto, fácil protegê-la contra ameaças quer do interior, quer de fora. Em primeiro lugar, o seu clima é desagradável e hostil. O território é tropical e foi descrito por Al Venter em 1973 como uma "sinistra e tórrida extensão de pântanos e selva".[11] É uma terra alagadiça e carregada de vapor exposta a um sol abrasador. A extrema humidade e o calor enervante criam uma atmosfera opressiva. Embora haja uma época seca que proporciona algum alívio nos meses de Novembro a Maio, nem esta deixa de ser incómoda.

Quando termina a estação seca e o sol atinge o zénite sazonal sobre a Guiné, criam-se sistemas de clima tropical que se caracterizam por áreas de baixa pressão atmosférica e fortes correntes ascendentes de ar quente. Estas últimas são alimentadas pela massa de ar continental que cobre o Sara e dão origem àquilo a que localmente se chama o "vento leste". A população sente-o como uma corrente de ar quente e seco que sopra do deserto para leste, absorve a humidade do solo e da vegetação e transporta uma fina poeira que afecta quem sofra de problemas respiratórios.

A estação das chuvas vai de Junho a Outubro e assegura uma humidade elevada. Caracteriza-se por frequentes monções que se criam devido ao desequilíbrio entre as massas de ar oceânica e continental. Estas tempestades são intensificadas pelo choque do "vento leste"

---

[8] Hugh Thomas, *The Slave Trade* (Nova Iorque: Simon & Schuster, 1997), 787.

[9] Pélissier, 14.

[10] Ibid., 399.

[11] Al J. Venter, *Portugal's Insurgent War, The Campaign for Africa* (Cidade do Cabo: John Malherbe, 1973), 13.

Vista aérea da foz do rio Corubal na baixa-mar.

e caracterizam-se por uma violenta actividade eléctrica, com os concomitantes relâmpagos e trovões, tornados, ventos fortes, que atingem os 60 nós, e elevada precipitação. Na região costeira a precipitação anual é em média de 3 metros e no interior de 1,25 metros.[12]

Devido a esta humidade e ao calor que em tudo se infiltram, torna-se difícil a capacidade de permanência de qualquer força. As munições, fardas, cartas, rações, medicamentos, bem como todo o outro material militar e a diversa parafernália da guerra moderna que não seja protegida da humidade ou imediatamente usada deterioram-se ou enferrujam. Os problemas de manutenção do equipamento vêem-se multiplicados por vários factores em relação ao vulgar desgaste numa zona temperada e toda a maquinaria exige permanente manutenção para ser fiável. Era na verdade um lugar que com a maior das facilidades destruía as máquinas.

É também uma terra infestada de mosquitos e muitas outras espécies de insectos. Abundam as debilitantes doenças tropicais transmitidas por estas *petites bêtes*. Em semelhante habitat as cobras venenosas medram. Os rápidos ritmos de decomposição degradam a qualidade dos cuidados médicos primários. Numa palavra, o clima torna-se um importantíssimo componente daquilo a que Clausewitz chama a fricção da guerra.

---

12 Estado-Maior do Exército, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, Vol. III, Dispositivo das Nossas Forças Guiné* (Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1989), 20-21.

A topografia da Guiné é identicamente difícil. Grosseiramente, pode-se dividi-la em duas áreas geográficas distintas, a área oeste e a área nordeste. A mais importante é a ocidental, que do ponto de vista táctico é caracterizada por um inóspito trecho de mangais e florestas pantanosas que cobrem as zonas costeiras dos braços de mar e os deltas de meia dúzia de rios. A acção das marés faz com que os terrenos sejam alagados duas vezes por dia e, quando a água sobe, inunda aqueles estuários e cria extensos trechos de pântanos impenetráveis.[13] As correntes dos rios durante a enchente e a vazante podem atingir os 7 nós, o bastante para anular o esforço dos motores da maioria dos meios de transporte fluviais. Esta acção das marés afecta particularmente a navegação em certas áreas, tais como Gadamael, no curso superior do rio Cacine, onde só os navios de maior porte conseguem operar quatro ou cinco dias por lua, na altura das marés vivas.[14] No baixa-mar ficam expostas vastas extensões de desoladores baixos de lodo que impedem a projecção de poder naval no sistema fluvial. Os navios têm de navegar com prudência no centro destes canais, visto que podem facilmente encalhar e ficar presos no lodo durante o baixa-mar. A pequena altura das águas deixá-los-ia então completamente desamparados, isolados e vulneráveis a um ataque dos guerrilheiros. Este necessário cuidado e o adicional planeamento requerido para cada viagem ou patrulha constituía uma importante componente da fricção da guerra.

Acresce que os milhares de milhas de rios da Guiné e seus afluentes são ocultados do ar pelos mangais e pela densa folhagem, facilitando os movimentos clandestinos dos guerrilheiros e tornando a sua interdição um difícil problema militar. As câmaras aéreas raramente vêm o solo da floresta. Estes rios são praticáveis por médias e pequenas embarcações que penetram profundamente no interior do território e garantem linhas de comunicação vitais com que o primitivo sistema rodoviário não pode competir. Aliás, durante a estação das chuvas muitas das estradas transformam-se em verdadeiros rios, tornando o trânsito praticamente impossível. Além disso a costa tem várias pequenas ilhas, das quais as mais importantes formam o arquipélago dos Bijagós. Nas áreas interiores norte e leste o solo eleva-se e as florestas costeiras desaparecem gradualmente, à medida que o terreno adquire as características da savana subsariana, com esparsas árvores enfezadas. A elevação nunca ultrapassa os 300 metros.[15]

A nível estratégico a geografia guineense desempenha também um papel importante. Oficialmente a Guiné tem uma área terrestre de 36.125 quilómetros quadrados, mas a dupla inundação diária atrás referida chega a cobrir 22% do território, reduzindo a superfície ao que se calcula serem 28.000 quilómetros quadrados. A este número há que diminuir mais 3.200 quilómetros quadrados correspondentes à área periodicamente alagada pelas chuvas.[16] Tudo considerado, a área terrestre habitável é de cerca de 24.800 quilómetros quadrados, ou seja, aproximadamente a dimensão da Suíça, ou cerca de um quarto da dimensão do distrito angolano do Congo, cenário da acção do capítulo anterior.[17] A sua fronteira terrestre é de cerca de 680 quilómetros, dos quais 300 compreendem a fronteira norte com o Senegal e 380 as fronteiras leste e sul com a República da Guiné.[18] A Guiné é, pois, tão pequena que

---

[13] John P. Cann, *Contra-subversão em África: Como os Portugueses Fizeram a Guerra, 1961-1974*, 2ª ed., rev. Major-general Renato F. Marques Pinto (Lisboa: Prefácio, 2005), 25.

[14] Telo, 576.

[15] Cann, 25.

[16] Pélissier, 18.

[17] Hélio A. Esteves Felgas, *O Clima do Congo Português* (Carmona: Imprensa Angolana, 1959), 9.

[18] Estado-Maior do Exército, 17.

A LDP 304 encalhada na baixa-mar na Guiné.

todo o território se tornou praticamente uma fronteira e zona de combate, tornando-a extremamente difícil de defender.

Como se estes entraves do clima, do terreno e da geografia não constituíssem já de si um desafio suficiente, a população representava outro obstáculo tanto para os guerrilheiros como para os portugueses. Em 1960 a população cifrava-se em 525.437 habitantes e estava concentrada no delta costeiro ocidental, sendo a densidade populacional de cerca de 100 pessoas por quilómetro quadrado.[19] A árida metade leste era praticamente desabitada, com cerca de uma pessoa por quilómetro quadrado, e era aí que a infiltração dos guerrilheiros se processava com menos oposição. Mais de 99% da população era negra e estava fragmentada em dois agrupamentos principais, que abrangiam 28 grupos etnolinguísticos, exibindo cada um deles graus diversos de fidelidade a Portugal e aos guerrilheiros. A atestar o primitivo contacto com os portugueses, a população do litoral é cristã ou animista. As populações do interior são muçulmanas, um reflexo do seu contacto com as antigas rotas comerciais do interior provenientes do golfo da Guiné, via Tombuctu, para o Magrebe. Havia na Guiné menos de 3.000 brancos.[20] Desprovida de todo o potencial económico para além da escravatura, nunca foi um território de colonização branca.

A Guiné e a difícil campanha dos portugueses para ali dominarem o PAIGC havia de assemelhar-se cada vez mais a uma vitória de Pirro, se de facto fosse possível alcançar alguma espécie de vitória. O maior mistério reside no motivo pelo qual Portugal se sentiu obrigado a ligar a sua estratégia nacional a uma colónia de reduzido valor económico. A

[19] Ibid., 17.

[20] René Pélissier, *Le Naufrage des Caravelles, Études sur la fin de l'Empire Portugais (1961-1975)* (Orgéval: Éditions Pélissier, 1979), 208.

razão dada pelo governo de Lisboa para manter a Guiné a todo o custo foi a noção política de que a sua perda criaria um perigoso precedente para a luta em Angola e Moçambique e poria em risco os enormes investimentos e o crescente potencial económico destas duas colónias. Em 1972 este erróneo conceito seria contestado sem êxito pelo sempre prático António de Spínola, comandante-chefe e governador-geral do território, e a partir de então tornar-se-ia um assunto pendente.[21]

Visões diferentes

Houve desde o princípio um debate sobre a estratégia militar correcta a ser usada na Guiné, dada a existência de divergências significativas entre as perspectivas do Exército e da Marinha. Esta defendia para o teatro de operações uma estratégia de estrangulamento do inimigo por meio da exploração da singular topografia de Guiné e do exercício do controlo dos planos de água como ponto central. Este controlo conferiria às forças portuguesas a necessária mobilidade e linhas de comunicação logísticas para derrotar o inimigo, mas, o que era mais importante, perturbaria a projecção de força do PAIGC.[22] Desde que executada de forma paciente, persistente e bastante estrita, faria das águas uma barreira eficiente à infiltração, impedindo o inimigo de se movimentar livremente entre regiões do território e de penetrar nele a partir dos santuários de que dispunha no estrangeiro. De igual modo, o domínio das águas reduziria a capacidade dos guerrilheiros de executarem operações, a não ser nas despovoadas zonas periféricas da Guiné.

O Exército, por seu turno, tendia a subscrever a estratégia de teatro de operações mais tradicional de divisão do território em zonas e sectores e sua atribuição a comandantes de forças terrestres. Estes seriam apoiados por forças de reacção rápida ou de intervenção mantidas em reserva móvel para auxiliarem as forças locais a dominarem o inimigo quando atacadas. Este sistema de quadrícula inspirava-se na estratégia do Exército francês para a pacificação da Argélia e assentava no emprego de tropas especiais de elite para perseguirem e eliminarem o inimigo dentro da rede defensiva. As forças navais, e os fuzileiros em particular, eram encarados simplesmente como a contribuição naval para a estratégia do Exército. Este ramo tendia a ver os numerosos cursos e planos de água como obstáculos que favoreciam os guerrilheiros, ao passo que a Marinha as considerava uma oportunidade e um recurso a ser explorado para derrotar o inimigo. O diferendo nunca foi resolvido e, à excepção de uma ou duas áreas, prevaleceu a estratégia do Exército, uma vez que o comandante geral do teatro de operações era um oficial do Exército e via as coisas segundo a óptica do seu ramo e da sua orientação. Não obstante, houve situações em que comandantes do Exército ficaram subordinados a comandantes da Marinha, e nesses casos a estratégia naval impôs-se.

Curiosamente, o PAIGC mostrava idêntica cegueira quanto à dimensão naval, mais ainda que os portugueses. As suas chefias nunca apreenderam a ideia de quanto os portugueses dependiam das linhas de comunicação fluviais. Além disso, aparentemente nunca se aperceberam do grau em que o esforço de guerra seria enfraquecido por uma ofensiva de minas séria ou qualquer outra actividade que interrompesse ou interditasse as vias navegáveis. O certo é que havia exemplos de quanto esses meios podiam ser eficazes, particularmente na experiência francesa da Indochina. Uma campanha deste tipo, em lugar da colocação de minas ocasionais, teria restringido grave e perigosamente a capacidade dos portugueses,

[21] Marcelo Caetano, *Depoimento* (Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1974), 191-192.

[22] Telo, 577.

particularmente na fase final da guerra, em que o PAIGC controlava a maior parte das áreas terrestres da Guiné. Aparentemente chegaram a estudar-se planos, mas nunca mereceram suficiente importância nem foram seriamente trabalhados, uma vez que os guerrilheiros estavam orientados para a luta terrestre e a subversão da população, que vivia em terra.[33] Esta orientação manteve-se, apesar de as chefias do PAIGC terem perfeito conhecimento da extensa frota de navios que abasteciam numa base contínua os postos portugueses em toda a Guiné e a dependência absoluta deste sistema por parte dos portugueses. Conforme António Telo observou, o esforço naval foi a principal actividade militar do primeiro ao último dia da campanha, e tudo na Guiné dependia da sua eficiente execução.[34] Obviamente, o PAIGC perdeu uma oportunidade de terminar a guerra muito mais cedo do que veio a acontecer.

O empenhamento naval

Devido aos acontecimentos no Congo Belga, em todo o norte de Angola e no cais do Pidjiguiti, na própria Guiné, era manifesto que a agitação começava a fervilhar em África, a prudência apontava para a necessidade de presença naval. Consequentemente, a fragata *Pero Escobar* (F 335) e o navio-patrulha *Boavista* (P 592) foram destacados para Angola a seguir ao incidente do cais do Pidjiguiti de Agosto de 1959. Estes navios não passavam de uma exibição de força, dado que muito pouco podiam fazer para responder ao problema da segurança dos rios em geral. Durante os primeiros anos da guerra cerca de 60% do transporte fluvial era assegurado por uma frota comercial de uns 60 navios. A protecção desta via de abastecimento era vital.[35] Tal como em Angola, a presença normal de meios navais reduzia-se ao navio hidrográfico em missão, no caso da Guiné o *Pedro Nunes* (A 528), de forma que a chegada daquelas duas unidades foi um começo. Também em 1959 foi criado o Comando da Defesa Marítima da Guiné (CDMG), integrado no Comando Naval de Cabo Verde e Guiné. O seu comandante era um capitão-tenente, que acumulava os cargos de capitão dos portos da Guiné e chefe dos Serviços de Marinha.

---

[33] Ferdinando Oliveira Simões (segundo-tenente), comandante da Secção Nº 2 de Mergulhadores Sapadores, no Comando da Defesa Marítima da Guiné, Bissau, 7 de Janeiro de 1969, memorando "Mina Marítima", COLOREDO, Processo 236A/338, Arquivo Central da Marinha, Antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, Lisboa. O primeiro caso conhecido de minagem ocorreu a 6 de Abril de 1967 no rio Armada, um afluente do rio Cacheu, tendo causado apenas danos ligeiros num grupo de LDMs. A 29 de Dezembro de 1968 a Marinha recolheu um dispositivo explosivo submarino no rio Ungarauel, que é um afluente do rio Cumbijã e dá acesso ao porto interior de Bedanda. Esta povoação fica a cerca de 15 milhas da aldeia fronteiriça de Guileje e a cerca de 18 milhas da fronteira, numa zona densamente infestada pelo PAIGC. Aliás, a única via de comunicação fiável com a aldeia de Bedanda era o rio onde esta mina foi descoberta quando era visível, na baixa-mar. A mina parecia ser de fabrico artesanal e feita de duas grandes latas para alimentos de tamanho industrial. Continha cerca de 5 quilogramas de explosivo e possuía um detonador eléctrico que podia ser activado pelo navio alvo, tocando numa linha de nylon que atravessava o rio, ou por um observador que a activava manualmente. Por outro lado, o rio Cobade tinha um grande significado estratégico pelo facto de ser por ele e por um afluente, o rio Cagopere, que Catió, a principal base de apoio para operações no sul da Guiné era abastecida. Havia um trecho especialmente apertado do rio chamado o Cobade estreito, que foi onde se detectaram mais duas minas, a 2 de Março e 27 de Maio de 1969. No primeiro caso o dispositivo não detonou e a LDM 102 destruiu-o a tiro. No segundo, o batelão *Guadiana* abalroou uma mina perto da Cambança do Brandão, causando a morte de cinco e ferindo oito passageiros. O batelão, cuja carga de bidões de gasolina se incendiou, explodiu e teve de ser encalhado. Mais tarde, afundou-se durante uma operação de resgate, pois estava extremamente danificado. A partir de então, os comboios navais passaram a contar com uma patrulha avançada de botes.

[34] Telo, 577.

[35] Ibid., 575.

A Marinha entrou mais afectivamente no cenário da Guiné em Maio de 1961 com a chegada a Bissau de duas LFPs, a *Canopus* (P 364) e a *Bellatrix* (P 363), e duas lanchas de desembarque pequenas, as LDPs 101 e 102, que posteriormente seriam modificadas e redesignadas LDP 301 e 302, respectivamente. A 6 de Junho a LFP *Deneb* (P 365) veio juntar-se a esta modesta frota. Estas unidades e as respectivas guarnições integraram a Esquadrilha de Lanchas de Fiscalização da Guiné (ELFG), comandada por um primeiro-tenente, que foi a primeira presença naval permanente no território. O comandante da Esquadrilha estava directamente subordinado ao comandante do CDMG e desempenhava também as funções de seu chefe do Estado-Maior. A primeira deslocação desta nova força foi para Farim, no rio Cacheu, seguindo-se outras para Bolama, Bubaque, Catió e Cacine, no sul. Em ambos os casos foi criada uma pequena infra-estrutura naval para apoiar futuras operações.[26]

Quando a 17 de Julho se deram os primeiros incidentes nas aldeias de S. Domingos, Suzana e Varela, junto à fronteira noroeste com o Senegal, foram enviadas para o rio Cacheu uma LFP e uma LDP como força "permanente" para acção de presença e fiscalização do tráfego fluvial nas noventa milhas que mediavam entre a foz e Farim. Era difícil manter grande presença neste espaço, pois havia apenas duas unidades, que muitas vezes eram necessárias para operações noutros locais. As LDPs mantinham-se sobretudo de reserva em Bissau, no rio Geba, para garantir a mobilidade da única força de intervenção disponível no território, um esquadrão de Cavalaria da Metrópole. As duas LFPs eram alternadamente empregadas nos restantes rios para mostrar a bandeira e operavam a partir de Bolama, Bubaque, Catió e Cacine, no sul.[27]

As LFs foram inicialmente comandadas por sargentos de Manobra; contudo, durante as operações no sul em Outubro registou-se uma série de encalhes, alguns dos quais foram bastante graves, particularmente os que se deram nas proximidades de Cacine e de ilha de Caió, à entrada do rio Geba. Tornou-se assim necessário substituir os sargentos por oficiais subalternos dos Quadros Permanentes ou oficiais da Reserva Naval, que possuíam conhecimentos de navegação e podiam garantir com mais consistência a segurança dos navios e o cumprimento das suas missões.[28] As águas da Guiné eram tão difíceis que o CDMG começou a coligir elementos pormenorizados sobre cada rio, porto e ilha, compilando-os num livro que veio a ser publicado em 1970 com o título *Guia de Navegação*. A partir de então passou a ser a Bíblia para as operações navais na Guiné.[29]

Não foi este o único avanço em navegação. Verificou-se que os meios terrestre e aquático estavam tão interligados na Guiné que era necessário combinar a carta de navegação tradicional com o pormenor do terreno das cartas topográficas a fim de operar com eficiência naquele ambiente. Consoante se recolhiam os necessários dados hidrográficos, ia sendo feita a sua competente integração com os levantamentos terrestres para se obter uma série de cartas de pormenor que ainda hoje representam um modelo desse tipo de trabalho. Em Junho de 1965 estas cartas estavam prontas e revelaram-se indispensáveis tanto em operações conjuntas como nas de cada ramo *per se*.

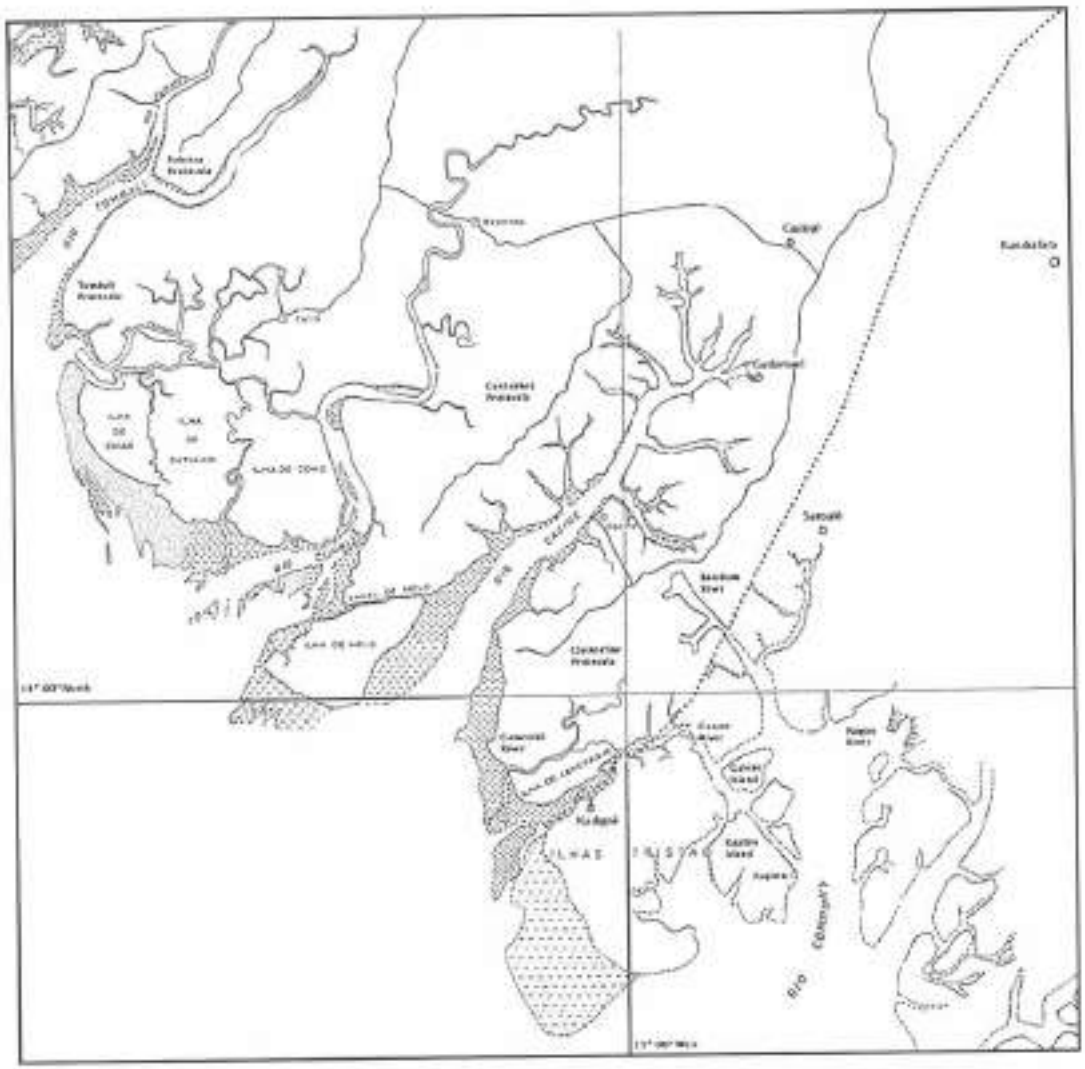
---

[26] José Alberto Lopes Carvalheira, "Acção da Marinha em Águas Interiores (1961-1971)", na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, dact. [policopiado], 1972, 1-2.

[27] Ibid., 2.

[28] Ibid., 3.

[29] Comando da Esquadrilha de Lanchas da Guiné, *Guia de Navegação para LDMs* (Bissau: Ministério da Marinha, 1970).



Fronteira sul da Guiné Portuguesa.

Em Junho de 1962 o Destacamento de Fuzileiros Especiais nº 2 (DFE 2) chegou a Bissau em dois aviões militares. A sua primeira missão foi defender as instalações navais de Bissau e actuar como força de reserva, e com esse objectivo começou a fazer patrulhas nocturnas do porto em botes de borracha, que prosseguiriam até ao fim do conflito. No mês seguinte foi destacado um grupo de combate ou pelotão para guardar os presos políticos da ilha das Galinhas, que ali se manteve até à Primavera de 1963. Os fuzileiros que ficaram em Bissau continuaram a desempenhar tarefas de sentinela e a actuar como força de segurança em navios de apoio, deslocando-se a locais como a pequena aldeia de Enxudé, na margem oposta a Bissau, e a pontos mais distantes, como Buba, Bolama e Cacine. Esta postura defensiva e estática de serviços de guarnição destoava claramente do conceito de fuzileiros modernos idealizado por Roboredo. Estes homens deveriam operar ao longo dos rios, estabelecendo contacto com a população e indo à procura do inimigo.

Fuzileiros do DFE 1 em patrulha na Guiné, 1965.

A situação na Guiné registou uma progressiva deterioração durante o Outono de 1962, quando o inimigo passou à ofensiva e alargou a sua intensa actividade subversiva no intuito de isolar a região sul. Tratou-se de uma ofensiva coordenada, na medida em que o PAIGC aumentou simultaneamente os contactos numa ampla e dispersa área ao longo da fronteira norte com o Senegal a fim de criar um incómodo dilema às autoridades portuguesas. O PAIGC esperava dividir e enfraquecer as já escassas forças governamentais obrigando Portugal a proteger todas as frentes ao mesmo tempo.

Finalmente, a 5 de Dezembro, o comando militar reagiu e uma secção do DFE, juntamente com duas companhias do Exército, uma de Bissau e outra de Tite, deram início a uma missão de reconhecimento na pantanosa mata do Cachil, na ilha de Caiar, à entrada sul do rio Cobade, a leste de Catió. Havia notícia de inimigos armados na área que realizavam um intenso trabalho de subversão da população. Nas águas que cercavam a ilha de Caiar, três LFPs e duas LDPs estabeleceram uma patrulha para evitar qualquer fuga e na manhã de 6 de Dezembro desembarcaram as forças em diversos pontos da ilha para uma operação de cerco e busca. Depois de progredir cerca de 8 quilómetros no terreno, uma secção encontrou duas mulheres e este contacto deu origem a uma troca de tiros com guerrilheiros próximos.[30] A operação prosseguiu em terreno difícil e em última análise foi inconclusiva, uma vez que os guerrilheiros se eclipsaram. Teve, porém, o mérito de ser a primeira experiência de operações conjuntas do Exército e da Marinha na Guiné.

[30] Lopes Carvalheira, "Guiné: Esquadrilha de Lanchas e Outros Navios", 4.

Até 1968 o controlo e emprego das unidades de fuzileiros estava sob a alçada do CDMG. A sua política consistia em manter uma reserva em Bissau e empregar estes fuzileiros apenas em operações específicas, que eram sempre executadas em coordenação e com o apoio de outras unidade navais. O sistema funcionava bem, porque estas tropas estavam especialmente treinadas para executar patrulhas, fiscalizar os rios e interditar ao inimigo as áreas litorais. As referidas operações podem dividir-se em dois tipos: operações independentes, que envolviam patrulhas e acção de presença, e operações conduzidas em força para desferir um ataque sobre o inimigo. Quando operavam independentemente, as LFGs patrulhavam o rio para o qual eram enviadas durante cerca de 12 dias, deslocando-se sobretudo de noite e fundeando durante o dia. As informações que norteavam as missões provinham da PIDE/DGS, de vários chefes de posto e do sistema de informações do Exército, sendo coordenadas pelo Estado-Maior naval.[11] A frequente interacção directa com a população e com a PIDE/DGS era algo que faltava à Marinha. Em contrapartida, as operações de assalto eram geralmente atribuídas a um destacamento de fuzileiros com os respectivos botes de borracha e envolviam uma lancha que os desembarcava para uma missão específica. Era regularmente empregada a aviação, particularmente no rio Cumbijã, para ajudar a coordenar essas operações e para proteger as lanchas de emboscadas. Infelizmente os rádios não eram fiáveis, o que prejudicava a coordenação e eficácia da força. Também se efectuavam operações aéreas no rio Cacine, especialmente para proteger comboios.[12]

QUADRO 5.1: FORÇAS NAVAIS NA GUINÉ NO FINAL DO ANO DE 1964

Unidade	Data de chegada
LFP *Canopus* (P 364) e *Bellatrix* (P 363)	19 MAI1961
LDP 101 e 102	19 MAI1961
LFP *Deneb* (P 365)	06 JUN1961
LDP 103	13 JAN1963
Nuno Tristão (F 332) rende o *Vouga* (D 334)	19 FEV1963
Pelotão de Fuzileiros nº 1 Integrado na Companhia de Fuzileiros nº 3, à chegada desta	09 ABR1963
Companhia de Fuzileiros nº 3	14 JUN1963
LFG *Argos* (P 372)	30 JUL1963
LDP 104	09 AGO1963
LP1, LP2, LP3, LP4 Lanchas de patrulha baseadas em "enviadas" algarvias armadas Prontamente retiradas com a chegada das LDMs	09 AGO1963
LFG *Dragão* (P 374)	19 AGO1963
Destacamento de Fuzileiros Especiais nº 7	11 OUT1963
Destacamento de Fuzileiros Especiais nº 8	04 NOV1963
LFG *Escorpião* (P 375)	DEZ1963

[11] Eurico Nelson de Campos Marques Pinto, capitão-de-mar-e-guerra, entrevista com o autor, 6 de Fevereiro de 2003, Lisboa.

[12] Carlos Encarnação Gomes, capitão-de-fragata (fuzileiro), entrevista com o autor, 2003, Lisboa.

Unidade	Data de chegada
Batelão Bor (Serviços de Marinha)	Não combatente
Batelões motorizados BM1 e BM2 (Serviços de Marinha)	Não combatentes
LDM 204 e 205 (ex-LDM 101 e 102, respectivamente)	13 JAN1964
LDM 201 e 203	21 JAN1964
LDM 306 e 307	30 JAN1964
LDM 202, 301, 302, 303	23 FEV1964
Destacamento de Fuzileiros Especiais n.º 9	29 FEV1964
LDM 304	03 ABR1964
Destacamento de Fuzileiros Especiais n.º 10 rende o n.º 2	25 JUN1964
LDM 305	03 AGO1964
LFGs *Hidra* (P 376) e *Cassiopeia* (P 373) rendem as LFGs *Argos* (P 372) e *Dragão* (P 374), que são transferidas para Angola	19 SET1964
LFG *Lira* (P 361) rende a LFG *Escorpião* (P 375), que é transferida para Angola	15 OUT1964
LFG *Orion* (P 362)	13 DEZ1964
LDM 308 e 309 (ex-LDM 501 e 502, respectivamente)	06 DEZ1964
LDM 312 e 313 (ex-LDM 505 e 506, respectivamente)	15 DEZ1964
LDM 310 e 311 (ex-LDM 503 e 504, respectivamente)	16 DEZ1964

A rotina dos fuzileiros consistia em patrulhar diariamente o rio nos botes de borracha com o apoio de uma LDM. Aproximadamente de quinze em quinze dias havia uma grande operação, invariavelmente executada de noite a fim de ocupar posições para um ataque ao nascer do sol. O comandante Carlos Gomes referiu que nos 13 meses da sua comissão, entre 1964 e 1966, participou em 28 ou 29 operações como imediato do DFE 10.[13] Só raramente estas eram executadas conjuntamente com outros DFEs.

As patrulhas do rio pelos fuzileiros eram diversificadas, a fim de manter o inimigo na incerteza, sendo a táctica favorita passar o período nocturno a pairar e a remar silenciosamente em áreas onde havia probabilidade de contacto inimigo. Muitas vezes a força dividia-se, ficando alguns elementos nos botes e desembarcando outros para montar uma emboscada. Se o inimigo estivesse presente, atacaria quando os fuzileiros estavam a desembarcar, em situação de maior vulnerabilidade. Quando se deslocavam a bordo de uma LF, os fuzileiros sentiam-se expostos, uma vez que a lancha se ouvia uns bons 10 minutos antes de chegar. Acresce que frequentemente os rios não tinham mais de 100 metros de largura e a lancha era extremamente susceptível ao fogo de RPGs. Gomes recorda que, como comandante da LFG *Lira* (P 361) entre 1971 e 1973, foi 8 vezes atacado com fogo de RPGs inimigos e apenas uma vez o navio foi atingido.[14] Por sorte, os guerrilheiros tinham fraca pontaria, mesmo a 50 metros.

Um vez em terra, os fuzileiros eram mais adaptáveis e, progredindo em silêncio, podiam surpreender o inimigo desprevenido. Deslocavam-se com pouco equipamento e transportavam apenas 5 cartucheiras, pouca comida e água potável. O factor mais importante

[13] Ibid.
[14] Ibid.

era a mobilidade. Iam armados com foguetes antiaéreos ligeiros (37 mm) lançados a partir de um tubo adaptado, três metralhadoras MG-42 e por vezes um morteiro. Gomes recorda-se de ter iludido a vigilância de sentinelas que estavam a fumar e entrado numa aldeia, apreendendo armas e uma saca de granadas de mão.[9] Quando era confrontado com os fuzileiros, o inimigo eclipsava-se, excepto no sul da Guiné, onde se tinham infiltrado forças regulares do PAIGC. Ali havia poucas posições do Exército e também a Marinha possuía pouca presença na área. Assim, o PAIGC conseguiu estabelecer uma posição forte na fronteira sul e manter a sua capacidade de permanência, perante escassa oposição.

Em 1965 esta missão exclusivamente naval começou a ser objecto de alguma pressão; o comandante-chefe do teatro de operações considerava que a sua superintendência por parte do CDMG não estava em consonância com o que o Exército pensava ser o papel das forças especiais. O Exército não tinha um entendimento cabal da dimensão naval do conflito e do uso dos fuzileiros em operações aparentemente rotineiras, sem espectacularidade, mas que se revestiam de uma importância vital contra a rede logística fluvial do inimigo.[10] Havia da parte do Exército a tendência para encarar os fuzileiros meramente como mais uma fonte de pessoal especialmente treinado para executar operações de acordo com a visão do Exército ao lado das suas forças especiais. O CDMG foi obrigado a ceder às pretensões do Exército. Em Fevereiro de 1967 uma directiva ordenava o regresso dos fuzileiros ao controlo do CDMG para operações navais nos rios Cacheu, Cacine e Cumbijã. As lanchas que patrulhavam estes rios puderam então alargar o seu âmbito de actuação com a consequente eficácia. O controlo e emprego dos fuzileiros mudou de novo com a chegada de Spínola em 1968 e a concretização do que este entendia serem as soluções para os problemas de segurança imediatos. Do ponto de vista estratégico esta mudança revelava alguma tacanhez, na medida em que quebrava o eficiente binómio fuzileiro-lancha que negava o uso dos rios ao inimigo. Seja como for, nos derradeiros anos da guerra as lanchas embarcavam equipas de fuzileiros como rotina para responder à agressividade do inimigo e às suas emboscadas. Conquanto esta alteração tenha ajudado as guarnições das lanchas como medida defensiva, tolheu os fuzileiros na sua missão original de continuar a paciente e metódica ofensiva contra o sistema logístico do inimigo.

No início de 1963 a frota de que a Marinha dispunha na Guiné para desempenhar a sua missão constava apenas de uma pequena e irregular miscelânea de meios. Além das três LFPs, das duas LDPs e do navio hidrográfico atrás referidos, havia o antiquado contratorpedeiro *Vouga* (D 336) que patrulhava a costa. Existiam também cinco meios pertencentes ao Chefe dos Serviços de Marinha, que consistiam em três pequenas embarcações de carga de boca aberta, a *Formosa*, a *Corubal* e a *Pecixe*, a draga *Geba* e o velho rebocador *Atro*. No conjunto eram inadequados para garantir a segurança nos rios, à luz da crescente actividade do PAIGC. Nessa conformidade, durante os anos de 1963 e 1964 a força foi aumentada com a chegada de uma série de novas unidades, que lhe conferiram um cariz inteiramente novo. O Quadro 5.1 mostra o aumento de meios durante esse período de dois anos. Com o número total de navios no teatro de operações a atingir 29 no final de 1964 e os da esquadrilha a cifrarem-se em 23, justificava-se mudar o nome da unidade para reflectir a sua nova composição, onde as unidades de transporte tinham maior peso. Assim, foi rebaptizada Esquadrilha de Lanchas da Guiné (ELG). Revestiu-se de especial importância a adição à frota das três

[9] Ibid.
[10] Telo, 580

A LFG *Hidra* (P 376) no rio Cacheu, na Guiné.

LFGs, *Argos* (P 373), *Dragão* (P 374) e *Escorpião* (P 375). Estes navios, com o seu deslocamento relativamente grande, velocidade elevada (16 nós), bem armados, com duas Bofors de 40 mm, e acesso à maior parte do território servida pela rede hidrográfica, eram teoricamente ideais para dar combate ao inimigo e garantir as linhas de comunicação fluviais. Viriam repetidamente a provar a sua valia na grande "batalha dos rios".

A sua utilização foi, porém, interrompida por um incidente ocorrido a 26 de Dezembro de 1963, no qual a *Dragão*, durante uma patrulha, foi violentamente atacada pelo inimigo numa emboscada perto da povoação do Tancroal, na margem esquerda do rio Cacheu, cerca de 10 milhas a jusante de Farim. A inspecção após o ataque revelou 22 impactos de fogo de metralhadora ligeira no costado e nas superestruturas. Um dos projécteis atravessara o casco e furara a garrafa de ar comprimido que fazia parte do sistema de comando a distância do motor. Enquanto não se substituiu a garrafa, a *Dragão* ficou temporariamente imobilizada.[11] A situação poderia ter sido muito pior se não tivesse havido um pouco de sorte. Esta classe de navios não estava claramente concebida para sobreviver a este género de ataque e revelou possuir muitas vulnerabilidades, das quais a menor não seria o paiol de munições, situado à popa, acima da linha de água. Decidiu-se, em conformidade, dotar os navios de uma protecção de chapa balística a revestir o paiol, os motores e as máquinas auxiliares, uma vez que um simples tiro de espingarda lograra imobilizar um navio de 200 toneladas. As novas construções integrariam já esta protecção.

As LFGs que se encontravam já em serviço na Guiné foram substituídas em finais de 1964 por navios da mesma classe já dotados de protecção balística avançada. Tal como em

[11] Lopes Carvalheira, "Guiné: Esquadrilha de Lanchas e Outros Navios", 30-31.

Angola, as LFs receberam novo armamento, tendo a MG-42 ocupado o lugar da Dreyse, ao mesmo tempo que as Heckler and Koch G-3 substituíam a pistola-metralhadora FBP. No Capítulo 3 foram já referidas outras alterações introduzidas no armamento; não obstante, a vulnerabilidade dos navios deu azo a uma quantidade de ideias, que acabaram por se reduzir a duas propostas sérias. A primeira, apresentada pelo comandante Alpoim Calvão, comandante do DFE 8, foi a de um navio do tipo monitor, solidamente blindado, especialmente concebido para as águas da Guiné. Seria rápido, silencioso e fortemente armado.[18] Infelizmente cada uma destas capacidades implicava compromissos. Um navio solidamente blindado e fortemente armado não podia ser muito rápido nem ter um calado suficientemente reduzido para operar eficientemente no ambiente fluvial da Guiné. Tal como se referiu no Capítulo 3, este projecto foi abandonado por ser muito dispendioso e talvez inexequível com a tecnologia da época.

A segunda foi a de uma LFP leve, rápida e silenciosa que simultaneamente calasse pouco e tivesse armamento ligeiro, à maneira do PBR que vinha sendo usado com tanto êxito pela Marinha dos EUA no Vietname. A sua missão principal seria transportar uma equipa de fuzileiros e inseri-los dissimuladamente. A sua velocidade e silêncio proporcionariam a mobilidade e surpresa necessárias para defrontar o inimigo e o seu pequeno calado conferir-lhe-ia liberdade de acção em toda a rede hidrográfica da Guiné. As LFPs e LDMs não eram particularmente eficazes para este tipo de operação, visto serem relativamente ruidosas e lentas e alertarem sempre o inimigo com ampla antecedência. Foi apresentado em 1971 um protótipo desta nova LFP, designado *Corsair*, que se utilizou a título experimental até ao final da guerra, embora nunca tenha chegado a ser aumentado ao efectivo da Armada. O projecto nunca resultou grandemente, porquanto enfermava de problemas de manutenção e equipamento. A seguir à guerra, a *Corsair* regressou a Portugal.[19] Como na maior parte das guerras, as forças tinham de usar os meios de que podiam dispor rapidamente e deles tentar tirar o maior partido, e a Marinha fê-lo bem.

Como apêndice ao reapetrechamento ocorrido em 1963-1964, a LDG *Alfange* chegou à Guiné a 3 de Outubro de 1965, tendo sido a primeira da sua classe a entrar ao serviço. Tinha capacidade para transportar 270 toneladas de carga ou um batalhão de 450 homens durante uma viagem curta. Este aditamento acarretou uma substancial capacidade de fazer chegar tropas e o respectivo equipamento logístico à maioria dos locais da Guiné e de apoiar a população. Devido ao seu armamento ligeiro, era muitas vezes escoltada por uma LFG ou LFP para aumento do poder de fogo caso se materializasse algum ataque. No ano seguinte chegava outra unidade da mesma classe, a LDG *Montante*, e em Julho de 1969 a LDG *Bombarda* aumentava o total destas lanchas para três.

A manutenção da frota

Em 1959, quando o Comandante do CDMG acumulava o cargo de Chefe dos Serviços de Marinha, a primeira prioridade fora a construção de infra-estruturas, particularmente a estação radionaval de Bissau, que começou a funcionar em Maio de 1961. Não era de somenos importância a expansão do estaleiro a fim de poder receber a frota de águas interiores e assegurar a sua manutenção e reparação. Esta ciclópica tarefa ultrapassava as capacidades do comandante isoladamente, motivo pelo qual a lotação do Comando foi aumentada com

[18] Teixeira, 582-583
[19] Ibid., 583

mais um oficial a fim de assumir essas responsabilidades. O jovem oficial nomeado foi o primeiro-tenente (engenheiro maquinista naval) Luiz Casimiro Mesquita Dias, que chegou à Guiné em Novembro de 1963 para dirigir a operação de ampliação do pequeno estaleiro, que constava à data de dois velhos e decrépitos planos inclinados e de um edifício quadrado de 900 metros quadrados. Os planos inclinados encontravam-se em mau estado e precisavam de reparação urgente. A energia para movimentar o berço provinha de uma talha manual, com a ajuda ocasional de um jipe. Quando Mesquita Dias partiu, em Dezembro de 1965, o estaleiro tinha 4.000 metros quadrados cobertos e o pessoal aumentara, dos cinco europeus e uns 20 idosos operários locais, para um quadro substancial que dava apoio a toda a frota de "navios pequenos"[39]. O aumento do pessoal fez-se à custa de aprendizes de construção naval vindos das escolas técnicas locais a quem os operários veteranos transmitiam as noções básicas de soldadura, reparação de motores e caldeiras, carpintaria, sistemas eléctricos e electrónica. Os dois planos inclinados revelaram-se inadequados para responder ao volume de reparações necessário, de maneira que os navios eram encalhados e querenados sobre um e outro bordo, utilizando-se a acção das marés, para se proceder às tarefas de manutenção. As reparações de maior vulto e mais complicadas eram feitas nas ilhas de Cabo Verde, mas tentava-se evitá-lo, na medida em que cada navio para ali deslocado ficava inoperacional durante três meses.[40] Em 1969 o estaleiro dispunha já de meios e capacidade para as acções de manutenção e reparação das LFGs *Lira* (P 361), *Orion* (P 362), *Cassiopeia* (P 373), *Dragão* (P 374) e *Hidra* (P 376), que anteriormente eram deslocadas para Cabo Verde.

De início não havia plano de manutenção e as reparações processavam-se consoante as necessidades. Esta maneira de funcionar dava origem a uma carga de trabalho incomodamente variável, que era altamente perturbadora para o pequeno estaleiro, com os seus escassíssimos recursos. Num dos piores ambientes de África, no qual as águas pouco profundas e lodosas, com as suas partículas em suspensão, desgastam rapidamente toda a maquinaria, era crucial uma assistência regular. Em finais de 1964 existia um programa de manutenção semestral para todos os navios em serviço naquele teatro de operações, com homens/hora atribuídos para reparações de emergência. Havia sempre falta de sobressalentes, porque Lisboa nunca os enviava em quantidade bastante. Quando a Marinha empreendia uma operação de grande envergadura, como a Operação *Tridente*, registava-se uma enorme sobrecarga das infra-estruturas, do pessoal e dos *stocks* do estaleiro. Na maioria das vezes o estaleiro funcionava 24 horas por dia, 7 dias por semana, para fazer a manutenção da frota.[41]

Por ocasião deste aumento da frota, aliás, o estaleiro foi pressionado para assegurar a manutenção das LFGs da classe *Argos* que haviam chegado à Guiné e para instalar mais alojamentos nas novas LDMs das séries 201 e 301. Este aumento de alojamentos para a guarnição converteria as LDMs em meios de transporte de longo curso passíveis de serem usados como bases móveis de capacidades semelhantes aos que tanto êxito haviam tido no rio Zaire. As unidades da série 201 foram equipadas com oito beliches e uma cozinha que lhes conferia a possibilidade de operar quer como unidades de patrulha, quer como meios de transporte e de desembarque de fuzileiros nos respectivos botes de borracha a fim de projectarem força ao longo das margens dos rios. Os poços destas lanchas foram integralmente cobertos, ao passo que os das LDMs 308 a 313 o foram apenas parcialmente,

[39] Luiz C. Mesquita Dias, almirante, entrevista com o autor, 10 de Fevereiro de 2005, Lisboa.

[40] Ibid.

A LDG *Alfange* atracada em Teixeira Pinto, na Guiné, 1971.

uma vez que seriam exclusivamente utilizadas para o transporte de carga. Esta conversão prolongou-se até meados de 1965.[47]

O estaleiro ocupou-se também das precárias condições de vida a bordo das lanchas, cuja melhoria constituiu uma preocupação constante de todos os comandantes da ELFG/ELG ao longo do conflito. Num ambiente como o da Guiné a habitabilidade das lanchas era sempre um importante factor a ter em conta, visto que inicialmente estava previsto que os elementos da guarnição vivessem a bordo durante a maior parte da sua comissão de dois anos. Os espaços eram pequenos e acanhados, mal ventilados e expostos aos insectos. Havia pouco espaço para guardar alguma coisa que excedesse as mais singelas necessidades pessoais. Acresce que a comida a bordo era a maior parte das vezes confeccionada por alguém que nada sabia de cozinha e, como tal, não era propriamente apetitosa. No intuito de aliviar as guarnições desta sufocante existência, em 1966 a Marinha construiu uma caserna em Bissau com capacidade para 60 homens. Esta infra-estrutura permitiria ao pessoal desembarcar quando as lanchas se encontravam na capital e libertar-se por algum tempo das privações de bordo, desfrutando de uma situação mais cómoda. Aqui, a comida era confeccionada por profissionais e havia espaços destinados aos pertences pessoais que não existiam a bordo das lanchas. Como é de imaginar, os pedidos para ocupação destes alojamentos excediam geralmente as disponibilidades, de forma que se instituiu um sistema de prioridades para os atribuir com a maior justiça possível. Em finais de 1969 a caserna foi substituída por outra de maior capacidade, para 120 homens. Dois anos mais tarde a Esquadrilha passou

[47] Lopes Carvalheira, "Guiné, Esquadrilha de Lanchas e Outros Navios", 9-10.

para duas novas casernas, cada uma das quais com capacidade para 80 homens, dispondo de um cacifo para cada elemento da guarnição.[43]

A bordo das lanchas, porém, muito pouco se podia fazer para melhorar as condições, embora tenham sido tentadas muitas modificações. Por exemplo, a bordo das LDs foram acrescentadas cortinas laterais e fechos aos toldos de lona que cobriam o poço para utilização durante a estação das chuvas, o que na realidade melhorou substancialmente as condições de vida no interior. Constituiu também uma significativa e útil alteração a aquisição em finais de 1968 de quinze arcas frigoríficas de 50 quilogramas, que permitiam às guarnições conservar frescos durante as patrulhas de maior duração, melhoramento do qual decorreram progressos na saúde e no moral do pessoal. Em meados de 1970 todas as lanchas possuíam uma ventoinha e uma arca congeladora. Finalmente, do ponto de vista operacional, à medida que foi aumentando o número de unidades disponíveis na Guiné, tornou-se possível reduzir a duração das patrulhas, de forma que em 1971 nenhuma ultrapassava os 30 dias.[44] Deste modo distribuía-se mais equitativamente a carga de trabalho e o programa operacional tornava-se menos árduo para todos.

A contínua procura da melhoria da vida a bordo das lanchas redundou em condições de trabalho bastante suportáveis num ambiente hostil. Esta veio a revelar-se porventura a maior vantagem na luta contra a subversão, na medida em que as guarnições se mantinham em boas condições sanitárias e capazes de agir com eficácia. Em contrapartida, o inimigo era obrigado a empreender longas e árduas deslocações em terreno difícil, fundamentalmente a pé e por vezes de canoa. Deslocava-se dos seus santuários na Guiné ou no Senegal, mal protegido dos elementos, para chegar às populações ou estabelecer contacto com as forças portuguesas. Movimentava-se carregado de armas, munições, rações e porventura alguns medicamentos. Quem adoecesse ou fosse ferido tinha poucas perspectivas de receber assistência médica útil. É certo que, em termos individuais, não havia comparação entre a resistência e a sustentabilidade de um e outro lado. Efectivamente, a chave da sustentabilidade dos guerrilheiros tinha sempre sido uma ampla provisão de recrutas dispostos a sofrer e a morrer pelos ideais do movimento. Na melhor tradição maoísta, havia comissários políticos presentes em toda a organização militar do PAIGC a fim de garantir que não houvesse vacilações relativamente a esses ideais e para manter o moral face a uma constante torrente de baixas. Normalmente as baixas entre os guerrilheiros excedem largamente as das forças governamentais, e a Guiné não era excepção.

Assistência médica

As condições climáticas tropicais da Guiné e o complicado terreno aliavam-se para tornar a assistência médica, quer dos militares, quer da população civil, uma tarefa difícil. Não obstante, o Serviço de Saúde do CDMG colaborava com os departamentos médicos dos outros ramos e serviços civis para prestar assistência eficaz aos militares, aos seus familiares e à população em geral. O aspecto mais importante da sua missão era garantir boas condições sanitárias e habitacionais em todas as instalações navais e a bordo das LPs e LDs. Isto revestia-se de grande importância, já que historicamente as forças armadas sempre sofreram mais devido à falta de higiene e às doenças do que por acção do inimigo.

---

[43] Ibid., 27-28.

[44] Ibid.

Na Guiné, abundavam doenças como a malária, a diarreia, as infecções respiratórias agudas, a tuberculose, os parasitas internos, a oncocerciase ocular (cegueira de rio) e outras enfermidades tropicais, que representavam uma ameaça, quer para a campanha militar, quer para a estratégia de prestação de assistência à população. Os médicos navais eram profissionais profundamente dedicados que prestavam serviço tanto no hospital civil de Bissau como no Hospital Militar de Bissau (HM 214), com o objectivo de dar assistência médica de elevada qualidade a todo o território. No que se refere aos militares, a missão primordial do corpo clínico era a evacuação por helicóptero dos feridos em combate para o Hospital Militar a fim de aí serem assistidos e em última análise para a Metrópole, em caso de necessidade. Como tarefa secundária, a saúde e bem-estar dos militares, dos seus familiares e da população em geral eram também da responsabilidade do Serviço de Saúde. A sua reputação neste campo atingiu um nível significativo e desempenhou um importante papel na conquista da adesão da população.

Dado que uma parte substancial da Marinha era constituída por africanos, o tratamento destas praças implicava uma certa flexibilidade. Os fuzileiros africanos, por exemplo, que eram casados e polígamos e se deslocavam com as famílias sempre que as condições de segurança o permitiam, exigiam adaptações médicas particulares; no caso do DFE 21, no Cacheu, o CDMG contratou especificamente um médico para tratar esses fuzileiros africanos e as respectivas famílias. Noutras instâncias, os médicos deslocavam-se às unidades para responder a uma necessidade específica, como sucedeu com uma epidemia de gastroenterite no DFE 22, em Cacine, de acordo com o relato posterior feito pelo então primeiro-tenente MN Rui Abreu da sua comissão na Guiné de 1972 a 1973.[45] Os fuzileiros africanos e as suas famílias eram também evacuados de avião para Bissau a fim de receberem assistência quando as suas enfermidades exigiam mais do que aquilo que existia no terreno.

A população em geral era assistida em postos médicos estrategicamente localizados ao longo do território, tendo chegado a haver 51 destes postos.[46] A fama dos médicos portugueses ultrapassou largamente as fronteiras da Guiné e isso atraía cada vez mais doentes de locais distantes aos postos médicos a fim de serem assistidos. De facto, houve pacientes do Senegal, sem documentação para atravessar a fronteira, que ali acorreram para se tratarem. Chegou a haver consultas marcadas para parturientes senegalesas.[47]

A prática tradicional de o paciente se deslocar ao posto médico nem sempre era possível devido às longas distâncias e ao terreno difícil que muitos tinham de percorrer. A fim de chegar a estes povos mais distantes foi necessário estabelecer postos móveis. O seu objectivo era uma visita mensal a cada aldeia que não tivesse contacto regular com os centros mais desenvolvidos. Para lá da implícita obrigação do governo de cuidar da sua população, esperava-se que esta importante modalidade de operação social e a confiança por ela gerada suscitassem o imprescindível fluxo de informações e a cooperação por parte dos povos.[48]

---

[45] Rui Manuel Rodrigues de Abreu, testemunho para o Projecto de História Oral sobre a sua comissão como médico naval na Guiné, 1972-1973. O contra-almirante Abreu era então primeiro-tenente.

[46] Luís Nuno Rodrigues, "*For a Better Guinea!* Winning hearts and minds in Portuguese Guinea." Apresentação no Seminário "Legacies of Conflicts. Decolonization and the Cold War". Lisboa, Maio de 2010, 8, http://www.lse.ac.uk/IDEAS/programmes/africaProgramme/events/conferences/africaCWMay2829/papers_pdfs/rodrigues.pdf (página consultada a 30 de Setembro de 2011).

[47] Coronel Luís Alberto Santiago Inocentes, correspondência com o autor, 15 de Julho de 1995, Lisboa. O coronel Inocentes foi Chefe do Estado-Maior do Comando Territorial Independente da Guiné de 1970 a 1972.

[48] Coronel Luís Alberto Santiago Inocentes, entrevista com o autor, 14 de Abril de 1994, Londres.

A preparação para o combate

O pessoal chegava da Metrópole munido apenas de uma noção básica da guerra na Guiné e carecia de uma significativa preparação adicional para desempenhar eficazmente a sua missão. Apesar da elaboração e publicação de uma série de manuais versando o tema da guerra subversiva e do seu estudo na Metrópole, as subtilezas do modo como ela estava a ser travada na Guiné, com a sua diversificada população e o seu difícil terreno, escapavam a muitos e levavam bastante tempo a ser apreendidas.[49] Esta aclimatação processava-se numa série de frentes e visava acelerar a compreensão da situação e a experiência do pessoal recém-chegado através de um programa de instrução que abrangia a teoria, os conhecimentos práticos e os procedimentos operacionais, matérias todas elas depuradas pelo manancial de experiência previamente acumulada nos rios.

Embora o pessoal fosse oriundo de diversas classes, como manobra, artilheiros, fogueiros, telegrafistas e taifa, havia um tema comum e um entendimento da guerra que todos precisavam de adquirir. Como tal, a Esquadrilha criou um Plano de Treino Operacional (PTO) para responder a essa necessidade. A fase inicial realizava-se em terra e incidia nos requisitos da formação profissional de cada praça em conformidade com as necessidades naquele teatro de operações. Era feita uma apresentação sobre as diversas infra-estruturas navais e a sua função no apoio à ELFG/ELG para a concretização da estratégia naval no teatro de operações.

A segunda fase decorria a bordo da unidade a que cada praça era destinada, a cargo do respectivo comando. O seu objectivo era que todos se familiarizassem com a sua lancha, a respectiva organização, os procedimentos de segurança e o seu armamento. Eram também focados temas correlativos, tais como a higiene tropical, a prontidão para o combate, os diversos tipos de missões e o perfil de cada uma delas. No conjunto estas duas fases tinham a duração de três semanas e no final cada praça ficava familiarizada com a sua lancha, as suas potencialidades e limitações, a sua manutenção e o papel pessoal que lhe competia para fazer dela um eficaz instrumento de guerra. Não obstante, ainda nenhum homem tinha largado de terra.

Durante a semana seguinte os novos elementos da guarnição iniciavam a fase prática com a lancha a navegar, treinando a pontaria a partir de uma unidade em movimento, a manobra nos difíceis cursos de água de dia e de noite, no preia-mar e no baixa-mar, e o desembarque de tropas. No caso dos futuros comandantes de lancha esta parte do adestramento durava mais algumas semanas, até estarem preparados para assumir o comando.

Claro está que o adestramento não era isento de surpresas. Os exercícios de fogos reais eram inicialmente feitos no rio Geba, numa área desabitada chamada Gã Chiquinho, situada a três horas de caminho de Bissau, na margem esquerda, a montante da capital. Ali os elementos da guarnição recebiam instrução de armamento, adaptando-se às respectivas armas, e praticavam tiro a distâncias estabelecidas. Os guerrilheiros aperceberam-se de que a Marinha utilizava regularmente aquele local e, com o interesse espicaçado, decidiram fazer também o seu exercício de tiro. Assim, posicionaram-se de forma a surpreender a próxima visita naval. Quando os instruendos chegaram e iniciaram o seu curso de instrução, foram recebidos com fogo de armas ligeiras por parte dos guerrilheiros. Felizmente ninguém ficou ferido, devido à fraca pontaria, mas para muitos dos recém-chegados foi o

[49] Escola de Fuzileiros, *Manual do Fuzileiro* (colecção) (Vale do Zebro: Escola de Fuzileiros, 1962.)

proverbial baptismo de fogo. Mais tarde o inimigo apareceu com armas pesadas capazes de descarregar um grande volume de fogo letal e a situação tornou-se bastante perigosa. Este ciclo de instrução foi consequentemente transferido para o pequeno e desabitado ilhéu da Coroa, mais a jusante.[59]

A competência da guarnição era apurada nas semanas subsequentes com a experiência adquirida em operações diárias nos rios e ao longo da costa. À medida que o ritmo operacional ia aumentando e chegavam mais lanchas ao teatro de operações, a falta de pessoal era constante. As praças de algumas classes fulcrais, como artilheiros e fogueiros, eram por isso enviadas directamente para as lanchas em que haviam sido colocadas e recebiam ali instrução dada pelos elementos veteranos da guarnição, a fim de se acelerar o processo de adestramento.

As praças integravam-se, passando a fazer parte de uma equipa, e tornavam-se competentes membros da guarnição da sua lancha, o que era para elas justificado motivo de orgulho. Cada unidade era não apenas a casa, como o meio de sobrevivência dos homens e, como tal, tornava-se uma poderosa máquina de combate, na qual cada um confiava nos seus camaradas e os apoiava. A despeito do opressivo calor e humidade e da sempre presente ameaça do inimigo, o moral era elevado, pois nestes pequenos comandos os jovens marinheiros e os seus oficiais assumiam importantes responsabilidades e era-lhes dada grande latitude na execução das missões.

A evolução da Guerra

Desde o início das hostilidades, em 1963, a ELFG/ELG considerou como sua primeira prioridade a preservação das vias de comunicação fluviais e, assim, criou um sistema de comboios para acompanhar os navios de abastecimento através dos rios e protegê-los de ataques inimigos. Embora o sistema se fosse aperfeiçoando no decurso do conflito e tenham sido atribuídos meios de acordo com as necessidades, existiam quatro rotas principais, a partir de Bissau:

- Bissau (ou Cacheu) a Farim, no rio Cacheu;
- Bissau a Bissum, uma aldeia mercantil 30 milhas a montante de Cacheu, no rio Armada;
- Bissau (ou Bolama) a Catió, no rio Cobade;
- Bissau (ou Bolama) a Bedanda, no rio Cumbijã.

A partir destes pontos o sistema de distribuição prosseguiria até aos portos mais pequenos, tais como Gadamael, perto na fronteira com a República da Guiné. Uma vez que as condições de segurança eram mais críticas nessas extensões, tornava-se necessário escoltar os navios de transporte e muitas vezes reforçar as guarnições com uma equipa de fuzileiros para protecção contra emboscadas nos estreitos confins dos pequenos cursos de água interiores. Era também preciso proceder a ajustamentos nos percursos consoante a situação se ia alterando, como era o caso do trajecto até Bedanda, no qual havia que passar bem ao largo da ilha de Como, depois do seu abandono pelo Exército em 1967. Até esse ano a responsabilidade pelos comboios estivera confiada à ELFG/ELG, mas posteriormente, quando a situação de segurança se agravou, essa competência passou para o CDMG. Normalmente os comboios eram organizados numa formatura em coluna, com uma LDP ou LDM a abrir a marcha e uma segunda na cauda, levando o oficial mais antigo,

[59] Lopes Carvalheira, "Guiné: Esquadrilha de Lanchas e Outros Navios", 16-17.

ou comandante do comboio, embarcado. As emboscadas eram frequentes, sendo mesmo certas em determinadas rotas, e as guarnições podiam esperar ser atacadas com bazucas, morteiros e foguetes. Tais ataques podiam danificar seriamente uma lancha, mas apenas afundaram uma, depois totalmente recuperada. Em 1967 houve algumas experiências de colocação de minas pelo PAIGC, às quais se respondeu com patrulhamentos avançados do rio e das margens por fuzileiros em botes de borracha. Felizmente o PAIGC não deu seguimento a esta prática, pois a longo prazo ela teria colocado problemas muito sérios aos portugueses. Tanto quanto possível, tentava-se a diversificação das rotas e das horas, mas, devido aos condicionamentos de marés e à obrigação de escalar certos destinos, a sua utilidade era limitada. Até 1973 e ao aparecimento do míssil portátil SA-7 *Strela* (NATO: *Grail*), os comboios tinham invariavelmente apoio aéreo nos troços mais perigosas das rotas, mas a partir de então deixou de ser seguro para as aeronaves voarem abaixo dos 2.000 metros em zonas onde existisse a ameaça de mísseis.[56]

Com o aumento de meios verificado em 1963-1964, o CDMG designou cinco *task units* (TU) para operar nestas quatro principais rotas. Foram inicialmente as seguintes:

- A TU 1, constituída por três LFGs e uma LP apoiada por uma LFG, operando no rio Cacheu até Farim;
- A TU 2, constituída por uma LFG, três LFPs e três LPs, operando nos rios Cacine, Cobade e Cumbijã, no sul;
- A TU 6, constituída por duas LDMs e um destacamento de fuzileiros, operando nos rios Geba e Corubal;
- A TU 7, constituída por duas LDMs e um destacamento de fuzileiros, operando na zona de Bolama;
- A TU 8, constituída por duas LDMs e fuzileiros destacados de Bissau, operando no rio Mansoa.[57]

De notar que os navios eram desviados de *task unit* para *task unit* consoante os requisitos das operações e essas mudanças não reflectiam necessariamente qualquer alteração ao primitivo conceito de operações.

À medida que a frota ia aumentando, as quatro LPs adaptadas a partir de enviadas algarvias como medida provisória revelaram-se demasiado lentas para utilização operacional e foram abatidas. As duas que se encontravam em relativamente bom estado, a LP2 e a LP3, acabaram por ser utilizadas para a pesca local no arquipélago dos Bijagós. Em finais de 1965 a Esquadrilha tinha 3 LFPs, 12 LDMs convertidas para poderem efectuar missões de patrulha, 6 LDMs mantidas como lanchas de transporte e 7 LDPs, totalizando 28 unidades.

---

[56] O SA-7 *Strela* (NATO: *Grail*) é um míssil terra-ar portátil, disparado ao ombro, equipado com uma ogiva de alto explosivo e guiado por um sistema de infravermelhos passivo. O SA-7 foi a primeira geração de mísseis terra-ar portáteis soviéticos. Embora classificados como pertencendo ao tipo "fire and forget", os mísseis eram facilmente neutralizados pelo calor solar e, quando usados em terreno acidentado, pelo calor do solo. O SA-7a entrou ao serviço em 1968, mas em breve seria substituído pelo SA-7b, que veio a ser o modelo de produção mais generalizada. O SA-7b difere essencialmente do SA-7a pelo facto de possuir uma carga propulsora que lhe confere maior alcance e velocidade. O SA-7a tinha um alcance oblíquo de 3,6 quilómetros e uma zona letal entre os 15 e os 1.500 metros de altitude, com uma velocidade aproximada de 430 metros por segundo (Mach 1,4). O SA-7b tinha um alcance oblíquo de cerca de 4,2 quilómetros, um tecto de aproximadamente 2.300 metros e uma velocidade da ordem dos 500 metros por segundo (Mach 1,75). Tanto o SA-7a como o SA-7b são mísseis de seguimento de cauda e a sua eficácia depende da capacidade de se fixarem na fonte de calor de aviões de asa fixa e helicópteros voando a baixa altitude.

[57] Telo, 584.

Também nestas LDPs tinham sido criados alojamentos mais ou menos permanentes para o pessoal, montando-se um toldo de lona por cima de seis beliches e instalando-se uma cozinha.[13] Nos anos subsequentes a composição manteve-se mais ou menos a mesma e os números foram crescendo com novos aumentos ao efectivo, substituições e abates, até nos anos de 1969 e 1970 a Esquadrilha ter 39 unidades atribuídas. Dos treze anos que durou a guerra, 1967 foi aquele em que a Esquadrilha realizou um maior esforço, com os seus 29 meios. Movimentou mais carga por lancha, navegou mais milhas e sofreu mais baixas do que em qualquer outro ano. O Quadro 5.2 mostra graficamente a estatística operacional da Esquadrilha entre 1963 e 1971, os principais anos de operações ofensivas. Da análise do quadro ressalta mais uma vez que a presença naval nos cursos de água teve um efeito significativo. As canoas destruídas e os ataques sofridos mostram um intenso contacto com o inimigo ao longo de 1968, que a partir daí se reduziu. Como em todos os casos, é importante analisar a verdadeira actividade naval que está por detrás destes números e a história que estas operações revelam.

QUADRO 5.2: RESUMO DA ESTATÍSTICA OPERACIONAL DA ELFG/ELG, 1963-1971[14]

Ano	Lanchas	Milhas percorridas	Operações apoiadas	Tropas transportadas	Toneladas de carga transportadas	Canoas destruídas	Emboscadas	Mortos	Feridos
1963	11	10.500	42	6.213		99	9		1
1964	23	19.600	256	11.327	1.365	364	127		3
1965	28	88.958	271	31.992	3.275	374	102		8
1966	28	141.080	309	41.529	3.545	319	67		1
1967	29	166.865	278	35.945	3.575	195	56	4	7
1968	37	152.763	174	22.760	3.527	165	37	2	
1969	39	143.654	279	37.207	4.432	99	13		
1970	39	141.415	168	13.834	3.523	61	7		
1971	34	144.814	171	14.115	3.146	44	4		
Totais		1.009.649	1.948	214.922	26.388	1.720	422	6	20

O santuário da República da Guiné

Conacri é ainda hoje a capital da ex-colónia francesa da Guiné, na África Ocidental Francesa, que em 1958 passou a ser a República da Guiné, numa cerimónia que humilhou a França e o seu presidente, Charles de Gaulle, pessoalmente. A França procurara, no seu processo colonial, inculcar nos cidadãos ultramarinos o sentimento de pertencerem à mãe-pátria, por meio de laços culturais, financeiros, comerciais e militares. Estes cidadãos iam para França a fim de frequentarem o ensino superior e fazerem a sua formação em

[13] Lopes Carvalheira, "Guiné: Esquadrilha de Lanchas e Outros Navios, 9-10.
[14] Ibid., 14.

assuntos administrativos, comerciais e militares. Com efeito, todas as colónias se tornaram um microcosmos de França e após a independência continuariam a seguir a orientação francesa e a aceitar o seu apoio, com uma única excepção, a República da Guiné. Sékou Touré, um marxista confesso, fora eleito como o provável novo líder, na expectativa de a França conceder a independência à colónia. Na ânsia de se distanciar de França, Touré dera origem a um corte prematuro, abrupto e precipitado com a *métropole* em nome da sua revolução socialista. Ao fazê-lo, destruiu tanto os laços com a França como a economia do seu país. Sékou Touré instituiu então o seu sistema socialista e o país empobreceu imenso. O presidente de um país vizinho francófilo captou a essência da miséria guineense ao comentar que Sékou Touré nunca mais passearia na avenida dos Campos Elísios.

Sékou Touré acreditava estar na vanguarda da marcha da sociedade para o inevitável objectivo do socialismo mundial, como postula o determinismo histórico marxista. Segundo o seu pensamento, os países socialistas eram intrinsecamente amantes da paz e só travavam guerras defensivas. Essas guerras defensivas englobavam as guerras anticolonialistas e as guerras de libertação nacional, umas e outras consideradas guerras justas, visto que promoviam o avanço da sociedade rumo à utopia socialista. O vizinho imediato da Guiné a norte, a Guiné Portuguesa, era considerado uma parte do estado imperialista de Portugal e os seus cidadãos eram vistos como povos oprimidos que lutavam para alcançar a independência. Pressupunha-se que dentro de cada guineense português havia um verdadeiro socialista que esperava apenas que o libertassem. Assim, nada mais natural do que Sékou Touré apoiar Amílcar Cabral e o seu recentemente activo PAIGC, cujo objectivo era substituir a autoridade portuguesa por um estado socialista de partido único. Numa lógica abertura fraterna, Conacri foi oferecida ao PAIGC como lar temporário para utilizar como seu quartel-general e principal base logística na sua campanha de insurreição visando assumir o controlo da Guiné Portuguesa. Com o apoio incondicional de Sékou Touré, toda a fronteira entre os dois países se tornou um trampolim para os ataques do PAIGC ao território português. Portugal toleraria algum desconforto vindo desse lado, mas havia um patamar a partir do qual reagiria com operações transfronteiriças destinadas a neutralizar a actividade do PAIGC, particularmente em perseguição imediata, uma atitude que seria também um risco para Sékou Touré. Para lá da vasta oposição internacional ao império africano de Portugal, Sékou Touré procurava obter uma salvaguarda específica contra esse tipo de incursões e encontrou-a em parte com a captura a 22 de Maio de 1963 de um aviador que fizera uma aterragem de emergência, o sargento António Lobato. Detido perto da fronteira sudoeste da Guiné Portuguesa por um grupo de guerrilheiros do PAIGC que com ele cruzaram a fronteira até ao país vizinho, Lobato foi levado primeiramente para Conacri e depois para a cidade interior de Kindia, onde a 17 de Junho foi encarcerado como "criminoso de guerra" na prisão *Maison de Force de Kindia*. Em 1969 conseguiu evadir-se de Kindia, tendo sido recapturado após um curto espaço de tempo e transferido para *La Montaigne*, em Conacri, de onde mais tarde seria resgatado. O PAIGC e Sékou Touré tinham agora um refém cuja vida seria potencialmente o preço de uma retaliação armada dos portugueses no santuário guineense.[31] Em Novembro de 1963, seis meses decorridos sobre a captura de Lobato, Alpoim Calvão apresentou-se com o DFE 8 na Guiné e durante a sua comissão levantou a questão dos planos de contingência para resgatar prisioneiros

[31] António Lobato, *Liberdade ou Evasão* (Amadora: Erasmos Editora, 1966), 95-99.

Fuzileiros do DFE 1 a desembarcarem de uma LD na Guiné, 1965.

de guerra, que à data não existiam.[30] Quando Alpoim Calvão terminou a sua comissão, em 1966, Lobato continuava preso e ainda não havia planos para o resgatar.

Devido à invulgar topografia do delta da Guiné, as águas costeiras e os rios tinham sido sempre as principais vias de transporte para amigos e inimigos, e o PAIGC, relativamente pouco contestado, usava-as abundantemente para se infiltrar no sul da Guiné e para ali apoiar os seus guerrilheiros. Tendo isso em vista apossaram-se de quatro embarcações motorizadas, a *Mirandela*, a *Arouca*, a *Bandim* e a *Bissau*, com o objectivo específico de dar apoio logístico às suas operações militares. Aliás, as coisas corriam tão bem ao PAIGC que ainda em Maio de 1963 adquirira as duas últimas embarcações. O procedimento do PAIGC era largar periodicamente de Conacri e navegar para norte em direcção à fronteira, mantendo-se dentro das protegidas águas territoriais da República da Guiné e, por conseguinte, teoricamente imune a qualquer ataque. Utilizando esta ligação, o PAIGC criou e abasteceu quatro bases principais na área da fronteira:

- Kadigné, uma base avançada na pantanosa ilha Tristão, no arquipélago do mesmo nome, que ficava aproximadamente a uma milha das ilhas da Canefaque e Cambom, na margem oposta do rio Inxanche. A ilha Tristão está salpicada de povoações ligadas entre si por picadas;

[30] Entrevista com Gomes. O assunto foi objecto de substancial e prolongada discussão. Vários dias após a recepção da notícia da captura de Lobato, Carlos Gomes, o oficial a quem estava confiado o comando de uma equipa do DFE 10, relatou uma conversa ao almoço mantida entre ele, o primeiro-tenente Metelo de Nápoles e os segundos-tenentes Castanho Paes, Malhão Pereira, Oliveira Monteiro, Couceiro e Simões sobre a possibilidade de uma missão de resgate. A hierarquia não estava ainda preparada para se abalançar a uma operação tão arriscada.

O comandante Alpoim Calvão (à direita, em primeiro plano) a comandar os fuzileiros durante a operação *Chicuelina*, na margem esquerda do rio Cacheu, no norte da Guiné, 1963.

- Boké, capital da prefeitura do mesmo nome e importante centro militar e logístico no rio Nuñez;
- Kandiafara, uma base avançada do interior fronteira à povoação portuguesa de Guileje e coloquialmente conhecida como o "corredor de Guileje". O único meio de comunicação nesta área é por via aquática ou por picadas impraticáveis depois das chuvas. Fica na margem direita do rio Kogon, a cerca de 45 milhas do mar. O rio é pouco usado, visto que a navegação é difícil e há uma barreira rochosa num meandro a cerca de 20 milhas da foz. Só pequenas embarcações conseguem ultrapassar este obstáculo;
- Sansalé, uma base avançada fronteira a Gadamael, que apoiava as operações à volta da vila portuguesa de Cacine e toda a península do Quitafine, também acessível por picadas intransitáveis depois das chuvas.

Em finais de 1963 uma e possivelmente duas destas embarcações do PAIGC transportavam também armas e munições para o território português e particularmente para as ilhas adjacentes de Como, Caiar e Catunco, a partir dos armazéns costeiros de Kadigné e Boké, com o fim de subverter a população. Estas operações exploraram judiciosamente a debilidade dos portugueses em matéria de comunicações tácticas e o conhecimento inexacto daquela zona remota. Efectivamente ainda não existiam cartas hidrográficas disponíveis, quer da bacia do rio Cacine, quer da do Cumbijã, que eram cursos de água vitais para apoiar as operações militares e a população do sul, quer ainda do Cobade, que circundava o extremo norte do trio de ilhas. Esta vulnerabilidade era conhecida do inimigo e foi explorada no afundamento de uma embarcação motorizada portuguesa na confluência dos rios Cumbijã e Cobade a 8 de Julho de 1963 e no ataque ao batelão português *Bor* no rio Cobade a 19 de

Novembro, provocando estragos materiais e um ferido.[57] Foram essencialmente estes ataques que levaram ao aumento da presença naval na Guiné verificado em 1963 e 1964, no intuito de garantir que a Marinha desempenhasse a sua missão de manter as linhas de comunicação fluviais.

A fim de dar luta ao inimigo, os portugueses iniciaram as medidas defensivas de instituição de um programa de adestramento, diversificação de procedimentos relativos aos comboios e melhoria do armamento das LFs. Para a nossa análise reveste-se, porém, de maior importância o início de missões de busca e destruição por parte dos DFEs e das LFs.

A Operação *Tridente*

Em princípios de 1964 a zona de fronteira com a República da Guiné e as áreas costeiras entre Catió e Cacine estavam de tal modo infestadas de guerrilheiros do PAIGC que se impunha há muito uma reacção séria por parte dos portugueses. A Marinha, em particular, temia que, sem uma tal acção, o seu acesso a Catió fosse interditado.[58] Nesta conformidade foi montada uma operação combinada baptizada *Tridente* em que participariam meios do Exército, da Marinha e da Força Aérea para isolar e limpar as conhecidas ilhas de Caiar, Como e Catunco, que eram limitadas pelo Oceano Atlântico e pelos rios Cumbijã, Caiar e Cobade. Caiar tinha sido palco da acção de Dezembro de 1962, a qual fora simplesmente uma passagem pela ilha que não lograra qualquer efeito duradouro. A alargada área de operações da *Tridente* abrangia agora nominalmente cerca de 210 quilómetros quadrados de terreno, dos quais apenas 170 eram efectivamente utilizáveis devido às marés.

As três ilhas caracterizavam-se por extensos trechos de arrozais, com os seus intrincados sistemas de diques, e alternadamente por largas zonas de mato muito cerrado e impenetrável e floresta pantanosa. Estas últimas zonas constituíam o esconderijo ideal para os guerrilheiros, uma vez que as tropas tinham muita dificuldade em transpô-lo. A operação tinha um objectivo claramente talhado e seria a primeira, em qualquer dos teatros de operações, a ser tão globalmente conjunta.[59] Duraria mais de dois meses e, do ponto de vista naval, seria apoiada por uma porção substancial dos meios da Marinha na Guiné. Ao longo do tempo foram empenhados na operação o *Vouga*, a *Nuno Tristão*, três DFEs, uma LFG, três LFPs, seis LDMs e quatro LDPs.[60]

Por razões óbvias, a ilha de Como e as ilhas adjacentes eram consideradas importantes tanto para os guerrilheiros como para o governo português. Do ponto de vista dos guerrilheiros era um ponto de concentração perfeito, uma vez que ficava afastado e esse isolamento acarretava segurança. Podia ser abastecido por mar a partir do santuário da República da Guiné, que ficava apenas a 25 milhas, equivalentes, no máximo, a umas horas de navegação, e proporcionava um trampolim para as operações subversivas do PAIGC mais adentro do território português. Na perspectiva dos portugueses, era considerada uma chaga aberta de actividade dos guerrilheiros e de indesejável subversão da sua população numa região de importante cultivo de arroz e muito modesta criação de gado. Os guerrilheiros estavam a desviar a produção de arroz e o gado em seu proveito e a estabelecer-se como um elemento mais ou menos permanente no seio da população. Os serviços de informações

[57] Guilherme Almor de Alpoim Calvão, *De Conakri ao MDLP* (Lisboa: Editorial Intervenção, 1976), 52.
[58] Guilherme Almor de Alpoim Calvão, correspondência com o autor, 9 de Maio de 2005, Cascais.
[59] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial* (Lisboa: Notícias, 2000), 79.
[60] José Alberto Lopes Carvalheira, "Acção da Marinha em Águas Interiores (Guiné)", 7; Telo, 585.

Desembarque de forças na ilha de Como, Operação *Tridente*, Janeiro de 1964.

portugueses calculavam os efectivos do PAIGC nas três ilhas em cerca de 300, número que incluía aproximadamente 15 conselheiros militares de República da Guiné.[63]

A operação tinha cinco objectivos:
- Controlar as vias marítimas de reabastecimento da zona sul;
- Proteger a população da subversão e intimidação do PAIGC;
- Reforçar a autoridade administrativa portuguesa na ilha;
- Melhorar o bem-estar económico da população da zona;
- Infligir uma grave perda de credibilidade e de prestígio ao inimigo.[64]

O conceito naval das operações nesta empresa era, em primeiro lugar, isolar a área garantindo a segurança das vias navegáveis limítrofes dos rios Caiar, Cobade e Cumbijã; a seguir, desembarcar e apoiar as forças terrestres na sua eliminação de tropas inimigas; e, finalmente, garantir as linhas de comunicação marítimas e fluviais a fim de poder manter uma presença permanente na zona. Com este objectivo a Marinha estabeleceu três zonas para controlar as águas interiores à volta da área alvo. A Zona 1 ia da foz do rio Caiar até ao ponto em que confluía com o Cobade, e depois ao longo do Cobade até às águas pouco profundas da "Cambança do Brandão". O seu comandante estava embarcado na *Deneb*. A zona 2 ia da "Cambança do Brandão", no Cobade, até à sua confluência com o Cumbijã. O seu comandante estava embarcado na *Bellatrix*. A zona 3 compreendia o Cumbijã desde a sua confluência com o Cobade até à foz, e o seu comandante estava embarcado na *Dragão*. Estas zonas estão identificadas no mapa junto. As três forças, com a ajuda de reconhecimento aéreo feito por um antigo mas operacional P-2V5 *Neptune*, evitaria que guerrilheiros

[63] Ibid.
[64] Ibid., 6.

fugissem das forças que varriam as três ilhas eliminando ou capturando os guerrilheiros em fuga e destruindo as suas embarcações.

A operação dividiu-se em três fases. A primeira iniciou-se a 15 de Janeiro de 1964 com o desembarque de cerca de 1.100 a 1.200 homens em vários locais das ilhas. Os desembarques tiveram apoio aéreo próximo de um único T-6 *Harvard* da Força Aérea, e a artilharia deu apoio de fogo a partir de uma base de apoio em Catió, a 5 ou 10 milhas de distância, dependendo de onde se estivesse no grupo de ilhas. Como seria de suspeitar, havia uma ameaça ao ataque anfíbio. Existia uma porção de canoas identificadas pelo *Neptune* que efectuara a patrulha, que orientou os meios de superfície para a sua posição, a fim de se proceder à respectiva destruição. Para o final da tarde a *Deneb* foi alvejada nas proximidades da "Cambança do Brandão", quando em patrulha a cerca de 500 metros de terra. A *Bellatrix* acorreu em sua ajuda e ambas responderam ao fogo de metralhadora do inimigo. Na *Deneb* foi ferido um telegrafista e foram destruídos um bote de borracha e um PRC-10. Apareceram nativos armados frente à aldeia de Darsalame, na margem esquerda do Cumbijã, tendo sido dispersados por fogo da *Dragão*. Mais tarde o *Neptune* identificou um grupo substancial de guerrilheiros perto da aldeia de Cametonco, na ilha de Catunco, a cerca de 400 metros da margem do Cumbijã. Este grupo fez fogo sobre o *Neptune* e mais tarde sobre a *Dragão* antes de se pôr em fuga. E assim foi acontecendo durante os vários dias que durou a primeira fase e no decurso da segunda, com os desembarques a encontrarem resistência esporádica por parte dos guerrilheiros e dos seus recrutas locais ao tentarem fugir das ilhas em canoas ou a pé ou para se esconderem no mato. A segunda fase ocorreu entre 17 e 24 de Janeiro e centrou-se no patrulhamento das três ilhas para estabelecer uma presença alargada, desalojar os guerrilheiros e recolher informações.

A seguir às fases de desembarque e instalação, a terceira fase durou de 24 de Janeiro a 24 de Março e envolveu períodos de intensos combates em toda a ilha de Como. Os principais deram-se na área de Uncomené, próximo do rio do mesmo nome, que separa as ilhas de Como e de Caiar, e a mata do Cachil, na última destas ilhas. Os guerrilheiros sofreram pesadas perdas, com 76 mortos, 15 feridos e 9 prisioneiros, uma percentagem de baixas da ordem dos 30%.[93] Estes números não têm, porém, em conta as baixas desconhecidas causadas por fogo de artilharia e apoio aéreo próximo. A correspondência entre líderes do PAIGC apreendida confirmou a sua situação de cerco e desespero e a necessidade de reforços.[94] As forças portuguesas sofreram 9 mortos e 47 feridos durante os 71 dias da operação, mas estes números não reflectem o ónus sobre as tropas devido ao clima e à deficiente alimentação.[95] Houve 193 homens evacuados por motivo de doença. As tropas no terreno permaneceram durante 23 dias a ração de combate e, conquanto tenham tido refeições quentes nos restantes 48 dias, a água potável era de muito má qualidade e só devia ter sido usada para fins de lavagem de roupa ou higiene pessoal. Um médico observou que, numa companhia de 151 homens, tratou 132 de doenças várias.[96]

Numa guerra subversiva, a tomada de território raramente é crucial, sendo até normalmente irrelevante, visto que o combate é pela adesão da população. Neste sentido,

[93] Afonso e Matos Gomes, 81.

[94] João Bernardo "Nino" Vieira, correspondência com Rui Demba Djassi e Domingos Ramos, 3 de Março de 1964, base do PAIGC não revelada no sul da Guiné, transcrição dactilografada fornecida por Guilherme Almor de Alpoim Calvão em correspondência com o autor, 9 de Maio de 2005, Cascais.

[95] Afonso e Matos Gomes, 81.

[96] Ibid., 80.

Área da Operação *Tridente*.

Helicóptero a aterrar numa plataforma improvisada na fragata *Nuno Tristão*. Operação *Tridente*.

a Operação *Tridente* foi uma vitória de Pirro; contudo, reafirmou a soberania portuguesa sobre uma área em que a sua presença deixara há muito de se fazer sentir e perturbou as operações inimigas negando uma base logística ao PAIGC. Embora a seguir à operação se mantivesse um contingente de tropas no Cachil como força de segurança, este acabou por ser retirado por não se considerar que valesse a pena fiscalizar o terreno. Aliás, tendia também a ser objecto de curiosidade por parte dos guerrilheiros, uma vez que estava isolado do seu apoio e era considerado o proverbial "alvo fácil".[97] Consequentemente um pequeno número de guerrilheiros preencheu o vácuo deixado pelas tropas portuguesas e os meios navais que entravam ou saíam o rio Cumbijã tendiam a passar bem ao largo das ilhas. No final, nenhum dos objectivos iniciais da operação foi completamente alcançado. Reagindo à subversão com uma solução convencional, o general Arnaldo Schultz, comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné, estava a obter resultados limitados. Como que a sublinhar as falhas da Operação *Tridente*, Amílcar Cabral realizou o seu famoso Congresso de Cassacá em Fevereiro de 1964 na sua base próxima da povoação do mesmo nome, na península do Quitafine, que fica a sul de Cacine. O seu objectivo era reorganizar o esforço de guerra do PAIGC e integrar os comandantes independentes num exército nacional que se chamaria FARP, Forças Armadas Revolucionárias do Povo.

O número, quer de habitantes locais, quer de guerrilheiros, manteve-se reduzido na região da ilha de Como, à medida que esta veio a perder importância para os últimos como área de apoio local e refúgio nas suas operações. Alpoim Calvão confirmou-o quando regressou a Como cinco anos mais tarde, na Operação *Torpedo* com o DFE 4, deparando

[97] Guilherme Almor de Alpoim Calvão, correspondência com o autor, 23 de Junho de 2005, Cascais.

Final da Operação *Tridente* – Reembarque do equipamento.

com reduzida resistência.[68] O PAIGC transferiu-se progressivamente para o norte, para as penínsulas do Quitafine e do Cantanhez, adjacentes à fronteira com a República da Guiné, e passou a isolar as vilas mercantis de Catió e Bedanda.[69] Contudo, os portos destas vilas sitiadas continuaram a ser a ligação segura com Bissau por via fluvial. Estas movimentações colocaram o PAIGC em vantagem para subverter o interior da Guiné, uma vez que as suas linhas de comunicação a partir do santuário da República da Guiné que passavam pelas duas penínsulas ficavam cada vez mais a salvo de interdição por parte dos portugueses. Para estes, acabou por ser uma das grandes operações que de quando em quando interrompiam o que de outra forma seria uma avisada e paciente estratégia de contra-subversão em África. Este tipo de grande manobra convencional parecia exercer uma atracção fatal sobre os comandantes locais, na medida em que aparentava ser uma maneira de pôr rapidamente termo à guerra. De facto era exactamente o contrário. Inevitavelmente não atingia os seus propósitos, porque, conquanto em geral se encontrassem muitas armas, se capturassem ou eliminassem guerrilheiros e fossem destruídas bases, o inimigo tendia a dissolver-se no terreno ou no seio da população local. Não era possível ocultar a operação, devido à sua grande dimensão, e para a apoiar havia que desguarnecer outras áreas, situação que deixava vulneráveis as populações desses outros locais. Não era uma operação de contra-subversão assisada e conduzia invariavelmente a resultados decepcionantes com um custo elevado. A

[68] Guilherme Almor de Alpoim Calvão, correspondência com o autor, 9 de Maio de 2005, Cascais.
[69] Afonso e Matos Gomes, 81.

pressão constante de pequenas patrulhas como parte de uma estratégia tipo "mancha de óleo", por exemplo, com a sua abordagem discreta e pouco onerosa, era muito mais eficaz.[70]

Operações no rio Camexibó

Nesta região os contactos com o inimigo continuaram a ser numerosos. Na sequência da Operação *Tridente*, os recontros mais significativos principiaram quando a LDM 305 entrou na foz do rio Camexibó no dia 26 de Fevereiro de 1964, na preia-mar, a fim de efectuar cinco dias de patrulha. A oportunidade não podia ser mais afortunada para ter contacto com o inimigo, visto que ocorreu nas derradeiras fases do Congresso de Cassacá, que estava a ocorrer ali próximo. Devido à exiguidade de informação hidrográfica, a missão foi afortunadamente apoiada pelo navio hidrográfico *Pedro Nunes*. Este navio encontrava-se, por coincidência, em trabalhos de hidrografia na foz do Cacine e forneceu importantes indicações para a navegação a partir do seu radar durante toda a operação. Para melhor se compreender o significado deste patrulhamento, bastará um breve olhar à geografia local. O rio Inxanche dista cerca de uma milha do santuário do PAIGC na República da Guiné. As ilhas portuguesas de Canefaque e Cambom, que se juntam no baixa-mar para formar uma única faixa de terra, bordejam o rio e ficam mesmo em frente da base do PAIGC de Kadigné. As ilhas são delimitadas pelo Oceano Atlântico, a oeste, e pelos rios Camexibó e Nhafuane, a norte e leste. Para lá destas duas ilhas fica a península do Quitafine, que contém as bases do PAIGC de Campeane e Cassacá. O rio Camexibó penetra bem dentro da península e a sua porção navegável termina imediatamente a seguir a Cassacá. Similarmente, o rio Barabam tem a sua foz na República da Guiné e prolonga-se pela península acima.

A logística dos guerrilheiros reduz-se geralmente a esforços simples e de mão-de-obra intensiva, e a operação desta feita não constituiu excepção. Os abastecimentos e o pessoal eram fundamentalmente transportados pelas pirogas locais, meios relativamente frágeis que não estavam concebidos para enfrentar o oceano. Consequentemente, tendiam a permanecer nos estreitos e abrigados rios interiores que se prolongavam em extensos meandros pelo sul da República da Guiné. A movimentação de mercadorias e pessoal por canoa era bem mais simples do que utilizando carregadores, visto que uma canoa guarnecida por um ou dois homens podia transportar cerca de uma tonelada de carga no seu interior, ao passo que um carregador podia apenas transportar uns 30 quilos e consumia cerca de um quilo de comida por dia no trajecto.[71] Acresce que a progressão clandestina por terra no ambiente da Guiné era lenta e árdua, particularmente em relação a uma canoa, que podia misturar-se com o tráfego fluvial normal e deslocar-se com relativa facilidade. Seria difícil perceber de longe se uma canoa estava a transportar produtos legítimos para o mercado ou implicada em alguma acção ilícita, como por exemplo tráfico de armas. Consequentemente, estas ilhas e as vias navegáveis à volta delas eram ideais para a penetração dos guerrilheiros em território português.

A guarnição da LDM, reforçada com uma pequena equipa de fuzileiros da CF3, avançou para montante, sem bandeira a identificá-la. Por volta do meio da tarde, no dia 28 de

[70] A estratégia da "mancha de óleo" foi aperfeiçoada por Louis-Hubert Lyautey durante a campanha marroquina do princípio do século XX, na qual reocupou progressivamente território hostil a troco de protecção francesa, acesso ao comércio e assistência social às tribos árabes. A sua expansão numa ampla frente sócio-militar com a ideia de construir uma nação árabe logrou êxito, ao contrário da dos seus antecessores, que apostavam na subjugação pela coluna militar.

[71] John P. Cann, "Moçambique, África Oriental Alemã e a Grande Guerra", *Revista Militar*, 54 (Maio de 2002): 389.

Fevereiro, quando a LDM parou para fundear na zona mais a montante do rio, o vigia deu conta do súbito aparecimento de um grupo bastante numeroso de homens armados na margem direita. Ao aperceberem-se de que estavam a ser observados, tentaram assumir uma postura inocente. Um oficial a bordo da LDM chamou o grupo e iniciou uma conversa em português, porque a distância que os separava era bastante curta. O presumível chefe do grupo falava um excelente português e, à medida que a conversa prosseguia, a guarnição aprontou as armas. Quando se considerou oportuno, os elementos da guarnição abriram fogo sobre o inimigo. Devido à surpresa, houve somente uma resposta sem grande convicção por parte dos guerrilheiros, que fugiram da ilha com baixas indeterminadas.

A LDM prosseguiu para montante com a bandeira nacional agora hasteada. Tencionava patrulhar o Camexibó até à sua confluência com o rio Nhafuane e verificar se ele comunicaria com o Inxanche e permitiria a navegação fluvial a meios com a dimensão da lancha. A guarnição estava agora duplamente alerta, na expectativa de acção por parte do inimigo na viagem de regresso. No dia seguinte, 29 de Fevereiro, quando a lancha se aproximava da foz do Camexibó, com a maré bastante baixa, verificou-se a existência de um cordão rochoso que impedia a passagem. A LDM foi obrigada a recuar para águas mais seguras, aguardando a maré e altura de água suficiente para praticar a foz do rio. Para o fim da tarde, durante a espera pela mudança da maré, o inimigo atacou. Por volta das 19.20 a LDM foi objecto de fogo intenso mas pouco certeiro de ambas as margens do estreito rio. Os guerrilheiros acertaram alguns disparos, mas não feriram ninguém. A guarnição respondeu ao fogo com as armas disponíveis e desarticulou o ataque. Na sequência do contacto, decidiu-se prosseguir o patrulhamento do rio a fim de obter maior experiência e renovada confiança na táctica conseguida durante as acções de fogo. Em resultado deste patrulhamento adicional, no dia seguinte, 1 de Março, foram localizadas e destruídas quatro canoas. No dia seguinte a operação terminou e a LDM 305 regressou a Bissau.

Destes contactos extraíram-se as conclusões seguintes:

- O inimigo estava fortemente armado na zona de Cassumba, uma povoação no sul da península do Quitafine, que fica entre os rios Cacine e Camexibó;
- A rota de abastecimento principal dos guerrilheiros seguia sequencialmente os rios Caraxe, Nhafuane e Camexibó, do santuário na República da Guiné até às bases de Cassacá, Cassumba e Campeane, na península do Quitafine, sem nunca se exporem em mar aberto nem no largo e movimentado rio Cacine;
- A rota de abastecimento secundária dos guerrilheiros tinha origem mais a sul, em Kadigné, na ilha de Tristão, na República da Guiné, e atravessava o rio Inxanche, com uma milha de extensão, que define a fronteira, até à ilha de Canefaque, a partir da qual homens e abastecimentos podiam seguir por uma via costeira mais exposta ou pelo rio Camexibó até às supracitadas bases da península do Quitafine.[71]

A partir destas experiências e observações decidiu-se lançar uma operação baseada em dois locais de emboscada. O primeiro seria próximo da confluência dos rios Camexibó e Nhafuane e tinha como objectivo interceptar o tráfego que seguia a rota mais a norte e mais protegida. O segundo seria no rio Inxanche, próximo de Kadigné, e visava a interdição das embarcações que seguiam a rota mais a sul, mais directa. A missão, que foi atribuída ao DFE 8, seria comandada por Alpoim Calvão e receberia o nome de código de Operação *Hitler*.

[71] Guilherme Almor de Alpoim Calvão, "Introdução às Operações na Guiné", na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, dact. [policopiado] (Lisboa: Ministério da Marinha, 1972), 3-4.

Península do Quitafine.

A Operação *Hitler*

Na sequência da primeira experiência no rio Camexibó, a operação seguinte levou dois meses a preparar. A incursão inicial de Fevereiro iniciara-se como uma sortida exploratória e originou uma reacção defensiva à presença de um inimigo ousado e confiante. Desta feita a Marinha procuraria controlar o ritmo das operações com planos cuidadosamente elaborados. Os preliminares consistiram sobretudo na recolha de informações sobre a península do Quitafine, as ilhas de Canefaque e Cambom, as águas circundantes e as ilhas Tristão. A base destas informações foi a fotografia aérea e os levantamentos do navio hidrográfico em missão na área. Aparentemente o contributo de outros meios de recolha de informações foi pouco significativo.

O plano consistia em empregar a LFG *Dragão*, comandada pelo primeiro-tenente José Alberto Lopes Carvalheira, e as LDMs 304 e 306 para o transporte de três secções de fuzileiros do DFE 8 e posicionar a força em dois locais de emboscada. O primeiro seria numa ilha do rio Nhafuane e visava interceptar o tráfego que vinha da República da Guiné destinado à península do Quitafine. O outro seria na entrada das águas protegidas que davam acesso ao porto de Kadigné e tinha como objectivo interceptar o tráfego com destino à República da Guiné à largada do extremo do acesso à baía e antes de se perder no rio Inxanche e nos seus afluentes do outro lado da fronteira. A expectativa era que este local de emboscada desse bons resultados, uma vez que ia ocorrer em território inimigo, do outro lado da fronteira nacional, no intuito de surpreender o PAIGC. Os guerrilheiros não estariam à espera de uma violação da soberania nacional. Este plano comportava alguns riscos, como veremos, mas entendeu-se que valia a pena corrê-los.[73]

O capitão-tenente Paulo Manuel Belmarço da Costa Santos, segundo comandante do CDMG e ex-aviador naval, embarcou como observador na *Dragão*. Da posição da *Dragão* no mar, as LDMs avançariam para uma área próxima da foz do rio Cacine, e desse ponto, em ocultação de luzes, uma delas rebocaria dois botes de borracha e a respectiva equipa de fuzileiros até à marca de navegação Samba, a sueste da ilha de Canefaque. Aí os fuzileiros embarcariam nos seus botes e percorreriam as várias milhas até à entrada do porto de Kadigné. O objectivo da emboscada era abordar uma embarcação de certa dimensão do PAIGC à saída do porto, dominar a tripulação e capturar a presa de guerra.[74]

A outra LDM transportaria a restante força de assalto de fuzileiros até ao Camexibó e seguiria para montante, entrando no Nhafuane até chegar a um ilhéu previamente identificado. Aqui a emboscada seria montada nos estreitos confins do pequeno rio. Estimava-se que o local fosse guarnecido durante vários dias, de modo que, além do normal equipamento de combate, os fuzileiros levavam jogos de gamão e de xadrez, livros e revistas para diversão durante a longa espera.[75]

A operação iniciou-se conforme estava planeado no dia 1 de Maio, com a entrada da LDM no Camexibó por volta das 22.00 horas, na preia-mar. Cerca de uma hora mais tarde, perto da confluência do Camexibó e do Nhafuane, houve uma emboscada pouco convicta a partir da margem direita que surtiu pouco efeito. Próximo da meia-noite a LDM chegou com os seus fuzileiros ao local da emboscada e desembarcou a força. Ao partir, a LDM teve extrema dificuldade em manobrar, devido à pequena largura e baixa profundidade daquele

[73] Ibid., 4.
[74] Ibid.
[75] Ibid.

Os comandantes Alpoim Calvão, Costa Santos e Lopes Carvalheira, Operação Hitler

trecho do rio. No percurso de regresso foi novamente atacada por volta das 02.00 do dia 2 de Maio, ao passar no local do primeiro ataque. O inimigo tinha sido manifestamente alertado pelo contacto anterior e pelo facto de a LDM se ouvir pelo menos 10 minutos antes de surgir à vista.

O local da emboscada não tinha sido bem reconhecido, na medida em que não houvera o adequado cálculo da amplitude das marés. Este facto obrigou os fuzileiros a empoleirarem-se nas árvores disponíveis, situação que poderia facilmente tê-los exposto e revelado a emboscada, se acaso o inimigo não estivesse já alertado. De qualquer modo eram vulneráveis, visto que os guerrilheiros calculariam que uma LDM em trânsito naqueles rios durante a noite transportava provavelmente uma equipa para montar uma emboscada. Pela duração dos trânsitos os guerrilheiros podiam facilmente ter uma ideia aproximada do local, evitando-o. Empoleirados nas árvores, os fuzileiros tinham uma excelente visão do ilhéu e do rio, mas provavelmente podiam com a mesma facilidade ser observados pelo inimigo.[76]

A outra metade da operação deparou-se também com a sua dose de dificuldades. Durante a noite de 2 de Maio e as primeiras horas do dia seguinte, os botes de borracha largaram da marca Samba e posicionaram-se à entrada de Kadigné, sob o comando de Alpoim Calvão. A situação manteve-se calma até à manhã do dia 5 de Maio, altura em que os fuzileiros socorreram um pescador cuja embarcação se virara junto à marca Samba. Chamava-se David, era natural da Serra Leoa e vivia de momento em Katchek, que fica alguns quilómetros a sul de Kadigné. Agradecido pelo salvamento e depois de uns copos de vinho, prestou-se a fornecer as informações que possuía sobre os movimentos do PAIGC na área.[77]

---

[76] Ibid., 5.
[77] Ibid.

Devido ao agravamento do estado do mar, que impossibilitava o posicionamento dos botes de borracha ao largo de Kadigné, e às dificuldades com que os fuzileiros se estavam a deparar no ilhéu do rio Nhafuane, decidiu-se suspender a operação e aguardar melhor oportunidade. A 15 de Maio o tempo e as marés eram mais favoráveis e foram retomadas as emboscadas. Infelizmente, o começo da estação das chuvas interferiu de novo nos planos. A LFP *Canopus* tinha rendido a *Dragão* no apoio à operação e, sendo um navio mais pequeno, começou a sofrer com os tornados e o agravamento do estado do mar. A 23 de Maio decidiu-se novamente retirar todo o pessoal e aguardar a melhoria do tempo. Consequentemente, a LDM 306 iniciou o seu trajecto rumo ao ilhéu do Nhafuane pouco depois da meia-noite e na viagem de regresso foi objecto de uma emboscada em força a cerca de 5 milhas da foz do Camexibó. O fogo provinha de um corredor de duas milhas em ambas as margens e era apoiado por morteiros, metralhadoras pesadas e armas ligeiras. A LDM conseguiu atravessar a "zona da morte", contando-se mais tarde 58 impactes de diversos calibres no costado e nas superstruturas. Um oficial foi gravemente ferido na cabeça.[78]

Era evidente que o PAIGC se apercebera da operação a partir do momento em que as suas sentinelas se aperceberam da presença das lanchas. O primeiro contacto ligeiro era certamente prova disso e a recepção mais intensa no trajecto de regresso constituía um seguro aviso. Apesar da cobertura da escuridão, o ruído das LDMs a percorrerem o Nhafuane denunciava muita coisa. Da mesma maneira os observadores do PAIGC na ilha Tristão podiam facilmente ver a patrulha na marca Samba e sabiam claramente que alguma coisa estava a acontecer, evitando expor as suas operações a um indesejável ataque. O tempo jogava a favor dos guerrilheiros e foi com satisfação que viram os portugueses cansar-se devido às condições meteorológicas. Havia também uma mensagem para os fuzileiros: os guerrilheiros são donos desta parte da Guiné. Como que a reforçar esta ideia, Sékou Touré decretou duas semanas depois, a 3 de Junho, que as águas territoriais da República da Guiné seriam a partir de então alargadas para as 130 milhas da costa, chegando a norte à latitude 10º 56' 42" Norte, um paralelo que convenientemente dividia Canefaque. Embora a maioria das autoridades se tivessem rido dessa declaração, Schultz cedeu à intimidação e suspendeu aquilo que prometia ser uma série de necessárias e eficazes intervenções ao longo dos rios Camexibó, Nhafuane e Inxanche. Esta tacanha e insensata decisão permitiu ao PAIGC o acesso ao interior da Guiné através destas ilhas e penínsulas do sul. As operações ribeirinhas na área só foram retomadas em 1969, o ano seguinte à substituição de Schultz por Spínola como comandante-chefe e governador-geral da Guiné, no intuito de insuflar nova vida numa campanha que definhava.

O período decorrido entre esta época e a chegada de Spínola em 1968 foi um dos mais difíceis para a Marinha, como mostra o Quadro 5.2. Lutou por conservar a dianteira e viu-se sob crescente pressão de emboscadas frequentes e bem armadas em praticamente todas as rotas que praticava. Esforçou-se denodadamente por manter linhas de comunicação com locais que haviam passado a ser uma série de vilas cercadas e isoladas, como Cacine, Catió, Bedanda e Gadamael. A campanha da Guiné em geral estava claramente a falhar na contraposição ao insidioso avanço do PAIGC. A Marinha continuou a desempenhar o seu papel com algumas operações imaginativas a par de outras mais corriqueiras.

O reflexo mais revelador da intensidade do conflito na fronteira norte foi provavelmente a experiência da LDM 302. Esta era uma das 51 unidades idênticas enviadas para a Guiné no

[78] Ibid., 5-6.

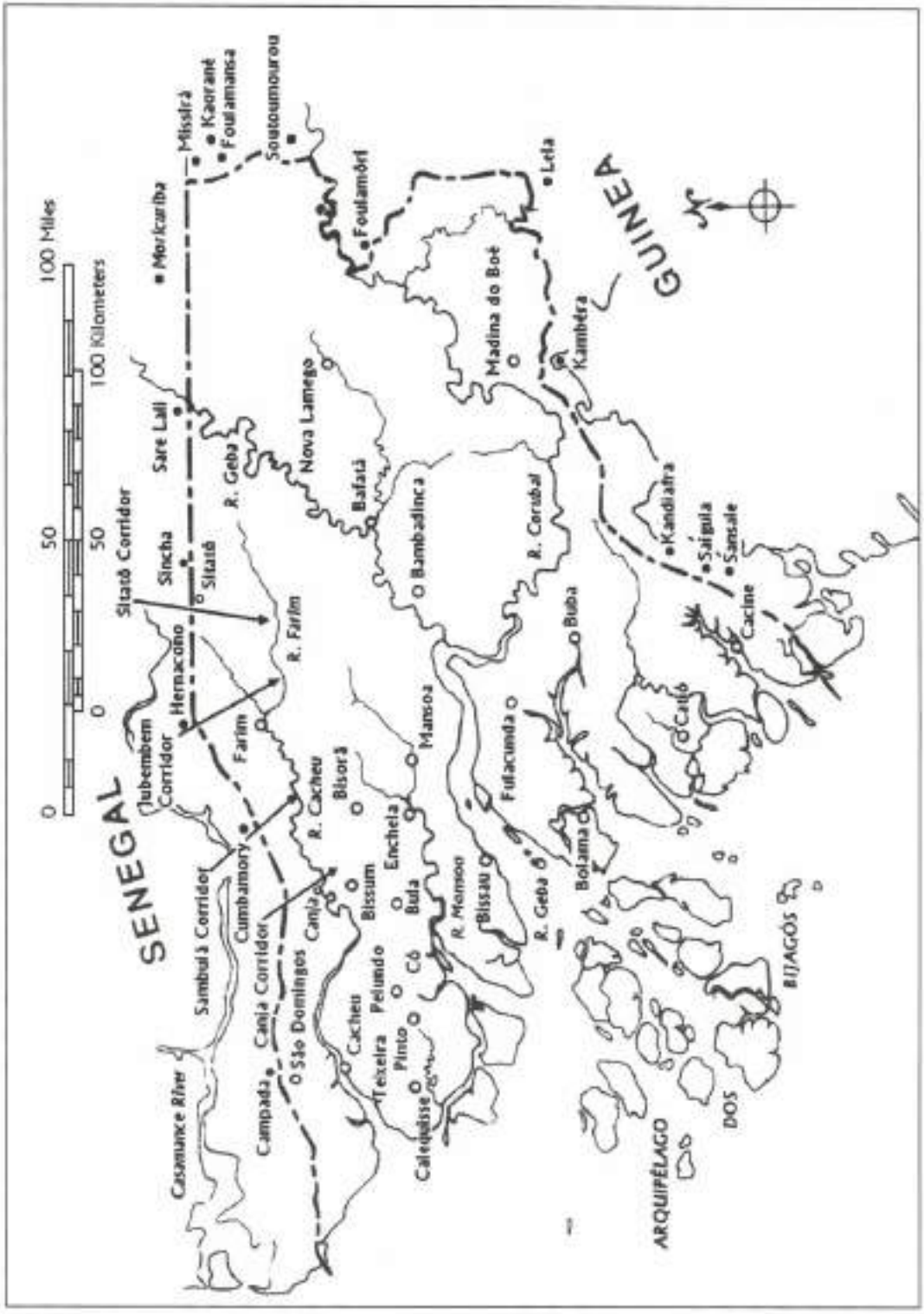
Fuzileiros no rio Cacheu.

decurso da guerra, tendo ali chegado em Janeiro de 1964, depois de ter pertencido à Marinha dos Estados Unidos. Foi atacada pela primeira vez em Abril, ao desembarcar fuzileiros frente a Jabadá, no rio Sindangolá, um afluente do Geba. Mais tarde foi colocada no rio Cacheu e foi ali atacada por diversas vezes, antes de finalmente ser atingida com tal intensidade em Dezembro, que dois dos seis elementos da guarnição foram mortos e a unidade se afundou durante o tiroteio. Foi reposta a flutuar e reparada em Bissau e em Janeiro de 1968 voltou a ficar operacional. Seis meses decorridos, em Junho, foi de novo atacada na mesma zona que anteriormente, entre Porto Côco e o Tancroal, no Cacheu, e, com um violento incêndio a bordo, teve de ser encalhada para evitar o afundamento. Novamente reposta a flutuar, foi reparada e regressou ao serviço em Novembro. A partir de então, passou a operar no Geba e no Rio Grande de Buba, mas nem assim ficou imune a ataques. Finalmente, após duas décadas de valorosos serviços em duas Marinhas, foi abatida ao efectivo da Armada em Julho de 1972.[19]

A Estratégia de Contrapenetração de Spínola

A partir de Maio de 1968, na sequência da chegada de Spínola, verificou-se uma completa viragem na estratégia naval. O general abandonou a anterior, que consistia em garantir a

[19] Malheiro do Vale e Baptista Mendes, "Heróis dos Rios da Guiné", *Revista da Armada* 8 (Maio de 1972), 16-17, http://www.marinha.pt/Conteudos_Externos/RevistaArmada/_FlipVersion/1972/index.html?pagenumber=147 (página consultada a 7 de Outubro de 2011); Afonso M. F. Sousa, "Navegação do rio Cacheu na época da Guerra Colonial", http://ultramar.terrafaweb.biz/Imagens/Noticia/AfonsoMFSousa/Rio_Cacheu_Guine.pdf (página consultada a 7 de Outubro de 2011); e "Guiné: LM 302 atacada e afundada" (RESERVANAVAL (15 de Novembro de 2008), http://reservanaval.blogspot.com/2008_11_01_archive.html (página consultada a 7 de Outubro de 2011).



Mapa da Guiné mostrando as bases do PAIGC e as rotas de infiltração pelo Norte.

segurança das bacias hidrográficas, e procurou uma estratégia de contrapenetração e uma força para a executar.[80] A nível táctico, isto traduziu-se na formação de um Comando de Agrupamento Operacional Permanente (CAOP) ao qual foram atribuídos os destacamentos de fuzileiros especiais. O conceito de Spínola era que, muito embora os guerrilheiros pudessem nadar entre a população como peixes na água, continuavam a ter de se infiltrar para satisfazer todas as necessidades de guerra, como alimentação, munições e novos combatentes acabados de sair dos campos de treino. Procuraria destruir as rotas de infiltração utilizadas para esses fins e matar o PAIGC pela fome dentro da Guiné. Fá-lo-ia lançando as ambiciosas e pouco espectaculares Operações *Via Láctea* e *Andrómeda*.[81] Estas operações visavam destruir quatro rotas de infiltração primárias, todas elas baseadas numa travessia de rio, ou *cambança*: Sitatô, Jubembem, Sambuiá e Canja, duas baptizadas com o nome de aldeias situadas no local de atravessamento e as duas outras designadas de acordo com o pequeno rio que atravessavam. Estes corredores eram apoiados por bases situadas no Senegal: Sincha (Sitatô), Hernacono (Jumbembem) e Cumbamory (Sambuiá e Canja).

A Operação *Via Láctea* prolongou-se por muitos meses e decorreu em simultâneo com a Operação *Andrómeda*. O objectivo das duas operações iniciais era localizar e destruir os meios logísticos do inimigo ao longo de uma frente de 12 quilómetros entre a foz do Dunor e a foz do Quissir, dois pequenos afluentes do Cacheu que atravessam o Corredor de Canja. Isto negaria às forças do PAIGC as passagens necessárias para colocarem o seu material de guerra no território. Os assaltos iniciais, em meados de 1968, durante a *Via Láctea*, foram lançados a partir de bordo das LFGs e constituíram um grande êxito. Consequentemente, o Corredor de Canja foi efectivamente vedado e o inimigo, frustrado, viu-se na obrigação de procurar outras rotas ou ver as suas operações definhar.

Este êxito incentivou Spínola a expandir a operação, passando a procurar alargar o bloqueio para 60 quilómetros. Este ambicioso plano carecia de uma infra-estrutura de apoio acrescida para corresponder a uma força significativamente aumentada, tendo a necessária base naval sido estabelecida em Ganturé, no rio Cacheu, imediatamente a sul de Bigene. Passou a ser esse o quartel-general do Comando Operacional nº 3 (COP 3).[82] A Base de Patrulhas de Ganturé, ou BAPAT de Ganturé, serviu de aquartelamento aos dois destacamentos de fuzileiros e a duas secções da CF 6, parte da TU 3, que fornecia o apoio logístico.

Em Setembro de 1968, a península do Sambuiá era ainda um santuário inimigo e corredor de travessias do rio por ele dominado. O corredor ia da fronteira com o Senegal, a norte, ao rio Cacheu, a sul, e era limitado pelos rios Talicó e Sambuiá, como mostra o mapa junto. Era apoiado pela base do PAIGC de Cumbamory, no Senegal.

O terreno da península do Sambuiá é plano e as águas salobras que a circundam são influenciadas pela acção das marés, o que faz com que o seu nível suba e desça vários metros. O terreno estéril compreendido entre as linhas do baixa-mar e do preia-mar, desprovido de vegetação, localmente chamado *bolanha*, está cheio de obras hidráulicas que permitem a captação e retenção da água das chuvas formando um extenso sistema de diques para o cultivo do arroz. Está também coberto de redes de pesca e denso tarrafe (mangal). Consequentemente, quando os fuzileiros desembarcaram dos seus botes e pisaram terra,

---

[80] Luís Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e Feitos na Guerra de África, 1961/1974*, vol. 3, *Crónica dos Feitos da Guiné* (Lisboa: Comissão Cultural da Marinha-INAPA, 2006), 100.

[81] Telo, 587.

[82] Baêna, 107.

Fuzileiros embarcados na LFG *Sagitário* (P 1131) no rio Cacheu.

tiveram de empreender uma difícil progressão a pé através de um misto de lodo mole, redes de pesca e agreste tarrafe até atingirem terra seca, na orla da floresta.

Os DFEs 12 e 13, na Operação *Dragão 68*, tinham surpreendido o inimigo nesta área, derrotando-o, apreendendo diverso material de guerra e detendo uma porção de civis. No decurso da operação, os fuzileiros encontraram grande quantidade de elementos da população que eram amigos e apoiantes dos portugueses e que lhes tinham revelado muitas arrecadações de armas do PAIGC na península. Estas informações prepararam o terreno para operações a executar no futuro imediato.

Em Janeiro de 1969, na sequência destas informações, foi planeada a Operação *Grande Colheita*, durante a qual as unidades do Exército participantes descobriram uma porção de arrecadações, apreenderam sete ou oito armas e algumas munições e contactaram a Força Aérea para destruir as restantes com bombardeamentos de napalm. O comandante do Exército no terreno enviou uma mensagem a Spínola dando-lhe conhecimento da descoberta e proposta destruição. Spínola mandou imediatamente vir um helicóptero e chegou daí a pouco à península do Sambuiá. Avaliando a situação, concluiu que deviam ser chamadas tropas pára-quedistas de Bissau e inseridas por helicóptero para procurarem arrecadações adicionais. O primeiro-tenente Vieira Matias, comandante do DFE 13, recordou a Spínola que os fuzileiros tinham treino e experiência de saltar de helicóptero e estavam imediatamente disponíveis. Spínola concordou e emitiu a ordem.

Foi assim que 40 fuzileiros do DFE 13 iniciaram a busca, aligeirando o equipamento e prescindindo até da provisão de água potável a fim de que os helicópteros pudessem transportar o máximo peso de armas e munições. Não tardou a localizar-se uma enorme

Fuzileiros do DFE 13 num desembarque típico na *bolanha* do rio Cacheu.

arrecadação de material, como mostra o mapa junto. O apoio aéreo próximo foi dado por aviões Fiat G-91 e North American T-6 *Harvard*, visto que o local ficava próximo da fronteira e havia uma forte ameaça de contra-ataque por parte da base do PAIGC de Cumbamory, na fronteira com o Senegal. Os cinco helicópteros iniciaram o embarque das armas e trabalharam durante todo o dia. A apreensão incluiu 100.000 munições, cerca de 200 armas ligeiras e pesadas, fardamento, medicamentos, material escolar e, além disso, perfumes e revistas pornográficas soviéticas.[83]

Ao fim do dia, Spínola decidiu que os fuzileiros permaneceriam na área circunvizinha a fim de no dia seguinte estarem posicionados para a operação. Os fuzileiros, contudo, tinham objecções a esta decisão, na medida em que lhes era pedido que pernoitassem sem comida nem água, a poucos quilómetros da fronteira com o Senegal e em condições que seriam extremamente perigosas durante a noite. Aparentemente, haveria apoio de fogo de uma companhia de artilharia de Bigene, situada num raio de dois quilómetros com centro no acampamento dos fuzileiros. Para os fuzileiros, subsistia a considerável questão da melhor ou pior pontaria da bateria. Matias disse ao piloto do último helicóptero que transmitisse a Spínola que os fuzileiros estariam num local da mata que assinalou na carta do piloto, onde havia grandes árvores que os poderiam proteger durante a noite, caso fossem detectados por pessoal vindo do Senegal.[84]

[83] Almirante Nuno Vieira Matias, testemunho para o Projecto de História Oral, citado em Baena, 114-115.
[84] Ibid.

Península do Sambuiá e Operação *Grande Colheita*, Janeiro de 1969.

A LFP *Arcturus* (P 1151), a LFG *Sagitário* (P 1131) e a LFG *Cassiopeia* (P 373) atracadas na Base de Patrulhas de Ganturé, margem direita do rio Cacheu, Guiné, 1968.

Ao final da tarde, os fuzileiros começaram a ser bombardeados com fogo de morteiro na posição que ocupavam junto à arrecadação de armamento e esperaram pelo anoitecer. Quando ficou escuro, deslocaram-se de acordo com o procedimento bem treinado de abandonar silenciosamente a posição e deixar o inimigo na dúvida sobre a direcção que haviam tomado. Foi uma sorte terem seguido este plano, porque durante a noite apareceu gente no local. No dia seguinte os fuzileiros terminaram a recolha do material e tiveram um contacto com o inimigo no norte da península, no qual apreenderam mais onze metralhadoras checoslovacas M-25.[58] No final do segundo dia e durante a tardinha a única água potável disponível foi a dos charcos da *bolanha*, opção que não era particularmente saudável. Com a conclusão da *Grande Colheita*, o DFE 13 averbou o recorde da maior apreensão de material de guerra por uma única unidade numa só operação. Isto representou um duro golpe para o PAIGC e uma bem-vinda diminuição da pressão sobre as tropas portuguesas no norte da Guiné.[59]

Mais tarde, em Abril de 1970, os fuzileiros do DFE 12, comandados pelo primeiro-tenente Mendes Fernandes, executaram a Operação *Cocha*, outra bem-sucedida embora arriscada empresa na zona transfronteiriça de Cumbamory. Aqui os fuzileiros depararam com forte reacção do PAIGC, mas mesmo assim apreenderam outra arrecadação com grande quantidade de material de guerra, totalizando cerca de dez toneladas de armas, munições, minas, medicamentos e material escolar. Foram precisas sete horas para embarcar o material nos helicópteros e destruir a arrecadação, tendo sido bombardeado pela Força Aérea tudo o que

[58] Ibid.
[59] Ibid.

não foi possível destruir.[87] Esta acção constituiu outro grande revés para o PAIGC e afectou o moral das tropas e a sua luta no interior da Guiné.

Se bem que estas operações fossem agressivas e bem-sucedidas na medida em que perturbavam as incursões do PAIGC, eram por natureza defensivas. A ameaça do PAIGC mantinha-se viva nos seus santuários do Senegal e da República da Guiné e a ideia de operações ofensivas transfronteiriças tornou-se tentadora para os portugueses. Conquanto estivessem bem ao alcance das capacidades portuguesas, tais operações implicavam uma nova dimensão de risco político que podia acarretar imprevisíveis dificuldades.

[87] Ibid., 141-142.

6.
Sob o sol abrasador do Tungue

As condições geográficas de Moçambique, ao longo da sua fronteira norte com a Tanzânia, pareciam destinar a Marinha a desempenhar um papel especial naquele teatro de operações.[1] A fronteira com a Tanzânia acompanha o rio Rovuma durante cerca de 708 quilómetros, desde a sua foz, no Oceano Índico, até à confluência com o rio Messinge, após o que segue o paralelo durante mais 48 quilómetros para oeste até à margem do lago Niassa, totalizando 756 quilómetros. Toda a fronteira fluvial passa por uma parte do mais inacessível, distante e acidentado matagal de África e representava uma fronteira permeável e uma fácil oportunidade para infiltração dos guerrilheiros. Aqui, segundo o historiador naval António Telo, esta fronteira fluvial parecia proporcionar à Marinha uma oportunidade única para defender o Rovuma e os seus flancos do lago Niassa e o Oceano Índico numa clássica linha de defesa interior.[2] Enquanto o Rovuma colocaria problemas de navegação às embarcações tradicionais, visto que é pouco profundo e transponível a vau em muitos locais durante a estação seca, o ubíquo bote insuflável associado a aviões de observação, poderia ter sido mobilizado para estabelecer uma barreira eficaz. Infelizmente, também isto exigiria mais recursos do que aqueles que estavam imediatamente disponíveis, particularmente a aquisição de novos equipamentos especializados e as necessárias capacidades para os utilizar a fim de patrulhar um difícil ambiente fluvial.

Consequentemente, foi cometida ao Exército a responsabilidade da segurança da fronteira do rio Rovuma, este ramo resolveu o problema estabelecendo uma série de postos fixos espaçados ao longo do rio e tentando fiscalizar a fronteira por meio de patrulhas terrestres a partir desses postos. Ao que parece, o sistema não resultou, visto que, mal os guerrilheiros conseguiam atravessar o rio escassamente fiscalizado, logravam facilmente, naquele difícil terreno, iludir a vigilância das patrulhas do Exército. Seria muito mais eficaz pôr cobro à infiltração de guerrilheiros quando o inimigo estava exposto e vulnerável ao atravessar o rio. A ineficácia do Exército está bem documentada quer nos relatórios da FRELIMO, quer na crescente presença *de facto* de guerrilheiros nos distritos de Cabo Delgado e do Niassa a partir de 1964.[3]

---

[1] António José Telo, *História da Marinha Portuguesa: Homens, Doutrinas e Organização, 1824-1974* (Tomo I) (Lisboa: Academia de Marinha, 1999), 609.

[2] Ibid.

[3] Ibid., 613.

Inicialmente foi atribuída à Marinha a responsabilidade pelo patrulhamento da costa do Oceano Índico numa área que se estendia do foz do Rovuma para sul, passando pela baía de Tungue, até à ilha do Ibo, uma distância de aproximadamente 120 milhas. Infelizmente, a Marinha não dispunha ao tempo de recursos para patrulhar com grande eficiência esta área. Nessa conformidade, procurou concentrar os seus esforços na fiscalização do lago Niassa, objectivo que podia alcançar com um modesto incremento de meios. O seu outro objectivo primordial, a partir de 1966, foi dilatar os patrulhamentos costeiros, desta feita entre a foz do Rovuma e a base naval de Porto Amélia, uma distância de cerca de 160 milhas, e impedir a infiltração de guerrilheiros por mar.[4] A estratégia implícita neste duplo plano era evitar que os guerrilheiros flanqueassem o Exército e expandissem o conflito para além dos dois distritos da fronteira norte, atingindo Tete e a Zambézia. No Niassa, a Marinha entregou-se a esta missão com determinação usando a poderosa e provada combinação de LFPs, LDMs, LDPs e fuzileiros. No Oceano Índico, havia um leque mais variado de navios, que incluía as fragatas, as corvetas, LFGs, LFPs, uma única LDG e fuzileiros para proteger o flanco leste. Como veremos, num e noutro caso alcançou-se um êxito notável, apesar dos limitados recursos.

O problema dos guerrilheiros

Dos três teatros de operações, Moçambique foi o último e provavelmente nunca teria vindo a sê-lo se não fosse a concessão da independência à Tanzânia em 1961. Foi o aparecimento de Julius Nyerere, de início como primeiro-ministro e mais tarde, em 1962, como presidente, que constituiu o acontecimento mais significativo, visto que se tratava de um fervoroso nacionalista ardentemente empenhado em prestar apoio e dar guarida aos movimentos de libertação africanos. Incluíam-se entre estes o Congresso Nacional Africano (ANC) e o Congresso Pan-Africano (PAC) da África do Sul, a União Nacional Africana do Zimbabué (ZANU) e Robert Mugabe na sua luta para derrubarem o regime branco da Rodésia do Sul (hoje Zimbabué), bem como aquele que se reveste da maior importância para a nossa história, a FRELIMO.

Nyerere revelou-se um hábil negociador e artífice da paz entre os seus revolucionários hóspedes e, como marxista confesso e defensor do sistema de partido único, incentivou uma política similar por parte destes companheiros de viagem. Era considerado um líder modelo entre os da fraternidade de estados africanos emergentes, embora o tanzaniano médio tivesse dificuldade em compreender esta opinião. Durante os primeiros anos do seu mandato, conseguiu destruir a frágil economia tanzaniana, primordialmente através da nacionalização arbitrária de centenas de fazendas de proprietários brancos. Esta conversão, de uma economia rural que funcionava, numa disfuncional economia colectivizada marxista foi um desastre económico. Numa decisão ideológica identicamente mal-avisada, substituiu o inglês pelo swahili como língua nacional, com todo o isolamento comercial e cultural que isso acarretava. Ocupou pessoalmente a presidência de um estado cada vez mais militante, xenófobo e empobrecido e manteve as dissidências sob controlo por meio do uso liberal do seu Acto de Detenção Preventiva e da polícia de segurança, de formação leste-alemã, para prender os opositores. Tal como sucede com muitos homens fortes paranóicos, Nyerere estava constantemente a atribuir as culpas pelos problemas que ele próprio originava a

[4] Ibid., 612.

míticas forças exteriores e aludia frequentemente à "conspiração imperialista branca".[5] O seu aparente apego ao direitos humanos no mundo estava em clara contradição com as suas acções a nível doméstico. O futuro governo da FRELIMO em 1975 enveredaria por uma política semelhante e ao fazê-lo gerou a sua própria insurreição.

Eduardo Mondlane, que com o auxílio de Nyerere consolidou a maioria dos diferentes movimentos nacionalistas moçambicanos na FRELIMO, obteve o seu beneplácito como líder num congresso inaugural que teve lugar em Setembro de 1962 em Dar-es-Salam.[6] Mondlane era um intelectual formado na África do Sul, em Portugal e nos Estados Unidos, e julga-se que Nyerere o escolheu para liderar a FRELIMO quando ensinava antropologia na Universidade de Syracuse. Pouco após este primeiro congresso e antevendo a luta armada, a FRELIMO enviou os seus primeiros 250 jovens voluntários para a recém-independente Argélia a fim de receberem treino militar.[7] Posteriormente a República Árabe Unida forneceu esse tipo de apoio até à década de 1970. À medida que o treino foi amadurecendo, os recrutas começaram a ser enviados em aviões da Aeroflot para centros mais eficientes e especificamente concebidos na Ucrânia, onde a formação inicial lhes era dada por experientes profissionais da insurreição. Este processo conseguiu produzir pessoal mais bem treinado em quantidade suficiente não só para colmatar as baixas como até para engrossar o exército da FRELIMO. O pessoal habilitado com o curso regressava então ao campo tanzaniano de Chingoe, sob supervisão chinesa.[8] A FRELIMO começou como uma força desorganizada, de efectivos incertos, e no princípio dos anos 70 tinha no seu activo cerca de 7.200 militares regulares e 2.400 elementos das milícias populares.[9]

Mondlane e Nyerere estabeleceram também uma rede de bases do lado tanzaniano da fronteira. A principal era Nachingwea, tendo sido construídos campos em Songea, Tunduru e Lindi. Havia também cinco bases próximas da fronteira nas quais se organizavam as incursões: M'bamba Bay, Chamba, Lukwila, Newala e Mtwara. Era a partir destas que Mondlane penetrava em Moçambique para levar a cabo a sua campanha de insurreição.[10] Como seria de esperar, Nyerere controlava o fluxo de armas provenientes da China, da União Soviética e da Europa de Leste destinado à FRELIMO.

A força inicial da FRELIMO decorria do manifesto apoio do povo maconde, que vivia no norte do distrito de Cabo Delgado e do outro lado do Rovuma, na parte do Planalto Maconde da Tanzânia. Formavam uma nação belicosa e itinerante que existia há pelo menos mil anos.[11] René Pélissier descreve os macondes como uma tribo de "intransigentes guerreiros" que são "alérgicos a todas as formas de autoridade e influência exterior".[12] Ao longo dos anos repudiaram com êxito o Islão, o cristianismo e as tentativas de alemães e portugueses para os administrarem. Tendiam a conservar-se animistas e a venerar os antepassados. No início

---

[5] Al J. Venter, *The Zambezi Salient: Conflicts in Southern Africa* (Cape Town: Howard Timmins, 1974), 193.

[6] John Marcum, *The Angolan Revolution: The Anatomy of an Explosion (1950-1962)*, Volume 1 (Cambridge: M. I. T. Press, 1969), 284.

[7] Ian F. W. Beckett, "The Portuguese Army: The Campaign in Mozambique, 1964-1974", em *Armed Forces and Modern Counterinsurgency*, de I. F. W. Becket e J. Pimlott, eds. (Londres: Croom Helm, 1985), 140.

[8] Venter, 81.

[9] Neil Bruce, "Portugal's African Wars", *Conflict Studies*, Nº 34 (Março de 1973), 22.

[10] Venter, 48; Bruce, 8.

[11] José Verdasca dos Santos, *Memórias de um Capitão* (Lisboa: Universitária Editora, 2004), 143.

[12] René Pélissier, *Naissance du Mozambique: Résistance et Révoltes Anticoloniales (1854-1918)* (Orgeval: Pélissier, 1984), 19.

dos anos 60 os macondes da Tanzânia tinham sido completamente infiltrados por quadros da FRELIMO e, por conseguinte, eram a principal fonte de recrutas dos guerrilheiros.[11]

Este súbito acolhimento dispensado a forasteiros devia-se à concessão da independência a uma Tanzânia de governo negro e à sua subsequente hostilidade para com Moçambique, onde os brancos imperavam. Antes de 1961, o povo maconde estivera dividido por uma fronteira sem barreiras nem serviço de controlo de fronteiras. Esta divisão nominal não afectava a sua unidade tribal, visto que eram livres de cruzar a fronteira de um lado para outro sem qualquer impedimento. A polarização nacional desencadeada pela independência arrastou consigo uma restrição quase total à comunicação intertribal e os macondes da Tanzânia começaram a preocupar-se em combater os portugueses a fim de recuperarem a liberdade de movimentos no interior na sua região tribal. Antes desta época a fronteira tinha pouco significado para eles. Agora, porém, a actividade dos guerrilheiros atraíra os portugueses para o terreno ancestral dos macondes do norte de Moçambique em defesa da fronteira nacional, que vinha sendo ameaçada por uma Tanzânia hostil e pela FRELIMO, por si apoiada.

A liderança da FRELIMO era de origem banto e desprezada pelos macondes, contudo, os macondes da Tanzânia estavam na disposição de alinharem ao lado da FRELIMO para expulsar os portugueses e restabelecer a sua ligação como o povo de Moçambique. Tratava-se de um objectivo imediato, porque a longo prazo a ligação à FRELIMO colocaria os bantos no poder em Moçambique e determinaria a subserviência dos macondes a eles. Para a FRELIMO, este alinhamento com os macondes representava um êxito limitado, porque os macondes estavam interessados em recuperar o seu próprio terreno e as ligações com a sua gente e não em ter os bantos ou quem quer que fosse a transitar pela sua área. Por seu turno, os macondes não tinham interesse em passar para sul do Planalto dos Macondes, de forma que a FRELIMO se viu rapidamente num impasse no norte, quer devido às rivalidades intertribais, quer por força da actividade militar dos portugueses.[14]

A FRELIMO rompeu as hostilidades na noite de 24 de Setembro de 1964 com um assalto à residência e secretaria do pequeno posto administrativo do Cobué, no distrito do Niassa. No dia seguinte a lancha LFP *Castor* (P 580) foi alvejada quando patrulhava o lago Niassa e o posto administrativo do Chai, na orla sul do Planalto dos Macondes, no distrito de Cabo Delgado, foi atacado. Um prisioneiro da FRELIMO ali feito revelou que a FRELIMO estava a usar como base N'Gombe, uma povoação distante no noroeste do Niassa. Nessa conformidade, a Marinha mandou a *Castor* e uma secção de fuzileiros executar uma operação anfíbia contra aquela a 5 de Janeiro, operação que acabou por durar três dias, uma vez que os guerrilheiros lutaram para impedir o desembarque da pequena força de segurança.[15] Os fuzileiros conseguiram desembarcar apenas aos quatro de cada vez num pequeno bote de alumínio, pelo que a capacidade de concentração de força e de manobra contra o inimigo era limitada. A *Castor* teve de regressar a Metangula no meio da operação para ir buscar reforços e faltava-lhe uma Oerlikon ou uma metralhadora automática Dreyse em reparos a bordo para apoiar a força em terra. Os meios aéreos disponíveis, um Lockheed PV-2 *Harpoon* e dois North American T-6 *Harvard*, mantiveram-se no solo em Vila Cabral, incapacitados de ajudar devido ao tempo, uma vez que se estava na época das chuvas. Os

[11] Venter, 48.

[14] Peter J.H. Petter-Bowyer, *Winds of Destruction* (Victoria: Trafford, 2003), 229-230.

[15] Abel Barroso Hipólito, *A Pacificação do Niassa: Um Caso Concreto de Contraguerrilha* (Lisboa: edição do autor, 1970), 38.

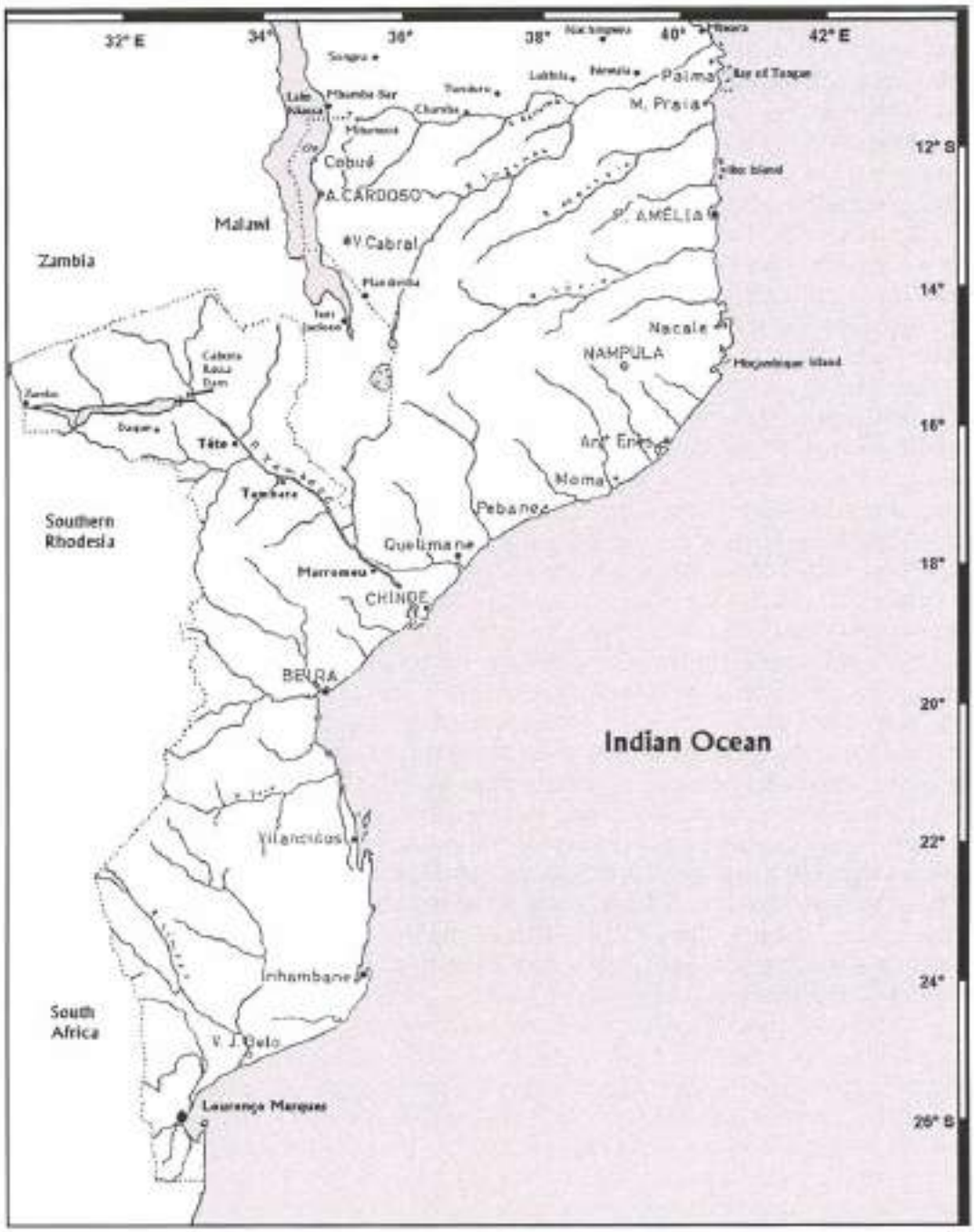
portugueses acabaram por levar a melhor e a Rádio Tanzânia, em Dar-es-Salam, confirmou dois dias depois da operação que a FRELIMO sofrera um morto e muitos feridos graves e que os guerrilheiros haviam sido treinados na Argélia. Era manifesto que os portugueses precisavam de uma força mais substancial e coordenada para responder à ameaça no lago.

A FRELIMO iniciara as operações com um mero punhado de combatentes treinados e os seus primeiros passos foram experimentais, na medida em que as chefias estavam divididas quanto à natureza da campanha.[16] As divisões internas eram em parte geradas pelos malogros militares e a dissensão assumiu proporções tais que a 3 de Fevereiro de 1969 elementos desafectos assassinaram Mondlane. O grupo dissidente da COREMO (Comité Revolucionário de Moçambique), formado por Paulo Gumane, emblemático desta dissensão, era de orientação maoista e recebia apoio da China. Indesejável na Tanzânia, estabeleceu em 1964 uma base em Macheke, na Zâmbia e, com um efectivo de cerca de 400 elementos, realizou incursões no distrito de Tete para plantar uma ou outra mina e intimidar a população local.[17] A partir do momento em que raptou onze técnicos agrícolas moçambicanos em Março de 1971 e foi obrigado pelo governo zambiano a libertá-los, passou a padecer de um problema de credibilidade e nunca chegou a ganhar maturidade, seja como movimento político, seja como força militar.

A FRELIMO estreara-se com um programa planificado de infiltração, subversão da população e incursões. Havia a esperança de uma insurreição em massa contra as autoridades portuguesas, mais uma vez no espírito da lógica de Holden Roberto, mas a população estava demasiado dispersa e dividida para que esta via constituísse uma expectativa realista. Os macondes de Moçambique, por exemplo, não partilhavam necessariamente o fervor revolucionário da sua parentela do outro lado da fronteira. Alguns macondes deixaram-se convencer a aderir a FRELIMO; contudo, fiel às suas tradições, a maioria rejeitou essa intrusão e quando não prestava colaboração activa era submetida aos habituais instrumentos do terror, como o assassínio, a tortura e o rapto selectivo. Em 1973 Neil Bruce referia que, de acordo com desertores, desde 1964 mais de 450 macondes tinham sido mortos, 1.000 feridos e 6.500 capturados pela FRELIMO.[18] A exactidão destes números importa menos do que o facto de terem sido cometidas atrocidades em larga escala por africanos contra africanos. Num país de 9 milhões, a população era constituída por 19 tribos e 17 grupos linguísticos diferentes. Para a FRELIMO, era importante criar uma ampla base popular transversal a esta miríade de facções; não obstante, as suas práticas destruíram qualquer esperança legítima de o fazer.

O Niassa, o distrito fronteiriço do norte imediatamente a oeste de Cabo Delgado, era escassamente povoado devido ao acidentado do terreno, sendo todavia atraente devido à sua fertilidade e à facilidade da agricultura. Era a terra dos nhanjas, que foram tratados pela FRELIMO com a mesma rudeza que antes reservara aos macondes, aos macuas e a outros. Mesmo no final da guerra, em 1974, a FRELIMO só tinha criado apoios no seio de uma pequena minoria da população do norte e a sul possuía tão poucos que durante décadas lhe foi extremamente difícil governar Moçambique. Quando este malogro se tornou evidente, em finais do anos 60, a FRELIMO viu-se obrigada a procurar uma nova estratégia e abrir uma segunda frente no distrito de Tete. Observando o mapa da área, pode rapidamente

[16] Malyn Newett, *A History of Mozambique* (Londres: Hurst & Company, 1995), 523.
[17] Bruce, 8 e 20.
[18] Ibid.



Moçambique, com indicação das bases da FRELIMO.

ver-se que seria bem mais fácil usar o Malawi para essa frente; no entanto, o seu presidente não o permitiria, receando que a sua comunicação com o mar através de Moçambique fosse cortada e que essa actividade atraísse militares indesejáveis ao seu país.

O empenhamento naval

O Comando Naval de Moçambique, ou CNM, foi criado em 1957, ao mesmo tempo que o de Angola, e ocupou-se inicialmente da construção de infra-estruturas navais básicas. De começo construiu-se a sede do comando de Lourenço Marques e a estação radionaval da Machava (Lourenço Marques) seguindo-se a estas, em 1964 e 1965, as da Beira, de Nacala, de Metangula, no Lago Niassa, de Porto Amélia, na costa do Oceano Índico, edifícios administrativos em Lourenço Marques e na Beira e instalações portuárias em Metangula e Porto Amélia. Uma vez que a Marinha empenhara o grosso das suas disponibilidades em Angola e na Guiné, o CNM reduzia-se a uma mão-cheia de navios e afigurava-se inevitavelmente uma prioridade menor à medida que a guerra avançava. Os meios navais imediatamente disponíveis eram a solitária fragata Álvares Cabral (F 336), o velho aviso *Bartolomeu Dias* (F 471), o navio hidrográfico *Almirante Lacerda* (A 525), a pequena lancha de fiscalização *Antares* (P 360), sobrevivente da invasão de Damão pela Índia, e a velha canhoneira do rio Zambeze *Tete*, uma verdadeira relíquia.[19] A partir de Outubro de 1962, a Companhia de Fuzileiros Nº 2 (CF 2) foi destacada para Lourenço Marques a fim de fazer a segurança das instalações navais e, devido à falta de DFEs, iniciou o treino para operações de contra-subversão. Após essa formação o pessoal foi dividido em dois pelotões, um colocado no Cobué e o outro em Metangula, no lago Niassa. Na Primavera de 1964 a *Castor* chegou ao porto do Oceano Índico de Nacala, sendo transferida para o lago Niassa no Outono desse ano, perante a ameaça de hostilidades. A seguir à da lancha hidrográfica *Mina*, foi a segunda operação de transporte de uma embarcação de dimensões modestas do Oceano Índico, através dos muitos obstáculos físicos, até ao lago Niassa. Não foi isenta de problemas e exigiu trabalhos de engenharia para reparação e reforço da capacidade de carga das estradas e pontes entre o porto de Nacala e a praia de Meponda, no lago. A experiência adquirida com esta empresa deu o mote para numerosos esforços mais avultados e desafiadores tendentes a reforçar a esquadra naval do lago Niassa. No ano seguinte começaram a aparecer e entrar em actividade forças significativas, à medida que a actividade da FRELIMO principiava a intensificar-se no norte.

A progressiva subversão da população do Niassa processou-se regularmente durante todo o ano de 1965 e atingiu a plenitude em Outubro de 1966. Das duas principais rotas de infiltração, uma era por via aquática, através do lago Niassa, e a outra atravessava directamente o Rovuma entre as aldeias de Milepa e Chamba.[20] Os guerrilheiros que seguiam a rota do lago avançavam para sul vindos de portos da Tanzânia e desembarcavam quer directamente em território português, quer também mais a sul, no Malawi, para se infiltrarem ao longo da fronteira entre Moçambique e o Malawi até ao lago Chiuta. Os portugueses convenceram o Dr. Hastings Kamuzu Banda, o primeiro presidente do Malawi, a recusar santuário e trânsito pelo país. À data Banda não possuía, porém, forças adequadas, pelo que não conseguia controlar totalmente a utilização de território do Malawi pelos guerrilheiros, particularmente em algumas das zonas mais remotas que confinavam com Moçambique e com os seus distritos do Niassa e da Zambézia. Considerou também que seria uma vantagem

[19] Telo, 609.

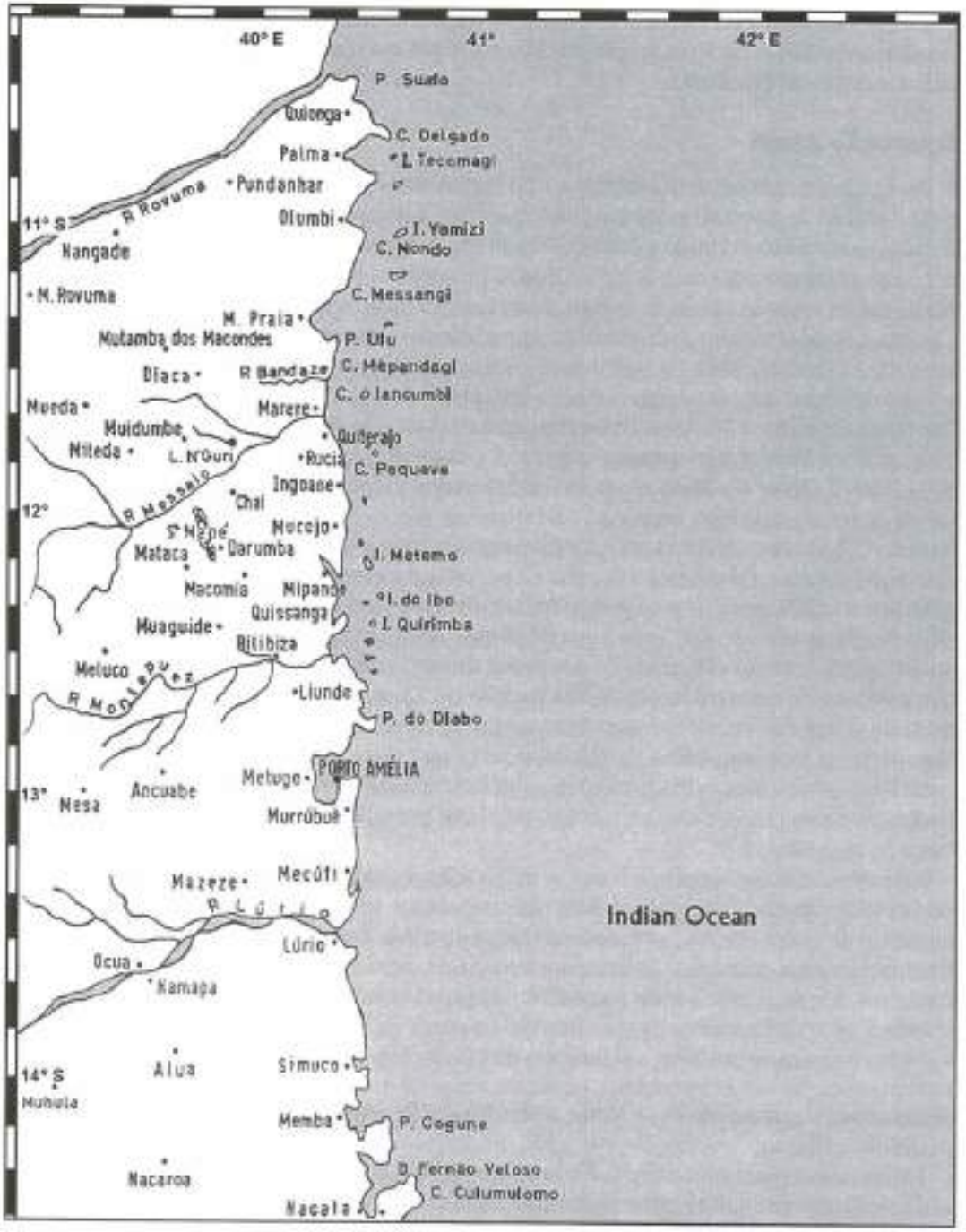
[20] Hipólito, 33-45.

política para ele, na medida do possível, ser prestável tanto à FRELIMO como aos portugueses a fim de evitar atritos com uns ou outros. Para contrariar as incursões pelo Rovuma, foram deslocadas tropas adicionais para o Niassa e Cabo Delgado a fim de reforçar as operações de segurança e iniciar a pacificação destes distritos.[21] Para impedir as incursões por via aquática as forças navais procuraram interceptar os elementos que tentavam infiltrar-se quando estavam ainda no mar e vulneráveis, porque, uma vez em terra, se dissolviam no seio da população intimidada ou procuravam refúgio no terreno acidentado e tendiam a tornar-se "invisíveis". A criação desta capacidade de interdição exigia o estabelecimento de uma presença naval significativa no lago Niassa.

Não se pode menorizar a valia de uma força naval de águas interiores para frustrar o inimigo. A história pode ter servido de guia rigoroso para a Marinha Portuguesa, pois fora no Verão de 1915 que a Royal Navy adquirira duas lanchas motorizadas Thornycroft de mogno de 40 pés (12,2 metros). Estas embarcações tinham dois motores a gasolina de 100 HP acoplados a dois hélices e atingiam uma velocidade máxima de 19 nós. Como armamento possuíam uma peça de 3 libras a vante e uma metralhadora Maxim a ré para responder às esperadas canhoneiras alemãs. A Royal Navy transportou-as de Londres até à Cidade do Cabo, numa extensão de 6.100 milhas, deslocando-as a partir daí por caminho-de-ferro e carros de bois, ao longo de um percurso terrestre de mais 3.210 milhas até ao lago Tanganica para responder ao domínio de que os alemães ali gozavam. O transporte ferroviário era rudimentar mas eficaz e recorreu a práticas tão pitorescas como designar praças para afastarem as faúlhas das locomotivas das lonas das embarcações a fim de evitarem o perigo de incêndio. O verdadeiro desafio foi a travessia das montanhas Mitumba seguindo um carreiro de carros de bois abandonado, que teve de ser vencido com máquinas de tracção a vapor, carros de bois e mão-de-obra nativa, que carregou as embarcações nas suas carroças vencendo declives inimagináveis e o terreno mais ameaçador. A viagem foi completada com êxito em quatro meses e, uma vez no lago, as duas embarcações não tardaram a dominá-lo e controlá-lo.[22]

O lago Niassa é uma massa de água semelhante e pode igualmente definir-se como um mar interior. A sua água é muito pura e não há marés. Possui de facto uma alteração sazonal de 5 metros entre o nível máximo em Maio e o mínimo em Dezembro devido aos seus diversos rios subterrâneos e às chuvas sazonais. As condições em ambos estes lagos de água doce são semelhantes às do oceano e podem facilmente tornar-se insustentáveis para meios de pequeno porte com ventos fortes do Norte e a consequente agitação, gerando vagas que atingem os três metros de altura. Os britânicos eram obrigados a cessar as operações e procurar abrigo quando o tempo piorava, o que se verificou igualmente com os portugueses no Niassa. Claro está que estas condições afectavam também o inimigo. Contudo, os guerrilheiros da FRELIMO, com as suas canoas, ou os navios tanzanianos representavam um opositor bem diverso das canhoneiras alemãs, visto que não procuravam o combate naval. Tinham, aliás, a expectativa de evitar todo e qualquer contacto naval no seu trânsito em direcção a áreas de infiltração remotas. Aqui, mais uma vez, a poderosa e eficaz combinação de LFs, LDs e fuzileiros teria de dominar as áreas litorais para pôr cobro àquela infiltração e impedir o uso do lago aos guerrilheiros. Esta interdição forçaria os guerrilheiros a optar pela via terrestre, caracterizada por terreno acidentado e montanhas

[21] Ibid.
[22] Peter Shankland, *The Phantom Flotilla* (Londres: Collin, 1968).



Litoral do Oceano Índico, Norte de Moçambique

temíveis, em lugar da via aquática, mais fácil. Assim, a FRELIMO perderia a batalha logística no abastecimento das suas forças em Moçambique e o seu âmbito estratégico ver-se-ia substancialmente limitado.

Operação *Atum*

As águas territoriais moçambicanas no lago Niassa foram estabelecidas formalmente pelo "acordo de Fronteiras de Moçambique com a Niassalândia" firmado em Novembro de 1954 entre o Reino Unido e Portugal. Ia da fronteira terrestre norte à fronteira terrestre sul, numa extensão de cerca de 115 milhas, e prolongava-se para oeste até ao meio do lago, numa média entre as 14 e as 21 milhas. Ficavam excluídas as ilhas do Malawi de Chizumulu e Likoma, que se situavam dentro dessas águas. Ainda nesse ano, Portugal tinha estabelecido uma missão hidrográfica no lago e dera início ao levantamento das suas águas territoriais e linha de costa, uma área equivalente a um quarto da extensão terrestre de Moçambique. Com este objectivo a Marinha converteu uma embarcação fluvial de passageiros na lancha hidrográfica *Mina* e transportou-a para lá.[19] Quando se iniciou a agitação por parte da FRELIMO, a *Castor* e a *Mina* eram os únicos meios disponíveis e pouco se adequavam à tarefa de fiscalizar o lago, embora a *Castor* tivesse feito um trabalho credível a partir da sua base do Cobué mostrando a bandeira e desencorajando a infiltração.[20] De facto, pensou-se inicialmente que, tal como a situação se encontrava em princípios de Agosto de 1965, a *Antares* e a LFP *Regulus* (P 369) poderiam ser enviadas como reforços, uma vez que seriam mais fáceis de transportar, com a sua dimensão comportável, e, enfim, careceriam de um apoio logístico menos elaborado do que meios de maior dimensão e capacidade. Esperava-se que a *Regulus* fosse transferida da sua missão no Zaire, em Angola, para Moçambique. A estas duas lanchas juntar-se-iam duas outras de construção local, uma na aldeia de Lipoche, perto da fronteira com a Tanzânia, e outra no Cobué, designadas LP 1 e LP 2. Se estes recursos se mostrassem insuficientes, quer em qualidades náuticas, quer em quantidade, poderiam ser acrescentadas as lanchas de maior porte *Marte* (P 1134) e *Mercúrio* (P 1135) à força do lago Niassa.[21]

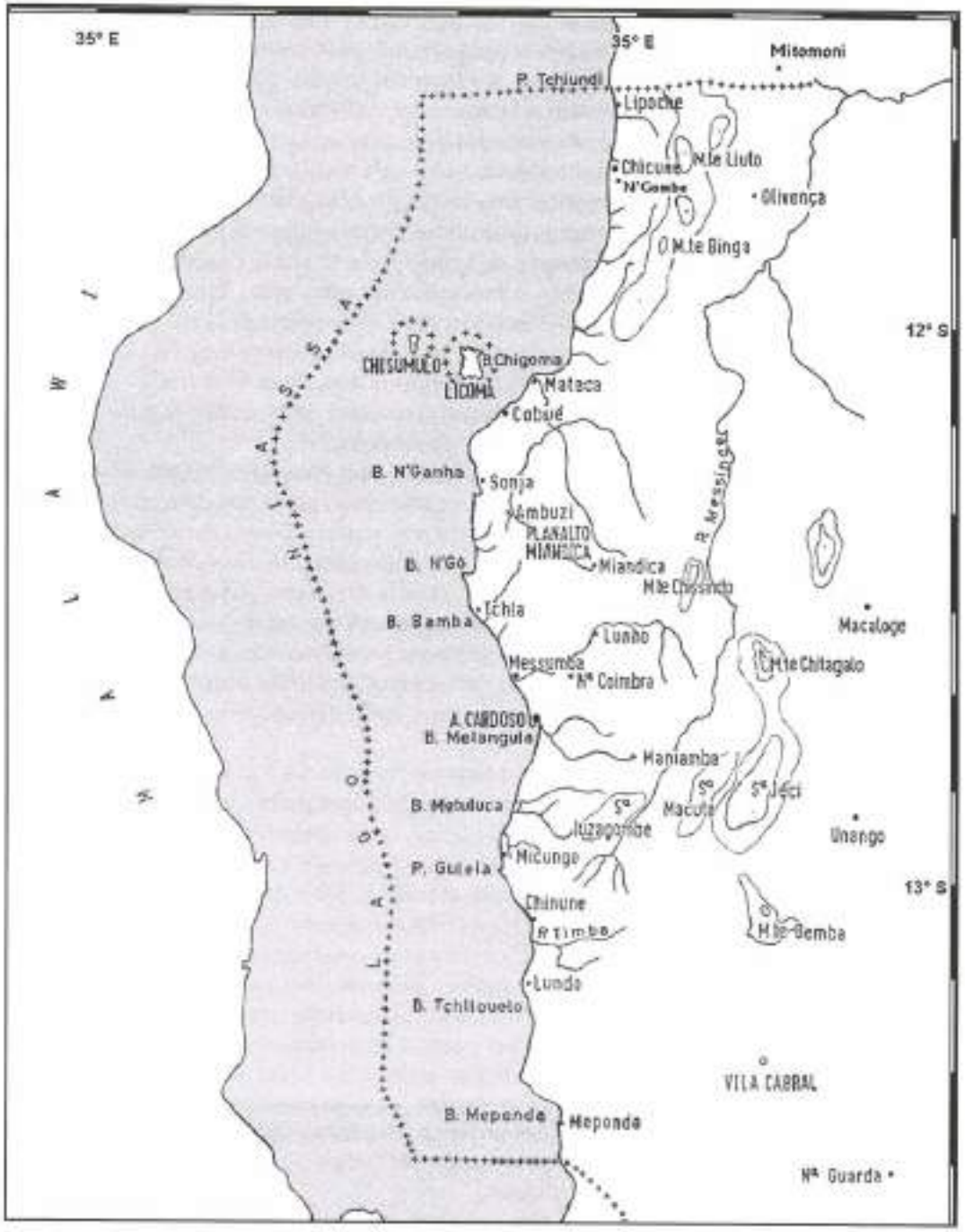
Passado o mês de Agosto, e como a infiltração recrudescesse, tornou-se evidente que seria efectivamente necessária uma presença mais substancial. Acresce que, devido à presença de guerrilheiros, as vias terrestres entre Vila Cabral, Metangula e o Cobué eram frequentemente minadas. Consequentemente, o apoio das unidades do Exército e dos fuzileiros que se previa serem colocadas nas proximidades do lago seria mais facilmente levado a cabo utilizando a ligação por via aquática ao longo da margem. Esta estratégia logística implicaria também a existência de LDs no lago. Em conformidade, no Outono de 1965 planeou-se um esforço mais avultado, a que foi dado o nome de Operação *Atum*, para deslocar mais quatro meios, a *Marte*, a *Mercúrio*, a *Regulus* e a LDM 404, do Oceano Índico para o lago Niassa.

Tal como sucedera com a experiência de 1915 da Royal Navy, a execução desta missão não seria fácil, uma vez que as infra-estruturas não estavam concebidas para receber as pesadas

[19] Teixeira de Aguilar, Reis Arenga, Silva Ribeiro, Santos Serafim, Albuquerque e Silva e Melo e Sousa, *A Marinha na Investigação no Mar 1800-1999* (Lisboa: Instituto Hidrográfico, 2001), 94 e 96.

[20] Gomes Ramos, "Por Terras Nunca de Antes...", *Anais do Clube Militar Naval* (Abril-Junho de 1966): 292.

[21] Comandante-chefe, Forças Armadas de Moçambique, para o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Lourenço Marques, 25 de Setembro de 1965, memorando "Reforço de Meios Navais no Niassa", dact. [policopiado].



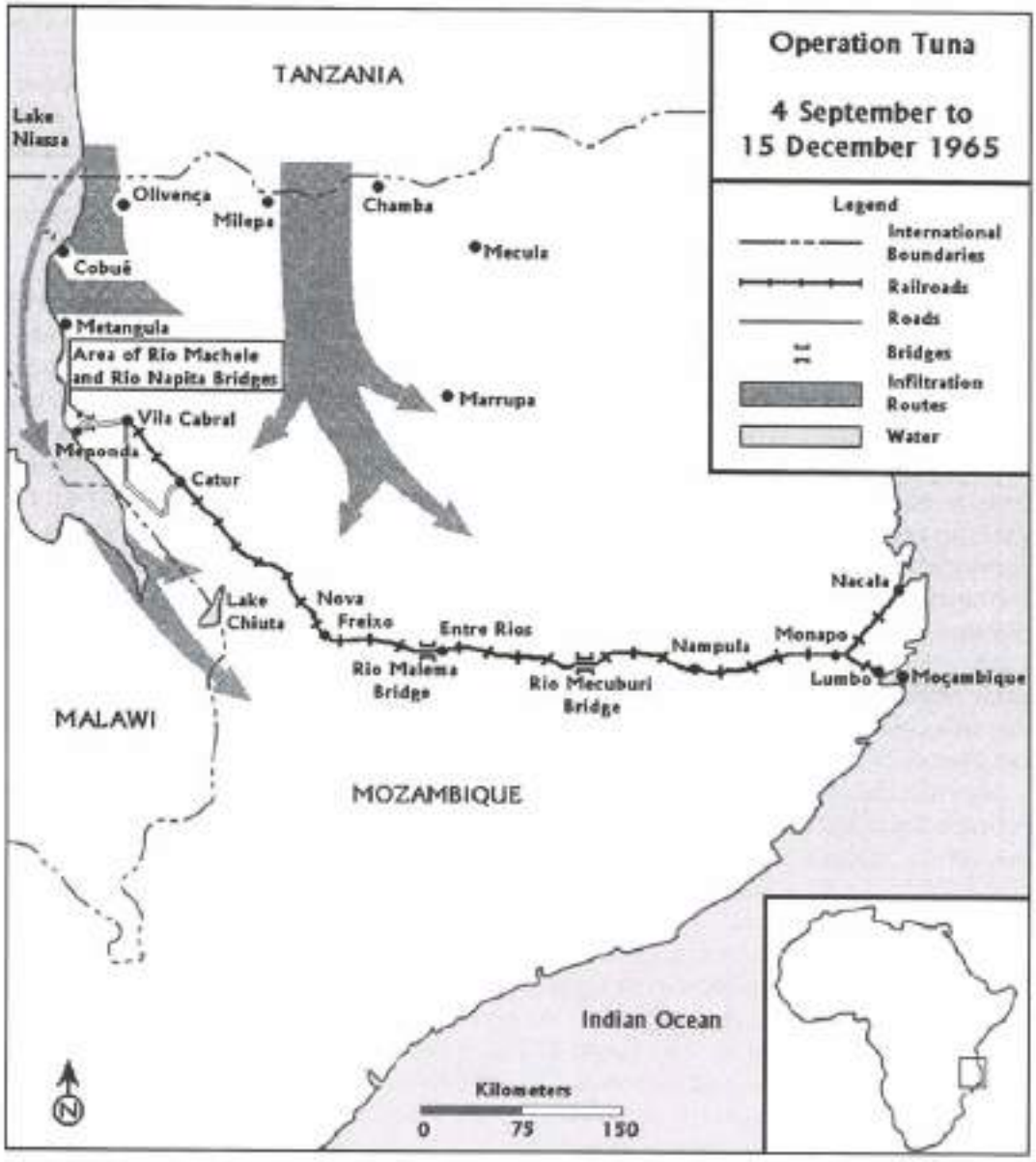
O Lago Niassa e o Niassa Ocidental

cargas em vista. As linhas ferroviárias haviam sido construídas com as folgas tradicionais para o tipo normal de mercadorias e não para artigos volumosos e sobredimensionados como os meios navais. Havia também pouco material rolante para semelhantes cargas. Além disso, as estradas normais eram relativamente rudimentares e prestavam-se mais a ser praticadas na estação seca. As estradas pavimentadas eram fáceis, mas apenas ligavam as principais cidades e não as aldeias e os locais mais remotos. Estas vias exigiam veículos especializados, particularmente para cargas pesadas, capazes de transitar nas más estradas, carreiros e trilhos. Em muitos casos estas pistas podiam degenerar em carreiros esburacados pelo meio de grandes camadas de lama e areia. Era fácil, e acontecia, os veículos atascarem-se nestas estradas primitivas e levarem horas a desatolar. Durante a estação das chuvas, que em Moçambique vai de Novembro a Abril, as estradas de terra convertiam-se em pântanos de lodo e areia mole e eram praticamente intransponíveis. Os rios cresciam e faziam correntemente perigar as modestas pontes que serviam as estradas. Operações logísticas de monta a partir de meados de Novembro eram, pois, cada vez mais difíceis e o risco de graves atrasos ou acidentes tornava-se elevado.

A *Castor* e a *Mina* eram embarcações relativamente pequenas, com menos de 18 metros de comprimento, pelo que o seu transporte e lançamento ao lago eram compatíveis com as limitações impostas pelas infra-estruturas rodo e ferroviárias. Depois de serem carregadas em Nacala, tinham seguido por caminho-de-ferro para oeste, até Vila Cabral, seguindo daí por transporte rodoviário para Meponda, no lago Niassa. O seu peso e dimensões permitira-lhes caber nos vagões plataformas e percorrer folgadamente o trajecto sem preocupações de maior. Três dos quatro meios navais que se previa serem movimentados pela Operação *Atum* tinham mais do dobro da tonelagem da *Castor* e da *Mina*, com o proporcional acréscimo de dimensões físicas. Consequentemente, o movimento destes meios de maior porte carecia de mais trabalho prévio.

A primeira tarefa consistia em examinar as rotas ferroviárias e rodoviárias para identificar problemas potenciais que afectassem o projecto, o que foi iniciado nos princípios de Setembro de 1965. A princípio pensou-se que os navios poderiam ser retirados do mar em Nacala e transportados por caminho-de-ferro para Nampula; contudo, não havia espaço suficiente para passar por baixo do viaduto da estrada Lumbo-Monapo ao quilómetro 66. A alternativa lógica seria usar a estrada Nacala-Monapo, mas também esta apresentava dificuldades. Seria necessário reforçar cinco pontes e regularizar e nivelar largas porções da ondulada rodovia para o trânsito de camiões pesados. Nacala foi, pois, abandonada por se tratar de um ponto de partida demasiado dispendioso em tempo e finanças. Em conformidade, a resposta óbvia passou a ser o ramal ferroviário Lumbo-Monapo, pois em Lumbo havia potencialmente profundidade bastante para os navios abicarem próximo da linha de costa e serem transpostos para os vagões. As águas vivas ocorreriam a 13 e 14 de Setembro, e por conseguinte as condições seriam particularmente propícias para a recolha nos preia-mares desses dias. Com o pouco tempo que faltava para essas datas, era urgente preparar e levar a cabo sete tarefas fulcrais:

- Montagem de um troço de linha férrea de 300 metros a partir da linha que servia o velho cais do Lumbo sobre a praia até à linha da baixa-mar;
- Transporte de Nacala até ao Lumbo dos berços para assentar os navios;
- Execução de trabalhos na via férrea nas passagens de nível dos quilómetros 38, 40 e 69 para permitir o trânsito dos vagões que transportavam as lanchas maiores;



Operação Atum.

- Elaboração de estudos sobre o uso das várias alternativas ferroviárias e rodoviárias disponíveis;
- Requisição de um camião pesado com a capacidade de 35 toneladas a Lourenço Marques a fim de transportar as lanchas em qualquer troço rodoviário do percurso;
- Preparação da extensão da via férrea e dos berços a tempo das marés de 13 e 14 de Setembro;
- Colaboração com a Direcção dos Caminhos de Ferro de Moçambique no planeamento e execução da Operação *Atum*.[20]

Nem tudo correu conforme o projectado. As lanchas *Marte* e *Mercúrio* chegaram como carga de convés no cargueiro *Beira* e foram postas a flutuar na baía da Ilha de Moçambique no dia 9 de Setembro. Os berços, que pesavam três toneladas cada um, foram depois descarregados em Nacala e levados para o Lumbo a fim de receberem as lanchas. Na noite de 17 de Setembro uma das lanchas foi colocada em cima do respectivo berço, assente nos carris, e puxada para terra, mas neste ponto deixou de se avançar. As autoridades ferroviárias consideravam as dificuldades da continuação da operação de tal modo intransponíveis e o projecto tão inexequível que se recusaram a prosseguir. Consequentemente, a lancha foi recolocada na água e o impasse tornou-se um enorme embaraço. A busca de uma solução terminou com a escolha do capitão-de-mar-e-guerra Pedro da Conceição Mouzinho, um distinto engenheiro maquinista naval, para dirigir a empresa. Mouzinho fez-se acompanhar do hábil e talentoso carpinteiro naval Carlos Águas Trindade.[21] Embora Trindade fosse oficialmente carpinteiro naval, era igualmente um montador naval, que fazia uso dos seus conhecimentos nesses dois ofícios para resolver os problemas da movimentação de objectos pesados.

No entender de Mouzinho, havia três fases distintas no projecto. A primeira era a retirada das lanchas do mar e a sua colocação sobre os berços nos vagões. A segunda fase era a deslocação dos vagões com as suas lanchas até ao norte de Moçambique. A terceira e última fase era o transbordo das lanchas para os camiões, o seu transporte por uma estrada primitiva até Meponda e o seu lançamento no lago Niassa.

Na ocasião afigurava-se que a próxima oportunidade para a execução bem-sucedida da primeira fase seria no decurso da segunda quinzena de Outubro.[22] Entretanto a fragata *Pacheco Pereira* (F 337) chegava à Ilha de Moçambique trazendo a reboque a LDM 404, que se destinava igualmente ao lago. Como a LDM tinha fundo chato e por conseguinte não necessitava de berço, podia ser carregada directamente num vagão plataforma. Não tinha de esperar pelas marés de águas vivas para ser posta a nado com o peso adicional de um berço. Este facto significava que a operação podia prosseguir de imediato com a transferência da LDM. Acresce que a LDM tinha as dimensões aproximadas das LFs maiores, proporcionando assim um ponto de referência para o transporte destas.

Entretanto faziam-se escrupulosos preparativos para carregar a LDM no comboio e movimentá-la pela via férrea. A primeira fase durou três dias e terminou no Lumbo a 29 de Setembro. A segunda fase iniciou-se com algumas complicações na ponte de Monapo, mas

[20] Capitão-de-mar-e-guerra (engenheiro maquinista naval) Pedro da Conceição Mouzinho, "Relatório sobre a Operação Atum", Comando Naval, Lourenço Marques, Moçambique, 14 de Janeiro de 1966, dact. [policopiado], 2-3.

[21] João Soares Cabeçadas, "'Navegando' do Índico ao Lago Niassa", *Revista da Armada* (Maio de 1974): 9.

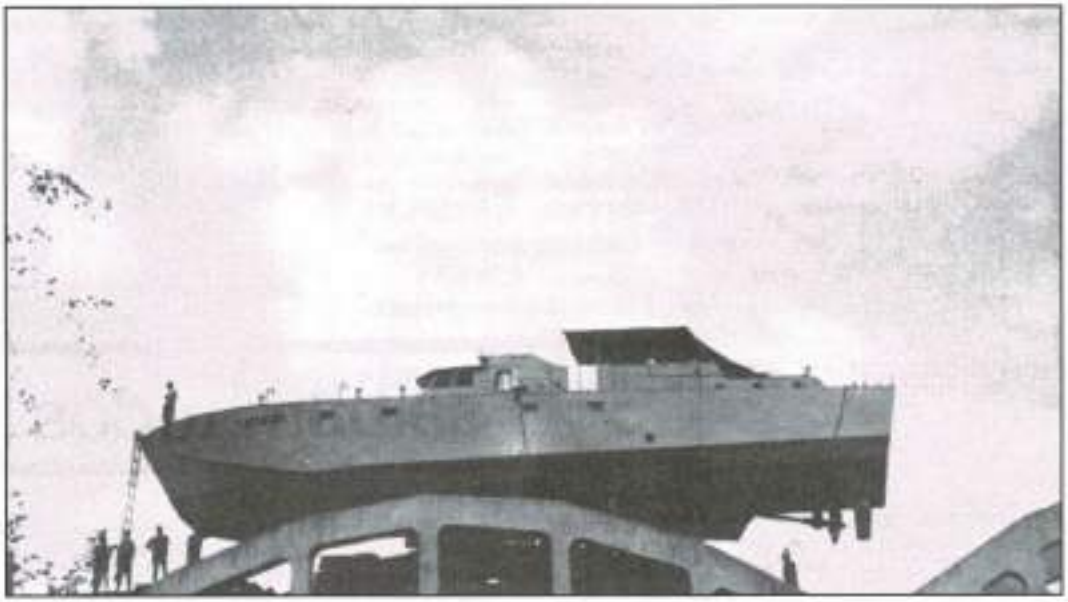
[22] Ibid., 5.

Troço de linha férrea lançada sobre a praia, no Lumbo.

a LDM chegou a Nampula a 2 de Outubro, prosseguindo para Vila Cabral. O processo seguido para passar as diversas pontes do trajecto exigia, em primeiro lugar, que a embarcação fosse içada por meio de um sistema de macacos e a construção de uma armação de travessas de madeira por baixo dela para apoio. Quando a LDM atingia os 2,4 metros necessários para passar por cima da estrutura da ponte, o comboio avançava lentamente até o navio ter passado a ponte. A embarcação alada era então arriada para o trajecto até à próxima ponte. Ao chegar a Vila Cabral a LDM foi transbordada para o camião no qual faria o percurso final de 60 quilómetros até Meponda. Neste troço surgiram graves dificuldades, devido a má condução do camião, que fez a LDM tombar três vezes na estrada. Daí que a deslocação tenha demorado 30 dias, um período excessivamente longo. Muitos dos problemas foram directamente atribuídos à falta de uma liderança forte e direcção qualificada no terreno.[29]

Enquanto a LDM 404 realizava a sua martirizada viagem entre Vila Cabral e Meponda, o navio mercante *Rovuma* chegava à Ilha de Moçambique a 8 de Outubro trazendo a *Regulus* no convés. Cinco dias depois o mar estava suficientemente calmo para assentar a lancha no respectivo vagão plataforma. Estava previsto tratar-se de uma operação simples, face às dimensões e tonelagem da *Regulus*; não obstante, surgiram complicações na fase de transporte por via férrea no troço da linha entre Catur e Vila Cabral. O comboio tinha atravessado um cruzamento com uma velocidade um tanto superior à que as circunstâncias aconselhavam e a plataforma que transportava a *Regulus* descarrilou. O incidente deslocou o navio no respectivo berço, mas felizmente contava-se com o engenho de Trindade e as

[29] Ibid., 6.



A *Mercúrio* alada para passar uma ponte.

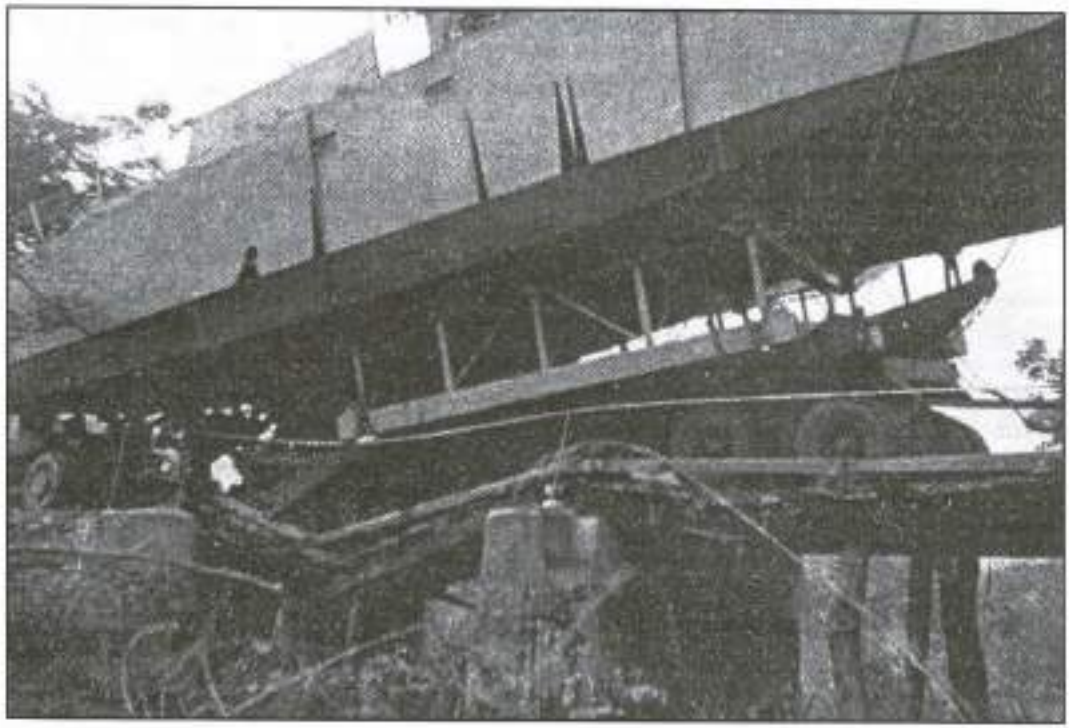
dificuldades foram ultrapassadas. Contudo, este acontecimento suscitou a questão da capacidade do talude da via para suportar o peso adicional da *Marte* e da *Mercúrio*.

Enquanto a *Regulus* prosseguia a sua viagem para Meponda, expressaram-se sérias dúvidas acerca do transporte destes navios maiores à luz da experiência da movimentação da LDM 404 pela rudimentar estrada entre Vila Cabral e Meponda. Seriam por certo necessários trabalhos de engenharia e apoio logístico adicionais muito superiores aos exigidos pelas anteriores empresas, tendo sido apresentada uma longa lista de abastecimentos e equipamento. A estação das chuvas aproximava-se rapidamente, de modo que as soluções do problema assumiam acrescida urgência.

Todas estas dificuldades associadas às primeiras etapas eram ampliadas em face do maior tamanho destes dois navios. Por exemplo, a *Marte* e a *Mercúrio* tinham 70% mais de peso que a *Regulus*, mais um metro de boca e mais quatro de comprimento. Estas dimensões acrescidas poriam seriamente à prova o sistema de transporte. A linha ferroviária seria utilizada apenas até Catur, porque, devido à experiência havida com a *Regulus*, se pensava que o troço subsequente não poderia suportar o peso adicional. Esta limitação ditava que as lanchas fossem transferidas de camião pesado durante o percurso de Meponda até Vila Cabral. Ainda assim, havia consideráveis dúvidas de que o leito da estrada entre Catur e Meponda fosse capaz de suportar as 70 toneladas de peso somado do camião com a lancha e o respectivo berço, uma vez que pouco mais era que um carreiro de terra batida. Esperavam-se, evidentemente, dificuldades.

O primeiro problema consistia em localizar duas plataformas rodadas pesadas, pois não as havia em Moçambique. Encetaram-se negociações com a África do Sul para identificar e obter este equipamento e, após algumas buscas, o Exército daquele país disponibilizou duas plataformas de transporte de carros de combate *Centurion*.[10]

[10] Ibid., 10.



Ponte fracturada sobre o rio Machele.

Com as plataformas rodadas a caminho de Catur e uma força de segurança vinda de Vila Cabral para dar apoio à operação, o carregamento das lanchas iniciou-se no Lumbo a 19 de Novembro. Pouco após a meia-noite de 28 de Novembro a coluna e as suas lanchas partiram de Nampula e avançaram lentamente, atingindo o rio Mecuburi e atravessando-o a meio da manhã do dia seguinte. A *Mercúrio* ainda só tinha percorrido pouco mais de 200 quilómetros da sua viagem e nesta altura o projecto levava já bem 26 horas de atraso em relação ao planeamento. Esta perda de tempo era importante, na medida em que toda a operação era uma corrida contra as chuvas que se avizinhavam. O avanço era angustiosamente lento, porque, tal como a LDM 404, os navios ficavam salientes das plataformas a ponto de ser preciso repetir regularmente o já enfadonho e moroso processo de as elevar. Tudo era simples no conceito, mas parecia ser difícil na execução, com o calor e o sol tórrido. Como nota positiva, parte do tempo perdido foi recuperado quando se atravessou o rio Malema em oito horas, sem novidade, à tardinha de 29 de Novembro.

O comboio chegou a Nova Freixo a 30 de Novembro e, após algum atraso, alcançou Catur no dia 1 de Dezembro, para enfrentar novos obstáculos. Combinara-se previamente o encontro em Catur com a força de segurança de Vila Cabral. A companhia de Infantaria, porém, não acreditava grandemente no avanço que fora programado, com base na experiência obtida com a LDM 404, tendo chegado apenas a 2 de Dezembro. Os camiões de transporte atrasaram-se igualmente e chegaram no mesmo dia que as tropas. Durante as tardes de 2 e 3 de Dezembro choveu torrencialmente, transformando toda a área da estação num verdadeiro lago. Apesar deste contratempo, os navios foram transferidos para as plataformas rodadas e percorreram os 60 quilómetros que os separavam de Vila Cabral por

estradas encharcadas sem incidentes, chegando no dia 5 de Dezembro à tarde. A viagem relativamente tranquila deveu-se à extraordinária resistência dos tractores British Leyland, que rebocaram as plataformas através de sinuosas estradas esburacadas, venceram declives de 10% e galgaram uns derradeiros seis quilómetros de lama.[31]

Era imperativo iniciar rapidamente a terceira etapa, porque o recrudescimento da chuva tornaria a situação impossível. Em conformidade, após um dia de descanso e reabastecimento a coluna partiu de Vila Cabral. Se havia algum optimismo de que tudo fosse mais fácil nos 65 quilómetros que faltavam para atingir o lago, não tardou que se desvanecesse. O avanço revelou-se extremamente lento devido ao progressivo amolecimento de uma estrada mal construída, pese o facto de dias antes uma equipa de 200 homens ter inspeccionado a via para averiguar se precisava de reparações e ter limpo o mato das bermas. A sua capacidade de suportar pesos tinha-se deteriorado a tal ponto com a chuva que, 25 quilómetros percorridos, a plataforma que transportava a *Marte* patinou seriamente, tendo a sua recuperação demorado algum tempo. Várias chuvadas breves mas fortes amoleceram ainda mais a estrada. Nessa altura a plataforma responsável começou a patinar constantemente. A meio da tarde do dia 7 de Dezembro a coluna chegou ao rio Machele, a primeira das três primitivas pontes a cruzar. O avanço era animador, visto que faltavam somente 12 quilómetros para Meponda.

Ao aproximar-se da ponte, a coluna deparou-se com um extenso e pronunciado declive de 700 metros. Os camiões Leyland venceram bem esse obstáculo e prepararam-se para atravessar a ponte que supostamente suportava 100 toneladas. Em retrospectiva, as vistorias que haviam certificado essa capacidade estavam obviamente distantes da realidade. Quando a primeira plataforma entrou na ponte com a *Marte*, tudo correu bem até assentar todo o seu peso no vão. O aumento progressivo de peso até à carga máxima revelou-se excessivo, porque as vigas cederam e a plataforma de transporte ficou encravada na infra-estrutura alquebrada. Só na manhã do dia 8 de Dezembro se conseguiu levantar o tabuleiro da ponte e reforçar as vigas restantes para que a plataforma de transporte pudesse continuar a travessia.[32] Para o segundo veículo que transportava a *Mercúrio* foi construído nas proximidades um vau ou passagem de 100 metros, uma vez que não se justificava o risco de voltar a utilizar a ponte. Este segundo projecto usou tantos troncos que houve que abater duas enormes árvores. Os elementos das guarnições das duas lanchas estavam presentes e deram uma ajuda. Entre eles contava-se o segundo-tenente José Deolindo Torres Sobral, comandante da *Mercúrio*, ao qual nos referiremos mais adiante.

O comboio avançou apenas quatro quilómetros até chegar à ponte sobre o rio Napita. Esta estrutura revelou-se ainda pior do que a ponte anterior, pois estava completamente podre e teve de ser totalmente reconstruída. Não obstante, ao final do dia as plataformas tinham passado para o outro lado do rio. O tabuleiro da ponte seguinte, que distava somente dois quilómetros desta, foi reparado com chapas metálicas vindas de Meponda. Quando o comboio passou esta última ponte, o segundo veículo seguiu nos trilhos do primeiro sobre o terreno naturalmente mole. Por uma razão aparentemente inexplicável, o pavimento cedeu sob o segundo conjunto e a sua carga inclinou-se 30 graus para um lado. Quando a plataforma foi desatolada, a inclinação aumentara para 40 graus.[33] A coluna chegou finalmente a Meponda ao pôr do sol de 9 de Dezembro. Com pouco mais que mão-de-obra não especializada, árvores

[31] Ibid., 14.
[32] Ibid., 17.
[33] Ibid., 18.

e umas quantas ferramentas, a coluna tinha progredido, arrostando com vias degradadas e más condições de tempo, e conseguira transportar enormes cargas por estradas e pontes quase intransitáveis, uma proeza que mesmo em condições normais seria difícil.

Desde o princípio que o trajecto a partir de Vila Cabral se mostrara de particular exigência, considerando a estrada naturalmente mole e a sua deficiente e esburacada superfície. Toda a equipa tinha lutado continuamente para manter um avanço ordenado. Com a reconstrução de duas pontes e a retirada de um veículo de um buraco, o desânimo e a extrema fadiga tinham-se tornado os piores inimigos. O lançamento à água dos dois navios acabou por constituir até certo ponto um anticlímax. As plataformas de transporte recuaram por uma rampa até ao lago Niassa e, quando os navios começaram a flutuar nos respectivos berços, a LDM 404 e a *Regulus* largaram-nos. Embora tivessem sofrido danos consideráveis, após a sua reparação as lanchas ficaram operacionais.

A força do lago Niassa foi novamente reforçada no decurso de 1966 com a LDM 408 e as LDPs 107, 203 e 204. Finalmente, com a Operação *Roaz*, que decorreu de 5 de Julho a 23 de Agosto, a *Saturno* (P 1136), a *Urano* (P 1137) e a LDM 407 foram igualmente acrescentadas ao dispositivo do lago.[14] Esta força foi integrada na Esquadrilha de Lanchas do Lago Niassa (ELLN), e no final de 1969 havia 14 lanchas no lago e duas em Porto Amélia, além de outras sete lanchas que patrulhavam o Rovuma.[15] Não havia mais forças disponíveis, porém, e a ELLN manteve o nível de meios de 1969 até ao fim da guerra. As suas principais missões eram a interdição do inimigo no lago, o apoio aos fuzileiros e o apoio logístico às unidades militares e à população. Esta última passara a ser uma responsabilidade naval, porque o sistema rodoviário se deteriorara fisicamente, era frequentemente minado e por conseguinte não constituía um elo de ligação fiável. Durante o ano de 1971, por exemplo, a ELLN transportou 17.993 pessoas e 6.216 toneladas de carga no desempenho desta última incumbência.[16]

Um dos problemas muito sérios com que a ELLN se confrontava era a sua restrição às águas territoriais portuguesas. Esta situação conferia aos guerrilheiros uma relativa liberdade de passagem pelas águas não patrulhadas do Malawi, da qual tiravam partido para se deslocarem a zonas esparsamente povoadas do Malawi e de Moçambique e alargarem a sua influência dentro do território português. Consequentemente, a fim de aumentar o raio de acção da ELLN e barrar esta via, procurou-se aliciar o Malawi a tornar-se um aliado.

O Malawi tornara-se independente em 1964 e herdara um batalhão de 2.000 soldados instalados no quartel de Cobbe, na parte sul de Zomba, comandado pelo brigadeiro Timothy Lewis, velho confidente de Banda, o primeiro chefe de Estado do Malawi. Era esta a dimensão das suas forças armadas, uma vez que até à data não houvera necessidade de uma Marinha. Banda era um líder populista que passara a maior parte da vida adulta como bem-sucedido médico de clínica geral nos Estados Unidos e no Reino Unido antes de regressar à pátria em 1958 para dirigir a campanha pela independência. Procurou preservar a economia agrícola e o modo de vida tradicional dos malawianos. Ao fazê-lo, reforçou o sistema dos chefes tradicionais, fundou organizações para mulheres e jovens e tentou fazer a paz com os seus vizinhos. Estabeleceu estreitos laços com a África do Sul, que contribuiu com financiamento, treino militar e policial e turistas para as estâncias do lago Niassa. Estabeleceu relações ainda mais próximas com Portugal, uma vez que as principais ligações

[14] Comando da Operação Roaz, Ordem de Serviço Nº 1, Catur, 22 de Agosto de 1967, dact. (policopiado).

[15] Telo, 612.

[16] Ibid., 613.

comerciais exteriores do seu país eram duas linhas ferroviárias que conduziam aos portos moçambicanos de Nacala e da Beira. Cooperou também integralmente com as forças de segurança portuguesas, actividade impopular junto de outros chefes de Estado de nações africanas recém-independentes.

Jorge Jardim, o poderoso e carismático comerciante e operacional de serviços de informação da Beira, envolveu-se na obtenção da ajuda de Banda contra a FRELIMO. Jardim era um homem inteligente e dinâmico, dotado de sentido de humor, e representava uma presença influente na área fronteiriça entre o Niassa e o Malawi. Parecia estar envolvido em tudo. Banda, por exemplo, pediu a Jardim para capturar um dos líderes da oposição ao seu regime que fugira do Malawi e se escondia em Mandimba, vila limítrofe do distrito de Niassa, fronteira a Fort Jackson, no Malawi. Jardim sabia apenas que o homem era malawiano e diabético. Combinando tomar um café com um grupo de refugiados malawianos, identificou o homem como o único que recusou açúcar.[17] Jardim trabalhava em estreita ligação com um dos grupos de jovens paramilitares de Banda, os Young Pioneers.[18] Este grupo tinha a missão de patrulhar as fronteiras do Malawi para impedir o uso pela FRELIMO do território malawiano e era treinado, equipado e apoiado pelos portugueses. Esta ajuda acabou por ser alargada a uma iniciativa naval com a decisão de emprestar a *Castor*, agora rebaptizada *John Chilembwe* (com a variante *Jobo Chilembwé*) ao Malawi em Agosto de 1968 para constituir a sua Marinha. Quando se deu a transferência, o comandante da *Mercúrio* e dois elementos da sua guarnição foram "cedidos por empréstimo" para guarnecer a lancha, pois o Malawi não tinha qualquer tradição naval. Estes homens foram temporariamente desligados da Marinha Portuguesa e trabalharam para o Malawi, país pelo qual eram pagos. O restante da guarnição foi formado por elementos dos Young Pioneers, que receberam treino de operação de navios em Metangula.[19] A manutenção e as reparações eram também asseguradas pelos portugueses em Metangula. O apoio mútuo estendia-se igualmente ao fornecimento pelo Malawi de combustível para a ELLN, que era transportado por LDMs portuguesas para Metangula, do outro lado do lago. A relação foi ainda reforçada em Março de 1969 quando a *Regulus* se seguiu à *Castor* no empréstimo ao Malawi, sendo rebaptizada *Chibisa*. A estreita cooperação e o apoio mútuo dentro deste espírito prosseguiram durante toda a guerra.

Inicialmente a estratégia resultou bem através de uma combinação de uma presença naval mutuamente apoiante no lago Niassa, da posição política favorável do Malawi e das forças paramilitares que ali operavam. Estas forças, com a respectiva identidade resguardada, colaboravam de tempos a tempos com a Marinha em operações especiais transfronteiriças contra os guerrilheiros, actividades essas que ainda hoje permanecem envoltas num manto de secretismo. Era também recolhida uma quantidade substancial de úteis informações que conduziram a operações bem-sucedidas. Esta segurança mais apertada no lago Niassa acabaria por obrigar os guerrilheiros a procurar uma nova estratégia, mas, como veremos, muita coisa aconteceu antes disso.

---

[17] Carlos Augusto Pereira da Costa Matos, entrevista com o autor, 15 de Abril de 2000, Lisboa. O coronel Costa Matos foi governador do Niassa de 1962 a 1966.

[18] José Freire Antunes, *Jorge Jardim Agente Secreto* (Venda Nova: Bertrand Editora, 1996), 199-204.

[19] Santana Lopes, "Agente Agrelos «o nosso homem no Malawi»", *Diário de Notícias*, 22 de Abril de 2004, página da Internet http://macua.blogs.com/25_de_abril_o_antes_e_o_a/2004/04/agente_agrelos_.html (consultada em 15 de Outubro de 2011); Francisco Manuel Lhano Preto, do Projecto de História Oral, Julho de 1999. O capitão-de-mar-e-guerra Lhano Preto é um fuzileiro especial que foi o último comandante do *John Chilembwe* (variante *Jobo Chilembwé*), de Julho de 1973 a Julho de 1974.

Veículo de transporte com a *Mercúrio* na travessia do "vau"

Operações no Niassa

As operações navais no lago centraram-se na base naval primária de Metangula e na sua satélite a norte, o Cobué. A instalação de Metangula chamava-se alternativamente Vila Augusto Cardoso durante a posse dos portugueses, em honra de um dos primeiros oficiais da Marinha a explorar Moçambique. Tratava-se de uma ordenada e irrepreensível infra-estrutura localizada numa península segura, com um farol e uma pista de aviação. Num momento de entusiástica hipérbole, o aquartelamento chegou a ser rotulado de "magnífico" e "majestoso".[40] A partir de Agosto de 1967 passou a apoiar quatro LFPs da classe *Júpiter*, quatro LDMs da classe "400", uma LDM da classe "100", duas LDPs da classe

[40] Ricardo Campos, "Missão Metangula – Parte II", *AORN* (Abril de 2000): 22.

"200" e uma companhia de fuzileiros navais. Havia também uma estação radionaval que funcionava como parte vital do sistema global de comunicações navais e uma companhia de Infantaria do Exército acampada nas proximidades, em condições mais rudimentares.

O Exército patrulhava a área local, o que constituía uma empresa complicada, pois o terreno era acidentado e as poucas estradas disponíveis estavam invariavelmente minadas. O deficiente sistema rodoviário implicava uma logística lenta e de fraca resposta assente no abastecimento da base por camiões. Havia consequentemente uma desconfortável falta de quase tudo. A comida era péssima e não havia caça local significativa para melhorar as ementas. A pesca revelava-se também um desapontamento. Abundavam os insectos naquele clima quente tropical. As estradas minadas restringiam também o Exército a patrulhas a pé, com o seu limitado âmbito e capacidade de fiscalizar os extensos trechos do noroeste do Niassa.

QUADRO 6.1: REFORÇO DE MEIOS NAVAIS EM MOÇAMBIQUE, 1961-1971

Unidade	Data de chegada	Área operacional
AH *Almirante Lacerda* (A 525) – hidrográfico	Permanente	Oceano Índico
LC *Tete* – canhoneira fluvial	Permanente	Rio Zambeze
Mina – missão hidrográfica	Permanente	Lago Niassa
LP 1	Princípio de 1966	Lago Niassa
LP 2	Princípio de 1966	Lago Niassa
LFP *Antares* (P 360)	NOV 1962	Oceano Índico
LFP *Castor* (P 580)	NOV 1964[1]	Lago Niassa
LDM 404	NOV 1965	Lago Niassa
LDM 405	MAI 1966	Lago Niassa
LFP *Marte* (P 1134)	DEZ 1965	Lago Niassa
LFP *Mercúrio* (P 1135)	DEZ 1965	Lago Niassa
LFP *Regulus* (P 369)	NOV 1965[2]	Lago Niassa
LDM 408	MAI 1966	Lago Niassa
LDP 107	MAI 1966	Lago Niassa
LDP 203 e 204	MAI 1966	Lago Niassa
LFG *Argos* – regressada à Guiné em 1966	FEV 1965	Oceano Índico
LFG *Dragão* – regressada à Guiné em 1966	FEV 1965	Oceano Índico
LDG 103 *Cimitarra*	AGO 1966	Oceano Índico
LDM 407	AGO 1967	Lago Niassa
LFP *Urano* (P 1137)	AGO 1967	Lago Niassa
LFP *Saturno* (P 1136)	AGO 1967	Lago Niassa
LFP *Sirius* (P 1154)	1971	Oceano Índico
LFP *Vega* (P 1155)	1971	Oceano Índico

[1] Transferida para a Marinha do Malawi em Agosto de 1968 como *John Chilembwe* (variante *João Chilembwé*).
[2] Transferida para a Marinha do Malawi em Março de 1969 como *Chibisa*.

A LDM 408 e uma LDP a serem transportadas para o lago Niassa em Maio de 1966.

Não obstante, as unidades do Exército contactavam a população e apoiavam-na com diversos programas cívicos, incluindo um pequeno hospital. Ricardo Manuel Migães de Campos, um médico naval que prestou serviço na Reserva Naval, descreveu as suas tarefas neste aquartelamento durante a sua comissão em 1968 e 1969 como sendo perfeitamente rotineiras mas importantes tanto para os militares como para as populações civis. Era o único médico na área que bordejava o lago Niassa e tratava cerca de 1.200 militares e aproximadamente 2.000 civis. Os ferimentos de bala e causados por minas e as doenças tropicais eram as enfermidades mais comuns, embora ele se tenha deparado com uma única morte e tratado apenas cinco feridos.[41]

Metangula possuía uma pista de aviação de 1.200 metros com um Dornier Do-27 e um Cessna à disposição para evacuações aéreas, e durante o ano aquele médico naval voou cerca de 100 horas no desempenho da sua tarefa. Estes dois pequenos aviões podiam transportar doentes para o aeródromo de Vila Cabral, de maiores dimensões, em cerca de 20 minutos, e dali eram apenas 4 horas de voo de C-47 até à Beira, que dispunha de um aeródromo principal e um hospital. O isolamento e o consequente tédio constituíam um problema, organizando-se várias actividades para os combater. Criou-se uma estação de rádio local, que transmitia música, anedotas, histórias, notícias e entrevistas. Todas elas gozavam de grande popularidade e ajudavam a combater os problemas psicológicos entre os militares. O pessoal era também sujeito a uma rotação regular para o Cobué a fim de mudar de ambiente e, ao fim de seis meses no lago Niassa, era objecto de nova rotação

[41] Ibid.

para Cabo Delgado, no Oceano Índico. As relações com a população local pareciam ser mais positivas que as do Exército devido à mais apertada disciplina naval e ao facto de todos os dias, numa manifestação de boa vontade, os marinheiros se passearem entre os locais sem serem portadores de armas.[42]

Acima de tudo, a população do interior era vulnerável à intimidação da FRELIMO, e foi nessa conformidade que se tomou a decisão de a realojar perto das águas, onde podia ser mais facilmente protegida e apoiada. Se a FRELIMO não tivesse acesso à população, não poderia obter o tradicional apoio sob a forma de alimentos, recrutas, abrigo, informações e impostos. Assim, toda a população nativa num raio de 10 milhas das águas foi transferida para a margem do lago, incendiando-se as suas antigas aldeias. Como parte importante do apoio, os oficiais de Marinha em serviço em Metangula criaram uma escola para as crianças da população local e as suas mulheres, ao lado de outro pessoal militar disponível, ministravam ensino a cerca de 350 alunos três dias por semana. Um dividendo imprevisto deste projecto foi o estreito relacionamento que se estabeleceu entre professores e alunos. Como os pais eram frequentemente guerrilheiros da FRELIMO, as crianças sabiam onde os pais tinham colocado minas e facultavam prestavelmente essa informação aos professores.[43]

O Cobué, situado cerca de 50 milhas a norte de Metangula e fronteiro às ilhas malawianas de Licoma e Chisumulo, era a sede de uma velha missão, com a sua imponente mas singela igreja. Fora fundada e era ainda dirigida por padres italianos, embora o conflito tivesse reduzido drasticamente a sua acção. A própria aldeia era um empreendimento associado à missão, mas a população abandonara-a quase por completo com o advento da guerra. Nesta conformidade, os edifícios vagos foram transformados para alojar um destacamento de fuzileiros especiais, um de fuzileiros navais e um posto de comando avançado.[44] Tal como Metangula, era relativamente espartano. Em contrapartida, porém, ficava perto da fronteira com a Tanzânia e por conseguinte no meio da actividade da guerrilha.

As patrulhas eram conduzidas ao longo das 115 milhas da costa, baseadas, em primeiro lugar, na necessidade de mostrar presença e, em segundo lugar, em informações que iam das específicas às muito gerais. As informações provinham de três fontes: do interrogatório de prisioneiros, de voos de reconhecimento e de operações normais. Por vezes eram fornecidas por Jardim e baseavam-se nos seus contactos no Malawi, mas a sua contribuição nas operações navais era apenas fortuita.[45]

O perfil normal das patrulhas implicava a saída de uma LF ou LD de Metangula ou do Cobué com um pelotão de fuzileiros embarcado e a permanência ao largo durante cinco dias. Nesse período os fuzileiros eram desembarcados de tempos a tempos para efectuarem patrulhamentos a pé, emboscadas, operações de cerco e busca e recolha de informações junto da população. No início de uma patrulha, a LF ocupava uma posição a cerca de 1.000 metros da costa, com o radar ligado para fins de navegação e identificação do tráfego local no lago. Caso se identificasse um contacto suspeito, pelo radar ou por vigias, procedia-se à sua investigação. A patrulha prosseguia até um ponto adequado para desembarcar os fuzileiros a fim de efectuarem o seu patrulhamento a pé. Uma vez identificado o local,

[42] Ricardo Manuel Migães de Campos, entrevista com o autor, 30 de Janeiro de 2003, Lisboa.

[43] José Deolindo Torres Sobral, entrevista com o autor, 31 de Janeiro de 2000, Lisboa.

[44] Delmar Barreiros: "Cobué: A Zona Mais Pachola...", *Revista da Armada* (Novembro de 1984): 16-17.

[45] Entrevista com Torres Sobral.

e tal podia ser feito com base nas informações, na experiência ou numa mera suspeita de actividade inimiga, os fuzileiros eram colocados em terra por meio dos seus botes de borracha ou através de uma lancha de desembarque. Uma vez desembarcados, a lancha manter-se-ia pronta para apoiar e dar assistência. A patrulha adaptaria a sua táctica de modo a actuar abertamente ou às ocultas, consoante se julgasse ou não que o desembarque tinha sido observado e era do conhecimento da população. As lanchas eram ruidosas, de modo que se pressupunha geralmente que a FRELIMO sabia onde estavam em curso as operações, mas havia também técnicas de ludíbrio semelhantes às do Zaire para ajudar a ocultar a natureza exacta da actividade naval. Veio a descobrir-se, porém, que maior ameaça para quem estava em terra eram as minas, e não os guerrilheiros da FRELIMO, uma vez que a zona era esparsamente povoada. No final dos cinco dias de cruzeiro, a guarnição da LF recolhia o contingente de fuzileiros e todos regressariam à base para três dias de descanso.

Por vezes estas missões ressentiam-se de um planeamento precipitado e consequentemente incompleto. Isto redundava muitas vezes em obrigar os fuzileiros a percorrerem grandes distâncias a pé e só ocasionalmente surpreenderem a FRELIMO. As bases do movimento ficavam distantes das margens do lago e em terreno elevado, nas montanhas a leste. Isto significava que, a menos que o inimigo se arriscasse a sair do seu refúgio, os fuzileiros teriam de o procurar. Caso o encontrasse e estabelecesse contacto com ele, o interrogatório subsequente configuraria o planeamento e execução das missões ulteriores. Utilizar-se-iam voos de reconhecimento para confirmar e apurar o quadro geral resultante das informações.[40]

As experiências e observações específicas do segundo-tenente fuzileiro Raul Patrício Leitão deram um importante contributo para o alargamento do padrão geral das operações até aí existente. Leitão foi colocado em Metangula no final de Dezembro de 1966 e iniciou a sua aclimatação com a "aprendizagem" de operações em Janeiro. Foi atribuído ao DFE ali colocado, o qual estava dividido em três grupos de combate de cerca de 25 homens cada. Leitão comandava um dos grupos, e no terreno os seus fuzileiros pareciam ter contacto regular mas intermitentemente com elementos da FRELIMO. Os fuzileiros sob o comando de Leitão eram geralmente jovens na casa dos 18 ou 19 anos que se haviam alistado na Marinha aos 16 e tinham sido voluntários para aquela especialidade. Eram, efectivamente, um exacto reflexo do Corpo de Fuzileiros em geral, dado que aproximadamente um terço dos membros que constituíam esta organização eram combatentes veteranos, daí resultando um poderoso misto de juventude e experiência. O grupo de Leitão operou inicialmente na área a sul de Metangula, mas passado pouco tempo foi transferido para o Cobué, numa das muitas rotações de pessoal destinadas a facultar uma mudança de ambiente. Era uma ocasião favorável e ele não tardaria a ver-se confrontado com a FRELIMO. No dia 23 de Março de 1967, numa das suas primeiras operações, ele e o seu grupo de 25 fuzileiros foram transportados na lancha comandada por Torres Sobral até um ponto pouco mais de 15 milhas a norte do Cobué e desembarcados por volta das 05.00 horas, imediatamente antes do nascer do sol. Não tinha havido indicações específicas de actividade inimiga entre o Cobué e a fronteira da Tanzânia; no entanto, esta percepção podia dever-se ao facto de os elementos da FRELIMO nas montanhas poderem facilmente ver e ouvir a aproximação de qualquer força portuguesa e evitá-la. As estradas minadas obrigavam

[40] José Deolindo Torres Sobral e Raul Patrício Leitão, entrevistas com o autor, 10 de Abril de 2000, Lisboa.

todo o tráfego a processar-se por via aquática, de maneira que não era invulgar ver ou ouvir lanchas portuguesas a navegar. Os portugueses tirariam partido desta actividade para fazerem ruído ou manterem silêncio, consoante o cenário de dissimulação. Neste caso, esperava-se que a ruidosa lancha não tivesse sido ouvida àquela hora matutina e que o inimigo não tivesse dado por nada.

Leitão e os seus fuzileiros avançaram pelo terreno acidentado à luz difusa e seguiram a prática habitual de evitar os trilhos e picadas, visto que os guerrilheiros não só minariam estes como minariam igualmente as bermas. O grupo progrediu a pé durante uma hora e cobriu cerca de três quilómetros de terreno difícil sem qualquer objectivo específico para além do simples reconhecimento. Quando começava a raiar o dia, Leitão procurou um local de observação no cimo de uma colina próxima. Estava a fumar um cigarro com o enfermeiro, o telegrafista e o seu guarda-costas, enquanto o resto do grupo se posicionava ali próximo, quando surpreendeu dois rapazes de 12 anos de idade. Através do seu português rudimentar, Leitão ficou a saber que tinham saído sem autorização de uma base da FRELIMO para ir à pesca no lago. Segundo os jovens, a base ficava cerca de cinco milhas a leste da colina e estava dividida em dois acampamentos, um para os guerrilheiros e o outro para acompanhantes. Havia sempre um homem armado de bazuca a guardar a base para arredar qualquer perigo que se aproximasse, mas os rapazes tinham conseguido evitá-lo ao sair da base. Os jovens descreveram também um campo de minas à volta da base e sabiam como evitá-lo. Leitão imaginou, pela sua descrição e pelo seu conhecimento da área, que haveria cerca de uma dúzia de homens na base e que os seus fuzileiros poderiam facilmente chegar para eles. Se julgasse que eram mais, teria pedido reforços antes de iniciar a sua marcha para atacar a base.

Os fuzileiros levaram aproximadamente duas horas a percorrer o terreno irregular e alcançar o local. O grupo parou no cimo de uma colina a uns 300 metros da base para avaliar a situação e congeminar um plano de ataque. Com 27 homens apenas, teria de ser simples. Os guerrilheiros eram visíveis por entre as árvores e estavam confiantemente entregues à sua rotina diária, em preparativos para o almoço. Leitão tencionava deixar os dois rapazes, o enfermeiro, o telegrafista, o homem do morteiro e um sipaio no exterior do campo de minas, que os rapazes tinham identificado, e avançar com o grosso do destacamento em coluna através das minas.[47] A seguir mandaria os seus homens passar à linha para varrerem o acampamento, utilizando o campo de minas da periferia como martelo numa táctica de martelo e bigorna. Como o terreno e a vegetação limitavam a comunicação visual, Leitão avisou os seus fuzileiros de que daria cinco minutos para a disposição da força à volta do acampamento inimigo. Ao fim desse tempo todos avançariam para a concretização do ataque. Ninguém abriria fogo enquanto não ouvisse Leitão disparar. Esta sincronização e disciplina de fogo eram necessárias para coordenar o ataque naquelas circunstâncias de contacto visual incompleto.

Durante os cinco minutos de ocupação das posições, Leitão observou que a base era uma aldeia cercada por uma série de pequenas vedações e a população parecia descontraída e confiante. Pensou que aquilo era estranho, porque sabia que a lancha de Torres Sobral fora bastante ruidosa durante o desembarque da força. Repentinamente, a uns 30 metros

[47] Sipaio é um termo originariamente aplicado a um nativo da Índia ao serviço das Forças Armadas de uma nação europeia, e na sua acepção mais comum era empregado no Exército Britânico da Índia para descrever um soldado de infantaria. Neste caso Leitão utilizou o termo para identificar uma praça africano da Marinha Portuguesa. Sipaio é ainda hoje um posto nos exércitos da Índia, do Paquistão e do Bangladesh.

da aldeia, deu-se inesperadamente a queda de uma árvore. Ainda assim ninguém prestou atenção, visto que aparentemente a queda de uma árvore no mato era um acontecimento rotineiro. Quando Leitão iniciou o seu avanço e se aproximou da aldeia, apercebeu-se de que o seu grupo estava em irremediável inferioridade numérica, mas era demasiado tarde para se preocupar com isso, uma vez que o grupo estava já empenhado no ataque.

Quando o assalto se iniciou, os guerrilheiros da FRELIMO foram completamente surpreendidos e fugiram ou tombaram no local durante os cinco minutos que o combate durou. No final, foram mortos ou feridos cerca de 60 guerrilheiros e apenas um fuzileiro ficou ferido. Em média os fuzileiros utilizaram cerca de 60 munições. No entusiasmo, houve quem disparasse a totalidade das 100 munições da dotação atribuída, enquanto outros fizeram apenas 30 disparos. Os fuzileiros recolheram todas as armas que encontraram e fizeram uns tiros de morteiro para o acampamento antes de regressarem ao lago, onde a lancha os aguardava. Ao pôr do sol todo o grupo, com as armas apreendidas, estava de volta ao Cobué.

Houve uma série de surtidas posteriores tendo como alvo a aldeia, na qual se fizeram prisioneiros e se procedeu ao seu interrogatório, e a única surpresa agradável revelada pelas informações obtidas foi que os dois rapazes não tinham sido castigados. Os prisioneiros foram autorizados a construir uma aldeia no Cobué, que chegou a ter 200 habitantes, com a captura subsequente de guerrilheiros e o realojamento das respectivas famílias. A aldeia tornou-se uma fonte parcial de mão-de-obra indígena e de modestas colheitas e em contrapartida era contemplada com a generosidade dos militares, particularmente no que toca a comida e aspirina.

O êxito das operações era medido mais pelo número de armas apreendidas do que por guerrilheiros abatidos ou pela perturbação das actividades da FRELIMO. O objectivo desta política era evitar matar o inimigo, que podia na realidade ser um indígena relutante obrigado a combater pela FRELIMO. Aliás, muitos soldados portugueses foram feridos na concretização desta política e na tentativa de manter boas relações com a população. Apesar da guerra, as pessoas confiavam nos portugueses e iam regularmente às suas bases para receber assistência médica.

Este uso das armas apreendidas como medida da eficiência parece ser uma estranha bitola, na medida em que havia uma fonte de abastecimento quase infindável na Tanzânia e, aliás, na República da Guiné, no Congo e na Zâmbia. As armas perdidas eram facilmente substituídas, ao passo que os combatentes, para serem úteis, exigiam recrutamento, treino, experiência de combate e lealdade. O processo de formação do pessoal era muito mais demorado e infinitamente mais complicado do que a distribuição de armas tecnologicamente datadas dos obsoletos e superabundantes arsenais do bloco comunista. Quando cercados ou surpreendidos por uma força avassaladora, os guerrilheiros abandonavam rapidamente as armas, libertando-se do seu peso a fim de conseguirem maior mobilidade para fugirem ao combate e misturarem-se com a população. O peso de uma espingarda Kalashnikov AK-47, por exemplo, era 4,8 quilogramas, um claro estorvo para uma fuga rápida; além disso, como a população local não andava armada, um homem com uma arma atrairia imediatamente suspeitas. Talvez uma melhor medida de eficiência fosse o grau em que os programas sociais, a prosperidade e as liberdades políticas estavam a contribuir para o bem-estar e a satisfação da população relativamente aos oferecidos pela FRELIMO. A guerra era, afinal, de ideias, e se é certo que a segurança militar é uma dimensão, não é a mais importante.

Operações no Oceano Índico

A guerra começou no planalto central de Cabo Delgado, cujo litoral se caracterizava por numerosas baías e ilhas junto à costa que constituíam excelentes pontos de entrada para os guerrilheiros da FRELIMO que se infiltravam por mar do norte ao longo da costa. A estratégia da FRELIMO era dominar o litoral de Cabo Delgado e daí controlar as populações ribeirinhas e litorais das quais os combatentes esperavam obter peixe e outros géneros.[48]

As autoridades portuguesas tinham sempre mantido uma presença naval na pequena base de Porto Amélia, onde o Comando da Defesa Marítima de Porto Amélia (CDMPA) tinha a sua sede. A sua missão era proteger as águas de soberania portuguesa e o seu litoral na respectiva zona, levar a cabo inspecções marítimas da navegação em trânsito, dar apoio logístico civil e militar ao longo do litoral e participar em operações militares conjuntas. Ao longo dos anos, o CDMPA adquiriu seis navios permanentemente atribuídos para satisfazer as suas responsabilidades, como mostra o Quadro 6.2.

QUADRO 6.2: LFs PERMANENTEMENTE ATRIBUÍDAS A PORTO AMÉLIA POR ANO

	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74
LFP *Antares* (P 360)														
LFG *Argos* (P 372)														
LFG *Dragão* (P 374)														
LDG *Cimitarra* (103)														
LFP *Vega* (P 1155)														
LFP *Sirius* (P 1154)														

As fragatas e corvetas eram atribuídas numa base de rotação periódica para aumentar a força permanente. Inicialmente, a intenção era ter dois navios disponíveis, mas a cobertura iniciou-se com um único navio, a fragata Álvares Cabral, em Junho de 1960. Em Dezembro foi acrescentado o velho aviso *Bartolomeu Dias*, e a partir de então passou a haver dois. Este nível manteve-se até Abril de 1966, altura em que o bloqueio britânico da Beira como parte do embargo da ONU à Rodésia fez com que o número de navios aumentasse para três. Nesta segunda fase, dois dos navios tinham a missão de patrulhar as águas ao largo da Beira e vigiar os navios britânicos. O terceiro navio estava atribuído ao CDMPA e passava o tempo a patrulhar o arquipélago das Quirimbas. Na terceira e última fase, as novas corvetas da classe *João Coutinho* substituíram as fragatas. Os meios atribuídos figuram no Quadro 6.3.

[48] Adelino Rodrigues da Costa, *As Ilhas Quirimbas* (Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2003), 86.

QUADRO 6.3: FFs E FCs ATRIBUÍDAS A MOÇAMBIQUE POR ANO

	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74
FF *Bartolomeu Dias* (F 471)														
FF *Diogo Gomes* (F 331)														
FF *Álvares Cabral* (F 336)														
FF *Pacheco Pereira* (F 337)														
FF *Vasco da Gama* (F 478)														
FF *D. Francisco d'Almeida* (F 479)														
FF *Comandante João Belo* (F 480)														
FF *Comandante H. Capelo* (F 481)														
FC *João Coutinho* (F 475)														
FC *Jacinto Cândido* (F 476)														
FC *General Pereira d'Eça* (F 477)														

As fragatas atribuídas ao CDMPA ocupavam-se com a vigilância normal e operações anfíbias. Embora houvesse um ou outro transporte de comandos e pára-quedistas das suas bases de Nacala e do Lumbo até à frente, em Mocímboa da Praia e de regresso a seguir às operações, os navios desembarcavam também fuzileiros em operações a coberto da noite. Estas processavam-se ao longo da costa e geralmente nas proximidades da foz do rio Messalo, circundada pelas ilhas do arquipélago das Quirimbas, que são águas interiores, ou mares restritos. Para as fragatas, a navegação pelo meio desta labirintica correnteza de ilhas na escuridão apresentava certos perigos, uma vez que as cartas eram inexactas e as correntes caprichosas e imprevisíveis. As ilhas estavam rodeadas de recifes de coral e, se o radar avariasse, tudo se tornava muito difícil. Mesmo com o radar em óptimas condições, tratava-se invariavelmente de uma passagem que implicava uma certa tensão para a guarnição do navio.[49] Passadas as ilhas, o navio ficava a pairar a cerca de duas milhas da praia devido ao gradiente e largava os fuzileiros nos seus botes de borracha aos primeiros alvores. Cada fragata comportava 12 botes *Zebro III* e tinha a capacidade de largar um DFE inteiro para desembarque na costa. Os botes eram operados por elementos da força de desembarque do navio, que para essa tarefa tinha sido especialmente treinada na Escola de Fuzileiros. O bote da frente levava um reflector de radar e era orientado pelo radar de bordo, sendo as correcções de rumo transmitidas por rádio. O desembarque era concebido para colocar os fuzileiros em terra ao raiar do dia, após o que os botes de borracha regressavam

[49] Ibid., 91.

ao navio. Quatro ou cinco dias depois, a força de desembarque recolhia os fuzileiros e os prisioneiros que tivessem sido feitos e regressava a Porto Amélia.[30]

Nó Górdio

A despeito dos êxitos no lago Niassa e no Oceano Índico, a insegurança do rio Rovuma continuava a constituir um problema. A infiltração da FRELIMO continuava a um ritmo elevado, a ponto de o general Kaúlza de Arriaga, Comandante-chefe das Forças Armadas de Moçambique, decidir levar a cabo uma grande operação tipo martelo e bigorna na área a leste de Mueda nas primeiras semanas de Julho de 1970. Nos três meses anteriores a Julho a FRELIMO tinha sido responsável por 1.079 incidentes, 841 ou 78% dos quais tinham ocorrido no distrito de Cabo Delgado. Esta actividade causara 39 mortos e 269 feridos graves entre os portugueses.[31] Em suma, a FRELIMO estava a lançar um desafio inaceitável à autoridade portuguesa. Considerava-se que estava concentrada no interior da área a maioria da força inimiga, de 2.500 homens, disseminada no meio da população local.[32] Arriaga projectava reunir uma *task force* de cerca de 8.000 homens do Exército, Força Aérea e Marinha para eliminar os guerrilheiros numa operação a que chamou *Nó Górdio*. O seu objectivo era isolar o centro do Planalto dos Macondes, onde a FRELIMO tinha as suas importantes bases de Gungunhana, Moçambique e Nampula, e destruir a sua força. Isto seria realizado por meio de cerco, ataque concentrado e limpeza por forças terrestres.[33]

A operação decorreu conforme tinha sido planeado e durou cerca de 36 dias, mas teve falhas em diversos aspectos. Foi a maior operação deste tipo executada no Ultramar durante a guerra e fez um enorme rombo no orçamento. Lisboa queixou-se e nunca mais se levou a cabo nenhuma operação semelhante. Muito embora tenham sido destruídas bases dos guerrilheiros e apreendidas armas, o inimigo misturou-se de uma maneira geral com os 20.000 elementos da população local, fugindo da área para evitar o combate. A FRELIMO deslocou-se para leste e em grande parte escapou. A operação não podia ser ocultada devido à sua amplitude e, por conseguinte, preveniu a FRELIMO com grande antecedência. Além disso, outras zonas de Moçambique foram desguarnecidas de militares para as apoiarem, e nesta conformidade a população das outras zonas ficou vulnerável. No final, a operação conduziu a resultados decepcionantes, face a um custo elevado. A FRELIMO evitou maioritariamente o contacto e sobreviveu para continuar a combater. Tal como muitos movimentos guerrilheiros, escolheria o seu próprio campo de batalha. Passados três meses o nível de actividade da FRELIMO tinha voltado aproximadamente à intensidade anterior à operação. Mesmo assim, a campanha da FRELIMO manteve-se circunscrita à área fronteiriça ao longo do Rovuma devido às limitações logísticas e à população pouco receptiva. Após cinco anos de luta e de sofrer baixas, a FRELIMO não tinha grandes resultados a apresentar pelos seus esforços. Era tempo de proceder a uma reavaliação.

O norte de Moçambique era por si só uma formidável barreira, uma vez que os guerrilheiros da FRELIMO tinham de percorrer grandes distâncias em terreno relativamente

---

[30] João Ferreira Barbosa, notas de revisão, 17 de Junho de 2011, Lisboa. O almirante Ferreira Barbosa fez parte da guarnição da FF *Vasco da Gama* (F 478), patrulhando a costa de Moçambique de 1967 a 1968.

[31] Carlos de Matos Gomes, *Moçambique 1970, Operação Nó Górdio* (Lisboa: Prefácio, 2002), 21.

[32] Ibid., 10.

[33] Luís Sanches de Baêna, *Fuzileiros: Factos e Feitos na Guerra de África, 1961/1974*, vol. 4, *Crónica dos Feitos de Moçambique* (Lisboa, Comissão Cultural da Marinha- INAFA, 2006), p. 140. O DFE 5, comandado pelo tenente Vidigal Aragão, e o DFE 11, comandado pelo tenente Fernandes Maia, participaram na operação.

árido para encontrarem alvos de oportunidade. Assim, mesmo que a fronteira do Rovuma fosse permeável, e os guerrilheiros pudessem vaguear quase a seu bel-prazer através do Niassa e de Cabo Delgado, não se tratava de um ambiente rico em alvos. Os portugueses levaram a cabo ofensivas periódicas, das quais a maior foi a *Nó Górdio*, para desencorajar a FRELIMO, mas o coração de Moçambique estava a sul do rio Zambeze, a cerca de 1.000 quilómetros dali. Mesmo para o mais entusiástico guerrilheiro da FRELIMO, a perspectiva de transpor uma tão grande extensão de território hostil e confiar no apoio de uma população indiferente era desencorajante, quando não impossível. Sem vitória à vista, era precisa uma nova estratégia para atingir o centro de gravidade dos portugueses no sul.

Em 1968, a Zâmbia tinha autorizado a FRELIMO a estabelecer bases no país.[54] Na sequência da Operação *Nó Górdio*, a FRELIMO começou a deslocar as suas tropas para a Zâmbia e criou uma série de bases ao longo da fronteira zambiana a norte do rio Zambeze e do distrito moçambicano de Tete. Estas forças passavam pelo Malawi, com Banda a fazer vista grossa, para grande desgosto dos portugueses.[55] De facto, Al Venter observa que os guerrilheiros da FRELIMO se deslocavam às carradas com o maior à-vontade a partir da Tanzânia e eram vigiados pela polícia do Malawi, que se assegurava de que eles não se demoravam do seu lado da fronteira.[56] Esta circunstância obrigou Arriaga a desviar a atenção para o nordeste.

Tal como o Niassa e Cabo Delgado, Tete era uma zona esparsamente povoada. Nesse distrito, porém, Portugal tinha lançado em 1969 um ambicioso projecto em Cabora Bassa (variante Cahora Bassa) para represar o curso superior do rio Zambeze como fonte de energia eléctrica. A barragem era também concebida para criar uma enorme albufeira de 280 quilómetros de comprimento e 38 quilómetros de largura máxima.[57] Esta fonte irrigaria daí em diante terras secas mas férteis, numa tentativa de levar prosperidade a Tete e em última análise a Moçambique e aproveitar esta fonte de rendimento para a metrópole. Foi atribuída à Marinha a responsabilidade de defender o rio enquanto se construía a barragem e, uma vez criada a albufeira, defendê-la também. Este projecto e a respectiva albufeira eram vistos potencialmente como uma eficiente barreira à infiltração da FRELIMO através de Tete na Rodésia e no sul de Moçambique. Afinal, em 1971 a FRELIMO estava activa na área a sul do Zambeze, em Tete, perto da aldeia de Daque e nas diversas aldeias vizinhas de Deveteve, Nura e Serra do Comboio.[58] Estas bases da FRELIMO também hospedavam guerrilheiros do Zimbabué, uma fonte de grande preocupação para a Rodésia do Sul, que começou a executar operações de "perseguição imediata" por Tete adentro.

Em 1972 o CNM tinha uma modesta força de um DFE na cidade de Tete, a jusante do local da barragem, e outro na abandonada povoação de Zumbo, no extremo oeste da projectada albufeira. David Livingstone, o explorador missionário que tinha visitado a aldeia na segunda metade do século XIX, descreveu-a como um "sonolento buraco onde horríveis porcos de focinho negro fossavam em fétidas poças de lama".[59] Pouco tinha mudado no século que entretanto transcorrera, e a presença portuguesa no curso superior do Zambeze continuava a ser limitada, situação que deixava Tete insegura e os rodesianos frustrados.

---

[54] Telo, 616.

[55] Adelino Serras Pires e Fiona Claire Capstick, *The Winds of Havoc* (Nova Iorque: St. Martin's Press, 2001), 83.

[56] Venter, 47-48.

[57] Telo, 616.

[58] Henrik Hellert, *The Rhodesian Front War, Counter-insurgency and Guerrilla Warfare 1962-1980* (Gweru, Zimbabwe: Mambo Press, 1993), 88.

[59] Ibid., 84.

Nesta altura decidiu-se criar um Comando de Defesa Marítima (CDM) dos Portos do Zambeze e o novo comando recebeu a incumbência de elaborar um plano para garantir a segurança do curso de água contra a infiltração inimiga e utilizá-lo para abastecer a já grande quantidade de tropas que se deslocavam para o distrito. Este plano visaria tornear a perigosa e problemática ligação por estrada, que era cada vez mais vulnerável a minas e emboscadas. O grande problema da fiscalização e uso do Zambeze, porém, residia na sua forte corrente. Isto traduzia-se na necessidade de lanchas potentes destinadas a navegar para montante. A Marinha foi consequentemente obrigada a procurar novas tecnologias para esta missão e identificou o *hovercraft* como o tipo de navio de eleição para a tarefa em causa.[30] Terminada a elaboração do plano de defesa para estas águas, o total de meios necessários tinha aumentado para 6 *hovercrafts*, 36 botes de assalto, uma base principal de apoio em Sena/Mutara e quatro bases secundárias em Tete, Tambara, Marromeu e Chinde, todas elas complementadas por helicópteros anfíbios e bases móveis para os fuzileiros. Depois da Operação *Nó Górdio*, a enorme despesa inerente à criação de uma grande força com equipamento sofisticado nos confins do distrito de Tete ia contra a política a nível ministerial, particularmente no tocante às forças navais em África.[31] A importância de Cabora Bassa, contudo, sobrepunha-se a esta política e abriu-se uma excepção. Infelizmente, a elaboração do plano demorou bastante tempo e só em Março de 1974 ele ficou pronto e foi apresentado, tarde demais para ser posto em execução no decurso da guerra. O momento foi extremamente ingrato, porquanto, tal como a oportunidade perdida no Rovuma, a fiscalização naval do Zambeze poderia ter o mesmo êxito que a do Zaire. A criação da albufeira de Cabora Bassa teria constituído uma barreira quase impenetrável e assim criado segurança no curso superior do Zambeze e condições para a expansão económica na área.

O poder naval é um valioso auxiliar do poder terrestre, mas os comandantes do Exército têm de saber como usá-lo para que ele seja um ingrediente efectivo no misto de forças mobilizado contra o inimigo. Foi decerto esse o caso de Moçambique, porque em última análise se pode dizer que a Marinha desempenhou um importante papel estratégico no lago Niassa e no Oceano Índico que desmentia a sua exiguidade em efectivos. Oportuna e adequadamente empregadas nos rios Rovuma e Zambeze, pequenas forças adicionais poderiam ter tido ainda maiores repercussões na protecção de Moçambique, contendo a FRELIMO e ajudando a vizinha Rodésia a garantir a segurança das suas fronteiras.

[30] Telo, *op. cit.*
[31] Ibid.

7.
Terras do Fim do Mundo

Embora as condições geográficas no leste de Angola impusessem uma campanha liderada pelo Exército, a Marinha tinha dado boas provas no Zaire e tornaria a desempenhar um papel fulcral a partir de 1965 instituindo uma idêntica segurança nos grandes sistemas fluviais do interior. Havia quatro sistemas principais no leste de Angola: o Zambeze, o Cuando, o Cuito e o Cubango. Todos eles constituíam uma de duas coisas: ou um obstáculo natural para a manobra ou uma rota de aproximação cujo curso os guerrilheiros tinham alternativamente de seguir ou atravessar a fim de penetrarem no interior, onde havia alvos de mérito. Aos portugueses serviriam de vias de aproximação para o combate e linhas de comunicação de transporte para operações logísticas. A Marinha procuraria controlar estes sistemas e o comércio que através deles era feito. Empenhar-se-ia também em estabelecer contactos com a população das margens e em constituir-se como uma influência positiva no ambiente económico e político a fim de combater o proselitismo dos guerrilheiros. Tal como em Moçambique, a Marinha teria de projectar força ocupando com as suas lanchas e fuzileiros os distantes e remotos sistemas fluviais.

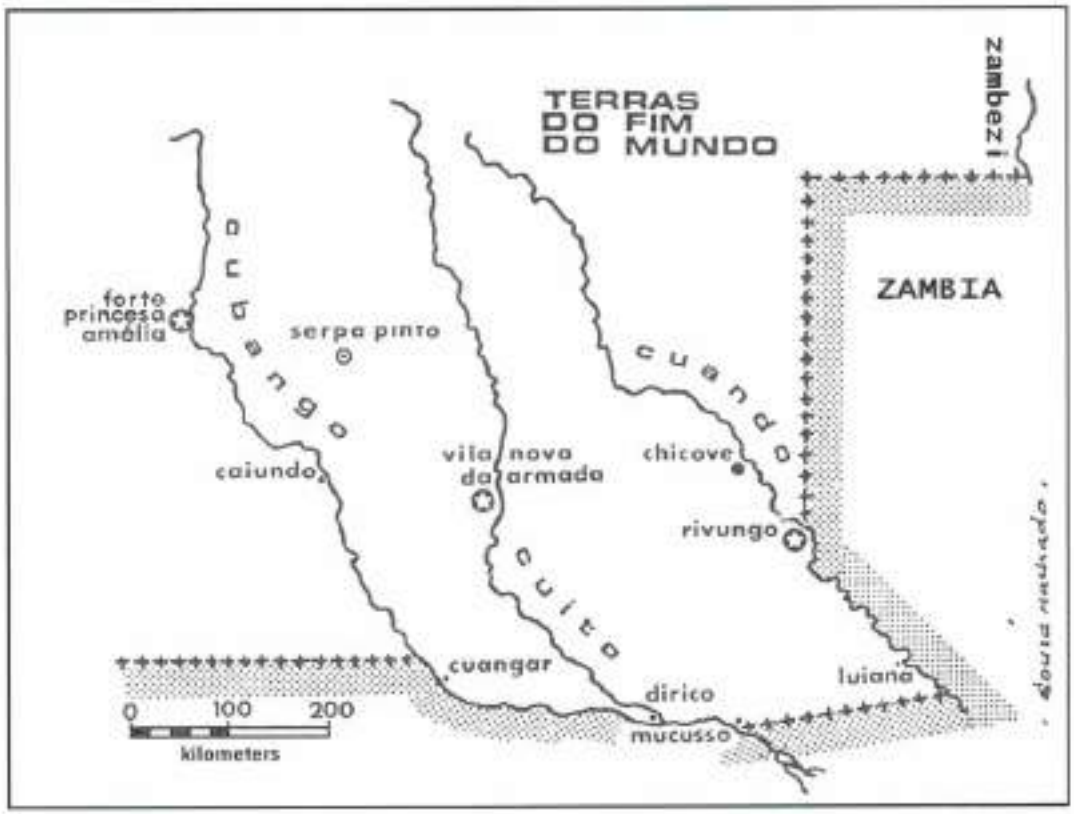
A Marinha iniciou a sua ofensiva a leste a 22 de Abril de 1966, com a deslocação de um grupo de combate do DFE 13 e dos seus seis botes de borracha para o Lungué-Bungo.[1] Tratava-se de uma base espartana criada no mato cerca de 200 quilómetros a sueste do Luso, na estrada que ligava Lucusse a Luvuei, junto ao rio com aquela designação, um importante afluente do Zambeze, como mostra o mapa junto. O terreno no local incluía zonas de densa vegetação, outras tão completamente alagadas que se tornava quase impossível seguir o curso do rio e outras ainda totalmente desertas. Este difícil terreno era aqui e além interrompido pela simetria de um campo de cereais lavrado, um vulgar cacho de palhotas e porventura algum pequeno acampamento inimigo.[2] Como escreveu um fuzileiro ali colocado, era um longínquo recanto de África notável pelo seu clima quente e pelo "tédio da guerra de guerrilhas", ignorando aparentemente o facto de o primeiro contacto com o inimigo ter ocorrido três dias apenas após a chegada dos fuzileiros.[3]

---

[1] Abílio Freire da Cruz Júnior, "Evolução das Infra-estruturas da Armada no Ultramar", na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, dact. [policopiado], 1972, 17.

[2] A. Pimentel Saraiva, Postais do Ultramar: Angola – Postal Nº 2 – Luanda, Zaire, Cabinda e Leste de Angola, *Anais do Clube Militar Naval* (Abril-Junho de 1968): 312.

[3] Manuel Pinto Machado, "Postais do Ultramar: Angola – Postal Nº 3, Lungué-Bungo, fins de Outubro de 68, *Anais do Clube Militar Naval* (Outubro-Dezembro de 1968), 695-696.

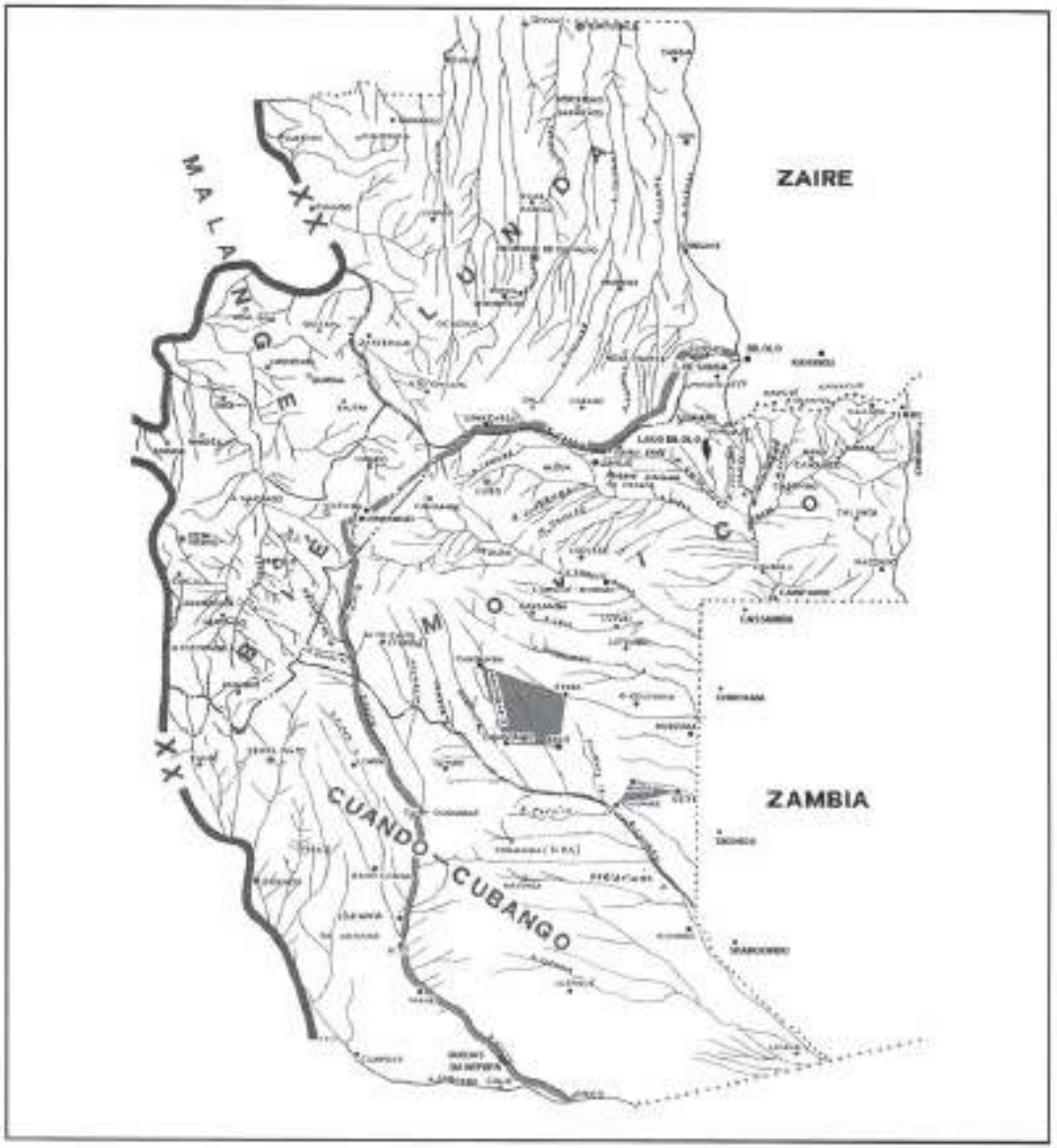


Distrito do Cuito Cuando, Angola, Terras do Fim do Mundo.

A nascente do Lungué-Bungo, tal como a do Cuito, ficava na região elevada a sul de Munhango, cerca de 150 quilómetros a sudoeste do Luso. O rio prolongava-se em meandros durante mais de mil quilómetros antes de atravessar a fronteira com a Zâmbia para confluir com o Zambeze. Corria inexoravelmente à velocidade de sete nós através de regiões distantes e isoladas, de extensas florestas pantanosas e espesso capim. Fervilhava de vida. Havia grande abundância de peixes nos seus rápidos e os bancos arenosos das margens eram habitados por pássaros de cores espectaculares. Os hipopótamos espojavam-se alegremente na lama e, como gigantescas poldras flutuantes, violavam beatificamente a fronteira com a Zâmbia. Era também um rio de fuzileiros e jacarés.[4]

À sua chegada, os fuzileiros verificaram que as "discussões" entre o MPLA e a população local, que se cifrava em cerca de um milhar de pessoas, tinham revelado a debilidade do inimigo. De facto, os guerrilheiros estavam a fazer tão poucos progressos junto da população local que tinham forçado a sua credibilidade ao ponto de afirmar que se bebessem a água do rio, secando-o, os fuzileiros não poderiam circular.[5] Contudo, os fuzileiros não tardaram a estabelecer uma presença ribeirinha quase constante, com a mobilidade dos seus botes de borracha, e a estabelecer contactos e travar amizade com a população local para conquistar a sua confiança. À data, esta parte de Angola estava o mais distante das

[4] Ibid.
[5] Ibid.



Zona de Operações, Leste de Angola, 1968.

influências da civilização moderna que se pode imaginar e no primeiro ano de presença dos fuzileiros a guerra parecia muito distante.* Pouco tempo decorrido, porém, tornar-se-ia um viveiro de actividade rebelde e, como adiante veremos, a Marinha alargou a sua presença nesta zona remota e estabeleceu uma bem-sucedida ofensiva em apoio da campanha do Exército contra a penetração inimiga a partir da Zâmbia.

* Ibid.

O problema dos guerrilheiros

A Rodésia do Norte alcançou a independência a 24 de Outubro de 1964, cerca de três anos a seguir à Tanzânia, passando a ser denominar-se República da Zâmbia. Kenneth David Kaunda, um ex-professor convertido em político, veio a ser o seu primeiro presidente. Kaunda tornara-se um fervoroso nacionalista nos anos 50, dirigira o movimento para a independência da Zâmbia e, tal como Julius Nyerere, da Tanzânia, estava ardentemente empenhado em apoiar e dar guarida a movimentos de libertação africanos. Ele e Nyerere pensavam de modo semelhante, uma vez que ambos abraçavam a causa do estado socialista de partido único e se agarravam ao poder político através desse veículo. O jornalista Chanda Chisala descreve Kaunda acertada, embora emotivamente, como um ditador egoísta, ganancioso e sedento de poder que tem pouco respeito pelos direitos humanos e ainda menos tolerância relativamente às opiniões contrárias.[7] Em 1972 impôs a sua nova constituição e proibiu todos os partidos políticos excepto o seu. Os cidadãos podiam ser presos, e eram-no, por coisas tão comezinhas como o facto de não terem o seu retrato exposto nos gabinetes. Embora abraçasse os princípios cristãos, não se coibia de prender dissidentes sem julgamento e de submetê-los a espancamentos, à fome, à tortura e à reclusão militar.[8] Empregava o termo "estúpidos idiotas" para definir os seus opositores, que acabaram por constituir a maioria dos zambianos.

Se Kaunda era um mau líder político, era ainda pior como líder económico, com um catastrófico cadastro de má gestão. Tendo herdado a segunda nação mais rica de África, logo a seguir à África do Sul, acabou por colocá-la no fundo da escala das economias mundiais sob todos os aspectos. Nacionalizou o sector privado comercial, quer para superintender na distribuição de empregos, quer para sustentar as suas concepções socialistas. A nacionalização incluiu tudo, das minas de cobre aos cabeleireiros e lavandarias. Calcula-se que só na capital, Lusaca, Kaunda controlasse 40.000 postos de nomeação.[9] A indústria zambiana entrou em declínio. Kaunda supusera que as minas de cobre fossem uma fonte de rendimento inesgotável para financiar as suas políticas e contratou milhares de pessoas desnecessárias para comprar a aquiescência política. Infelizmente a produção de cobre da Zâmbia atingiu o seu nível máximo em 1969, o ano anterior à nacionalização, para a seguir entrar num longo e constante declínio.[10] Kaunda, segundo as vigorosas palavras do

[7] Chanda Chisala, http://www.zambia.co.zm/articles/kaunda.html, página consultada a 1 de Fevereiro de 2007.

[8] Martin Meredith, *The Fate of Africa* (Nova Iorque: Public Affairs, 2005), 381.

[9] Ibid., 380.

[10] A produção anual de cobre da Zâmbia caiu de um máximo de 700.000 toneladas em 1969 para menos de 300.000 em 1995. Durante os anos de supervisão por Kaunda, o dinheiro foi desviado da exploração mineira para financiar outros programas discricionários, ao ponto de a manutenção de rotina e a substituição de equipamentos serem quase totalmente abandonadas. Hoje em dia são precisos enormes investimentos para substituir a maquinaria ultrapassada e importar tecnologia a fim de recuperar competitividade. Calcula-se, por exemplo, que a mina a céu aberto de Nichanga, a mais produtiva do país, precise de 150 milhões de dólares em equipamento novo. Presentemente, o fluxo monetário é tão anémico que a Zambia Consolidated Copper Mines, o organismo governamental que tem a tutela do sector mineiro, não pode comprar uma simples britadeira para consolidar as vias de acesso aos poços na estação das chuvas. Por outro lado, uma viagem ao fundo dos 3.000 pés da mina de Konkola mostra o enorme potencial, e os enormes custos potenciais, com que os investidores se confrontam. Trata-se de uma ampla formação que tem 3,8% de minério de cobre, cerca de três vezes mais abundante que muitas minas das Américas e suficientemente grande para durar 100 anos. Contrapõe-se a este potencial o preço da escavação, que se calcula em 600 milhões de dólares. Apesar destes problemas, em 1996 os gigantes mineiros, como a Angloval sul-africana e a americana Phelps Dodge, mostravam-se interessados, face ao crescimento acelerado da procura de cobre e ao consequente aumento

jornalista Melvin Durai, permitiu que a Zâmbia descesse até meio das Cataratas do Niagara ao mesmo tempo que hipnotizava os seus compatriotas com os tradicionais acenos do seu lenço branco.[11] A sua imagem de marca era um lenço de linho branco firmemente enrolado entre os dedos da mão esquerda.

A Zâmbia fora abençoada com terreno fértil e um imenso potencial agrícola. Quando da independência era auto-suficiente em termos alimentares, e contudo a errada política agrícola de Kaunda criou debilitantes carências de bens alimentares. Kaunda mandava os funcionários governamentais dizer aos agricultores o que deviam cultivar, comprando-lhes a produção na altura das colheitas e vendendo-a a preços fortemente subsidiados.[12] O sector agrícola era contemplado com generosos empréstimos sem que fossem feitas grandes tentativas para os cobrar, uma forma de suborno político muito pouco subtil. A corrupção noutros sectores era igual ou pior, com o previsível resultado de um generalizado e persistente declínio. Os zambianos recordam o regime de Kaunda como uma época em que as lojas estavam tão vazias que até os relativamente bem instalados na vida tinham dificuldade em comprar sabão.[13]

Kaunda levou a cabo muitas outras políticas insensatas e idealistas. A mais bizarra delas foi promover a "auto-suficiência" nacional criando barreiras alfandegárias e o controlo monetário, isolando assim a economia zambiana do resto do mundo. Desta iniciativa fez parte um embargo às transacções com a África do Sul do apartheid, de inspiração idealista. Essas transacções poderiam facilmente ter minorado a escassez de bens alimentares que afligia o país. Claro está que a despensa da Casa Presidencial nunca se ressentiu.

Enquanto Kaunda pôde explorar a herança colonial, foi-lhe possível seguir a sua errada política económica e nacionalista africana. Uma vez esgotada aquela, porém, o seu futuro político ficou fragilizado. Não obstante, enquanto a maré esteve a seu favor, fez da Zâmbia o lar de numerosos movimentos nacionalistas. De facto quase nunca conheceu nenhum de que não gostasse. O seu país, desprovido de saída para o mar, tinha fronteiras com nada menos que seis outros, três dos quais lutavam contra movimentos guerrilheiros activos — Angola, a Rodésia do Sul e Moçambique. Isto dava-lhe sobejas oportunidades de causar problemas aos vizinhos. No espaço de dois anos após a sua ascensão ao poder, Kaunda ofereceu santuário ao MPLA e à UNITA, entre outros, para conduzirem as suas campanhas contra os portugueses no leste de Angola.

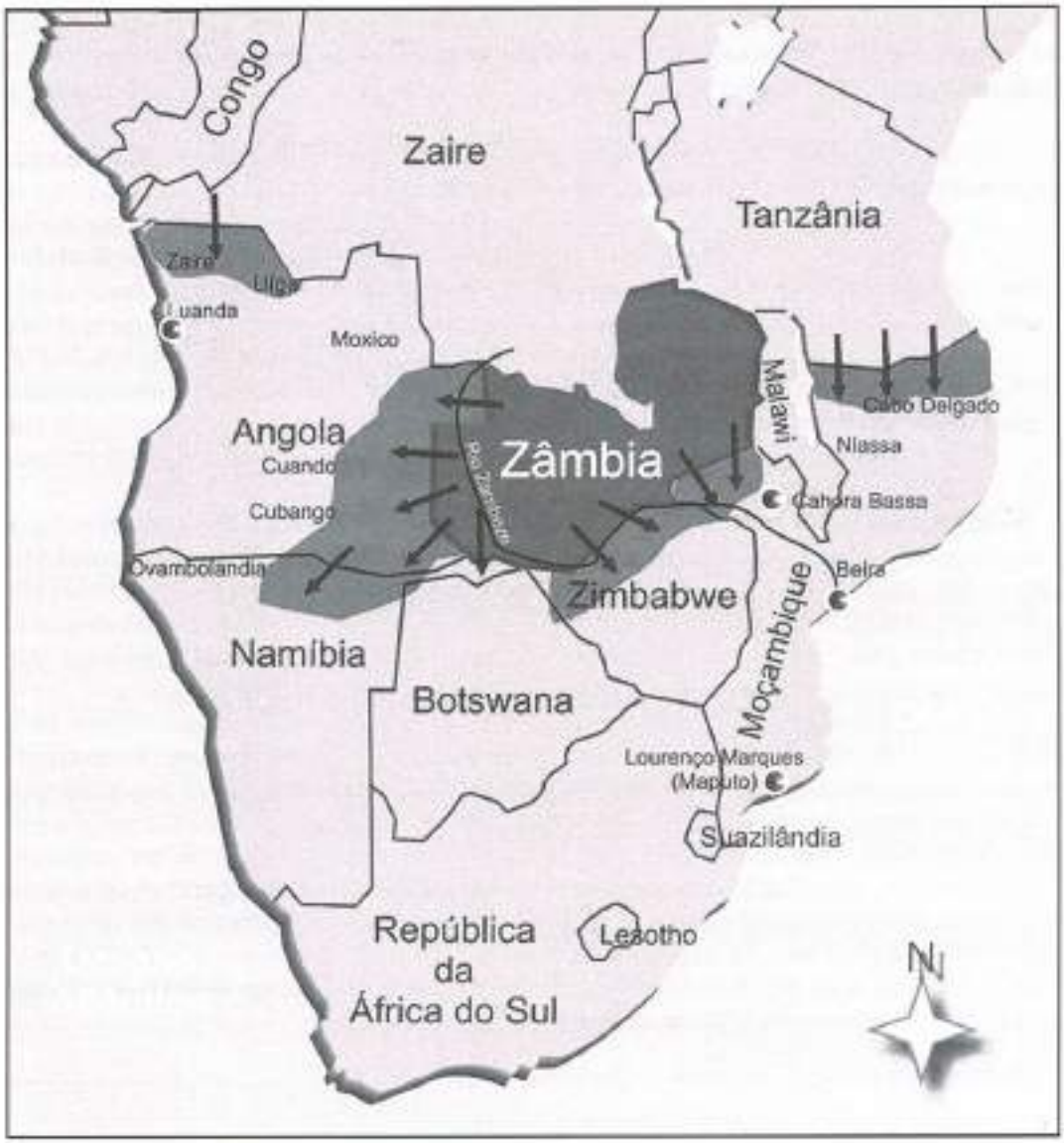
---

dos preços. Em 2003, contudo, investidores credenciados, como a AngloAmerican, tinham abandonado os seus investimentos por serem pouco atraentes, quer por imprevistas necessidades de capital para modernizar a exploração, quer por outros problemas locais. Os custos da electricidade e dos combustíveis, por exemplo, eram demasiado elevados para serem economicamente rentáveis e as licenças de trabalho necessárias para importar a experiência técnica requerida não eram passadas. À medida que as grandes e reconhecidas empresas com créditos firmados na exploração mineira se retiravam ou evitavam maior envolvimento na Zâmbia, foram sendo substituídas por operadores relativamente desconhecidos, com credenciais incertas no sector mineiro. Este facto levou a mais reveses na exploração mineira zambiana. Finalmente, ao mesmo tempo que o governo quer privatizar as minas e angariar fundos para os cofres do Estado, continua a querer ditar para lá do razoável como devem as empresas comerciais privadas conduzir o seu negócio de extracção na Zâmbia.

[11] Melvin Durai, http://melvindurai.com/kaunda.htm, página consultada a 1 de Fevereiro de 2007.

[12] Robert Guest, *The Shackled Continent: Power, Corruption, and African Lives* (Washington: Smithsonian Books, 2004), 152.

[13] Ibid., 153.



A África Austral, mostrando a posição central da Zâmbia e a direcção e amplitude das investidas de guerrilheiros nos países vizinhos em 1968.

Frustrado pela posição restritiva de Léopoldville quanto às operações no norte de Angola, o MPLA resolveu na sua Conferência de Quadros realizada em Brazzaville em Janeiro de 1964 dar início a uma deslocação calculada para a Zâmbia. A partir dali poderia retomar a sua ofensiva. Embora Agostinho Neto optasse inicialmente por manter-se em Brazzaville, entregaria a chefia da frente leste ao seu camarada de confiança Daniel Chipenda e a partir dessa altura as coisas evoluíram rapidamente para o MPLA.

A cadeia de abastecimento para apoio desta ofensiva começava por Julius Nyerere, em Dar-es-Salam, cidade através da qual passavam as armas vindas de países fornecedores como a União Soviética, a China Comunista, a Checoslováquia, a Bulgária e Cuba. Dar-es-Salam não era apenas um porto de entrada, mas também o centro de treino dos elementos armados do Congresso Nacional Africano (ANC), da Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO), da União Nacional Africana do Zimbabué (ZANU), do MPLA e da FRELIMO.[14] A partir deste centro de turbulência, os fornecimentos de armas e os guerrilheiros treinados alcançavam o leste de Angola através de uma longa rota que cobria quase 1.000 quilómetros na Tanzânia e na Zâmbia até Lusaca. A partir daí havia uma rota pelo norte de mais 400 quilómetros que servia as forças que entravam no Saliente do Cazombo e outra a sul, de cerca de 300 quilómetros, que abastecia as infiltrações em Angola atravessando rio Cuando e seguindo o curso do Zambeze, conforme mostra o mapa junto.

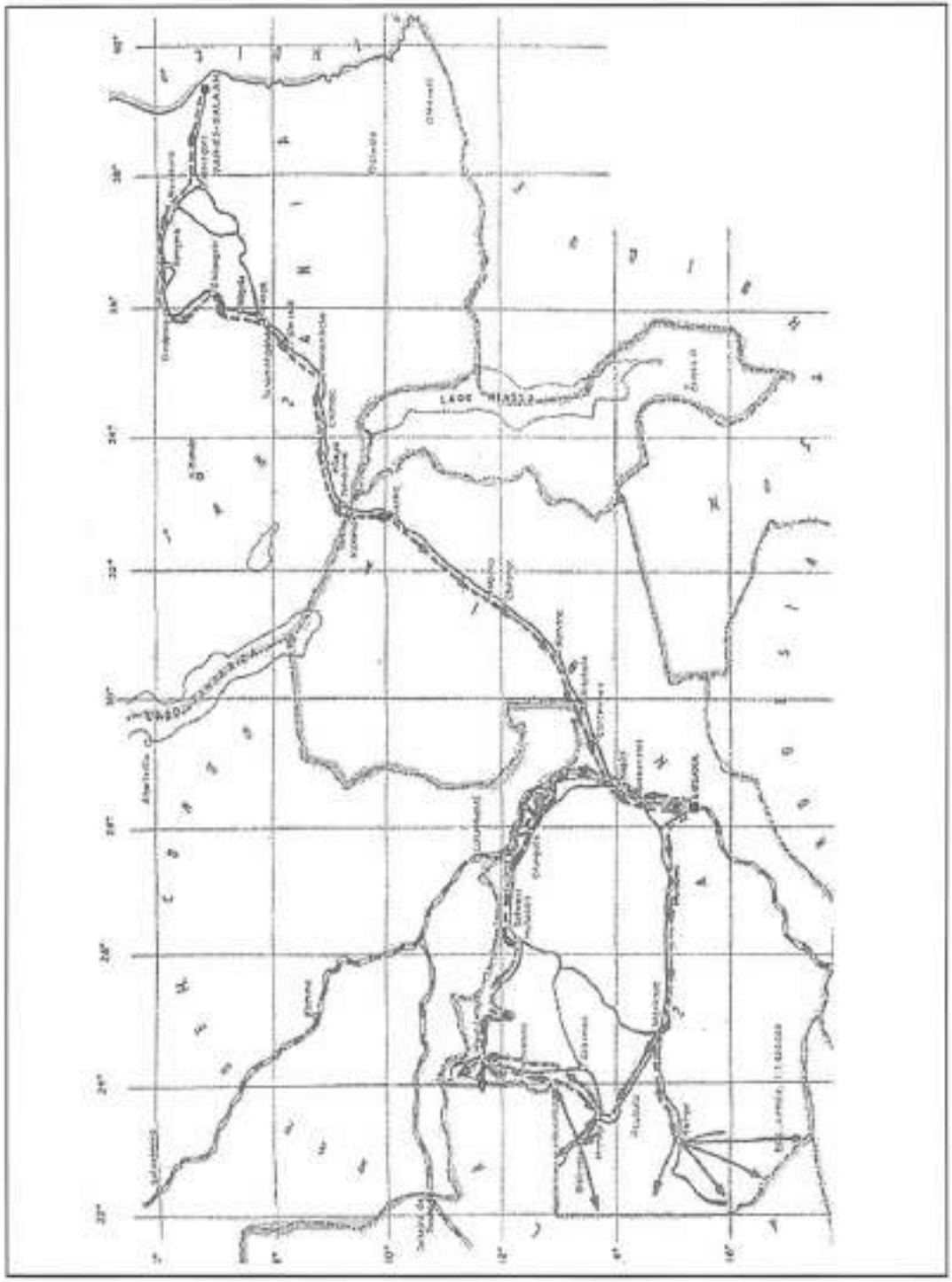
Em Abril de 1966, na sequência de um intenso esforço para aliciar a população do leste, primeiro no distrito do Moxico e mais tarde no Cuando-Cubango, o MPLA infiltrou um elevado número de combatentes no Saliente do Cazombo.[15] Trata-se da grande protuberância geográfica, de formato quase quadrado, que é limitada pelo Zaire e pela Zâmbia por três lados e mede cerca de 240 quilómetros de lado. Atravessada diagonalmente pelo Zambeze, que acaba por banhar a Zâmbia, para lá das Quedas de Vitória, cruza Moçambique até desaguar no Oceano Índico. Devido à sua forma, às fronteiras expostas e à sua situação remota, era muito vulnerável a incursões. Estes combatentes do MPLA infiltrados revelavam uma notável melhoria em relação à anterior experiência portuguesa de subversão da população e emprego do terror selectivo quando esta não colaborava. A subversão da população no leste era em 1965 avaliada nuns modestos 6%, tendo aumentado para cerca de 42% em 1968, o ano em que a ofensiva do MPLA atingiu o auge.[16]

Em Outubro de 1966, na sequência da penetração do Saliente do Cazombo, registou-se um surto de actividade no sul, no triângulo delimitado pelas povoações de Ninda, Sete e Chiúme, situadas junto da fronteira zambiana e cerca de 375 quilómetros a sueste do Luso, numa área chamada "Terras do Fim do Mundo". A área fica a mais de 1.000 quilómetros do Oceano Atlântico e a povoação de Luiana, no seu extremo sueste, é equidistante de Luanda, no Atlântico, e da Beira, no Oceano Índico. Foi esta situação distante e o facto de o clima temperado da savana da parte central de Angola, ao estender-se para sul até esta área, com a sua menor altitude, se tornar tão agreste e seco que levou os primeiros exploradores a darem-lhe aquele apropriado nome. Este ambiente operacional favorecia os guerrilheiros, na medida em que podiam facilmente detectar as forças portuguesas a uma distância considerável e o faziam geralmente antes de elas darem pela sua presença. Esta vantagem dos guerrilheiros tornava difícil às forças portuguesas localizar e eliminar

[14] Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974* (Lisboa: Terramar, 2004), 283.

[15] António Pires Nunes, *Angola, 1966-1974, Vitória Militar no Leste* (Lisboa: Prefácio, 2002), 21.

[16] Ibid., 6.



Rota de infiltração dos guerrilheiros através da Tanzânia e da Zâmbia, facultando acesso ao leste de Angola, à Rodésia e ao distrito moçambicano de Tete, a partir de 1968.

o inimigo e, como veremos, influenciou substancialmente a configuração de um plano de campanha.

Em Novembro e Dezembro de 1966 alguns guerrilheiros do MPLA penetraram o canto nordeste do Saliente próximo das povoações fronteiriças de Jimbe e Caianda. Portugal protestou e uma quinzena depois, em reacção a esta pressão, Chipenda recebeu ordens do governo zambiano para retirar todas as suas forças da Zâmbia, deixando-lhe como única opção invadir Angola. Esta pressão relativamente bem-sucedida tinha as suas raízes na dependência da Zâmbia do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) para exportar o seu minério de cobre via Angola. O caminho-de-ferro tinha sempre representado um alvo tentador para os guerrilheiros, e por conseguinte a Zâmbia viu-se encurralada entre a necessidade prática de vender ao estrangeiro e o desejo ideológico de apoiar movimentos nacionalistas. Vários encerramentos temporários em Dezembro de 1966 e novamente na Primavera de 1967 para ataques ou actos de sabotagem do CFB transmitiram uma vigorosa mensagem quer à Zâmbia, quer ao Zaire. Em consequência, nos princípios de 1967 o MPLA foi ostensivamente arredado da Zâmbia e infiltrou o leste em duas áreas primordiais, o lago Dilolo, na orla oeste do Saliente, e numa outra mais extensa localizada a cerca de 265 quilómetros a sul do Luso e limitada pelas povoações de Sessa, Muié, Cangombe e Cangamba. Em 1968 esta investida de penetração prolongara-se para oeste até ao distrito do Bié e em resultado desse excessivo alargamento várias colunas do MPLA ficaram extremamente vulneráveis. Houve uma considerável quantidade de elementos abatidos ou capturados, mas em 1970 ainda havia 1.300 homens em bases zambianas e um quantitativo estimado de 3.850 elementos em diversos pontos de Angola, semeando o caos.[17] Havia manifestamente limites para a pressão diplomática e económica face às simpatias de Kaunda pelos movimentos nacionalistas africanos.

O MPLA não estava sozinho na exploração do leste. A UPA/FNLA e a sua ala militar, o ELNA, viam também no leste uma oportunidade alternativa para o impasse que se verificava no norte e sentiam estar a perder terreno político-militar frente aos seus rivais por inacção. Na sequência de um reagrupamento da *jacquerie* de 1961 a organização tinha mobilizado três batalhões em 1970, que foram introduzidos separadamente em Angola a partir do norte, do nordeste e do leste, a ensaiar uma invasão geral. O grupo do norte, fortuitamente descoberto em concentração, foi eliminado por vigorosos ataques levados a cabo pela Forças Armadas portuguesas.[18] O grupo do nordeste entrou em força perto de Santa Cruz, uma povoação cerca de 600 quilómetros a nordeste de Luanda, e foi liquidado por várias companhias de Comandos numa das mais brilhantes operações levadas a cabo em Angola, a Operação *Golpe de Flanco*.[19] O grupo do leste penetrou a partir da sua base de Kizamba por Teixeira de Sousa, uma vila fronteiriça importante e estação do CFB, para reforçar um dos seus grupos que já se encontrava em Luacano e não tardou a confrontar-se com forças do MPLA. O MPLA tinha uma forte presença na zona e depois do tratamento de que tinha sido objecto por parte de Léopoldville não estava na disposição de ser desalojado pelos seus rivais. Em consequência desta derrota, a UPA/FNLA perdeu grandemente a face, prestígio e o fulcral apoio internacional da Organização de Unidade Africana (OUA). No final de 1970, a UPA/FNLA tinha aproximadamente 6.000 homens isolados no norte de

[17] Ibid., 24.
[18] Ibid., 25.
[19] Ibid.

Angola, na quase impenetrável região dos Dembos, dos quais só 2.000 estavam armados.[20] Os grupos do nordeste e do leste tinham deixado de existir como forças combatentes.

A UNITA entrou também na liça, como se indicou já no capítulo 1. O primeiro ataque de Savimbi deu-se em Dezembro de 1966 no posto de Cassamba. Desencadeou outro passadas duas semanas, na véspera de Natal, data em que 500 elementos da UNITA atacaram o aquartelamento português de Teixeira de Sousa e sofreram uma estrondosa derrota, com 234 mortos. A UNITA não tardou a ver-se privada do vital apoio zambiano, quando Portugal vibrou um golpe no frágil tesouro da Zâmbia vedando o caminho-de-ferro às exportações de cobre zairenses durante uma semana. Em Abril de 1967 registaram-se de novo dois actos de sabotagem à infra-estrutura do CFB por parte da UNITA e Portugal tornou a encerrar a linha e ameaçou mais encerramentos a menos que os ataques terminassem. A partir de então a UNITA passou a não ser bem-vinda na Zâmbia e o MPLA foi igualmente alertado para não interferir com o CFB. Savimbi viu-se obrigado pelas circunstâncias a uma tomada de posição improvável, argumentando que um verdadeiro movimento nacionalista devia operar a partir de bases no interior de Angola. Talvez se tratasse de uma política necessária, porquanto em Julho de 1967 veio a ser final e totalmente expulso da Zâmbia. O certo é que a concretização desta política garantiu o seu isolamento. Em 1969 a UNITA estava cercada e Savimbi contava menos de 1.500 adeptos. A fim de sobreviver na derrota, ele e os seus homens chegaram a um entendimento com os portugueses e entre 1971 e 1973 a actividade da UNITA limitou-se a uma zona determinada nas águas a montante do Lungué-Bungo e o movimento aceitou pôr termo às operações contra os portugueses.[21] Como parte integrante deste entendimento, a UNITA receberia armas e apoio médico e teria liberdade de combater o MPLA.[22] Nesta altura Savimbi tinha uma força de cerca de 500 homens, dos quais 250 estavam armados.[23]

Em contrapartida, o Exército da Frente Militar Leste dispunha em 1968 de 55 companhias de Infantaria, duas companhias de Comandos, dois esquadrões de Cavalaria, uma bateria de artilharia de peças de campanha de 88 mm, duas companhias de Engenharia e uma companhia de construção. Havia também Forças Auxiliares constituídas por três grupos de *Fiéis* (2.318 homens), 71 *Grupos Especiais* (2.279 homens), um grupo de *Leais* (128 homens), 31 grupos de *Flechas* (1.665 homens) e diversas milícias armadas (5.331 homens), totalizando 11.721 elementos adicionais a somar ao quantitativo aproximado de 7.500 das forças regulares.[24] Há que contar ainda com cerca de 1.200 elementos da Força Aérea e uns 300 da Marinha, o que perfaz um total de forças portuguesas de 20.700 homens, aproximadamente.[25] Este número representa uma relação de 3,2 para 1 relativamente ao total de guerrilheiros, de 6.350 homens. Embora as relações comparáveis de outras contra-insurreições fossem superiores, como na Malásia, de 37,5 para 1, em Chipre, de 25 para 1, na Argélia, de 16,7 para 1, do Quénia, de 4,6 para 1, do Vietname em 1964, de 4,1 para 1, e do Vietname em

[20] Ibid., 25.

[21] Adelino Gomes, "Exército e UNITA Colaboraram antes de 1974", *Público* (19 de Dezembro de 1995), 2-4.

[22] Cabrita Mateus, 199-207.

[23] António Pires Nunes, 19.

[24] Ibid., contracapa; e João Paulo Borges Coelho, "African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique", *Portuguese Studies Review* (Primavera-Verão de 2002), 129-150.

[25] Ibid., 67.

1968, de 8,75 para 1, o isolamento dos guerrilheiros numa região escassamente povoada e estéril desmentia a aparente debilidade desta relação portuguesa.[20]

Acção e Oposição

A estratégia dos movimentos nacionalistas consistia em procurar a independência de Angola através do conflito armado em lugar da negociação, embora a estratégia da UNITA fosse menos clara. Nesta conformidade, o MPLA planeou um ataque segundo dois eixos a partir das suas bases na Zâmbia. O ataque pelo eixo sul seria lançado a partir de Sicongo até Cangombe, e tomaria a designação de Rota do Cuando. Seguiria o vale deste rio para oeste, visando alcançar o rico e populoso distrito do Bié e o Planalto Central do Huambo, o coração de Angola. A partir deste ponto os guerrilheiros esperavam controlar todo o país e chegar até Malange seguindo uma via de progressão ao longo do vale do rio Cuanza.[21]

O ataque pelo eixo norte, designado pelo MPLA a Rota do Luena, ou "Rota Agostinho Neto", seria lançado a partir de Chipango e Cassamba e, seguindo o rio que lhe dava o nome, visava directamente o Luso e, a partir daí, o planalto de Malange. A esperança era adquirir o controlo do caminho-de-ferro Luanda-Malange, chegar a Luanda e articular-se com as forças vindas do norte.[22]

Os planos de campanha da UPA/FNLA são muito menos definidos. O plano pode atribuir-se à tentativa levada a cabo em 1970 de infiltrar três batalhões no norte com o propósito de controlar a rica região produtora de café a norte do caminho-de-ferro Luanda-Malange e paralisar a economia angolana, objectivo que se gorara em 1961. Esta acção ofensiva levaria as suas forças até às portas de Luanda e precipitaria uma súbita conclusão do conflito. A ofensiva foi abandonada em Setembro de 1972, porque o movimento estava logisticamente isolado no interior do território português, cercado tanto pelo MPLA como pelos portugueses, e consequentemente tinha poucas hipóteses de ser bem-sucedido.

A UNITA pretendia simplesmente estabelecer uma base no interior profundo de Angola e, empregando uma certa noção da teoria da "mancha de óleo" de expansão do controlo, mobilizar um contingente cada vez maior da população a fim de conseguir a "independência total de Angola".

Havia debilidades substanciais na concepção de campanha de qualquer dos três movimentos, na medida em que as suas linhas de comunicações seriam extensas e vulneráveis ou, no caso da UNITA, inexistentes. Os objectivos de todos eles assentariam cada vez mais na débil estratégia da esperança, consoante se deslocavam para mais longe do seu apoio externo e se isolavam progressivamente no hostil interior profundo de Angola.

Se estas organizações contavam com a clássica conversão da população, não era espontaneamente que esta ocorreria. O povo angolano estava a conhecer uma liberdade política e económica e uma prosperidade financeira inéditas e dificilmente acolheria bem aquilo que equivaleria a um saque de tipo napoleónico por exércitos estrangeiros. Acresce que a premissa básica dos três movimentos subversivos tinha sido anulada com respostas eficazes às reclamações do povo. O nacionalismo pelo nacionalismo e o objectivo político de um partido único a governar um país para benefício da sua oligarquia ou do chefe de Estado exerciam pouca atracção popular. Por último, os maiores inimigos de cada movimento

[20] John P. Cann, *Contra-subversão em África* (Lisboa: Prefácio, 2005), 30.

[21] António Pires Nunes, 40.

[22] Ibid.

eram os outros, uma vez que estavam os três à compita pelos despojos que se explorariam governando Angola. Não existia a ideia de um governo de coligação que tivesse em conta os superiores interesses da diversificada população.

Na resposta a este ataque segundo vários eixos, os portugueses não tardaram a ver que a UNITA e a UPA/FNLA seriam facilmente contidas e que a verdadeira ameaça era o MPLA. Nesta conformidade, elaboraram uma estratégia de teatro de operações de três fases, começando por travar a expansão da penetração dos guerrilheiros. Isto significaria definir o campo de batalha da população e levar segurança aos ameaçados. Seguidamente, as forças de segurança cercariam os guerrilheiros e restringi-los-iam a uma área geográfica limitada pelos rios Cuito, Cuanza, Munhango e Cassai. Tratava-se reconhecidamente de uma extensão substancial, mas que era escassamente povoada, fosse qual fosse o critério de avaliação, e proporcionaria pouco sustento. Nesse isolamento, por conseguinte, os guerrilheiros não podiam causar danos de maior e, aliás, morreriam lentamente à fome. Dentro dela as forças de segurança portuguesas perseguiriam inexoravelmente o inimigo, que se veria cada vez mais acossado e cercado. Finalmente em 1973 e 1974, à medida que o cordão se ia apertando progressivamente, o inimigo seria completamente aniquilado.[29]

A necessidade desta abordagem prolongada no tempo foi desencadeada por uma série de factores. Em primeiro lugar, Portugal dispunha de pessoal limitado para fiscalizar a vasta região do leste. Esta limitação impunha uma abordagem que arrolasse o terreno pouco povoado, a lonjura geográfica e a dureza do clima como aliados para isolar os guerrilheiros numa guerra de desgaste. Em segundo lugar, estas três características regionais pareciam favorecer os guerrilheiros, na medida em que se podiam esconder ou movimentar com facilidade praticamente sem interferência das forças portuguesas. Consequentemente, com uma estratégia de contenção em que os portugueses definiriam e depois reduziriam gradualmente a área de contaminação pelos guerrilheiros, o inimigo seria obrigado a combater a partir de uma posição cada vez mais restrita e isolada e em última análise seria eliminado. A escassa população que vivia no leste e no sueste mal lograva subsistir, muito menos podendo apoiar os guerrilheiros com alimentos, recrutas, informações e abrigo. Em suma, a estratégia de teatro de operações dos portugueses baseava-se num avisado raciocínio decorrente de uma ponderada avaliação das forças do opositor, do terreno de luta e da população residente.

Inversamente, as diversas organizações de guerrilheiros baseavam as suas estratégias na esperança de que a população lhes desse acolhimento ou aquiescência e de que as forças portugueses podiam ser derrotadas. Esta abordagem requeria um salto de fé por parte de uma população que conhecia ganhos materiais inéditos, coisa improvável. Embora os guerrilheiros fossem combatentes experimentados, escolheram um campo de batalha em que a mobilidade dos portugueses podia facilmente flanqueá-los e com o tempo subjugar os seus homens num ambiente que se tornaria universalmente hostil. Por último, a estratégia portuguesa visava desgastar o inimigo, tanto psicológica como fisicamente, e inculcar no seu espírito a ideia do custo substancial em finanças, tempo e vidas sem ganhos proporcionais. Em última análise, a nível nacional visava convencer os adversários dos portugueses de que o seu objectivo político não era atingível nem merecedor do custo aparente.

[29] Ibid.; 42.

Projecção de Força Naval

A Marinha Portuguesa contava com um abundante património de conhecimentos relativos à exploração, à cartografia, ao apoio à população, ao desenvolvimento e ao combate no leste de Angola. Nomes da corporação como Hermenegildo de Brito Capelo, Roberto Ivens, Carlos Viegas Gago Coutinho e muitíssimos outros encabeçavam uma ilustre sucessão de actividades navais portuguesas nesta área. Em 1956, depois de uma ausência de cerca de 40 anos, a Marinha regressou, corporizada pela Brigada dos Rios de Angola, e iniciou o levantamento hidrográfico do sul e sueste de Angola. Ao longo dos quatro anos seguintes a Brigada elaborou 38 cartas hidrográficas. Dirigiu também a construção de um aeródromo e de infra-estruturas ribeirinhas no Cubango destinadas a apoiar operações aéreas e um serviço de transporte fluvial de dois rebocadores, quatro lanchas de carga e duas lanchas de passageiros. O serviço foi inaugurado a 24 de Outubro de 1960 e constituiu um grande benefício para a população local que vivia ao longo do rio.[30]

Embora a Marinha tivesse previamente dilatado a sua presença nas díspares águas do Cuanza, no Atlântico, do Zaire, no norte, e do Chiloango e do lago Massabi, em Cabinda, era agora chamada a apoiar e contribuir para garantir a segurança da população do sul, do sueste e do leste. Com este fim estabeleceu uma presença em quatro locais em rios fulcrais: Lungué-Bungo, no rio do mesmo nome, Chilombo e Lumbala, no Zambeze, Rivungo, no Cuando, e Vila Nova da Armada, na confluência dos rios Cuito, Longa e Cato. Este acréscimo da presença naval no leste foi facilitado pelo encerramento de diversos postos no Zaire e consequente consolidação, redução e transferência de forças.

Tal como em Moçambique, a deslocação da Marinha para o interior foi feita por meio de uma combinação de transporte por via aquática, ferroviária e rodoviária. Os meios mais fáceis de deslocar, e por conseguinte a mais simples projecção de presença e até certo ponto de força eram os comprovados botes de borracha, que podiam ser deslocados por via aérea juntamente com as respectivas guarnições para resposta imediata ou transportados por caminho-de-ferro ou camiões em situações de rotina. Embora todos os rios do leste tivessem um contingente de botes de borracha devido à sua natureza versátil e utilitária, foi no Lungué-Bungo que operaram de início e exclusivamente durante a presença portuguesa naquela zona desde 1966 até à descolonização. A sua facilidade de manutenção e flexibilidade operacional tornavam-nos indispensáveis.

A colocação de fuzileiros no Lungué-Bungo iniciou-se a 22 de Abril de 1966, embora o planeamento inicial tivesse principiado no mês anterior. Inicialmente a base dos fuzileiros situava-se junto ao local de atravessamento da barcaça na primitiva estrada entre Lucusse e Luvuei. Foi, porém, de curta duração, porquanto a Marinha começou a transferir-se em Agosto para um local cerca de 30 quilómetros a montante e oeste da ponte que atravessava a melhorada estrada entre Lucusse e Luzi. Esta deslocação deu-se no espaço de uma semana, e em Setembro montaram-se edifícios pré-fabricados de madeira, ao mesmo tempo que a força era aumentada de grupos de combate para um DFE. Mais tarde, em Junho e Julho de 1968, foi construída uma pista de 1.100 metros para proporcionar apoio regular da aviação. A infra-estrutura de base foi continuamente melhorada até Março de 1971 e assumiu crescentemente um aspecto de permanência. Esta base era importante, porque o Lungué-Bungo ficava directamente na trajectória de uma rota de abastecimento

[30] José da Cruz Moura da Fonseca, "A Marinha no Leste e no Sueste de Angola", *Anais do Clube Militar Naval* (Outubro-Dezembro de 1981), 619-629.

crítica para as forças do MPLA que operavam no interior perto das águas a montante do rio. Na execução desta missão, o DFE devia coordenar com o Exército a interdição do inimigo, proteger e apoiar a população local ao longo do rio e recolher informações. As rotações de pessoal entre este e outros locais eram tais que não tinha utilidade identificar um dado DFE como estando colocado num local específico.

O Zambeze era o rio mais a leste no trajecto do invasor MPLA e, a partir de 18 de Novembro de 1966, dois grupos de combate dos Fuzileiros Especiais foram destacados para Lumbala com os respectivos botes de borracha. A 14 de Outubro de 1967 os grupos foram aumentados, passando à dimensão de um DFE, que se transferiu para a aldeia de Chilombo, 30 quilómetros mais a norte. Esta localidade situava-se na margem esquerda do rio Zambeze, no coração do Saliente do Cazombo e numa posição mais central na área de Cazombo, Lumbala e Caripande, uma extensão de mais de 100 milhas. Verificou-se que esta extensão era navegável por lanchas do tamanho das LDPs durante os meses de Janeiro a Junho em consequência da estação das chuvas, e consequentemente a LDP 108 foi designada para dar apoio adicional. A localização do Chilombo colocava os fuzileiros em posição de impedir directamente o avanço das colunas do MPLA e por conseguinte o contacto com o inimigo era frequente e intenso. Trata-se do local onde foi morto o único oficial fuzileiro em toda a guerra.

A LDP 208 chegara a Angola a 3 de Junho de 1966 a bordo do navio mercante *Arraiolos* e fora desembarcada em Santo António do Zaire para operar a partir dali. Em fins de Outubro foi destacada para Luanda, onde chegou a 7 de Novembro de 1966, visando a sua deslocação por terra para o Zambeze. Primeiramente foi cortada em duas secções para facilitar o seu transporte. Depois foi-lhe montada uma metralhadora Oerlikon de 20 mm, chapa balística à volta da casa das máquinas e dos alojamentos da guarnição, um posto de TSF, uma arca frigorífica e protecção dos hélices. A 14 de Dezembro estes fabricos estavam concluídos e as duas metades da LDP foram embarcadas na LDG *Ariete* para o trajecto ao longo da costa até ao Lobito. Aqui chegadas, as duas secções foram transferidas para um vagão do CFB para a viagem rumo a leste e a 17 de Dezembro partiram para Teixeira de Sousa. Chegaram passados cinco dias e foram unidas uma à outra para reconstituir a LDP antes de se dirigir para o mato. Uma coluna militar acompanhou a embarcação até Lumbala, onde foi lançada à água a 1 de Janeiro de 1967. Tinha percorrido com a sua guarnição cerca de 2.454 quilómetros, 352 por meios próprios na primeira tirada até Luanda, 430 na *Ariete*, 1.331 no CFB e 341 em coluna militar.[11]

Foi na altura em que a lancha estava a ser transferida dos vagões para as plataformas rodadas da coluna rodoviária e as suas secções a serem unidas que a UNITA decidiu atacar Teixeira de Sousa. Dois dias depois de a UNITA ser repelida, um grupo de combate do DFE 2 deslocou-se de Lumbala para Cazombo a fim de ir ao encontro de coluna e escoltá-la até ao local de lançamento à água e base de Lumbala. Durante o trajecto o grupo sofreu uma emboscada por parte do inimigo, resultando dois feridos graves e nove ligeiros entre os fuzileiros. Exceptuando um semi-eixo partido num dos veículos perto do Chilombo, a coluna chegou a Lumbala sem mais incidentes.[12]

[11] António Emílio Ferraz Sacchetti, "A Armada nas Campanhas de África", *Revista da Armada* (Junho de 1997), 7.

[12] José Alberto Lopes Carvalheira, "Acção da Marinha em Águas Interiores (1961-1971)", na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, dact. [policopiado], 1972, 32.

A partir de 5 de Janeiro a LDP 208 foi utilizada para patrulhar o rio Zambeze entre Cazombo e Caripande. Oito dias depois de iniciar as operações de patrulhamento, a lancha e a sua guarnição foram atacadas da margem, na confluência dos rios Zambeze e Calupemba, por sete inimigos utilizando armas automáticas. Dos fuzileiros que seguiam a bordo da lancha, houve apenas um ferido ligeiro. Passar-se-iam cinco anos sem novidade até se verificar outro incidente, e entretanto a LDP 208 desempenharia a sua vital operação de apoio logístico numa área desprovida de estradas.[33]

A lancha de carga *Caripande* operava também neste trecho do rio executando tarefas paralelas. Tratava-se de uma herança da defunta Brigada dos Rios de Angola, que tinha previamente operado no Cuito. Terminadas as missões no âmbito da Brigada, fora transferida para Luanda em Agosto de 1967 e seguidamente embarcada na LDG *Aríete* em Outubro de 1968 com destino ao Lobito. A partir dali seguiu por caminho-de-ferro e estrada até ao Chilombo, onde chegou a 3 de Novembro. Esta embarcação de casco de ferro, propulsionada por dois motores, tinha oito metros de comprimento e uma quatro toneladas de arqueação. Por razões não explicadas só entrou ao serviço a 17 de Dezembro de 1969, mas a partir desta data operou entre Chilombo e Lumbala e normalmente fazia o reabastecimento das tropas de Caripande, quando a LDP 208 precisava de reforço ou estava inoperacional.[34]

Adicionalmente a Marinha estabeleceu presença no Cuando a partir de 26 de Junho de 1967, com a chegada da LDP 210 ao leste de Angola. Fez base na povoação do Rivungo, na margem direita do rio, que define a fronteira com a Zâmbia naquela zona e fica nas proximidades de Neriquinha e Luiana, no extremo sueste. Esta pequena presença na longínqua, complexa e extensa fronteira fluvial tornava-se difícil de apoiar e representava uma dificuldade para o pequeno contingente de três marinheiros e cinco fuzileiros que guarnecia a lancha. A força tinha a designação de Destacamento de Marinha do rio Cuando ou DESTACMARCUANDO.[35]

A LDP 210 chegou a Luanda a 30 de Janeiro de 1967 como carga de convés a bordo do navio mercante *Sofala* e logo se deu início aos trabalhos de modificação da lancha para a missão no interior. Seria transportada em coluna militar durante todo o trajecto e nessa conformidade foi carregada em dois reboques planos gémeos, ficando assente sobre ambos. Metade das suas 16 toneladas de peso seriam suportadas por cada um dos reboques. A coluna militar partiu de Luanda a 18 de Maio e passou sem novidade por Salazar, Malange, Nova Gaia, Quitapa, Xassengue, Cacola, Luso, Luatamba e Lucusse. Foi obrigada a parar entre Luvuei e Lumeci durante 17 dias para reparação do veículo, não obstante, a coluna prosseguiu, passando por Gago Coutinho, Ninda e Chiume, chegando ao rio Cuando a 26 de Junho, depois de ter percorrido cerca de 1.800 quilómetros. A 29 de Junho foi posta a nado em Xicove, perto de Tchia e cerca de 9 quilómetros a sudoeste de Chiume, iniciando a sua missão de patrulha daí a cinco horas.[36] A sua presença foi imediatamente posta em causa, visto que no dia seguinte foi atacada da margem direita, perto da ilha do Cambe, com fogo de armas automáticas e granadas de mão por uma patrulha inimiga de oito homens. O ataque não teve consequências.[37] Ao longo dos 40 dias que se seguiram a lancha patrulhou cerca de 1.500 milhas do rio e fez o reconhecimento completo do Cuando de Chiume

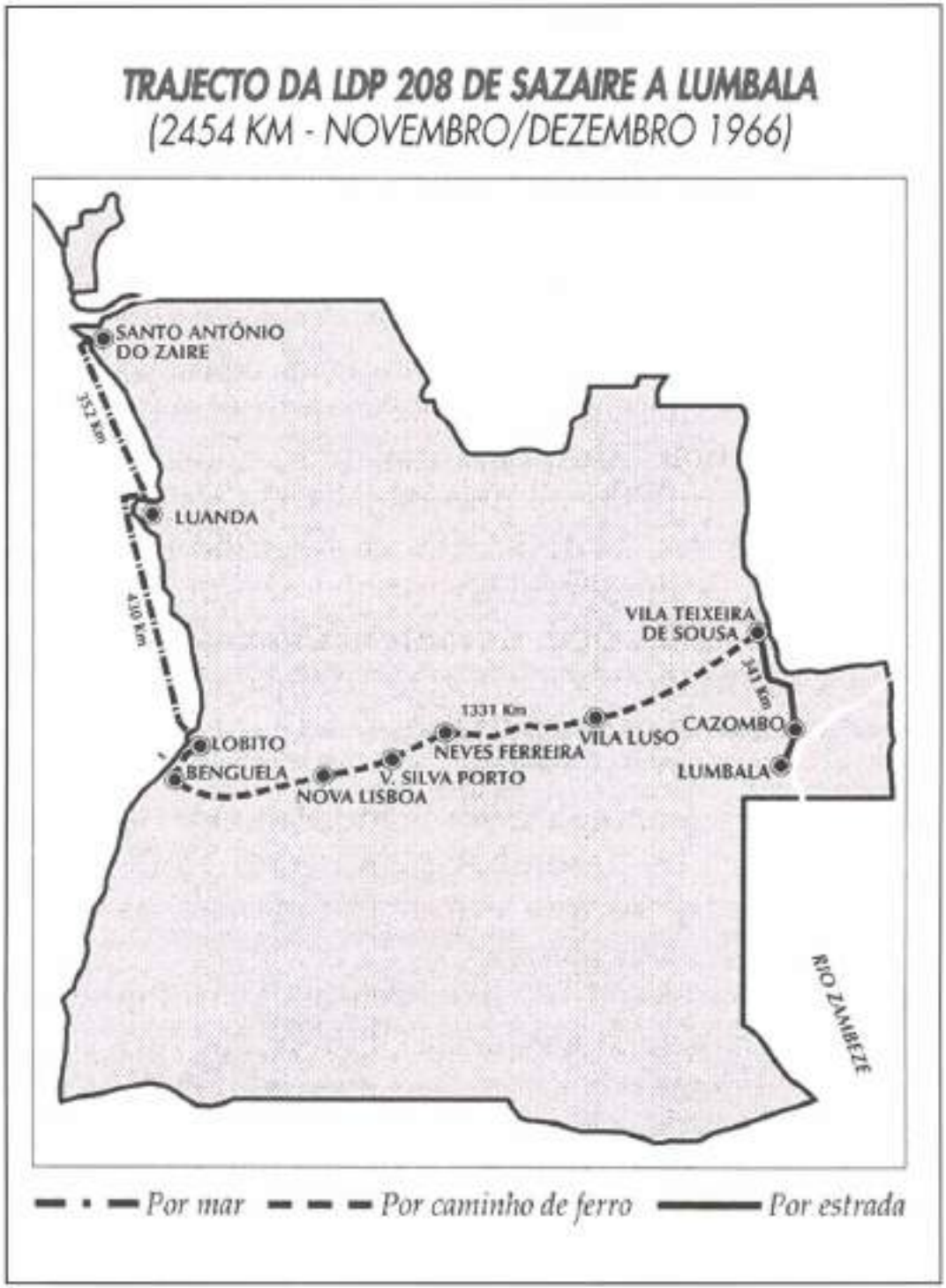
[33] Ibid.

[34] Ibid., 33.

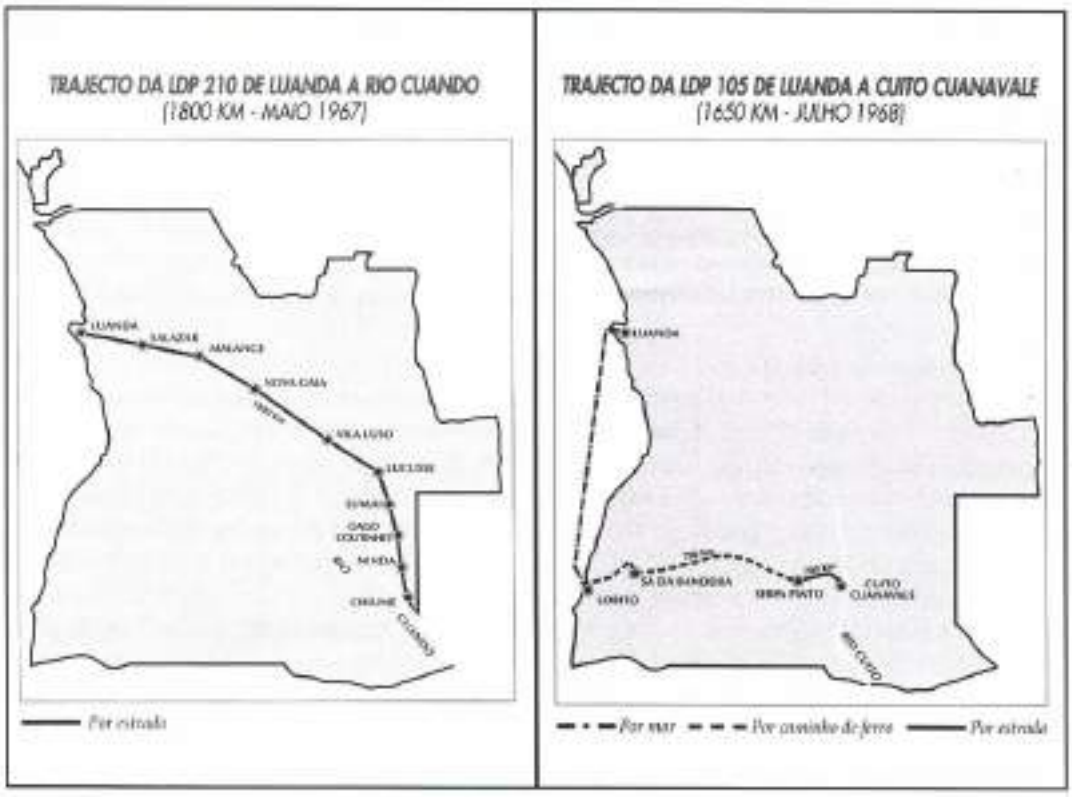
[35] Ibid.

[36] António Luís Marinho de Castro, entrevista com o autor, 30 de Janeiro de 2003, Lisboa. O segundo-tenente fuzileiro Marinho de Castro foi promovido a oficial em Abril de 1966 após a frequência do 8º CEORN.

[37] Lopes Carvalheira, 33.



Trajecto da LDP 208.



Trajectos das LDPs 210 e 105.

até Kongola. Foi a partir desta base que se estabeleceram o perfil ideal de patrulha e os procedimentos a seguir para patrulhar o rio, as suas ilhas e margens e alcançar a maior eficiência nas operações logísticas e militares na zona.[18] Em Outubro de 1968 procedeu-se à compactação da pista de aviação e em Fevereiro e Março de 1969 construiu-se um plano inclinado, posteriormente substituído por outro mais capaz em Julho de 1970. As instalações da base do Rivungo foram electrificadas em Fevereiro e Março de 1970 e em Dezembro construíram-se alojamentos permanentes e infra-estruturas administrativas. Em Março de 1971 acrescentaram-se depósitos e um paiol.[19]

Havia pouca informação para a navegação no Cuando, pelo que as patrulhas se baseavam largamente em fotografias de reconhecimento aéreo. Não havia cartas nem mapas da área fiáveis, tratando-se, aliás, de uma região em grande parte desconhecida. O rio nunca fora praticado por outros meios que não fossem canoas e ao que parece só muito raramente se tinha visto algum branco na área desde que Serpa Pinto chefiara as suas expedições da bacia do Zambeze em 1869 e 1877. A corrente do rio era de apenas 2 a 3 nós, mas o rio em si estava cheio de meandros e ziguezagues com a sua miríade de ramos. O seu carácter sinuoso tornava as patrulhas um processo moroso e enfadonho. A extensão de uma patrulha entre a Faixa de Caprivi e o curso superior era de cerca de 940 milhas, ida e volta, devido à natureza

[18] Ibid.

[19] Cruz Júnior, 19.

serpenteante do rio, e demorava entre 12 e 13 dias, consoante o que se encontrasse. Uma patrulha exigia aproximadamente 135 horas de navegação, mas só podia ser efectuada durante o dia e era indispensável o apoio aéreo de um T-6 *Harvard* de Gago Coutinho. Era difícil obter combustível e abastecimentos naquele lugar recôndito, onde havia um único posto do Exército e nenhuma outra presença do governo. Este magro apoio logístico era suprido pela caça, visto que as peças de caça abundavam na área. Supunha-se que o MLPA estivesse presente na zona, uma vez que o rio constituía a sua Rota do Cuando, que partia de Cangombe e Sicongo, do outro lado da fronteira fluvial; no entanto, raramente se viam guerrilheiros. Quando estes eram encontrados, a guarnição respondia com fogo nutrido e eles desapareciam.[40]

A 23 de Julho de 1969 houve um incidente em que a lancha sofreu um ataque lançado do meio do capim alto diante de Mungulhi com fogo de metralhadora, ao qual ripostou com fogo da Oerlikon e de duas MG-42. A lancha manobrou durante duas horas para fixar o inimigo e mantê-lo na posição até que fosse possível a vinda de apoio aéreo. O efeito intimidatório da pesada Oerlikon manteve o inimigo sob controlo e, embora se desconheçam as baixas por ele sofridas, o maior poder de fogo da lancha em relação ao dos guerrilheiros foi um dissuasor eficaz. Do ponto de vista dos guerrilheiros, havia que evitar a patrulha fluvial como um desnecessário obstáculo, porquanto o seu objectivo primordial era a população mais para o interior, a noroeste. Pequenos grupos de guerrilheiros que se deslocavam aligeirados não podiam competir facilmente com uma força bem armada e confiariam na vastidão das Terras do Fim do Mundo para se ocultarem e evitarem as patrulhas terrestres e navais dos portugueses durante o trânsito.

O posto de Vila Nova da Armada, o mais importante dos postos fluviais do leste, foi estabelecido no rio Cuito a 31 de Julho de 1968, quando da chegada da LDP 105. O Cuito era navegável de Cuito Cuanavale até às Quedas da M'Pupa, as espectaculares cataratas que ficavam a cerca de 400 milhas a jusante, a seguir a Riabela, Vila Nova da Armada, Rito e Mané.[41] A localidade de Vila Nova da Armada situava-se no distrito de Cuando-Cubango, na margem direita do rio e entre as confluências do Cuito e do Longa, a norte, e do Cuito e do Cato, a sul. Ali perto situavam-se Cuito-Cuanavale, Baixo-Longa, Longa e a vila de Serpa Pinto, mais distante. Em Dezembro desse ano a base tinha um pelotão de fuzileiros especiais e em Março de 1969 uma companhia de fuzileiros navais (a CF 3). A construção de edifícios permanentes foi iniciada em Fevereiro de 1969 e concluída em Dezembro de 1970. Incluíram-se nestes melhoramentos a electrificação, uma pista de aviação de 2.000 metros, depósitos de abastecimentos, paiôis, oficinas de reparação, messes e aquartelamento.[42]

A reunião das lanchas necessárias na nova base foi relativamente fácil, apesar de ela ser consideravelmente interior e longínqua. A LDP 105 teve uma viagem pouco complicada, na medida em que partiu de Luanda a 17 de Julho de 1968 a bordo da LDG *Arlete* para Moçâmedes e, ali chegada, foi transferida para o caminho-de-ferro de Moçâmedes a fim de ser deslocada para Serpa Pinto. Aqui chegada, foi carregada em viatura plataforma que a levou de Serpa Pinto até Cuito Cuanavale, sendo lançada ao rio a 31 de Julho. A transferência fez-se sem novidade e a lancha, juntamente com a sua guarnição, passou a formar

[40] Entrevista com Marinho de Castro.
[41] Lopes Carvalheira, 34.
[42] Cruz Júnior, 19-20.

o Destacamento de Marinha do rio Cuito, ou DESTACMARCUITO.[43] A 11 de Dezembro de 1968 veio juntar-se à LDP 105 a lancha de transporte de construção local *Cuito*, com uma capacidade de 18 toneladas, e a 31 de Agosto de 1970 outra lancha semelhante, a *Longa*, com uma capacidade de 10 toneladas. A primeira foi construída nos Estaleiros da Sorefame do Lobito e transferida, seccionada em seis partes, por caminho-de-ferro e estrada para ser montada e lançada ao rio em Cuito Cuanavale. A segunda teve primeiramente a designação de *Expresso do Xicove*, uma vez que tinha sido utilizada como meio de transbordo no Cuando entre Xilingue e Xicove. A missão primordial da LDP 105, da *Cuito* e mais tarde da *Longa* era o transporte logístico para apoio da manobra das forças terrestres contra o inimigo, embora, como veremos adiante, tivessem também êxito noutras missões.

A 8 de Outubro de 1970, o Professor Joaquim Moreira da Silva Cunha, ministro do Ultramar, acompanhado de outros dignitários, presidiu à inauguração de Vila Nova da Armada. Numa cerimónia singela mas solene, foram prestadas honras militares, içou-se a bandeira nacional, houve discursos e desfile das tropas em parada.

A CF 3, que era apoiada pelas três lanchas, constitui um exemplo do que se podia levar a cabo nas Terras do Fim do Mundo. Em 1973 a CF 3 era constituída por 6 oficiais, 15 sargentos e 93 praças dos fuzileiros, divididos em três pelotões. A unidade era responsável por uma imensa área de 37.000 quilómetros quadrados, maior que a província metropolitana do Alentejo. A missão normal dos fuzileiros era o patrulhamento rotineiro do rio e dos seus afluentes nos ubíquos botes de borracha, mas em 1973, o ano em que a campanha do leste terminou efectivamente, houve cerca de 19 acções e operações, ou seja, mais ou menos uma de 19 em 19 dias.[44] Durante estas 19 intervenções os fuzileiros foram responsáveis por 50 mortos inimigos e pela destruição de quatro acampamentos.[45] Numa área operacional desta dimensão, encontrar quatro acampamentos inimigos era já de si uma proeza notável. Provavelmente o feito mais importante da CF 3 foi, contudo, no seu próprio terreno, onde fundou uma escola para a população vizinha, contribuiu para a melhoria das práticas de higiene e saneamento locais, assegurou um sistema de transporte fluvial e prestou auxílio na construção de casas e aldeias próximas.[46]

Em 1970 havia bases em cinco dos rios de Angola, presença que se manteve até à descolonização, embora em 1973 as várias organizações de guerrilheiros tivessem deixado de existir como forças combatentes efectivas. Se bem que o dispositivo do Zaire fosse considerado o de maior importância, a presença naval nos rios do interior era identicamente crucial, uma vez que servia não só para contrariar a infiltração de guerrilheiros a partir dos seus santuários do Zaire e na Zâmbia, como além disso para apoiar a população e fiscalizar a actividade da UNITA. Este pessoal da Marinha dos tempos modernos constituía à sua maneira um prolongamento das personalidades famosas que séculos antes haviam penetrado nas desconhecidas profundezas de Angola não apenas como exploradores, mas também como agentes da melhoria das condições de vida daqueles que encontravam. Esta tradição de humanidade foi sem dúvida o grande legado que a Marinha Portuguesa deixou no leste de Angola.

---

[43] Lopes Carvalheira, 34.

[44] António José Telo, *História da Marinha Portuguesa: Homens, Doutrinas e Organização, 1824-1974* (Tomo I) (Lisboa, Academia de Marinha, 1999), 605. A diferença entre uma acção e uma operação consistia no facto de uma acção empregar no máximo dois grupos de combate, ao passo que a operação empregava mais de dois.

[45] Ibid.

[46] Ibid.

P376

8.

Operação *Mar Verde*, o ataque a Conacri

A 22 de Novembro de 1970, o aviador português prisioneiro António Lobato recebeu o seu passaporte para a liberdade. Às primeiras horas da madrugada apercebeu-se de disparos esporádicos que se aproximavam da sua prisão, *La Montaigne*, em Conacri, julgando ao princípio que se tratasse de um golpe de estado em curso contra o autocrático presidente da República da Guiné, Ahmed Sékou Touré. Não tardou a revelar-se que os tiros eram trocados com os guardas prisionais. Depois de diversas explosões estrepitosas e por sobre o constante crepitar de fogo de armas ligeiras, uma voz gritou subitamente: "Lobato! Somos nós!"[1] Minutos depois a porta da cela abria-se e as tropas portuguesas conduziam-no à liberdade. Pelas 04.30 dessa manhã era colocado a bordo da lancha de fiscalização LFG *Dragão* (P 374) no porto de Conacri. Pouco tempo depois passou para o navio-chefe da *task force*, a LFG *Orion* (P 362), e foi objecto de um caloroso acolhimento por parte do comandante operacional, Alpoim Calvão. A *task force* largou às 09.00, soltando rumo para norte, e chegou na tarde do dia seguinte à ilha de Soga, no arquipélago dos Bijagós, da Guiné Portuguesa. Em lugar de dormir, o major Lobato festejou a noite inteira o seu primeiro dia em liberdade em sete anos e meio e o seu regresso a solo português.[2] Para Lobato e os seus vinte e cinco companheiros de prisão, o ataque e Conacri fora um êxito incondicional. Infelizmente, nem todos estariam de acordo.

Em finais de 1967 a campanha na Guiné não corria bem e de facto, como o segundo-tenente Alexandre Carvalho Neto, adjunto militar de Spínola, viria a referir, "a situação era absolutamente catastrófica, à beira do colapso. Bissau estava praticamente cercada."[3] O presidente da República, almirante Américo Tomás, que visitou Bissau em Fevereiro de 1968, transmitiu a Salazar, no regresso a Lisboa, que "a guerra estava por um fio."[4]

O brigadeiro António de Spínola confirmou esta observação numa visita de inspecção que ele próprio efectuou, caracterizando a situação como "desesperada".[5] Criticou o brigadeiro Arnaldo Schultz, governador-geral e comandante-chefe, por não ter uma ofensiva que

---

1 António Lobato, *Liberdade ou Evasão* (Amadora: Erasmos Editora, 1996), 172.

2 Ibid., 172-177.

3 José Pedro Castanheira, "Ao Serviço de Spínola e Marcelo", *Expresso* (20 de Setembro de 1997), 56.

4 Ibid.

5 Willem S. van der Waals, *Portugal's War in Angola 1961-1974* (Rivonia: Ashanti, 1993), 181.

visasse por igual os problemas socioeconómicos e militares e acusou ainda os comandantes militares locais de camuflarem o verdadeiro estado de coisas.[6]

Spínola, que habitualmente usava o seu característico monóculo, tinha uma vasta gama de experiências para basear as suas observações. O seu currículo incluía o comando de uma força de voluntários na guerra civil espanhola em 1938 e a participação como observador na frente germano-soviética de Leninegrado em Novembro de 1941. Em 1955, paralelamente às suas normais tarefas militares, foi nomeado para o Conselho de Administração da Siderurgia Nacional, tornando-se assim beneficiário da estratégia de Salazar para controlar os seus militares através deste tipo de nomeações.[7] O vencimento dos militares era baixo e, para progredirem em termos financeiros e de promoção, os oficiais ambiciosos eram frequentemente afastados do seu ambiente militar imediato ou viam a sua posição melhorada sendo nomeados para lucrativas e prestigiosas situações especiais. Normalmente tratava-se de altos postos no governo ou na indústria, quer na metrópole, quer no ultramar, e eram estas nomeações, promoções e vencimentos que Salazar controlava. Spínola gozava, portanto, de influência e da confiança de Salazar.

Aos 51 anos de idade, em tenente-coronel, tinha assumido o comando do Batalhão de Cavalaria nº 345, e mais tarde, em Novembro de 1961, partira para Luanda como parte do reforço do Exército na sequência do surto de violência no norte de Angola. Nesta comissão, abrilhantou ainda mais a sua reputação e conquistou o respeito e a lealdade dos seus oficiais, sargentos e praças comandando-os na frente e arrostando com os mesmos perigos e as privações que eles enfrentavam. De igual modo, granjeou a admiração e o afecto da população local e dos respectivos líderes por meio dos seus esforços de pacificação. Percorreu uma grande extensão do território de Angola durante o tempo que ali prestou serviço e, completada a sua comissão, em 1964, regressou a Lisboa para ocupar funções de Estado-Maior. Foi no desempenho destas que fez uma visita de inspecção à Guiné, recordando na elaboração do seu relatório que Salazar dissera: "É urgente que embarque para a Guiné".[8]

Spínola assumiu o comando em Maio de 1968 como brigadeiro recém-promovido e encarou como sua primeira tarefa reduzir drasticamente a capacidade militar do PAIGC e desse modo fazer pender o equilíbrio da guerra para o lado de Portugal.[9] Empreendeu então uma agressiva e imaginosa ofensiva contra o PAIGC. Procurava simultaneamente uma vitória política e militar, tendo, no âmbito da dimensão política, desencadeado um plano para conquistar a população através de um programa criteriosamente orquestrado de medidas sociais e económicas que elevasse o seu nível de vida. A educação, a saúde, as infra-estruturas, a criação de animais e a agricultura foram assinalavelmente melhoradas no âmbito do seu projecto global, "Uma Guiné Melhor".[10] Estes melhoramentos foram publicitados e apoiados por uma bem concebida operação psicológica para explicar as mudanças e conquistar o apoio do povo. A dimensão militar deste plano era proteger a população da intimidação dos guerrilheiros e derrotar e destruir a capacidade armada

---

[6] Ibid.

[7] Douglas L. Wheeler, "The Military and Portuguese Dictatorship, 1926-1974: 'The Honor of the Army'", em *Contemporary Portugal*, ed. Lawrence S. Graham e Harry M. Makler (Austin: University of Texas Press, 1979), 199.

[8] José Pedro Castanheira, "Memórias da Guerra e da Paz: Spínola", *Expresso Revista* (30 de Abril de 1994), 26.

[9] Ibid., 28.

[10] António de Spínola, *Por Uma Guiné Melhor* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970), 24.

do PAIGC. Com este propósito as Forças Armadas assumiram uma postura agressiva na sua organização remodelada, que apostava no recrutamento de africanos e na sua maior permanência operacional.[11]

Spínola considerava que a generalizada e metódica intimidação da população pelo PAIGC o obrigaria a passar prontamente à concretização do programa "Uma Guiné Melhor", caso contrário perderia irreversivelmente a batalha pela adesão da população.[12] Havia quatro anos que os rios, que serviam de linhas de comunicação primordiais na Guiné e que tão importantes eram para o programa do general, vinham sendo progressivamente disputados pelo PAIGC. No sul da Guiné, em particular, as quatro bases de abastecimento do PAIGC do outro lado da fronteira tinham desempenhado um papel fulcral nesta intromissão. Durante esse tempo, o PAIGC adquirira quatro vedetas torpedeiras da classe soviética P-6. Tratava-se de eficientes embarcações de 66 toneladas, armadas com duas peças antiaéreas de 25 mm e dois tubos lança-torpedos, capazes de atingir velocidades superiores a 40 nós. Vinham somar-se a um diversificado misto de lanchas motorizadas de fabrico local, a *Arouca*, a *Bandim*, a *Bissau* e a *Mirandela*. Acresce que a República da Guiné recebera identicamente três vedetas torpedeiras de 75 toneladas da classe *Komar*, que podiam atingir velocidades superiores a 40 nós. Estavam armadas com dois mísseis superfície-superfície e duas peças antiaéreas de 25 mm.[13] Esta sofisticada capacidade por parte tanto do PAIGC como do seu anfitrião permitiam ao movimento projectar força de Conacri até ao entreposto de Kadigné, nas ilhas Tristão, e a partir dali sobre as ilhas de Canefaque e Cambom.[14] A partir desta ilhas uma ampla frota de canoas e um modesto número de pequenos botes com motores fora de borda penetravam consistentemente as águas do sul da Guiné e estendiam efectivamente o sistema de distribuição do PAIGC e a consequente capacidade de combate bem para o interior. Em 1969 o sul da Guiné era, por conseguinte, amplamente infiltrado pelo PAIGC e este domínio representava uma seriíssima ameaça aos planos de Spínola. Coincidiu com este facto a nomeação de Alpoim Calvão para o cargo de chefe do Departamento de Operações Especiais do Comando-chefe. Quando da sua apresentação, uma das primeiras perguntas que formulou incidia na sorte de Lobato. Talvez estivesse na altura de arquitectar um plano para libertar os prisioneiros detidos por Sékou Touré. Spínola concordava com Alpoim Calvão em muitos pontos, e dois destes incluíam o lançamento de um desafio agressivo ao uso das águas portuguesas pelo PAIGC e o resgate de Lobato e dos outros prisioneiros capturados ao longo dos anos. O primeiro passo era a autorização de Spínola para duas operações significativas destinadas a contestar e perturbar o intenso tráfego do PAIGC, a Operação *Nebulosa* e a Operação *Gata Brava*.

Deve dizer-se que, na sequência da suspensão das operações nos rios Camexibó, Nhafuane e Inxanche em Junho de 1964, o PAIGC passara rápida e invariavelmente a preencher o vazio deixado. O resultado lógico foi que as forças terrestres portuguesas se confrontavam com um PAIGC cada vez mais bem armado e abastecido. O volume de abastecimentos e tropas que entravam na Guiné praticamente sem oposição criava um difícil e óbvio problema que Tomás e Spínola imediatamente reconheceriam nas suas visitas de 1968. Uma situação idêntica ocorreu no delta do Mekong, no Vietname, durante o mesmo período, quando as

[11] Ibid., 231-238.

[12] Ibid., 23-25.

[13] Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa* (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1997), 197.

[14] Guilherme Almor de Alpoim Calvão, *De Conakry ao M.D.L.P.* (Lisboa: Editorial Intervenção, 1976), 13.

forças comunistas transportavam através das suas águas bens alimentares, medicamentos, armas, munições e, em grau muito reduzido, homens.[10] Enquanto a Marinha dos E.U.A. não montou uma contestação coordenada e consistente, esta linha de comunicações inimiga criou o caos nas forças de segurança terrestres do sul do Vietname. A única solução num país subdesenvolvido, tal como a Guiné ou o Vietname, onde as águas funcionam como o meio primordial para a deslocação de grandes cargas de munições e bens alimentares, é manter uma presença constante nos rios para impedir este vital tráfego inimigo. Isto fora eficazmente levado a cabo no Zaire contra o MPLA e a UPA/FNLA mediante uma presença naval constante e o patrulhamento agressivo e poderia ser repetido no Inxanche.

A Operação *Nebulosa* foi executada entre os dias 15 e 17 de Agosto de 1969 e tinha como objectivo interceptar e destruir as embarcações do PAIGC e as suas guarnições nas águas do rio Inxanche, que definia a fronteira com a República da Guiné. Nos preparativos para esta missão, Alpoim Calvão começou a coligir um panorama de informações e, nesse sentido, aconselhou-se com o representante da PIDE/DGS em Bissau, o inspector Alberto Matos Rodrigues. O inspector tinha em regime de detenção um velho marinheiro chamado Abou Camará, que fizera parte das guarnições das embarcações do PAIGC, incluindo o *Patrice Lumumba*, a que um pouco adiante nos referiremos.[11] Depois de algum incitamento e de uma oferta de amnistia, o preso assumiu uma postura de cooperação e decidiu colaborar inteiramente, revelando vários factos úteis relativos às operações do PAIGC:

- O trânsito do Inxanche pelo PAIGC era sempre feito na maré cheia, a fim de evitar que os navios encalhassem e, uma vez em seco, ficassem vulneráveis à localização e destruição pelos portugueses;
- Todos os barcos que demandavam Kadigné trabalhavam para o PAIGC, de modo que qualquer barco que saísse da aldeia seria inimigo;
- Todos os barcos inimigos em trânsito precisavam de usar e violar as águas territoriais portuguesas para operarem, e por conseguinte era lícito atacar todos.[12]

Dados estes factos, Alpoim Calvão desenvolveu um conceito de manobra que consistia em:

- Armar uma emboscada utilizando botes de borracha ocultos na margem portuguesa;
- Lançar o assalto quando o inimigo a atingir tivesse entrado claramente em território português e estivesse totalmente empenhado em infiltrar-se na Guiné, porque, se fosse afundado durante a operação, a sua situação não poderia ser objecto de contestação;
- Reduzir o número de elementos empenhados em cada missão ao mínimo dos mínimos necessário para dominar um barco. Esta abordagem minimalista destinava-se a preservar a segurança operacional e a manter uma presença tão discreta quanto possível a fim de não alertar as informações inimigas;
- Garantir apoio de comunicações a fim de ultrapassar a fraca propagação do sinal e por conseguinte os problemas de comando e controlo ao longo dos rios da Guiné. Isto seria feito por meio de relé de rádio de uma parelha da Força Aérea pairando no local a uma altitude suficiente para evitar a detecção visual diurna. Haveria uma segunda parelha em alerta no solo como recurso.

Nos primeiros dias de Agosto a LFG *Sagitário* (P 1131), cujo comandante exerceria as funções de comandante da Operação *Nebulosa*, levou a cabo um reconhecimento nocturno da área

[10] R. Blake Dunnavent, *Brown Water Warfare* (Gainesville: University Press of Florida, 2003), 111-112.
[11] Alpoim Calvão, 57.
[12] Ibid., 57-58.

de operações em perspectiva.[18] Posicionou a *Sagitário* nas proximidades e largou um bote de borracha para explorar a margem do Inxanche. A pequena força aproveitou a escuridão, a maré baixa e os aguaceiros frequentes para camuflar o seu bem-sucedido e despercebido reconhecimento. A conclusão foi de que o ilhéu Calebe, com o seu tarrafe, era o lugar ideal para uma emboscada. Trata-se de um dos ilhéus originados pelo tarrafe jovem que a determinada altura foi arrastado até local pouco profundo, onde criou raízes e principiou a crescer. No espaço de um ano o tarrafe pode atingir um metro de altura. Em três anos terá criado raízes de suporte e em cinco ter-se-á formado um ilhéu de tarrafe, desde que não haja desastres naturais. As raízes de suporte dão origem a uma impressionante rede intrincadamente entretecida que se expande continuamente e se torna o habitat de uma infinidade de caranguejos, caracóis, lapas, mexilhões e ostras. É também poiso e lugar de nidificação de garças-roxas, garças-reais, pelicanos e outras aves aquáticas. Era ao abrigo deste ecossistema densamente povoado que os fuzileiros se ocultariam.

A Operação *Nebulosa* principiou na manhã de 15 de Agosto de 1969 com o lançamento de um *task group* constituído pela *Sagitário*, comandada pelo capitão-tenente Camacho de Campos, e um grupo de assalto que incluía o segundo-tenente Alberto Rebordão de Brito, dois sargentos e 10 praças dos fuzileiros, todos comandados por Alpoim Calvão.[19] O grupo embarcou na *Sagitário* e aguardou sigilosamente em local isolado na ilha de João Vieira, no arquipélago dos Bijagós, a melhoria das condições de mar. A 20 de Agosto a *Sagitário* deslocou-se para junto da marca Samba, onde fundeou, tentando-se o desembarque em quatro botes de borracha, mas o estado do mar, com vaga de 1,5 a 2 metros, gorou essas tentativas. Nessa conformidade, a LFG regressou a João Vieira a fim de reparar algumas avarias sofridas, dar descanso do mau tempo à guarnição e aguardar pacientemente uma aberta.[20]

Finalmente, a 24 de Agosto, às 23.00, a missão foi retomada, com o regresso à marca Samba e lançamento dos quatro botes de borracha. Foram guiados pelo radar da LFG ao longo do trajecto de 3 milhas até à foz do Inxanche no começo da enchente e, com os motores a funcionar ao "ralenti", continuaram a navegar pela bússola, evitando as áreas onde era impossível navegar às escuras sem encalhar. A pequena força chegou ao seu destino, o ilhéu Calebe, às 03.00 do dia 25 de Agosto, completamente indetectada.[21]

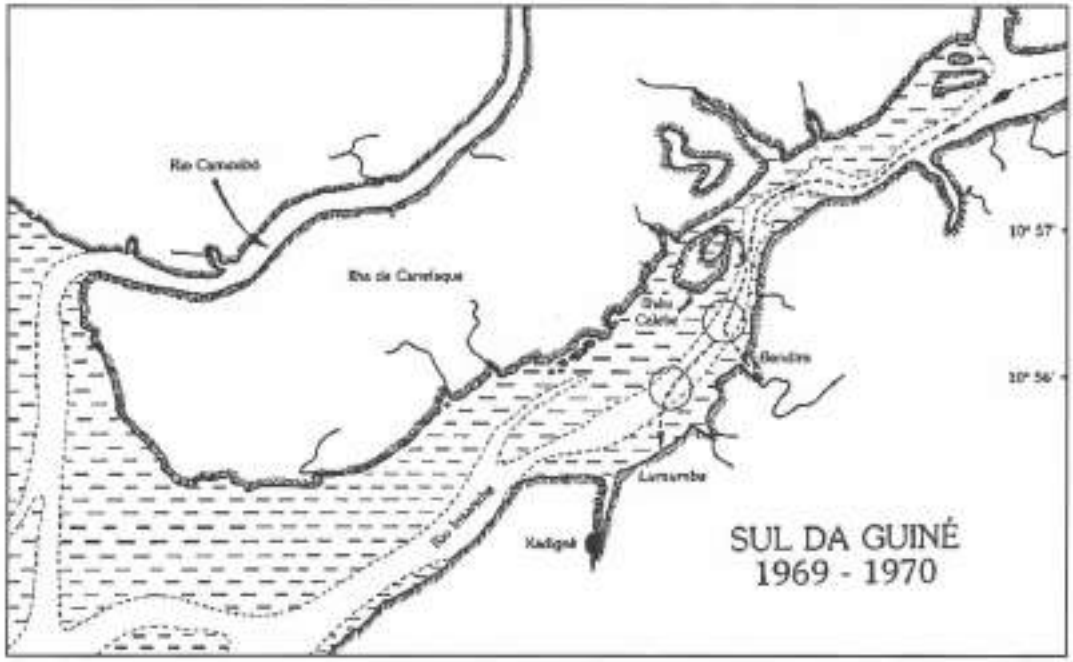
Quando os botes chegaram ao ilhéu, que estava densamente coberto de espessa folhagem e um confuso emaranhado de mangal, com as suas raízes de suporte, os fuzileiros serviram-se de serrotes e facas de mato para praticarem uma abertura e terem acesso a um estreito canalete que durante mais de 54 horas lhes serviu de abrigo. Depois de recolherem os botes para o canalete, com as proas voltadas para fora, a entrada foi camuflada e vedada com ramos do mangal. O canalete era tão pouco profundo que no baixa-mar os botes podiam ficar completamente em seco, particularmente se a altura da maré fosse inferior ao normal. Não se antevia que esse facto constituísse um problema, porquanto as informações recolhidas indicavam que os navios maiores do PAIGC só entravam o rio no preia-mar. Com a passagem do tempo, os fortes aguaceiros característicos da zona resolveram o problema da água potável e ajudaram a encobrir o ruído dos motores fora de

[18] A LFG *Sagitário* (P 1131) era um dos últimos navios da classe *Argos*, cuja construção foi concluída em Setembro de 1965 no Arsenal do Alfeite, em Lisboa. O outro era a LFG *Centauro* (P 1131).

[19] Alpoim Calvão, 58.

[20] Ibid.

[21] Ibid., 59.



O rio Inxanche, mostrando os ataques ao *Bandim* e ao *Patrice Lumumba*.

borda, que tinham de ser postos a funcionar, para rotinas. Durante os aguaceiros havia que tapar os motores, uma vez que elevada humidade tendia a pôr a sua fiabilidade em questão. Depois da chuva vinham os mosquitos.[22] Durante a espera os fuzileiros observaram um intenso tráfego de canoas entre as duas margens do rio, principalmente de noite. De facto, o local da emboscada era muitas vezes roçado por essas embarcações em trânsito, cujos ocupantes se sentiam muito à vontade e conversavam despreocupadamente, alheios a qualquer perigo. Durante a longa e enfadonha espera, a 26 de Agosto os fuzileiros ouviram uma embarcação motorizada oriunda de Kadigné passar muito próximo na escuridão, mas não lhes foi permitido o assalto, no meio de grande desapontamento e imprecações.[23]

A 27 de Agosto, por volta das 09.30, quando a maré começava a vazar, os fuzileiros ouviram o ruído surdo de um motor à esquerda da posição que ocupavam. Todos se prepararam para a acção e, mal o barco foi identificado como sendo operado pelo PAIGC e encontrando-se em águas territoriais portuguesas, os motores dos botes foram postos a trabalhar para se tentar a emboscada. A intercepção iniciou-se com uma perseguição pela popa, visto que a longa imobilização dos motores fazia como que alguns trabalhassem irregularmente. O bote de Alpoim Calvão tomou a dianteira e colocou-se ao lado do alvo, que navegava sem bandeira nem qualquer outra identificação. Quando os fuzileiros lhe fizeram sinal para parar, o barco aumentou a velocidade e guinou para o canal de acesso a Kadigné. O bote de Alpoim Calvão acelerou e aproximou-se até à distância de cinco metros do alvo, dirigindo-se-lhe

[22] José Freire Antunes, *A Guerra de África 1961-1974* (Lisboa: Temas e Debates, 1999), 513.
[23] Alpoim Calvão, 59.

em francês e ordenando-lhe que parasse. A resposta foram alguns disparos de armas ligeiras, aos quais os fuzileiros ripostaram com fogo intenso.[24]

O bote de Alpoim Calvão abordou o barco e o marinheiro Tristão atirou-se para dentro dele e passou ao pavimento inferior, seguido por Abou Camará e pelo intérprete.[25] Entretanto Alpoim Calvão subiu para o pavimento superior e travou um combate corpo-a-corpo que foi rapidamente concluído com a chegada dos outros três botes e respectivos fuzileiros. No meio da refrega, deflagrou uma granada de gás lacrimogéneo e, com o homem do leme incapacitado, o barco ficou desgovernado. Com a máquina a vante a toda a força, embateu violentamente contra o tarrafe da margem sul do rio e três dos quatro homens caíram à água. O sargento André tomou conta do leme e o cabo Abrantes Pinto, um experiente fogueiro motorista, não teve dificuldades com o motor. Entre um e outro conseguiram pôr o barco a flutuar de novo e dirigi-lo para a foz do Inxanche, ambos a lacrimejar devido aos efeitos do gás lacrimogéneo.[26]

O barco foi identificado como o *Patrice Lumumba*, transportando 24 pessoas, que foram aprisionadas. Levava também algumas toneladas de mantimentos e armamento, especialmente armas ligeiras. Entre os passageiros contavam-se três elementos do PAIGC, um dos quais era secretário da secção de Kafarande. Infelizmente, fora morto durante a escaramuça. O barco seguiu com uma escolta de fuzileiros ao encontro da *Sagitário*, que tentou dar-lhe reboque para o levar no regresso a Bissau. As coisas não correram bem e, apesar dos esforços desenvolvidos pela guarnição, o *Patrice Lumumba* tinha sofrido demasiados danos com o embate nos tremendos mangais e com a troca de tiros para continuar a flutuar. Afundou-se durante o reboque em 12 metros de água na foz do rio Cacine.

Passaram-se alguns meses antes de se montar outra operação semelhante, uma vez que na sequência da perda do *Patrice Lumumba* o PAIGC pareceu inicialmente rodear-se de maiores cautelas no Inxanche. Não obstante, pouco tardou para que os guerrilheiros recuperassem e tornassem a preencher o vazio deixado com o termo da Operação *Nebulosa* e falta de presença naval contínua no Inxanche que se lhes opusesse. A Marinha viria a regressar a 6 de Março de 1970, cerca de sete meses mais tarde, com a Operação *Gata Brava*. Entretanto, as operações logísticas do inimigo registaram um perigoso incremento, com consequências adversas para a "Guiné Melhor" de Spínola.

Nos primeiros dias de Fevereiro de 1970, o quartel-general de Spínola recebeu informações de que um barco do PAIGC, possivelmente o *Bandim*, traria um elemento inimigo de Boké para Kadigné no dia 25 desse mês ou em data próxima dessa. Foi atribuída a Alpoim Calvão a responsabilidade pelo planeamento de uma intercepção do barco e captura do respectivo pessoal. Nessa conformidade, Calvão montou uma emboscada com uma equipa de oito fuzileiros em dois botes de borracha à entrada do canal de acesso a Kadigné na noite de 24 e madrugada de 25. Infelizmente, caiu um espesso nevoeiro que frustrou qualquer acção. Alpoim Calvão regressou a outras tarefas e estava a conduzir operações no rio Cacheu, próximo da fronteira norte com o Senegal, quando surgiram novas informações indicando que o movimento inverso do alvo se processaria a 7 de

---

[24] Ibid.

[25] Abou Camará, ex-marinheiro do PAIGC, alistou-se nos fuzileiros na sequência da política portuguesa de reabilitação de ex-guerrilheiros. Foi posteriormente colocado no DFE 21, um destacamento de Fuzileiros Especiais Africanos, criado em Fevereiro de 1970. Viria a participar na Operação *Mar Verde* e a ser condecorado com a Cruz de Guerra pelo seu heroísmo.

[26] Alpoim Calvão, 60.

Março. Alpoim Calvão teve de deslocar-se rapidamente para pôr de novo a operação de pé. Encontrou-se no dia 5, às 15.00, com uma equipa de fuzileiros escolhida e especialmente industriada em Bigene, uma rudimentar pista de aviação 40 milhas a norte de Bissau, e daí a quatro horas todos regressavam a Bissau, embarcavam na LFG *Lira* (P 361) e largavam. A *Lira* chegou à sua posição, junto à marca Samba, às primeiras horas da manhã do dia 6. Foram largados dois botes de borracha, com oito fuzileiros embarcados. O primeiro bote (o Nº 1) era comandado por Alpoim Calvão, e o segundo (o Nº 2) pelo segundo-tenente Barbieri, tendo ambos largado da *Lira* às 03.00 rumo à foz do Inxanche. Foram guiados pelo radar da lancha até se perder o contacto, tendo a partir daí prosseguido lentamente, com os motores a trabalhar a baixo regime a fim de evitarem a detecção. Guiado apenas pela bússola e auxiliado pela enchente, o grupo atingiu mais uma vez o ilhéu Calebe e emboscou os dois botes na abertura do tarrafe que tinha sido feita em Agosto e que se mantinha indetectada pelo inimigo. Aliás, estavam ainda no local dois sacos de ração de combate que tinha sido deixados quando da operação *Nebulosa*.

Às 08.00 a maré começou a vazar e às 08.10 os fuzileiros contactaram um dos aviões de uma parelha de Aeritalia/Fiat G-91, *Gina*, que procediam ao reconhecimento visual da área, e foram informados de que o *Bandim* não se encontrava em Kadigné. Alpoim Calvão resolveu esperar até ao anoitecer e daí a duas horas a maré tinha descido ao ponto de deixar os dois botes encalhados e imobilizados. Às 16.00 a água começou a subir e a penetrar no canalete, desencalhando os botes, que às 17.30 já estavam completamente a nado. Por volta das 18.00, à aproximação do crepúsculo, os botes saíram pela abertura a fim de ficarem a postos para a acção. Passada uma hora, ouviram-se vozes relativamente perto e o barulho de remos de uma canoa. Minutos depois, às 19.10, ouviu-se o ruído de um motor a montante, no azimute magnético 070, aumentando de intensidade. Daí a vinte minutos apareceu na semiobscuridade a silhueta inconfundível do navio motorizado *Bandim*, que mostrava apenas uma pequena luz na casa do leme. Alpoim Calvão mandou arrancar com os motores e os botes aprestaram-se a lançar a emboscada. Quando largaram do seu esconderijo, o bote Nº 1 posicionou-se à popa do alvo e o bote Nº 2 numa posição no través de estibordo. O bote Nº 1 fez imediatamente um tiro de bazuca aproximadamente a 150 metros de distância, mas, com a precipitação do momento, o tiro saiu curto.[27] O *Bandim* respondeu com armamento ligeiro automático e guinou acentuadamente para a margem do rio do santuário da República da Guiné. Os botes manobraram rapidamente a fim de manterem as suas posições de ataque e à terceira tentativa o tiro de bazuca acertou em cheio no *Bandim*.[28]

Os fuzileiros viram-se no meio de um inimigo bem rápido no gatilho. A partir de uma posição a leste da cidade de Kadigné, registou-se fogo quase constante de seis baterias antiaéreas na direcção do contacto, mas o tiro passou bastante alto. Houve também um total de 20 rebentamentos de tiro de artilharia ou de morteiro oriundos da mesma área, uns curtos e outros compridos, revelando uma certa desorientação no campo inimigo. De uma posição do PAIGC na ilha portuguesa de Canefaque houve também uma metralhadora pesada que disparou fortemente sobre os fuzileiros, tendo as tracejantes iluminado as

[27] A bazuca M-20 é um dispositivo lança-granadas-foguete de 88,9 mm da era da 2ª Guerra Mundial, com um alcance máximo de 800 metros e um alcance recomendado de aquisição de alvos em movimento de 185 metros.

[28] Alpoim Calvão, 62.

águas. Foi feito fogo de PPSh sobre os botes a partir da canoa anteriormente identificada, que retirou rapidamente da zona de contacto.[29]

O violento combate com o *Bandim* prosseguiu com outro impacte de bazuca que lhe atingiu o leme e o obrigou a começar a navegar em círculos. Acabou por penetrar num esteiro fronteiro a Calebe, desaparecendo de vista e encalhando profundamente. Os fuzileiros perseguiram o *Bandim* dentro do esteiro e atingiram-no de novo com um tiro de bazuca, para a seguir se aproximarem à cerca de 10 metros e lançarem uma barragem de granadas de mão. Houve um surto de fogo inimigo a partir do tarrafe, que foi respondido com rajadas de MG-42 dos fuzileiros, que iniciaram a aproximação ao alvo.[30]

Ao procederem à abordagem do *Bandim*, os fuzileiros encontraram seis inimigos mortos. Destes, um estava à entrada da casa da máquina e outro na casa do leme, no meio dos telégrafos destruídos. Os fuzileiros tentaram pôr a embarcação a navegar, mas não conseguiram engrenar a marcha a ré. A alavanca de manobra do motor estava encravada devido a quaisquer estilhaços dos danos sofridos e uma conduta de gasóleo vertia combustível por todo o lado. Parou-se então a máquina e os fuzileiros pensaram em rebocar a presa de guerra até à *Lira*. Teoricamente, era possível passar um cabo ao *Bandim* e pôr os dois botes de borracha a funcionar como rebocadores. Infelizmente, os acontecimentos conspiravam contra esse plano, visto que a maré estava a vazar desde as 20.30 e o navio se encontrava completamente encalhado antes de os fuzileiros poderem agir. Perante cada vez maiores obstáculos à sua preservação, Calvão decidiu destruir o *Bandim*. Para isso, espalhou-se abundantemente gasolina por todo o navio e deitou-se-lhe fogo, ao mesmo tempo que os fuzileiros abandonavam o local. O *Bandim* começou a arder lentamente e só quando os fuzileiros já tinham chegado ao meio do rio se ouviu uma explosão abafada e as chamas começaram a elevar-se na noite. Quando os fuzileiros chegaram ao ponto de encontro com a *Lira*, às 22.00, via-se distintamente o clarão do *Bandim* a arder. Desconcertantemente, não se avistava a *Lira*. Durante duas horas os fuzileiros tentaram o contacto via rádio sem êxito e finalmente localizaram a *Lira* fundeada 12 milhas a sudoeste do ponto de encontro, com uma avaria na máquina. Só à 01.00 da manhã seguinte se procedeu ao reembarque.[31] A destruição do *Bandim* e a morte dos seus seis tripulantes lançou a confusão no inimigo, como se deduziu da intercepção e decifração das suas comunicações por rádio.

No espaço de seis meses, dois importantes barcos a motor do PAIGC tinham sido destruídos e a sua capacidade logística na fronteira sofrera um golpe substancial. A diminuída capacidade do PAIGC de abastecer as suas operações na Guiné reduziria forçosamente a sua actividade militar. Estas missões tinham posto a nu uma flagrante vulnerabilidade do

[29] A PPSh-41 (*Pistolet-Pulemet Shpagina*, do russo, e 41 de 1941, o ano de fabrico) foi o resultado de duas catástrofes nacionais para a União Soviética. A primeira foi a Guerra do Inverno com a Finlândia em 1939-1940, em que os finlandeses, durante os combates próximos nas florestas, utilizaram pistolas-metralhadoras com efeitos devastadores; a segunda foi a invasão alemã de 1941, no decurso da qual os soviéticos perderam na retirada enormes quantidades de armas portáteis e muita da sua capacidade de construção. Surgiu então a urgente necessidade de uma arma ligeira e simples capaz de um elevado volume de fogo, e a resposta foi a PPSh-41, concebida por Georgii Shpagin. Era muito mais barata e de fabrico muito mais rápido do que os modelos anteriores e o seu acabamento era grosseiro. O cano continuava, porém, a ser cromado e nunca houve qualquer dúvida sobre a sua eficácia. Em 1945 tinham já sido fabricados cerca de cinco milhões de pistolas PPSh e os soviéticos adaptaram a sua táctica de infantaria de forma a tirar partido desse número tão elevado. No União Soviética, a PPSh foi abandonada no final dos anos 50, mas a arma foi fornecida em enormes quantidades aos países satélites e pró-comunistas, de modo que durante muitos anos continuaria a ser vista.

[30] Alpoim Calvão, 63.

[31] Ibid., 64.

PAIGC. As suas linhas de comunicação logísticas por mar de Conacri até à fronteira estavam expostas à interdição agressiva, uma vez que o tráfego não era protegido em trânsito por escolta armada nem por cobertura aérea, confiando simplesmente no direito internacional e em guarnições com armas ligeiras para o defender. Este método baseava-se numa ingénua premissa para as partes em conflito e merecia uma análise mais aprofundada. Se as operações de interdição tinham tido êxito na zona fronteiriça, não poderiam estender-se a Conacri propriamente dita, uma vez que um assalto à cidade poderia potencialmente destruir toda a frota do PAIGC? Os fuzileiros tinham-se mostrado capazes de conduzir assaltos locais com sucesso, e por conseguinte, com um planeamento imaginativo e meticuloso, um ataque à distante Conacri constituía uma possibilidade realista.

Na sequência da Operação *Nebulosa*, Alpoim Calvão concebera a ideia de neutralizar as operações marítimas do PAIGC afundando os seus principais navios no porto de Conacri com minas-lapas. Se os fuzileiros iam entrar em Conacri, talvez fosse também possível de uma mesma penada libertar Lobato. A liberdade do aviador tinha ao longo dos anos constituído um compromisso pessoal de Alpoim Calvão. Em princípio Spínola deu a sua anuência à ousada proposta, embora ela se tenha conservado em grande parte na fase de concepção, uma vez que havia ainda que acertar os pormenores. Alpoim Calvão foi seguidamente aconselhar-se com Roboredo. Este concordou com o plano proposto e acedeu a dar-lhe apoio logístico. Nestas condições, autorizou Alpoim Calvão a empreender uma deslocação exploratória à República da África do Sul nos primeiros dias de Setembro de 1969 para se documentar sobre as mais recentes técnicas de demolição.[30] Depois de ali lhe ter sido fornecida uma série de minas-lapas e ministrada instrução sobre o seu emprego, embarcou no aeroporto Jan Smuts de regresso a Portugal, num voo comercial da TAP, transportando duas malas de 30 quilos cheias de explosivos.[31] Esta viagem, porém, ocorreu mais de um ano antes da operação em vista, havendo ainda muitos preparativos a fazer.

O conceito da missão, que viria a receber o nome de código de Operação *Mar Verde*, consistia em fazer uma incursão por mar em Conacri a partir de Bissau, a coberto da escuridão, e executar operações que abalassem tanto a capacidade do PAIGC de prosseguir o seu ataque à Guiné como a capacidade de Sékou Touré de apoiar o PAIGC. Os seus objectivos principais eram a libertação de Lobato e de outros vinte e cinco prisioneiros, destruir as lanchas torpedeiras do PAIGC e da República da Guiné no porto e neutralizar os seis a oito jactos de combate MiG-15 e MiG-17 guineenses no aeroporto. Os objectivos secundários seriam tratados consoante a oportunidade permitisse. A destruição das lanchas torpedeiras e dos aviões era necessariamente primordial como medida defensiva, visto que a *task force* portuguesa ficaria vulnerável durante o regresso à Guiné, em pleno dia e em mar aberto. Os navios portugueses eram consideravelmente mais lentos que os meios inimigos, dispunham de menos armamento e careciam de defesa antiaérea contra a aviação hostil. A cobertura aérea a partir da base principal de Bissau, na Guiné, não chegava a Conacri e por conseguinte os navios não podiam ser protegidos no regresso durante a exposta etapa de navegação diurna. Consequentemente, para prevenir a perseguição pelo inimigo e um desastre certo, a sua capacidade ofensiva tinha de ser neutralizada no porto e na pista de aviação de Conacri. Toda a operação se baseava no choque da total surpresa inicial a fim

[30] Ibid., 04-05.

[31] José Manuel Saraiva, "Assalto a Conakry", *Revista do Expresso* (23 de Novembro de 1996), 97-98.

de permitir que a força portuguesa, relativamente pequena e desprotegida, adquirisse a iniciativa imediata e concretizasse estes três objectivos vitais.

À medida que a fase de planeamento ia avançando, o âmbito do ataque aumentava. Decidiu-se que uma camuflagem plausível da missão incluiria cerca de 147 soldados ex-guineenses que montariam um golpe e substituiriam Sékou Touré. Estes homens foram sobretudo recrutados no *Front National de Libération de Guinée* (FNLG), que era a organização no exterior que procurava o derrube do ditador guineense por meio da actividade subversiva. Não tivera êxito até então devido sobretudo à apertada segurança do repressivo estado policial de Sékou Touré e à paranóica eliminação tanto de adversários como de adeptos por parte deste.[34] A maior parte destes recrutas eram veteranos do antigo exército colonial francês e provinham do Senegal, da Gâmbia, da Serra Leoa e da Costa do Marfim. Iriam receber treino e apoio das Forças Armadas portuguesas e, uma vez desembarcados em Conacri, seriam ajudados nos seus objectivos até à retirada dos portugueses. A peça chave deste processo era a captura e neutralização de Sékou Touré, a fim de que o golpe pudesse ter êxito. O apresamento de Amílcar Cabral juntamente com o de Sékou Touré seria ouro sobre azul. Cabral seria trazido à força para a Guiné e preso no território, ao passo que Sékou Touré seria entregue aos soldados ex-guineenses. Se algum deles resistisse, seria abatido. A captura de ambos os indivíduos abalaria efectivamente as capacidades de combate do PAIGC na Guiné e aliviaria consideravelmente a pressão do esforço de guerra português no território. Assim, nas palavras de Alpoim Calvão:

> *O conceito não era mau, mas era perigoso. Sobretudo porque a comunidade internacional não nos perdoaria quando soubesse que estávamos por detrás de uma ofensiva tendente à queda do regime pela força das armas. Por outro lado, o golpe de mão que propúnhamos não se coadunava com uma acção de guerrilha que a FNLG prosseguia — inevitavelmente prolongada. E foi do choque entre dois conceitos — o nosso e o deles — que se reforçou a ideia, para ser rigoroso, de que era preciso inventar um golpe de estado na Guiné-Conacri para dar cobertura ao verdadeiro golpe de mão que projectávamos.*[35]

O panorama da República da Guiné traçado pelas informações era, na melhor das hipóteses, inexacto. A maior parte das informações tácticas provinha de escutas das transmissões de rádio do PAIGC e, como os portugueses tinham decifrado os códigos do PAIGC, todo o tráfego de mensagens era prontamente acessível. Se bem que estas informações fossem úteis, havia que obter uma imagem mais precisa e adaptada. De facto, os elementos encarregados do planeamento não dispunham sequer de uma carta do porto de Conacri. Deu-se início a inquirições discretas junto dos navios mercantes nacionais e estrangeiros que escalavam o porto de Bissau e acabou por se localizar uma carta desactualizada. A fim de a actualizar, Alpoim Calvão recebeu autorização de Spínola para proceder a uma missão de reconhecimento em Conacri e nessa conformidade deslocou-se na LFG *Cassiopeia* (P 373) até à ilha propiciamente estratégica e isolada de João Vieira, a fim de planear a missão nas adequadas condições de segurança. A lancha disfarçou-se de navio do PAIGC, arvorando uma bandeira inimiga, com elementos da guarnição africanos visíveis no exterior, e seguiu para Conacri, ali chegando às primeiras horas do dia 17 de Setembro sem levantar suspeitas. Este facto foi considerado notável, uma vez que o navio se cruzara com uma série de pescadores guineenses durante

[34] Jean-Paul Alata, *Prison d'Afrique* (Paris: Editions du Seuil, 1976); Lobato, 97.

[35] Saraiva, 96.

a fase diurna do trajecto e todos eles os tinham cumprimentado com acenos.[36] De facto, o cabo fuzileiro António Augusto da Silva (Touré), disfarçado de guineense e com um boné de capitão-tenente na cabeça, retribuía às saudações com uma impecável continência.[37] As condições eram tais que se viam distintamente as luzes da cidade; o navio descreveu uma volta larga procedendo ao reconhecimento do porto numa aproximação por sul e entrando o canal entre as ilhas de Loos e a península de Conacri às duas da manhã. A lancha reduziu a velocidade e o radar fez um cuidado varrimento para registar as modificações do porto que não estavam reflectidas na carta, as quais incidiam primordialmente nos novos molhes de acostagem. Às três da manhã o trabalho estava terminado e, quando a lancha vinha a sair o canal, deu-se uma avaria nos geradores. Largou-se o ferro e procedeu-se às reparações numa situação de grande nervosismo.

No regresso a Soga, o trabalho de recolha de informações prosseguiu. A carta foi actualizada e obtiveram-se planos pormenorizados da cidade à medida que se iam coligindo as informações. Elaborou-se uma maquete do porto com razoável certeza; não obstante, subsistia um sem-número de outras incógnitas. Os órgãos nacionais de informações dispunham de uma confrangedora falta de conhecimento sobre a República da Guiné. O ministério dos Negócios Estrangeiros não permitia a presença de representantes dos serviços de informações nacionais nas embaixadas, pelo que não havia oportunidade de preencher as lacunas através desta fonte tradicional. Contava-se com alguma informação estratégica, mas não havia praticamente nada ao nível operacional ou táctico. Consequentemente Calvão estabeleceu uma organização de informações *ad hoc* devotada à missão e à recolha de todo o tipo de informações, incluindo fontes abertas em livros, folhetos turísticos e testemunhos de ex-membros do PAIGC e guineenses exilados. A maior parte dos elementos tinha mais de dois anos e por conseguinte era bastante antiga e pouco exacta. No princípio de Outubro de 1970 houve uma importantíssima aberta quando um ex-grumete português e desertor fugido de Conacri cruzou a fronteira e se entregou às autoridades. A troco da sua colaboração, foi-lhe perdoado o castigo. Para além de ter prestado uma inestimável ajuda no preenchimento das lacunas de informação, viria a regressar a Conacri e chefiar a equipa de assalto para libertar os prisioneiros. Estes oportunos e valiosos acontecimentos permitiram a Alpoim Calvão completar as informações sobre a cidade, que se revelaram 95% exactas no decorrer da operação.[38]

A complexidade da Operação *Mar Verde* está reflectida no seu planeamento. Inicialmente Alpoim Calvão identificou 52 objectivos no seu mapa de Conacri; porém este número reduziu-se a 25, mais fácil de gerir, uma vez que o ataque se daria durante o fim-de-semana, durante o qual muitos serviços públicos estavam encerrados. Cada um destes objectivos *per se* exigia equipamento, armamento e treino específicos para uma razoável garantia de êxito. O sequenciamento das operações foi coordenado com o necessário apoio e elaborou-se um complicado plano. Ainda assim, havia muitas questões operacionais por resolver. Por exemplo, o campo de aviação ficava a uns bons 45 minutos de marcha do porto. Se as tropas tivessem de entrar em combate para lá chegar, a destruição dos MiG seria uma missão difícil, quando não impossível. A não destruição dos aviões dificultaria obviamente a retirada bem-sucedida da força. Havia também questões políticas a que

[36] Saturnino Monteiro, 108.
[37] Alpoim Calvão, 65.
[38] Ibid., 70.

provavelmente não fora dada resposta. Uma reavaliação da lista de alvos modificada revelou que cerca de metade deles eram infra-estruturas civis cruciais e não importantes objectivos militares. Se realmente Portugal pretendia seriamente derrubar Sékou Touré e instalar um novo governo, a destruição de infra-estruturas fulcrais daria certamente azo a indesejáveis problemas para os novos líderes. Uma cidade sem energia eléctrica e uma população contrariada, por exemplo, dificilmente seriam um começo auspicioso. Além disso, a comunidade internacional, cuja condenação tanto se receava, compreenderia muito melhor um ataque cirúrgico destinado a resgatar prisioneiros e destruir as capacidades militares do que qualquer destruição vindicativa ou arbitrária.

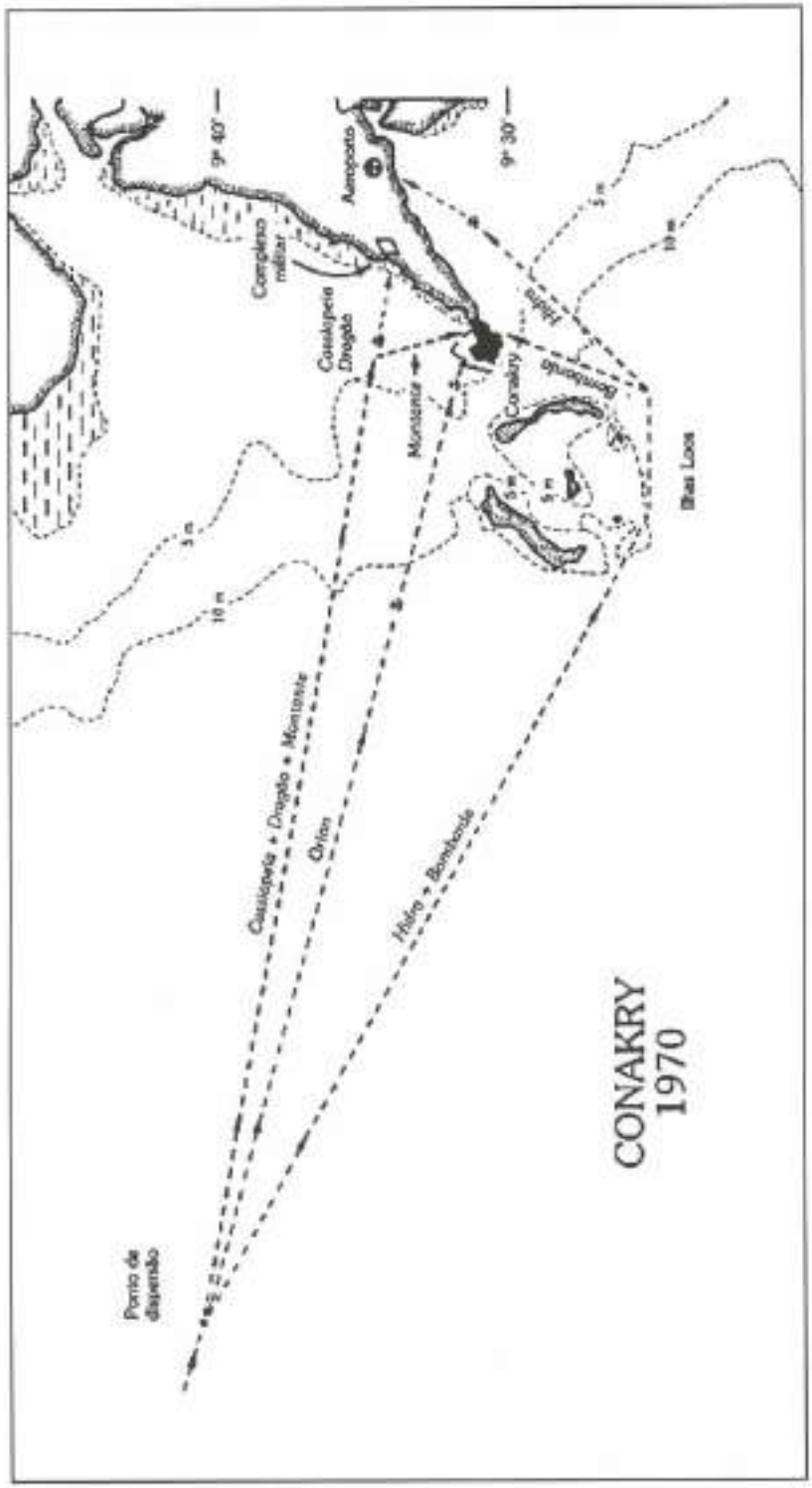
A *task force* para o transporte das tropas por mar era constituída pelas LFGs *Orion* (P 362), *Cassiopeia* (P 373), *Dragão* (P 374) e *Hidra* (P 376) e pelas LDGs *Bombarda* e *Montante*. A velocidade máxima da força era de 17 nós, pelo que as incógnitas do estado do mar, do vento e da maré podiam alterar a velocidade de avanço da força e, por conseguinte, a duração do trajecto. A surpresa podia, assim, ser posta em risco meramente pelas forças da natureza e por qualquer alteração dos horários por elas causado. O fim-de-semana de 22 de Novembro afigurava-se ideal, dada a fase da lua, a altura de maré prevista, os ventos sazonais esperados e outras condições locais. Só daí a vários meses estas circunstâncias voltariam a ser propícias.

Como meios de dissimulação, as comunicações por rádio seriam feitas em francês e os navios dispersar-se-iam a fim de parecerem navios de pesca durante um segmento da sua aproximação. Esta força de assalto seria constituída por 400 homens, aproximadamente, provenientes de:

- DFE 21
- Uma Companhia de Comandos Africanos
- Elementos da FLNG
- Pessoal diverso das unidades de fuzileiros especificamente escolhido para esta operação.

Certos grupos da FLNG seriam integrados com os portugueses como guias, uma vez que conheciam bem Conacri, a cidade-alvo. Os militares seriam inseridos em terra a partir dos seis navios em botes de borracha, envergando fatos de combate verde-oliva especialmente feitos tanto para fins de identificação como de subterfúgio. Distinguiam-se dos tradicionais fatos de combate portugueses e dos da República da Guiné, tendo uma braçadeira verde-claro em sinal de simpatia pela população, predominantemente muçulmana. Para efeitos de camuflagem não seriam utilizadas armas ocidentais, mas sim armamento soviético, que tinha sido discretamente comprado no mercado internacional de armas.

A segurança operacional para a missão era de primordial importância e apresentava certas dificuldades. A fim de manter a necessária discrição, foi escolhida a isolada ilha de Soga para treinar a força e lançar o assalto. No princípio de Novembro havia quase duzentos homens em Soga, maioritariamente elementos da FLNG e respectivos instrutores. Estes homens precisavam de bastante treino e trabalho de campo para se tornarem uma unidade de combate credível. Acrescia a este obstáculo a necessidade de manter os ex-guineenses politicamente organizados e confortados, uma vez que as rivalidades tribais entre eles eram um problema constante. Os outros militares escalados para participar só viriam para Soga nos últimos dias e apenas nessa altura teriam conhecimento da missão ou das respectivas atribuições. Este processo era ditado por uma série de factores. Em primeiro lugar, os militares não podiam ser libertos das suas funções actuais para uma preparação



Operação *Mar Verde*. Eixos de aproximação a partir do Ponto de Dispersão.

demorada a fim de participarem na Operação *Mar Verde*, porque Portugal só podia dispensar poucos homens. Em segundo lugar, muitos dos fuzileiros e comandos africanos tinham parentes que combatiam nas fileiras do PAIGC e qualquer fuga de informação através de canais familiares podia comprometer a segurança operacional. Os seus receios de represálias militariam também contra a preparação das tropas. Assim, para reduzir estes riscos a níveis aceitáveis, Alpoim Calvão tomou a decisão consciente de confiar mais nas suas qualidades de combatentes do que no treino para a missão. A sua intenção era minimizar a sua exposição pré-operação e desse modo a oportunidade de algum comprometimento devido a contactos externos.

No início de Novembro, quando principiou a concentração de forças em Soga, deu-se início a uma operação de diversão na ilha de Como. Quatro dias antes da Operação *Mar Verde*, o destacamento de fuzileiros africanos e a companhia de comandos africanos foram transportados para o local de concentração, juntamente com alguns elementos fuzileiros europeus, que juntaram o poder da liderança e da experiência à operação. Entre este momento e a largada, na noite de 20 de Novembro, os militares familiarizar-se-iam com o plano táctico e os procedimentos operacionais necessários para a missão.

A força, designada *Task Goup* 27.2 (TG 27.2) foi dividida em termos gerais em três eixos de aproximação, norte, centro e sul. A *Cassiopeia*, a *Dragão* e a *Montante* executariam a aproximação por norte a partir do ponto de dispersão e desembarcariam as suas forças a norte da cidade, no continente, que está separado de Conacri por um istmo. A *Orion* avançaria, num eixo de aproximação central, directamente para a cidade, e a *Hidra* e a *Bombarda* aproximar-se-iam de sul, desembarcando a *Bombarda* as suas forças na parte sul da cidade (Conacri I) e a *Hidra* no continente junto ao aeroporto (Conacri II).[39]

A *Cassiopeia* e a *Dragão* transportavam o DFE 21, constituído por fuzileiros africanos e dividido em 12 secções de 6 homens cada. Estava além disso organizado em quatro grupos de assalto. O grupo 1 tinha duas das 12 secções; o grupo 2, três secções, e os grupos 3 e 4 as restantes sete secções. Os quatro grupos no seu conjunto tinham a designação de Equipa ZULU e eram comandados pelo primeiro-tenente Raul Eugénio Dias da Cunha e Silva. Todas as equipas eram designadas por uma letra do alfabeto fonético NATO e tinham uma atribuição específica, como mostra o Quadro 8.1.

A *Montante* transportava os líderes da FLNG e a Companhia de Comandos Africanos, uma unidade de 150 homens comandada pelo capitão João Bacar Juló. Estes militares estavam divididos nas Equipas India, Mike e Oscar.

A *Orion* transportava a Equipa Victor, composta por 14 fuzileiros comandados pelo já promovido capitão-tenente Rebordão de Brito. A *Bombarda* transportava quase 200 homens da FLNG divididos nas Equipas Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo, Foxtrot, Golf e Hotel, e a Equipa Papa constituída por comandos africanos. Por último a *Hidra* transportava a Equipa Sierra, composta por 44 comandos africanos, comandados pelo capitão pára-quedista Lopes Morais.

[39] António Luís Marinho, *Operação Mar Verde* (Lisboa: Temas e Debates, 2006), 108.

QUADRO 8.1: OBJECTIVOS DAS EQUIPAS DA OPERAÇÃO *MAR VERDE*

Fontes: Alpoim Calvão, *De Conakry ao M.D.L.P.* (Lisboa: Editorial Intervenção, 1978), e António Luís Marinho, *Operação Mar Verde* (Lisboa: Temas e Debates, 2006)

Navio	Equipa	Objectivo	Composição da Equipa
Bombarda	Alfa	Palácio Presidencial Sékou Touré	FNLG
Bombarda	Bravo	Ministério do Interior	FNLG
Bombarda	Charlie	Direcção da *Gendarmerie*	FNLG
Bombarda	Delta	Residências de quadros superiores	FNLG
Bombarda	Echo	*Gendarmerie*	FNLG
Bombarda	Foxtrot	La Paternelle (Contingente cubano)	FNLG
Bombarda	Golf	Correios Central telefónica	FNLG
Bombarda	Hotel	Estação emissora nacional	FNLG
Montante	India	Central eléctrica	FNLG & Comandos africanos (10 homens)
Montante	Mike	Campo Samoury Estado-Maior da Defesa Nacional	FNLG & Comandos africanos (50 homens)
Montante	Oscar	Guarda Republicana	FNLG & Comandos africanos (40 homens)
Bombarda	Papa	Istmo entre Conacri e o aeroporto	Comandos africanos
Hidra	Sierra	Aeroporto	Comandos africanos (44 homens)
Orion	Victor	Lanchas rápidas	Fuzileiros (14 homens + guia)
Cassiopeia & Dragão	Zulu	Villa Silly de S. Tomé Residência de S. Touré	DFE 21 (22 homens)
Cassiopeia & Dragão	Zulu	Campo de Milícias do PDG	DFE 21 (22 homens)
Cassiopeia & Dragão	Zulu	Prisão La Montaigne	DFE 21

Cada equipa tinha atribuído um conjunto específico de objectivos em Conacri e começou a familiarizar-se com os diversos exercícios e equipamentos que seriam necessários para a sua quota-parte da missão. Esta, e por conseguinte a *task force*, seriam organizadas por navio, transportando cada um deles uma ou mais equipas com atribuições específicas.

A 14 de Novembro, Alpoim Calvão deslocou-se a Lisboa com o plano da operação a fim de o submeter ao Prof. Marcelo Caetano, o chefe do governo, em nome de Spínola. Este pedido formal de beneplácito da Operação *Mar Verde* ao mais alto nível do governo era necessário devido ao melindre político da operação e aos possíveis efeitos secundários da sua execução. Caetano recebeu Alpoim Calvão a 17 de Novembro e deu imediatamente autorização para se avançar, com a condição de não se deixarem vestígios da operação em Conacri, uma cláusula ingénua[40]. Alpoim Calvão recorda a opinião expressa por Caetano de que a tentativa de

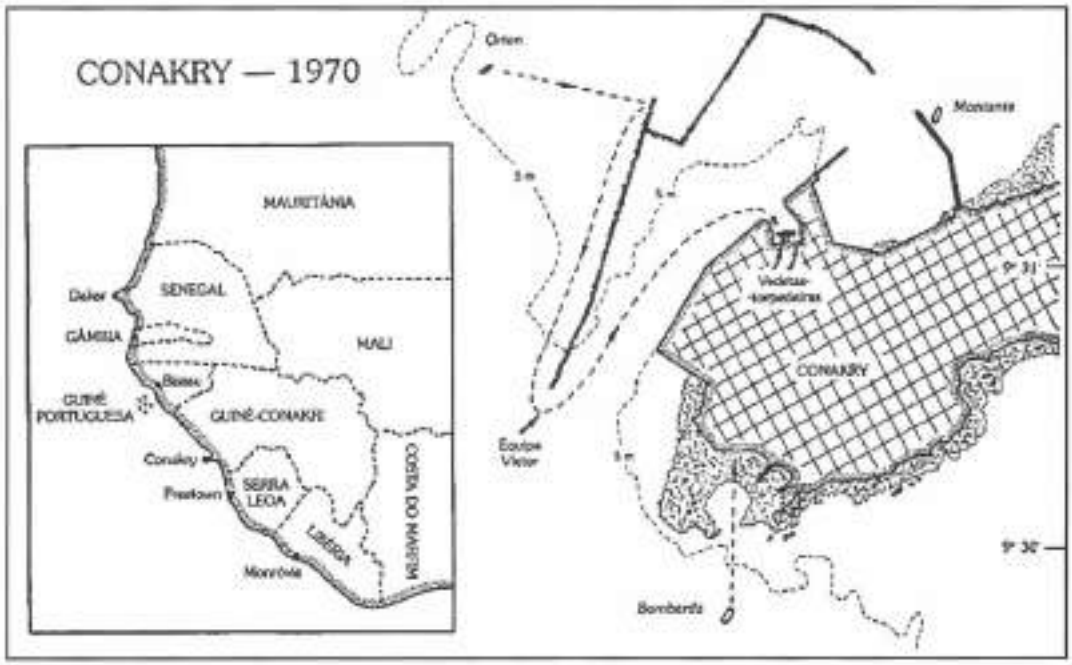
[40] Alpoim Calvão, 72.

golpe era problemática, mas se os prisioneiros fossem resgatados a missão seria um êxito[41]. Alpoim Calvão regressou à Guiné no dia 19 e nesse mesmo dia seguiu para a ilha de Soga a fim de dar início aos preparativos finais para a operação. Estando projectado o desembarque de cerca de 400 homens em Conacri já nessa semana, ia ser difícil, quando não impossível, ocultar a cumplicidade de Portugal.

Face à possibilidade de reflexos diplomáticos, o âmbito da Operação *Mar Verde* deveria ter sido porventura reduzido. Entre os 25 objectivos, como atrás se referiu, figurava a destruição de grandes infra-estruturas guineenses que não eram vitais para o êxito da missão. Acresce que, caso Sékou Touré, o chefe de Estado de um país vizinho, fosse morto ou destituído e preso, as repercussões diplomáticas para Portugal seriam substanciais. Além disso, se Amílcar Cabral, um dos mais respeitados e prestigiosos líderes de todos os movimentos de libertação africanos, fosse capturado e preso em Lisboa ou Bissau, também isso se tornaria incómodo para os portugueses. A somar a isto, não havia informações firmes sobre o paradeiro de Sékou Touré ou de Amílcar Cabral, circunstância que tornava o êxito problemático. Os seus movimentos previstos eram apenas pressupostos. Nesta área havia muita coisa deixada à sorte para que se concretizasse com êxito um rapto ou assassínio. O próprio Marcelo Caetano considerava que um golpe favorável era uma expectativa pouco realista. Apesar da natureza despótica e criminosa do seu regime e da oposição que gerava, Sékou Touré estava bem protegido e a sua polícia secreta identificava e eliminava rotineiramente qualquer indício de oposição no interior da Guiné. Faltavam informações sobre a necessária oposição interna que apoiasse o golpe. Um golpe bem-sucedido teria de ultrapassar os difíceis obstáculos de decapitar Sékou Touré, neutralizar toda a classe dirigente e colocar efectivamente no poder um novo líder. Um processo destes exige meticuloso planeamento, um empenhamento firme na sua execução e uma subsequente base de apoio alargada ao novo governo. Alpoim Calvão não podia demorar-se em Conacri sem pôr a pequena força em perigo e, com um contingente tão modesto, não podia garantir que aquelas acções se cumprissem. A sua presença poria certamente a descoberto o envolvimento de portugueses, coisa que urgia evitar. Todas estas debilidades eram claras, e contudo a missão foi sobrecarregada com este projecto, na esperança de que uma arriscada solução política resolvesse os problemas militares da Guiné.

O controlo local da operação recaiu sobre Alpoim Calvão, que era legitimamente optimista, ambicioso e confiante. Os fuzileiros eram justamente seleccionados por esses critérios, sem o que as suas difíceis missões nunca teriam êxito. Marcelo Caetano depositou o seu êxito nas mãos de Spínola, que tinha absoluta confiança em Alpoim Calvão. Marcelo Caetano, que era em última análise responsável por arrostar com as consequências diplomáticas, ignorava aparentemente as possíveis repercussões internacionais e ainda hoje é difícil de compreender o facto de ele ter aceitado semelhante risco. As implicações geopolíticas eram potencialmente vastas, dados os problemas que Portugal conhecia nos fóruns internacionais para justificar as suas "guerras coloniais". Embora Spínola devesse responder em última análise perante Marcelo Caetano, tinha efectivamente um problema local e estava a procurar uma solução no contexto das suas atribuições como comandante-chefe e governador-geral da Guiné. O facto de tanto ele como Alpoim Calvão serem líderes agressivos, corajosos e pragmáticos fomentou provavelmente a propensão de ambos para tomarem a iniciativa dando um passo ousado, particularmente a seguir a um período de ambivalência militar

[41] Guilherme Almor de Alpoim Calvão, entrevista com o autor, 14 de Março de 1997, Lisboa.



Operação *Mar Verde*. Rota da Equipa Victor a partir da *Orion*.

durante o mandato do comandante anterior. A Operação *Mar Verde* constituía uma resposta dessas. A despeito de certas fraquezas óbvias, a ousadia e a surpresa numa operação levada a cabo por militares experientes ultrapassaria muitos dos obstáculos. Ultrapassaria certamente os suficientes para alcançar os objectivos primordiais de resgatar os prisioneiros e neutralizar a capacidade naval e aérea do inimigo.

Previamente à operação, um avião de patrulha marítima P2V-5 *Neptune* levou a cabo uma missão de reconhecimento a 18 de Novembro e confirmou que os navios de guerra se mantinham em Conacri e o mar estava sereno. Com este presságio favorável, a força de seis navios de ataque carregados de tropas largou de Soga às 19.50 do dia 20 de Novembro de 1970, em direcção a Conacri. Após o *rendez-vous* às 22.00 nas proximidades da ilha de Canhambaque, a força prosseguiu para sul até às 20.20 da noite seguinte, altura em que se dividiu para entrar na baía de Conacri, tendo cada navio ocupado a posição pré-determinada.[42]

Pouco depois da meia-noite do dia 22 de Novembro todos os navios estavam nas respectivas posições e só as luzes da cidade iluminavam a noite. O primeiro objectivo eram as lanchas rápidas, que deviam ser destruídas pela Equipa Victor, embarcada na *Orion*, posicionada a noroeste do molhe que protegia o porto de Conacri. Na maré cheia, com mar calmo e ausência de vento, Rebordão de Brito e 14 dos seus fuzileiros foram largados e dirigiram-se discretamente para o Dique Norte. Ali chegados, os fuzileiros identificaram o seu objectivo e iniciaram o assalto. Ao chegar ao molhe, Abou Camará eliminou silenciosamente a sentinela e foi seguido pelos outros fuzileiros e um guia em três botes de borracha. Os fuzileiros liquidaram as guarnições de todas as embarcações inimigas e lançaram granadas ofensivas para o seu interior; com uma forte explosão e o subsequente incêndio, foram

[42] Alpoim Calvão, 75-76.

destruídas sete lanchas rápidas e uma lancha de desembarque. Às 02.15 o controlo do mar pelos portugueses ficou assegurado e a equipa regressou à *Orion* com dois feridos ligeiros e sem qualquer perda de material.

A Equipa Zulu, que tinha por missão libertar os prisioneiros, neutralizar o campo de milícias do PDG e capturar Sékou Touré, largou da *Dragão* e da *Cassiopeia*, fundeadas em cinco metros de água numa pequena baía a norte da península de Conacri, junto aos baixos de *La Prudente*, a três milhas do local de abicagem. Os botes de borracha, em número de 10, largaram dos navios e encontraram algumas dificuldades. Atrasaram-se no desembarque porque os hélices de alguns dos motores fora de borda se enrodilharam em redes de pesca. O grupo chefiado por Cunha e Silva dirigiu-se imediatamente para *La Montaigne*, um edifício de dois pisos cercado por um muro de cerca de três metros de altura. Os guardas prisionais começaram a fazer fogo de armas ligeiras por volta das 02.15, ferindo gravemente uma praça. Ripostou-se com fogo de bazuca dirigido ao andar superior, que começou a arder intensamente. A sorte das armas pendeu para o lado dos atacantes, o que lhes permitiu avançar, abrir uma brecha no muro com outro tiro de bazuca e entrar na prisão. Ao percorrer o edifício, libertando os 26 prisioneiros, descobriram oito cadáveres inimigos no andar superior, com um sortido de armas do bloco soviético.[43] O grupo chefiado pelo segundo-tenente José Carlos Freire Falcão Lucas dirigiu-se às instalações do PAIGC e ao chegar neutralizou uma série de sentinelas, destruiu cinco edifícios e seis veículos do partido e eliminou diversos elementos hostis. O último grupo, chefiado pelo segundo-tenente Benjamim Lopes de Abreu, atacou a Villa Silly, residência de Sékou Touré. A sua força de 22 homens forçou a entrada no campo das milícias e dominou os 60 milicianos e a guarda da residência. O ditador não se encontrava ali.[44] Com a conclusão das suas diversas missões, os elementos da Equipa Zulu regressaram à *Dragão* e à *Cassiopeia* por volta das 0400 e passaram a constituir a reserva de manobra do Comandante durante o resto da operação.

Lopes Morais, com o seu grupo de 40 portugueses e cinco militares da FNLG, desembarcou à 01.30 depois de algumas dificuldades de navegação e iniciou a sua marcha até ao aeroporto. Durante a progressão separou-se do segundo-tenente Januário Lopes e 20 dos seus homens. Veio a saber-se que Lopes, num acto de traição, se escondeu e se entregou no dia seguinte, juntamente com os seus 20 homens, às autoridades guineenses.[45] Às 02.05, Lopes Morais e a restante força tinham aberto uma brecha na vedação do aeroporto e verificado que não havia ali MiG, mas apenas seis aviões comerciais, dois Sud Aviation SE-210 *Caravelle* pertencentes à Air Afrique e quatro Fokker F-27 *Friendship*.[46] Aparentemente tinha havido uma reorganização ministerial e os MiG haviam sido deslocados. A pista estava vedada, fosse como medida defensiva, fosse como solução de compromisso, embora Lobato mais tarde comentasse que os MIGs só voavam a grande altitude, manobravam com cuidado e

[43] Raul Eugénio Dias da Cunha e Silva, "Destacamento de Fuzileiros Especiais N.º 21, Operação 'Mar Verde', referente ao período de 170300 a 252000 Novembro 1970", relatório pós-acção redigido no aquartelamento do DFE 21, Buba, Guiné, 30 de Novembro de 1970, dact. [policopiado], 2.

[44] Alpoim Calvão, 76-77.

[45] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial* (Lisboa: Diário de Notícias, 1998), 503. Januário Lopes e os seus homens foram mandados matar por Sékou Touré pouco após terem sido entrevistados por uma equipa de investigação da ONU.

[46] Alpoim Calvão, 81.

serviam principalmente para exibição.[47] A ameaça aérea era, portanto, mínima, dada as elementares habilitações dos aviadores guineenses e o obstáculo da pista vedada.

Com a libertação dos prisioneiros e o estabelecimento do controlo dos espaços marítimo e aéreo, Alpoim Calvão concentrou a atenção no golpe de Estado e na liderança do PAIGC. Sékou Touré não aparecia. Não estava na sua vivenda nem no palácio presidencial. Cabral tão-pouco se encontrava em casa. Soube-se mais tarde que Sékou Touré estava com a amante e ficara escondido em casa desta, enquanto Cabral estava ausente do país, de visita à Bulgária, um e outro facto reveladores das deficiências de informações. Não obstante, foram libertados 400 prisioneiros políticos, o ministro da Defesa guineense foi capturado e entregue à força da FNLG e só a Guarda Republicana de Sékou Touré sofreu mais de 200 baixas. A população ficou transformada em "geleia", segundo a expressão de Alpoim Calvão, mantendo-se passivamente a ver enquanto a sua força batia Conacri destruindo veículos militares e determinados edifícios civis e do PAIGC, talvez até em demasia.[48] O golpe estava manifestamente prejudicado, com Sékou Touré ainda escondido e o povo sem disposição para se deixar galvanizar e tomar acção. Apesar do plano de tomar a emissora de rádio e levar a efeito outros esforços coordenados, os conspiradores da FNLG pareciam irresolutos e confundidos com a total apatia dos cidadãos.[49] Sessenta deles permaneceram na cidade depois da partida de Calvão e da *task force* e acabaram por se entregar às autoridades, mas acabaram por ser executados. Nos três meses subsequentes Sékou Touré lançou uma caça às bruxas. Em toda a Guiné houve mais de cem execuções públicas e centenas de outros suspeitos foram encarcerados.[50]

Atingidos os seus principais objectivos, Alpoim Calvão resolveu dar por finda a operação e reembarcar as suas forças às 09.00. Uma das debilidades encontradas durante o ataque foi a verificação de que uma grande parte das tropas africanas portuguesas só estavam familiarizadas com a luta no mato e, nunca tendo estado numa cidade como Conacri, tinham dificuldade em orientar-se nela. Para compensar esta situação delicada, à última hora do ataque Alpoim Calvão requisitou um táxi na marginal e atravessou a cidade para se certificar de que ninguém ficava acidentalmente para trás.[51] As suas baixas foram três

---

[47] Lobato, 175.

[48] Guilherme Almor de Alpoim Calvão, entrevista e correspondência com o autor, 3 de Fevereiro de 1998, Lisboa. A força destruiu um bom número de veículos militares e danificou alguns edifícios oficiais e infra-estruturas civis. Como a força levava apenas cargas de demolição e não os explosivos necessários para grandes explosões, os danos foram inicialmente ligeiros. Os edifícios do PAIGC eram estruturas de muito pouca solidez e cinco deles ficaram seriamente danificados durante a troca de tiros verificada durante a procura de Amílcar Cabral. Contudo os combates continuaram durante três ou quatro dias depois da partida dos portugueses e verificaram-se mais estragos durante esse período.

[49] Alata, 51.

[50] Ibid., 89.

[51] Guilherme Almor Alpoim Calvão, correspondência com o autor, 29 de Janeiro de 1998, Lisboa. Alpoim Calvão descreve na sua correspondência a aventura de um dos seus homens, Francisco Nhanque, que chegou atrasado ao ponto de encontro em Conacri porque tinha estado a comemorar a iminente queda de Sékou Touré com alguns espectadores. Ao ver que a força tinha partido, não hesitou em atirar-se ao mar e começar a nadar para oeste em direcção aos navios distantes. Quando já estava a umas três milhas de terra, acabou por ser resgatado por um cargueiro holandês com destino a Monrovia, na Libéria. Ali chegado, pediu e obteve asilo político. Arranjou emprego num bar que era propriedade de um brasileiro, com o qual tinha travado relações por falarem ambos a língua portuguesa. Nesse tempo não havia embaixada nem consulado de Portugal na Libéria. Vários anos decorridos, conseguiu amealhar dinheiro suficiente para comprar uma passagem aérea e foi para as Ilhas Canárias. Trabalhou ali durante mais um ano a fim de juntar dinheiro para o regresso a Lisboa e nesta cidade, ao ouvirem a sua história, às autoridades aeroportuárias telefonaram a Alpoim Calvão

mortos e nove feridos. Em contrapartida, Sékou Touré tinha perdido mais de 500 militares e muitos civis e via-se com uma cidade inteira destruída e desorganizada.[52] Às 10.30, a *task force* de Alpoim Calvão abandonara Conacri e dirigia-se para norte.

Sob o estrito ponto de vista militar, a Operação *Mar Verde* foi um êxito. Era a primeira do género alguma vez executada por Portugal e provou mais uma vez as capacidades e eficiência da equipa marinheiros-fuzileiros. Os grupos assim constituídos tinham tomado de assalto um bastião numa cidade relativamente distante da sua base de operações e confiado na surpresa a fim de alcançar o êxito necessário para uma retirada bem-sucedida. Tratara-se de um plano engenhoso que tivera em devida consideração os limitados recursos, os requisitos de segurança operacional específicos e um cenário incompleto em termos de informações. Dos três principais objectivos militares, o resgate dos prisioneiros e a destruição das lanchas rápidas foram alcançados. O dos MiG fracassou devido a deficiências de informações. Neste contexto as falhas de informações derivavam de uma deficiente estrutura nacional de informações, à qual faltava a capacidade de recolher suficientes elementos pormenorizados e actuais relativamente a um país-alvo. A deslocação dos MIGs e a vontade política da oposição a Sékou Touré são os mais óbvios. Embora Alpoim Calvão posteriormente afirmasse que "às nove da manhã eu tinha a cidade nas mãos", de facto, com os objectivos militares assegurados para todos os efeitos práticos, tomou a decisão política de partir, em lugar de continuar a apoiar o golpe, algo que podia ter feito.[53] Quanto mais tempo ali se mantivesse, mais irrefutáveis seriam as provas contra Portugal, com a consequente condenação e possivelmente o isolamento internacional. Este juízo era bem fundamentado.

Infelizmente, o autocrático Sékou Touré saiu incólume e passou a interrogar os prisioneiros da FLNG que tinha ficado para trás e se haviam rendido. Alguns destes fizeram uma descrição pormenorizada da operação e identificaram os seus promotores.[54] Sékou Touré levou estes testemunhos ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e conseguiu uma reprovação automática das acções portuguesas. Cumprindo uma formalidade, foi enviada a Conacri uma missão de investigação. Sékou Touré recorreu à União Soviética e aos Estados Unidos para lhe concederem ajuda militar, jogando com ambas as superpotências. Os Estados Unidos tinham um investimento comercial ascendente nas minas de bauxite guineenses, e nessa conformidade o presidente Richard Nixon, em carta confidencial dirigida a Sékou Touré, deplorou o incidente. A confidencialidade durou um dia. A Grã-Bretanha juntou-se aos Estados Unidos afirmando que qualquer repetição de uma operação semelhante à *Mar Verde* poderia prejudicar gravemente o apoio de Washington e Londres a Lisboa na contra-subversão em África. Ambos receavam que aventuras semelhantes pudessem perturbar o equilíbrio das relações Leste-Oeste. Aliás, a União Soviética encarou o incidente como uma excelente oportunidade para reforçar a sua influência na África Ocidental e consequentemente estabeleceu uma presença naval e aérea em Conacri. A presença naval, que veio a ser conhecida como a "Patrulha da África Ocidental", fazia visitas regulares aos portos da região e seguia a actividade naval dos E.U.A. e da NATO. Foram também colocados em

para obter a sua confirmação. Alpoim Calvão correu ao aeroporto para cumprimentar este excelente militar que fora dado como desaparecido em combate numa guerra que terminara havia muito.

[52] Saraiva, 104.

[53] José Freire Antunes, "Calvão evoca Conakry: «Às nove da manhã eu tinha a cidade nas mãos»", *Semanário* (10 de Dezembro de 1988), 16.

[54] Ahmed Sékou Touré, *L'Agression Portugaise contre la République de Guiné* (Conacri: Livre Blanc, 1970).

Conacri aviões de reconhecimento soviéticos de longo alcance Bear-D a fim de vigiarem os trânsitos de unidades navais dos E.U.A. para o Oceano Índico. Numa tentativa de conquistar as boas graças de Sékou Touré e opor-se à influência soviética, Nixon libertou a quantia simbólica de 4,7 milhões de dólares como contribuição para a reconstrução de Conacri.[35] Não é de espantar que a maior parte desta oferta tenha acabado por ir parar às contas bancárias de Sékou Touré e dos seus homens de confiança.

Estes acontecimentos fizeram de Portugal um membro controverso da NATO. Marcelo Caetano confiou que no caso da Operação *Mar Verde* a República da Guiné não tinha constituído um problema. A verdadeira dificuldade surgiu ao nível internacional; ao ir a Conacri, Lisboa tendera a esquecer a perspectiva mais geral.[36] Spínola não concordou e muitos anos mais tarde confirmou que, na sua opinião, o facto fora muito empolado.[37] A Operação *Mar Verde* tinha perturbado em parte os esforços de Nixon e Kissinger no sentido de uma distensão com a União Soviética e esta perturbação não era bem-vinda. A nível militar local, a União Soviética e Cuba, sua delegada, começaram a dar apoio crescente ao PAIGC. Principiaram a aparecer armas soviéticas sofisticadas e instrutores cubanos em Conacri e em 1973 a luta militar aumentara de intensidade. As novas armas alteravam o equilíbrio militar e em finais de Março e princípios de Abril três aviões portugueses foram abatidos com mísseis portáteis terra-ar SA-7 *Grail* soviéticos. A Operação *Mar Verde*, ao que parece, tinha marcado um agravamento da agonia militar portuguesa na Guiné.

A Operação *Mar Verde*, a arrojada, audaciosa e bem-sucedida libertação de 26 prisioneiros de guerra e a destruição da capacidade naval do PAIGC tornou-se, assim, um catalisador para o acrescido atrito entre as superpotências. Infelizmente, os habituais lucros de uma missão deste género pareciam ter-se perdido em grande parte com as negativas repercussões diplomáticas e geoestratégicas. Sékou Touré recusara os tradicionais esforços para negociar a troca de prisioneiros e deste modo deixara como única alternativa viável uma missão de resgate. A operação restringiu-se a objectivos militares simples e daí o seu êxito nesta esfera. Os seus objectivos políticos, contudo, obnubilaram o panorama e deram azo a que a uma simples missão táctica fosse rotulada de "invasão" nos fóruns internacionais. Não foi profundamente explorada a nenhum nível a relação mais vasta entre risco e recompensa, embora Alpoim Calvão fosse sem dúvida sensível a ela. A fogueira da condenação internacional foi competentemente ateada por Sékou Touré, que já não possuía reféns e vira Portugal entregar-lhe de mão beijada os meios para fazer o papel de inocente ofendido e garantir a protecção da União Soviética em caso de futura agressão. O PAIGC tinha agora um santuário inviolável e o poder e sofisticação militares da União Soviética a apoiar inteiramente a sua causa. Como veremos, isto tanto podia ser um fardo como uma vantagem.

Na sequência da Operação *Mar Verde*, houve uma série de acontecimentos que tornaram a resolução da Guiné vital para o êxito de qualquer solução portuguesa. A princípio Spínola convenceu-se de que Cabral decidia pela sua própria cabeça e, a despeito de uma estrutura e filosofia marxistas no PAIGC, queria estar livre da influência soviética ao fundar um novo regime na Guiné.[38] Uma via que continha a resposta a este desejo era a oferta da

---

[35] José Freire Antunes, "Invasão de Conakry, Novembro de 1970: A 'Baía dos Porcos' do General Spínola", *Semanário* (29 de Outubro de 1988): 21.

[36] Ibid.

[37] Castanheira, 28-30.

[38] Castanheira, 28.

independência no seio de uma espécie de federação portuguesa em que a Guiné faria parte de uma organização lusófona semelhante à Comunidade Britânica. Com este conceito em mente, Spínola iniciou uma série de contactos prévios com Cabral através de Léopold Senghor, o presidente do Senegal, visando terminar a guerra honrosamente para Portugal e obter a independência da Guiné de um modo prudente.

A partir de 1970, o objectivo de Spínola tinha sido reduzir drasticamente a capacidade militar do PAIGC, desequilibrando a relação de forças a favor de Portugal. Com o andar dos tempos, o plano de Spínola provou a sua eficácia na contenção do avanço do PAIGC e na conquista do seu respeito ao ponto de começar a fazer sentido encetar negociações visando alguma forma de governo autónomo com apoio português. Em 1972 as condições estavam amadurecidas para se entabularem negociações e no final de Abril Spínola teve as suas conversações iniciais com um ministro senegalês para combinar um encontro secreto com Senghor. Este realizou-se a 18 de Maio em Cap Skiring, no Senegal, tendo Senghor aproveitado a ocasião para expressar grande simpatia por Portugal e elogiar os seus programas sociais na Guiné.[59] Spínola explicou o seu conceito de independência da Guiné e Senghor declarou julgar que Cabral estaria receptivo à ideia e que serviria de intermediário. Isto levou Spínola a sugerir que Senghor se avistasse com Marcelo Caetano em Bissau ou porventura na metrópole portuguesa. Mais tarde, a 26 de Maio, em Lisboa, num encontro com Silva Cunha, o ministro dos Negócios Estrangeiros e Marcelo Caetano, a proposta foi liminarmente recusada com o fundamento de que uma iniciativa dessas não podia ser controlada e que teria graves consequências para as outras colónias. Na opinião de Marcelo Caetano, era preferível uma derrota militar. Spínola acolheu esta enviesada posição com espanto e consternação, a seu ver perdera-se uma grande oportunidade. A experiência induziu-o a escrever o livro *Portugal e o Futuro*, no qual exprimiu as suas frustrações.[60]

Os contactos com Amílcar Cabral continuaram através do seu irmão Luís Cabral até pouco antes do seu assassínio, a 20 de Janeiro de 1973.[61] Alpoim Calvão e Spínola continuavam convencidos de que Sékou Touré tivera participação activa no fomento de muitas das dissensões internas no PAIGC, a fim de enfraquecer a posição de Amílcar Cabral como líder e como alguém que entendia ser um rival.[62] Esta actividade levou à morte de Amílcar Cabral e com ela a morte de toda e qualquer esperança de negociar uma solução honrosa para Portugal e prudente para a Guiné.

As operações prosseguiram ao longo de todo o ano de 1972 durante as negociações, sendo uma das mais importantes a designada por *Verga Latina*, conduzida entre Julho e Dezembro a partir de Bolama, em apoio da população da península do mesmo nome. A operação destinava-se a suscitar a confiança da população local por meio da presença militar e de diversos projectos de acção cívica. É difícil avaliar o êxito da operação, porquanto o PAIGC conseguiu atingir quase diariamente com tiros de morteiro o acampamento naval de Tabanca Nova da Armada a partir de diversas posições próximas.[63]

Em 1972, com excepção dos centros urbanos mais importantes, todo o país estava ameaçado pela acção dos guerrilheiros. A Guiné possuía uma configuração geográfica tal que

[59] Há ampla notícia de senegaleses que atravessavam a fronteira com a Guiné para tirarem partido da assistência médica prestada à população deste território. Senghor tinha sem dúvida conhecimento desta generosidade.

[60] Castanheira, 30-31.

[61] Alpoim Calvão, 88-96.

[62] Castanheira, 31; Alpoim Calvão, 89.

[63] J. C. Moura da Fonseca, *Viagens e Histórias da Marinha* (Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 1995), 120-121.

nenhuma porção do território distava mais de 60 quilómetros de um país vizinho, facto que praticamente tornava todo o território uma fronteira. A partir do Senegal e da República da Guiné, as unidades de guerrilheiros do PAIGC entravam na Guiné, montavam emboscadas e lançavam ataques contra as forças portuguesas, intimidavam a população e retiravam para os seus santuários do outro lado da fronteira. Quando as forças portuguesas não estavam presentes em zonas rurais, o controlo passava para as mãos do PAIGC. O conflito parecia ter entrado naquilo a que se poderia chamar uma fase avançada da guerra revolucionária.

Efectivamente, depois de Marcelo Caetano se ter negado a autorizar negociações com Amílcar Cabral, a campanha na Guiné entrou num período de espera durante o qual se diria haver a expectativa generalizada de algum acontecimento que pusesse termo ao conflito. Spínola tinha já conquistado credibilidade suficiente para trazer Amílcar Cabral à mesa das negociações, uma situação tão propícia quanto era possível conseguir no ambiente de cerco da Guiné. Qualquer resolução do conflito teria agora que vir de outra direcção, e a guerra arrastou-se até ao 25 de Abril de 1974, altura em que os escalões intermédios da oficialidade portuguesa protagonizaram um golpe e derrubaram o governo de Lisboa.

Portugal acabou por conceder a independência à Guiné e em 1975 o PAIGC assumiu o controlo do governo. Prometeu uma amnistia a todos os africanos que tinham combatido do lado de Portugal e convidou-os a ficarem, como cidadãos do novo país. Houve pelo menos 27.000 ex-soldados portugueses e nativos da Guiné que aceitaram a oferta e ficaram.[64] No entanto, os líderes do PAIGC tinham estado na companhia a Sékou Touré durante demasiado tempo e haviam adquirido os seus piores hábitos. Iniciou-se quase imediatamente a prisão de ex-soldados, sargentos e oficiais de unidades de elite, cuja sorte foi inevitavelmente a execução. Quando questionados acerca dessas mortes, os líderes do PAIGC negaram ter conhecimento delas. O general Almeida Bruno, membro da delegação portuguesa que tratou da transferência do governo da Guiné para o PAIGC e ex-comandante do Batalhão de Comandos que ali prestou serviço, não aceitou este desmentido. "Mas o que aconteceu não foi isso e o PAIGC fuzilou barbaramente a maioria dos meus oficiais africanos do Batalhão de Comandos."[65] Esta afirmação foi apenas o começo. O jornal *Nô Pintcha* chegou a publicar uma lista parcial de nomes e os que sobreviveram e conseguiram fugir calculam que pelo menos um milhar terá comparecido perante o pelotão de fuzilamento, alguns em aeroportos, outros em campos de futebol e muitos diante da população civil. Assim, para os leais e corajosos soldados que tinham participado nas operações *Mar Verde*, *Nebulosa*, *Gata Brava* e outras contra o PAIGC, a traição do seu novo governo constituiu uma triste e derradeira nota de rodapé.[66]

[64] Eduardo Dâmaso e Adelino Gomes, "Falecidos por Fuzilamento", *Pública* (30 de Junho de 1996): 48.
[65] Ibid.
[66] Ibid., 47.

9.
O legado da presença em águas interiores

A Marinha de águas interiores portuguesa foi a resultante de uma ampla e muito ponderada estratégia naval concebida para responder à crescente ameaça em África. No ambiente africano a segurança das águas era crucial, dado que as infra-estruturas eram globalmente primitivas e, conquanto existisse geralmente uma rede viária que irradiava da capital da colónia, as rotas primordiais utilizadas clandestinamente pelos guerrilheiros eram os trilhos isolados, as picadas e as vias fluviais. O principal sistema rodoviário das colónias servia normalmente as áreas economicamente importantes da agricultura e da exploração mineira. Estas eram muito frequentadas e fiscalizadas, tornando-se inadequadas para as tarefas dos guerrilheiros de conquista da adesão da população, de colecta de impostos, de procura de alimentos e abrigo e de recrutamento longe da vista das autoridades governamentais. Consequentemente, se as forças do governo queriam combater com êxito os guerrilheiros, tinham de operar nos ambientes mais recônditos. Isto exigia a criação de forças específicas para o fazerem. Embora houvesse forças terrestres especializadas para responder às actividades do inimigo em terra, a Marinha procurou criar e colocar no terreno a sua própria força para defender do inimigo os remotos sistemas fluviais, lacustres e costeiros e constituir um complemento do Exército.

Na sequência do derrube da monarquia a Marinha arrostara com a fundação da Primeira República em 1910 e dos seus 16 anos de caótico regime, com o golpe de Estado de 1926 e a Ditadura Nacional que se lhe seguiu, com a sua inépcia fiscal, e finalmente com o advento em 1933 do Estado Novo de Salazar. Durante estes períodos fora contemplada com orçamentos mínimos e por conseguinte, com poucos navios e recursos, mantivera-se em grande parte ausente do Ultramar. A seguir à 2.ª Guerra Mundial ganhou ascendente. Como Salazar tinha jogado invulgarmente bem as suas cartadas durante a guerra, Portugal emergiu ao lado dos Aliados e tornou-se membro fundador da NATO. Esta pertença à Aliança beneficiou de quase todas as maneiras imagináveis a Marinha, que foi contemplada com uma frota de navios, com valioso treino aliado, com a integração na estrutura naval da NATO e com uma vasta gama de novas infra-estruturas navais. Foi na realidade uma época empolgante. Na expansão que conheceu no pós-guerra, a Marinha procurou não apenas manter a sua esquadra NATO, como também criar uma frota nacional para proteger o ultramar. Iniciou este processo em meados da década de 1950 e, consoante a situação em África se ia tornando progressivamente mais perigosa, começou a concentrar-se de forma séria e premente na segurança das colónias.

Esta concepção levou à construção de uma força naval talhada para os ambientes ribeirinhos e lacustres daquele continente e reflectia muitos compromissos entre o conceito, o orçamento,

o real ambiente operacional e o inimigo. A Marinha estava intimamente familiarizada com a necessidade de salvaguardar os interesses nacionais em África, visto que as colónias tinham sido desde o início geridas sob os seus auspícios e só em data relativamente recente essa situação se alterara. Quando se tornou evidente que a segurança das possessões ultramarinas seria contestada, deu início a uma correcção da sua "política da canhoneira" do século anterior, que tão bons serviços tinha prestado na pacificação do ultramar. Esta vagarosa correcção foi acelerada em Janeiro de 1957 e adquiriu um sentido de urgência com os acontecimentos do Congo Belga. Por concepção, o novo programa naval deveria evitar qualquer violação do importante compromisso com a NATO e, não obstante, responder eficazmente à crescente ameaça em África. Primitivamente foi concebida simplesmente como o núcleo de uma força especializada que constaria de uns poucos navios de várias classes acordadas. A força poderia mais tarde ser flexivelmente ampliada numa ou noutra de uma série de direcções a fim de fazer face a qualquer requisito de segurança localizada, se necessário fosse. A capacidade de o fazer com a rapidez suficiente para responder eficazmente à ameaça foi imediatamente introduzida na equação, ao passo que a discussão sobre a estrutura da força e as questões do pessoal para a guarnecer se manteve acesa praticamente durante dois anos. Acabaram por se encontrar respostas satisfatórias em número suficiente para garantir que se avançasse e finalmente os projectos dos navios, as projecções orçamentais e os calendários de construção e entrada ao serviço foram elaborados a título experimental. Apesar do acordo aparente, o debate prosseguiu, porquanto se levantavam complicações em quase todos os aspectos do plano. No final, optou-se por um misto de corvetas, lanchas de fiscalização grandes e pequenas e lanchas de desembarque de dimensões diversas para responder à amálgama de requisitos. Estes navios foram obtidos em momentos vários de fontes diversas, dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, de França e da Alemanha, consoante as alterações de perspectivas coloniais e o interesse nacional, e subsequentemente também fabricados em Portugal. O pessoal para guarnecer esta frota sangraria pronunciada e competitivamente os quadros a nível nacional; a adopção de medidas de recrutamento imaginativas e engenhosas na resposta às necessidades navais seria vital. Assim, para além da sua primordial esquadra de águas oceânicas, Portugal criou uma frota de águas interiores igualmente digna de registo, orientada para mares interiores, rios e lagos. Tratou-se de uma proeza notável, na medida em que Portugal não só aprendeu a travar um novo tipo de guerra, como construiu uma Marinha para o realizar e o fez ao mesmo tempo que arcava com compromissos NATO adicionais e novas responsabilidades ocasionadas pela retirada de França da componente militar da NATO, em 1960.

As necessidades últimas do conflito colonial não só ampliaram a Marinha, como assumiram uma direcção mais profundamente anfíbia para enfrentar as necessidades do ambiente litoral e fluvial de África. A frota costeira e ribeirinha em África aumentou de 15 navios-patrulha, 10 lanchas de fiscalização e uma canhoneira, em 1960, para 17 navios-patrulha, 43 lanchas de fiscalização e nada menos que 83 lanchas de desembarque de diversos tipos e dimensões em 1970, um crescimento de 26 para 143 unidades sem qualquer plano rígido. Os meios iam de pequenas lanchas de fiscalização de 30 toneladas a navios de maiores capacidades, de 200 toneladas. A sua força anfíbia de lanchas de desembarque de três diferentes tamanhos e crescentes capacidades foi literalmente criada a partir do zero. Este processo seguiu uma orientação flexível e correspondeu aproximadamente às necessidades demonstradas por cada comandante de teatro de operações. Infelizmente, havia contínuos pedidos de mais navios por parte de todos eles, que redundou numa quase inexorável expansão em toda a África.

Este constante crescimento levou o ministro da Marinha, em Setembro de 1970, a declarar que não haveria mais navios sem uma "justificação cabal". Consequentemente a Marinha africana estabilizou e no final de 1973 cifrava-se em 137 unidades, com as quais tinha de garantir a segurança em cerca de 920 milhas de rios navegáveis, 120 milhas do lago Niassa e a faixa oceânica das três colónias.

Na criação de tal força naval, a Marinha portuguesa tinha compreendido claramente a extrema importância económica, militar e psicológica do controlo das águas interiores de África. Estas representavam muitas vezes rotas de comércio principais, como no caso do Zaire, mas eram predominantemente as vias fluviais mais pequenas e mais distantes que constituíam as linhas preferenciais para o apoio logístico dos guerrilheiros. Os próprios guerrilheiros estavam inevitavelmente limitados ao que podiam transportar e por conseguinte o raio de acção e a letalidade estavam circunscritos, a menos que dispusessem de um sistema logístico de apoio. Na maior parte das vezes esse sistema assentava numa rede fluvial através da qual transportavam bens alimentares, medicamentos, armas e munições. A missão da Marinha era impedir esse apoio.

Nas operações nessas águas e na sua protecção, a Marinha portuguesa desenvolveu uma doutrina informal que incorporava uma série de práticas bem-sucedidas e testadas com base na experiência colectiva dos seus oficiais, sargentos e praças. Este acervo de teoria ou acumulação de ideias assentava no senso comum apurado pelo conhecimento prático. Englobava conceitos proveitosos como o apoio mútuo nos comboios fluviais, o emprego de ocultação de luzes nas lanchas durante a noite, a utilização de fachos iluminantes em vez de projectores, a aproximação aos alvos segundo um ângulo tal que permitisse uso do maior número de armas e as técnicas de apoio mútuo de forças terrestres pelas forças fluviais da Marinha. Estes últimos esquemas de manobra incluíam fixar o inimigo, emboscá-lo e finalmente eliminá-lo.

As operações de segurança nas águas caracterizavam-se por padrões tão irregulares como navegar em ziguezague, deixar-se descair ao sabor da corrente, fundear temporariamente, repetir passagens por áreas já patrulhadas, variar entre patrulhas fixas e móveis, etc., a fim de evitar emboscadas e interditar o inimigo. A disciplina pessoal era reforçada em práticas como a rotação de quartos, a redução da fala ao mínimo e a manutenção das armas carregadas. Estas práticas ou doutrina informal consistiam em experiências pessoais, comunicações verbais, cartas e relatórios, todos compartilhados entre os marinheiros das águas interiores. Este intercâmbio produziu uma força eficiente com um moral elevado. Ainda hoje, quando os veteranos da "batalha dos rios" falam das suas unidades e dos ex-camaradas, fazem-no com grande orgulho. Tinham uma ideia clara dos seus encargos e sabiam que estavam a ter êxito.

A própria natureza de uma guerra travada com pequenas equipas de fuzileiros e guarnições de lanchas alimentava a lealdade. A lealdade à equipa era, por sua vez, uma motivação muito eficaz em combate. A reforçá-la havia a noção de que a estratégia naval em geral estava a resultar. Estes fuzileiros e marinheiros executavam as suas missões com coragem e eficiência e o facto de as suas proezas acabarem por ser sacrificadas à mesa das negociações faz parte da tragédia das guerras coloniais.

Embora pouco do que estes homens fizeram tivesse sido codificado em doutrina escrita, há importantes lições retiradas das suas experiências colectivas que merecem ser preservadas para quem venha a travar uma batalha deste tipo em anos futuros. Com o desaparecimento da União Soviética e do sistema bipolar de superpotências, a guerra subversiva ou "guerra dos fracos" permanece a maneira mais óbvia e mais fácil de desafiar forças governamentais

de grande capacidade em termos convencionais. Sendo claro que os países industrializados vencerão qualquer conflito convencional com o Terceiro Mundo, as únicas opções que restam residem na guerra nuclear ou na subversão. Se bem que países como a Coreia do Norte, o Iraque e o Irão tenham procurado criar capacidade nuclear, entendida como resposta à hegemonia regional ou à sobrevivência, a subversão continua de longe a ser a via mais fácil e mais prontamente atingível de alcançar os fins políticos visados quer pelos países não industrializados, quer pelas fracções descontentes. Uma vez que a subversão é um facto da vida, é vital saber como combatê-la. A experiência portuguesa em África encerra, consequentemente, valiosas lições quanto à maneira de alcançar êxito neste difícil meio.

A Marinha tinha despendido consideráveis esforços na produção de pormenorizadas cartas hidrográficas e do litoral das áreas operacionais e todos os indivíduos se familiarizavam intimamente com elas à chegada. Estas cartas seriam corrigidas e anotadas com base na experiência e utilizadas como quadro de referência no qual eram introduzidos todos os elementos posteriormente recolhidos. Por meio deste processo os marinheiros acabariam por conhecer com minúcia o ambiente operacional e adquirir um sólido modelo mental deste campo de batalha. As notas pormenorizadas incluíam as prováveis rotas e locais de atravessamento dos guerrilheiros, os aldeamentos vulneráveis e seguros, os factores históricos e culturais, descontentamentos económicos, sanitários e sociais e outros factores pertinentes. Isto era extremamente importante, na medida em que o contacto positivo com a população era vital neste tipo de guerra. Conhecer o campo de batalha em que se actuava era crucial para sobreviver e vencer.

Esta preparação conduz ao passo seguinte, que é compreender o problema em geral e actuar para lhe dar resposta. Através do contacto com a população as guarnições dos meios navais adquiriam a compreensão do inimigo, das suas intenções e das suas motivações. O inimigo mostrava-se adaptável e engenhoso e capaz de operar com à-vontade no seio da população. Não se deixava induzir em erro nem era ingénuo e muito do seu êxito devia-se a políticas governamentais ineptas ou à maneira rude como anteriormente as forças de segurança tinham tratado a população. Os marinheiros e fuzileiros tornaram-se peritos em contra-atacar a argumentação dos guerrilheiros e em acalmar a população por meio de acções e contactos positivos regulares e frequentes. A este propósito, o inimigo era sobretudo atacado quando se intrometia nesta relação que se ia criando. A estratégia era não só ganhar a confiança da população, como também cooptar sectores do inimigo. Como a maior parte da população tinha parentes a lutar do lado dos guerrilheiros, considerava-se que a deserção era melhor que a rendição, a rendição melhor que a captura e a captura melhor do que a eliminação. O objectivo era provocar o menor dano possível.

Dado que todas as operações de contra-subversão bem-sucedidas assentam em informações fidedignas, e ambas são complementares, a Marinha concluiu que, devido à natureza da sua tarefa, teria de desenvolver a sua própria perspectiva para integração de ambas. A tradicional organização das informações navais visava apoiar as operações em mar aberto e, por conseguinte, não dava resposta quando se tratava de actividades nos confins dos sistemas fluviais. Coube, portanto, aos marinheiros e fuzileiros criar as suas próprias fontes e construir um sistema de informações talhado para tratar dados especializados e apoiar as suas operações. Isto era feito por meio do patrulhamento intensivo de dia e de noite tanto nos rios como nas suas margens e do constante contacto com a população que isso implicava. Embora a informação decorrente destas actividades fosse partilhada através da cadeia de comando, a avaliação local e a capacidade de actuar independentemente e com rapidez eram

traços vitais deste processo. A constante recolha de informações e a sua transformação em conhecimentos localmente utilizáveis provaram, assim, ser um factor crucial para o êxito operacional nos rios, tal como o esforço levado a cabo no Zaire.

Uma das características mais importantes e bem-sucedidas das operações fluviais portuguesas no contexto geral da contra-subversão foi a presença. Tratava-se da primeira prioridade no Zaire, no leste de Angola e em todos os outros teatros de operações. No Zaire, principiou pela criação do sistema de bases ao longo do rio e por instalar as guarnições das lanchas e os fuzileiros muito próximo da população e do ambiente operacional. Esta filosofia excluía a noção de assaltos a uma zona a partir de bases distantes e seguras. A força vivia nos recônditos do Zaire e efectuava patrulhas durante as quais eram desembarcados fuzileiros que se deslocavam a pé durante a noite e mantinham contacto com as gentes locais. Estes autóctones conheciam-nos como indivíduos de carne e osso nos quais se podia confiar e não como estranhos vindos de longe. Possuía também a vantagem de manter a consciência situacional e fazer com que o alvo fosse o inimigo, e não a Marinha.

A prática do patrulhamento constante dissuadia também o inimigo de atacar mantendo-o inseguro. Via-se impossibilitado de ter certezas quanto aos horários ou ao aparecimento das forças navais e esta actividade imprevisível, embora constante, dissuadia os ataques e tranquilizava a população, criando um ambiente permissivo. As numerosas técnicas de embuste praticadas pelas guarnições das lanchas e pelos fuzileiros durante as patrulhas reforçavam esta incerteza por parte do inimigo. No Zaire, por exemplo, a Marinha introduziu alterações nos seus métodos de operar para intensificar esta incerteza encerrando, em grande parte, as bases em terra e colocando as guarnições e os fuzileiros em bases móveis. O inimigo deixou de poder observar uma base e anotar a saída das patrulhas. Esta alteração positiva não só reduziu o custo da manutenção de uma rede de bases fixas, como teve o efeito acrescido de manter mais de dois terços da força naval simultaneamente em patrulha.

Em todas as situações a Marinha procurou afirmar a sua predominância na área de operações respectiva procurando uma vitória antecipada. Esta vitória não seria necessariamente em combate, a menos que o inimigo fosse suficientemente insensato para constituir um alvo fácil, acontecimento raro em situações de contra-subversão. Seria muito provavelmente uma mudança de obediência e confiança por parte da população local. No Zaire, a título de exemplo, foi a limpeza do arquipélago de Bulicoco em Outubro de 1962 que deu azo à predominância naval. Seguiu-se-lhe um progresso regular no seio da população ao longo de vários anos, que culminou com o extraordinário pedido do inimigo para que o médico do Exército em Nóqui se deslocasse à sua base de Kinkusu, do outro lado da fronteira com o Congo, para tratar um dos seus comandantes feridos.

A Marinha estava preparada para ser paciente na condução da contra-subversão. Claro está que havia reveses, mas as falhas são normais neste tipo de luta e os comandantes locais tinham, regra geral, latitude e autonomia para adequarem a sua atitude às condições locais. Isto criava uma elasticidade que ajudou a consolidar a perspectiva naval na sua adaptação a um inimigo inovador e na competição pela mobilização do apoio popular.

A contra-subversão é essencialmente trabalho social armado, o que torna os assuntos civis uma actividade central. Embora a Marinha facultasse assistência médica e outras formas de auxílio, era principalmente conhecida pelo seu apoio comercial. Prestou-o na Guiné, no Zaire, no leste de Angola e no lago Niassa, por exemplo, criando e assegurando serviços de transportes regulares que levavam produtos para o mercado e traziam abastecimentos necessários aos elementos isolados da população. Idealizados para condições locais específicas,

estes serviços eram baratos, sustentáveis e discretos. Estes elos de comunicação revelaram-se cruciais nas dimensões militar e civil do conflito.

A Marinha visou fazer o que era exequível com os recursos de que dispunha. Elaborou em cada um dos teatros um plano flexível e adaptável para aumentar a segurança nas áreas atribuídas e ganhar a iniciativa e conservá-la. Numa contra-subversão a iniciativa é tudo. Se o inimigo reage, somos nós que controlamos a luta. Se pudermos mobilizar a população, vencemos. Neste tipo de luta o inimigo inicia a maior parte dos ataques, atinge-nos imprevisivelmente e a seguir retira-se demasiado depressa para que possamos reagir, como acontecia nas emboscadas nos rios da Guiné. A Marinha tendia a não ser arrastada para operações reactivas, mas antes a construir a sua própria solução para ganhar e manter a iniciativa, como foi o caso da estratégia durante muitos anos no leste de Angola.

As lições a extrair das operações ribeirinhas dos portugueses e da sua experiência naval em África na luta contra os guerrilheiros tendem a ser esquecidas por todos menos pelos veteranos do conflito e por um ou outro historiador naval. A experiência da Marinha dos E.U.A. no Vietname e dos franceses na Indochina, por exemplo, teve igual sorte, e contudo hoje em dia as operações ribeirinhas conhecem um renascimento em reacção à "guerra dos fracos". As equipas formadas pela Marinha e fuzileiros dos E.U.A. e pela Royal Navy com os seus fuzileiros entram terra adentro e sobem os rios à procura de novos inimigos. Cada vez mais frequentemente, agentes e células terroristas aliam-se a elementos criminosos, tal como no delta nigeriano, ao longo do Shatt-El-Arab entre o Irão e o Iraque e ao largo da costa da Somália, chamando a atenção para essas águas. Verifica-se hoje uma ênfase crescente nas operações navais nas águas do litoral e nas águas interiores do ambiente fluvial, onde se diria ocorrer uma convergência de forças do mal. Estão a ser criadas novas embarcações, tropas especialmente treinadas e tácticas associadas para responder às ameaças cada vez mais sofisticadas nestas águas costeiras, estuários e águas interiores. Reveste-se de um certo interesse verificar que as mesmas capacidades tão bem desenvolvidas pela Marinha portuguesa há mais de trinta anos são hoje procuradas para enfrentar ameaças num ambiente semelhante. As embarcações são tecnologicamente mais avançadas e as guarnições usam equipamentos e armas mais modernos e melhores, mas o problema e as suas soluções continuam em grande parte a ser os mesmos. O ambiente operacional continua a ser constituído pelos rios, braços de rio, bolanhas, canais, lagos e deltas que se prolongam terra adentro a partir da costa. A população continua a ser um alvo vulnerável e a necessidade de estabelecer um ambiente permissivo continua a ser o objectivo primário. Num discurso proferido em Agosto de 2005 no Naval War College em Newport, Rhode Island, o Chefe do Estado-Maior da Armada dos Estados Unidos, almirante Michael G. Mullen, referiu que uma força naval que ande ao largo da plataforma continental sem ter impacto em terra não é decisiva. "Não podemos ficar parados no alto mar à espera de que o inimigo venha ter connosco. Pensemos nas vastas áreas do mundo cobertas por águas pouco profundas, as que estão ligadas aos oceanos por rios e portos e costas recortadas. São essas as faixas de mar decisivas que fazem toda a diferença, e nós precisamos de ter ali presença. Julgo que a nossa Marinha está a perder uma grande oportunidade de influenciar os acontecimentos pelo facto de não ter uma força fluvial. Vamos tê-la."[1] Claramente, o legado da marinha de águas interiores portuguesa permanece relevante hoje em dia e continua a influenciar a configuração das marinhas actuais e futuras.

---

1 Cale A. Hanie, "Riverine Craft, Crews Visit Naval Academy", *Navy Newsstand* (U.S. Naval Academy, Annapolis), 10 de Abril de 2006, artigo número NNS060410-03, http://www.navy.mil/search/display.asp?story_id=28074 (página consultada a 21 de Outubro de 2011).

Bibliografia seleccionada

Publicações e documentos do Governo Português

Alpoim Calvão, Guilherme Almor de, "Introdução às Operações na Guiné", na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, Lisboa: Ministério da Marinha, 1972.

Corpo de Fuzileiros, *Corpo de Fuzileiros, 2ª Parte: Fuzileiros Especiais*, dact. [policopiado], Lisboa: Ministério da Marinha, 1987.

Cruz Júnior, Abílio Freire da, "Evolução das Infra-estruturas da Armada no Ultramar", na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, dact. [policopiado]. Lisboa: Ministério da Marinha, 1972.

Cunha e Silva, Raúl Eugénio Dias da, "Destacamento de Fuzileiros Especiais Nº 21, Operação 'Mar Verde', referente ao período de 170300 a 252000 Novembro 1970", relatório pós-acção redigido no aquartelamento do DFE 21, Buba, Guiné, 30 de Novembro de 1970, dact. [policopiado].

Estado-Maior da Armada, IV Divisão, *Características Principais das Novas Unidades Navais e do Material das Unidades de Fuzileiros*, Lisboa: Estado-Maior da Armada, 1969.

Estado-Maior do Exército, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, Vol. I-V*, Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1989.

Lopes Carvalheira, José Alberto, "Acção da Marinha em Águas Interiores (1961-1971), na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, dact. [policopiado]. Lisboa: Ministério da Marinha, 1972.

_____, "Guiné: Esquadrilha de Lanchas e Outros Navios", na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, dact. [policopiado], Lisboa: Ministério da Marinha, 1972.

Malheiro Garcia, António José, "Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas, Actividade Oceânica, Breve Retrospectiva da Actividade Naval na Década de 50", na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, dact. [policopiado], Lisboa, Ministério da Marinha, 1972.

_____, "A Operação *Santa Maria*", na colectânea inédita *Participação da Armada na Defesa das Províncias Ultramarinas*, dact. [policopiado], Lisboa: Ministério da Marinha, 1972.

Mouzinho, Pedro da Conceição, "Relatório sobre a Operação Atum", dact. [policopiado], Comando Naval, Lourenço Marques, Moçambique, 14 de Janeiro de 1966.

Entrevistas e correspondência

Alpoim Calvão, Guilherme Almor de, Correspondência com o autor, 22 de Junho de 2005, Cascais. Correspondência com o autor, 9 de Maio de 2005, Cascais. Entrevista e correspondência com o autor, 3 de Fevereiro de 1998, Lisboa. Entrevista com o autor, 14 de Março de 1997, Lisboa. O comandante Alpoim Calvão foi comandante do DFE 8 e chefiou a Operação *Mar Verde*.

Campos, Ricardo Manuel Migães de, Entrevista com o autor, 30 de Janeiro de 2003, Lisboa. O Dr. Campos foi médico naval em Metangula, no lago Niassa.

Costa Matos, Carlos Augusto Pereira da, Entrevista com o autor, 15 de Abril de 2000, Lisboa. O coronel Costa Matos foi governador do Niassa de 1962 a 1966.

Gomes, Carlos Encarnação, Entrevista com o autor, 5 de Fevereiro de 2003, Lisboa. O comandante Gomes comandou o DFE 10 na Guiné nos primeiros anos da guerra.

Ferraz Sacchetti, António Emílio. Entrevista com o autor, 18 de Maio de 2006, Lisboa. O vice-almirante Sacchetti prestou serviço em diversas funções como oficial subalterno e oficial superior durante o conflito.

Leitão, Raul Patrício, Entrevista com o autor, 10 de Abril de 2000, Lisboa. O comandante Leitão foi fuzileiro no lago Niassa nos primeiros anos da guerra.

Marques, Paulo Lowndes, Entrevista com o autor, 5 de Fevereiro de 2003. O segundo-tenente Marques frequentou o 7º Curso da Reserva Naval (7º CEORN) e prestou serviço em Angola de 1965 a 1967.

Marinho de Castro, António Luís, Entrevista com o autor, 30 de Janeiro de 2003, Lisboa. O segundo-tenente Marinho de Castro foi promovido a oficial em Abril de 1966 após a frequência do 8º CEORN.

Matos, Luís Jorge Semedo de, Entrevista com o autor, 10 de Fevereiro de 2003, Belém. O comandante Semedo de Matos é um historiador especializado em fuzileiros.

Mesquita Dias, Luiz C, Entrevista com o autor, 10 de Fevereiro de 2003, Lisboa. O contra-almirante Mesquita Dias, como oficial subalterno, foi o engenheiro responsável pelo estaleiro naval da Guiné nos primeiros anos da guerra.

Quevedo Pessanha, Vasco, Entrevista com o autor, 5 de Fevereiro de 2003, Lisboa. O segundo-tenente Pessanha frequentou o 8º curso da Reserva Naval (8º CEORN) e prestou serviço em Angola de 1965 a 1967.

Torres Sobral, José Deolindo, Entrevista com o autor, 31 de Janeiro e 10 de Abril de 2000, Lisboa. Como oficial subalterno, o vice-almirante Torres Sobral foi comandante da LFP *Mercúrio* (p 1135) no lago Niassa.

Literatura de referência

Abshire, David M., e Michael A. Samuels, *Portuguese Africa, A Handbook*, Nova Iorque: Praeger Publishers, 1969.

Afonso, Aniceto, e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Lisboa: Editorial Notícias, 1988.

Aguilar, Teixeira de, Reis Arenga, Silva Ribeiro, Santos Serafim, Albuquerque e Silva e Melo e Sousa, *A Marinha na Investigação do Mar 1800-1999*, Lisboa: Instituto Hidrográfico, 2001.

Alpoim Calvão, Guilherme Almor de, *De Conakry ao M.D.L.P.*, Lisboa: Editorial Intervenção, 1976.

Antunes, José Freire, *Jorge Jardim Agente Secreto*, Venda Nova: Bertrand Editora, 1996.

_____, *A Guerra de África 1961-1974*, Lisboa: Temas e Debates, 1996.

_____,Calvão Evoca Conakry: «Às 9 da manhã tinha a cidade nas mãos», *Semanário*, 10 de Dezembro de 1988, p. 16.

_____, "Invasão de Conakry, Novembro de 1970: A 'Baía dos Porcos' do General Spínola", *Semanário*, 29 de Outubro de 1988, p. 21.

Alata, Jean-Paul, *Prison d'Afrique*, Paris: Éditions du Seuil, 1976.

Armstrong, Sue, *In Search of Freedom*, Gibraltar: Ashanti Publishing, 1989.

Arriaga, Kaúlza de, *Sínteses*, Lisboa: edição do autor, 1992.

Baêna, Luís Sanches de, *Fuzileiros: Factos e Feitos na Guerra de África, 1961/1974*, 4 vols, Lisboa: Comissão Cultural da Marinha-INAPA, 2006.

Barreiros, Delmar, "Cobué: A Zona Mais Pachola...", *Revista da Armada* (Novembro de 1984): pp. 16-17.

Beckett, Ian F. W., "The Portuguese Army: The Campaign in Mozambique, 1964-1974", in *Armed Forces and Modern Counterinsurgency*, ed. I. F. W. Becket e J. Pimlott, 136-162, Londres: Croom Helm, 1985.

Bender, Gerald J., "The Limits of Counterinsurgency: An African Case", *Comparative Politics* 4 (April 1972): pp. 331-360.

Borges Coelho, João Paulo, "African Troops in the Portugueses Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique", *Portuguese Studies Review* (Primavera-Verão de 2002), pp. 129-150.

Brandão Ferreira, João José, *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português*, Lisboa: Hugin Editores, 2002.

Bruce, Neil, "Portugal's African Wars", *Conflict Studies* 34 (March 1973): pp. 1-22.

Cabeçadas, João Soares, "'Navegando' do Índico ao Lago Niassa", *Revista da Armada* (Maio de 1974): p. 9.

Cabral, Amílcar, *Guiné-Bissau — Nação Africana Forjada na Luta*, Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974.

_____, *Textos Políticos*, Porto: Edições Afrontamento, 1974.

_____, *Palavras de Ordem Gerais*, Bissau: PAIGC/Secretariado Geral, 1976.

Cann, John P., *Contra-subversão em África*, Lisboa: Prefácio, 2005.

Castanheira, José Pedro, "Ao Serviço de Spínola e de Marcelo", *Expresso Revista*, 20 de Setembro de 1997, p. 56.

_____, "Memórias da Guerra e da Paz: Spínola", *Expresso Revista*, 30 de Abril de 1994, p. 26.

Caetano, Marcello, *Depoimento*, Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1974.

Chabal, Patrick, *Amílcar Cabral*, Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

Clarence-Smith, W. Gervase, *The Third Portuguese Empire 1825-1975: A Study in Economic Imperialism*, Manchester: Manchester University Press, 1985.

Clegg, Robert H., ed., *Riverine Warfare*, Quantico: Marine Corps Command and Staff College, 1997.

Collins, John H., *Military Geography*, Washington: National Defense University Press, 1998.

Camacho, Francisco, "Baixa do Cassange", *Grande Reportagem* 137 (Agosto de 2002): pp. 62-77.

Crespo, Manuel Pereira, "As Missões das Forças Navais na Guerra Revolucionária", *Anais do Clube Militar Naval* (Junho-Setembro de 1960): pp. 537-550.

Croizat, Victor, *The Brown Waters Navy*, Poole: Blanford Press, 1984.

Cutler, Thomas J., *Brown Waters, Black Berets*, Annapolis: Naval Institute Press, 1988.

Dâmaso, Eduardo, e Adelino Gomes, "Falecidos por Fuzilamento", *Pública*, 30 de Junho de 1996, p. 48.

Davezies, Robert, *Les Angolais*, Paris: Éditions de Minuit, 1965.

Dunnavent, R. Blake, *Brown Water Warfare*, Gainesville: University Press of Florida, 2003.

Ellert, Henrik, *The Rhodesian Front War, Counter-insurgency and Guerrilla Warfare 1962-1980*, Gweru, Zimbabué: Mambo Press, 1993.

Estival, Bernard, "The French Navy and the Algerian War", traduzido por Paul Leahy, in *France and the Algerian War, 1954-62: Strategy, Operations and Diplomacy*, ed. Martin S. Alexander e J. F. V. Keiger, pp. 79-96, Londres: Frank Cass, 2002.

Felgas, Hélio, *Os Movimentos Terroristas*, Lisboa: edição do autor, 1966.

_____, *O Clima do Congo Português*, Carmona: Imprensa Angolana, 1959.

Forbes, John, e Robert Williams, *Riverine Force*, Nova Iorque: Bantam, 1987.

Forbath, Peter, *The River Congo*, Nova Iorque: Harper & Row, 1977.

Gomes, Adelino, "Exército e UNITA Colaboraram antes de 74", *Público* (19 de Dezembro de 1995): pp. 2-4.

Guest, Robert, *The Shackled Continent: Power, Corruption, and African Lives*, Washington: Smithsonian Books, 2004.

Hipólito, Abel Barroso, *A Pacificação do Niassa: Um Caso Concreto de Contra-guerrilha*, Lisboa, edição do autor, 1970.

Hoar, Mike, *Congo Warriors*, Londres: Robert Hale, 1991.

Hochschild, Adam, *King Leopold's Ghost*, Nova Iorque: Houghton Mifflin, 1998.

Kay, High, *Salazar and Modern Portugal*, Londres: Eyre and Spottswoode, 1970.

Kilian, Robert, *Les Fusiliers Marins en Indochine*, Paris: Éditions Berger-Levrault, 1951.

Lobato, António, *Liberdade ou Evasão*, Amadora: Erasmos Editora, 1996.

Lorch, Carlos, ed. *Fuzileiros Navais, Brazil's Amphibious Warriors*, Rio de Janeiro: Action Editora, 1997.

Lima Bacelar, Sérgio Augusto Margarido, *A Guerra em África 1961-1974: Estratégias Adoptadas pelas Forças Armadas*, Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto e Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2000.

Machado, Manuel Pinto, "Postais do Ultramar: Angola — Postal Nº 3, Lunguê-Bungo, fins de Outubro 68, *Anais do Clube Militar Naval* (Outubro-Dezembro de 1968): pp. 695-696.

Marcum, John, *The Angolan Revolution, Volume I, The Anatomy of an Explosion (1950-1962)*, Cambridge: M.I.T. Press, 1969.

Marinho, António Luís, *Operação Mar Verde*, Lisboa: Temas e Debates, 2006.

Mateus, Dalila Cabrita, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974*, Lisboa: Terramar, 2004.

Matos Gomes, Carlos de, *Moçambique, 1970, Operação Nó Górdio*, Lisboa: Prefácio, 2002.

Meredith, Martin, *The Fate of Africa*, Nova Iorque: Public Affairs, 2005.

Ministério da Marinha, *A Marinha nos Últimos 40 Anos, 1926-1966*, Lisboa: Ministério da Marinha, 1966.

Mondlane, Eduardo, *The Struggle for Mozambique*, Londres: Zed Press, 1969.

Moura da Fonseca, José da Cruz, *Viagens e Histórias da Marinha*, Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 1995.

_____, "A Marinha no Leste e no Sueste de Angola", *Anais do Clube Militar Naval* (Outubro-Dezembro de 1981): pp. 619-629.

Newett, Malyn, *A History of Mozambique*, Londres: Hurst & Company, 1995.

_____, *Portugal in Africa: The Last Hundred Years*, Londres: C. Hurst & Co., 1981.

Pélissier, René, *Naissance de la Guiné. Portugais et Africains en Sénégambie (1841-1936)*, Orgeval: Pélissier, 1989.

_____, *Naissance du Mozambique. Résistance et Révoltes Anticoloniales (1854-1918)*, Orgeval: Pélissier, 1984.

_____, *Le Naufrage des Caravelles. Études de la Fin de l'Empire Portugais (1961-1975)*, Orgeval: Éditions Pélissier, 1979.

_____, *La Colonie du Minotaure. Nationalismes et Révoltes en Angola (1926-1961)*, Orgeval: Éditions Pélissier, 1978.

Petter-Bowyer, Peter J. H., *Winds of Destruction*, Victoria: Trafford, 2003.

Pires Nunes, António, *Angola 1966-1974, Vitória Militar no Leste*, Lisboa: Prefácio, 2002.

Porch, Douglas, *The Portuguese Armed Forces and the Revolution*, Stanford: The Hoover Institution Press, 1977.

Ramos, Gomes, "Por Terras Nunca de Antes...", *Anais do Clube Militar Naval* (Abril-Junho de 1966): p. 292.

Robinson, Richard, *Contemporary Portugal*, Londres: George Allen & Unwin, 1979.

Roboredo, Armando de, "Subsídios para Definir uma Política Naval Portuguesa", *Anais de Marinha* (Setembro-Dezembro de 1956): pp. 5-10.

Rodrigues, Luís Nuno, *Salazar-Kennedy: A Crise de uma Aliança*, Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

Rodrigues da Costa, A. B., e Manuel Pinto Machado, *Anuário da Reserva Naval 1958-1975*, Lisboa: Associação dos Oficiais da Reserva Naval, 1992.

Ferraz Sacchetti, António Emílio, "A Armada nas Campanhas de África", *Revista da Armada* (Junho de 1997): p. 7.

Saraiva, José Manuel, "Assalto a Conakry", *Revista do Expresso*, 23 de Novembro de 1996, pp. 97-98.

Saraiva, A. Pimentel, "Postais do Ultramar: Angola - Postal Nº 2, Luanda, Zaire, Cabinda e Leste de Angola, *Anais do Clube Militar Naval* (Abril-Junho de 1968): p. 312.

Saturnino Monteiro, Armando da Silva, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1997.

Sékou Touré, Ahmed, *L'Agression Portugaise contre la Republique de Guiné*, Conacri: Livre Blanc, 1970.

Serras Pires, Adelino, e Fiona Claire Capstick, *The Winds of Havoc*, Nova Iorque: St. Martin's Press, 2001.

Shankland, Peter, *The Phantom Flotilla*, Londres: Collins, 1968.

Silva Cunha, Joaquim Moreira da, *O Ultramar, a Nação e o "25 de Abril"*, Coimbra: Atlântida Editora, 1977.

Spínola, António de, *País sem Rumo*, Lisboa: Editorial SCIRE, 1978.

_____, *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Editora Arcádia, 1974.

_____, *Por Uma Guiné Melhor*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.

Teixeira da Mota, Avelino, *Mar, Além Mar, Estudos e Ensaios de História e Geografia*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

_____, *Guiné Portuguesa*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.

_____, *Guiné Portuguesa, II Volume*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.

Telo, António José, *História da Marinha Portuguesa: Homens, Doutrinas e Organização, 1824-1974* (Tomo I), Lisboa: Academia de Marinha, 1999.

Thomas, Hugh, *The Slave Trade*, Nova Iorque: Simon & Schuster, 1997.

Van der Waals, W. S., *Portugal's War in Angola 1961-1974*, Rivonia: Ashanti, 1993.

Venter, Al J., *The Zambezi Salient: Conflict in Southern Africa*, Cidade do Cabo: Howard Timmins, 1974.

_____, *Portugal's Insurgent War, The Campaign for Africa*, Cidade do Cabo: John Malherbe, 1973.

Verdasca dos Santos, José, *Memórias de um Capitão*, Lisboa: Universitária Editora, 2004.

Vego, Milan N., *Naval Strategy and Operations in Narrow Seas*, Londres: Frank Cass, 1999.

Wheeler, Douglas L., "The Military and the Portuguese Dictatorship, 1926-1974: "The Honor of the Army", in *Contemporary Portugal*, ed. Lawrence S. Graham e Harry M. Makler, pp. 191-219, Austin: University of Texas Press, 1979.

_____, "African Elements in Portugal's Armies in Africa (1961-1974)", *Armed Forces and Society* 2 (Fevereiro de 1976): pp. 233-250.

_____, e René Pélissier, *Angola*, Londres: Pall Mall Press, 1971.

_____, "The Portuguese Army in Angola", *Modern African Studies* 7 (Outubro 1969): pp. 425-439.

P375

Índice remissivo

A

Abrilada, 41, 46, 59

África do Sul, República da, 44, 111, 194, 195, 208, 211, 228, 229, 254

Alemanha, República Federal da, 24, 26, 60

Alpoim Calvão, comandante Guilherme Almor de, 17, 31, 90, 160, 169, 170, 171, 172, 174, 176, 177, 179, 182, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 275, 276

Front de Libération Nationale (FLN), 79

Neptune, 174, 262

Sumar, 80

Angola, 5, 15, 19, 24, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 51, 53, 57, 59, 61, 62, 64, 68, 71, 80, 82, 83, 86, 94, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 107, 110, 112, 113, 114, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 140, 142, 143, 144, 145, 151, 152, 157, 160, 199, 202, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 243, 245, 246, 273, 274, 276, 277, 278, 279

Ambriz, 115, 118, 119, 127, 128

Ambrizete, 118, 119, 120, 127, 128

Bacongo, 31, 38, 48

Barragem de Cambambe, 124, 125, 126

Bembe, 32

Benguela, 127, 233

Bié, 233, 235

Brigada dos Rios de Angola, 237, 239

Buela, 128

Cabinda, 31, 33, 114, 121, 122, 128, 225, 237, 278

Cambe, 239

Cangamba, 233

Cangombe, 233, 235, 242

Cão, Diogo, 18, 47, 57, 111, 112, 113, 119, 120, 127, 137, 221

Caripande, 238, 239

Cassamba, 234, 235

Cazombo, 231, 238, 239

CFB (Caminhos de Ferro de Benguela), 233, 234, 238

Chefes de posto, 32

Chichianga, 130

Chiume, 239

Chokwe, 30

Cuando-Cubango, 231, 242

Cuito, 225, 226, 236, 237, 239, 242, 243

Dembos, 113, 114, 128, 136, 234

DESTACMARCUANDO (Destacamento Naval do rio Cuando), 239
DESTACMARCUITO (Destacamento Naval do Cuito), 243
Dondo, 124, 126
Estaleiros da Sorefame, 243
Gago Coutinho, 58, 237, 239, 242
Huambo, 112, 235
Ilha de Bulicoco, 128, 130, 132, 133, 134, 273
Irma, 136
Lago Massábi, 114, 121, 128
Landana, 121
Lobito, 51, 238, 239, 243
Longa, 237, 242, 243
Luanda, 30, 31, 37, 39, 40, 47, 51, 53, 80, 96, 115, 118, 119, 121, 124, 126, 128, 131, 135, 225, 231, 233, 235, 238, 239, 242, 246, 278
Lucala, 130
Lucunga, 114
Lué Pequeno, 130
Lungué-Bungo, 225, 226, 234, 237, 278
Luso, 225, 226, 231, 233, 235, 239
Macala, 131, 132, 138
Moçâmedes, 51, 127, 242
Moxico, 144, 231
Mulé, 233
Munhango, 226, 236
Nóqui, 113, 114, 121, 127, 130, 131, 132, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 273
Novo Redondo, 127
Operação *Ferrolho*, 132, 136, 138
Operação *Golpe de Flanco*, 233
Operação *Mastro do Traquete*, 138, 139
Operação *Parafuso Grande*, 131
Partido Comunista Angolano, 30
Pedra do Feitiço, 113, 121, 128, 130, 131, 132, 137, 138, 139
Ponta Puelo, 128, 130, 132
Praia Morena, 127
Quadrícula, 151
Quibembe, 130
Quinzau, 120
Quissanga, 130, 132, 133, 135, 137, 138, 139
Rio Cassai, 71
Rio Chiloango, 121, 128
Rio Cuando, 71, 231, 239
Rio Cubango, 71
Rio Cuito, 9, 93, 242, 243
Rio Cunene, 71, 114, 121
Rio Loge, 128
Rio M'Pozo, 128
Rio Mebridege (M'Bridge ou Mebridge), 128
Rio Zaire, 9, 11, 47, 51, 71, 82, 83, 86, 91, 112, 113, 114, 116, 128, 134, 138, 141, 146, 161
Rio Zambeze, 214
Sá da Bandeira, 121
Saliente do Cazombo, 231, 238
Santa Cruz, 233
Santo António do Zaire, 51, 53, 112, 113, 120, 121, 123, 124, 127, 131, 133, 139, 140, 238
Serpa Pinto, 241, 242
Sessa, 233
Teixeira de Sousa, 233, 234, 238
Tomboco, 120, 128
Área Ibero-Atlântica, 15
Argélia, 23, 26, 27, 34, 60, 61, 69, 75, 79, 80, 96, 151, 195, 197, 234
Centre d'Instruction de Pacification et Contre-Guerrilla (CIPCG), 69
Arriaga, general Kaúlza de, 42, 222
Assimilados, 30, 34

B

Baía dos Porcos, 25, 266, 276
Banda, Dr. Hastings Kamuzu, 199

Berlim, 24, 25
Botelho Moniz, general, 41, 59
Brasil, 37, 38, 39, 42, 95
Dias Fernandes, almirante, 39
Recife, 38, 39
Bull, Benjamim, 35

C

Cabral, Amílcar, 277
Caetano, Prof. Marcelo, 66, 151, 260, 261, 266, 267, 268, 277
Campos, Dr. Ricardo Manuel Migães, 18, 215, 216, 275
Castro, Fidel, 25
Central Intelligence Agency (CIA), 25
China, República Popular da, 24
Chipre, 234
Chisala, Chanda, 228
Churchill, Sir Winston, 44
Comissão Americana para a África, 32
Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), 197
Comunidade Económica Europeia, 26, 42
Congo (Brazzaville), 31, 143, 231
Congo Belga, ver Congo (Léopoldville)
Congo (Léopoldville/Zaire), 23, 31, 32, 42, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 60, 62, 71, 82, 83, 86, 91, 96, 111, 112, 113, 114, 116, 120, 121, 123, 124, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 152, 161, 202, 217, 224, 225, 231, 233, 237, 238, 243, 248, 270, 271, 273, 278
Alliance des BA-Kongo (ABAKO), 48, 50
Boma, 113, 128
Confédération des Associations Tribales du Katanga (CONAKAT), 48
Force Publique, 48, 49, 50
Kasabuvu, Joseph, 48
Katanga, 48, 49, 50
Kinkuzu (Kinkusu), 33
Kizamba, 233
Lumumba, Patrice, 48, 248, 250, 251
Mobutu, general Joseph-Désiré, 48, 50, 51
Mouvement National Congolais (MNC), 48
Rei Leopold II, 47
Soio, 112, 121
Thysville, 48, 49
Tshombé, Moïse, 48
"Congresso dos 81" países comunistas, 67
Congresso Nacional Africano (ANC), 194, 231
Congresso Pan-africano (PAC), 194
Conselho Superior de Defesa Nacional, 42
Coreia, 24, 25, 66, 272
Costa Gomes, general Francisco da, 42
Costa Santos, Paulo Manuel, 181, 182
Crise dos Mísseis de Cuba, 25
Cuba, 25, 26, 231, 266

E

Espanha, 59, 96, 112
Estado Novo, 29, 269
Estados Unidos, 23, 24, 25, 26, 27, 38, 42, 43, 44, 55, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 77, 81, 85, 86, 90, 184, 195, 211, 265, 270, 274
Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), 32, 233
Exército Popular de Libertação de Angola (EPLA), 31
João Baptista, 32
Marcos Xavier Kassanga, 32
Exército Português, 69
Fiéis, 234

F

Fernandes, primeiro-tenente Mendes, 190
Força Aérea Portuguesa, 57, 72, 73, 80, 115, 172, 174, 187, 191, 222, 234, 248
Auster, 133
Dornier Do-27, 215
Lockheed PV-2, 196
Forças Armadas Portuguesas, 5, 66, 114, 233, 255
Forças Armadas Revolucionárias do Povo, 35, 176
França, 23, 26, 27, 58, 60, 61, 73, 97, 112, 168, 169, 270
Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) 36, 62, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 212, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 231
Frente de Luta pela Independência da Guiné (FLING), 35
Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), 33, 142, 143, 233, 235, 236, 248
Front National de Libération de Guinée (FNLG), 255

G

Galvão, capitão Henrique, 27, 28, 37
Gana, 31, 111
Goa, 37, 44, 45, 46, 51, 53
Governo da República de Angola no Exílio (GRAE), 33
Guerra Mundial, 1.ª, 136, 147
Guerra Mundial, 2.ª, 23, 24, 29, 30, 45, 48, 55, 63, 66, 67, 76, 77, 78, 79, 85, 88, 91, 252, 269
Guiné, 27, 29, 35, 60, 149, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 177, 178, 179, 181, 183, 191, 219, 245, 247, 248, 252, 254, 255, 256, 257, 266, 268
Bedanda, 152, 166, 177, 183
Bissau, 34, 35, 53, 57, 146, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 162, 164, 165, 166, 167, 170, 177, 179, 184, 187, 234, 245, 247, 248, 251, 252, 254, 255, 261, 267, 277
Bolama, 104, 153, 154, 166, 167, 267
Buba, 154, 184, 263, 275
Bubaque, 153
Cachil, 155, 174, 176
Cacine, 83, 84, 123, 149, 153, 154, 156, 158, 164, 167, 171, 172, 176, 178, 179, 181, 183, 251
Caiar, 155, 171, 172, 173, 174
Cais do Pidjiguiti, 36, 152
Cambança do Brandão, 152, 173, 174
Cambom, 170, 178, 181, 247
Campeane, 178, 179
Canefaque, 170, 178, 179, 181, 183, 247, 252
Canja, 186
Cassacá, 35, 176, 178, 179
Cassumba, 179
Catió, 152, 153, 155, 166, 172, 174, 177, 183
Catunco, 171, 172, 174
Comando da Defesa Marítima da Guiné (CDMG), 152
Comando de Agrupamento Operacional (CAOP), 186
Comando Operacional Permanente (COP), 186
Como, 166, 171, 172, 173, 174, 176, 259
Coroa, 94, 166
Cumbamory, 186, 188, 190
Enxudé, 154
Estação das chuvas, 113, 124, 147, 149, 163, 183, 204, 208, 228, 238
Fiat G-91, *Gina*, 188, 252
Gã Chiquinho, 165
Gadamael, 149, 166, 171, 183
Ganturé, 186, 190

Guia de Navegação, 153
Guileje, 152, 171
Ilha das Galinhas, 154
Ilha de Caió, 153
Jubembem, 186
Marca Samba, 182, 183, 249
Movimentos nacionalistas, 16, 29, 33, 34, 35, 36, 37, 44, 46, 66, 195, 229, 233, 235
Operação *Andrómeda*, 186
Operação *Cocha*, 190
Operação *Gata Brava*, 247, 251
Operação *Grande Colheita*, 187, 189
Operação *Hitler*, 179, 181, 182
Operação *Nebulosa*, 247, 248, 249, 251, 254
Operação *Torpedo*, 177
Operação *Via Láctea*, 186
Península do Quitafine, 180
Península do Sambuiá, 189
Rio Camexibó, 178, 179, 181
Rio Cobade, 152, 155, 166, 171
Rio Corubal, 148, 158, 167
Rio Cumbijã, 152, 156, 166, 171, 173, 174
Rio Geba, 153, 165
Rio Inxanche, 12, 170, 178, 179, 181, 248, 249, 251
Rio Nhafuane, 179, 181, 183
Sitatô, 186
Soga, 245, 256, 257, 259, 261, 262
Uma Guiné Melhor (A Better Guiné), 246, 247, 249
"Vento de Leste", 147
Guiné, República da, 27, 29, 35, 60, 149, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 177, 178, 179, 181, 183, 191, 219, 245, 247, 248, 252, 254, 255, 256, 257, 266, 268
Boké, 171, 251
Conacri, 35, 60, 168, 169, 170, 245, 247, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 278
Kadigné, 170, 171, 178, 179, 181, 182, 183, 247, 248, 250, 251, 252
Kandiafara, 171
La Montaigne, 169, 245, 260, 263
"Patrulha da África Ocidental", 265
Rio Kogon, 171
Rio Nuñez, 171
Sansalé, 171
Tristão, 146, 170, 179, 181, 183, 247, 251
Gumane, Paulo, 197

I

Índia, 23, 44, 45, 56, 59, 60, 82, 94, 107, 111, 199, 218
Indochina, 23, 26, 57, 61, 62, 64, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 90, 96, 151, 274
Aname, 76, 79
Camboja, 63
Cochinchina, 62, 76, 79
Delta do Mekong, 57, 63, 64, 65, 76, 81, 89, 90, 247
Division Navale d'Assaut (DNA), 79
Engin d'Assaut (EA), 78
Flotilles Fluviales de Fusiliers Marins (FFFM), 78
Force Amphibie de la Marine en Indochine (FAMIC), 78
Force Amphibie du Nord (FAN), 78
Force Amphibie du Sud (FAS), 78
Força de transporte fluvial francesa, 76
Harbour Defense Motor Launch (HDML), 78
Laos, 63
Landing Craft Tank (LCT), 76, 77
Landing Craft Medium (LCM), 77, 79
Landing Craft Assault (LCA), 76, 77
Tonquim, 63, 76, 78, 79
Vedette de Port (VP), 78
Igreja Baptista, 31

J

Jardim, Jorge, 212, 276
Jugoslávia, 80

K

Kaunda, Kenneth David, 144
Kennedy, John F., 25, 26, 38, 39, 44, 278
Kruschev, Nikita, 25, 67

L

Leitão, Raul Patrício, 217, 276
Lewis, brigadeiro Timothy, 211
Lobato, major António, 169, 245
Lopes Carvalheira, vice-almirante José Alberto, 17, 47, 113, 145, 153, 172, 181, 238

M

Malásia, 234
Malawi, 24, 36, 83, 199, 202, 211, 212, 214, 216, 223
  Fort Jackson, 212
  Jobo Chilembwé, 212, 214
  Quartel de Cobbe, 211
  Young Pioneers, 212
Mancha de óleo, 178
Marcum, John A., 30, 33, 143
Marinha Portuguesa, 5, 6, 24, 55, 77, 85, 145, 193, 200, 212, 218, 237, 243, 247, 250, 258, 262, 278, 279
  Airone, 57, 58
  Albatroz, 84
  Alfange, 86, 87, 160
  Almirante Lacerda, 199, 214
  Álvares Cabral, 123, 199, 220, 221
  Anais de Marinha, 68
  Antares, 78, 82, 83, 84, 94, 199, 202, 214, 220
  Arcturus, 82, 190
  Argos, 83, 84, 123, 156, 157, 159, 161, 214, 220, 249
  Atro, 158
  Barra do Cuanza, 126
  Bartolomeu Dias, 199, 220, 221
  Bellatrix, 60, 78, 82, 84, 86, 123, 153, 156, 173, 174
  Boavista, 57, 152
  Bombarda, 86, 87, 160, 257, 259, 260
  Bor, 157, 171
  Cacine, 83, 84, 123, 149, 153, 154, 156, 158, 164, 167, 171, 172, 176, 178, 179, 181, 183, 251
  Cadete, Bernardino, 85
  Canopus, 82, 153, 156, 183
  Carvalho Araújo, 47, 113, 124
  Cassiopeia, 83, 157, 161, 190, 255, 257, 259, 260, 263
  Cimitarra, 86, 214, 220
  Comando Naval de Angola, 51, 80, 96, 99, 123, 126
  Comandos de Defesa Marítima, 51, 104
  Companhias de Fuzileiros (CF), 96, 98, 99, 100, 103, 104
  Corsair, 160
  Corubal, 158
  "Crónicas do Ultramar", 68
  Daphné, 85
  Dealey, 57, 58
  Deneb, 82, 153, 156, 173, 174
  Destacamentos de Fuzileiros Especiais (DFE), 85
  Diogo Gomes, 47, 57, 113, 119, 120, 127, 221
  Dragão, 83, 156, 157, 159, 161, 173, 174, 181, 183, 187, 214, 220, 245, 257, 259, 260, 263
  Escola de Fuzileiros, 70, 97, 102, 103, 104, 165, 221
  Escola Naval, 102, 104, 105, 106, 107
  Escorpião, 83, 156, 157, 159
  Espiga, 82, 123, 124, 126
  Esquadrilha de Lanchas do Zaire, 82

Estações Navais, 57
Formosa, 158
Francisco d'Almeida, 221
Fuzileiros, 18, 70, 85, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 126, 127, 128, 130, 132, 135, 137, 138, 140, 141, 154, 155, 156, 157, 165, 170, 184, 186, 187, 188, 199, 217, 221, 222, 238, 251, 260, 263, 275, 276, 278
Geba, 83, 153, 158, 165, 167, 184
Grupo de Escoltas Oceânicos, 85
Grupo de Navios-Patrulha, 85
H. Capelo, 221
Hidra, 2, 83, 157, 159, 161, 162, 257, 259, 260
Jacinto Cândido, 221
João Belo, 58, 221
João Coutinho, 59, 91, 94, 110, 220, 221
Júpiter, 78, 83, 84, 213
Lanchas de desembarque (LD), 85
Lanchas de fiscalização (LF), 85
Lira, 83, 157, 161, 252, 253
Marte, 83, 202, 206, 208, 210, 214
Maybach, 60
MG-42, 60, 103, 137, 140, 158, 160, 242, 253
Mina, 111, 152, 199, 202, 204, 214
Montante, 86, 160, 257, 259, 260
Mussulo, 126
Muxima, 126, 127
Nuno Tristão, 47, 57, 113, 118, 119, 120, 156, 172, 176
Orion, 83, 157, 161, 245, 257, 259, 260, 262, 263
Pacheco Pereira, 113, 124, 126, 133, 178
Pecixe, 158
Pedro Nunes, 152, 178
Pereira d'Eça, 221
Pero Escobar, 57, 127, 152
Pirogas, 113, 124, 126, 133, 178
Plano Naval de 1933, 55
Pollux, 82, 123, 124, 126
Regulus, 82, 83, 130, 202, 207, 208, 211, 212, 214
Reserva Naval, 6, 17, 18, 102, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 118, 123, 136, 153, 215, 276, 278
Sagitário, 83, 187, 190, 248, 249, 251
Sal, 47, 57, 113
São Tomé, 37, 47
São Vicente, 47, 53
Saturno, 83, 211, 214
Sirius, 82, 214, 220
Tete, 53, 83, 194, 197, 199, 214, 223, 224, 232
Urano, 83, 211, 214
Vasco da Gama, 221, 222
Vega, 82, 214, 220
Vouga, 156, 158, 172
Marques, Paulo Lowndes, 18, 111, 136, 138
Marrocos, 31
Mesquita Dias, vice-almirante Luiz Casimiro, 161
Mestiços, 30, 32, 114, 143, 146
Moçambique, 5, 15, 21, 24, 30, 33, 36, 37, 39, 51, 53, 61, 62, 64, 71, 80, 82, 83, 86, 98, 101, 103, 104, 107, 144, 151, 178, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 204, 206, 207, 208, 211, 213, 214, 221, 222, 223, 224, 225, 229, 231, 237, 275, 278
Arquipélago das Quirimbas, 220, 221
Beira, 51, 53, 199, 206, 212, 215, 220, 231
Cabo Delgado, 193, 195, 196, 197, 200, 216, 220, 222, 223
Cabora Bassa, 223, 224
Catur, 207, 208, 209, 211
Chamba, 195, 199
Chizumulu, 202

Cobué, 196, 199, 202, 213, 215, 216, 217, 219, 276
Comando da Defesa Marítima de Porto Amélia (CDMPA), 220
Comando Naval de Moçambique, 101, 199
Esquadrilha de Lanchas do Lago Niassa (ELLN), 211
Ilha de Moçambique, 51, 206, 207
Lago Chiuta, 113, 124, 126, 133, 178
Likoma, 202
Lourenço Marques, 51, 53, 199, 202, 206, 275
Lumbo, 204, 206, 207, 209, 221
Machava, 199
Macondes, 196, 222
Mandimba, 212
Meponda, 199, 204, 206, 207, 208, 210
Metangula, 53, 196, 199, 202, 212, 213, 215, 216, 217, 275
Milepa, 199
Mocimboa da Praia, 221
Monapo, 204, 206
Mueda, 36, 222
N'Gombe, 196
Nacala, 53, 199, 204, 206, 212, 221
Nampula, 53, 204, 207, 209, 222
Niassa, 17, 61, 82, 83, 193, 194, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 204, 206, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 222, 223, 224, 271, 273, 275, 276, 277
Operação *Golfinho*, 12, 113, 202, 204, 205, 206, 275
Operação *Atum*, 12, 202, 204, 205, 206, 275
Operação *Nó Górdio*, 222, 223, 224, 248
Porto Amélia, 51, 53, 83, 194, 199, 211, 220, 222
Rio Machele, 209, 210
Rio Messalo, 210
Rio Napita, 221
Rio Rovuma, 193, 222
Rio Zambeze, 214
Tete, 53, 83, 194, 197, 199, 214, 223, 224, 232
Mondlane, Eduardo, 36, 195, 278
Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 62, 143, 144, 226, 229, 231, 233, 234, 235, 236, 238, 248

N

Nações Unidas, 24, 27, 28, 37, 43, 44, 50, 265
NATO, 15, 24, 26, 28, 44, 45, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 67, 73, 79, 89, 167, 259, 265, 266, 269, 270
Nehru, primeiro-ministro Jawaharlal, 44
Nekaka, Barros, 31
Nyerere, Julius, 36, 144, 194, 228, 231

O

O Brado Africano, 30
O Mundo Português, 66
Oceano Índico, 53, 56, 61, 71, 94, 193, 194, 199, 201, 202, 214, 216, 220, 222, 224, 231, 266
Organização da Unidade Africana (OAU), 27
Organização dos Estados Africanos (OAS), 24
Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO), 231

P

Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), 33, 34, 35, 36, 62, 64, 89, 90, 145, 147, 150, 151, 152 ,155, 158, 163, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 190, 191, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 263, 264, 266, 267, 268, 277, 287

Arouca, 170, 247
Bandim, 170, 247, 250, 251, 252, 253
Bigrupos, 64
Bissau, 34, 35, 53, 57, 146, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 162, 164, 165, 166, 167, 170, 177, 179, 184, 187, 234, 245, 247, 248, 251, 252, 254, 255, 261, 267, 276, 277
Congresso de Cassacá, 35, 176, 178
Mirandela, 170, 247
Patrice Lumumba, 48, 248, 250, 251
Lança-granadas-foguetes (RPG), 81
Strela/Grail (SA-7), 89, 167
Pélissier, René, 278
Pereira Crespo, comandante Manuel, 68
Pessanha, Vasco Quevedo, 18, 121, 136, 140, 143
Plano Marshall, 24
Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), 30, 135
Portugal, 5, 15, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 78, 82, 83, 85, 86, 90, 94, 95, 96, 97, 112, 114, 128, 147, 150, 155, 160, 169, 195, 202, 211, 223, 233, 234, 236, 245, 246, 254, 257, 259, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 277, 278, 279
Desenvolvimento económico, 89, 167
Escravos, 146
Lisboa, 2, 5, 24, 27, 28, 34, 38, 39, 41, 42, 45, 51, 53, 54, 55, 56, 61, 66, 69, 77, 78, 80, 83, 85, 86, 94, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 111, 112, 114, 121, 123, 130, 132, 136, 145, 146, 148, 149, 151, 152, 156, 161, 164, 172, 179, 186, 193, 195, 196, 202, 212, 216, 217, 220, 222, 227, 230, 231, 232, 235, 239, 243, 245, 246, 247, 249, 250, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 275, 276, 277, 278, 279
Ministério da Defesa Nacional, 53, 59
Ministério dos Negócios Estrangeiros, 256
Partido Comunista, 30
Política africana, 44
Recursos nacionais, 55, 61
Potências do Eixo, 23

Q

Quénia, 36, 234

R

Revista da Armada, 2, 17, 52, 57, 83, 86, 88, 90, 93, 94, 119, 133, 134, 135, 137, 138, 148, 150, 159, 162, 171, 173, 176, 177, 182, 184, 206, 207, 208, 209, 213, 215, 216, 226, 238, 240, 241, 276, 277, 278
Rodésia do Norte, ver Zâmbia
Rodésia do Sul (Zimbabué), 36, 44, 194, 223, 231, 277
Roberto, Holden, 31, 32, 33, 40, 143, 197

S

Sacchetti, vice-almirante António Emílio Ferraz, 17, 111, 112, 238, 240
Salazar, António de Oliveira, 28, 29, 30, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 59, 66, 67, 239, 245, 246, 269, 277, 278
Savimbi, Jonas M., 33, 234
Senegal, 24, 35, 149, 153, 155, 163, 164, 186, 188, 191, 251, 255, 267, 268
Serra Leoa, 182, 255
Katchek, 182
Shipango, Andreas, 33
Silva Cunha, Joaquim Moreira da , 28, 68, 243, 279
Solod, Daniel Semenovich, 29
Spínola, general António de, 42, 45, 151, 245, 246

T

Tanzânia, 24, 36, 144, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 202, 216, 217, 219, 223, 228, 231, 232

Dar-es-Salam, 36, 195, 197, 231
Taty, Alexandre, 33
Tomás, almirante Américo, 30, 245
Touré, Sékou, 27, 169, 183, 245, 247, 254, 255, 257, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 278

U

União das Populações de Angola (UPA), 31, 32, 33, 34, 40, 47, 62, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 124, 128, 132, 233, 235, 236, 248
União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), 36
União Nacional Africana de Moçambique (UNAM), 36
União Nacional Africana do Zimbabué (ZANU), 194, 231
União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI), 36
União Nacional para a Libertação Total de Angola (UNITA), 33, 62, 229, 234, 235, 236, 238, 243, 277
União Soviética, 24, 25, 26, 27, 28, 34, 44, 50, 67, 195, 231, 253, 265, 266, 271

V

Vassalo e Silva, governador-geral, 44
Venezuela, 37
La Guaira, 37
"Ventos de Mudança", 23
Vieira Matias, almirante Nuno, 188
Vietname, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 76, 79, 160, 234, 247, 248, 274
Delta do Mekong, 57, 63, 64, 65, 76, 81, 89, 90, 247
Delta do Rio Vermelho, 62, 63
Landing Craft Medium (LCM), 77, 79
River Patrol Boat (PBR), 64
"Rota Ho Chi Minh", 63
Saigão, 65, 77, 78

Z

Zaire, ver Congo (Léopoldville)
Zambézia, 194, 199
Zâmbia, 24, 31, 62, 112, 144, 197, 219, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 239, 243
Cassamba, 234, 235
Lusaca, 228, 231
Sicongo, 235, 242
Zimbabué, ver Rodésia do Sul.

Portugal foi a primeira grande potência colonial a chegar a África e a última a deixá-la. Sendo um país pequeno com escassos recursos, a sua longa permanência no continente africano explica-se pela criatividade, adaptabilidade e afinidade com os territórios colonizados.

A eficácia e profundidade de planeamento estratégico da Marinha Portuguesa, ao construir e fazer deslocar uma capacidade fluvial substancial para locais remotos de um continente distante, permanece um modelo relevante.

Este modelo continua a exercer influência no formato das Marinhas actuais e futuras que pretendam actuar no interior, nas zonas ribeirinhas, onde se escondem novos inimigos, aproveitando assim a oportunidade para influenciar os acontecimentos.